
projeto **33**
HISTÓRIA

história e direitos

Nº 33
Julho/Dezembro/06

**REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA
E DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

PUC-SP

edue

ISSN 0102-4442

Projeto História	São Paulo	Nº 33	p. 1 - 403	Dezembro/06
------------------	-----------	-------	------------	-------------

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfourri / PUC-SP

Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) - . - São Paulo : EDUC, 1981-

Periodicidade: anual até 1997.
semestral a partir de 1997.

ISSN 0102-4442

1. História - Periódico. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Projeto História propõe-se a levantar problemas historiográficos a partir de temáticas interdisciplinares

CDD 19.905

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografias de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História

Marcia Mansor D'Alessio

Chefe do Departamento de História

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Projeto História

Editores

Antonio Rago Filho

Vera Lúcia Vieira

Conselho Editorial

Adilson José Gonçalves

Afrânio Garcia (EHESP/Paris)

Alessandro Portelli (La Sapienza/Roma)

Antonio Rago Filho

Cliff Welch (GVSU/Michigan)

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Estefânia Canguçu Knotz Fraga

Fernando Torres-Londoño

Hermetes Reis de Araújo (UFU)

Idellete Muzart (Paris X, Nanterre)

Jean Hebrard (EHESP/Paris)

Jerusa Pires Ferreira

Márcia Mansor D'Aléssio

Maria Angélica Soler

Maria Odila da Silva Dias

Marcos Antonio da Silva (USP)

Marion Aubrée (EHESP/Paris)

Vera Lúcia Vieira

Yvone Dias Avelino

Conselho Consultivo

Angelo Del Vecchio (Unesp)

Antonio Paulo Resende (UFPE)

Beatriz Carolina Crisório (UBA/Argentina)

Christian Castillo (UBA/Argentina)

Elias Thomé Saliba (USP)

Fernando Faria (UFF)

Hernán Veregas Delgado (UH/Cuba)

Irma Aurélio Antognazzi (UNR/Argentina)

Janaina Amado (UnB)

João José Reis (UFBA)

José Carlos Barreira (Unesp/Assis)

Margarida Souza Neves (PUC-RJ)

Maria Clementina Pereira Cunha (Unicamp)

Pablo F. Luna (Sorbonne/Paris)

Silvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)

Editora da PUC-SP

Direção

Miguel Wady Chaia

Coordenação Editorial

Sonia Montone

Revisão

Sonia Rangel

Revisão de Texto em Inglês

Ricardo Iannuzzi

Editoração Eletrônica

Rodrigo P. Chagas

Capa

Imagem: "Las manos de la protesta" de Oswaldo

Guayasamin. Direitos concedidos pela

Fundación Guayasamin (Equador).

Concepção e Arte: *Antonio Rago Filho e Rodrigo*

P. Chagas

educ Editora da PUC-SP

Rua Monte Alegre, 971, sala 38CA

05014-001 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (55) (11) 3670-8085

E-mail: educ@pucsp.br

www.pucsp.br/educ



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

TRADUÇÃO

HISTÓRIA DO DIREITO, HISTÓRIA TOTAL 19

The history of law, total history

Pierre Vilar

ARTIGOS

**APRECIACIONES ACERCA DE UN “CUARTO RELATO” SOBRE EL
PROCESO REVOLUCIONARIO DE LOS SETENTA** 45

*Considerations regarding a “Fourth Report”, about the Revolutionary Process of
the 70’s*

Christian Castillo

**“RECLAMAÇÕES DO POVO”. LUTA POR DIREITOS NA CIDADE,
SERINGAIS E NÚCLEOS COLONIAIS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
(SÉCULOS XIX E XX)** 63

*“Complaints from the People”. Struggle for rights in the city, rubber plantations
and colonies in the Brazilian Amazon region (XIXth and XXth centuries)*

Franciane Gama Lacerda

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA E OS ECOS AUTORITÁRIOS DA “MARSELHESA”: GUIDO THOMAZ MARLIÈRE E A COLONIZAÇÃO DOS SERTÕES DO RIO DOCE.....	83
<i>Indigenous legislation and the authoritarian echoes of the “Marseillaise”: Guido Thomaz Marlière and the colonization of Rio Doce hinterland</i>	
José Otávio Aguiar	
A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: ASPECTO SÓCIO-JURÍDICO.....	97
<i>The agrarian question in Brazil: socio-juridical aspect</i>	
Antonio José de Mattos Neto	
DIREITOS E VONTADES DE DEIXAR MARCAS. A TERRA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (GUARANTÃ DO NORTE, MT).....	119
<i>Desires and rights of bequeathing marks. The land as historical patrimony</i>	
Nancy Alessio Magalhães	
OS DESCENDENTES DE AFRICANOS VÃO À LUTA EM TERRA <i>BRASILIS</i>. FRENTE NEGRA BRASILEIRA (1931-37) E TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO (1944-68)	131
<i>Africans descendants and their fight in Terra Brasilis</i>	
Petrônio Domingues	
“DUPLICADOS CLAMORES”. QUEIXAS E REBELIÕES NA AMAZÔNIA COLONIAL (SÉCULO XVII).....	159
<i>“Reiterated Clamours”. Complaints and rebellions in colonial Amazonia (XVIIth century)</i>	
Rafael Chambouleyron	
JUSTIÇA E ABOLICIONISMO NA POESIA DE CASTRO ALVES.....	179
<i>Justice and abolitionism in Castro Alves’ poetry</i>	
Cléria Botelho da Costa	
CULTURA COMO PATRIMÔNIO POPULAR (PERSPECTIVAS DE CÂMARA CASCUDO)	195
<i>Culture as popular heritage (Câmara Cascudo’s perspectives)</i>	
Marcos Silva	
O DIREITO À CULTURA COMO CIDADANIA CULTURAL (SÃO PAULO, 1989/1992)	205
<i>The right to culture as cultural citizenship</i>	
Mirna Busse Pereira	

CORPOS EM MUTAÇÃO. O ENVELHECIMENTO FEMININO NA CIDADE MODERNA	229
<i>Bodies in mutation. The feminine aging in the modern city</i>	
Adilson José Gonçalves	
ALTHUSSER: IDEOLOGIA E APARELHOS DE ESTADO – VELHAS E NOVAS QUESTÕES	247
<i>Althusser: Ideology and State Apparatuses – Old and New Matters</i>	
Ester Vaisman	
O CIDADÃO ROMANO NA REPÚBLICA	271
<i>The Roman Citizen in the Republic</i>	
Maria Luiza Corassin	
 PESQUISAS	
REVOLUÇÃO, DEMOCRACIA E LEGALIDADE. A CASSAÇÃO DOS COMUNISTAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO (1947/1948)	289
<i>Revolution, Democracy and Legality. Political cassation of Communists in São Paulo Legislative Assembly (1947/1948)</i>	
Eduardo José Afonso	
“O CANCRO NO CORAÇÃO DA CIDADE”: ZONA DE PROSTITUIÇÃO E MARGINALIDADE SOCIAL NO SUL DE MINAS GERAIS (POUSO ALEGRE, 1969-1988)	299
<i>“A canker in the heart of the city”: Prostitution Zone and Social Marginality in South of Minas Gerais (Pouso Alegre, 1969-1988)</i>	
Eduardo Moreira Assis	
ESPAÇO PÚBLICO: ESPAÇO DE CONFLITOS	307
<i>Public Square Area: a space of conflicts</i>	
Fernando de Pádua Laurentino	
AÇÃO AFIRMATIVA PARA AFRODESCENDENTES. O PROJETO GERAÇÃO XXI E O DIREITO DE JOVENS NEGROS À EDUCAÇÃO	319
<i>An affirmative action pro Afro-descendants. The XXI Generation Project and the young negros’s right for Education</i>	
Inêz Kasai	

COTIDIANO CONJUGAL E DISCURSOS JURÍDICOS EM BELÉM NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX (1916 / 1940)	329
<i>Marital Everyday Life and Legal Addresses in Belém during the first decades of the XXth Century (1916/1940)</i>	
Ipojucan Dias Campos	
CONTRAVENTORES POBRES E ESTADOS: CRIMES E JULGAMENTOS NO PERÍODO DO ESTADO NOVO (1938-45)	343
<i>Poor Misdemeanants and States: crimes and trials during the Estado Novo period (1938-45)</i>	
Luciana Aparecida Petrini	
TRABALHADORES MIGRANTES E TRABALHADORES LOCAIS: A QUESTÃO DOS DISCURSOS SOBRE O “OUTRO” NO SUL DE MATO GROSSO NAS DÉCADAS DE 1960-1970	351
<i>Migrant Workers and Local Workers: the Discourses Matter about the “Other One” in south Mato Grosso during the 1960-1970 decades</i>	
Nataniél Dal Moro	
A CIDADE DE OSASCO: JOC (JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA), ACO (AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA), JUC (JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA) NO MOVIMENTO OPERÁRIO (1960-1970)	365
<i>Osasco City: JOC (Catholic Labor Youth), ACO (Catholic Labor Action), JUC (Catholic Academic Youth) in the labor movement (1960-1970)</i>	
Paulo Sérgio de Jesus	
RESENHAS	
O 18 BRUMÁRIO À BRASILEIRA	375
<i>The 18th Brumaire in the Brazilian Way</i>	
Reynaldo F. L. de Mello	
A REVOLUÇÃO TRAÍDA	381
<i>A Revolution Betrayed</i>	
Waldir José Rampinelli	
VIDAS ARRISCADAS	387
<i>Hazardous lives</i>	
Iray Carone	

NOTÍCIAS DO PROGRAMA.....	391
TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006	395
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....	399
FORMULÁRIO PARA ASSINATURA E AQUISIÇÃO DE NÚMEROS AVULSOS	401
PRÓXIMOS NÚMEROS.....	403

APRESENTAÇÃO

Na série sobre *Las Manos*, o pintor equatoriano Oswaldo Guayasamín (1919-1999) plasma a resistência e rebeldia daqueles que são secularmente explorados, expropriados, mutilados, torturados, mas que com suas energias e capacidades subjetivas humanas constroem a riqueza genérica das alteridades, trabalho objetivado na forma da alienação e do estranhamento por conta da reprodução ampliada do capital. A pintura *Las manos de la protesta* desse artista revolucionário expressa o símbolo das lutas dos de baixo, mas também as possibilidades de conquistas sociais, para além do capital e do Estado, voltadas para uma nova forma de sociabilidade.

História e Direitos oferece reflexões que abarcam as mais variadas formas dessa resistência de indivíduos atuantes, que protagonizam respostas e alternativas às demandas sociais inscritas no próprio evoluir histórico. Nem sempre vitoriosas, em tempos e lugares díspares, essas lutas sociais que emergem das contradições materiais da relação-capital buscam formas de hegemonia e contra-hegemonia, que vão dos seringueiros brasileiros às “*coordinadoras interfabriles*” da Argentina sob terror genocida, das lutas de gênero aos direitos de criação cultural, da luta pela terra à afirmação dos descendentes africanos.

O metabolismo social do capital tem se reproduzido como mundo da mutilação do humano, que impede a plena realização da liberdade dos indivíduos como finalidade intrínseca ao processo de constituição de seu próprio ser genérico. O sonho do desenvolvimento das capacidades humanas sem interdições postas por essa forma societária repõe a luta sem tréguas pela liberdade concreta, como reconhecimento das necessidades do outro, em sua multiplicidade e infinitude, uma vez superadas as contradições imanentes da sociedade atual.

Adentrando nas páginas da *Projeto História*, detemo-nos na fina e densa reflexão do historiador Pierre Vilar sobre “História do direito, história total”. Ainda que o termo *direitos*, tal como nasceu a propositura temática para este número, não se restrinja somente às estruturas políticas e jurídicas – pois buscou-se a reflexão dos direitos sociais que brotam da práxis cotidiana das classes subalternas e que buscam erradicar injustiças e chagas sociais –, Pierre Vilar, assumindo os lineamentos ontológicos de Marx, assegura que “é a sociedade civil que faz o Estado e não o Estado que faz a sociedade civil”. As

formas políticas e jurídicas são sempre produtos da história, exprimem antagonismos próprios à atividade prática sensível de indivíduos sociais. O reconhecimento do primado da vida prática ancora-se na dinâmica da forma de produção e reprodução da existência material. Vilar atenta para o momento específico em que Marx, dirigindo a antiga *Gazeta Renana*, se vê diante dos interesses materiais, do vínculo entre forma jurídica e a propriedade privada, que se afirma ante seus olhos e o seu arsenal teórico arrimado na filosofia idealista alemã e não lhe permitia desvendar a natureza efetiva da politicidade. No fundo, Vilar mostra a gênese dos direitos burgueses precisamente assentado na dominância dos proprietários privados: “Trata-se da transição de um modo de produção para outro modo de produção, da morte da sociedade feudal, e a cristalização no direito dos princípios fundamentais do capitalismo”.¹

Não há como subtrair o papel da subjetividade na produção da riqueza genérica humana. Na história, os seres autoproducentes em sua historicidade – mesmo sob o entulho da exploração e desumanização – ampliam as potencialidades e capacidades humanas para a recriação de si e de seu mundo. A consciência é elemento de impulso da transformação, mas também da acomodação a uma determinada ordem social. “História total”, aqui, significa compreender, sempre de modo aproximativo, o “concreto como síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. Reconhecendo, na práxis, a contínua transitividade que envolve os pólos heterogêneos da subjetividade e da objetividade, no processo de objetivação.

Nesse sentido, não há como tomar a liberdade como pura abstração, mas sim referida ao campo de possíveis de seu solo histórico. A forma societária moderna, com seu modo determinado de vida, que imprime a defesa da liberdade do indivíduo circunscrita aos proprietários privados, teve de se confrontar com a resistência dos não-proprietários. As revoluções burguesas cristalizaram em suas fórmulas constitucionais os princípios liberais que são expressões dos pilares ordenadores desse metabolismo social. Basta recordar a legislação sangüinária contra os vagabundos de fins do século XV ao século XVI na Inglaterra, os dispositivos cerceadores dos direitos dos trabalhadores com a Lei Le Chapelier em pleno processo revolucionário francês, a luta de ludistas e cartistas, até as barricadas de 1848, das lutas por emancipação nas colônias à Comuna de Paris, no século XIX. A luta pela inscrição dos direitos sociais no Estado liberal por meio do embate classista levou a que essa forma de dominação cedesse a sua transformação num Estado liberal-democrático, todavia, como poder que atua na auto-reprodução ampliada do capital.

O historiador Francisco Iglesias assinalou que “o liberalismo é mais um ideal que realidade; a filosofia liberal é uma das utopias que raramente se concretizam, mesmo nesse século [XX], que a proclama, ela só existe em certas áreas e em raros momentos, pois o

comum é a herança de antigos privilégios ou o aparecimento de novos”.² Contudo, há que especificar essa ideologia em seus nexos constitutivos, em sua produção social. Em sua “pergunta constrangedora” sobre, afinal de contas, o que devemos entender por princípios liberais, o filósofo Domenico Losurdo se indagou se é possível separá-lo da prática dos proprietários, se é possível a coexistência da defesa da liberdade do indivíduo, da defesa da propriedade privada e sua conservação contra a interferência do poder do Estado, em comunhão com a defesa das minorias contra o “absolutismo democrático”, porém, com a preservação da escravidão? Quais razões levaram os campeões do liberalismo, tais como John Locke, Francis Hutcheson e John Stuart Mill, a sustentarem a necessidade da escravidão? “O fato é que, ao ressaltar a necessidade da escravidão, eles pensam em primeiro lugar não nos negros das colônias, mas nos ‘vagabundos’, nos mendigos, na plebe ociosa e incorrigível da metrópole. Devemos considerá-los iliberais por esse motivo?”.³

Por essa razão, rebatendo a apologética do argumento econômico “puro”, Vilar adverte que essa ideologia, ao naturalizar as relações sociais burguesas “esquece os fundamentos jurídicos da sociedade civil capitalista – *propriedade absoluta e liberdade de empreender*; ora, estes fundamentos só valem se garantidos pela autoridade do Estado”. Além disso, o monopólio da lei e da violência se vêem preservados por mecanismos do anel autopropetador entre propriedade privada e Estado. “Ora, um aparelho repressivo nunca é totalmente descolado das regras de direito que se costuma respeitar, seja porque escolhe transgredir sem proclamá-lo, seja porque decide suspender, como se diz, as ‘garantias constitucionais’. Direito público e direito privado, história jurídica e história política são constantemente mescladas: e a própria economia depende disso”.⁴

Como salientou Vieira,⁵ até mesmo a “ilimitada” liberdade de expressão de Stuart Mill, definida em seu *Ensaio sobre a Liberdade*, que afirmava a soberania da pessoa sobre si mesma, com a autoridade do Estado intervindo apenas para impedir danos entre os membros da comunidade, viu-se implementada de forma restrita, dada a manutenção das leis que coíbiam a livre expressão e organização dos trabalhadores, a restrição ao voto feminino e às “massas despreparadas”, “incultas e rudes”, conforme propositura de Alexis de Tocqueville, que ponderava sobre o risco de ocorrer uma tirania dessas massas sobre uma minoria, cerceando a competência natural de as elites dirigirem a sociedade de forma ordenada e processual.

Como se pode observar, no interior das contradições entre o conservadorismo e o progressivismo, entre o internacionalismo econômico e os nacionalismos políticos ou no debate sobre a relação indivíduo/coletividade levado a cabo pelo liberalismo, as bandeiras dos trabalhadores que serão consolidadas pela nova ordenação de categorias sociais sem ruptura, restringem-se àquelas que interessavam também à burguesia, como a abolição da

servidão – dadas as necessidades da nova ordem capitalista em curso – e a ampliação do direito de voto, que garantia maior possibilidade de integrar a burguesia na representação parlamentar através dos mecanismos constitucionais, sob os auspícios da fraternidade, equivocadamente, conforme já o demonstrava Jules Michelet, no século XIX, imputada às bandeiras revolucionárias francesas.

Sob a égide da igualdade de todos perante a lei, manifestas as desigualdades pelo mérito e não mais por nascimento (mas mantidas e justificadas, é evidente), o século XIX implantou os preceitos do liberalismo calcado na defesa dos direitos naturais, parametrado pelas concepções de Locke, os formuladores da Declaração da Independência norte-americana e da Declaração dos Direitos Humanos, segundo a qual ao governo competiria afirmar os direitos à vida, à liberdade e à propriedade. Implantou também os preceitos do liberalismo utilitarista dos seguidores de Jeremy Bentham, que mesclavam seu racionalismo ao empirismo inglês, exigindo do governo a prova utilitarista da promoção de ações que resultassem no “maior bem para o maior número”.

Mas o cerne da dualidade do mundo moderno figurado na cisão entre vida privada e vida pública, da contraposição de interesses dos proprietários e dos cidadãos, foi desvendado com a identificação do caráter ilusório de uma comunitariedade universalizada no Estado como instituição racional e necessária para harmonizar as contradições reais. Em suas “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’”, ao rebater as teses de Ruge, Marx buscou decifrar a natureza social do Estado e do caráter impotente de toda e qualquer administração:

“A menos que suprima a si mesmo, o Estado não pode suprimir a *contradição* entre o papel e a boa vontade da administração, de um lado, seus meios e seu poder, doutro. Ele é fundado sobre a contradição entre a *vida pública* e a *vida privada*, entre os *interesses gerais* e os *interesses particulares*. Por consequência, a administração deve-se limitar a uma atividade *formal e negativa*, pois seu poder pára precisamente lá onde principia a vida civil e seu trabalho. Em verdade, *a impotência é a lei natural* da administração, quando ela é posta diante das consequências que resultam da natureza anti-social desta vida civil, desta propriedade privada, deste comércio, desta indústria, desta pilhagem recíproca das múltiplas esferas civis. Pois este esquiteamento, esta baixeza, esta escravidão da sociedade civil constituem o fundamento natural sobre o qual repousa o Estado moderno, do mesmo modo que a sociedade civil da escravidão é o fundamento natural do Estado antigo. *A existência do Estado e a existência da escravidão são indissociáveis*”.⁶

Vamos repisar num ponto essencial. Essa sociedade de equivalentes – proprietários dos meios de produção, do dinheiro e da riqueza são postos na mesma situação como possuidores de alguma mercadoria, do mesmo modo que os possuidores da capacidade

subjetiva do trabalho – coloca os indivíduos numa situação de igualdade e liberdade na esfera da troca. Há que recordar que o possuidor da força de trabalho, “solto e solteiro”, se põe como pessoa livre que detém sua mercadoria, mas também por ter uma existência livre das condições objetivas do trabalho. Ora, a lógica própria do sistema do capital, no ato da troca, converte os possuidores de mercadoria como equivalentes e mutuamente indiferentes. Se o capital busca permanentemente aumentar o tempo excedente dos trabalhos dos produtores efetivos, sua teleologia visa a extração de valor e não a realização das necessidades humanas por meio dos valores de uso. Nesse quadro, assentada nos pilares profundamente iníquos do modo de produção, qual é a gênese e necessidade históricas dessa liberdade limitada? “O interesse geral é justamente a generalidade dos interesses egoístas. Se, portanto, a forma econômica, a troca, põe sob todos os aspectos a igualdade dos sujeitos, o conteúdo, a matéria, tanto individual como objetiva e que leva à troca, põe a *liberdade*. Igualdade e liberdade, portanto, não são apenas respeitadas na troca que se baseia em valores de troca, mas a troca de valores de troca é a base real, produtiva, de toda *igualdade e liberdade*. Como puras idéias, são meramente a expressão idealizada dessa base; como desenvolvidas nas relações jurídicas, políticas e sociais, são elas apenas esta base em uma outra potência”.⁷

Na atualidade, vivemos em tempos sombrios, que petrificam as possibilidades humanas, promovendo o desfazimento das alternativas da lógica onimoda do trabalho, assim como entronizando a naturalização da propriedade privada e de sua forma societária. A correta crítica à vulgata marxista, com seus determinismos, em especial o do acento numa inevitabilidade lógica da progressão histórica rumo ao comunismo, todavia, tem se curvado à obediência necessária requerida pelo capital. A apologética acaba por decretar um “fim da história”, conduzindo, dessa maneira, à resignação e ao conformismo a uma ordenação capitalista. Para superar as iniquidades, as injustiças próprias à concentração e centralização da riqueza, o distributivismo é o aceno possível da sociedade de equivalentes. O indivíduo expropriado, mutilado e resignado atua na direção querida e, portanto, mais apropriada ao prolongamento da utilidade histórica do capital.

O ideário do liberalismo nesta sua forma mais conservadora adquirirá diferentes contornos, nas diferentes vertentes que assumirá este capitalismo em sua internacionalização, garantindo o arcabouço teórico que justifica a correspondente ordenação política. A herança dessa vertente conservadora do liberalismo será assumida por suas categorias sociais dominantes, como sua forma mais “perfeita”, como é o caso das formações dos estados nacionais latino-americanos. Ao analisar a ditadura militar argentina (1976-1983), Christian Castillo mostrou como, na engrenagem montada pelo terrorismo oficial, se perpetrou o monstruoso genocídio contra a sociedade civil, apontando para o momento

essencial dos antagonismos sociais: o controle e desarme das ações autônomas da classe operária.

Nas últimas décadas, ultrapassadas as ditaduras militares, instauradas as distensões democráticas, o tema da violência, sob as mais variadas formas, tornou-se um dos principais objetos de estudos de várias disciplinas na América Latina e particularmente no Brasil. Entidades de direitos humanos e especialistas debruçam-se sobre suas variadas formas: violência doméstica, violência da criminalidade, violência dos organismos policiais, violência no sistema penitenciário, violência no campo, etc. – evidenciando-se que essas violências têm raízes, causas e dinâmicas de natureza diferente. É claro que a situação social exacerba mesmo as violências de cunho privado, como a violência doméstica – de maridos contra esposas, de pais contra filhos – que sempre existiram, mas que, em virtude da tensão existente na sociedade, da precariedade das vidas nas condições do mundo neoliberal, com a formação do desemprego estrutural, tornam-se mais concretas e atuantes.

Quanto à violência que se exerce na esfera pública, sua exacerbação nos dias atuais tem a ver com o quadro da evolução recente do sistema capitalista, em sua fase de globalização, com suas políticas neoliberais implementadas a partir da década de 1980. A revolução tecnológica sem precedentes, a chamada terceira revolução industrial e a introdução da microeletrônica no processo de produção de mercadorias têm levado a uma verdadeira devastação no mercado de trabalho internacional. Um vasto contingente de pessoas em todo o mundo tornou-se dispensável ao processo produtivo e a tendência é que o desemprego aumente ainda mais nas próximas décadas. Esse é um processo irreversível que está mudando o panorama do mundo e atinge não apenas pessoas, mas também países, aprofundando a diferença internacional entre países ricos e pobres, e promovendo exclusão em continentes inteiros. Com isso, levas de marginalizados arriscam-se todos os dias nas fronteiras da Europa e da América do Norte, para tentar entrar no “paraíso” do capitalismo do Primeiro Mundo. E, de modo geral, em todas as grandes cidades do mundo mais pessoas empobrecem e vêm engrossar o bloco dos sem moradia e sem trabalho, das pessoas com empregos precários informais e às vezes considerados ilegais, e por isso sujeitos à repressão institucional.

Paralelamente, no quadro do neoliberalismo, observamos a diminuição dos gastos públicos em políticas sociais abrangentes e universais. Ao contrário, são propostas e implementadas as chamadas “políticas focalizadas”, projetos que só atingem as comunidades mais miseráveis ou pedaços dela, aparecendo como uma vitrine da boa índole dos governos, enquanto cresce, como complemento de toda essa política, o Estado Penal. Para os marginalizados e excluídos que não se mantêm na estrita ordem, o Estado reserva

a construção de cada vez mais prisões e a implementação de penas cada vez mais rígidas para os crimes contra o patrimônio dos ricos.

O que se observa é que em tais países, genericamente falando, não se configura um Estado de natureza liberal nos moldes como se configura na Europa após as revoluções burguesas no marco do capitalismo de ponta. Aqui, a configuração do Estado alterna períodos ditatoriais com períodos de dominação de classe que configuram muito mais autocracias burguesas institucionalizadas do que a propalada, mas não concretizada, democracia social. No Brasil em particular, apenas para tomarmos o período posterior à última ditadura e a aprovação da Constituição de 1988, persistem, na ação do aparato repressivo do Estado, mecanismos de tipo ditatorial, porém aplicados seletivamente. Essas contradições também aparecem em outros Estados latino-americanos, onde a remoção do “entulho autoritário” sofre idas e vindas. No Brasil, é como se o Estado democrático de Direito tivesse sido restabelecido apenas em algumas parcelas do território brasileiro e apenas para alguns efeitos. As instituições do Estado democrático funcionam até o limite em que a desigualdade social de classes aparece.

Os atos praticados quotidianamente pelo Estado, inclusive a manutenção de práticas de tortura, cometidas em espaços institucionais pelo aparato policial e infelizmente aceitas pela sociedade em geral e banalizadas pelos noticiários, pouco têm sido objeto de estudos considerados acadêmicos e, não fosse a ação de algumas e poucas entidades a denunciarem tais arbitrariedades, essa impunidade passaria incólume. Nesse sentido, é possível constatar como tais análises tendem a ficar circunscritas ao universo das políticas e denotam o ardil do politicismo, forma de dominação que permite a continuidade da lógica perversa da reprodução ampliada e subordinada ao capitalismo financeiro internacional e modela a dominação política a seus fins específicos. A dominação dos proprietários, reduzida em sua possibilidade de atuar com autonomia e de cumprir sua função de classe nessa particular forma de regime liberal-democrático quanto ao atendimento às demandas sociais (imprescindíveis ao próprio desenvolvimento do capitalismo, sob pena de rompimento da sua própria lógica), reduz sua ação à dimensão do político, enquanto a ordem econômica realiza sua lógica perversa, iníqua e subordinada.

As políticas públicas, fundadas na lógica da “integração” da América Latina aos países hegemônicos, significam a permanência dos vínculos sociais, políticos, econômicos, científicos, culturais, diplomáticos e militares na condição de subordinação. Nessa lógica, o Estado – que, classicamente, aparenta ser distinto das forças sociais que o engendram – gesta políticas que não só não atendem às necessidades sociais, mas se contrapõem a elas, atingindo, por vezes, até mesmo os segmentos da burguesia que lhe dão sustentáculo.

Nesse contexto e diferentemente do processo de ascensão da burguesia européia e do ordenamento do seu correspondente aparato estatal, a burguesia nacional mostra-se incapaz de promover sua revolução, pois isso demandaria unificar-se internamente e apoiar-se na forças sociais que exclui. Nessa condição, essa classe, no limiar das necessidades de promover reformas impostas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, mantém os “enclaves autocráticos” vigentes nos períodos de ditaduras bonapartistas, consolidando a dominação. Longe ficamos do preceito que as leis são a exteriorização das vontades dos indivíduos como um corpo único, isto é, cidadãos fazendo as leis e se reconhecendo nelas. As leis coagem arbitrariamente os indivíduos, porque impostas de cima para baixo e apenas vigorando conforme a lógica da dominação que expressa uma categoria social cuja potência auto-reprodutiva do capital é extremamente restringida, uma categorial social que é incapaz de exercer sua hegemonia e, com isso, incorporar e representar efetivamente os interesses das demais classes subalternizadas numa dinâmica própria.

Os processos de distensão democrática que reinserem formas autocráticas após os períodos ditatoriais ocorrem com muitas semelhanças entre os países latino-americanos submetidos a ditaduras ou “autoritarismos”. Nestes, as lideranças no novo poder concordam em manter preceitos autocráticos em nome da segurança nacional, da manutenção da ordem, dos compromissos internacionais assumidos (pagamento das dívidas nos mesmos moldes preconizados). Não se trata apenas de uma composição, mas da permanente recomposição pelo alto, que se evidencia ao longo da história de nossas formações sociais, que conheceram um caminho sinuoso, tortuoso e hipertardio que gesta o capital atrofico, que reproduz o arcaico, no qual a burguesia, por sua incompletude de classe, mostra-se incapaz de liderar as reformas necessárias ao desenvolvimento do próprio capitalismo, fazendo alianças com segmentos do historicamente antigo, a fim de lhe garantir a força suficiente, ante sua debilidade estrutural, do Estado autocrático burguês.

Caracteriza-se, assim, um poder político em que as decisões políticas, sejam de ordem social, econômica ou cultural, não conseguem atender às demandas sociais, reordenando permanentemente as mesmas categorias dominantes no bloco do poder, mantendo núcleos autocráticos que ensejam o “cesarismo militar”.

“A reflexão contemporânea sobre a politicidade, o entendimento político e as formas de poder, nessa quadra histórica, têm sido tomados permanentemente como uma recorrência ao *aperfeiçoamento* dessas formas, visando a corrigir os seus defeitos e, com isso, alcançar a sua perfectibilidade. Desconhecendo, desse modo, a razão das *taras sociais*. Há que reconhecer, no entanto, que ‘Por natureza, a política sendo a administração do domínio de uns sobre outros, jamais pode ser a sagração da santidade’”.⁸

Num universo em que se descartou a perspectiva de futuro, há que resgatar um antigo lema do movimento dos trabalhadores, segundo o qual a emancipação humana implica a superação da parcialidade inerente à liberdade política em direção à liberdade social. “Liberdade da vida cotidiana que passa a compreender a relação ativa e consciente do homem com a forma societária que o engendra e que por ele é engendrada. Liberdade da vida cotidiana que requer muito mais do que a universalidade abstrata da cidadania, pois exige a possibilidade da autoconstrução cotidiana do homem e de sua mundaneidade. O que significa que pela potência onímota da lógica do trabalho, difundida por toda a enervação da convivência, o indivíduo recupera em si mesmo o cidadão abstrato, não mais separa de si força social sob a forma de força política, reconhece e organiza suas próprias forças como forças sociais, de modo que converte, por tudo isso, na vida cotidiana, no trabalho individual e nas relações individuais, em ser genérico, em individuação atual pela potência de seu gênero”.⁹ É o que se impõe, ao menos enquanto aposta futura, como sendo o próprio exercício da liberdade concreta, num revolucionamento permanente, mediante a comunidade interativa de indivíduos em seu processo de individuação social.

Notas

¹ VILAR, P. História do Direito, História Total. *Projeto História – História e Direitos*, n. 33. Trad. Ilka Stern Cohen. São Paulo, Educ, 2006, p. 27.

² IGLÉSIAS, F. *História e Ideologia*. São Paulo, Perspectiva, 1981, p. 72.

³ LOSURDO, D. *Contra-História do Liberalismo*. Trad. G. Semeraro. Aparecida, SP, Idéias & Letras, 2006, p. 17.

⁴ VILAR, op. cit., p. 34.

⁵ VIEIRA, V. L. “Autocracia Burguesa e Violência Institucional”. *Paper* tematizado nos Seminários de Marxismo do Núcleo de Estudos de História: trabalho, ideologia e poder. Departamento de História da Faculdade de Ciências da PUC-SP, 07 de dezembro de 2006.

⁶ MARX apud CHASIN, J. A determinação ontonegativa da politicidade. *Revista Ensaios Ad Hominem*, T. III, Política. Santo André, SP, Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 95.

⁷ MARX, K. Troca, Igualdade, Liberdade. *Revista Temas de Ciências Humanas*, n. 3. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 06.

⁸ RAGO FILHO, A. “O ardil do politicismo”. *Revista Projeto História*, n. 29, T 1. São Paulo, Educ, 2004, p. 156.

⁹ CHASIN, J. A determinação ontonegativa da politicidade. *Revista Ensaios Ad Hominem*, T. III, Política. Santo André, SP, Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp. 126-127.

TRADUÇÃO

HISTÓRIA DO DIREITO, HISTÓRIA TOTAL*

Pierre Vilar**

*Tradução de Ilka Stern Cohen****

Proponho que nos reportemos por um instante a uns cento e trinta anos atrás, e tentemos reviver, juntos, um episódio da história do pensamento, sem dúvida importante, e decerto muito estreitamente ligado aos temas de reflexão de nosso encontro.

1842. Primeiros meses de 1843. Um jovem jurista-filósofo, filho da Alemanha renana, mas que acaba de se doutorar em Berlim, onde ouviu Savigny e se impregnou de Hegel, decide entrar na política ativa de seu país pela via do jornalismo e impõe-se progressivamente, primeiro como inspirador intelectual – *spiritus rector*, dizia um censor perspicaz – depois, de fato, como redator-chefe de um jornal de oposição.

Estava na ordem das coisas que ele tenha tido que lutar, em seus primeiros artigos, contra a censura governamental. Pode parecer mais surpreendente que ele tenha julgado politicamente útil lançar uma polêmica brilhante, mas difícil, contra a escola histórica do direito positivo, por ocasião do jubileu universitário de Gustav Hugo, então quase octogenário, fundador da Escola e mestre de Savigny. E isso em um periódico consagrado – dizia seu título – “à política, ao comércio e à indústria” (e que, anteriormente, pensara em Frédéric List como redator-chefe). Hugo é acusado de ter colocado Kant a serviço do irracionalismo e de ter guardado, do século XVIII, apenas seu ceticismo, ou seja, sua frivolidade.¹

É verdade que os leitores do jornal são burgueses liberais de Trier, Colônia e Bonn, dentre os quais muitos são juristas, e, naturalmente, mais abertos aos ecos do racionalismo francês do que às tentações do romantismo alemão. Para eles, é normal opor direito *definido pela racionalidade* a uma concepção *histórica* das instituições, a uma visão do direito *como produto da história*.

Mas estranho e problemático é que aquele que sublinhava essa oposição, que formulava essa crítica, chamava-se Karl Marx: todos o reconheceram no jovem redator do

Rheinische Zeitung. E só podemos nos perguntar como aquele que, um dia, fará do direito um simples elemento, entre outros, da *superestrutura* das sociedades, caução de relações profundas mais materiais, mas como elas *historicamente constituída* e derivando, portanto, [como estas], da *análise histórica*, pôde, mesmo no início da sua ação política, criticar a *Escola histórica do direito* – e isso menos em nome de Hegel, que ele conhecia bem, do que em nome de Kant e das exigências racionalistas do século XVIII.

Será que isso basta para distinguir, na biografia intelectual do jovem Marx, um episódio de simples racionalismo à moda liberal? Basta isso para desmentir os numerosos observadores que acreditaram poder ligar o historicismo de Marx aos gérmens semeados por Savigny, em aulas assiduamente assistidas, segundo testemunho do próprio estudante? Vale colocar a questão se desejarmos entender, nas origens de suas relações, dois modos de inserção do direito na história humana, duas atitudes possíveis do jurista e do filósofo diante da história e do historiador-sociólogo diante do direito: exatamente os temas propostos estes dias para nossa reflexão.

Sei que podemos resolver à maneira de Althusser: antes de 1857, Marx não está “maduro”; antes de 1847, ele não é Marx. Procurá-lo nas obras de sua juventude é querer expor (como propunha Jarry) “o crânio de Voltaire criança”.² Todo percurso intelectual é sucessão de *coerências* e *rupturas*: um tempo de racionalismo liberal, um tempo de racionalismo comunitário, outros, talvez, mas nada que anuncie o futuro, até o grande relâmpago de 1845, provocado pelo choque de dois pólos carregados de eletricidades opostas: Feuerbach seguido por muito tempo, Hegel reencontrado repentinamente, para uma destruição recíproca.

Essas análises tiveram muita utilidade contra as mistificações e as infantilidades espalhadas sobre a juventude de Marx para que eu esqueça de lhes prestar homenagem. Mas, como historiador que se pretendendo “total”, deve um dia se defrontar com a história das idéias, confesso-me menos seduzido, na análise histórica de um pensamento individual, pelas “coerências” e pelas “rupturas” do que pelas incoerências e pelas hesitações, sobretudo quando elas se corrigem sem cessar, como no jovem Marx, pela constância da curiosidade, pela sensibilidade crítica ante as ideologias – terrorismos oficiais ou terrorismos de grupos –, enfim, e, sobretudo, pelas descobertas da prática mescladas à vida quotidiana e à vida política, fontes mais vivas do sentido da história do que a filosofia ou a erudição.

Ora, o artigo contra Gustav Hugo diz justamente: “a Escola histórica do direito encontrou seu ‘abracadabra’, sua palavra mágica, na pesquisa das fontes”.³ Remontemos às suas fontes, e aí encontraremos uma escolha, a da irracionalidade. Mas desçamos o rio até o presente, e aí descobriremos a realização de uma vocação concreta, a “vocação

legisladora”,⁴ que Savigny prometera em seu tempo, mas que assume finalmente em sua pessoa: em 1842, ele acaba de se tornar ministro da reforma da legislação na Prússia. Adivinha-se, então, que no artigo contra Hugo é o discípulo que é visado através do mestre, é o *ministro* que é visado através de uma concepção do direito.⁵

Mas a “razão política” em nada diminui – muito pelo contrário – o vigor de uma crítica filosófica que não teria existido sem ela, e que a reanimou. A escola histórica é atacada nas suas conclusões, não no seu princípio. De Kant, ela reteve a impossibilidade de ter acesso à verdade, mas dele inferiu que toda existência funda uma autoridade, toda autoridade, um direito.⁶ O problema está colocado entre a necessidade da história e a liberdade do homem.

Que Marx, em 1842, tenha tomado partido da segunda, não significa, forçosamente, que nesse estágio de seu pensamento tenha negado a primeira. Ele recusa-se somente a fazer da *constatação* histórica uma *justificação*. “*Positiv, das heisst unkritisch*”, escreve ele brutalmente.⁷ E observa, em seguida, que a estirpe poderosa da erudição histórica positiva já se deixa envolver, no seio da escola, pelas brumas do misticismo e da especulação. Depois do “*unkritisch*” surge o “*unhistorisch*”.⁸ A defesa da razão transforma-se em defesa da história. Marx, que não é ainda historiador, fareja, entretanto, os possíveis perigos do historicismo, se este for apenas um olhar *passivo* sobre um passado *parcial*. Ele está à procura de uma *outra* história, que não seja *somente* “história do direito”.

Ora, passadas apenas algumas semanas da polêmica contra Gustav Hugo, ele tem a oportunidade de observar *na sua fonte* a gênese de uma legislação e como que o nascimento de um direito. A Dieta renana acabava de discutir as sanções a adotar contra os camponeses que catavam lenha nas florestas comunais e senhoriais, velho costume que os legisladores decidiram considerar delito de roubo. Matéria fraca, aparentemente. Longos debates, entretanto, e artigos muito longos de Marx.⁹ Na realidade, trata-se do fenômeno fundamental no surgimento das sociedades modernas: a transformação da *noção de propriedade* – lenta ascensão nos fatos, depois inscrição no direito daquilo que Marc Bloch denominou “individualismo agrário”, desarticulação progressiva de tudo o que Marx chamará mais tarde “modo de produção feudal”, com seu cortejo de direitos costumeiros.

O jovem jornalista de 1842, embora solidamente jurista e profundamente filósofo (ou melhor, *porque* jurista e filósofo ao mesmo tempo), ainda não podia captar o sentido de tudo isso, a não ser de modo hesitante e incoerente, e, por isso, aliás, mais cheio de lições para o nosso propósito.

Até então ele acreditara – e em grande medida em 1842 ainda acreditava – que as conquistas da Revolução Francesa eram uma etapa decisiva na *liberdade* do homem e da *racionalidade universal* do direito, racionalidade essa que o *Estado* encarnava.

Ora, através dos debates da Dieta renana e das decisões que os concluem, Marx percebe, de repente, que o “direito” que substitui tal velho “costume” não tem um valor “racional” muito maior, mas somente o valor cristalizador das novas relações sociais em torno de bens naturais, relações também marcadas pelo egoísmo de classe e, talvez, no final das contas, mais duros para os pobres.

Eu duvido que se possa ver nessa constatação uma adesão, por um instante que seja, a um populismo comunitário, a esse socialismo para feudais de traseiros blasonados que o *Manifesto* denunciará. Só que, num impulso de simpatia pela classe pobre, Marx não pôde deixar de notar aquilo que ela está perdendo, em nome de uma liberdade e de uma igualdade abstratas que, na verdade, não existem para a imensa maioria dos homens. Não é um retorno – apesar de algumas evocações da tradição renana e da riqueza humana do direito germânico¹⁰ – à Escola histórica do direito, tão recentemente atacada. Não. É o começo de uma *crítica histórica do direito racional*, cujos diversos argumentos, na série de artigos sobre os “roubos de lenha”, anunciam uma nova inserção da observação do direito na análise histórica das totalidades sociais.

1º. A importância do direito, na interpretação histórica de uma sociedade, é que ele nomeia, qualifica e hierarquiza todo divórcio entre a ação do indivíduo e o princípio fundamental dessa sociedade. Antes das decisões da Dieta renana, *catava-se* lenha. E depois delas, *rouba-se*. Um artigo de lei transforma o “cidadão” em “ladrão”.¹¹ O direito discrimina, com suas ações, os próprios *homens*. Quando a infração se torna delito, quando o delito se torna crime, quando o que o civil abrangia se torna criminoso, a *propriedade* muda de figura. Se se rouba tanta madeira, diz um deputado, é porque a mentalidade comum não considera que se trate de um roubo: decretemos, pois, que *é* um roubo. Então, diz Marx, se se dá tanta bofetada pelo mundo porque não se considera que a bofetada é um assassinato, vamos decretar que *é* um assassinato? A lei pode mentir? Marx crê ainda que ela não o *devesse*:

A lei não está desligada da obrigação geral de dizer a verdade. Ao contrário, ela tem até essa obrigação dobrada: é ela quem pronuncia, em juízo autêntico e universal, sobre a natureza jurídica das coisas. A natureza jurídica das coisas não poderia pois se modelar sobre a lei; é a lei que deve se adaptar à natureza jurídica das coisas.¹²

O jovem jornalista de 1842 ainda acredita em um *direito em si*, que *deveria* obrigar moralmente o legislador. Ora, ele descobre *que não é assim*. Que a Dieta renana, pronunciando-se, a propósito da lenha, contra a razão, contra a mentalidade comum, define uma *nova visão do direito de propriedade*. E isso abre para ele uma *nova problemática*.

2º. Se os limites da noção de propriedade encontram-se especificados à custa de uma concepção antiga e costumeira mais fraca, não seria porque *a definição jurídica de pro-*

priedade está confiada aos proprietários? Na Dieta, diz-se, “o proprietário das florestas impôs silêncio ao legislador”.¹³ Compreendamos ao legislador ideal, ao legislador tal como ele deveria ser.

Resta saber se não foi sempre assim, através dos tempos, em todos os sistemas sociais. Pascal escreveu na mais poderosa fórmula que opôs os dois sentidos da palavra “justo” – o sentido jurídico e o sentido moral: “Não podendo fazer com que o que é justo fosse forte, fez-se com que o que é forte fosse justo” (entendamos, considerado como tal). Quantos séculos terão sido necessários para descobrir o sentido *histórico* desse “pensamento”? Marx, em 1842, reencontra-o de maneira ainda hesitante e desajeitada: “Não podendo a propriedade privada elevar-se ao ponto de vista do Estado, é o Estado que desce aos meios da propriedade privada, contrários ao direito e à razão”.¹⁴

Já aqui se esboça a grande inversão dos anos seguintes: é a sociedade civil que faz o Estado e não o Estado que faz a sociedade civil.

Alguns mecanismos estão até desenhados. A Dieta recusou-se a distinguir entre cata e roubo. Como sanção, preferiu a multa ao reembolso do valor da madeira retirada, embora o “valor” seja um critério fundamental do sistema econômico;¹⁵ porque uma estimativa em valor deixaria claro até que ponto é ínfimo o dano causado pelo “roubo” da lenha; a multa, desproporcional em relação ao dano, aparece, além disso, como uma sanção. Os deputados ainda reiteraram que um cálculo do roubo em valor não seria nem “prático”. Assim nos diz o artigo de Marx: “Tal é o raciocínio do proprietário *prático*: essa disposição é boa na medida em que eu tiro proveito dela: *o bem é meu interesse*.”¹⁶

Outra observação característica: as disposições sobre a madeira são estendidas à cata das frutas silvestres, como os mirtilos, praticada “desde tempos imemoriais”. É que essas frutas tornaram-se *objeto de comércio*: eram enviadas para a Holanda, em tonéis, *por dinheiro*. O bem natural tornou-se *mercadoria*. Se se pode monopolizá-lo, é preciso justificar esse monopólio legalmente: “A natureza do objeto”, descobre Marx, “reclama o monopólio, porque o interesse da propriedade privada acaba de inventá-lo”.¹⁷

Mais tarde, ele teria dito: a transformação do valor de uso em valor de troca exige uma concepção absoluta da propriedade do objeto. O *princípio novo do modo de produção* exige uma nova *visão jurídica* das coisas.

Nesse momento, Marx começa somente a se perguntar se as “legislações esclarecidas”, cujo advento ele desejou, diferem tanto quanto ele havia imaginado das sociedades de privilégios.

3º. Ele então transporta sua reflexão para essas sociedades de privilégios, jurídicos ou costumeiros, que primeiramente achara que prolongavam somente as sociedades primitivas ainda “animais”, as “feudalidades ingênuas” de castas estanques e que acabavam

de dar lugar a uma racionalidade formulável em leis. De um lado, ele percebe que a sociedade feudal *tinha sua própria lógica*; de outro lado, que as legislações “esclarecidas” mantiveram muitos dos antigos privilégios, enquanto foram impiedosas na supressão dos direitos costumeiros dos pobres: “Essas classes [privilegiadas] encontraram na lei não somente o reconhecimento de seus direitos racionais, mas frequentemente até o reconhecimento de suas pretensões irracionais”.¹⁸

O direito moderno, ao contrário, considerando “acidentais” as concessões do costume às massas destituídas de qualquer bem, suprimiu essas concessões em nome de uma organização superior, mais “racional”:

Tomemos um exemplo: os conventos. Suprimiram-se os conventos, secularizaram-se seus bens, e houve razão em fazê-lo. Mas o socorro eventual que os pobres encontravam nos conventos foi totalmente negligenciado; descuidou-se de substituí-los por uma outra fonte positiva de renda. Transformando a propriedade monástica em propriedade privada, e concedendo talvez uma indenização aos conventos, não se indenizaram os pobres que viviam dos conventos. Muito pelo contrário, não somente restringiram ainda mais seus meios de vida, como também os despojaram de um *direito* antigo.¹⁹

Marx não renunciou – jamais o fará, aliás, em nome da crescente racionalidade da história – a considerar a propriedade moderna como mais “racional” que a propriedade medieval; mas insiste em sublinhar que todos os pontos *esquecidos* na ordenação da sociedade pelas legislações ditas “esclarecidas” são “esquecidos” unicamente à custa da classe pobre:

O caráter exclusivo dessas legislações era necessário. Com efeito, os direitos costumeiros dos pobres tinham por base essa idéia comum de que uma certa propriedade era de natureza imprecisa; não se sabia claramente se uma propriedade era privada ou pública; era uma mistura de direito público e direito privado, tal como encontramos em todas as instituições da Idade Média...

A razão suprimiu, portanto, as formas incertas e bastardas da propriedade, empregando as categorias do direito privado abstrato cujo esquema se encontrava no direito romano. E a razão legisladora acreditava-se tanto mais no direito de suprimir as obrigações que incumbiam a essa propriedade vacilante para com a classe pobre quanto suprimia também, dessa propriedade, os privilégios políticos. Mas ela esquecia um ponto: mesmo do ponto de vista do direito estritamente privado, havia um *duplo* direito privado, um direito privado do proprietário e um *direito privado do não-proprietário*, sem mesmo levar em conta o fato de que nenhuma legislação suprimiu os privilégios políticos da propriedade, mas somente os despojou de seu caráter aventureiro para lhes dar um caráter burguês.²⁰

E é aqui que o jovem Marx cede um instante, simultaneamente, à tentação do *utopismo* e do *passadismo*, no seu desejo de conciliar sua simpatia pela classe despossuída e sua esperança num direito que seria *universal*; ele queria *universalizar* o direito costumeiro dos pobres:

Nós reclamamos para os pobres o *direito costumeiro*, não um direito costumeiro local, mas um direito costumeiro universal, que seria o dos pobres de todos os países. Vamos ainda mais longe: sustentamos que, por sua natureza, o direito costumeiro *só* pode ser aquele da classe mais baixa, dessa classe elementar que não possui nada...²¹

Historicamente, poder-se-ia sustentar que, na sociedade antiga, era a classe pobre que “impunha a ordem”?

A pobreza encontra seu direito na sua própria *atividade*. Pela cata de lenha, a classe elementar da sociedade humana, diante dos produtos da natureza elementar, toma a atitude de alguém que põe ordem...²²

Há, nesses costumes da classe pobre, um senso instintivo do direito; sua raiz é ao mesmo tempo positiva e legítima...²³

“*Tenemos derecho los pobres*” gritavam os amotinados de abril de 1766, em Saragoza.²⁴ E sabemos que, até os anos 1830-1840, uma concepção jurídico-moral implícita animava os rebeldes alemães, ingleses.²⁵

Contudo, a adesão de Marx ao juridismo instintivo da classe pobre é acompanhada de uma *crítica política* e de uma *constatação empírica* quanto ao sentido profundo da instalação de uma nova sociedade, pois:

A forma do *direito costumeiro* é tanto *mais conforme à natureza quanto a existência da classe pobre* não foi até aqui senão um simples costume da sociedade civil, uma vez que esta ainda não encontrou o lugar que cabe à classe pobre na esfera da organização consciente do Estado. Os debates atuais nos mostram, entretanto, como se trata esses direitos costumeiros; eles nos dão um exemplo em que o método e o espírito do procedimento se acham levados até a sua lógica extrema.²⁶

4º. Esse jogo entre a *tentação utópica e filosófica* e a *análise concreta do sentido profundo das situações* caracteriza o conjunto dos artigos sobre os roubos de lenha.

De um lado, a crítica de uma definição arbitrária dos crimes e delitos desemboca em uma evocação de Proudhon, cujo livro *Que é a propriedade?* data de três anos:

Negando a diferença entre espécies essencialmente diferentes do mesmo crime, vós negais o próprio crime em sua distinção do direito...

E mesmo essa opinião, que de atos diferentes retém apenas um ponto comum, e faz abstração de tudo o que os diferencia, não se destrói raciocinando dessa maneira? Se toda violação da propriedade sem distinção nem determinação mais precisa chama-se roubo, toda propriedade privada não seria roubo? Será que, por minha propriedade pessoal, eu não excluo um terceiro dessa propriedade?²⁷

Entretanto, dessa ilusão proudhoniana, Marx tira ainda lições de certa forma conservadoras, talvez destinadas a acalmar seus leitores. De um lado, excluir da comunidade do Estado um cidadão honesto qualificando-o criminoso, não é cortar, à custa do próprio Estado, fibras necessárias a sua vida?

De outro lado, é preciso considerar os perigos de uma situação em que “o povo vê a punição mas não vê o crime; e, pelo próprio fato de ver a punição mas não ver o crime, deixará de ver crime lá onde há punição”.²⁸

A falta de lógica cria a recusa das leis, e, talvez, um dia, as situações revolucionárias. A menos que...

A menos que as mentalidades coletivas sejam, de fato, mais complexas do que as relações e as sanções jurídicas parecem sugerir. Marx descobre também, no fio de sua reflexão precoce, duas noções que ultrapassam largamente o direito no sentido clássico do termo, noções que mais de um comentador recente certamente supervalorizou, mas que encontra sob mais de um aspecto a antropologia, como fundamento psicossocial dos direitos primitivos.

Trata-se, primeiramente, da *reificação*. A Dieta discute longamente sobre a distinção entre madeira verde e madeira morta, mas não hesita em suprimir *o homem*, tal qual a madeira morta, da madeira verde da moralidade coletiva. Uma vez que desconhece as necessidades vitais da família camponesa, ela parece temer, acima de tudo, ver os camponeses atacarem as árvores, na esperança de aumentar as provisões futuras de lenha. Daí a proibição de utilizá-la: “Impossível, escreve Marx, subordinar de forma mais simples e equânime o direito dos homens e o direito das árvores novas”.²⁹

E é assim que o bem *valorizado*, que o objeto tornado mercadoria adquire valor de *fetichismo*. O artigo termina lembrando que os indígenas de Cuba, diante das atitudes dos espanhóis ante seu ouro, acreditaram que se tratava para eles de um *fetichismo*. Admitidos no debate da Dieta, eles teriam acreditado que os renanos tinham a lenha como *fetichismo*.³⁰ Assim, por trás das verdades econômicas profundas, por trás das atitudes jurídicas que os consagram, podem ter lugar fatos coletivos mais inconscientes, que as classes dirigentes têm, aliás, interesse em perpetuar. Assim como o historiador em geral, o historiador do direito tem o dever de não ignorar isso.

Penso, entretanto, que essa abordagem ainda hesitante das noções de *fetichismo* e *reificação* foi mais frequentemente observada, nos poucos comentários concernentes aos artigos sobre a lenha, por causa de seu brilho literário e sua aparência filosófica.

Mais importantes parecem-me (e, por vezes, tão brilhantemente expressas) as análises mais concretas, mais realistas, do fenômeno observado: para fazer aplicar a lei sobre o roubo de lenha, todo poder é dado ao guarda da floresta, público ou *privado*; é ele que *qualifica o delito*, é ele que *fixa a multa*; assim,

A lógica que transforma o empregado do proprietário em autoridade do Estado transforma as autoridades do Estado em empregados do proprietário... Todos os órgãos do Estado tornam-se olhos, ouvidos, braços, pernas, com que o interesse do proprietário ouve, espiona, avalia, protege, pega e corre...³¹

Propôs-se mesmo que as penas fossem executadas sob a forma de corvéia, deduzidas das corvéias comunais devidas pelos proprietários; isso rebaixa, de um lado, os prefeitos e as próprias comunidades ao grau de policiais; de outro lado, “Graças às leis sobre o roubo, a mais-valia florestal, essa miragem econômica, torna-se uma realidade... O delito, para a propriedade, transformou-se em renda”³²

Assim, o circuito é fechado pelo retorno ao *dinheiro*, caráter essencial do capitalismo. A *totalidade* das relações entre o homem despojado de bens, o proprietário, e, por fim, o Estado foi examinada a propósito de um direito recente, de uma legislação em via de elaboração. Quase tudo foi dito, senão tudo, sobre um *processo de transição*, e o foi a *propósito do direito*. Trata-se da transição *de um modo de produção para outro modo de produção*, da morte da sociedade feudal, e a cristalização no direito dos princípios fundamentais do capitalismo.³³

Talvez eu pudesse interromper por aqui minha exposição, já que acabamos de ver, na origem de um pensamento fundamental para uma teoria da história, o lugar ocupado pela reflexão sobre a história do direito.

Contudo, nos instantes que me restam, gostaria de examinar o espaço que poderia ter a história do direito em uma história dos historiadores, aquela que eu sonho em praticar e fazer praticar, e da qual há pouco tempo eu dizia que desejaria ao mesmo tempo *coerente*, *dinâmica* e *total*. A fim de simplificar, pensei, para tanto, em retomar um esquema do qual me utilizei outrora para examinar as relações entre a economia e a história. Trata-se de considerar, diante de cada fenômeno oferecido à análise histórica, primeiro, o fenômeno como *signo* – é a análise da *estrutura*, a análise *na sincronia* –, depois, o fenômeno como consequência, como *produto* das próprias modificações da sociedade estudada, enfim, o fenômeno como *fator*, como *causa*, pois não há fenômeno histórico que, por sua vez, não se torne causa. Tentaremos, pois, examinar o direito como *signo* de uma sociedade, o direito como *produto* da história, enfim, o direito como *causa*, seja porque tende a organizar, a estruturar inovações, seja porque tende a congelar, a cristalizar relações sociais existentes e, por vezes, permanências.

Na sincronia: o direito como signo

O historiador que observa o *funcionamento* de uma sociedade em um momento relativamente estável de sua evolução, vê no direito o *revelador* das regras desse funcionamento.

É, portanto, necessário ele conhecer solidamente, dirigindo-se aos juristas: 1º. os *princípios* do direito escrito e de todo direito *institucional*; 2º. os costumes que têm alcance social *efetivamente vivos*; 3º. uma medida da aplicação *real* das regras assim destacadas, 4º. uma medida da *aceitação sociopsicológica*, única capaz de assegurar uma eficácia quotidiana dessas regras.

Observemos, de início, que toda formação econômico-social, sendo uma combinação de vários modos de produção teoricamente analisáveis, e embora um dentre eles tenha sempre um papel dominante e determinante, temos toda chance de encontrar, em todo tratamento concreto, aplicado, da análise histórica, uma *combinação de sistemas jurídicos* mais que sistemas jurídicos puros.

Sobrevivências de antigos hábitos, alterações no seio de um direito existente, recusas latentes ou marginais, ou ainda recusas ameaçadoras e invasoras: todos sinais “clínicos” da saúde de um sistema.

Pode-se dizer que a simples observação desses sintomas jurídicos, positivos ou negativos, bastaria para *descrever* e *explicar* uma sociedade submetida a estudo? A importância inegável do fato jurídico em um conjunto social induziu e freqüentemente ainda induz a essa ilusão. É o “*institucionalismo*”. Ora, o *princípio de funcionamento* de uma sociedade não é o direito, mas o fato – eu entendo por isso não o “fato” banalmente oposto ao “direito”, mas o *fato socioeconômico fundamental*, que o direito consagra e organiza. Que seja preciso, assim, procurar o princípio de um sistema *na economia*, no cerne da produção, e, portanto, fora do direito, é uma tese plausível. Entretanto, se o direito é a *cristalização* do princípio de funcionamento das relações materiais, e se ele é a *condição* desse mesmo funcionamento, como não teria algo a dizer (ou pouco a dizer) sobre as relações sociais de toda espécie, materiais e morais?

Ora, aqui, os economistas – quer sejam liberais tentados pelos mecanismos de economia “pura” ou marxistas incapazes de distinguir entre materialismo *econômico* e materialismo *histórico* – tendem a isolar o *modelo econômico* – produção e distribuição de todo produto social – das regras jurídicas que o sustentam e que tornam possível esse modelo.

Mas o modelo econômico é apenas o coração de uma *estrutura global*. Suprimam a propriedade privada dos meios de produção, e a liberdade de empresa e mercado, cuja combinação supõe toda uma adaptação do aparelho jurídico, e não terão mais sociedade capitalista. Esta não se define *somente* pela formação, em seu seio, de um *excedente*. Ela se define *também* (talvez *sobretudo*) *por sua apropriação*.

Natureza e limites da propriedade, natureza e limites da liberdade: tais são os grandes fatos jurídicos que definem uma estrutura global. Se a qualificamos como “modo de

produção” é somente para reconhecer que o homem não vive sem produzir e que não haveria história se as capacidades de produção do homem não mudassem. Mas a *maneira* de *produzir*, de *repartir* e de *consumir* supõe um aparelho jurídico (e um aparelho moral, ideológico) que, ao menos a muito longo prazo, possa assegurar *suas regras*. Alguns exemplos mostrarão o sentido histórico dessas constatações.

1. Tomemos o exemplo da escravidão: trata-se de uma propriedade não limitada sobre a pessoa do trabalhador e sobre sua descendência

Não é difícil formular, teoricamente, o *modelo econômico* de tais relações sociais de produção. O escravo fornece seu trabalho em troca de uma substância capaz de assegurar a manutenção de sua própria força de trabalho e sua reprodução de geração a geração (no nível global). O excedente do valor produzido vai, evidentemente, para o senhor. Observemos logo que, se o escravo começasse a produzir tarde e vivesse em média além do esgotamento de sua força de trabalho, o sistema se tornaria pouco vantajoso ao senhor, enquanto que, no regime assalariado, o trabalhador é pago apenas pelo tempo estrito em que produz. Daí a hipótese, freqüentemente formulada, hoje discutida, mas não, sem dúvida, infirmada em todos os casos históricos, de um desaparecimento da escravidão ligado ao decréscimo e, finalmente, à insuficiência da rentabilidade do sistema diante das vantagens do assalariado.

Mas, se os historiadores, em combinação com os economistas, lançam a análise de “casos” diversos, eles devem reconhecer, ao mesmo tempo, que o modelo econômico não é tudo, já que não é necessariamente único e que o princípio da propriedade (aqui, da propriedade sobre o homem) também não é tudo, já que, justamente, pode dar lugar a vários modelos econômicos. Tudo depende da combinação do sistema com outros conjuntos jurídico-políticos não fundados sobre as mesmas relações sociais de produção.

a) A New Economic History provou que, às vésperas da guerra de Secessão, a escravidão nos Estados Unidos era “rentável”. Mas o que significa a palavra e sobre quais bases a prova se fundamenta?³⁴

O cálculo econômico possível aqui se complica – e sob sua forma neoclássica, pode até ser questionado – pelo fato de que o homem (o escravo) é ao mesmo tempo *capital*, *força de trabalho* e *produto*. Ele é, como o boi e o cavalo, *cheptel*; essa palavra é, em francês, a versão popular da palavra erudita “capital”. Mas ele é também *produto*, pode ser *estoque* e, finalmente, torna-se *mercadoria*, já que, como os cordeiros e bezerras, vendem-se as crias de escravo. Essa complexidade torna discutíveis todos os conceitos implicados na análise pela New Economic History. Mesmo as cifras que ela utiliza suscitam ao menos dúvidas.³⁵ Mas pouco importa: cria-se um modelo que permite acreditar

que, graças aos dois aspectos produtivos da escravidão – força de trabalho e auto-reprodução –, a agricultura sulista podia, em certos setores, às vésperas da guerra de Secessão, continuar sendo um “bom negócio” e até uma garantia de crescimento para o produto econômico global. Constatação que, certamente, não explica todos os aspectos da guerra, nem mesmo suas origens, mas que pode *explicar*, num sentido, a secessão (atenção, aqui ainda, aos tênues limites entre “explicar” e “justificar”!).

b) Mas, em Cuba, no século XIX, nos grandes momentos da economia açucareira, o modelo da economia escravista é muito diferente.³⁶ A importação maciça de escravos, seu baixo preço relativo e o enorme excedente produzido pela comercialização do açúcar permitem uma amortização tão rápida das compras de escravos que o sistema só é rentável sob a condição de que a liquidação física do escravo – por morte natural – ocorra apenas após cinco ou seis anos de sua aquisição, condição medianamente realizada. Dessa forma, não há preocupação com a reprodução familiar. E, de fato, constata-se que a família escrava, nesse período, não existe em Cuba. Ainda que haja necessidade de determinar o modelo econômico e, ainda, que a existência das crises (e, portanto, de um subemprego periódico) convide a um exame mais conjuntural, permanece o fato de que o modelo cubano não é o mesmo que a New Economic History aplicou aos Estados Unidos.

c) Ora, encontraríamos, na Antiguidade, outros “modelos” econômicos de escravidão, desde os escravos de grande luxo ou de grande talento que realizavam certas tarefas do nosso “terciário” (inclusive a prostituição e a gestão de uma empresa) até os escravos simplesmente formados por seus senhores para uma qualificação técnica, profissional, e em seguida *alugados*, a altos preços, graças a essa formação: sistema celebrado por Plínio e que Antoine de Montchrestien, no seu *Traicté* de 1615 – primeira obra, não esqueçamos, com o título de *Economia política* –, retomou para qualificar o homem como “instrumento vivo”.³⁷

Assim, a *essência* do sistema continua sendo a extração do excedente econômico. Mas o *meio* e o *signo* são seu fato jurídico (sancionado pelos meios de coerção) da propriedade *sobre o homem e sobre seus filhos*, e não somente sobre sua força de trabalho.

Não esqueçamos o cortejo de fenômenos confusamente percebidos por Marx a propósito do roubo de lenha e que acompanham sempre as construções coerentes em torno de um sistema de relações: tendência à reificação do homem (na escravidão dos tempos modernos, o homem é vendido em *peças*, e a “*pieza de Indias*” é calculada em *comprimento*); esforço de justificação ideológica: ela percorre todas as épocas de escravidão, desde a justificativa *racional* pela necessidade, eficácia, pelas garantias que pode dar ao escravo seu próprio valor-dinheiro,³⁸ até a justificativa *sentimental* do paternalismo sulista dos Estados Unidos ou a justificativa mítica, no mundo ibérico católico, pela “pre-

destinação”, como mostram os textos recentemente comentados por Sylvia Vilar sobre os “*predestinados de Guinéa*”.³⁹

2. Vejamos um segundo exemplo: o direito colonial mineiro, observado em Potosi⁴⁰

O *modo de propriedade sobre o homem e sobre seu produto* não é mais a escravidão. É uma combinação de direitos parciais: 1. sobre o homem; 2. sobre o bem natural (o minério tal como se apresenta na montanha); 3. sobre o bem produzido (minério extraído).

Duplo pertencimento do bem natural: o rei, os concessionários. Duplo pertencimento do produto: o concessionário e, na sua origem, o índio trabalhador. Essa apropriação de uma parte do produto pelo trabalhador é um passo para o assalariado e, também, para o capitalismo, pois a parcela do produto assim concedida é *colocada no mercado*; vende-se, nas praças de Potosí, *plata por plata*, a preços concorrenciais.

Mas esse direito *misto, bastardo*, ameaçaria rapidamente o sistema colonial como monopólio. Com Francisco de Toledo combinam-se, então, o trabalho livre, o trabalho forçado inspirado no sistema comunitário inca e, marginalmente, a própria escravidão. E, de outro lado, há a recusa progressiva, por parte da classe dirigente colonial, de permitir o livre funcionamento do mercado da prata e de pagar o trabalhador sob a forma de uma parte do produto negociável, comercializável.

Imagina-se o trabalho do historiador *ainda por fazer* para calcular e datar cada uma das combinações sucessivamente realizadas em vários modelos econômicos, eles mesmos dependendo de *modificações jurídicas* impostas ou obtidas pelas partes presentes, seguindo suas relações de força a cada momento.

A questão fundamental permanece: Quem trabalha? Em proveito de quem? Onde estão os produtores de valores? Onde os acumuladores de excedente?

Mas o *direito* tem seu lugar evidente no mecanismo. Ele *condiciona* seu funcionamento. Ele é o *signo de seus princípios*, onde se misturam: 1º. *concessões* no sentido feudal; 2º. *obrigações comunitárias* no sentido incaico; 3º. *pressões econômicas* nas quais intervém o *mercado*; 4º. *decisões políticas* nas quais se manifesta o caráter *colonial* dessa sociedade. Tudo isso constitui características *internas* da *estrutura* do Peru colonial. Se, ocasionalmente, o direito é *ditado a partir do exterior* – pensemos nas “*leyes de Indias*” –, a vontade do Estado espanhol longínquo “*se obedece y no se cumple*”.

O *grau de eficácia* da estrutura confrontada a seus próprios fins – aqui a produção de prata para a Espanha, realizada pelo funcionamento de algumas relações sociais de produção na exploração do Potosi – depende, evidentemente, do *grau de coerência* entre o modelo econômico, o sistema de direito realmente aplicado e a consciência de si mesmas que apresentam as diversas classes: no caso de Potosi, conhecemos os argumentos

dos beneficiários do sistema que têm a consciência limpa e a quem não faltam teólogos para tranquilizá-la; mas sabemos também que críticas violentas, em nome da consciência cristã ou do escrúpulo jurídico de alguns europeus, tentaram contradizer ou limitar as condições de exploração do trabalho; não ignoramos, enfim, as resistências mais ou menos passivas, as fugas, as ameaças de revolta dos índios que o cronista Capoché acusa, entretanto, de não ter o sentido “político” da solidariedade...

Sente-se que somente uma *história total* pode cobrir as exigências de nossa curiosidade sociológica quanto ao sistema. Quem pode duvidar da necessidade de incluir o estudo do *aparelho jurídico* aí implicado e de suas modificações? Quem pode duvidar de que, em contrapartida, uma “história do direito” concernente somente a esse aparelho jurídico não compreenderia nem as causas nem as conseqüências *de sua própria evolução*? Pois é fora do direito que aparecem as forças que exigem as mudanças no direito. E não há estudo na “sincronia”, não há pesquisa de “estrutura” que possa se isolar de um passado e de um devir.

3. Algumas palavras sobre o “regime feudal”

Dentre os “modos de produção” – significando essa expressão uma totalidade histórica com estrutura determinada e determinante –, sem dúvida, eu poderia e até deveria ter escolhido exemplos clássicos e puros, em lugar de combinações complexas correspondendo a “casos” históricos particulares. E, sem dúvida, como modo de produção em que nem a propriedade, nem a liberdade do agente humano são absolutas, eu poderia e deveria analisar o “feudalismo”. Mas como ousar tratar do “feudalismo” clássico na presença de Witold Kula, seu teórico econômico mais eminente, e de tantos medievalistas, juristas ou historiadores, todos mais competentes que eu? Além disso, as reflexões sobre a transformação da cata de lenha em “roubo”, na Renânia dos anos 1840, já nos disseram muito sobre o caráter “bastardo” da propriedade feudal e sobre a necessidade de transformá-la em caráter absoluto para chegar ao modo de produção capitalista.

Mas não é inútil, para nosso objetivo, dizer aqui uma palavra sobre a famosa querela: é preciso reservar a qualificação “feudalismo” ao fato *politico-jurídico* da alta época à qual os historiadores (e, entre eles, justamente, aqueles que sofreram em demasia a influência da escola histórico-jurídica alemã) geralmente reservaram esse nome? Temos o direito de empregar a palavra como o fizeram, com evidentes objetivos de crítica ideológica, os homens das “Luzes”, o século XVIII francês? Ou podemos, enfim, à maneira marxista, considerar “feudal” o conjunto econômico-jurídico-político – o “modo de produção” – que esteve em vigor em grande número de países antes do capitalismo?

Certamente, para essas sociedades, como para qualquer sociedade, o *problema de fundo* é: como *se forma* e como *se apropria* a parte do produto social global que não vai para remuneração direta da força de trabalho? Em suma, como esse produto global se distribui entre as classes? E, portanto, como funciona na base a “empresa feudal”, quer seja expedição, cruzada, arroteamento monástico ou complexo domínio senhorial?

Mas como a veríamos funcionar realmente se não definíssemos, em cada fase da formação, do equilíbrio, depois da destruição do feudalismo, o *direito* – ou melhor, *os direitos*: 1º. do senhor; 2º. da Igreja; 3º. do rei (se ele existir); 4º. do camponês? E, por “camponês” é preciso compreender *até o servo*, ao menos em certos casos. Pois, como nos lembrava Marx, a propósito das “sociedades de privilégios”, nas sociedades capitalistas a classe mais baixa também tem direitos. Pensemos que, para o servo, o direito *de ficar na sua tenure* limita singularmente o direito sobre a terra do senhor.

Em todo esse conjunto, o *direito* – e pouco importa que seja “costumeiro” – parece-nos bem essencial, principalmente *como signo*. Pois ele estrutura certas relações sociais em que entra, certamente, um direito de propriedade – e de propriedade *ao mesmo tempo sobre a terra e sobre as pessoas* –, mas em que, diferentemente do capitalismo, quando se trata da terra, e da escravidão, quando se trata de pessoas, esse direito de propriedade *não é um direito absoluto*. É *entre os limites do direito de propriedade* e sobre a terra, e sobre as pessoas, que convém colocar todos os problemas dos tempos feudais.

Assim, os temas deste colóquio – lugar da história do direito numa história total das sociedades – entram em cheio nas discussões hoje em curso – quer sejam implícitas ou explícitas – entre marxistas que – como Witold Kula – são tentados pela formulação de modelos econômicos no quadro feudal⁴¹ e historiadores economistas marcados pela New Economic History, que, depois de se terem proposto a aplicar aos tempos feudais modelos emprestados aos mecanismos capitalistas, percebem hoje a necessidade de levar em conta fatos institucionais, estruturas que modificam o sentido das palavras “liberdade”, “propriedade”, “mercado”, “empresa”. Arcadius Kahane, em recente nota sobre a servidão, pergunta-se se a perda (progressiva ou brusca) dos direitos do homem sobre o homem não é o que inspira, nas classes dominantes, o desejo de tornar mais absolutos os direitos sobre a terra. É como encontrar, em 1973, a problemática que Marx descobria... em 1842!⁴² Portanto, não é proibido esperar que as fórmulas ditas “novas” – e todas *parciais* – da historiografia (economia, politologia, psicologia, etc.) em breve encontrem as formas antigas (como a velha “história do direito”) no seio de uma história total cujo conceito central seria o de *modo de produção*.⁴³

Entretanto, isso suporia um improvável abandono de muitos preconceitos ideológicos, não somente por causa das origens desse conceito, mas porque constituir a histó-

ria total é assumir integralmente a crítica de todas as ordens sociais, antigas, existentes, nascentes. É, para dizer a verdade, jogar a dúvida sistemática sobre a justificação pela existência, aquela que Marx reprovava em Gustav Hugo.

4. Direito e modos de produção capitalista e socialista

Não nos esqueçamos, de fato, que o isolamento sistemático do econômico, no método dos modelos, atinge geralmente, pela simples constatação de eficácia, uma apologetica.⁴⁴

Referindo-se implicitamente às suas origens liberais, o argumento econômico “puro” freqüentemente esquece os fundamentos jurídicos da sociedade civil capitalista – *propriedade absoluta e liberdade de empreender*. Ora, esses fundamentos só valem se garantidos pela autoridade do Estado. Sabemos hoje que o caráter jurídico dos adiantamentos senhoriais ou da exploração dos escravos não congelava de modo algum as proporções relativas na repartição do produto no seio das antigas sociedades. Inversamente, a repartição dos lucros, que parece, no regime capitalista, de origem essencialmente econômica e conjuntural, depende também das lutas de classe e das intervenções do Estado. Portanto, direito fiscal e direito social entrarão, necessariamente, em toda “análise de caso” no seio do capitalismo.

Entretanto, aqueles a quem interessa a história ideológica (e ela é interessante!), perceberão rapidamente as modificações sucessivas dos *aparelhos justificativos*: tal manual de economia política conservará o núcleo explicativo do liberalismo absoluto;⁴⁵ tal tratado institucional ou psicológico insistirá, ao contrário (supervalorizando-as), nas conquistas jurídicas e nas intervenções do Estado em favor das classes pobres, sem insistir nos mecanismos permanentes de exploração do trabalho.

Sem falar – e seria preciso falar disso – da ampla gama de *aparelhos repressivos* que cobrem politicamente formas diversas de um modo de produção único. Ora, um aparelho repressivo nunca é totalmente descolado das regras de direito que se costumam respeitar, seja porque escolhe transgredir sem proclamá-lo, seja porque decide suspender, como se diz, as “garantias constitucionais”. Direito público e direito privado, história jurídica e história política são constantemente mescladas: e a própria economia depende disso.

Ainda aqui, as últimas discussões entre economistas-historiadores da escola americana se juntam – mas sem entabular um verdadeiro diálogo – às preocupações nascidas entre os marxistas em torno do conceito de *propriedade*. A própria *legitimidade* do cálculo econômico (ou, ao menos, de um ou outro cálculo) depende, como muito bem demonstrou Charles Bettelheim, do grau de significação que assumiram os termos “propriedade”, “detenção”, “posse” dos meios de produção em diversos níveis nos sistemas socialistas em via de elaboração.⁴⁶ E, logicamente, de todo o conjunto institucional, jurídico, poli-

tico capaz de definir, na prática e na teoria, eficazmente ou não, o alcance social dessas palavras.

O direito, *signo* e *testemunho* no estudo de um sistema, *faz parte* do modelo que o historiador deveria construir.

Na diacronia: o direito como produto da história

Evocando há pouco a “suspensão das garantias constitucionais”, evocávamos o caso mais claro: aquele em que o direito público deriva de decisões políticas que formulam seus princípios e delimitam suas aplicações. Mas isso é verdade até nos países onde as constituições não são escritas. E verdadeiro (ainda que menos aparente) para numerosos domínios do direito privado. Todo direito nasce de um feixe de causas que emerge do trabalho do historiador, quer este possa fixar “o dia” desse “nascimento” ou deva observar sua elaboração em vários séculos.

Disso – e bem antes da “Escola histórica” – os homens sempre tiveram uma vaga consciência. Contudo, muitas vezes, aconteceu que os maiores espíritos tenham preferido a robinsonada ao sentido da história e o mito original à observação do cotidiano. Quando Rousseau escreveu “O primeiro que, tendo cercado um terreno, e se atreveu a dizer: isto é meu, este foi o fundador da sociedade civil”, ele não viu (a menos que tenha bancado o ingênuo) que o que descrevia era a realidade criadora de *seu século*, o triunfo dos cercamentos ingleses, o ataque generalizado contra os bens comunais, em suma, o surgimento do “individualismo agrário”, e, portanto, da sociedade civil capitalista, e não da sociedade civil pura e simples.⁴⁷ Acontece até de os historiadores – mesmo os maiores – se recusarem a *abrir os olhos* diante de certas realidades ou de mudanças na realidade, quando elas fazem parte do cotidiano. Marc Bloch registrou como Fustel de Coulanges, em carta a Maitland, negava a existência da *vaine-pâturage*⁴⁸ na França no momento mesmo em que o Parlamento discutia sua abolição!

É que o direito não está somente nos textos e não se cria de uma vez, por vontade ou por imaginação dos homens, mas pelos impulsos espontâneos da necessidade coletiva, sentida diferentemente conforme o estado das técnicas de toda espécie: materiais, econômicas, intelectuais. Uma mudança de modo de produção implica uma mudança no modo de pensar.

Evidentemente, a Revolução Francesa permanece um fenômeno histórico típico, em que a modificação jurídico-política, simbolizada, ao menos, tanto pelo código de Napoleão quanto pela noite do 4 de agosto ou pela Declaração dos direitos, às vezes antecipa – como fará por sua vez a Revolução Russa – o grau de evolução das forças econômicas e o grau de evolução das mentalidades. Em toda revolução, porque o jogo é dominado pela

elite de uma classe ascendente, mas ainda minoritária, existe uma parcela de voluntarismo que *por um tempo avança o direito adiante do fato*.

Não isolemos, entretanto, a Revolução Francesa. Ela é, evidentemente, atrasada, quanto às transformações sociais, em relação à Revolução inglesa, na qual, em contrapartida, por causa de sua precocidade *de base* (economia e sociedade), a forma política retarda; aliás, ainda retarda. Mas a Espanha dos anos 1760, apesar de seus atrasos profundos, que se prolongarão por muito tempo, está dez anos à frente da França na elaboração das leis liberais sobre a circulação de grãos; Campomanes precede Turgot; e o resgate da propriedade eclesiástica é anunciado, requisitado por ele, muito tempo antes da venda dos “bens nacionais” na França.⁴⁹ Que situações – e de qualquer forma problemas – de mesma natureza jurídica tenham sido assim criadas simultaneamente em países de estruturas desigualmente evoluídas, não se explica, portanto, por “imitações” ou “influências”, mas por tomadas de consciência diante de realidades similares, sobrevivendo em datas diversas, circunstanciais, e das quais a seqüência dos acontecimentos demonstra a eficácia.

Desculpo-me junto aos medievalistas por tomar aqui um outro exemplo pertencente à Idade Média, sobre questões que por muito tempo me pareceram obscuras, que eu tinha estudado sobretudo em Marc Bloch, que ainda estão em discussão e provavelmente não estão resolvidas. Quero falar da servidão.

Não tenho nenhuma competência sobre o problema da servidão em geral, mas, confrontando-me com um problema localizado e concreto, em que tive a sorte de ser esclarecido por dois grandes historiadores – Ramon d’Abadal e Jaume Vicens Vives –, compreendi como *uma* servidão, entendamos servidão de *um certo tipo*, pode não ter resultado, como acreditava Inojosa, de uma longa história jurídica remontando aos romanos, mas sair de uma história material e relativamente breve, a de uma luta entre senhores e camponeses em torno da terra e da mão-de-obra, no tempo em que o *front* catalão da Reconquista, progredindo, impelia a uma emigração incessante. Contra essa emigração, em todo o Leste catalão, os senhores tiveram que tentar agregar a força de trabalho à terra; e eles o fizeram pela violência, com o “direito” de “maltratar” com a utilização de “maus modos”, cujo nome diz bastante do caráter duvidoso, mas que tomaram, num certo território, cada vez mais aspectos de obrigação e de “direitos”. Os camponeses submetidos ao resgate em dinheiro, se quisessem deixar a terra – os “homens de *remensa*” – tornavam-se então a classe discriminada, quase de casta, pois em pleno século XIV a Igreja decidiu fechar-se diante deles. Assim, pode-se *criar* um tipo de relações sociais e uma espécie de “direito”, pela ação de homens que tentam fazer crer (e eles mesmos acabam por acreditar) na natureza eterna ou ao menos “imemorial” de sua própria criação.⁵⁰

Mas ocorrem *atos maciços*, dos quais, aliás, é difícil dizer se também não são de origem *social* tanto quanto “natural”: são as catástrofes demográficas do século XV. Elas modificam a *relação de forças* entre as classes sociais antagônicas, cujo conflito era até então latente; elas o transformam em conflito aberto. Despovoando uma parte das fazendas catalãs, as pestes colocam de repente os “*remensas*” em posição *econômica* favorável diante de seus senhores. Mas será necessário, para eliminar sua inferioridade *jurídica*, uma *guerra social* de mais de cem anos. O conflito é bastante poderoso para fazer dos “*remensas*” uma *classe organizada*, com a qual o Estado – o rei – deve contar e que ele utilizará. É preciso esperar, entretanto a virada do século XV – nova conjuntura, demografia estabilizada, poderes políticos modificados – para que se crie uma *situação jurídica nova*: a da Sentença de Guadalupe, aliás, confusa e complexa, pois *liberta* o camponês sem suprimir inteiramente os direitos senhoriais e as distinções jurídicas feudais. A história do direito dependeu da história em seu conjunto. Em uma primeira fase de estudos, nós a tínhamos isolado em demasia.

Outra lição a tirar do exemplo dos “*remensas*”: a história *faz* o direito; ela também o *desfaz*.

Se quiséssemos prová-lo com outro exemplo – o da dissolução progressiva das sociedades de escravidão –, quantos elementos seria preciso conjugar! 1º. A *crítica ideológica*, que geralmente vem do *exterior*, a dos “Amigos dos Negros”, a de Antillon; são as mais frequentemente invocadas – elas elogiam o homem; são, infelizmente, as menos eficazes; 2º. a “*crítica das armas*”, que também pode vir do exterior, por razões complexas, que a New Economic History, no exemplo estrondoso da “guerra de Secessão”, não tentou esclarecer até agora;⁵¹ 3º. a *crítica da violência*, senão das armas, vindo eventualmente do *interior*: fuga, recusa de trabalho, revoltas, enfim, mais ou menos organizadas, sobretudo depois do exemplo, finalmente seguido, da revolução haitiana; 4º. não esqueçamos o que German Carrera Damas, numa fórmula feliz, chamou de “dialética da liberdade”: querendo eles próprios se libertarem de uma tutela, a da Espanha, os proprietários de escravos, no mundo ibero-americano, colocaram-se na delicada situação de gente que apela às armas para a liberdade de gente que é escrava! Para isso, Bolívar, em 1810, e Céspedes, em 1868, libertam seus próprios escravos, e não se pode recusar a liberdade aos combatentes “*mambis*” dos exércitos de Maceo.⁵²

É lógico que nem todas as dissoluções progressivas de regras jurídicas derivam apenas dos processos que sublinhamos até agora (desgaste de funcionamento nos modos de produção, revoluções político-sociais). Alguns grandes fatos importantes, na evolução da civilização ou da ciência, tiveram igualmente suas repercussões – lentas ou rápidas – no domínio do direito. Mas, mesmo aí, as conjunturas materiais explicam frequente-

mente (ou *datam*) as inflexões mais sensíveis. Assim, a dura legislação francesa sobre o aborto é diretamente derivada, em 1920, de uma consciência coletiva brutalmente enlouquecida pela situação demográfica revelada em seguida à primeira guerra mundial. As tendências atuais de modificá-la respondem, seguramente, a uma situação demográfica singularmente diferente, que traz a consciência confusa de uma dificuldade em empregar as numerosas classes do “*baby-boom*”. Entretanto, as inovações científicas em matéria de contracepção, sua aceitação generalizada, a recomendação que dela se faz às populações chamadas “subdesenvolvidas”, não podem ser estranhas à brutal transformação mundial, nesse domínio, das legislações e dos costumes. Ainda um belo tema de “história total!”

O direito, *signo* dos modelos de funcionamento das sociedades, é signo também das *etapas de civilização*. Isso faz parte, portanto, da “evolução da humanidade” – termo ao qual não renuncio, de minha parte, na definição das preocupações do historiador. Pode-se acreditar no progresso do Direito se se acreditar no progresso da condição humana, na medida, precisamente, em que o Direito é o *produto da História*.

Na diacronia: o direito como causa

É necessário acrescentar que o direito, produto da História, é também um *fator* dela? Como todo elemento da totalidade histórica, o produto o transforma em causa. Ele é causa pela simples posição na estrutura do todo. Não há elemento passivo no complexo histórico.

O direito – retomemos aqui as lições dos primeiros artigos de Marx, inspirados pelos debates da Dieta Renana – *nomeia* as relações entre os homens diante dos bens e as *infrações* às regras dessas relações. Ele sanciona e assim põe em marcha o *aparelho repressivo* cujas modalidades ele também estabelece.

Mas, *por isso mesmo*, o direito *modela as mentalidades*. Se for verdade que, no início, é difícil a um novo direito fazer os homens formados nos velhos costumes acreditarem que o roubo de lenha é um crime ou mesmo um simples delito, acontece que, ao fim de certo tempo, todo ato sancionado como delito passará por tal. O *conformismo espontâneo* dos homens em sociedade é um fato sociológico considerável. Quantos homens não suportaram a humilhação de passar num tribunal ou uma estada na cadeia!

Forjando mentalidades, um direito reforça sua eficácia, e, com isso, as estruturas que ele consagra. As próprias *formas de aplicação* de um direito revelam em grande parte a *história das mentalidades*. Uma tese recente sobre a cidade de Caen no século XVIII descreveu, segundo textos da época, a última execução pública, por esquartejamento, por crime de direito comum, o próprio acusado acusando-se e cantando nos suplícios, diante de uma imensa multidão cantando com ele. Mas isso marca também o fim de uma visão religiosa do castigo e do crime, pois não se encontra um exemplo desses nos nossos dias.

Quando se apaga o caráter espetacular da sanção, muda a própria noção de crime.⁵³ Quando as execuções se tornam clandestinas, coloca-se em dúvida sua legitimidade.

Eu não acredito, entretanto, que convenha confundir a história do direito e história das mentalidades ou se contentar em justapor essas duas histórias e outras histórias. É a interação entre ambas que se deve procurar captar.

Assim, a combinação entre interesse particular, interesse de classe, visão jurídica de um direito e pano de fundo das crenças religiosas é particularmente interessante na história do dízimo. Na França, em certas regiões, a recusa do dízimo ou a fraude sem complexo contra seu pagamento são regra no século XVIII, bem antes da revolução, que suprimirá sua obrigação jurídica. Mas, em outras regiões, o dízimo será pago conscientemente, apesar de qualquer legislação existente, até muito tarde no século XIX. Assim, a consciência de uma obrigação pode sobreviver a uma modificação jurídica, enquanto que sua negação pode, em outro lugar, antecipar sua supressão.⁵⁴

É porque a noção de *direito* não é apenas uma noção intelectual. A *crença no direito*, que os artigos sobre o roubo da lenha já iluminavam, simboliza-se, se se quiser, na resposta dada ao moleiro de Sans-Souci (e pouco importa sua autenticidade): Há juízes em Berlim! Mas eu achei essa crença particularmente viva nos textos que trabalhei recentemente, a propósito dos “*motines*” espanhóis de 1766. Parece que os organizadores da revolta urbana de Saragoza – não digo seus *instigadores*, pois a revolta é *espontânea* –, sem dúvida, são juristas ou eclesiásticos, que dão uma forma *jurídica* aos desafios que lançam aos administradores públicos, como o intendente, e aos mercadores, considerados açambarcadores, invocando todas as formas do Direito – direito civil, direito privado, direito público, direito canônico – e afirmando que se o “bem público” é contrariado ou simplesmente negligenciado há um *direito à insurreição*. Não à insurreição *política*, como o afirmará a efêmera constituição francesa de 1793, mas à insurreição *social*. Em nome de um “direito dos pobres”, de um “direito à vida”, sobre “*los bienes de los Pobres representados en Cristo*”. As fórmulas finais dos cartazes que empregam essas expressões são pastiches do estilo *legislativo*: “*Nos... mandamos... por su mandado*”, etc. Ora, o povo leva tudo isso a sério; ele grita “*tenemos derecho los pobres*”, “*no queremos la vida que es de Dios, sino lo que es nuestro*”. Esse “instinto jurídico” popular agrega-se aqui ao secular direito *contra a usura*, que sobrevive nas exigências psicológicas no próprio momento em que perde seu vigor na aplicação.⁵⁵ Outros exemplos de moral e de juridismo do mesmo tipo foram recentemente destacados na Alemanha e na Inglaterra.⁵⁶

Com o *aspecto complementar*: se *deixam de acreditar* na natureza criminosa de um ato, porque não o cometeriam? E é a outra face do díptico: o domínio da ilegalidade, do banditismo erigido em modos de vida e tacitamente aceito por certas camadas sociais

como protesto espontâneo contra a opressão social e sobretudo fiscal. Alguns abusos do direito criam um contradireito.

Nesse domínio, desvendado por Eric Hobsbawn, gostaríamos, aliás, de seguir duas pistas contraditórias e complementares. De um lado, as imagens do passado, as nostalgias dos antigos direitos destruídos pela história nas instituições, mas que permanecem vivos na alma dos que haviam deles aproveitado como classe.⁵⁷ Mas existe também uma aspiração espontânea do homem a um direito ideal, que, contrariamente às imagens precedentes, denuncia o passado e projeta no futuro uma esperança que sempre contradisse a história: Anselmo Lorenzo, no seu *Proletariado militante*, põe na boca de Serrano Oteiza esse “puro critério revolucionário”: a força coercitiva do Estado é “*desde sempre inimiga do verdadeiro direito*”.⁵⁸ Nós reencontramos a problemática de Marx em 1842: deve existir um direito em si, um direito racional, universal; mas quem dita o direito positivo? O Estado? Mas quem faz o Estado?

Do “É legal porque eu o quero”, pronunciado pelo rei da França no “trono real”, ao “Que quer o povo?”, das jornadas revolucionárias de Paris, do “interesse geral” invocado pela Declaração dos direitos do Homem, ao interesse supremo, mais limitado, mas dado como absoluto, “da Pátria”, segundo os nacionalismos do século XIX, o Direito ganhou justificativa mais frequentemente *no social* do que na moral pura. E é porque, antes de tudo, ele emerge da História.

Mas lembremos a controvérsia que evocamos contra Hugo e a Escola histórica do Direito. A história, certamente, deve ser estudada para compreender o direito, pois que o direito é parte integrante da história. Suas relações permitem discernir o peso histórico dos interesses, como o papel das ideologias. Mas *compreender* não é nem *condenar* nem *justificar*: compreender é *criticar*.

Notas

* VILAR, P. *Une histoire en construction*. Paris, Gallimard/Le Seuil, 1982, pp. 265-291.

** Pierre Vilar (Frontignan, 1906 – S. Palais, 2003) escreveu notáveis obras, dentre as quais *La Catalogne dans l'Espagne moderne* (3 v., Paris: SEVPEN, 1962); *Une histoire en construction* (Paris: Gallimard: Seuil, 1982); *Hidalgos, amotinados y guerrilleros* (Barcelona: Crítica, 1982); *A Guerra de Espanha* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989); *Pensar Historicamente. Reflexiones y recuerdos* (Barcelona: Crítica, 1997); *História de Espanha* (2.^a Edição, Lisboa: Livros Horizonte, 1992). O Comitê de Iniciativa do “Atelier Pierre Vilar pour une histoire en construction” patrocinou várias comunicações em outubro de 2004, em Nanterre, resultando no livro a ser lançado no Brasil e organizado por Arón Cohen, Rosa Congost e Pablo F. Luna intitulado *Pierre Vilar – uma história total, uma história em construção* (Bauru/SP: Edusc, no prelo).

*** Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: Ilka_Stern@uol.com.br

¹ Comunicação no Colóquio internacional de História do Direito, Universidade de Granada, 1973. Von einem Rheinländer. Die Verhandlungen des 6. Rheinischen Landtags. Erster Artikel. Debatten über Pressefreiheit und Publikation der landständischen Verhandlungen “*Rheinische Zeitung*, 125, 5 de maio de 1842. “Das philosophische Manifest der historischen Rechtsschule”, *ibid*, 221, 9 de agosto de 1842 (cf. Marx -Engels, *Werke*, Berlin, 1964, t. I, pp. 28-85). Sobre a *Rheinische Zeitung*, cf. A. Cornu, *Karl Marx e Friedrich Engels , leur vie et leur oeuvre*, Paris , 1958, t. II, pp. 1-15.

² ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris, 1965.

³ “Das philosophische Manifest.”, art. cit., p. 78.

⁴ *Ibid.*, p. 84: “Hugos Nachfolger den Beruf haben, die *Gesetzgeber unserer Zeit* zu sein” (palavras sublinhadas por Marx).

⁵ Cf. SAVIGNY , *Vom Beruf unserer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*, Heidelberg, 1814.

⁶ “Das philosophische Manifest” art. cit., p. 79: “*Jede Existenz* gilt ihm für eine *Autorität* , jede *Autorität* gilt ihm für einen Grund” (palavras sublinhadas por Marx).

⁷ *Ibid.*

⁸ *Ibid.*, p. 84: “unhistorische Einbildungen”.

⁹ *Rheinische Zeitung* , 298, 300, 305 e 307, de 25, 27, 30 de outubro e 3 de novembro de 1842, artigos sempre intitulados “Verhandlungen des 6. rheinischen Landtags” e assinados “Von einem Rheinländer”; aqui, “Drittel Artikel, Debatten über das Holzdiebstahlgesetz “[Debates sobre a lei do roubo de lenha] (cf. Marx-Engels, *Werke*, op. cit.,t. I, p. 109-147).

¹⁰ *Ibid.*, p. 117, para a riqueza das fontes germânicas do direito costumeiro dos pobres; p. 147, sobre o abandono do provincianismo renano.

¹¹ *Ibid.*, p. 110. E para isso basta uma simples modificação na *redação* de um artigo!

¹² *Ibid.*, p. 112.

¹³ *Ibid.*, p. 110.

¹⁴ *Ibid.*, p. 126.

¹⁵ *Ibid.*, p. 114: “Der Wert ist das bürgerliche Dasein des Eigentums...”

¹⁶ *Ibid.*: “Diese Gesetzbestimmung ist gut, soweit sie mir nutzt, denn mein Nutzen ist das Gute”.

¹⁷ *Ibid.*, p. 119-120: o parágrafo opõe de maneira chocante o velho vocabulário pejorativo (monopólio) ao vocabulário moderno apologético (propriedade) e os interesses modernos dos “geldfuchsenden HandelsKrämer” aos “urteotonischen Interesse von Grund und Boden”

¹⁸ *Ibid.*, p. 116.

¹⁹ *Ibid.*, p. 117 (grifo nosso).

²⁰ *Ibid.*, p. 118 (grifos de Marx).

²¹ *Ibid.*, p. 115 (grifos de Marx).

²² *Ibid.*, p. 119.

²³ *Ibid.*, p. 119.

²⁴ *Relación individual y verídica del suceso acontecido en la ciudad de Zaragoza el día 6 de abril de 1766... por don Thomas Sebastián y Latre*, Saragossa, 1766, p. 56; cf. VILAR, P. “El motín de Esquilache y las crisis del antiguo régimen”, *Revista de Occidente*, fev. de 1972, p. 229.

²⁵ Cf. THOMPSON, E. P. “The Moral Economy of the English crowd in the Eighteenth Century”, *Past and Present*, fev. 1971, pp. 76-136, e Richard Tilly, *Journal of Social History*, 1970, pp. 1-17.

²⁶ *Rheinische Zeitung*, art. cit., p. 119 (seqüência do texto citado, cf. n. 23; mesma observação para as expressões sublinhadas).

²⁷ *Ibid.*, p. 113.

²⁸ *Ibid.*, p. 112.

²⁹ *Ibid.*, p. 111.

³⁰ *Ibid.*, p. 147.

³¹ *Ibid.*, p. 130 (passagem sublinhada por Marx).

³² *Ibid.*, p. 136.

³³ Cf. , *ibid.*, pp. 134-135, os jogos de palavra “schöne Handlung”, “Das Interesse denkt nicht, es rechnet”, “Mehrwert”, etc.

³⁴ O problema da escravidão, de seus efeitos econômicos e das conseqüências de sua extinção é um dos temas preferidos da *NEH*. Cf. *New Economic History*, seleção por P. Temin, Penguin Books, 1973, 6ª. Parte, pp. 33-428, e *Journal of Economic History*, 33, março de 1973 (32ª. Conferência da Economic History Association), pp. 43-65 , 66-85, 106-130. Contra as teses de PHILIPPS, U. B., *American Negro Slavery*, 1918, e de RANDSELL, C. W., “The Natural Limits of Slavery Expansion”, *Mississippi Valley Historic Review*, 1929, sobre a rentabilidade decrescente da escravidão, ao menos desde 1860, o artigo de CONRAD, A. H. e MEYER, J. R., “The Economics os Slavery in the Antebelum South”, *Journal of Political Economy*, 1958, pp. 95-130, foi uma das primeiras explicações do cálculo neoclássico para a história econômica. Explicada por Y. Yasuba e E. Saraidar (1964), discutida por GENOVESE, E. D., *The Political Economy of Slavery in the Economy and Society of the Slave South*, New York, 1965, esse exemplo foi utilizado e retomado em todas as exposições gerais da *NEH* (Fogel e Engerman, Andreano, Temin North, etc).

³⁵ Não dispendo das expectativas de vida dos escravos do sul, calcula-se sobre cifras concernentes aos negros do norte; numerosas cifras são adotadas como “prováveis” ou “verossímeis”; e a utilização das médias torna sonhador o menos escrupuloso dos discípulos de Simiand.

³⁶ Os trabalhos que Gérard Aubourg desenvolve, criticando as visões clássicas da escravidão cubana, mostram como os homens do século XIX, de Ramon de la Sagra a Lery-Beaulieu, e, sobretudo, os homens ligados à vida prática – exploradores de escravos, homens de negócio, cônsules franceses informando seu governo – tiveram uma forma de análise muito próxima daquela da *NEH* quanto aos cálculos de amortização e rentabilidade fundados sobre as probabilidades demográficas, mas aplicados a um caso muito diferente.

³⁷ MONTCHRESTIEN, A. De. *Traicté de l'oéconomie politique*, 1615.

³⁸ Lembramos da justificativa de Aristóteles, retomada por Montchrestien e diversos autores do século XVII (Cellorigo a propósito dos Mouros); Marx a denuncia em Gustav Hugo (*Werke*, op. cit., p. 82); e ela não está ausente das análises da *NEH* (noção de “necessidade”), cf. Conrad e Meyer in: *New Economic History*, 1973, p. 381.

³⁹ VILAR, S. “Los predestinados de Guinea”, in *Mélanges de la Casa Velásquez*, 1971, pp. 225-326.

⁴⁰ Analisei este exemplo segundo a crônica de Capoché em VILAR, P. *Or et Monnaie dans l'histoire*, Paris, 1974, cap. 14.

⁴¹ W. Kula , *Théorie économique du système féodal. Pour un modèle de l' économie polonaise, 16-18. siècle* , Paris, La Haye, 1970 (edição polonesa redigida em 1962), e sua bibliografia; de outro lado, *Journal of*

Economic History, março de 1973, sobretudo A. Alchian e H. Demsetz, “The Property Rights Paradigm”, p. 16-27; ENGERMANN, S. “Some Considerations Relating to Property Signs in Man”, pp.43-65; KAHANE, A., “Notes of Serfdom in Western and Eastern Europe”, pp. 86-99. Este último artigo faz alusão a uma discussão direta com W. Kula, mas refere-se também a três textos importantes sobre as mesmas questões; Hicks, *A Theory of Economic History*, Oxford, 1969, D. C. North e R. C. Thomas, “An Economic Theory of the Growth of the Western World”, *Economic History Review*, abril de 1970, e “The Rise and Fall of the Manorial System. A Theoretical Model”. *Journal of Economic History*, dez. de 1971.

⁴² KAHANE, art. citado, p. 98, n. 9: “*My own inclination in providing a rough summary of the development from a system of feudal tenure to a fundamentally different system of tenancy in Western Europe would be to say that the abolition of property in men took place at the price of acquisition of unfettered and unlimited property rights to the land retained, by the former serf-owning class*”.

⁴³ Cf. VILAR, P. “Histoire marxiste, histoire en construction. Essay de dialogue avec Althusser”. *Annales ESC*, jan-fev., 1973, pp. 165-198 (Tradução brasileira in NORA, P. e LE GOFF, J. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1976, pp146-178, n. do t.).

⁴⁴ Noto que as conclusões apoloéticas da *Histoire économique des États-Unis*, de Clough, cuja análise poderia parecer velha, são mantidas, com o mesmo vocabulário (fenômeno sem equivalente, ultrapassagem dos sonhos mais otimistas) em NORTH, D. C. *Growth and Welfare in the American Past, New Economic History*, Englewood Cliffs (N.J.), 1966, *in fine*.

⁴⁵ O de Samuelson, tipicamente.

⁴⁶ BETTLEHEIM, Ch. *Calcul économique et Formes de propriété*. Paris, 1970, particularmente pp. 122-124.

⁴⁷ Chamo a atenção aqui para uma pesquisa de fôlego, que está sendo redigida, sobre os problemas teóricos do “bem comum”, a partir de um caso concreto: PELLETIER, A. *Communauté rurale et Bien commun. Recherches sur les structures et les aspirations communautaires en haute Picardie de la fin de l’Ancien Régime au d’but du nouveau (1775-1848)*.

⁴⁸ Costume feudal que consistia no direito de soltar o gado para pastagem não apenas nas terras comunais, mas ainda nas parcelas que cabiam aos camponeses [n. do t.]

⁴⁹ Cf. VILAR, P. “El motín de Esquilache...”, art. cit., especialmente pp. 206-209.

⁵⁰ Cf. VILAR, P. *La Catalogne dans l’Espagne moderne*. Paris, 1962, t. I, pp. 464-471, especialmente a discussão da “Constituição”: “Com a molts entenents...” de 1413, e a confrontação dos trabalhos de Inojosa, Piskorski, Vicens, Anguera de Sojo. Os trabalhos de R. d’Abadal demonstraram, por outro lado, o caráter *livre* do campesinato no século X.

⁵¹ Um dos “furos” mais espantosos da obra de North, sobre a história econômica dos Estados Unidos, é esta ausência de análise sobre as relações econômicas entre o Sul e o Norte às vésperas da guerra.

⁵² Na reunião da Comissão internacional dos movimentos sociais e das estruturas sociais em Viena, em 1965; cf. a publicação correspondente, Paris, 1971, t. II, pp.176-177, limites da noção.

⁵³ A grande tese de PERROT, J.-Cl. *Genèse d’une ville moderne, Caen au XVIIIème siècle*, Paris-La Haye, 1975. Sobre as relações entre direito penal e mentalidades, lembremos a considerável contribuição de TOMAS VALIENTE, J., *El derecho penal en la monarquía absoluta*, Madrid, 1969.

⁵⁴ Cf. as observações de FRÊCHE, G., na Primeira Conferência nacional dos historiadores economistas franceses, 1969, *Atas*, Paris, 1972. Sobre a sobrevivência do dízimo no século XIX; cf. os trabalhos de A. Soboul.

⁵⁵ VILAR, P. “El motín de Esquilache”. art. cit., pp. 227-231.

⁵⁶ Cf. supra, nota 25 (artigos de Thompson e Tilly).

⁵⁷ Cf. HOBBSBAWN, sobre as nostalgias que seguem as transformações históricas, um recente artigo “The Social Function of the Past”, *Past and Present*, maio de 1972 , pp. 3-17.

⁵⁸ LORENZO, A. *El Proletariado militante*, Mexico, s.d., cap. I (evocação do “Fomento de las Artes”).

ARTIGOS

APRECIACIONES ACERCA DE UN “CUARTO RELATO” SOBRE EL PROCESO REVOLUCIONARIO DE LOS SETENTA

*Christian Castillo**

Resumen

Entre los intentos de explicar lo sucedido en la década del setenta y el terror dictatorial han predominado tres tipos de “relatos” que, pese a sus divergencias, tienen en común subestimar el peso, combatividad y niveles de autoorganización que había alcanzado la clase trabajadora en los momentos previos al golpe del '76. En particular, se ha subestimado en la bibliografía, con contadas excepciones, el lugar ocupado por las “coordinadoras interfabriles” así como las distintas expresiones de la resistencia obrera bajo la dictadura militar. Se soslaya de esta forma el hecho que el terror genocida tuvo como principal objetivo el disciplinamiento de una clase trabajadora que venía protagonizando un desafío abierto al orden dominante.

Palabras claves

La dictadura militar; resistencia obrera; terror genocida; clase trabajadora; las coordinadoras interfabriles.

Abstract

Among the attempts to explain what happened during the 70s and the dictatorial terror, three types of “reports” have prevailed; despite its deviations, they had all underestimated the weight, the combativeness and the levels of self-organization that the working category had reached in the prior moments of the 76 coup d'état. In special, and with few exceptions, the bibliography has underestimated the role played by the “interfactories coordinators”, as well as the different expressions of laborers' resistance, under the military dictatorship. It is perceived, therefore, the effect that the genocide terror has had with in its main purpose of disciplining the labour class, which had been acting as an open challenge to the dominant class.

Keywords

The military dictatorship; laborers' resistance; the genocide terror; the labour class; the interfactories coordinators.

Los intentos de explicar el porqué de la magnitud del terror genocida de la dictadura argentina han sido varios. En la mayoría de ellos, sin embargo, se soslaya que si los distintos sectores de la élite dirigente argentina recurrieron a tal “salida” es que se habían propuesto una tarea nada sencilla: disciplinar a una clase trabajadora que ganaba en fuerza y combatividad, que en forma creciente desbordaba a las direcciones sindicales burocráticas y en cuyo seno se desarrollaban combinadamente tendencias a poner en pie organismos que eran formas embrionarias de poder dual (las “coordinadoras interfabricales”) y a la superación política de la experiencia peronista.

La relativa omisión de esta cuestión responde al tipo de interpretaciones que han prevalecido sobre la época, en la cual el agudo enfrentamiento de clases existente previamente al golpe – casi ininterrumpido, aunque con distintos grados, desde las semi-insurrecciones de Córdoba y Rosario en 1969 – es frecuentemente reducido a la lucha entre las fuerzas represivas del Estado y las organizaciones guerrilleras.

Aunque con obvias diferencias, esta visión está presente en los tres discursos que hemos escuchado más frecuentemente en estos años.

En primer lugar, el originalmente sustentado por los propios militares, que abonaron la teoría de que lo ocurrido fueron meros “errores y excesos” dentro de una “guerra” contra el “terrorismo y la subversión”, como puede por ejemplo leerse en el “Documento final de la Junta Militar sobre la guerra contra la subversión y el terrorismo”, en el que se justifica el terror genocida diciendo que “la subversión” había reclutado veinticinco mil efectivos de los cuales quince mil estaban “técnicamente capacitados e ideológicamente fanatizados para matar”, y se señalan como cumplidos los objetivos de “derrotar a la subversión y al terrorismo”. Como ha sido repetidamente señalado, esta visión sobreestima *ex profeso* la fuerza real de la guerrilla (que en el momento del golpe se encontraba militarmente derrotada – el ERP luego del fracaso de Monte Chingolo en diciembre de 1975 – o debilitada – en el caso de Montoneros), para ocultar el objetivo real de disciplinamiento social jugado por el andamiaje del terror genocida.

El segundo de estos discursos es el que comúnmente se conoce como la “teoría de los dos demonios”, que fue el relato oficial del período “alfonsinista” y se encuentra consagrado, por ejemplo, en el prólogo del *Nunca Más*. El comienzo de este texto es ilustrativo de esta visión, que asume el argumento militar de que su acción fue una respuesta al “terrorismo de extrema izquierda”, aunque condena la forma en la cual se dio la represión al mismo:

Durante la década del ‘70 la Argentina fue convulsionada por un terror que provenía tanto desde la extrema derecha como de la extrema izquierda, fenómeno que ha ocurrido en muchos otros países. Así aconteció en Italia, que durante largos años debió sufrir la

despiadada acción de las formaciones fascistas, de las Brigadas Rojas y de grupos similares. Pero esa nación no abandonó en ningún momento los principios del derecho para combatirlo, y lo hizo con absoluta eficacia, mediante los tribunales ordinarios, ofreciendo a los acusados todas las garantías de la defensa en juicio; y en ocasión del secuestro de Aldo Moro, cuando un miembro de los servicios de seguridad le propuso al General Della Chiesa torturar a un detenido que parecía saber mucho, le respondió con palabras memorables: “Italia puede permitirse perder a Aldo Moro. No, en cambio, implantar la tortura”.

No fue de esta manera en nuestro país: a los delitos de los terroristas, las Fuerzas Armadas respondieron con un terrorismo infinitamente peor que el combatido, porque desde el 24 de marzo de 1976 contaron con el poderío y la impunidad del Estado absoluto, secuestrando, torturando y asesinando a miles de seres humanos.

Se nos ha acusado, en fin, de denunciar sólo una parte de los hechos sangrientos que sufrió nuestra nación en los últimos tiempos, silenciando los que cometió el terrorismo que precedió a marzo de 1976, y hasta, de alguna manera, hacer de ellos una tortuosa exaltación. Por el contrario, nuestra Comisión ha repudiado siempre aquel terror, y lo repetimos una vez más en estas mismas páginas.

Más allá de algún matiz, lo esencial de esta visión – que, nótese, pone el eje de la crítica a la acción dictatorial en haberse apartado del marco jurídico de las “formas democráticas” para el ejercicio de la represión y no en el contenido social y político del terror genocida – ha sido abonada por un amplio núcleo de intelectuales que ejercieron predominancia dentro de lo que en Argentina se denomina “progresismo”, como los nucleados en la influyente revista *Punto de Vista*.¹

El relato donde los desaparecidos eran presentados en su mayoría cómo “víctimas inocentes” (una visión con la que se acepta tácitamente la “culpabilidad” de quienes pertenecían a la guerrilla o a la militancia revolucionaria en general),² tuvo tal peso que en los recordatorios hechos por los familiares que a diario aparecen en distintos medios, en particular el diario *Página/12*, hasta mediados de los '90 poco o nada se mencionaba de la actividad militante de los asesinados por el régimen.

Podríamos decir que a partir del 20º aniversario del golpe de Estado del 24 de marzo de 1976, esta visión comenzó a ser reemplazada por una reivindicación de la pertenencia y de la acción militante de los desaparecidos, un discurso sostenido hasta ese momento solamente por las Madres de Plaza de Mayo (en particular por el sector liderado por Hebe de Bonafini) y por los partidos de izquierda.³ Es así que se publicaron distintos libros y artículos reflejando la actividad militante de quienes luego fueron “desaparecidos” por la dictadura, así como también diversos análisis del proceso de los '70⁴ y libros compilando documentos políticos de la época. De este conjunto de trabajos el más difundido en el

“gran público” posiblemente fue *La Voluntad*, la obra en tres tomos publicada por Martín Caparrós y Eduardo Anguita.⁵ También el cine dio cuenta de esta tendencia que continúa hasta el presente, con la película *Cazadores de utopías*, que se basa en testimonios de distintos militantes de la izquierda peronista, fundamentalmente de Montoneros.

Pero este “tercer relato” sobre los años ‘70 y la dictadura, con la enorme diferencia respecto de los anteriores de reivindicar la militancia revolucionaria, también subestima las grandes acciones de masas protagonizadas por la clase obrera, tanto en el período previo al golpe como bajo la misma dictadura. Por ejemplo, en *La Voluntad*, la gran huelga de los obreros metalúrgicos de Villa Constitución en 1975, cuya represión realizada por el gobierno de Isabel Perón fue un ensayo de los métodos luego generalizados por los militares, no merece más que unas pocas líneas, y entre los distintos protagonistas escogidos ninguno pertenece a las organizaciones de la izquierda clasista que en vez de la opción guerrillera habían centrado su accionar en las fábricas y empresas, como el Partido Socialista de los Trabajadores o Política Obrera,⁶ ambas trotskistas, contando en especial el primero con una muy importante inserción en los sectores obreros más combativos. También la mayoría de los militantes tomados como referencia son estudiantes o provenientes de las clases medias (incluso los protagonistas que actúan en medios obreros son predominantemente estudiantes “proletarizados”), lo que contrasta con la composición social de los desaparecidos que brinda el *Nunca Más*. Según el informe de la Conadep, los porcentajes de víctimas de la represión que continúan desaparecidas o que fueron liberadas después de pasar por centros clandestinos de represión son: obreros 30,2%, estudiantes 21%, empleados 17,9%, profesionales 10,7%, docentes 5,7%, autónomos y varios 5%. Siguen amas de casa, conscriptos y personal subalterno de fuerzas de seguridad, periodistas, actores, artistas y religiosos. Es decir, más de la mitad de los afectados por la represión eran trabajadores: entre obreros, empleados y docentes suman un 54% y casi un 30% entre estudiantes y profesionales. Incluso todo indica que el porcentaje de los desaparecidos obreros y provenientes de los sectores populares sea bastante superior debido a que no todos los casos fueron denunciados en su momento por el temor a represalias posteriores, como señala el mismo informe.

De a poco, sin embargo, un “cuarto relato”, uno que centra su análisis en el protagonismo de la clase obrera y las acciones de masas, comienza a emerger, no casualmente cuando los aires del levantamiento de masas volvió a instalarse con fuerza en Argentina con las “jornadas” del 19 y 20 de diciembre de 2001. Un año antes de esos acontecimientos, Eudeba, la editorial de la Universidad de Buenos Aires, publicó *Los setentistas. Izquierda y clase obrera: 1969-1976*, de Pablo Pozzi y Alejandro Schneider.⁷ Se han producido películas sobre el “Cordobazo” y otras que ligan las actuales acciones populares

con las de aquellos años.⁸ Se han reeditado algunos trabajos que habían merecido en su momento poca atención y hay varios otros en curso.⁹

La importancia de la visión que surge de estos trabajos es que da fundamento al hecho de que la Argentina vivió entre 1969 y 1976 un verdadero *proceso revolucionario*, no reductible a la acción de las organizaciones guerrilleras, que tuvo a la clase obrera como principal protagonista. Una clase que pese a la derrota sufrida con el golpe siguió resistiendo en la clandestinidad y fue posiblemente el principal factor de erosión del poder militar, ya en crisis aguda antes de que la derrota militar en la guerra de Malvinas provocase su derrumbe.

La situación de la clase obrera en los momentos previos al golpe

El proletariado argentino llega al ascenso de los '70 con una gran fortaleza social, un importante grado de "centralidad obrera" y una larga escuela de lucha y organización desde el '55, cuando un golpe de Estado terminó con el segundo gobierno peronista.

Había 1.350.000 trabajadores en industrias con un aumento del peso de las ramas dinámicas de la economía (siderurgia, automotriz) en el marco de un proceso de concentración capitalista.

Además de la fuerza cuantitativa, la clase obrera tenía un enorme peso social que aún le daba su poder en las plantas a través de los delegados de sección y las comisiones internas. Esta fortaleza se expresaba también en los más de 2.500.000 afiliados a los sindicatos. A fines de la década del '60 el empleo industrial participaba del total del empleo en un 29,7% (comparemos esto con los siguientes datos: en los años '70 el empleo industrial baja – dictadura mediante – al 24,2%; en los '80, 24,1%; en los '90 a un 18,8%; en 2000: 16,6%).

En el primer momento de la etapa revolucionaria abierta en mayo de 1969 protagonizó levantamientos semi-insurreccionales en varias de las provincias más importantes del país, con el Cordobazo como símbolo de los mismos. El papel central jugado por la clase obrera en estos acontecimientos es señalado en numerosos trabajos.¹⁰

Menos difundidas han sido, sin embargo, las acciones que protagonizó en los momentos anteriores al golpe. La magnitud que asumió el terror genocida de la dictadura contribuyó sin duda a opacar la fuerza que había tomado la lucha obrera en el último período del gobierno de Isabel Martínez, a partir del fracaso del "pacto social" planteado por el ejercicio en el Ministerio de Economía de José B. Gelbard. Con Isabel en el gobierno (y José López Rega como verdadero "poder en las sombras") el gobierno peronista intentó mostrarse como capaz de derrotar la insubordinación obrera. Sin embargo, las medidas antipopulares anunciadas a mediados de 1975 por el nuevo ministro de economía, Celes-

tino Rodrigo, un hombre de López Rega, no hicieron más que desatar la furia obrera y un auge de la lucha de clases con epicentro en el núcleo industrial del país, el Gran Buenos Aires, pero también en el cordón industrial de Rosario, Córdoba, Mendoza... Analizando este proceso, María Celia Cotarelo y Fabián Fernández señalan: “En los meses de junio y julio de 1975 tiene lugar una lucha llevada a cabo por el conjunto del movimiento obrero argentino contra la política desarrollada por el gobierno de María Estela Martínez de Perón, cuyo detonante es el intento de aplicación de las medidas económicas conocidas con el nombre de ‘Rodrigazo’. A partir de entonces, en el marco de la crisis del conjunto de la forma de organización de la sociedad basada en las relaciones propias del capital industrial, se agudiza la crisis del gobierno, que se revolverá con el golpe de Estado de marzo de 1976 llevado a cabo por los cuadros militares y políticos de la oligarquía financiera”.¹¹ Los autores agrupan las acciones protagonizadas por los trabajadores en esos meses en dos períodos. El primero se extiende desde el 2 de junio, en que fechan el comienzo de las acciones, hasta la huelga general declarada por la CGT el 27 del mismo mes. El segundo, desde el 27 de junio hasta los días 7 y 8 de julio en que se lleva a cabo la segunda huelga general de la CGT en el transcurso de este proceso, que culmina con la renuncia de Rodrigo y López Rega y con la homologación de los aumentos de salarios obtenidos en la negociaciones paritarias que el gobierno se negaba a aceptar. El trabajo demuestra la hipótesis de que “las ‘jornadas de junio y julio de 1975’ constituyen uno de los hechos más importantes en el proceso de luchas sociales en Argentina, ya que en ellas se pone de manifiesto la crisis de la fuerza del capital industrial (la fuerza de la reacción), a la vez que se encuentran presentes los elementos que tienden a su superación (tanto desde el campo del pueblo como desde el campo del régimen)”.¹² El movimiento fue *in crescendo*: la lucha comienza a desarrollarse desde comienzos de junio en algunas de las ciudades más importantes del país, asumiendo la forma de huelga por lugar de trabajo, por rama y parcial por localidad, acompañadas de manifestaciones callejeras y concentraciones frente a casas de gobierno y locales sindicales. Luego se producen las dos huelgas generales convocadas por la CGT. ¿Qué produjo semejante reacción obrera? Correctamente los autores del trabajo citado señalan: “El detonante de la lucha es el anuncio de las nuevas medidas económicas por parte del ministro Celestino Rodrigo a comienzos de junio, que lleva a la suspensión temporal de las negociaciones paritarias entre sindicatos y cámaras empresarias, que se están desarrollando desde tiempo antes. Uno de los pilares del Plan Rodrigo es el intento de reducir el salario de los trabajadores, por lo que el gobierno trata de establecer toques a los anuncios salariales a fijarse en los convenios colectivos que deben renovarse. A pesar de esto, finalmente se firman aumentos que superan estos toques, por lo que el gobierno declara que no homologará los convenios. Sin embargo, como resultado

de la lucha del movimiento obrero, el gobierno debe retroceder de su posición original: homologa los convenios y renuncian los ministros y funcionarios involucrados en esta política, en particular, Rodrigo y el ministro de Bienestar Social, José López Rega”.¹³

Las acciones protagonizadas en esos días por los trabajadores no fueron una más de las tantas huelgas generales protagonizadas por la clase obrera argentina. Iniciada como una rebelión de las bases contra los dirigentes burocráticos, se trató del hecho altamente significativo de ser la primera huelga general que el movimiento obrero organiza contra políticas impulsadas por un gobierno peronista, poniendo de manifiesto la crisis del proyecto político y social expresado por éste. Además, en el curso de este proceso, y esto es una cuestión de gran importancia, cobraron fuerza las llamadas “coordinadoras interfabriles”, con fuerza particular en el Gran Buenos Aires, que organizaron las primeras movilizaciones y constituyeron formas embrionarias de un “poder dual” de los trabajadores, en cierto sentido comparables, aunque de menor envergadura, que lo que fueron los “cordones industriales” en el Chile previo al golpe pinochetista.

Las “coordinadoras interfabriles”

Las “coordinadoras interfabriles”, en las que participaban comisiones internas, cuerpos de delegados y aún seccionales de algunos sindicatos, tuvieron su fuente en los organismos de base que la clase obrera argentina conquistó a nivel de fábricas y establecimientos. Las Comisiones internas y los cuerpos de delegados, las Comisiones de reclamos, el papel de las asambleas de sección y de fábrica, constituyeron una extraordinaria conquista de la clase obrera, y el núcleo organizativo de su fuerza social y su cohesión de clase.

Al respecto, Adolfo Gilly hizo un interesante análisis de esta peculiaridad, un rasgo que él denominará, la “anomalía argentina”:

Este nivel de organización, posiblemente el más alto de América Latina y uno de los más altos del mundo, tiene un punto de fuerza en el seno mismo de la producción, en los delegados de sección, los cuerpos de delegados y las comisiones internas. Este poder social ejercido en el lugar de trabajo tiende a crear periódicamente en el capitalismo argentino una crisis de valorización y una crisis de acumulación, al impedirle comprimir el salario en medida suficiente para recuperar la tasa de ganancia, al cuestionar el mando mismo del capital en el lugar de producción, el control del proceso de trabajo en la fábrica.¹⁴

Complementando la definición de “anomalía argentina” podemos decir que la organización fabril, más allá de la voluntad permanente del peronismo de limitarla y reglamentarla, constituyó una especie de “democracia de los nervios y los músculos” (como señalaba Nahuel Moreno) que limitó en gran medida, tanto bajo los dos primeros gobier-

nos de Perón como después de su caída, el aumento de la explotación patronal, cuestión que se cristalizó en importantes conquistas para los trabajadores. Desde este punto de vista la organización fabril de base fue un límite al poder de la dictadura del capital en las unidades de producción y uno de los objetivos a liquidar por todos los gobiernos capitalistas.

Los rasgos característicos de esta organización de base están en que

[...] hunde sus raíces en la fábrica, en el proceso productivo, no solamente en la relación salarial. En la etapa tumultuosa de su organización, los obreros estructuraron el sindicato a partir de la fábrica. Se hizo corriente la práctica de las asambleas por sección (departamento). La organización de fábrica se constituyó sobre la base de delegados obreros elegidos por cada sección.¹⁵

La Comisión interna era expresión del colectivo de la fábrica, reflejando su estructura misma como colectivo de productores, fuertemente permeable, por el estrecho contacto cotidiano entre delegados y trabajadores de a pie, a las presiones, inquietudes y control de éstos, al menos en las fases de ascenso obrero. Debajo de la comisión interna,

[...] en las grandes fábricas, el conjunto de los delegados de sección funcionó como cuerpo de delegados, especie de “parlamento” obrero interno, donde, por regla general, estaban representadas todas las corrientes políticas cuya autoridad entre los obreros de la fábrica les permitía contar con delegados: naturalmente, la corriente peronista era tan ampliamente mayoritaria entre los delegados como entre la clase.¹⁶

La incorporación de decenas o cientos de miles de trabajadores a la militancia sindical en estos órganos proporcionó una escuela incomparable de experiencias de lucha y organización y, si bien las fases de retroceso permitían la cooptación de los delegados por la burocracia y la pérdida de control de los trabajadores sobre su propia organización de fábrica, las fases de resistencia activa a los ataques patronales, o de auge obrero, mostraban rápidamente tendencias a la recuperación de estos organismos, al debilitamiento o desplazamiento del control burocrático, y a una renovada militancia de base, con el surgimiento o reactivación de amplias camadas de activistas que soldaban los lazos entre las comisiones internas y la masa obrera.

Este fenómeno se manifestó en toda su amplitud con el surgimiento de las “coordinadoras interfabriles” de 1975 que, más allá de los antecedentes existentes en el período inmediatamente anterior (como los plenarios clasistas del ’70-’71 o el Plenario de Villa Constitución), se desarrollaron en los eventos de junio y julio.

En un ambicioso trabajo aún inédito, Ruth Werner y Facundo Aguirre¹⁷ muestran cómo las distintas fuentes coinciden en fechar el desarrollo de las coordinadoras en aquellos acontecimientos.

En una declaración reproducida en el periódico *El Auténtico* del 23 de diciembre de 1975 es la misma Coordinadora de Gremios y Comisiones Internas y Cuerpos de Delegados en lucha de Capital y Gran Buenos Aires que da cuenta de esta realidad:

Así es como en la primera semana de julio de 1975 los trabajadores iniciamos una huelga general de 10 días sin esperar que Herrera y Miguel lo decidieran. Ellos no tuvieron más remedio que apoyarnos para no quedar definitivamente desautorizados ante las bases, por ello paramos y nos movilizamos independientemente de sus maniobras burocráticas, elegimos nuevos delegados, formamos coordinadoras de internas por gremio, como en UOM, UTA, UF, etc. y confluimos en la Coordinadora de Gremios y Comisiones Internas y Cuerpos de Delegados en lucha que en Capital y Gran Buenos Aires nuclea a más de 130 organismos representativos de las bases.

En un balance presentado por *Avanzada Socialista*, periódico del PST, en agosto de 1975 también se informa que las coordinadoras se constituyeron durante la pelea por homologar los convenios, cuando logran encabezar movilizaciones de miles de trabajadores de La Plata y el Gran Buenos Aires. Según esta fuente el ejemplo de intentar una coordinación realizado durante el período de las “rebeliones antiburocráticas” y el Villazo fue retomado en varios puntos del país en Junio, cuando la clase obrera preparaba su respuesta al Rodrigazo:

[Su] actividad fue creciendo en la lucha que se dio [...] por la homologación de los convenios, cuando desde La Plata, el oeste y el norte del Gran Buenos Aires la Coordinadora logró arrastrar movilizaciones de varios miles de compañeros. En esta misma etapa surgió una Coordinadora de los mercantiles de la Capital Federal que, aunque sin una fuerte organización, lograron reunir asambleas muy numerosas frente a la sede de su sindicato. También sanidad y bancarios de la Capital Federal son gremios donde han surgido Coordinadoras. Cuando decayó la lucha por los convenios también se diluyó en gran medida la actividad de estos nucleamientos.¹⁸

Las Coordinadoras tuvieron su bautismo de fuego movilizándolo a los trabajadores de Ford, Del Carlo, los Astilleros del Tigre, Fanacoa, de distintos laboratorios y otras muchas empresas en la zona norte del Gran Buenos Aires; Indiel y Santa Rosa encabezando el oeste, Propulsora, Astilleros, Petroquímica a la vanguardia de La Plata, Berisso y Ensenada, metalúrgicos, mecánicos, el caucho y otros gremios en Córdoba; las coordinadoras unieron la oleada de luchas por aumentos, luego de las paritarias.

A su vez distintos historiadores coinciden con esta visión. Daniel James plantea que “En la estela del Rodrigazo brotaron ‘comisiones coordinadoras’, con el fin de atenderla necesidad en que se encontraban, tanto los activistas como las bases, de estructuras capaces de reunir a los trabajadores para organizar la actividad y las conversaciones entre obreros de distintas industrias en una zona particular”¹⁹ y Yolanda Colom y Alicia Salomone agregan que, según su investigación, “el impasse abierto en las negociaciones

desde el 27 de Junio, al 7 y 8 de Julio, abren el camino de su constitución, motorizadas por un fuerte movimiento de las bases obreras organizadas en los cuerpos de delegados y las comisiones internas, en defensa del salario y los convenios colectivos, que se conjuga con un repudio al ala derecha del régimen representada por Rodrigo y López Rega”.²⁰ Por su parte, Alejandro Schneider, en su investigación sobre la acción obrera bajo la dictadura en la zona norte del Gran Buenos Aires señala que

[...] durante el tercer gobierno peronista (1973-1976) se desarrollaron numerosas luchas obreras que impugnaron los diversos planes económicos así como también el comportamiento de la dirigencia sindical tradicional. Más aún, en esta zona del conurbano, la movilización obrera alcanzó uno de sus máximos niveles de expresión con la conformación de una de las Coordinadoras Interfabriles más importantes de esos años.²¹

En cuanto a la magnitud del fenómeno, los resultados preliminares del trabajo de Werner y Aguirre (basado tanto en datos provenientes de las publicaciones de las organizaciones de izquierda del período – incluyendo la izquierda peronista – como de numerosas entrevistas a participantes directos) han logrado una identificación muy amplia de los protagonistas de las coordinadoras. Considerando distintas fuentes su registro identifica hasta el momento al menos 113 fábricas y establecimientos, en su gran mayoría “medianos” y “grandes”, agrupando alrededor de 160.000 trabajadores, que tomaron parte activa en sus plenarios y reuniones, considerando solamente Capital Federal y las zonas norte, sur y oeste del Gran Buenos Aires (incluyendo La Plata, Berisso y Ensenada). De este total, 51 se localizan en la zona norte del Gran Buenos Aires, 23 en la zona sur – incluyendo Berisso, La Plata y Ensenada –, 19 en la zona oeste y 20 en la Capital Federal.²²

Este incremento de la actividad obrera bajo el liderazgo de sectores combativos fue registrado claramente por la burguesía y sus políticos, que llamaron a enfrentar la “guerrilla fabril”, término empleado por el líder del radicalismo Ricardo Balbín. Un pronunciamiento de las Coordinadoras de finales de 1975 respondía de la siguiente manera a los ataques burgueses:

La frase ‘guerrilla industrial’ aparece frecuentemente en boca de funcionarios oficiales, militares, algunos sectores del clero como Bonamín o Tortolo, burócratas sindicales, políticos como Alsogaray, Manrique y Balbín y los editoriales de *La Prensa* y *La Nación*. Quienes hacen uso de esta frase en ningún momento han especificado claramente su significado.

Es más, entre los 3000 presos políticos gremiales y estudiantiles existentes en el país no hay ningún procesado como guerrillero industrial. Pero esta falta de precisión no impide que todos los sectores mencionados encuentren un destinatario preciso para dicha frase. Cada uno de los cientos de miles de trabajadores que a lo largo de 1975 han parado, se han movilizad o parado en defensa de sus derechos, y que en el 90% de los casos lo han tenido que hacer al margen de las direcciones burocráticas del movimiento obrero.

La historia de la clase trabajadora aquí o en cualquier parte del mundo está plagada de ejemplos que nos demuestran que la huelga y la movilización son las herramientas más contundentes con que contamos los trabajadores para defender nuestros derechos. O sea que los trabajadores en 1975 no hemos inventado nada nuevo, simplemente estamos obligados a abandonar nuestro puesto de trabajo y ganar la calle en forma más permanente porque nos encontramos frente a un gobierno que a pesar de haber sido elegido por la inmensa mayoría de nuestro pueblo, está gobernando al servicio de la oligarquía y los grandes monopolios nacionales y extranjeros.

Lo único nuevo en la historia de nuestro movimiento obrero es que hoy por esa mayor conciencia que tenemos los trabajadores enfrentamos decididamente a los dirigentes que traicionaron y traicionan nuestras luchas.

Aunque la actividad de las coordinadoras mermó luego de las jornadas de junio y julio, reaparecieron durante las protestas del verano contra el llamado Plan Mondelli. Con la conciencia de enfrentar a una clase imposible de disciplinar por medios “normales”, el conjunto de la burguesía apostó al golpe de Estado.²³

No sólo el propio gobierno peronista había avanzado en 1975 ordenando a las fuerzas armadas utilizar los medios necesarios para “aniquilar” a la guerrilla, sino que toda la “clase dirigente” apostó a la salida del golpe. Bastan unos pocos testimonios para graficar la situación.

Menos de 10 días antes del golpe, Balbín, el más reconocido dirigente de la Unión Cívica Radical daba un discurso por cadena nacional que el diario *La Nación* del 17 de marzo lo comentaba así:

Tras alertar sobre la guerrilla que “está poniendo en peligro al país y encendiendo una mecha en el continente”, exaltó a las FFAA, “las más meritorias que he visto en mi vida. Las que soportaron todo, las que enterraban a sus muertos y hablaban de las instituciones”. La situación militar podría ser considerada irreversible...” Tomo la historia, sus modos, para tener el derecho de decir que está todo naufragado. Unir la nación, iniciar la búsqueda de la unidad de los argentinos tiene un profundo significado... Algunos suponen que yo he venido a dar soluciones. No las tengo... Pero las hay. Esta es la unión para el esfuerzo común de los argentinos”.

No se quedaban atrás otros partidos menores como el Partido Socialista Democrático: “Hay necesidad de superar la situación, pero sólo se lograría con un acuerdo que, más allá de lo minúsculo, tuviese como finalidad desarmar el sistema social que nos llevó a esta espantosa crisis moral, material, política y social”.²⁴ Mientras, la Iglesia decía en boca del sacerdote Victorio Bonamín: “Dios le está pidiendo algo al ejército” (*La Nación*, 22-3-76).²⁵

Por su parte, el Partido Comunista, cuya complicidad con la dictadura de Videla es ampliamente reconocida, afirmaba al día siguiente de producirse el golpe:

“Si la Junta Militar es una transición al tipo de gobierno que el país necesita, se habría dado un paso adelante. Se derrumbaría la barrera que separa a las FFAA del pueblo”.²⁶

Y pocos días después escribía en su nueva publicación:

Todo el país escuchó con sumo interés y expectativa el discurso inaugural del Presidente de la República. Corresponde, pues que todos los sectores patrióticos de nuestro pueblo, recogiendo el llamado presidencial, participen en la reorganización democrática y el gran debate que ella suscita en la nueva etapa que vivimos... En cuanto a sus formulaciones más precisas... afirmamos enfáticamente que constituyen la base de un programa liberador que compartimos... El Presidente afirma que no se darán soluciones fáciles, milagrosas o espectaculares. Tenga la seguridad que nadie las espera... El general Videla no pide adhesión sino comprensión. La tiene.²⁷

Como es sabido, el golpe dirigió sus fuerzas contra la clase obrera inmediatamente, rodeando los militares con tanques las principales fábricas y deteniendo a centenares de delegados combativos.²⁸ La burguesía sabía que debía golpear en el momento en que las clases medias abonaban los pedidos de “orden” y donde la clase trabajadora todavía no había completado su proceso de superación de la dirección peronista. Bajo la influencia negativa de la estrategia guerrillera, y ante las oscilaciones de las organizaciones que se reclamaban del trotskismo que le impidieron ofrecer una alternativa de mayor envergadura, la vanguardia obrera llegó a estos procesos sin que hubiesen terminado de madurar ni los organismos a través de los cuáles ejercer su hegemonía ni la dirección política capaz de conducirla a la victoria. Evitar esta maduración era también para la burguesía una cuestión vital para poder pasar a la contraofensiva.

La resistencia obrera a la dictadura

Puesta a la defensiva, y pese a la represión salvaje, la clase obrera protagonizó una resistencia sistemática a la dictadura, primero recurriendo al sabotaje y formas de lucha clandestina heredadas del período de la “resistencia”. Como señala Pozzi: “Al darse el golpe, el movimiento obrero en su amplia mayoría ya había iniciado el duro proceso de reajuste [...] En base a la experiencia histórica forjada bajo dictaduras anteriores, particularmente la de 1955-58, se aplicarían métodos de lucha y organización más acordes con la represión desatada y la falta de organización legal”.²⁹ Esta resistencia, alentada por el carácter profundamente antiobrero de la política económica de la dictadura, pasaría por distintas fases. Schneider señala en el trabajo antes referido que

[...] en el transcurso de los primeros años del régimen militar – a diferencia de algunas hipótesis que sostienen lo contrario – la clase obrera presentó, en nuestra área de investigación, una tenaz resistencia contra los designios propuestos por el Proceso. Estos enfrentamientos defensivos tuvieron una serie de patrones comunes: la sorpresividad de las protestas, su restricción puntual al ámbito de la empresa, los paros fueron de escasa duración y con una importante cantidad de quites de colaboración y de sabotaje. Así mismo hubo una estrecha coordinación de las bases en los lugares de trabajo y una or-

ganización clandestina de las medidas por fuera de los tradicionales canales orgánicos sindicales. La combinación y la minuciosa concertación de los hechos recién descriptos – en un entorno ferreamente represivo – implicó la existencia latente de un alto nivel de conciencia de clase. Esta se manifestó, sobre todo, en la oleada de luchas surgidas en el último semestre de 1977; la cual se caracterizó por realizarse al margen y en contra de (algunos) dirigentes sindicales y porque expresó la existencia de “vasos comunicantes” entre los diversos sectores obreros que enfrentaban al gobierno. Por último, el maduro nivel de su conciencia gremial se comprueba si se evalúan las causas que determinaron la mayoría de los enfrentamientos.

Luego del momento de mayor defensiva la conflictividad obrera volvería a aumentar particularmente a partir de 1979, cuando el proyecto económico de la dictadura comienza a entrar en crisis y las clases medias comienzan un lento pero progresivo peregrinaje a la oposición. Ya ese año se produce la Jornada Nacional de Protesta del 27 de abril de 1979, como respuesta de la dirección sindical frente a los conflictos obreros que tenían lugar por la base y en 1980 se desarrollan varios conflictos incluso con tomas de fábrica. En 1981 las luchas se extienden. El 7 de noviembre la marcha por “Paz, Pan y trabajo” a San Cayetano, que fue organizada por la CGT y apoyada por algunos partidos políticos, reunió más de 50.000 personas. Más allá de las consignas convocantes, durante dicha acción los manifestantes comenzaron a gritar: “se va a acabar la dictadura militar”, “que aparezcan los que no están”, “asesinos”, “libertad”. La infantería cargó contra los manifestantes y éstos respondieron. La manifestación se llamó justamente la “marcha de la bronca”. Manifestaciones similares se producen en otros puntos del país. Pozzi señala en el trabajo citado que para comienzos de 1982 “la situación era cada vez más incontrolable. Esto último se vio reflejado en varios incidentes a principios de 1982. El primero ocurrió cuando el titular de la Comisión Nacional del Trabajo (CNT),³⁰ Jorge Triaca, se apersonó en la seccional del gremio plástico de la zona norte del Gran Buenos Aires, y de allí fue expulsado a puñetazos por los obreros entre gritos de ‘traidor’ y ‘colaboracionista’. [...] El avance de todo este proceso hizo síntesis durante el mes de marzo de 1982. Más de dos mil personas se movilizaron el día 5 frente a la casa de gobierno para reclamar por los desaparecidos. El 17, durante un homenaje a Carlos Andrés Pérez, ex presidente de Venezuela, el público comenzó a corear ‘¡La sangre derramada no será negociada!’ en oposición a la propuesta de establecer un acuerdo entre civiles y militares”.³¹ El 30 de marzo la CGT llama a una manifestación a Plaza de Mayo, que terminó con centenares de detenidos y duros enfrentamientos con las fuerzas represivas. Al día siguiente la CGT afirmaba que el proceso militar “está en desintegración y en desbande y reclama un gobierno de transición cívico-militar hacia la democracia”. Luego vendría la ocupación militar de las Malvinas, la guerra y la crisis definitiva del régimen. Es indudable que la

derrota militar explica el desbande del régimen, pero sostener como lo han hecho distintos autores que le debemos a Margaret Thatcher y al imperialismo británico la caída del régimen militar³² implica desviar los ojos de las reales luchas que en las condiciones más difíciles protagonizó persistentemente la clase obrera, luchas que pese al terror fueron progresivamente socavando las bases del proyecto dictatorial. Lo contrario de lo que hicieron los dirigentes políticos burgueses, que pese a la ilegalización de sus actividades brindaron numerosos funcionarios al régimen militar.

El diario *La Nación* informaba el 25 de marzo de 1979, tres años después del golpe, que en la extensión total del territorio nacional, sobre los 1.697 municipios censados sólo 170 intendentes, o sea el 10% pertenecen a las Fuerzas Armadas; 645 intendentes, o sea el 38% carecen de militancia política definida; y 878 intendentes, esto es, el 52% están de un modo u otro adscriptos a una corriente política concreta. Se calcula que más de 400 pertenecían a la Unión Cívica Radical, el partido que ganaría las elecciones de 1983.

Conclusiones

En este breve trabajo hemos tratado de brindar elementos para confrontar los relatos predominantes acerca de los enfrentamientos sociales de los años '70 y de las causas de la dictadura, señalando la centralidad que en los mismos tuvo la clase obrera. Hemos destacado la magnitud de los eventos ocurridos durante junio/julio de 1975 y la significación de esos hechos tanto porque dieron lugar a la formación de las “coordinadoras interfabricales” como por el salto en la experiencia política de los trabajadores respecto a la dirección peronista. Señalamos que la burguesía era plenamente conciente de la dinámica revolucionaria de estos hechos y de ahí su decisión de poner en el centro el poder militar y la política del “terrorismo de Estado” como forma de lograr el disciplinamiento de una clase obrera altamente combativa que en importantes sectores desafiaba a las direcciones burocráticas. Hicimos por último referencia al hecho de que esta misma clase obrera, aún con su vanguardia dispersada o aniquilada, continuó luchando bajo el gobierno militar, siendo un factor clave en el debilitamiento del poder del mismo, cuestión frecuentemente oculta en los relatos “oficiales” del período.

La lectura que hacemos no es ni pretende ser ingenua, sino que tiene el objetivo de poner en su lugar una omisión inexcusable. En una Argentina donde el 19 y 20 de diciembre de 2001 nuevamente corrieron los vientos del levantamiento popular, partir de la lucha de clases para analizar el período en cuestión es tanto una forma de mejor acercarnos a la verdad del proceso histórico como de colaborar a que las luchas de nuestro tiempo logren llevar a la victoria de la clase trabajadora.

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Christian Castillo é sociólogo e docente universitário na Universidad de Buenos Aires (U.B.A.) e em La Plata. Editor da Revista *Lucha de Clase*, Buenos Aires. E-mail: chch@ciudad.com.ar

¹ Esta visión reflejada en numerosos artículos encuentra su más acabada expresión en un reciente libro de VEZZETTI, H. *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en Argentina*, Buenos Aires., 236 páginas, Siglo XXI, 2002. Aunque abarca diversas problemáticas, también puede rastrearse esta problemática en el último libro de SARLO, B. *La pasión y la excepción*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2003, o en los artículos publicados por la misma autora en relación al acto en la ESMA el 24 de marzo de 2004.

² Nuevamente recurramos al prólogo del *Nunca Más* para graficar esta visión: “la lucha contra los ‘subversivos’, con la tendencia que tiene toda caza de brujas o de endemoniados, se había convertido en una represión demencialmente generalizada, porque el epíteto de subversivo tenía un alcance tan vasto como imprevisible. En el delirio semántico, encabezado por calificaciones como ‘marxismo-leninismo’, ‘apátridas’, ‘materialistas y ateos’, ‘enemigos de los valores occidentales y cristianos’, todo era posible: desde gente que propiciaba una revolución social hasta adolescentes sensibles que iban a villas-miseria para ayudar a sus moradores. Todos caían en la redada: dirigentes sindicales que luchaban por una simple mejora de salarios, muchachos que habían sido miembros de un centro estudiantil, periodistas que no eran adictos a la dictadura, psicólogos y sociólogos por pertenecer a profesiones sospechosas, jóvenes pacifistas, monjas y sacerdotes que habían llevado las enseñanzas de Cristo a barriadas miserables. Y amigos de cualquiera de ellos, y amigos de esos amigos, gente que había sido denunciada por venganza personal y por secuestrados bajo tortura. Todos, en su mayoría inocentes de terrorismo o siquiera de pertenecer a los cuadros combatientes de la guerrilla, porque éstos presentaban batalla y morían en el enfrentamiento o se suicidaban antes de entregarse, y pocos llegaban vivos a manos de los represores”.

³ Con una valoración completamente distinta a la nuestra, PALERMO, V. registra para la misma fecha un cambio en la interpretación del pasado dictatorial en su artículo *Entre la memoria y el olvido: represión, guerra y democracia en la Argentina* (en Marcos Novaro y Vicente Palermo – compiladores –, *La historia reciente. Argentina en democracia*, Edhasa, Buenos Aires, 2004). En este artículo la preocupación del autor es porqué una lectura “liberal-republicana” de los setenta y la dictadura está siendo reemplazada por una “nacional-populista”.

⁴ Poco antes había sido reeditado el clásico y pionero trabajo de MARÍN, J. C., *Los hechos armados. Argentina 1973-1976* (ahora nuevamente reeditado en el 2003). Aunque no compartimos la hipótesis fundamental sobre la que se construye la explicación de la “derrota”, no podemos dejar de mencionar que esta investigación realizada en el exilio durante los primeros años del gobierno militar fue inspiradora de un conjunto de trabajos (como los desarrollados por Inés Izaguirre y Pablo Bonavena, entre otros) que, con distintos enfoques entre sí, conforman un muy importante cuerpo de investigaciones sobre el período.

⁵ ANGUITA, E. y CAPARRÓS, M. *La Voluntad I, II e III. Una historia de la militancia revolucionaria en la Argentina 1966-1973*. Buenos Aires, Grupo Editorial Norma, 706 páginas. 1997.

⁶ Sólo un personaje de *La Voluntad* cuenta un período de paso por Política Obrera antes de pasarse a las filas de la izquierda peronista.

⁷ POZZI, P. y SCHNEIDER, A. *Los setentistas. Izquierda y clase obrera: 1969-1976*, Buenos Aires, Eudeba, 458 páginas. 2000. Este trabajo es continuidad de otros realizados anteriormente por los autores e investigadores afines en los que se resalta, en base a testimonios de participantes y al estudio de la prensa de la época y diversos documentos, el papel jugado por la clase obrera tanto en el proceso abierto con el “Cordobazo” como bajo la dictadura militar. De aquí su inestimable valor. Esto se contrapone en parte con la visión del período presentan ciertos trabajos de Pozzi sobre el PRT-ERP, que a nuestro juicio muestran de conjunto una imagen embellecedora de lo que fue la principal “guerrilla marxista” de nuestro país, buscando una síntesis imposible entre lo que aquí hemos llamado “tercer” y “cuarto” relatos.

⁸ Aunque desde una visión “nacional y popular” que no compartimos, esta operación se encuentra también presente en *Memorias del saqueo*, el film de Fernando Solanas estrenado en 2004.

⁹ Ya desde la segunda mitad de los '90 se vienen también produciendo sobre el período distintas investigaciones en el ámbito académico que no pueden ubicarse dentro del esquema planteado en este artículo. Las más importantes de ellas son las realizadas por los equipos encabezados por Alfredo Pucciarelli en la UNLP y la UBA, algunos de cuyos trabajos se encuentran publicados en *La primacía de la política. Lanusse, Perón y la Nueva Izquierda en tiempos del GAN*, Eudeba, Buenos Aires, 1999. Entre otros, estas investigaciones fueron realizadas por María Cristina Tortti – centrada en la temática de la “nueva izquierda” –, Gonzalo de Amézola, Mauricio Chama, María Laura Lenci y Juan Alberto Brozza. AMÉZOLA, G. de. “El caso del realismo insuficiente. Lanusse, La Hora del Pueblo y el Gran Acuerdo Nacional”, 60 páginas, en PUCCIARELLI, A. (editor). *La primacía de la política. Lanusse, Perón y la Nueva Izquierda en tiempos del GAN*, Buenos Aires, Eudeba. 1999. LENCI, M. L. “Cámpora al gobierno, Perón al poder. La tendencia revolucionaria del peronismo ante las elecciones del 11 de marzo de 1973”, 37 páginas, en PUCCIARELLI, A. (editor). *La primacía de la política. Lanusse, Perón y la Nueva Izquierda en tiempos del GAN*, Buenos Aires, Eudeba. 1999.

¹⁰ Véanse, por ejemplo, BRENNAN, J. P. *El Cordobazo. Las guerras obreras en Córdoba, 1955-1976*, Buenos Aires, Sudamericana, 1996; *Resistencia e integración. El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976*, Buenos Aires, Sudamericana, 1990; ANTOGNAZZI, I. y FERRER, R. (comp.). *Del Rosario a la democracia del '83*, Rosario, Escuela de Historia, Facultad de Humanidades y Artes, UNR, 1995; BALVÉ, B. y B. *El 69. Huelga política de masas*, Buenos Aires, Contrapunto, 1989; POZZI, P. y SCHNEIDER, A. *Los setentistas. Izquierda y clase obrera, 1969-1976*, Buenos Aires, Eudeba, 2000; etc... TORTTI, M. C. “Protesta social y ‘Nueva Izquierda’ en la Argentina del Gran Acuerdo Nacional”, 25 páginas, en PUCCIARELLI, A. (editor). *La primacía de la política. Lanusse, Perón y la Nueva Izquierda en tiempos del GAN*, Buenos Aires, Eudeba. 1999. CHAMA, M. “La expansión de los límites de lo posible. El itinerario de una experiencia innovadora en salud mental a fines de los ‘60’”, 47 páginas, en PUCCIARELLI, A. (editor). *La primacía de la política. Lanusse, Perón y la Nueva Izquierda en tiempos del GAN*, Buenos Aires, Eudeba. 1999.

¹¹ COTARELO M. C. y FERNÁNDEZ F.. “Huelga general con movilización de masas. Argentina, junio y julio de 1975”, 38 páginas en *PIMSA. Documentos y Comunicaciones 1998*, Buenos Aires, PIMSA. 1998, pg. 103

¹² COTARELO, M. C. y FERNÁNDEZ F. “Huelga general con movilización de masas. Argentina, junio y julio de 1975”, 38 páginas en *PIMSA. Documentos y Comunicaciones 1998*, Buenos Aires, PIMSA. 1998, p. 104.

¹³ Ibid.

¹⁴ GILLY, A. “La anomalía argentina (Estado, sindicatos y organización obrera de fábrica)”, resumen de una ponencia de 1982 presentada en el “Seminario sobre la teoría del Estado en América Latina” realizado en febrero de 1984 por el Instituto de Investigaciones Sociales de la UAM. 1984.

¹⁵ GILLY, A. “Democracia obrera y consejos de fábrica: Argentina, Bolivia, Italia” en “Consejos obreros y democracia socialista”, *Cuadernos de Pasado y Presente*, agosto de 1972.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Agradecemos especialmente a los autores, que son parte del comité editor de *La Verdad Obrera*, periódico del Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS) de Argentina, la autorización para utilizar el material producido aún no publicado.

¹⁸ Avanzada Socialista, 23-08-1975.

¹⁹ JAMES, D. *Resistencia e Integración*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1990, 360 páginas, p. 314.

²⁰ COLOM, Y. y SALOMONE, A. “Las coordinadoras inter-fabriles de Capital Federal y Gran Buenos Aires. 1975-1976”, *Razón y Revolución*, Buenos Aires, n. 4, 1998.

²¹ SCHNEIDER, Alejandro. “‘Ladran Sancho...’ dictadura y clase obrera en la zona norte del Gran Buenos Aires”, 37 páginas, en CAMARERO, H.; POZZI, P. y SCHNEIDER, A. *De la Revolución Libertadora al menemismo*, Buenos Aires, Ediciones Imago Mundi, 2000, p. 198.

²² En este último caso se incluye la presencia de los trabajadores del subterráneo, de la seccional de la Unión Tranviarios Automotor y de las comisiones internas de distintos establecimientos bancarios, en los que tenía peso la izquierda peronista, el trotskismo y el PC.

²³ Nuestra explicación se diferencia así de la sostenida por Juan Carlos Marín en el ya mencionado *Los hechos armados...*, que en base a un análisis de la contabilidad de las bajas ocurridas en “ambos bandos” llega a la conclusión de que la derrota de las fuerzas de la clase obrera y el pueblo estaban ya derrotadas para 1975. Pero si esto hubiese sido así, ¿para qué la burguesía tuvo necesidad de recurrir al golpe y al terror genocida? He aquí el error ineludible al que lleva la identificación de la fuerza social y política antagonica al régimen dominante con la fuerza militar de las organizaciones guerrilleras.

²⁴ Américo Ghioldi, *La Nación*, 23-3-76

²⁵ Por su parte, pese a la intervención militar de los sindicatos, el colaboracionismo de las direcciones burocráticas con la dictadura fue patente: “Por debajo de las apariencias, la burocracia entró en un período de negociación y colaboracionismo con la Junta Militar [...] Entre las Fuerzas Armadas y la burocracia sindical había algo en común: ambas se sentían profundamente amenazadas por las tendencias clasistas y combativas que surgieron en el sindicalismo durante la década de 1960” (POZZI, Pablo, *Oposición obrera a la dictadura (1976-1982)*, Buenos Aires, Contrapunto, 1988).

²⁶ 25-3-76, extracto de la declaración del PC frente al pronunciamiento castrense

²⁷ Laborde, miembro del Comité Central del PCA, era en dicho momento su editor legal. Más tarde tuvo a su cargo la dirección del periódico *Qué Pasa*. (8-4-76, editorial de Julio Laborde aludiendo al discurso “inaugural” del general Videla en el n. 1 de *Tribuna Popular*, órgano oficial del PCA

²⁸ En el trabajo citado Schneider se ilustra este proceso tal como se dio en distintas fábricas de la zona norte del Gran Buenos Aires, entre ellas Del Carlo y Ford.

²⁹ POZZI, P. *Oposición obrera a la dictadura*, Buenos Aires, Editorial Contrapunto, 205 páginas. 1988, p. 70.

³⁰ Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas. “Nunca Más”, Buenos Aires, Eudeba. 1984

MARÍN, J. C. *Los hechos armados. Argentina 1973-1976* (2 edición corregida y aumentada), Buenos Aires, La Rosa Blindada/P.I.C.A.S.O., 160 páginas. 2003.

³¹ POZZI, Pablo. *Oposición obrera a la dictadura*, Buenos Aires, Editorial Contrapunto, 205 páginas. 1988, pp. 98-99.

³² “Pero la Argentina perdió la guerra y por suerte, porque (según se dice) esta derrota trajo la democracia. La implosión que esto provocó en la base del propio régimen [...] hizo que los partidos políticos fuesen convocados rápidamente. Es correcto observar entonces que el colapso del régimen militar no fue producido ni desde la sociedad civil, ni desde las cúpulas partidarias o sindicales”. LEIS, H. *El movimiento de derechos humanos y la política argentina*, Buenos Aires, CEAL. 1989.

“RECLAMAÇÕES DO POVO”. LUTA POR DIREITOS NA CIDADE, SERINGAIS E NÚCLEOS COLONIAIS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (SÉCULOS XIX E XX)

*Franciane Gama Lacerda**

Resumo

Entre finais do século XIX e início do século XX, o estado do Pará experimentou intenso fluxo migratório em função do desenvolvimento da economia da borracha e, igualmente, de projetos de colonização agrícola. A partir de reclamações veiculadas na imprensa e de queixas formuladas na chefatura de polícia de Belém, este texto pretende rastrear e interpretar um pouco dessas histórias.

Palavras-chave

Reclamações; direitos; Amazônia; Estado do Pará; séculos XIX e XX.

Abstract

Between the end of the 19th and beginning of the 20th centuries, the State of Pará, Brazil, received a large number of migrants, owing to the expansion of rubber plantations and the development of agricultural colonization plans. Analysing the many complaints published by the press and existing in the police records, this article examines the course of these various stories.

Keywords

Complaints; rights; Amazonia; State of Pará; nineteenth and twentieth centuries.

Em parte da historiografia brasileira, convencionou-se pensar o estado do Pará, da virada do século XIX para o XX, a partir tão-somente da capital, Belém, vista como o centro de uma movimentada vida urbana, consequência dos negócios da extração do látex. Além disso, no tempo em questão, de diversas maneiras, a própria cidade de Belém, bem como outros espaços do Pará, como a região dos seringais ou as áreas dos núcleos coloniais, foram sendo descritos e entendidos por seus moradores a partir das múltiplas experiências vividas por eles. Assim, por meio da imprensa local ou da formulação de queixas à chefatura de polícia, é possível, por exemplo, enveredar por esses espaços, a partir de várias perspectivas, que revelam muito do que os moradores esperavam das autoridades locais e, igualmente, o que reivindicavam para que tivessem uma vida melhor. Nesse sentido, críticas à infra-estrutura da cidade, conflitos entre vizinhos, denúncias contra violências cometidas nos seringais, reivindicações pela permanência e posse de terras para a produção agrícola são uma constante dentre os direitos reclamados por muitos moradores dessas distintas áreas do estado do Pará.

A imprensa local foi um instrumento importante para a publicização dessas preocupações e dos anseios de muitos moradores, na medida que se utilizavam desse meio para deixarem suas impressões sobre os problemas enfrentados, bem como para reclamarem direitos que consideravam desrespeitados cotidianamente. O jornal *Folha do Norte*, por exemplo, através de uma coluna diária intitulada “Reclamações do Povo”, caracterizada por pequenas queixas enviadas à redação do periódico, trazia ao conhecimento de seus leitores uma série de problemas enfrentados pelos moradores de Belém, sobretudo pelos mais pobres.¹ Essas reivindicações podiam solicitar providências contra abusos cometidos por vizinhos e que causavam problemas para os moradores mais próximos ou, em outras circunstâncias, dirigiam-se aos poderes públicos quando não cumpriam com suas obrigações. Em janeiro de 1899, por exemplo, os moradores do Reduto reclamavam contra os trabalhos de calçamento da Rua 28 de setembro, que tinham piorado a sua situação, fazendo com que muitos, “a conselho médico”, retirassem seus filhos do local pelo medo de “alguma doença séria”. Além disso, afirmava-se nesse momento que a cidade, em alguns trechos, tinha a aparência de um “chiqueiro”.² Ora, ao reclamarem de sua situação e exigirem providências, esses moradores expressavam claramente que não recebiam dos poderes públicos a atenção de que necessitavam. De fato, não se pode perder de vista que as atenções dos poderes públicos, sobretudo da Intendência Municipal, deram-se muito mais no sentido de obras de destaque na cidade, e não em investimentos de infra-estrutura mais básicos

Igualmente, em 1900, através das “Reclamações do Povo”, cobrava-se uma solução para o “estado de lastimável imundice” em que se encontrava a Estrada de São José, desde a rua Doca de Souza Franco até a rua Almirante Wandekolk. Esse trecho da cidade havia se

tornado um “vasto lamaçal”, por onde o trânsito se fazia “quase que a nado”.³ Não muito diferente é o que pediam, nesse mesmo ano, os moradores das ruas Riachuelo, Rosário e Travessa Piedade, que enviaram um “abaixo-assinado” contra uma cocheira, que era um “foco de miasmas na vizinhança”. Ironicamente, a cocheira pertencia ao “diretor de saúde do porto”.⁴ Se, de fato, essa informação da *Folha do Norte* procede, é modelar para pensarmos nas contradições das autoridades públicas, a exemplo da Saúde do Porto, que tantas exigências faziam, nesse mesmo ano, para o desembarque de migrantes vindos em vapores do Ceará, por medo da peste bubônica. As cocheiras, sem grande higiene, parecem ter sido um problema que perturbava muitos moradores de Belém que viviam nas adjacências desses espaços. Naquele mesmo ano, alguns moradores do Largo de São José também reclamavam contra uma cocheira na Rua Cezario Alvim, cuja limpeza rareava e, quando era feita, a “água imunda e fétida” era “varrida para a rua”.⁵

Além das cocheiras, os galinheiros, sempre alvo de ladrões, também eram foco de conflitos, chegando essas queixas às páginas dos jornais e até mesmo à Chefatura de Polícia. Esse foi o caso de um dono de galinheiro que, através das “Reclamações do Povo”, queixava-se dos moradores de um “cortiço” considerado “um perigo para os galinheiros da vizinhança”.⁶ Justamente no afã de proteger suas galinhas, dois “árabes”, negociantes dessa mesma “mercadoria”, também foram alvo das “Reclamações do Povo”, acusados de dispararem “revólveres toda a noite”, a fim de afugentarem “gatunos”, perturbando e assustando a vizinhança.⁷ Também motivados por um roubo de ovos foi que se gerou um inquérito policial entre dois praças em virtude das “criações” do paraibano Francisco Nery passarem para a casa de seu vizinho.⁸

Essas situações não são absurdas, se considerarmos o grau de pobreza em que viviam muitos moradores de Belém, e que, não raro, se utilizavam das “criações” alheias, tanto para se alimentar como para ganhar algum dinheiro. O período do crescimento econômico da borracha é marcado por problemas com a carestia de alimentos que faziam parte da vida cotidiana da população. Os gestores públicos sabiam desse problema, e não se pode dizer que não buscaram algum tipo de solução para ele, como o incentivo à pecuária, mas, no geral, essas ações ficavam muito restritas a pequenos grupos e a maioria da população tinha dificuldades para a compra de alimentos.⁹

Passaram-se os anos e os problemas com a carestia permaneciam, aguçando-se com a crise da economia da borracha, que atingiu diretamente o comércio local. Para se ter uma idéia, em texto publicado na *Folha do Norte*, em 1914, afirma-se que tanto a Intendência Municipal como o estado levaram à “impontualidade” dos vencimentos dos funcionários públicos que passavam “longos meses” sem receber seus salários.¹⁰ Octavio Meira, que nasceu em 1908, ao escrever suas memórias faz referência a esses “tempos difíceis”.

Recordando-se das dificuldades enfrentadas por seu pai escreve: “Num tempo em que um professor de Direito como meu pai ganhava 360 mil réis por mês, pode acumular 30 contos de atrasados no Tesouro (...)”.¹¹

Mas não só, os moradores da cidade se manifestaram acerca das dificuldades para a compra de alimentos e também sobre outras necessidades, como as voltadas para serviços públicos que viriam a facilitar a vida da população, inclusive dos mais pobres, no seu trânsito pela capital paraense. A partir de 1896, encontramos muitas reivindicações voltadas para os serviços de energia elétrica, como se pode perceber nas rimas de Juvenal, publicadas na *Folha do Norte*, criticando a companhia fornecedora de energia elétrica:

Eu de há muito tencionava
Fazer boa criação
De morcegos, mas lutava
À falta de escuridão.

Agora, porém, que a Urbana
Vem trevas nos fornecer
Vou mui breve, pra semana
Privilégio requerer...¹²

Pouco mais de um ano do início da iluminação elétrica, em abril de 1897, o recém-lançado na capital do Pará, jornal *O Holofothote*, ao reclamar de uma lâmpada queimada na Rua d’Alfama, não poupava a companhia fornecedora de energia, chamando-a de “indecentíssima” e, ainda, que, diante de tantos pedidos que “a imprensa diária fazia”, afirmava que a Urbana não tinha mesmo era “vergonha”.¹³ Em 1900, a imprensa, igualmente, não deixou de reclamar de uma lâmpada na Travessa Quintino Bocaiúva, esquina da Rua Tiradentes, que “há mais de doze noites não dava luz”. Buscando criticar as ações dos poderes públicos, a *Folha do Norte* insistia em que isso acontecia porque “lá não se perdeu o fiscal (...) do contrário teria procurado providências”.¹⁴ Um mês depois, a *Folha do Norte*, mais uma vez, não poupava o Intendente Municipal. Em uma coluna apropriadamente chamada de “Lição a Intendência”, expunha aos seus leitores algumas ações de moradores da capital em busca de resolver problemas que os poderes públicos não solucionavam. Citavam para isso moradores que se “juntam para fazer limpeza” ou aqueles que tencionavam “alumiar-se a candeeiros de petróleo por conta própria”, considerando que não lhes chegava a iluminação.¹⁵ Dez anos depois, os problemas continuavam e a *Folha do Norte*, numa pequena nota intitulada “Iluminação Pública”, reclamava que em Belém se observava o “curioso espetáculo” de uma “cidade por noites repetidas completamente à escuras”, em virtude de um serviço “sofrível”.¹⁶

O medo do escuro e a reivindicação de iluminação se justificavam diante de muitos delitos que aconteciam justamente à noite, sobretudo entre os grupos mais pobres, como

muitos migrantes cearenses, o que sugere uma vida cotidiana bastante difícil. Pequenas contendas nesse contexto, muitas vezes, eram geradoras de situações violentas, que tinham como ponto final a Chefatura de Polícia, na medida em que as vítimas reclamavam seus direitos. Esse foi o caso do cearense Francisco Xavier, que indo, na noite de 2 de maio de 1904, “pagar uma conta que devia ao taverneiro”, na Rua 22 de Junho, canto com a Rua Conceição, acabou discutindo com o mesmo. O taverneiro, segundo declarou Francisco, não “ficando satisfeito”, dirigiu-lhe “algumas palavras insultuosas”, querendo espancá-lo com “uma foice que tinha sob seu balcão”. Francisco Xavier alegou que, para se defender, feriu o taverneiro com a tal foice.¹⁷

As tavernas, entre o final da tarde e o início da noite, revelam-se em espaço propício para esses conflitos. Muitos trabalhadores paravam aí, no caminho que faziam entre o trabalho e a casa, para tomarem aguardente, café, para fazerem compras ou para o pagamento de dívidas contraídas nesses estabelecimentos. Francisco, no seu depoimento, declarou que resolvera quitar seu débito naquela ocasião, o que, segundo ele, foi a fonte do conflito.

Foi também indo a uma taberna, na mesma Rua 22 de junho, só que canto com a Rua da Constituição, que um outro cearense, João Romão Capistrano, alguns anos antes, em 1899, indo “fazer algumas compras”, acabou sendo “espancado” com “diversas cacetadas”, por um português e um brasileiro.¹⁸ Dessas ocorrências, embora não ficando muito claros os motivos das brigas, tem-se a impressão de um mundo de conflitos em plena ebulição, pronto para eclodir ao primeiro sinal de alguma pequena desavença, ao mesmo tempo revelam que muitos daqueles que se sentiam prejudicados e ameaçados nessa demarcação de territórios urbanos não ficavam passivos, reivindicando providências contra seus agressores na chefatura de polícia.

Se a noite na cidade é o espaço de múltiplas experiências, esse também era o momento reservado para o repouso. Assim, essa movimentação noturna não passou despercebida e muitos eram aqueles que se sentiam incomodados com a algazarra que se estabelecia em alguns pontos da cidade, perturbando o “repouso noturno”. Em 1914, um leitor da *Folha do Norte* escrevia para esse jornal pedindo providências à polícia contra os “abusos” cometidos ao longo da noite, considerados “verdadeiros atentados contra o bem-estar” da população belenense. Os abusos a que se referia o irritado leitor dirigiam-se “a certos viandantes” que, em seus automóveis, alarmavam “os residentes das nossas principais avenidas e estradas”, ao som de fortes buzinas e também “soltando berros estridentes ou assoviando e cantando canções brejeiras em alta voz”.¹⁹

Ao que tudo indica, muitos dos envolvidos nessas algazarras, acredita-se, eram jovens dos grupos mais abastados, pelo fato de serem possuidores de carros.²⁰ Não obstante,

encontramos também envolvidos nessas pândegas noturnas grupos de vigaristas, às custas do dinheiro de seringueiros de passagem por Belém, mas isso é assunto para mais adiante. No entanto, vale destacar, que em todo o noticiário pesquisado acerca desse problema, não encontramos uma só detenção de rapazes dos grupos privilegiados. De fato, quando a polícia agia em relação a esses abusos noturnos, seu alvo predileto eram os seringueiros e, quando muito, alguns dos vigaristas envolvidos com eles, o que demonstra diferenciação na forma de se lidar com os delitos cometidos pelos moradores da cidade. A marca dessa distinção é justamente a origem social do envolvido no delito.

Assim, na crônica urbana de Belém do Pará de finais do século XIX e início do século XX, mulheres, crianças, pequenos comerciantes, mendigos, arruaceiros, trabalhadores em geral, representando a camada mais pobres da cidade, buscam as mais variadas formas de sobrevivência e, igualmente, de viver bem, utilizando a imprensa e a polícia como meio de reclamarem direitos, que lhes pareciam legítimos, fossem eles um simples roubo de galinhas ou um ato de violência com maiores conseqüências.

Ao lado desse mundo urbano, a imprensa não deixou de denunciar as arbitrariedades sofridas pelos seringueiros na floresta, indicando claramente que a vida nos seringais não era algo desconhecido de parte da população e, inclusive, das autoridades. A *Folha do Norte* relatava muitos dos fracassos dessas idas aos seringais e, não raro, condenava a “ambição da riqueza”, que fazia com que muitos homens pobres se lançassem a um “veio d’ouro” como muitos chamavam o seringal.²¹ Na verdade, muitos daqueles que se tornavam seringueiros subvertiam a ordem do que estava estabelecido para a suas vidas, na medida que, ao deixarem seus espaços nativos e se lançarem na coleta do látex na floresta amazônica, mesmo que tudo desse errado, tais trabalhadores manifestavam claros indícios de que não estavam passivos diante de sua situação de pobreza. Tal particularidade sempre atraiu muita gente, sobretudo jovens, dispostos a mudar de vida. Contudo, as incríveis distâncias entre seringais e centros urbanos como Belém e Manaus permitiam que as áreas dos seringais constituíssem também espaços com códigos de condutas, leis próprias e poderes locais que se estabeleciam não raro à força.

Isso é o que se pode perceber pelas denúncias veiculadas pela imprensa local, em 1900, acerca de um seringal no Rio Jutai, afluente do Solimões, de propriedade de um tal Idelfonso Antunes, conhecido como “o professor” (possivelmente numa alusão aos castigos que submetia seus jovens empregados). Ele tinha, em sua maioria, empregados “moços de família”, não raro mantendo-os “acorrentados” e surrados com “pele de peixe-boi”. Para concluir os maus tratos, “o professor” não fornecia a alimentação mínima a seus trabalhadores, que, com o passar do tempo, acabavam morrendo. Para se ter uma idéia, segundo o jornal *Comércio do Amazonas*, que primeiro noticiou o caso, de qua-

torze pessoas que seguiram para esse seringal, apenas “sobreviveram 6, que se achavam quase todas doentes”.²² Dez anos depois, próximo ao natal, noticiava-se mais uma dessas atrocidades, dessa vez com a morte de um jovem de 18 anos, assassinado pelo gerente do seringal Boca do Acre. Ao noticiar esse caso, a *Folha do Norte* afirmava que “há muito” chegavam ao conhecimento da imprensa as notícias da forma como se lidava com trabalhadores nos seringais, onde muitas vezes imperava como lei “o rifle e o tronco”.²³

Não resta dúvida de que a exploração na região dos seringais tornava-se mais intensa e igualmente mais difícil de ser controlada pelo fato de que, em boa parte deles, os proprietários, a fim de resguardarem suas propriedades e seus lucros, criavam organizações de segurança próprias, com a utilização de capangas que cumpriam as ordens. Arthur Cezar Ferreira Reis descreve o “patrão”, principal autoridade do seringal, como um “disciplinador por excelência”, diante da rudeza do meio em que vivia. Assim, nesse espaço, ainda segundo Reis, os patrões agiam “sem freios”. Ao lado disso, o autor afirma que “magistrado civil ou militar” que vivia na “sede da Comarca”, pela “distância” e pela “falta de elementos materiais”, quase não podia “chegar ao seringal para o policiamento moralizador e disciplinador”.²⁴

A intervenção da polícia nem sempre era aceita no espaço dos seringais. Nesse mesmo ano, de 1910, a *Folha do Norte* acusava as autoridades do município de Breves de “violentas”, em consequência de um despejo feito no barracão do seringal Santa Júlia, no Rio Tajapurú, que, feito de forma inadequada, de acordo com o que declarava um dos sócios da casa, causou um prejuízo de “cerca de 8:000\$000”. O proprietário, que parecia ter problemas com as autoridades locais, dirigir-se-ia, inclusive, “ao governador do Estado” para pedir providências quanto ao acontecido.²⁵ Isso nos permite falar em uma rede de poderes e interesses que se estabelecia entre as autoridades locais e os donos dos seringais e, até mesmo, entre estes e o próprio governo do estado do Pará.

Se é verdade que a força policial oficial, muitas vezes, foi ausente e negligente em relação às “leis” peculiares, marcadas pela força e violência que regiam os seringais, em alguns momentos, a atenção para essas áreas se fez muito presente. Um bom exemplo disso é o caso das mulheres que, possivelmente, iam como escravas para a região do Alto Amazonas. Esse tipo de delito parece ter estado na mira das autoridades, que até em pronunciamentos oficiais deixaram registrada essa prática.²⁶ Em 1910, as polícias de Pará e Amazonas investigavam a chegada, à região do Rio Juruá, de uma menor cearense, Raimunda Rodrigues, que, possivelmente, “fora vendida no Ceará por sua própria mãe”, por 20\$ a um negociante português ligado ao comércio da borracha.

Diante desse caso, mais do que a ida de mulheres envolvidas com prostituição para a região dos seringais – o que era uma prática comum e da qual se tinha conhecimento,

considerando que não havia proibições para o deslocamento de mulheres para essa região –, o que chamou a atenção daqueles que tomaram conhecimento do caso, em 1910, foi sem dúvida o fato de que a menina cearense teria sido negociada por sua própria mãe. Não fica comprovado se, de fato, a menina Raimunda fora vendida pela mãe, e, se isso aconteceu, quais motivos a teriam levado àquela atitude. Teriam a mãe e a própria menina também sonhado com o “El Dourado” dos seringais?

De descaso com os filhos não pode ser acusada uma outra cearense, chamada Cândida Maria José, que, em abril de 1908, diante do desaparecimento de seu filho menor, denuncia na Chefatura de Policia de Belém o proprietário de um hotel, conhecido como “João de Ouro” acusado de ter “por costume levar pessoal desse estado para vender nos seringais do Alto Juruá”.²⁷ Evidencia-se. Aqui, uma estreita rede de relações formada por agenciadores de trabalhadores, donos de hotéis e vigaristas em torno da ida de menores e mulheres para os seringais. Essas pessoas nem sempre iam por vontade própria. Tal qual a menina Raimunda, que teria ficado, “durante uns oito dias”, hospedada em um hotel em Belém, consta, na queixa formulada por Cândida, que seu filho menor de idade, antes de embarcar, havia passado aproximadamente seis dias no hotel de “João de Ouro”, à espera do vapor que o levaria obrigado para o Juruá.²⁸

Contudo, nem sempre essas transações davam certo. Em 1910, por exemplo, o dono do Hotel do Porto, ao aumentar o débito de Horácio Pereira, um seringueiro cearense que se havia hospedado em seu hotel, com uma “rapariga com quem estava amasiado”, propõe a este que deixasse, em troca do débito excedente, a mulher que o acompanhava. Horácio Pereira declarou que, “para não fazer uma desgraça”, foi queixar-se à policia.²⁹ Também em 1916, quando a cidade de Belém recebia muitos cearenses, vítimas da seca de 1915, noticiou-se que um cearense, chamado Vicente Ferreira Lopes, negociara “dois filhos por 12\$000”. Vicente vinha de uma longa jornada com sua família, que era formada por ele, sua mulher e mais “10 filhos menores”. Naturais do Crato, tinham se deslocado para Fortaleza em dezembro de 1915, permanecendo nessa cidade até março de 1916, quando migraram até o Pará. Em Belém, hospedaram-se no Hotel Guajará, local “onde os hóspedes, à falta de lugar”, tinham “redes atadas até no corredor na porta da rua”. Estando a família “atrasada em 12\$000 de hospedaria”, um homem, que sabia dessa situação, propôs pagar a conta em troca de dois dos filhos de Vicente. Segundo apurou a imprensa, Vicente pretendia fechar o negócio. Sua mulher, entretanto, “não se conformando com a transação deu o alarma”.³⁰

Como que para concluir essas histórias de negociações de pessoas, a trajetória da família de Vicente e Raimunda é bastante emblemática, pois sintetiza o que movia muitas famílias a embarcarem para o Pará e ali buscar meios de sobreviver. É possível imaginar-

mos as agruras de Vicente, depois de um ano de seca e com tantas crianças para alimentar. E é igualmente possível imaginar o escândalo de Raimunda, a mãe das crianças, à porta do Hotel Guajará. Ora, Raimunda percebe que, depois de tantas dificuldades, exatamente no lugar que lhes parecia ser sua última chance, a capital paraense, estava prestes a perder dois de seus dez filhos. Por mais cruel que possa ter sido a atitude de Vicente, parece que tanto ele como Raimunda tinham os mesmos objetivos: salvar os filhos que, desde o Crato, os acompanhavam nessa incerta jornada para a Amazônia.

Saindo do mundo urbano e dos conflitos presentes na área dos rios nos seringais, um outro espaço de lutas e de reivindicações de direitos experimentados pelos migrantes cearenses foi, sem dúvida, a região da chamada zona bragantina, área onde se estabeleceu, a partir de 1884, a Estrada de Ferro de Bragança e vários núcleos coloniais voltados para a produção agrícola. Desse modo, rastrear os significados que os poderes públicos deram à colonização e ao povoamento da zona bragantina não é uma tarefa complicada, considerando o grande número de registros a respeito. O mesmo não se pode dizer dos significados que os migrantes que viviam nesses núcleos coloniais deram a sua experiência, que tipo de luta travaram para permanecer nessa fronteira agrícola e que direitos evocavam diante da possibilidade de perda de suas terras.

Assim, no ano de 1901, o jornal *Folha do Norte* destacava em seu noticiário o caso de um colono italiano, Frediano Francisco, que “há cerca de 26 anos” vivia em Benevides. Conforme declarou, tinha sido um dos “primeiros imigrantes”, localizados na área da estrada de ferro. Ali foi se aclimatando, “casando-se com uma colona cearense”, constituindo uma família com treze filhos. Viviam todos do trabalho na terra, o que permitiu ao grupo lograr “uma prosperidade relativa” diante de uma lavoura que era uma das “mais opulentas do local”. Os problemas desse grupo familiar começaram, conforme declarou Frediano Francisco à *Folha do Norte*, a partir de um desentendimento seu com um fiscal da estrada de ferro, Joaquim Pereira, cerca de nove anos antes de o caso chegar à imprensa.³¹

O motivo do desentendimento, segundo teria contado Frediano Francisco, era o fato de que ele havia reclamado dos “estragos que os animais de Pereira lhe faziam nas roças”. Para completar a antiga contenda, um dos filhos de Frediano Francisco teria “prendido um cavalo que lhe estragava a lavoura”, pertencente ao fiscal da estrada. Joaquim Pereira teria ido tomar satisfações, armado. De acordo com a *Folha do Norte*, o italiano, sua mulher cearense e seus filhos consideravam o que lhes acontecia a mais “clamorosa injustiça”. Na ocasião com 60 anos de idade, Frediano Francisco, pelas impressões da *Folha do Norte*, parecia sentir-se impotente diante do caso e “resolvido a abandonar o trecho de terra”.³²

Alguns aspectos chamam a atenção na história de Frediano Francisco, e certamente, perante ele próprio e perante o próprio público leitor da *Folha do Norte*, o legitimaram a lutar pelas terras conquistadas por ele e sua família. Um desses pontos é o seu tempo de permanência nesse espaço: “26 anos”. Note-se que o caso se passa em 1901. Portanto, Frediano Francisco, conforme ele mesmo lembrou, fora um dos primeiros moradores de Benevides, tendo se instalado nesse núcleo por volta de 1875, antes mesmo do início da construção da Estrada e Ferro de Bragança. Seu descontentamento deriva, justamente, do fato de, vivendo há tanto tempo na terra, ver-se obrigado a deixá-la em função de perseguições provocadas por um vizinho, que, aliás, era funcionário do próprio Estado, dotado, portanto, de um poder especial. Embora o destaque seja dado na notícia à figura do italiano, não se pode esquecer que sua prosperidade na terra, como a *Folha do Norte* fez questão de lembrar, era fruto também do trabalho de sua mulher, uma cearense, que igualmente chegou à região em busca de terra. Nesse sentido, os direitos reivindicados por Frediano Francisco passam também pela sua honra como chefe de seu grupo familiar.

Em relação à contenda entre os vizinhos de roça, a impressão que se tem é que, de um desentendimento inicial, aparentemente simples, ao longo dos anos foi se criando uma animosidade maior entre esse grupo de moradores de Benevides. Pelo olhar da *Folha do Norte*, sempre pronta a lançar suas críticas aos poderes públicos, no caso da Estrada e Ferro de Bragança, não raro seus trabalhadores exerciam de forma arbitrária as funções, privilegiando usuários da ferrovia em detrimento de outros. No caso em questão, o próprio fiscal da estrada também tinha terras com animais soltos, a prejudicar as roças do vizinho.

Somente por essas notas da *Folha do Norte*, não é possível aprofundar as versões sobre o fato, o que nos dá margem para afirmar que, para além da história publicada, fica muito clara a importância que a terra tem para a família de Frediano Francisco. Tanto que, para dar legitimação ao pedido de ajuda, ele evoca sua história de vida nesse lugar, indicando o tempo em que ali morava como prova de seu trabalho. Diante da contenda com seu vizinho e da possibilidade de, inclusive, retirar-se de sua terra, talvez Frediano Francisco tenha recordado o seu passado ao se estabelecer na zona bragantina, lembrando que, antes mesmo da chegada do trem, ele já havia se instalado na região, e que em 1901, se via quase na obrigação de sair de sua propriedade justamente pelo fiscal da ferrovia que ele viu ser construída e que, certamente, tanto esperou, acreditando no progresso que ela lhe traria.

Em 1904, num outro extremo da Estrada de Ferro de Bragança, um cearense de 54 anos de idade, casado, lavrador, chamado Simplicio de Barros, foi agredido pelo sub-prefeito do lugar conhecido por “Segredinho”, no município de Quatipurú, comarca de

Bragança. Segundo declarou a vítima na chefatura de polícia de Belém, o subprefeito teria afirmado que “havia de persegui-lo até que se retirasse dali”, uma vez que Simplício, conforme consta nos autos, era “um negro [e] tinha mais lavoura do que ele que era subprefeito”. Na verdade, esse seria o desfecho de uma contenda envolvendo o cearense e o subprefeito, e o início de uma grande perseguição ao lavrador, que se sentiu obrigado a fugir de “Segredinho”, acompanhado de dois amigos que também se viram envolvidos no caso, e vir reclamar seus direitos em Belém, na Chefatura de Polícia. A partir do depoimento que Simplício de Barros prestou na capital paraense, é possível entender vários aspectos da sua luta pela posse da terra e, igualmente, os abusos de poder da autoridade local.

Desse modo, Simplício afirmou que, em 1892, recebeu de José Lopes de Queiroz um “terreno onde tinha uma pequena barraca para morar e tratar da limpeza”; sabendo que, ao lado desse terreno, existia um “outro devoluto”, foi aconselhado pelo mesmo José Queiroz que ali fizesse “benfeitoria para depois requerer o registro do governo”. Simplício contou, na Chefatura de Polícia, que “roçou o mato desse terreno e fez duas roças”. Algum tempo depois, foi surpreendido pelo subdelegado, que exigia sua saída, afirmando que faria a demarcação dessas terras devolutas. Diante da intimação do subprefeito, Simplício lhe teria dito que “depois de feita a plantação e a colheita ele entregaria o terreno”. Tomando essa resposta como um desacato à autoridade, o subdelegado tentou, inclusive, prender Simplício e remeteu presos para Quatipuru dois maranhenses que trabalhavam com ele. Posteriormente, cercou a casa com “um praça e vários paisanos”, além de invadi-la e saqueá-la, retirando “duas espingardas, uma faca” e até “quatro quilos de carne de xarque”, que um dois amigos de Simplício traziam no momento do cercamento da casa.³³

Aos 54 anos de idade, Simplício de Barros já não é um homem jovem, e, entretanto, ainda não tinha terra para produzir, o que nos leva a perguntar: estaria ele e sua família há muito tempo no Pará ou eram migrantes recém-chegados? Ao que tudo indica, a pujança das plantações e a futura colheita de Simplício fizeram crescer o interesse por terras que até então não tinham donos. A ausência de documentos que apontassem Simplício como proprietário das terras, apesar de suas benfeitorias, colocava-o em uma situação de extrema fragilidade em relação a sua posse. E ele sabia disso. Seu depoimento é revelador nesse sentido, pois, pela sua versão, ele não esboça dificuldades em deixar a terra, pedindo apenas tempo para a colheita.

Além disso, um outro aspecto, que não pode ser desprezado, é a discriminação sofrida por Simplício em função de ser negro. De acordo com seu depoimento e com o de Lúcio Vieira e Manoel Pereira de Brito, ambos maranhenses, tem-se a impressão de que o fato de Simplício ser negro e estar produzindo em terras que poderiam vir a ser sua pro-

priedade, fora do jugo de um patrão, era algo que incomodava o subprefeito e parece, inclusive, legitimar as perseguições sofridas por esse grupo de lavradores pobres. Diferente da atitude de Frediano Francisco, que toma a imprensa como porta-voz das injustiças sofridas, o cearense Simplício dá outro rumo a sua história, vindo até Belém denunciar as agressões e ameaças sofridas.

Não deve ter sido fácil o deslocamento do grupo até Belém. Possivelmente, fizeram uma viagem demorada, sem nenhum tipo de conforto, parte do percurso a pé ou a cavalo, uma outra parte de canoa e finalmente de trem. Para completar as dificuldades, segundo declararam, ainda estavam sendo vigiados pelo subdelegado. Enfrentando tudo isso, entretanto, esses três homens, que viviam exclusivamente do trabalho da terra e que nem sequer sabiam ler e escrever, conseguiram chegar a Belém e fazer sua denúncia. Não foi possível saber o desfecho da história. Fica, contudo, a marca da luta do grupo para produzir, pelo menos por um certo tempo, em terras devolutas, numa região que tinha preocupações com produção agrícola e em um lugar onde existiam variadas extensões de terra desocupadas.

Ainda seguindo a trilha do trem, o ano é 1915, mas a situação de alguns migrantes, chamados na *Folha do Norte* de “lavradores espoliados”, é muito semelhante à de Simplício e seus companheiros.³⁴ Ao mesmo tempo que muitos cearenses aportavam em Belém em busca de terras para trabalhar, um grupo de seus conterrâneos, já estabelecidos no Pará, na localidade de Peixe Boi, é alvo de controvérsias na imprensa. O caso se estende por alguns dias no jornal, a partir de um debate entre Mâncio Ribeiro, que se apresentava como defensor dos direitos dos trabalhadores na “tribuna da imprensa”, e G. de La Roque, que duvidava da inocência desses colonos, afirmando que, depois de notificados para saírem das terras, permaneciam apenas “como nunca deixa de haver, um pequeno grupo de valientes”, que entenderam de “reagir”.³⁵

A *Folha do Norte*, que a pedido dos lavradores publicava os acontecimentos para “deixar passar o eco da voz dos oprimidos”, a fim de sensibilizar os seus leitores, evocava o passado de árduo trabalho deles na zona bragantina, afirmando que esses lavradores “enfrentaram a floresta em Peixe-Boi. Desbravaram o matagal sem que ninguém os incomodasse”. Por essa versão da *Folha do Norte*, o interesse pela demarcação e apropriação dessas terras, que aparentemente eram devolutas, surgiu apenas quando os colonos “começavam a colher os frutos insanos do trabalho”. E, diante disso, perguntava o articulista: “Por que se apresenta somente agora?”³⁶

Mais esclarecedor sobre a origem e ocupação dessas terras era um outro artigo, também intitulado “Lavradores espoliados”, em que o articulista historiava a tomada de posse das terras:

[...] quando a construção da estrada de ferro passava por essa localidade em 1905, os trabalhadores da estrada perguntaram ao sr. dr. Inocêncio Holanda (engenheiro) se podiam estabelecer-se (...) de ordem do governador podiam estabelecer-se porquanto era melhor que terrenos incultos fossem cultivados, sendo depois as posses legalizadas.³⁷

Para a retomada das terras, os que se diziam proprietários dos “terrenos de Peixe-Boi” alegavam gastos com a demarcação dos terrenos no valor de “três contos e seiscentos mil réis”. Como uma resposta a essa alegação, o articulista fazia referência à produção feita na área pelos colonos: plantações variadas de coqueiros, abacateiros, laranjeiras e até mesmo “milhares de pés de seringueiras”. Ao que perguntava: “tudo isso não tem valor?”.³⁸ Diante da contenda sobre as terras, um outro articulista afirmava que “as famosas propriedades” não passavam de “barracas horrivelmente edificadas em terras d’outrem”.³⁹

Para além de um debate em que a imprensa apontava ou não a legitimação da posse das terras, fica muito evidente a luta de grupos de colonos para permanecerem em terrenos por eles cultivados, sem, entretanto, terem o termo de posse dessas terras. Essas práticas sugerem que se, de um lado, os discursos dos poderes públicos insistiam num incremento à produção, por outro, não esboçavam grande interesse na legitimação de terras que iam sendo ocupadas de forma não oficial. Sem dúvida, esse assentamento e povoamento de áreas devolutas por trabalhadores da Estrada de Ferro de Bragança demonstra um interesse de permanência no referido espaço, de fixação na terra a partir do trabalho na lavoura. Isso remete a uma colonização construída sem apoio do Estado, mas a partir do próprio interesse do lavrador. Não raro, a exemplo de casos como o de Simplício e dos lavradores de Peixe-Boi, apresentavam-se os “verdadeiros” proprietários das terras logo que elas começavam a produzir, levando a conflitos. Esses conflitos e reivindicações de direitos em relação à terra não deixam de revelar, igualmente, os significados que os lavradores davam ao seu próprio trabalho. Sem dúvida, as histórias aqui apontadas, de Frediano Francisco, Simplício e dos trabalhadores de Peixe-Boi, contam um pouco disso e nos remetem a uma realidade ainda muito presente hoje na Amazônia.⁴⁰

Além desses conflitos pela posse da terra, uma variedade de contendas cotidianas também levou a ações de violência entre os colonos, dando conta de disputas, de relações de poder, de amizade e de solidariedade, e de luta por direitos que consideraram justos. Pode-se perceber isto, por exemplo, a partir das possíveis ameaças sofridas, no ano de 1900, por Antonio da Silva Cabral, agrimensor residente na vila de Apeú. Segundo declarou perante o juiz substituto dessa vila, ele era “constantemente insultado com palavras ofensivas e ameaçado de agressão” por Francisco Pereira Nascimento. Através dos depoimentos de cinco cearenses, residentes na vila do Apeú, testemunhas do queixoso, é possível sabermos um pouco mais sobre o caso. Assim, de acordo com o que declarou Lourenço Ignácio de Souza, comerciante cearense de 39 anos de idade, “a causa da inimi-

zade” era “uma casa” que o réu pretendia “fazer fora do alinhamento”, o que, supõe-se, não foi permitido pelo agrimensor, gerando a querela.⁴¹

Sendo a vila do Apeú um pequeno povoado formado por migrantes, na sua grande maioria por agricultores, não demorou para que a história da contenda se espalhasse entre os moradores. Chamado para depor, o cearense Miguel informou ao juiz substituto que sabia do fato “por ouvir dizer”, numa alusão às conversas que circulavam na vila. Um outro depoente, o cearense João Ferreira Lima, também afirmou, ao ser interrogado, que “tinha ouvido dizer por populares” e que era “voz pública” que o réu fazia constantes ameaças de agressões a Antonio Cabral.⁴²

Como não temos a fala de Francisco Pereira do Nascimento, tomando apenas por base as declarações dos depoentes, tem-se a impressão de que, na impossibilidade de erguer sua casa da maneira pretendida, Francisco passa a reclamar nos lugares que passa. Na taberna de Lourenço Ignácio de Souza, possivelmente, teria dito para o comerciante para que ele rezasse pela “alma de um amigo e compadre”. Assim, diante das possíveis ameaças ao agrimensor da vila, um grupo de pelo menos cinco cearenses se une para defendê-lo. Além disso, se de fato procediam os motivos da querela, ou mesmo que fossem outros, evidencia-se, em relação à vila do Apeú, uma preocupação com a sua organização espacial, na medida em que se faz referência ao alinhamento das casas.⁴³

Três anos depois, em 1903, próximo à vila do Apeú, no povoado de Americano, vários colonos são chamados a depor em função do defloramento de uma menor chamada Maria Albina Monteiro. Desses depoimentos surgem, além de códigos de honra e de moralidade, um cotidiano no qual a vida privada dos moradores parece ter uma fronteira muito tênue, que permite a interferência de uns sobre os outros. Tal qual na vila do Apeú, percebe-se uma constante circulação de boatos no pequeno povoado, o que certamente era fonte para conflitos e desavenças. O caso do defloramento da menor Maria Albina é exemplar, na medida em que todos os interrogados dão conta da conduta da menina, indicando uma constante vigilância em torno das atitudes dos moradores do lugar. Através de expressões como “tinha ouvido falar”, “ouvido falar por boatos do povo”, “em conversação lhe houvera dito”, as testemunhas de acusação davam a sua versão do fato. O próprio responsável por Maria Albina afirmou em seu depoimento que tomou conhecimento do defloramento “por pessoas do povo”.⁴⁴

O acusado do defloramento, Antonio Symphronio Pinheiro, que era natural do Rio Grande do Norte, 16 anos de idade, caixeiro de uma taberna do povoado, diante da acusação, a fim de apontar sua inocência, apresenta algumas pessoas como testemunhas que dão conta de indicar várias atitudes da menina a partir de observações do seu dia-a-dia. Dentre essas práticas, citam-se o fato de Maria Albina ter sido vista “às sete horas da noite mais

ou menos conversando” com um outro morador do lugar. Em outro depoimento, prestado pelo cearense João Machado Pinto, confirma-se uma história contada por outra moradora de Americano, de que Maria Albina teria sido vista com “uma latada de Maracujá junto com três indivíduos”. Um outro cearense confirma a mesma história, afirmando que um dos homens que acompanhava Maria havia desaparecido “escondidamente sem dizer para onde ia deixando rede e roupas de seu uso”. Esses depoimentos serviram para livrar Symphronio da acusação do defloramento, uma vez que, diante das testemunhas que ele apresentou, o subprefeito de Americano considerou “improcedente” a denúncia. Fica claro que, a fim de reivindicar sua inocência, o rapaz acusado utiliza-se dos códigos de conduta que informam o tipo de comportamento que se esperava da menor Maria Albina.⁴⁵

Assuntos como o defloramento de uma moça moradora do povoado e que, sem dúvida, eram motivo de conversa para vários dias entre os colonos, também colocavam em evidência valores como a honestidade feminina, além das muitas relações que se estabeleciam entre os homens do lugar.⁴⁶ Alguns anos antes do caso de Maria Albina, em 1899, próximo dali mesmo, no quilômetro 51 da Estrada de Ferro de Bragança, uma outra família se viu às voltas com o defloramento de uma moça de 17 anos, Maria Dias de Lucena. O pai da moça, que era cearense, sentia-se traído pelo namorado da filha, acreditando que ele havia abusado de sua “confiança”. O que o fazia pensar assim era o fato de o acusado, que era seu “trabalhador”, ter inclusive morado em sua casa, antes de seguir para a sua própria moradia, o que aconteceu quando ele, de acordo com um outro cearense, que depôs sobre o caso, mudou-se “para uma casinha fronteira” ao terreno do pai de Maria Lucena. Semelhante ao que supostamente faria anos mais tarde, o namorado de Maria Albina, Benvido Leite Figueira, retira-se “depois para Manaus”, correndo assim contra ele um processo ex-officio.⁴⁷

Na verdade, o que aqui nos interessou mais não foi a questão do defloramento de Maria Albina e Maria de Lucena, mas as muitas relações sociais da vida cotidiana dos migrantes no espaço de colonização e dos direitos que evocaram diante de situações adversas, que traziam problemas as organizações familiares. Questões como trabalho, amizade, moralidade, solidariedade, surgem desses depoimentos, indicando muito do padrão de comportamento que deveria ser seguido por esses migrantes. Sem dúvida, a quebra dessas normas foi sempre ponto de conflitos e de reivindicações de direitos entre eles.

Mudanças nas regras que regiam as relações de dependência do grupo com o comerciante local foram certamente o que motivou o assassinato de um lavrador na localidade de Anhangá, também caminho do trem, em 1916. A querela instalou-se quando o lavrador Cândido Pastor, que “retirava mercadorias a crédito”, sendo sempre “pontual no pagamento das mercadorias”, atrasa a quitação de suas contas. Isso gerou conflitos marcados

por discussões e desentendimentos com o proprietário da venda. Numa dessas acaloradas discussões, conforme notícia a imprensa, a fim de defender-se de um espancamento, o comerciante acaba por matar o lavrador. De acordo com a versão do jornal *A Tarde*, o “coronel Sr. Raynundo José” como era conhecido o comerciante, vendia para todos os “moradores dali”.⁴⁸ A situação vivida por Cândido Pastor sugere que muitos colonos não produziam o suficiente para se manter, necessitando comprar a crédito, o que acabava por criar vínculos de sujeição a comerciantes mais prósperos do lugar.

Vale lembrar que, nas áreas de colonização, as tabernas sempre foram um ponto importante de socialização entre os colonos. Logo que se firmava um povoado, negociantes acabavam se localizando nesses espaços, fazendo todo tipo de comércio. Na região do Alto Quatipuru, em 1898, observava-se uma taberna de propriedade de “um judeu marroquino”, que ali vivia “explorando o seu limitado comércio de gêneros aos colonos”, mas que também fazia “comércio da diamba”, que de acordo com o correspondente da *Folha do Norte* era uma “erva venenosa”, que constituía uma verdadeira “praga” por aqueles sítios. Na mesma região, um outro “pequeno negociante à margem da estrada” dedicava-se também a tal comércio. Conforme publicou a *Folha do Norte*, Paes de Carvalho recomendou que os comerciantes abandonassem “esse ramo de comércio”, a fim de evitarem “males maiores”.⁴⁹

Indicativa de hábitos dos colonos, da sua própria socialização nessas regiões longínquas, a utilização da “diamba” nesse contexto não é vista como um caso de segurança pública e nem, exatamente, como um problema moral, mas muito mais, diante das possíveis conseqüências que o uso dessa erva poderia ter na vida do grupo.⁵⁰ Da forma como a questão é apontada, tem-se a impressão de que esse uso era uma prática comum: a história de um namoro considerado escandaloso parece que chamava muito mais a atenção dos colonos do que o uso da “diamba” por algum deles.

Além desses conflitos, que tinham um caráter pessoal, mas que acabavam se desenvolvendo numa esfera mais pública, existiam outros, que diziam respeito à vida do grupo de migrantes nos núcleos coloniais. Os colonos não deixaram de reclamar de problemas que interferiam no seu dia-a-dia. Em 1898, por exemplo, os moradores da vila de Castanhal enviavam ao governador do estado, Paes de Carvalho, um abaixo-assinado remetido por 65 moradores da vila que pediam o afastamento do professor da localidade, em virtude de suas atitudes, que não correspondiam, de acordo com alguns moradores, com os ideais de “moralidade e edificação” que caberiam a um docente. Dentre as acusações que recaíam sobre ele constavam “injúrias verbais a um freguês”, uma vez que ele mantinha um estabelecimento comercial contíguo à escola; o fato de ter deixado de “dar aulas por alguns dias”, não visar os mapas escolares e não comparecer às aulas da escola noturna.⁵¹

A lista dos moradores que reclamavam era encabeçada pelas autoridades da vila, como o juiz substituto, o subprefeito, um fiscal e um tenente coronel, vindo em seguida empregados públicos, como telegrafista, vários comerciantes e um grande número de agricultores. Para esses moradores de Castanhal, as infrações cometidas pelo professor eram muito graves, pois implicavam a formação de seus filhos ou, como foi apontado pela imprensa, os ensinamentos que eram repassados à “infância castanhalense”. Essa preocupação com a educação das crianças da vila revelou a importância que muitos desses homens, que não sabiam ler nem escrever, atribuíam ao futuro de seus filhos, reivindicando assim o direito a escolarização deles.⁵²

Nos povoados que se formaram às margens da Estrada de Ferro de Bragança, algumas escolas foram parte integrante da infra-estrutura de seus espaços. Nos dias de festa, em que as autoridades vindas de Belém visitavam esses lugares, com certo orgulho, diante das descrições que temos, os alunos eram apresentados recitando poesias, cantando ou simplesmente recebendo com esmero os visitantes ilustres. Segundo o correspondente da *Folha do Norte*, em outubro de 1898, o governador Paes de Carvalho, de passagem por Castanhal, não deixou de visitar as “duas escolas públicas da vila”, com cinquenta meninos e 86 meninas matriculadas.⁵³ Pode-se perceber um pouco disso também na festa de emancipação da colônia Ferreira Pena, em setembro de 1900. Nesse dia, representando as crianças da escola, a “pequetita Maria Feliz Torres” recitou com “extrema correção e graciosidade” felicitações ao governador e a sua comitiva, “a fim de agradecer tantos benefícios”. Entoaram uma canção bastante elucidativa a respeito de como os professores eram vistos. Num dos trechos se cantou:

Sem rigor, sem vis castigos
Rindo, a escola nos atrai
Tem o mestre em nós amigos,
Temos nele amigo e pai.⁵⁴

Com esse tipo de pensamento, não é de se estranhar o abaixo-assinado dos moradores de Castanhal diante das acusações que pesavam contra o professor da vila. Não se pode esquecer que a escola não era apenas imposta pelo Estado, era também solicitada e querida pela população, e aparecia nesse contexto como um direito importante a ser conquistado ante uma crença no poder redentor da educação.

Assim, longe de ser tão-somente uma existência passiva, diante das muitas dificuldades cotidianas em centros urbanos como Belém, nas áreas dos seringais ou nas frentes de colonização, muitos moradores pobres que viviam em terras paraenses, a exemplo dos migrantes cearenses, entre finais do século XIX e início do século XX, lutaram para ter uma vida que consideravam digna, reivindicaram direitos por meio da imprensa ou

de queixas formuladas na chefatura de polícia e expressaram sua luta em relação àquilo que consideravam fundamental para seus valores e para sua sobrevivência. Transcorridos tantos anos entre essas histórias aqui contadas e a vida de muitos trabalhadores pobres da Amazônia atual, que reivindicam direitos como a posse da terra no campo e na cidade, que lutam contra o trabalho escravo em fazendas encravadas na floresta, que solicitam saneamento básico, luz elétrica e água encanada, e que, muitas vezes, são vítimas de perseguições e violências, não resta dúvida de que a luta travada por esses antigos moradores da Amazônia, a partir das reivindicações de variados direitos, ainda é bastante atual.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Doutora em História Social pela FFLCH-USP; professora do Departamento de História da UFPA. E-mail: fgl@amazon.com.br

¹ Sobre questões semelhantes, ver SILVA, E. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; BALCÃO, L. F. “A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913)”. In: FENELON, D. R. (org.). *Cidades*, pp. 225-256.

² *Folha do Norte*. Belém, 27 de janeiro de 1899, p. 1.

³ Id., 21 de julho de 1900, p. 1.

⁴ Id., 30 de agosto de 1900, p. 1.

⁵ Id., 13 de julho de 1900, p. 2.

⁶ Id., 30 de agosto de 1900, p. 1.

⁷ Id., 21 de julho de 1900, p. 1. O episódio lembra um outro, narrado por Lima Barreto, no qual duas vizinhas foram parar na delegacia em razão de uma briga envolvendo o roubo de ovos de galinha. Ver BARRETO, L. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1909, pp. 94-97.

⁸ Arquivo Público do Estado do Pará [APEP] – Chefatura de Polícia – Autos Crimes – 1901. Inquérito Policial Militar – Capital do Estado do Pará – Belém, 27 de setembro de 1901.

⁹ Ver Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Governador do Estado do Pará Dr. José Paes de Carvalho. Belém, Typ. do Diário Oficial, 1897, p. 23.

¹⁰ *Folha do Norte*. Belém, 15 de janeiro de 1914, p. 1

¹¹ MEIRA, O. *Memórias do quase ontem*. Rio de Janeiro, Lidador, 1976, p. 141.

¹² *Folha do Norte*. Belém, 5 de fevereiro de 1896, p. 1.

¹³ *O Holophote*. Belém, 29 de abril de 1897, p. 1.

¹⁴ *Folha do Norte*. Belém, 20 de julho de 1900, p. 2.

¹⁵ Id., 22 de agosto de 1900, p. 1.

- ¹⁶ Id., 13 de janeiro de 1910, p. 1.
- ¹⁷ APEP – Chefatura de Policia – Autos crimes – 1904 (jan-jun) – Auto de perguntas feitas a Franciso Xavier de Souza, autor de ferimentos na pessoa de José Tavares da Silva Valente. Belém, 5 de maio de 1904.
- ¹⁸ APEP – Chefatura de Policia – Autos Crimes – 1899 (jul-dez) – Auto de Diligência Policial ex-oficio acerca do ferimento feito na pessoa de João Romão Capistrano.
- ¹⁹ *Folha do Norte*. Belém, 3 de junho de 1914, p. 1.
- ²⁰ Octavio Meira (1908) ao referir-se a Belém nas suas memórias, ao contrário do leitor da *Folha*, lembra-se de uma cidade pouco movimentada. “Belém de minha infância era uma cidade triste. Poucos automóveis: lembro-me de um barulhento, do Guilherme de La Rocque, que não tinha silencioso, era um playboy daqueles tempos e passava muitas vezes pelo nosso colégio em alta velocidade. Afora esse só quem tinha automóvel era o inglês da Pará Eletric, o inglês da Booth e o dr. Cascaes. Havia muitos carros a cavalo (...). Não havia caminhões, a não ser dois ou três gigantes franceses, de rodas maciças, da Fábrica de Cerveja Paraense. Tudo era feito de carroças e estas tinham ponto como os automóveis hoje”. MEIRA, O. *Memórias do quase ontem*, p. 136.
- ²¹ *Folha do Norte*. Belém, 9 de fevereiro de 1899, p. 1.
- ²² Id., 31 de julho de 1900, p. 1.
- ²³ Id., 20 de dezembro de 1910, p. 1.
- ²⁴ REIS, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*, pp. 222-224.
- ²⁵ *Folha do Norte*. Belém, 9 de maio de 1910, p. 1.
- ²⁶ Mensagem do Presidente do Estado Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à Assembléia Legislativa do Ceará em sua 3ª sessão ordinária da 2ª Legislatura. Fortaleza: Typ. d’A Republica, 1894, p. 7
- ²⁷ APEP – Secretaria de Policia da Província – Autos Crimes – 1908 (Jan-jun). Auto de Perguntas feitas a Cândida Maria José e a João Pinto Nogueira – 30 de abril de 1908.
- ²⁸ Sobre denúncias dos maus tratos sofridos por imigrantes presentes na imprensa operária ver MARSON, A. “Reflexões sobre o procedimento histórico”. In: SILVA, M. A. da (org). *Repensando a História*. 2 ed. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, s/d, pp. 60-61. Marcos Antonio Silva lembra que, dentre as exigências dos marinheiros revoltosos, em 1910, estava a de não serem tratados como escravos e nem espancados. Ver SILVA, M. A. *Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 2002.
- ²⁹ *Folha do Norte*. Belém, 16 de fevereiro de 1910, p. 1.
- ³⁰ Id., 21 de março de 1916, p. 2.
- ³¹ Id., 7 de janeiro de 1901, p. 1.
- ³² Id., 7 de janeiro de 1901, p. 1.
- ³³ APEP – Chefatura de Policia – Autos Crimes, 1904. Auto de diligências policiais acerca da agressão sofrida por Simplicio [?] de Barros.
- ³⁴ *Folha do Norte*. Belém, 7 de janeiro de 1915, p. 2.
- ³⁵ Id., 13 de janeiro de 1915, p. 4.
- ³⁶ Id., 7 de janeiro de 1915, p. 2.
- ³⁷ Id., 12 de janeiro de 1915, p. 2.

- ³⁸ Id., 12 de janeiro de 1915, p. 2.
- ³⁹ Id., 13 de janeiro de 1915, p. 2.
- ⁴⁰ Uma leitura sobre a posse da terra e os conflitos na Amazônia na segunda metade do século XX pode ser MARTINS, J. de S.. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, v. 4, pp. 659-726.
- ⁴¹ APEP – Chefatura de Polícia – Autos Crimes – 1900 – Juízo Substituto da Vila de Apeú.
- ⁴² Id., 1900 – Juízo Substituto da Vila de Apeú.
- ⁴³ Id., 1900 – Juízo Substituto da Vila de Apeú.
- ⁴⁴ Id., 1903 – Auto de diligências policiais, procedidas acerca do crime de defloramento da menor Maria Albina Monteiro e do qual é autor Antonio Symphronio Pinheiro – Subprefeitura de Segurança Pública da colônia de Americano.
- ⁴⁵ Ibid.
- ⁴⁶ Há uma vasta produção historiográfica sobre a questão da honra feminina: ver, por exemplo, ESTEVES, M. de A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; MEZA, R. S. El ideário femenino chileno, entre la tradición y la modernidad (Siglos XVIII al XX). *Estudios CEDHAL*, n. 8 (1993); SAMARA, E. de M. Mistérios da ‘fragilidade humana’: o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29 (1995), pp. 57-71; NAZZARI, M. “Sem perda da honra: a preservação da reputação feminina no Brasil colonial” In: SILVA, M. B. N. da (org.). *Sexualidade família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 65-75.
- ⁴⁷ APEP – Chefatura de Polícia do Estado – Autos crimes, 1899 (jul-dez). Auto de diligencias policiais procedidas ex-officio contra Benvindo Leite Figueira pelo crime de defloramento da menor Maria Dias de Lucena. Registrado em 22/9/1899 em Belém do Pará.
- ⁴⁸ *A Tarde*, Belém, 27 de outubro de 1916, p. 3.
- ⁴⁹ *Folha do Norte*, 8 de agosto de 1898, p. 1.
- ⁵⁰ Sobre a lavoura de fumo na zona bragantina, faz-se referência em 1959 ao fato de que muitos trabalhadores envolvidos nessa cultura por vezes trabalhavam “intoxicados de cachaça ou maconha (‘diamba’ como é conhecida a erva)”. Esses lavradores “lavram, plantam e colhem em um impressionante estado de inconsciência”. *Estudo de Desenvolvimento Regional (Pará)*. Série Levantamento e Análises, 16. Rio de Janeiro, Capes, 1959, p. 26. Sobre lavoura de fumo na região bragantina, ver PENTEADO, A. R. *O uso da terra na região bragantina, Pará*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros-USP, 1968, pp. 45-50.
- ⁵¹ *Folha do Norte*. Belém, 14 de outubro de 1898, p. 4.
- ⁵² Id., 14 de outubro de 1898, p. 4.
- ⁵³ Id., 5 de outubro de 1898, p. 1.
- ⁵⁴ Id., 11 de setembro de 1901, p. 1.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA E OS ECOS AUTORITÁRIOS DA “MARSELHESA”: GUIDO THOMAZ MARLIÈRE E A COLONIZAÇÃO DOS SERTÕES DO RIO DOCE

*José Otávio Aguiar**

Resumo

Estuda-se a organização e o cotidiano das divisões militares do Rio Doce, em Minas Gerais, em busca de exemplos que informem sobre as relações de hierarquia, etnia e estratégia nos meandros de uma sociedade marcada pela violência. Nesse ambiente, destaca-se a especificidade da atuação e dos discursos do emigrado militar francês Guido Thomaz Marlière, Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais entre 1813 e 1829.

Palavras-chave

Política indigenista; imaginário social; estratégia.

Abstract

This article intends to capture the day a day life in the Military Divisions of Rio Doce, in the province of Minas Gerais, to find examples that inform about the relationship of hierarchy, etny and strategy in a violent society. In this place, we make on releav the specification of the atuation and speeches of the franch militar emigrate Guido Thomaz Marlière, that were general director of the Indians in Minas Gerais between 1813 and 1829.

Keywords

Indigenist politic; social imaginary; strategy.

Breve introdução ao tema

O Leste da Capitania/Província de Minas Gerais constituía, nas três primeiras décadas do século XIX, uma região ainda por “desbravar”. Considerada como barreira verde, necessária durante o auge do período minerador para isolar as jazidas auríferas da ação de contrabandistas, bem como de uma eventual invasão externa, a faixa de Mata Atlântica entre os vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce e a atual Zona da Mata Mineira servia, então, de último refúgio para as populações indígenas expulsas do litoral nos primeiros séculos de colonização. Declarando Guerra a essas populações, por ocasião de sua chegada ao Brasil, em 1808, o príncipe regente Dom João somente conseguiu intensificar os conflitos que, desde meados do século XVIII, assolavam os territórios divididos por índios e colonos luso-brasileiros. As chamadas Divisões Militares do Rio Doce, tropas irregulares do Exército submetidas à fiscalização do governo provincial, inicialmente orientadas para a repressão aos índios, assumiriam nova feição na década de 20, sob o comando de Guido Thomaz Marlière, oficial egresso da Revolução Francesa de 1789, simpático ao “gentio”. Marlière receberia, progressivamente, cargos de maior autoridade em sua tarefa de trazer os povos da floresta ao enquadramento nos moldes da civilização européia, novo objetivo da política do governo que, abandonando a postura agressiva de 1808, retornava ao feito laico e estatal da época do Marquês de Pombal.

Ao longo deste pequeno texto, desenvolvemos algumas reflexões a respeito do conteúdo imaginário da “cruzada civilizadora” movida nas primeiras décadas do século XIX, procurando situá-lo em seu tempo. No primeiro tópico, estudamos as Divisões Militares do Rio Doce, destacando sua organização enquanto tropa e o contexto histórico que permitiu a sua criação. No segundo e terceiro, apresentamos, respectivamente, uma pequena biografia e um resumo de nossa hipótese sobre a motivação imaginária reformista e iluminista das iniciativas do Coronel Guido Thomaz Marlière, homem que por mais tempo comandou essas divisões em seu conjunto, movendo, por sua vez, um projeto singular, com influências sobre seus sucessores.

As Divisões Militares do Rio Doce

Permita-me v. exa. refletir que de tigres só nascem tigres; de leões, leões se geram; e dos cruéis Botocudos (que devoram, e bebem o sangue humano) só pode resultar prole semelhante.

(Francisco José de Santa Apolônia Vice-Governador da Província de Minas Gerais, 1827).

O Leste de Minas Gerais – entenda-se por essa expressão toda a região entre a atual Zona da Mata Mineira e a região do Jequitinhonha – Mucuri-Doce – permaneceu incólume a uma ocupação promovida de forma sistemática e intensiva durante todo o período áureo da mineração. Coberto pela densa Mata Atlântica e habitado por populações indígenas tidas como antropófagas, que para haviam se refugiado ali nos três primeiros séculos de colonização, a região funcionava como “barreira verde” para a proteção contra a realidade do contrabando e a possibilidade de uma invasão externa. A partir da segunda metade do setecentos, com o declínio das jazidas auríferas da região mineradora, levou cada vez mais significativas de luso-brasileiros dirigiram-se para esse “leste selvagem”, sob o incentivo do Estado e sob de uma intensa guerra indígena. Para reprimir os ataques do “gentio”, que expulsavam os colonos das terras já ocupadas, a metrópole construiu postos militares estrategicamente situados: os chamados presídios e quartéis. Estes, no entanto, mostravam-se insuficientes para a defesa dos colonos e o aldeamento dos índios. Funcionavam, aliás, concomitantemente, como núcleos de civilização e catequese, e entrepostos de disciplinamento para degredados da capitania submetidos a trabalhos forçados. Desde a expulsão dos jesuítas, em 1759, a questão do gentio submetia-se diretamente ao Estado.

Foi também a partir da segunda metade do século XVIII que a imagem dos “Sertões do Leste” conheceu um processo de reelaboração, acelerado após a criação da Academia de Ciências de Lisboa e o incremento dos estudos que visavam avaliar as potencialidades de exploração econômica daqueles vastos territórios.

Os empecilhos à ocupação da região passavam por barreiras naturais, como sua pretenção “insalubridade”, o grande número de cachoeiras nas vias fluviais existentes e a densidade da Mata Atlântica, e culminavam na ferocidade do gentio, personificado nas diversas nações indígenas reunidas sob a expressão etnocentricamente cunhada “botocudos”.¹ Os chamados botocudos – índios que se autodenominavam guerém, gren ou kren – os homens verdadeiros – habitavam, no princípio do século XIX, uma área que envolvia o sul da capitania da Bahia, o oeste da capitania do Espírito Santo e o leste da de Minas Gerais. Nos séculos XVI e XVII, eram conhecidos por sua denominação tupi-tapuias (inimigos) ou aimorés (termo que pode ter derivado de aib-poré (habitante das brenhas), aí-boré (malfeitor) ou aimb-buré (os que usam botoques feitos de emburé). A denominação botocudos, proveniente do hábito tribal de inserir botoques nos lábios, prevaleceu nos séculos XVIII e XIX no vocabulário luso-brasileiro. Tinha função genérica e reunia um enorme número de etnias unidas, principalmente, pelo uso do dialeto borum, uma variação do tronco gê. Os botocudos eram conhecidos como ferozes, antropófagos e impiedosos guerreiros, e foram responsáveis pelo fechamento de extensas áreas das bacias

dos rios de Contas, Pardo, Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Doce à ocupação luso-brasileira.² No princípio do século XIX, habitavam grandes extensões de Mata Atlântica, desde a atual zona da Mata até, provavelmente, o vale do Salitre, no sul da Bahia, e o extremo leste do vale do Rio Doce, na Capitania do Espírito Santo.

No leste de Minas Gerais e no oeste do Espírito Santo, esse fechamento da fronteira colonial empreendido pelos índios resultou em um conflito de grandes proporções, desencadeado a partir de uma ordem de D. João VI em 1808: a “guerra aos índios botocudos”.

Por sua vez, os povos da floresta atingidos pela ofensiva também responderam com ataques, não menos violentos, aos núcleos de população colonial, utilizando-se da destreza e do conhecimento que detinham da mata, em combates de surpresa que causavam numerosas baixas e produziam estragos consideráveis. Os prejuízos causados pelas investidas indígenas nos são transmitidos em relatos de época, que não escondem o fato de que, em meio à mata densa e úmida, flechas e zarabatanas furtivas podiam ser mais eficientes do que a pólvora, quando molhada.

As razões apontadas na Carta Régia de Dom João para deflagrar a guerra, foram a “agressividade, insubmissão e antropofagia” dos índios. Para a execução das ordens expressas na carta, foram instaladas seis Divisões Militares do Rio Doce (DMRD) coordenadas pela Junta de Civilização dos Índios, Colonização e navegação do Rio Doce, submetida ao governador da capitania. De composição predominantemente militar, essa junta fiscalizava o trabalho dos comandantes por meio de um oficial do Regimento de Cavalaria de Linha nomeado especificamente para este fim.

Foram nomeados: Antônio Rodrigues Taborda para o comando a 1^a (DMRD), João do Monte da Fonseca para o da 2^a, José Caetano da Fonseca para o da 3^a, Lizardo José da Fonseca para o da 4^a, Januário Vieira Braga para o da 5^a e Arruda (cuja identificação se restringe à indicação de que era habitante do arraial do quartel de São Manuel do Pomba) para o da 6^a.³ Cada um desses comandantes recebeu o posto de alferes agregado do regimento de cavalaria de Minas. Seus soldados receberiam o mesmo soldo de um infante, cabendo a metade aos indígenas recrutados. Estes últimos faziam-se indispensáveis, dado o seu costume com as matas e o conhecimento dos hábitos das diversas tribos. A manobra militar recomendada era atacar os índios em seus redutos, para que sentissem o “poder de fogo” das forças reais.

Área de abrangência geográfica e distribuição de responsabilidades, diretor responsável e incumbências das Divisões Militares do Rio Doce no ano de 1818

Nº da Divisão	Comandante responsável (cada um destes militares recebia a patente de Alferes do Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais)	Área sobre a qual tinham responsabilidades e incumbências a que estavam obrigadas
1ª	Luiz Carlos de Souza Ozório	Desde a foz do rio Piracicaba até a barra do Rio Suassuí pequeno. Responsável pela navegação do Rio Doce e pelo apoio ao tráfego fluvial de comerciantes.
2ª	João do Monte Fonseca	Áreas dos rios Pomba, Muriaé e cabeceiras do Rio Casca. Encarregada da manutenção e criação de aldeamentos indígenas. Incumbida da segurança das populações de colonos e índios aldeados, bem como da resolução de seus litígios.
3ª	José Caetano da Fonseca (substituído no dia 22 de janeiro de 1820 por Camillo de Lellis França)	Vales dos rios Casca, Matipó e Cabeceiras do Manhuaçu Encarregada do aldeamento dos índios e da segurança das populações de colonos. Incumbida da segurança das populações de colonos e índios, bem como da resolução de seus litígios.
4ª	Lizardo José da Fonseca	Bacias dos rios Casca e Piracicaba. Era encarregada de promover a navegação entre esses dois rios, ocupando com colonos suas margens esquerda e direita. Seu controle deveria estender-se também às florestas que então recobriam os vales dos rios Santo Antônio e Piracicaba, bem como a toda a região dos rios Onça Grande e Onça Pequeno e ainda o microvale do ribeirão Mombaça.
5ª	Januário Vieira Braga (faleceu em abril de 1818 e só foi substituído em dezembro de 1820, por Bernardo da Silva Brandão)	Parte norte do Rio Doce, bacias dos rios Suassuí Grande e Suassuí Pequeno, todo o Rio Corrente e a parte sul do Rio Mucuri.
6ª	Antônio Cláudio Ferreira Torres (substituído em data incerta por Joaquim Roiz de Vasconcellos)	Do Rio Suassuí Pequeno até a cachoeira das escadinhas. Situada no centro da região do antigo “leste selvagem”, essa circunscrição militar limitava-se por todos os lados apenas com as áreas de abrangência das outras divisões. Cabia-lhe o comando do importante presídio do Cuieté, para onde foram degredados muitos infratores da lei provindos dos principais centros mineradores.
7ª	Julião Fernandes Leão	Região do vale do Rio Jequitinhonha e seus afluentes. Essa divisão foi criada logo em seguida à Carta Régia de Guerra aos Índios Botocudos. Sua sede localizava-se no arraial de São Miguel, localizado à margem direita do rio Jequitinhonha.

Fonte: Ofícios e relatórios relativos à Junta de Conquista e Civilização dos Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1905. Ano X, pp. 382- 668. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Ano XI, pp. 3-254, 1906. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Ano XII, pp. 409-603, 1907. JOSÉ, Oilian. *Marlière, o civilizador*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1958, p. 130.

Não obstante, nos albores da década de 20, os rigores dessa política dariam lugar a iniciativas mais conciliadoras por parte do Estado. Essas iniciativas, suscitadas pelo insucesso das táticas anteriores, caracterizavam-se pelo retorno de alguns pressupostos da doutrina de Pombal, como a Diretoria dos Índios, instituição a que foi atribuída a missão de conciliar os interesses indígenas com o expansionismo do Estado. A violência dos colonos contra as populações nativas passava a ser encarada como um empecilho ao “bom assentamento da civilização” naquelas paragens, o que levaria as autoridades a buscarem estratégias de convivência e ocupação menos agressivas, que variavam ao sabor das inclinações mais ou menos violentas daqueles que por elas se tornavam responsáveis.

Explicitamente revogado pela Carta régia de 12/ 05/ 1798, o Diretório dos Índios não foi substituído por diretrizes governamentais claras, que norteassem a ação cotidiana das autoridades, permanecendo na prática como parâmetro solucionador para os mais variados litígios. Os índios foram então juridicamente equiparados a qualquer súdito da coroa, cabendo a administração de seus interesses às autoridades locais, investidas de poder para mobilizar e distribuir sua força de trabalho para obras públicas ou privadas. Buscava-se atraí-los à sociedade luso-brasileira para fixá-los à terra. Esta última, então coberta por densa Mata Atlântica, manancial de recursos imprescindível aos hábitos nômades da maioria das tribos indígenas da região, era a maior fonte de interesse do Estado.⁴

Voltando às Divisões Militares do Rio Doce, cabe observar que estavam sob a esfera administrativa do Exército, embora fossem inspecionados pela Junta citada acima, órgão de competência da Capitania/ Província. Ficava a cargo do governo de Minas Gerais a nomeação dos diretores de aldeias e também do diretor geral dos índios. Mais tarde, em 1823, esse cargo foi englobado pelo comando centralizado das divisões, que já haviam atingido o número de sete.⁵ 1823 foi também o ano em que o Império estabeleceu um *Governo Provincial* separado de um *Conselho de Governo*, ambos a partir de então responsáveis pela catequese e civilização dos índios. Era extinta a Junta de Civilização dos Índios e Navegação e Colonização do Rio Doce.⁶

Os comandantes dessas divisões passaram a concentrar em suas mãos funções civis e militares, controlando “a distribuição das terras” das quais os índios haviam sido expulsos, “o assentamento dos novos colonos, a repartição dos índios” para trabalhos forçados nas fazendas “a direção dos aldeamentos e a abertura de estradas”.⁷

Cada uma das divisões militares do Rio Doce estava subordinada a um sargento ou oficial encarregado. Em 1824, Guido Thomaz Marlière, oficial francês no exílio, foi nomeado, pelo imperador Dom Pedro I, comandante Geral das Divisões Militares do Rio Doce e, em seguida, diretor Geral dos Índios de Minas Gerais.⁸

Os poderes atribuídos ao Diretor Geral dos Índios, após a unificação do comando das divisões, eram consideravelmente amplos, uma vez que englobavam atribuições militares, policiais, judiciais e administrativas. Sua margem de autonomia, assim como a dos sargentos a ele subordinados no comando de cada uma das divisões era ampliada pelo isolamento em que vivia, fator sem dúvida de um relaxamento nos limites impostos pelo governo às suas atribuições.⁹

Guido Thomaz Marlière

Quanto mais a civilização se estender sobre a terra, mais ver-se-ão desaparecer a guerra e as conquistas, bem como a escravidão e a miséria.

(Condorcet, 1787)

Nascido em Jarnage, vila da antiga província de Marche, no centro da França, no ano de 1767, Marlière estudou Humanidades e Filosofia, e, aos dezoito anos, ingressou no exército de Luís XVI, chegando a Tenente Coronel de um de seus regimentos. A turbulência das sublevações e batalhas dos primeiros anos Revolução Francesa cedo frustrou seu sonho de freqüentar liceus. De família monarquista, emigrou da França com seu regimento quando da radicalização política da Revolução. Esteve, sucessivamente, na Prússia (regimento contra-revolucionário do Marquês de Mirabeau) e na Inglaterra (regimento Montmart), de onde, a serviço dos ingleses, foi enviado para Portugal a fim de defender o país da invasão francesa. Incorporado ao exército português em 1802, transferiu-se para o Brasil com a Corte Lusitana.

Após uma curta e conturbada permanência no Rio de Janeiro, Marlière entusiasmou-se com os sertões da capitania de Minas Gerais, transferindo-se para a tropa paga de Vila Rica em 1810. Nesse mesmo ano foi preso, sob suspeita de ser um espião de Napoleão Bonaparte e, após sua libertação, solicitou ao príncipe Regente D. João que lhe concedesse um cargo de diretor de divisões indígenas no território da atual Zona da Mata Mineira.

De seu auto-exílio, graças ao sucesso obtido na pacificação de colonos e índios, Marlière recebeu, por dezoito anos sucessivos, cargos de autoridade militar casa vez mais elevada. Moveu uma verdadeira cruzada “civilizadora” e “desbravadora” defendendo, à custa de constantes conflitos com colonos e algumas autoridades, a possibilidade da incorporação sociopolítica e econômica dos índios e de sua elevação ao estatuto de cidadãos. Maçom, chegou a grão-mestre do Grande Oriente do Brasil em Minas Gerais, e escreveu artigos combativos e irônicos para os jornais *O Universal* e *Abelha do Itacolomi*, ambos de Ouro Preto. Nestes últimos, demonstrava a marcante influência iluminista em suas

idéias, ao abordar temas como a “filantropia” a “igualdade” entre os cidadãos perante a lei, a abolição da escravidão negra e a bondade natural dos índios. Acusado de impiedade religiosa, acometido pela malária e impopular entre os colonos e soldados, com os quais, diziam, se excedia em severidade, retirou-se em 1829 para sua fazenda Guido-wald (mata do Guido em Alemão), de onde ainda escreveu diversas cartas de incentivo a viajantes, naturalistas e empreendedores europeus, além de dois dicionários de línguas indígenas. Decepcionado com os rumos políticos tomados pelo Estado Brasileiro, faleceu em 1836.

Por trás dos discursos de Marlière que chegaram até nós, é possível vislumbrar um substrato de representações compartilhadas, de um modo geral, por uma parcela considerável da elite intelectual de seu tempo, particularmente a que se associa comumente como herdeira do reformismo ilustrado, a qual esteve no poder por ocasião da nossa emancipação política. As idéias de Marlière, embora em vários aspectos conflitassem com a maioria dos interesses econômicos da sociedade mineira escravista, a qual, naquele momento, ainda fortalecia sua economia interna para construir alternativas viáveis à sobrevivência ao declínio das principais jazidas auríferas, partiam da premissa de que a sociedade européia, ápice do desenvolvimento humano, inspirada e iluminada pelas luzes da ciência, da civilização e da técnica, deveria conduzir ao seu mesmo patamar aqueles que ainda se demoravam no estado de barbárie. Se essas idéias não encontravam uma acolhida irrestrita entre a maioria dos representantes de nossa elite agrária, preocupada em abrir fronteiras de exploração econômica e em se livrar das populações autóctones, tinham guarida no pensamento de muitos dos europeus que, a partir da transferência da corte portuguesa, visitaram o Brasil.

O mito rousseauiano do bom selvagem, assim como a idéia de que nas sociedades primitivas se encontrava uma espécie de paraíso perdido, onde, num ambiente igualitário, livre e fraterno, os homens exerceriam sua bondade original, conviveu, no pensamento marlieriano, lado a lado com a idéia de que a “ignorância” do “selvagem”, geradora de “erros” deveria ser sanada. Os índios eram encarados como “ingênuas crianças”, uma humanidade em estado infantil que deveria, para a sua segurança e da sociedade, ser conduzida à civilização. “Civilizar” era preciso, não só os índios, mas também e acima de tudo os senhores de escravos, que, acostumados ao governo despótico português, se compraziam em tyrannizar os “pobres” africanos, degradados por trezentos anos de “trevas e barbárie”.

Ao que tudo indica, para o coronel francês exilado no Brasil, a barbárie não se encontraria somente na selvageria dos nativos, mas, acima de tudo, na falta de “fraternidade, espírito cívico e patriótico” entre os colonos e soldados luso-brasileiros.

Para Rousseau, os homens, bons por natureza, haviam sido pervertidos pela civilização; daí a necessidade de uma reforma da sociedade humana corrompida. Em Marlière, o termo civilizar corresponde, em alguns de seus empregos, ao ato de efetuar essa reforma e a palavra civilização a um ideal de sociedade baseado na justiça e na igualdade.

Autores franceses como Mirabeau e Rousseau sugeriam que “a falsa sociedade fosse substituída pela autêntica”.¹⁰ Afirmava Mirabeau que o que a maioria das pessoas considerava como o padrão do homem civilizado “suavização de maneiras, urbanidade, polidez, e a difusão do conhecimento de tal modo que inclua o decoro no lugar de leis detalhadas” somente poderia ser associado a uma “máscara da virtude”. Contra esse engodo de civilização, esse autor propunha uma virtude cívica, cidadã. A “falsa civilização” deveria ser substituída pela “verdadeira”.

Com a sociedade civil vieram a ganância, as disputas, os vícios, as usurpações dos ricos, o banditismo dos pobres, as paixões desenfreadas de todos. Para sanar o problema, a solução apresentada era a implementação de um programa pedagógico, que conduzisse novamente os homens ao estado de natureza, através reforma de sua sociedade.¹¹ O maior desafio era, nessa perspectiva, conciliar o desenvolvimento da civilização e da técnica com a manutenção da virtude. Como observou Marilena Chauí:

O Homem para Rousseau, não se regenera com a destruição da sociedade e o retorno à vida no seio das florestas. Embora privado no estado social de muitas vantagens da natureza, ele adquire outras: capacidade de desenvolver-se mais rapidamente, ampliação dos horizontes intelectuais, enobrecimento dos sentimentos e elevação total da alma. (...) O Propósito visado por Rousseau é combater os abusos e não repudiar os mais altos valores humanos.¹²

A barbárie, para o Diretor Geral dos índios, encontrava-se menos nos selvagens do que nos viciados “civilizados”. Daí sua severidade para com os segundos, também passíveis de uma ação pedagógica no sentido da condução aos rumos do “respeito e da devoção pelo interesse público” (civismo) e pelo gênero humano. Em 1827, afirmava a respeito de si mesmo: “sempre andei na vereda da justiça e fui discípulo da razão (sic)”.¹³

No geral, unia seus ímpetos normatizadores e sua pedagogia das luzes ao objetivo maior do Estado que o contratara: a civilização. A catequese, parte da política do Estado Imperial, era aceita sem maior entusiasmo, desde que a educação para o trabalho, a civil e a política viessem em primeiro lugar.

As sociedades “primitivas” aparecem freqüentemente em seus discursos como um modelo de virtude e honestidade a ser seguido por aquelas que apenas apresentavam um verniz de civilização. Isso, porém, referia-se à sua natureza inocente, não ao seu tipo de sociedade. O modelo societário indígena não chega a ser considerado como uma opção de civilização; muito antes as regras de civilidade ocidentais são valorizadas ao máximo

e não raro impostas pela força, embora se pregue o contrário. Nem mesmo os “bons selvagens”, tão caros aos autores do século XVIII, que Marlière por vezes parecia cultuar, são considerados como civilizados. Assim, a idéia hobbesiana do estado de natureza enquanto barbárie e a rousseauiana, que identifica esse mesmo estado como o ideal e mais puro grau de bondade humana, pareciam conviver no pensamento e nas práticas do Diretor Geral. Não obstante a segunda prevalecesse, essas duas representações a respeito da sociedade e da natureza humana faziam já parte da herança intelectual e do imaginário social dos quais Marlière compartilhava, e pareciam chocar-se a todo momento, na medida em que as idéias se submetiam à dureza das práticas, encontros, estranhamentos e embates cotidianos. Os índios eram “bons por natureza”, mas precisavam da organização e do gerenciamento do Estado para se afastarem de seu estado de barbárie. Caberia ao Estado cumprir a sua parte no contrato social para impedir que o esforço de trazer os índios “bravos” à condição de cidadãos se perdesse, causando seu retorno ao seio das matas, à ignorância, à barbárie. Uma postura ao mesmo tempo autoritária e paternalista que se calcava em uma série de representações, instituições imaginárias a respeito da natureza humana, do ideal do Estado, da civilização e de sua antítese bárbara.

Essas representações socialmente instituídas, embora interpretadas de forma diferente e recriadas por cada um dos atores históricos envolvidos, faziam parte do imaginário social característico da nobreza ilustrada e da burguesia que incorporou os ideais iluministas e liberais que alimentaram as lutas que desde o final do século XVIII varriam a Europa; por sua vez, informavam as ações daqueles que nelas se pautavam, mobilizando sua energia para intervenções transformadoras sobre a realidade objetiva. Nesse contexto, a civilização tinha os seus símbolos, fossem eles identificados nas regras de conduta exteriores (a chamada civilidade), nas características mais ou menos urbanas de uma dada sociedade (a palavra civilização era nesse caso entendida de forma etnocêntrica, enquanto estado de “progresso” técnico-urbano e cultura social em comparação com a Europa) ou na “verdadeira” virtude patriótica e cívica (devoção pelo interesse público), como preferiam Rousseau e Mirabeau. Esses símbolos sustentavam e legitimavam o poder, alimentavam as ações movidas pelo Estado e seus subordinados no que tange à intervenção no âmbito das sociedades indígenas, sob o pretexto de conduzi-las à civilização. O discurso civilizador é um discurso de poder que, por sua vez, justifica as iniciativas do poder. Essa justificação serve também para aqueles que se julgam na condição de condutores de um “processo civilizador” e pedagógico (“os civilizadores”), na medida em que os símbolos e valores que a norteiam contam com a sua adesão, crença e aprovação.

Tanto Marlière quanto as autoridades que o mantinham no poder, assim como viajantes europeus que visitaram suas divisões - como Saint-Hilaire, Eschwege, von Spix e von

Martius - tinham em comum a crença nos benefícios de uma ação “civilizadora” movida pelo Estado. Em nome da “civilização” e combatendo a “barbárie” empreendiam esforços no sentido da intervenção em outras sociedades, da pesquisa científica e etnológica, e do desbravamento de territórios. O poder simbólico dessas duas representações pode ser avaliado no contingente de forças que mobilizaram em direção a seu conteúdo imaginário e discursivo, bem como no seu papel de alimentadoras da ação concreta de homens que, como Marlière, exerceram por décadas considerável liberdade de mando.

O discurso civilizador deveria, no entanto, ser incorporado também ao conjunto de valores daqueles sobre os quais a ação civilizadora se exerceria. Para tanto, tornava-se necessário fazê-los desejar a “civilização”, atitude correspondente à negação de sua própria identidade, reconhecida como bárbara pelo discurso do poder dominante. Isso se aplicava tanto aos índios quanto aos colonos e degredados, estes últimos marcados pelo estigma da marginalidade.

Nomeando representantes internos entre os indígenas e condecorando-os com a patente de capitão, Marlière procurava obter o seu respeito e lealdade, utilizando-se de índios para disciplinar aos seus iguais, caso se insurgissem contra o seu projeto civilizador. Isso pode ser percebido em seus relatos de convivência e descrições dos Puri e Coroado: “Os capitães índios me mandão os criminosos, castigam as culpas leves nas suas aldeas... São punidos com Palmatoadas, como a meninos grandes q’ são (sic)”.¹⁴

O coronel francês procurou combinar diversas políticas protecionistas para os índios, prevendo a preservação de parte dos seus territórios e a tolerância temporária de sua cultura nômade. Buscou, para tanto, a conciliação com os colonos, aos quais reunia a fim de explicar sobre a necessidade de conviver com os índios para que eles aos poucos fossem se sedentarizando. A seu ver, a intervenção no âmbito das sociedades indígenas teria a função de preservá-las do genocídio através de estratégias de inclusão no seio da sociedade dos brancos. Queria dotá-las dos “benefícios” da técnica e dos conhecimentos relativos àquilo que considerava a “boa conduta política” nas sociedades modernas. Por boa conduta política entendia a docilidade ante os desígnios do Estado – particularmente no que tange ao respeito às leis – acompanhada por sua participação nas decisões políticas locais. Para tanto, reivindicava o seu reconhecimento como cidadãos “livres”.

O ideal político de Marlière, ao que tudo indica, aproximava-se do modelo monárquico e parlamentar da Inglaterra, onde esteve antes de se dirigir a Portugal. Daí também deveria se originar a carga considerável de liberalismo em suas idéias. Uma vez em terras lusas, e mais tarde no Brasil, compelido a adaptar-se a relações autoritárias de governo – presenciadas na aplicação prática dos projetos do reformismo ilustrado – as quais criticava, procurou viver seu sonho de reforma societária no espaço das divisões indígenas

que dirigia, tornando-se, por sua vez, também autoritário em sua tarefa de normatizar sociedades díspares no intuito de fundi-las em uma só: o povo brasileiro.

No âmbito de suas divisões indígenas, o francês seguia um programa particular e rigoroso, no entanto bastante coerente com suas idéias. A perda de uma inocência e honestidade original, presentes nos índios e ausentes entre os colonos e degredados que a ele se submetiam, deveria ser sanada com programas disciplinares por vezes bastante rígidos.

Para os quartéis, eram enviados também delinqüentes e vadios degredados, submetidos a trabalhos compulsórios, o que cumulava o número de desertores, os quais passavam a integrar a marginália social, rigorosamente reprimida por Marlière e seus subordinados:

A polícia interior da província sendo do seu atributo: devia mandar-se prender, e recrutar para o sul... (Guerra da Cisplatina) todo o malfeitor, desertor e vadio que frequentão as Aldéas, não trabalham, roubão aos maridos, abusão das mulheres, e dão pancadas em todos. (sic)¹⁵

Para Marlière, os índios “erravam” por ignorância e, nesse sentido, não podiam ser responsabilizados por seus atos no mesmo grau em que um colono ou um soldado infrator das regras de convivência pacífica, estas mesmas instituídas dentro do limite muito tênue que separava a guerra e a paz no âmbito dos aldeamentos.

Em 1827, ao comunicar ao Conselho de Governo um incidente no qual índios boto-cudos estabelecidos nas proximidades do quartel de Arapuça haviam se rebelado, Marlière deixa transparecer suas idéias sobre as causas do incidente. Os desertores são mais bárbaros que os índios:

Os Indios per-se nunca se atreviriam a tanto se não fossem guiados, e animados pelos bandittis desertores, mais crueis e bárbaros do que os mesmos índios, que não tem pejo em se servir de sua força e imbecilidade para assolarem à pátria que os viu nascer (sic)¹⁶

A serviço do Estado português e do nascente Império do Brasil, Marlière, ocupou cargos de direção indígena e desbravamento durante quase todo o Primeiro Reinado. Desejava disciplinar e moldar uma sociedade desregrada, fluida e conflituosa, aos moldes da disciplina, da “cidadania” e da convivência necessárias ao seu futuro como “civilização”. Para o Brasil, trouxe consigo representações de um imaginário social no qual se formara, com o qual comungava, embora o assimilasse de forma particular, e do qual não poderia se apartar.

As representações de civilização e barbárie que adotou, construiu e reinterpretou, marcaram fortemente o caráter de sua intervenção no âmbito das sociedades sobre as quais exerceu poder. Influenciaram ainda a forma pela qual esse poder era exercido e alimentaram de energias ideais e crenças que marcaram um tempo. Se tais crenças e ideais

foram compartilhados por muitos dos seus contemporâneos, vale ressaltar que Marlière, até certo ponto, interpretava-as de forma particular, realizando leituras peculiares e, sem dúvida, criando novas formas de representação e intervenção dentro dos limites de seu imaginário social, de sua cultura, de seu tempo.

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Doutor em História (UFMG). Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail:jotavioa@terra.com.br.

¹ Alusão ao botoque que inseriam nos lábios como adorno.

² Essas informações basearam-se em PARAÍSO, M. H. B. Repensando a política indigenista para os Botoquinhos no século XIX. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 35, 1992, pp. 77-78, As palavras originárias de línguas indígenas que não foram aqui traduzidas são aquelas cujo verdadeiro significado hoje se desconhece.

³ Ver CUNHA, M. C. da. *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo, Comissão Pró-Índio, 1992.

⁴ Atenemos para o fato de que, mesmo com o veto imperial à concessão de sesmarias no Império do Brasil, a partir de 1823, elas continuaram a ser concedidas nos Sertões do Rio Doce a partir de 1824, tanto no território mineiro quanto no do Espírito Santo, o que demonstra o interesse do governo pela sua ocupação. Confira *Coleção de Leis do Brasil (1824)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1891. Respectivamente *Decisões de 28/01/1824 e 03/12/1824*. Veja também: CAMBRAIA, R. B. e MENDES, F. F., p. 146.

⁵ Uma oitava Divisão Militar do Rio Doce foi criada em 1820, mas nunca se efetivou.

⁶ A junta foi dissolvida em outubro de 1823, por uma lei da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império, que também reestruturou os governos provinciais, criando a Presidência Provincial e o Conselho de Governo, a partir de então responsáveis pela catequese e civilização dos índios. Ver CUNHA, op. cit., pp. 115-116.

⁷ CAMBRAIA, R. de B. e MENDES, F. F. Políticas de Ocupação_Territorial num Regime Escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 6, p. 146, julho, 1989.

⁸ Ver OILIAN, J. *Marlière, o civilizador*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1958, pp. 38-39. Quatro anos antes, em 1820, Dom João VI ordenou que Marlière, como prêmio pelo seu sucesso na conciliação entre índios e colonos, assumisse a inspeção de todas as Divisões Militares do Rio Doce, passando as obrigações de subordinação de seus respectivos comandantes a se deverem não mais à Junta de Civilização dos Índios e Colonização do Rio Doce, mas àquele francês. Ver Carta Régia de 15 de novembro de 1820. MARLIÈRE, G. T. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. X, 1905, p. 415. Veja também CUNHA, M. op cit., p. 115 -116.

⁹ Veja: ESPINDOLA, H. S. *Sertão do Rio Doce: navegação Fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra os povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800- 1845*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2000, p. 118.

¹⁰ ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, v. 1, 1994, p. 55.

¹¹ Sobre a reforma da sociedade “civilizada” no pensamento dos contratualistas do século XVIII, ver o verbete “contratualismo” em BOBBIO, N.; MANTTEUCCI, N. e PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília, UNB, 1994. Ver também GERBY, A. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750 – 1900)*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

¹² CHAUI. M. De S. *Rousseau*. São Paulo, Nova Cultural, 1999, p.13 (Col. Os Pensadores).

¹³ MARLIÈRE, G. T. Ofícios. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano XI, 1907, p. 202.

¹⁴ *Ibid.*, p. 531.

¹⁵ *Ibid.*, p. 610.

¹⁶ *Ibid.*, p. 133.

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: ASPECTO SÓCIO-JURÍDICO

*Antonio José de Mattos Neto**

Resumo

A questão agrária é analisada sob o enfoque jurídico, com base no estudo da formação da propriedade rural brasileira, que tem sua origem na colonização fundada no latifúndio exportador, monocultor e escravagista. Esse modelo gerou um vício histórico: a concentração fundiária. Em torno do latifúndio também foi estruturada a vida social brasileira. Contemporaneamente, com a valorização dos direitos humanos e as exigências de qualidade de vida, tal realidade agrária restou conflituosa. Direitos como a reforma agrária, meio ambiente ecologicamente equilibrado e outros merecem tutela. Assim, um encaminhamento viável deve ser ministrado para acomodar a situação ao respeito a esses novos valores jurídicos.

Palavras-chave

Brasil; propriedade agrária; latifúndio; direitos humanos; reforma agrária; direito ao meio ambiente.

Abstract

The agrarian question is analyzed under the legal approach, from the study of the formation of the Brazilian agrarian property that has its origin in the settling established in the exporting and slavery property. This standard generated a historical error: the concentration of the agrarian property. Around the large property, also the social life was structured in Brazil. Now a days, with the valuation of the human rights, such agrarian reality became against the requirements of quality of life. Rights such as the agrarian reform, environment and others deserve protection. Thus, a viable guiding must be given to accommodate the situation to the respect to these new legal values.

Keywords

Brazil; agrarian property; large property; right human beings; agrarian reform; right to environment.

Posição da problemática

O estudo sobre a questão agrária no Brasil sempre foi tema de interesse da área econômica, tomando força e vigor a partir da década de 1980.

Isso porque a chamada modernização ou industrialização da agricultura brasileira ocorreu na década anterior, vindo a influir no processo de transformação capitalista no campo.

Mas o que é a modernização ou industrialização da agricultura? Em termos simples, pode-se dizer que consiste na mecanização (utilização de maquinário como tratores, colheitadeiras) da agricultura, no uso de insumos da indústria química (adubos e agrotóxicos), bem como na predominância da produção destinada à exportação, o sistema de criação de animais confinados e outros aspectos, que significam um modelo agrícola não tradicional da realidade brasileira agrária. O resultado foi a transformação nas relações capitalistas no campo, onde, por exemplo, o colono transfigurou-se em bóia-fria, agravaram-se os conflitos entre posseiros, grileiros, proprietários, índios, quilombolas, etc.

Esses aspectos foram objeto de preocupações e análise pelos economistas brasileiros na década de 1970, fundamentados em pensamentos econômicos anteriores, como os de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, entre tantos, que discutiram amplamente o tema.

A estrutura social agrária modificada pelos novos ingredientes do fenômeno econômico passou, também, a ser objeto de preocupações dos sociólogos. Assim, a sociologia rural passou a explicar as causas e o efeito dessa nova realidade - a mecanização ou industrialização da agricultura.

Mas o jurista não se preocupou em estudar a matéria. Daí haver um vazio. Diante disso, no presente trabalho, tentaremos erigir um enfoque jurídico, não sem antes definir o que seja questão agrária, tanto em seu aspecto econômico, tradicionalmente visto, quanto jurídico.

Conceituação de questão agrária

Economicamente, questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção, ou seja, como produzir, de que forma produzir, quanto produzir. Tal equação econômica aponta para indicadores como a maneira que se organiza o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc.

Esses aspectos estão intimamente ligados a outros, voltados para a produtividade numericamente crescente dentro da lógica de produção capitalista industrial.

A partir da década de 1950, na economia pós-guerra, o desenvolvimento de técnicas que possibilitassem maior aproveitamento e produtividade da terra para a produção de alimentos levou à adoção de um novo sistema agrícola, que privilegiasse a padronização da produção alimentar, a motorização e mecanização do cultivo, a utilização de produtos químicos nas atividades agrárias, enfim, que iniciasse o processo de industrialização da agricultura. Esse modelo ficou conhecido como “Revolução Verde”.¹

No Brasil, esse fenômeno iniciou-se a partir dos anos 70, com a utilização de fertilizantes e defensivos agrícolas, tratores e colheitadeiras no campo, e uma série de outros insumos, apetrechos e instrumentos, na tentativa de criar condições artificiais para aumentar a produtividade da terra e da força de trabalho.

Um exemplo bastante ilustrado, que transmite a modificação que esse sistema provoca é fornecido por José Graziano da Silva:

Antigamente as galinhas, e os galos também, eram criados soltos nas fazendas e sítios. Ciscavam, comiam minhocas, restos de alimentos e às vezes até mesmo um pouco de milho. Punham uma certa quantidade de ovos – uma ninhada de doze, quinze – e depois iam chocá-los durante semanas seguidas. Mesmo que os ovos fossem retirados, periodicamente, as galinhas paravam de botar, obedecendo ao instinto biológico da procriação, e punham-se “em choco”.

Mas logo se descobriu que essa parte do processo de procriação das aves podia ser feita pela incubadora (ou chocadeira) elétrica. E com maior eficiência que a própria galinha, uma vez que permitia controlar melhor a temperatura e evitar quebra dos ovos. Tornou-se necessário então fabricar uma galinha que não perdesse tempo chocando, isto é, que se limitasse a produzir ovos todo o tempo de sua vida útil. Evidentemente, uma produção assim mais intensiva não era possível de conseguir com galinhas que ciscassem e se alimentassem à base de engolir minhocas e restos de comida. Foi preciso fabricar uma nova alimentação para essas galinhas – as rações – que possibilitassem sustentar essa postura. Além da melhor alimentação, as aves foram confinadas em pequenos cubículos metálicos, para que não desperdiçassem energia ciscando. Estava constituída uma verdadeira “fábrica avícola”: de um lado entra ração, a matéria-prima; de outros saem os ovos, o produto. Tudo padronizado, lado a lado umas das outras nas suas prisões. Nessa altura, os galos, que não botavam ovos e só faziam barulho e arrumavam encrenca... É claro que alguns poucos – será que privilegiados? – foram preservados para a procriação. Mas essa atividade passou a ser um outro ramo, distinto: a produção de ovos separou-se da produção de pintinhos. E a avicultura tornou-se tão especializada que a produção de matrizes – quer dizer, dos pais e das mães dos pintinhos – passou a ser um outro ramo, também especializado. Quer dizer que quem produz pintinhos compra as matrizes.

Mas, por que uma galinha que não choca, presa numa gaiola, comendo ração, é mais adequada ao sistema capitalista que a outra, que ciscava no terreno das fazendas à procura de minhocas? Ora, além de produzir mais ovos que a outra durante a sua vida útil, a galinha que não choca dá lucros também ao produtor de ração, ao que fabrica as gaiolas, ao dono da chocadeira elétrica, ao que vende os pintinhos, etc. Ou seja, a produção de ovos, com essa “fábrica avícola”, criou mercado para a indústria de ração, de gaiolas, de chocadeiras, de pintinhos, de matrizes. Por sua vez, a indústria de ração dá lucros para o fabricante de medicamentos, ao comerciante de milho; a indústria de gaiolas, ao fabricante de arame galvanizado e chapas metálicas; e assim sucessivamente.

Tudo isso porque uma galinha come minhocas e a outra, não. E seria o caso de perguntar: quem ganha com isso? A resposta é óbvia: os donos das indústrias de ração, de gaiolas, de chocadeiras... O pequeno produtor, que cria os pintinhos e vende os ovos, esse não. Ele tem que comprar ração, gaiolas, medicamentos, pintinhos, tudo de grandes companhias. Então, é lógico que ele paga caro por essas coisas, porque o seu poder de barganha é nulo ante essas grandes empresas. Na hora de vender, é a mesma coisa: são grandes compradores e há muitos ovos (lembrem-se que essas galinhas só fazem botar ovos). Então, o preço é baixo, tão baixo que ele precisa cuidar de milhares de galinhas para conseguir garantir a sua sobrevivência como pequeno produtor. Em resumo, ele trabalha mais e ganha relativamente menos.²

Veja-se que a questão da produtividade, sua elevação quantitativa, as técnicas de melhoramento, enfim, uma série de fatores que são voltados para o enfoque econômico moldaram o quadro do que se chama tradicionalmente questão agrária.

Entretanto, temos a proposta de estudar a questão agrária sob o ângulo jurídico. O que seria a questão agrária hoje, sob o enfoque sociopolítico?

Juridicamente, questão agrária vem a ser a situação-problema da realidade agrária nacional carente de solução ou ainda que haja equação jurídica, mas os poderes institucionais competentes descuram a adequada satisfação da matéria, deixando de promover o bem-estar social e a paz no meio rural.

No Brasil hodierno, a questão agrária, sob o aspecto jurídico, está centrada no direito de propriedade imobiliária rural, vindo desde sua formação colonial, passando pela modificação da estrutura agrária até chegar aos problemas ambientais umbilicalmente a ele vinculados. Eis nosso mister a partir de agora.

Formação da propriedade agrária no Brasil

Na formação histórica da propriedade territorial brasileira, podem-se identificar as seguintes frases: período pré-sesmarial, período sesmarial, regime de posses, regime das

leis de terras nº 601/1850, sistema jurídico do Código Civil de 1916, sistema legal do Estatuto da Terra e regime fundiário a partir da Constituição Federal de 1988. Vejamos as fases evolutivas:

Período pré-sesmarial

Foi devido ao furor mercantilista português, a partir da Casas de Aviz, que os primeiros conquistadores ibéricos chegaram à América tropical. A expansão ultramarina do comércio português, através da conquista de novos mercados colonizadores, dirigiu o português à terra nativa brasileira.

Aqui aportando, Cabral, em nome da Coroa Portuguesa, garantiu a conquista da terra tropical, mas desmerecendo durante as três primeiras décadas o início de uma colonização efetiva, pois o mercado das especiarias orientais era mais lucrativo e proveitoso.

De qualquer modo, Portugal tratou, de alguma maneira, de fincar a sua bandeira de conquista no novo território e, devido à situação deficitária dos cofres públicos reinóis, encontrou, como forma de realizar aquele intento, a concessão a particulares da exploração da terra conquistada.

Assim, logo em 1501, foi realizada a primeira concessão reinol ao cristão-novo Fernão de Noronha, com o fim de explorar extrativamente a primeira riqueza da nova terra: pau-brasil.

A Coroa Portuguesa adotou o sistema de feitorias para extrair o pau-brasil. Consistiu a feitorização em exploração extrativista desorganizada, tendo resultado em fracasso, inclusive, por não evitar a incursão de corsários na então recente Colônia. Por isso, a Metrópole portuguesa implementou outra política de colonização, desta feita mais organizada, pela qual enviou às novas terras, em novembro de 1530, uma expedição com tríplice finalidade: guarda-costas, exploradora e colonizadora. Era a de Martin Afonso de Sousa (1530-1532). A nova empreitada teve como suporte na formação da sociedade colonial duas instituições: a sesmaria e o engenho.

Período sesmarial

A implementação da política sesmarial no Brasil deveu-se a pelo menos três fatores: a) a Coroa visou usufruir mais as riquezas econômicas coloniais, não se restringindo à exploração extrativista do pau-brasil; b) assegurar para a metrópole a conquista na nova terra, protegendo-a contra os piratas franceses, espanhóis, holandeses, que arranharam a costa atlântica brasileira; e c) dificuldades financeiras pelas quais continuava a passar o reino português.

Assim, o governo reinol resolveu manter a concessão à iniciativa particular das terras brasileiras para promover a colonização, a exploração econômica e o policiamento do litoral brasileiro, já agora utilizando a política da concessão de terras sob o regime de sesmarias.

Os beneficiários da concessão de terras foram os amigos do rei – os nobres –, cuja classe estava arruinada economicamente ante a desagregação do feudalismo, mas que iria “reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio”.³

Ao lado dos nobres decaídos, a Metrópole concedeu terras à classe emergente formada de plebeus enriquecidos pela mercância e usura – os novos ricos.

Assim, os beneficiários das concessões sesmarias foram os *homens de qualidade* e os *homens de posses*.

Interessante assinalar a discussão, bastante acirrada, quanto ao regime econômico da empresa colonizadora. Debate-se se feudal ou capitalista o regime econômico colonial de sesmarias.

Raymundo Faoro entende que o feudalismo europeu medieval foi regionalizado aos moldes verde-amarelo, pois os *homens de qualidade* e os *homens de posses* tornavam-se verdadeiros aristocratas feudais, através do enriquecimento rápido, constituindo uma classe nobre, rica, opulenta e liberal nos gastos, e que, posteriormente, passou a reivindicar o poder político.⁴

Por esse aspecto, a propriedade agrária feudal do Brasil colônia tinha na terra o principal e mais importante meio de produção. Alberto Passos Guimarães vai mais longe e afirma que até hoje se encontram profundamente arraigadas em nosso modo de produção as características feudo-coloniais.⁵

Do outro lado da polêmica, encontram-se os que defendem o modelo econômico capitalista da colonização.⁶

No Brasil colonial, a presença do comércio mercantilista das riquezas naturais exploradas pela Coroa visava a acumulação de capital, caracterizando o sistema econômico de produção da época como capitalista.

A nosso ver, o regime econômico da colonização brasileira traz em si um caráter mercantilista acentuado, sendo a terra sua base produtiva. O processo mercantilista português do século XVI tinha por fim acumular riquezas, centradas principalmente nas mãos do rei, mas também distribuídas entre as classes beneficiárias das concessões de terras.

A legislação sesmarial

A origem da legislação sesmarial está em Portugal, quando D. Fernando I, em 26 de junho de 1375, mandou promulgar uma lei que compelia todos os proprietários a cultivarem suas terras, sob pena de cederem-nas àquelas que desejassem lavrar.

Essa medida tinha por finalidade salvar a agricultura portuguesa decadente, fazendo com que as terras incultas por negligência de seus proprietários fossem cultivadas por braços sedentos do trabalho agrícola.

Na linguagem das ordenações, tanto Manuelinas (1514) como Filipinas (1603), “sesmarias são propriamente as datas das terras, casaes, ou são de alguns senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas e agora o não são”.⁷

Assim, na definição do das Ordenações, o regime de sesmarias era uma medida providencial para as terras inaproveitadas e que, transplantadas para o caso brasileiro, seriam, essas terras, transfiguradas pelas terras virgens e inexploradas, tanto assim que originalmente, a ser fiel ao sistema português, o termo *sesmeiro* é designado ao funcionário doador das terras, aqui, na colônia brasileira, trocado para o titular da doação, o colonizador.

As concessões de sesmarias, em alguns casos excessivamente latifundiárias, inexistindo mesmo delimitação, geraram para a Metrópole insatisfação em termos econômicos, dada sua improdutividade.

No final do seiscentismo e início do setecentismo, Ordens Reais tornavam cada vez mais complexa e efetiva concessão de terras, tais como confirmação, demarcação, medição, sempre objetivando maior produtividade agrícola através da exigência da cultura da terra, tanto que o Alvará de 5 de janeiro de 1785 estabeleceu que o cultivo da gleba de terra seria condição *sine qua nom* para a concessão de sesmarias.

O latifúndio sesmarial

O regime sesmarial português legou-nos o latifúndio no Brasil. Inicialmente, serviu para a exploração da cana-de-açúcar. Os engenhos de açúcar, representados pela casa grande e senzala, imprimiram à economia brasileira a monocultura para a exportação e formou a sociedade escravocrata.

Nos engenhos, posteriormente, passou-se a criar o gado, que servia não só para o transporte da cana como também para abastecer a população. A partir de então, o gado passou a ser um novo produto da economia colonial, que muito contribuiu para a expansão das fronteiras interiores do país e veio a formar o segundo latifúndio brasileiro – as fazendas de gado.

As relações de trabalho nas fazendas de gado não eram tão rígidas quanto as dos engenhos de açúcar. Encerravam trabalho livre, através do qual o vaqueiro, depois de cinco anos de serviço, recebia um quarto das crias. Com essa porção (capital) que recebia de uma só vez, formada de um grande número de cabeças de gado, em geral, o vaqueiro se estabelecia por conta própria, comumente através do arrendamento.

Dessa maneira, a criação de gado possibilitou a participação na propriedade da terra a uma parte da população nativa mais pobre, o que vem a significar uma primeira brecha socioeconômico no monopólio da propriedade fundiária.

Os engenhos de açúcar e as fazendas de gado eram concentrados em toda a sua pujança no Nordeste e no Norte brasileiros.

No Centro-sul, a propriedade latifundiária era voltada significativamente para a atividade cafeeira.

A rigidez da monocultura açucareira foi quebrada no planalto paulista, através da verificação de um esboço de policultura, mormente da tricicultura,

[...] onde o sucesso apenas compensador, da cultura da cana fez com que se desviasse para outras culturas o esforço agrícola dos povoadores, esboçando-se assim como tendência salutar para a policultura; tento-se no primeiro século de colonização e logrou relativo êxito o plantio regular do trigo. Tivesse sido o êxito completo e maior a policultura, apenas esboçado, e teriam resultado esses dois fatores em profunda diferenciação de vida e de tipo regional.⁸

No que concerne ao sistema de produção, o ciclo cafeeiro gerou um retrocesso, pois voltou a economia a ser apoiada pelo trabalho puramente escravo, uma vez que havia evoluído para a forma livre de trabalho nas fazendas de gado. Contudo, numa fase ulterior da produção cafeeira, o trabalho voltou a ser livre, mas a produção permaneceu voltada para a exportação.

Na Amazônia, a concessão de sesmarias dava-se em função do extrativismo vegetal, tendo com produtos principais a castanha-do-pará e a borracha. A pujança da realidade natural fez a economia regional criar uma forma típica de escravidão econômica chamada aviamento, segundo a qual o trabalhador, recrutado em pontos distantes da extração da castanha e do látex, chegava ao destino de trabalho já devendo ao patrão, pois este lhe cobrava o deslocamento de onde foi recrutado até o destino, e, durante o período de trabalho, cobrava alimentação, moradia e demais despesas e víveres. O empregador patrocinava o meio de trabalho ao caboclo, como se fosse um adiantamento de sua remuneração. A prestação de contas era feita periodicamente, para dar conhecimento de seu crédito/débito, sendo que resultava em contínuo e permanente saldo devedor para o trabalhador. E assim ele tornava-se um verdadeiro escravo por dívida.

Regime de posses

Do limiar do século XIX até o final de sua primeira metade, prosperou, no Brasil, o regime de posse ou ocupação da terra que há muito começara a ser praticada pelos lavradores sem vez à concessão sesmarial.

A terra, pelo sistema sesmarial, era concedida apenas aos amigos do Rei – fidalgos arruinados e plebeus enriquecidos. Os homens rústicos e pobres, por sua vez, não tinham outra solução senão apoderar-se fisicamente de qualquer pedaço de terra remota e distante dos núcleos de povoamento e zonas populosas.

A entrada do imigrante europeu no Sul em muito contribuiu para a intensificação, naquela região, da pequena propriedade, garantida exclusivamente pela posse.

O imigrante europeu, vindo aventurar-se em um pedaço de terra, não era merecedor de glebas sesmarias, passando, então, a ocupar terras livres.

O lavrador brasileiro, que também estava em situação semelhante, com poucos haveres ou nenhum, e contando apenas com sua família, passou a agir de igual modo: morar e cultivar pouca terra, ou melhor, o tanto de terra suficiente que pudesse ser absorvido pelo trabalho familiar.

Com a suspensão da concessão de sesmarias, promovida pela Resolução Imperial de 17 de julho de 1822, efetivamente, tinha chegado a oportunidade do pequeno colono, do lavrador de poucos recursos que jamais teria acesso a uma gleba de terra através da concessão do poder público.

A posse, diferentemente das sesmarias latifundiárias, originou a pequena propriedade agrícola, “criada pela necessidade na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre, e vitoriosamente firmada pela ocupação”.⁹

A partir da suspensão do regime sesmarial, em 1822, até a edição da Lei nº 601, de 1850, o acesso à terra passou a ser feito através da posse. Por isso, convencionou-se chamar tal período, historicamente, período áureo da posse.

Após 1822, já no Brasil independente, não foi promulgada nenhuma lei regulando a problemática fundiária nacional.

Inexistindo a lei expressa que instituísse a “*posse com cultura efetiva*” como meio de aquisição do domínio da terra, somente tendo como fonte jurídica o costume poderia vingar tal procedimento, pois “a aquisição de terras devolutas pela ‘*posse da cultura efetiva*’, tornou-se verdadeiro costume jurídico, com foros de cidade no nosso direito positivo”.¹⁰

Assim, o costume passou a ser, nesse período, a fonte jurídica de consolidação da posse no patrimônio colono.

Regime da Lei de Terras n° 601/1850

A Lei de terras de 1850 é, antes de tudo, uma errata, aposta à legislação de sesmarias. Quem percorre, referindo-lhe os dispositivos aos princípios antes vigentes, tem a impressão de ser bruscamente advertido: onde se lê... leia-se...¹¹

No entanto, a despeito de tantos elogios sobre a lei de terras, é forçoso reconhecer que um de seus objetivos maiores foi garantir o monopólio dos meios de produção através da propriedade latifundiária.

A abolição da escravatura havia abalado as relações escravagistas de trabalho. Com isso, necessitava o governo de mão-de-obra para garantir a estrutura fundiária baseada na grande propriedade. Criaram-se, então, mecanismos jurídicos, através da Lei n° 601/1850, como, por exemplo, o alto preço na venda das terras ou a importação de colonos, a fim de assegurar o monopólio do maior dos meios de produção da época, a terra.

A Lei n° 601 inspirou-se em modelo não democrático de acesso à propriedade fundiária, ao adotar como único meio de aquisição da terra a compra e venda, pois seu art. 1° enunciava que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse a compra. Excetuando tal princípio, seu art. 14 regulava que o governo imperial tinha autorização para vender as terras públicas também em hasta pública.

Completando o mecanismo de dificultar o acesso à propriedade agrária, a Lei imperial tratou da colonização, indo buscar subsídios nos postulados teóricos do inglês E.G. Wakefield.

A “*colonização sistemática*” de Wakefield consistia em estabelecer um preço “suficiente alto” para a terra, a fim de dificultar o acesso a ela das populações pobres, objetivando, em última instância, a fatura de mão-de-obra para os grandes proprietários. A política de imigração brasileira, consentânea com essa orientação, atraía o imigrante “*oferecendo*” terras através da alimentação. Aqui chegando, o colono via-se na circunstância de alugar sua mão-de-obra aos latifúndios, porque o preço da terra era bastante alto para suas precárias condições. Somente depois de determinado tempo é que vinha a obter meios suficientes de se fazer proprietário.

Em resumo, o colono imigrante, através do trabalho livre, vinha substituir os braços negros no trabalho da lavoura, garantindo, por conseguinte, o monopólio da propriedade da terra.

Nesse sentido, dispôs a Lei que o governo imperial deveria importar, anualmente, colonos livres para, em determinado tempo, servirem de mão-de-obra em estabelecimento agrícola ou a trabalhos pela administração pública para a formação de coloniais (art. 18).

Assim, de acordo com os princípios da Lei fundiária imperial, o direito de propriedade agrária permanecia nas mãos de poucos, alimentando o sistema econômico de produção capitalista, despidido de qualquer preocupação de cunho social.

Sistema Jurídico do Código Civil de 1916

A estrutura fundiária mantida pela Lei nº 601 continuou a reger todo o complexo de relação de propriedade da terra que, tradicional e historicamente, era garantida entre nós.

Assim, a monopolização da propriedade agrária continuou a ser calcada no latifúndio, sendo proprietários os “*coronéis*” e a mão-de-obra era garantida pela importação escravagista remanescentes.

Todo esse processo manteve a concentração fundiária.

Na segunda metade do século IX e início do século XX, a aristocracia rural “*elegia*” de seu próprio seio os representantes do Executivo e Legislativo para elaborarem um arcabouço jurídico visando os interesses da própria classe, amarrando, por todos os meios, a manutenção do *status quo*.

Assim, em 1891, a classe latifundiária dominante, sobejamente representada pelos “*barões do café*” consagrou, na Constituição Republicana, o direito de propriedade em toda a sua plenitude.

O Código Civil de 1916, tendo orientação do Código Napoleônico de 1804, ideologicamente, foi impregnado de privatístico, liberal e individualista que vinham em concerto, entoando harmoniosamente, com os fins e objetivos da classe latifundiária monopolista de época. Por isso, foi o Código Civil, juntamente com outros fatores, um dos motivos da subdivisão excessiva da propriedade.

O direito sucessório do Código Civil partilhava o imóvel rural, indiscriminadamente, em tantas partes necessárias quanto fosse o número de herdeiros. A divisão da propriedade imóvel não obedecia a normas de maior alcance social. Os plenos poderes da propriedade imobiliária afastavam qualquer cogitação em limitar a divisão territorial em prol da função social da propriedade.

No século XX, a propriedade latifundiária perdeu sua hegemonia e houve a proliferação da pequena propriedade, principalmente no Sul e Centro Sul do país.

Para a verificação desse fenômeno, além da doutrina pregada pelo Código Civil de 1916, vários outros fatores concorreram, tais como: loteamento indiscriminado de terra públicas e particulares em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul; *crack* da bolsa de Nova York, em 1929, porquanto as fazendas de café, com a produção voltada para o mercado externo, entraram em decadência, ante o esvaziamento do mercado internacional, o que veio a gerar a subdivisão da propriedade cafeeira; processo

de industrialização do país, que veio enfraquecer o poder agrícola. Caio Prado Jr. nos diz que “muitos estabelecimentos agrícolas à agricultura comercial foram divididos e subdivididos, passando a produzir basicamente gêneros alimentícios, através da utilização quase que exclusivamente da força de trabalho familiar”.¹²

Sistema Legal do Estatuto da Terra

A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – o Estatuto da Terra – tem como princípio fundamental o da função da propriedade, segundo o qual à propriedade agrária deve ser imprimida exploração econômica adequada e racional, sem depredar os recursos naturais, gerando bem-estar social ao proprietário, aos trabalhadores e à sociedade em geral.

O estatuto da Terra visa não só a produtividade econômica e a estabilidade das relações sociais entre proprietários e não proprietários, mas também o maior acesso à propriedade rural.

Para tais efeitos, o Estatuto consignou uma tipologia de imóvel rural para enquadrar as propriedades agrárias do país. Trouxe um catálogo de imóveis rurais, definindo tecnicamente cada tipo no rol que criou, a saber: propriedade familiar, módulo rural, minifúndio, latifúndio por dimensão e empresa rural.

O Estatuto da terra foi exemplarmente técnico no trato da questão fundiária. Para enquadrar o imóvel rural em um dos tipos, o órgão fundiário responsável se baseava em critérios e índices técnicos, com a finalidade de montar um cadastro de imóveis rurais suscetíveis de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária e assim distribuir a terra com justiça social.

Apesar do espírito da lei ser voltado para a reforma agrária e o desenvolvimento rural, sua aplicabilidade tem sido insatisfatória para os fins a que vieram.

Pode-se, mesmo, dizer que a incipiente aplicação do Estatuto gerou maior concentração de propriedade agrária, conforme atestam os índices dos órgãos oficiais e os jornais diários, ao retratarem a luta armada e as mortes pela posse da terra.

Os princípios técnicos definidores dos institutos agrários criados a partir do Estatuto da Terra tiveram plena vigência até a promulgação da Constituição Federal de 88.

Regime fundiário a partir da Constituição Federal

A Constituição da República editada em 5 de outubro de 1988 inovou quanto à tipologia da propriedade agrária conhecida pelo Estatuto da Terra.

A Constituição Federal trouxe nova nomenclatura definidora de tipos de imóveis rurais elencadas no art. 185, a saber: a pequena e média propriedade rural e a propriedade produtiva.¹³ Esses os novos modelos a serem catalogados pelos órgãos oficiais, a partir de 88.

Os novos tipos revogam os do Estatuto da Terra e um novo catálogo passou a servir aos órgãos estatais para definir os imóveis rurais que estão exercendo a função social da propriedade.

Em obediência ao mandamento constitucional, veio a lei ordinária nº 8.629, de 25/02/1993, que, em seu art. 4º, inciso I, define como pequena propriedade agrária o imóvel rural que tenha área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; e média propriedade o imóvel rural de dimensão superior a 4 (quatro) até 15 (quinze) módulos fiscais.

Diz que propriedade produtiva é “aquela que, explorada econômica e racional, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente” (art. 6º).

Explicita a norma que o grau de utilização econômica deve ser igual ou superior a 80%, calculada pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel; já o grau de eficiência na exploração da terra deve ser igual ou superior a 100% e é obtido de acordo com a sistemática que refere em lei (art. 6º, § 1º e 2º).

A Constituição da República, no art. 185, torna tais categorias imobiliárias insuscetíveis de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

Com o novo disciplinamento, a Constituição Federal desprezou o elemento produtividade econômica, que traçava o fio condutor da tipologia de imóveis rurais no regime originário do Estatuto da Terra e, mesmo, dos princípios do Direito Agrário. De acordo com o Estatuto da Terra, conforme visto, a maior ou menor produtividade da terra, independentemente do tamanho da área, qualificava o imóvel, imunizando ou não da desapropriação agrária.

Já agora, com o regime constitucional, a área de terra, independentemente de produtividade, isenta o imóvel rural de desapropriação, ainda que nada produza seu proprietário.

Nessa visão, o elemento motor do desenvolvimento agrário, que é a exploração econômica adequada do imóvel, visando o bem-estar social da coletividade, foi substituído pelo tamanho da gleba de terra, sem consideração a qualquer outro valor mais nobre ao direito agrário, que não a mera dimensão da área. O constituinte entendeu que o imóvel rural de 1 a 15 módulos fiscais é o tamanho que, normalmente, no país, é de propriedade do micro e pequeno produtor rural, e que, por isso, tais áreas seriam um tamanho social de proteção aos economicamente mais fracos.

Assim, por exemplo, um imóvel rural de 10 módulos fiscais, ainda que não cumpra a sua função social de propriedade, está isento de desapropriação agrária, por força da Constituição da República. Quer dizer, tão-somente o tamanho do imóvel o isenta de desapropriação, independentemente se estiver sendo explorado adequadamente e racionalmente.

A Reforma Agrária

No ordenamento jurídico nacional, as propostas de reforma agrária surgiram com maior vigor a partir da Constituição Federal de 1946, que, em uma norma, tratou da desapropriação por interesse social (art. 141, § 16), aliás, inovação constitucional, e, em outra, da justa distribuição da propriedade (art. 147), cuja expressão contemporânea à reforma fundiária.

O ingresso da norma sobre desapropriação por interesse social no âmbito constitucional deu-se por influência da Constituição de Weimar, de 1919, quando, em seu art. 153, dispôs: “A propriedade obriga e seu uso e exercício devem ao mesmo tempo representar uma função no interesse social”.

A legislação no mundo, àquela altura, passou a exercer fortes limitações à propriedade individual. E a América Latina, sendo palco de grandes conflitos fundiários, também não fugiu à regra.

Nesse sentido, a Carta de Punta del Este, em 1960, que expressou a preocupação dos países da América Latina sobre seus problemas fundiários e agrários, recomendou que os países signatários realizassem reforma agrária integral.

Como reflexo da recomendação internacional, o Brasil emendou a Constituição de 1946, pela Emenda Constitucional nº 1 de 1964, que outorgou competência privativa para a União legislar sobre Direito Agrário, o que ensejou a promulgação do Estatuto da Terra, que, em seu art. 1º, § 1º, define reforma agrária, segundo o qual é um conjunto de medidas que visa promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Bem se vê que o conceito abraça não apenas a reestruturação da divisão do solo motivada pela concentração de terras em poder de poucos, que é a reforma fundiária, mas também a implementação e redefinição de políticas agrícolas e demais políticas públicas vinculadas ao setor que visem a fixação do homem no campo e seu desenvolvimento, como, por exemplo, o incentivo fiscal, o crédito agrícola, a construção de infra-estrutura com saneamento básico, transporte, energia, escolas, postos de saúde, armazéns e silos, estradas vicinais, etc.

Como o programa deve ser integrado a outras ações e políticas governamentais, chama-se reforma agrária integral.

Portanto, a estrutura agrária deve ser transformada, sendo necessária a criação de nova mentalidade sobre a relação homem-terra-produção, hoje envolvendo a problemática ecológica, resultando em um novo conceito de direito e propriedade, com fundamento na efetiva utilização econômica da terra, vantagem social e respeito ambiental.

A Constituição da República, no art. 184, prevê a implementação da reforma agrária através de seu procedimento próprio: a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

Somando ao que já foi dito, infere-se que, dentro da nova configuração constitucional, houve um retrocesso no trato quanto à exigibilidade no cumprimento da função social da propriedade. A Constituição afrouxou a rigidez trazida anteriormente pelo Estatuto da Terra.

Na verdade, a Constituição Federal de 88 trouxe alguns golpes contra-reformistas.

O primeiro deles é nova tipologia de imóveis. Conforme demonstrado, as novas definições de imóveis, para efeito de desapropriação, fugiram, por completo, da regra-mestra do exercício da função social da propriedade.

Por outra via, o art. 185, § único da Constituição Federal, garante à propriedade produtiva tratamento especial e deixa para a lei ordinária a normatização para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Por isso, algumas situações esdrúxulas foram salvas de desapropriação. É que em sede de lei infraconstitucional a tutela de interesse da classe dos não proprietários é mais forte. Um exemplo de situação insólita que imuniza de desapropriação agrária é o imóvel que está sendo objeto de implantação de projeto técnico e atenda aos requisitos previstos na Lei nº 8.629/93 (art. 7º, inciso I, II, III, IV), como é o caso de imóveis rurais situados no Norte e Nordeste brasileiros que estejam implantando projetos agropecuários fomentados financeiramente pelos órgãos desenvolvimentistas regionais.

Um golpe constitucional contra a reforma agrária é a exigência de que o orçamento geral da União fixe anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante dos recursos para atender ao programa da reforma agrária (CF, art. 184, § 4º). A Lei nº 8.629/93 no art. 25 regula a matéria.

A pasta ministerial responsável e o órgão executor da política de colonização e reforma agrária têm que prever, em seus respectivos orçamentos anuais, os recursos indispensáveis à implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Como a reforma agrária exige ação integrada de vários ministérios e órgãos governamentais, o órgão executor da reforma agrária, visando compatibilizar os programas de trabalho e as propostas orçamentárias, deve encaminhar, anualmente e em tempo hábil, aos demais órgãos da administração pública responsável por ações complementares, o programa reformista a ser implementado no ano seguinte.

Ora, a exigência de previsão orçamentária dos recursos destinados à reforma agrária é outro fator que enfraquece a classe dos não proprietários interessados na implementação da reforma agrária, pois a barganha do poder de quem não quer a reforma agrária faz-se mais no embate dos interesses políticos.

A propriedade agrária e o problema ambiental

A partir da década de 1960, a humanidade passou a se preocupar com o meio ambiente, ou melhor, com os recursos naturais. Fez-se a relação diretamente proporcional do crescimento populacional com a elevação da degradação ambiental, de modo que a corrida para gerar alimentos à crescente população mundial resultaria na depredação ambiental e escassez dos recursos naturais.

Passou-se, então, a depurar axiologicamente um novo conceito jurídico – *a qualidade de vida*.

Como antecedente fundamental para afirmação desse valor, encontramos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovida pela ONU, de 10 de dezembro de 1948, que em seu art. XXV, enuncia “todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar, a si e a sua família, saúde e bem-estar”.

Ora, tal postulado implica dizer que o ser humano tem direito a um padrão de vida digno, que promova a boa qualidade de saúde e o bem-estar. E um dos caminhos para atingir tal objetivo é a garantia de qualidade de vida humana digna.

A qualidade de vida como condição humana digna foi complementada no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotada pela ONU, em 1966, que, em seu art. 11, garante o direito a um nível de vida humana adequado.

Consectariamente e de modo mais específico, a ONU promulgou a Declaração de Estocolmo, em 1972, extraída da Conferência sobre o Meio Ambiente, que se preocupou com problemas ambientais globais, recomendando a proteção ao meio ambiente. Nesse documento internacional, ficou definido que a proteção e a melhoria ao meio ambiente é questão fundamental ligada à própria sobrevivência da espécie humana.

Como resultado do auge das discussões sobre desenvolvimento e preservação do meio ambiente, a ONU realizou, no Rio de Janeiro, em 1992, a II Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada ECO-92. Pelas diretrizes traçadas, o meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado tornou-se direito humano de terceira dimensão ou geração.¹⁴

Esses documentos universais alicerçam a dimensão axiológica da qualidade de vida e forçam as legislações dos povos incrustarem tal valor.

Assim, as sociedades contemporâneas do mundo civilizado contemplam em seus ordenamentos jurídicos a proteção ao meio ambiente como um valor a ser respeitado.

Além disso, a legislação das nações modernas, desde a Revolução Francesa, cultua, como um dos direitos fundamentais, o direito de propriedade. O exercício do direito de propriedade é julgado com dois outros elementos fundamentais do mundo pós-Revolução Francesa: a vontade e a liberdade individuais.

Quer dizer, o proprietário utiliza, usufrui e dispõe de sua propriedade de acordo com sua livre vontade, apenas respeitando as limitações e restrições públicas ou de ordem pública ou social.

Nesse sentido, o Direito há de mediar o conflito entre esses dois valores: a garantia do direito de propriedade e a garantia da proteção ao meio ambiente. Ambos os direitos são consagrados constitucionalmente no mundo moderno. A proteção ambiental implica ecossistema equilibrado e sadio, que, por sua vez, fornece um dos índices de qualidade de vida.

O direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado está garantindo constitucionalmente no Brasil. A novel axiologia trazida pela Constituição Federal de 88 elegeu o meio ambiente como direito fundamental dos brasileiros e dispensou um capítulo específico para tratar a matéria, o VI, inserido no Título VII que versa “DA ORDEM SOCIAL”, em cuja parte está o art. 225, que determina que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” devendo ser preservado pela sociedade civil e pelo Poder Público, para as gerações atuais e futuras.

A *mens legis* constitucional é proporcionar aos brasileiros qualidade de vida digna e sadia: meio ambiente adequado à saúde e ao bem-estar da população.

No papel de mediação do conflito entre o direito de propriedade e o de preservação ecológica, o ordenamento positivo legal brasileiro conta, atualmente, com diversos instrumentos jurídicos de proteção e gestão dos recursos naturais e da natureza incidente sobre a propriedade agrária. Tais mecanismos são de âmbitos público e privado. Os públicos, por exemplo, são o zoneamento ecológico-econômico, a área de proteção permanente, a reserva legal; já os privados são a reserva particular do patrimônio natural, os contratos de arrendamento e parceria, dentro outros.

No Direito moderno, a exploração econômica do espaço rural, mais propriamente da propriedade agrária, obedece ao princípio da função social da propriedade.

O Direito brasileiro, e assim as legislações do mundo contemporâneo, inclui a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente como um dos fatores de qualidade que predicam o direito de propriedade do imóvel rural.

Esse predicado, juntamente como outros, traz o caráter de funcionalidade da propriedade agrária, de que nos fala Juan Jose Sanz Jarque.¹⁵

O fenômeno universal de sensibilidade à Natureza veio inovar axiologicamente para o Direito Agrário. A atividade agrária está intimamente imbricada às riquezas da Natureza, pois flora, fauna, terra, água, ar fazem parte do processo produtivo agrário, resultando daí que é direito básico do homem consumir alimentos sadios e ecologicamente puros.

Octávio Mello Alvarenga pondera que, na propriedade da terra, há a presença de três elementos: o proprietário, o objeto apropriado e o conjunto de três fatores: a produção, a estabilidade e o desenvolvimento.¹⁶

O sujeito exerce seus direitos sobre o imóvel rural de maneira dinâmica, e não estática, cujo ponto de destaque permeia pelos três fatores indicados.

No que concerne à produção, a propriedade da terra tem por fim produzir alimentos, sendo estes uma das razões do Direito Agrário.

Quanto à estabilidade, significa que as relações jurídico-sociais estabelecidas pela propriedade são meio de equilíbrio social, tanto para os produtores como para a sociedade em geral.

E o desenvolvimento, finaliza o agrarista, diz respeito que a propriedade é fator de geração de outras riquezas, devendo estar ordenado em todos os seus elementos.

A Constituição Federal brasileira de 88 plasma tal conceito em seu art. 186, enunciando que a função social da propriedade é cumprida quando o proprietário atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, aos requisitos de aproveitamento racional e adequado (inc. I), utilização racional dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente (inc. II), observância das disposições que regulam as relações de trabalho (inc. III), e exploração que favoreça o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores (inc. IV).

Nos incisos I e II acima, temos a leitura constitucional da função ecológica da propriedade agrária.

E essa dimensão foi reconhecida pelo legislador do Código Civil de 2002, porquanto, seu art. 1.228, § 1º, contempla a função ambiental da propriedade.

Nesse sentido, o conceito *função social* apresenta, estruturalmente, três aspectos: o econômico ou produtivo, pela exploração econômica da propriedade através da atividade agrária; o social, pelo bem-estar que devem as relações econômicas da propriedade agrária gerar para os que nela trabalham e para a sociedade em geral; e o ambiental, pois a propriedade agrária deve ser utilizada visando também preservar o meio ambiente.

Pelo viés da função ecológica, exige-se do proprietário uma postura não apenas de abstenção de prática de atos predatórios ao ecossistema, como também a atuação positiva de atos que assegurem o aproveitamento racional e adequado do solo rural e a utilização racional dos recursos naturais disponíveis.

Com isso, a propriedade agrária enfeixa os tradicionais interesses do proprietário, bem como os interesses de não proprietários, à medida que a sociedade pode utilizar mecanismos jurídicos para exigir do mau proprietário, ou seja, daquele que depreda o meio ambiente, a utilização adequada e racional dos recursos naturais ditada constitucionalmente.

Por isso, a propriedade rural, revestida dessa nova concepção, pode ser denominada propriedade agroambiental.

Referendando a determinação constitucional, a Lei Federal nº 8.629, de 25.02.1993, no art. 9º, I e II, dispõe em idêntico teor e forma, sendo que interpreta os conceitos ao dizer no § 1º do referido artigo, que se considera racional e adequado o aproveitamento quando atinge os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados na lei; enquanto que, no § 2º, esclarece ser adequada a utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade; e, por fim, no § 3º, considera que há preservação do meio ambiente, das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada da manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

Extraí-se desse regramento legal que o desenvolvimento agrário desejável é o sustentável, abraçando as diretivas da ONU na Declaração de Estocolmo, de 1972, que recomendou a planificação e a ordenação ambiental, dentre outras orientações.

Preocupada com a matéria, a ONU, através da FAO, proclamou o seu conceito de desenvolvimento sustentável, qual seja:

É o manejo e conservação das bases dos recursos naturais e a alteração tecnológica e institucional, de tal maneira que se assegure a contínua satisfação das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Esse desenvolvimento viável (nos setores agrícola, florestal e pesqueiro) conserva a terra, a água e os recursos genéricos vegetais e animais, não degrada o meio ambiente e é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável.

A avaliação de sustentabilidade da agricultura é feita de acordo com a análise dos seguintes critérios e objetivos: atendimento das necessidades nutricionais básicas das gerações atuais e futuras; oferta de mão-de-obra e qualidade de vida a todos os envolvidos no processo de produção agrícola; fomento das capacidades produtiva e regenerativa dos recursos naturais, sem depredar o meio ambiente e sem desnaturar as características socioculturais das comunidades locais; e promoção da redução da vulnerabilidade do setor agrícola ante os riscos da natureza e socioeconômicos, ou outros de qualquer ordem.

Vê-se, desse modo, que o conceito *desenvolvimento sustentável* trouxe novo elemento semântico da linguagem internacional, tentando conciliar crescimento econômico e proteção ao meio ambiente do planeta.

Nesse sentido, a propriedade rural visa a sustentabilidade da atividade agrária. Ou seja, a busca do rendimento econômico é consorciada à manutenção e estabilidade do meio ambiente, preservação dos recursos naturais e proteção da saúde dos agricultores

e consumidores, não mais se admitindo o modelo tradicional de produtividade imediata, tendo como contrapartida as impactações sociais, econômicas e ambientais.

O paradigma da Revolução Verde cedeu lugar a uma agricultura sustentável, cujo modelo econômico da atividade passou a ser socialmente justo, economicamente desenvolvido e ambientalmente sustentável.

A modificação da lógica da produção socioeconômica da propriedade agrária trouxe a valorização de conceitos, inclusive ambientais, pelo que a sustentabilidade da atividade agrária deve garantir o funcionamento dos serviços ecológicos dos recursos naturais. Esses serviços são derivados, direta ou indiretamente, das funções do ecossistema e representam as utilidades, vantagens, benefícios que a natureza (meio ambiente) proporcionam ao ser humano. Dentre os principais serviços ecológicos, podem ser citados: a floresta desempenha o papel de um armazém gigante de carbono, por retirar tal gás da atmosfera, liberando a oxigênio; a floresta é responsável pela manutenção dos sistemas hidrológico e climatológico, tanto que, na Amazônia, a metade da chuva que cai sobre a vegetação é gerada pela própria floresta; as florestas impedem que o fogo se propague; a floresta é reserva natural de recursos genéticos; a floresta armazena naturalmente a biodiversidade; os recursos naturais são matérias-primas para o engenho humano.¹⁷

A partir do reconhecimento axiológico desses serviços ambientais, impôs-se ao proprietário agrário ônus quantitativa e qualitativamente maior que a noção de exploração econômica e desenvolvimento social do imóvel rural. Por exemplo, o Código Florestal impunha ao proprietário rural na Amazônia Legal a preservação de 50% de sua cobertura florestal a título de reserva legal. A reserva legal constitui área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural guardada ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à preservação da biodiversidade e ao abrigo da fauna e flora nativas. Como ampliou a consciência em torno dos benefícios ambientais, a MP nº 2.116-67/01 modificou o Código Florestal aumentando a área de reserva legal desses imóveis para 80 %. Outros gravames ambientais são impostos legalmente à propriedade agrária, tais como área de preservação permanente, área de uso intensivo, etc.

Portanto, a propriedade agrária está emoldurada por um papel socialmente nobre e dela se exige a produção de atividade economicamente viável e ecologicamente sustentável.

À guisa de conclusão

A dimensão sociojurídica da questão agrária no Brasil é marcada pela complexidade dos fatores naturais e sociais inerentes ao país. Desde os primeiros dias de sua história, com a introdução, pelo colonizador, de diversas raças e culturas, somada à múltipla varie-

dade, às vezes contrastante, do ambiente natural do país, as questões agrárias assumiram contornos e diretrizes diferentes no espaço territorial brasileiro.

Modernamente, no Sul e no Centro-Oeste, preocupam-se com a qualidade e a seletividade da produção agrícola. No Nordeste, o castigo da seca é fator natural adverso ao homem que luta contra a natureza por um espaço economicamente útil. Na Amazônia, a exuberância e a imponência dos recursos naturais recomendam ao homem a prática de atividades compatíveis à manutenção do ecossistema.

Entretanto, alguns quistos agrários são comuns e uniformes neste país continental, formando um quadro nítido de questões agrárias.

Assim, a inicial política de colonização pela metrópole portuguesa, de conceder extensas glebas de terras, cristalizou o vício do latifúndio na historiografia fundiária brasileira.

Em face dessa realidade, além de outras causas, cresceram no país, no curso de sua história, movimentos oprimidos que pretenderam libertar o trabalhador rural dos malefícios desses vícios históricos e passaram a pregar a reforma agrária como um caminho para a obtenção de sobrevivência e respeito à dignidade humana.

A par dessas questões, novos valores foram cultuados pela sociedade brasileira, atualizando seus cânones legais, e, dentre as inovações axiológicas, está a tutela ao meio ambiente. Esse bem da humanidade – o meio ambiente – passou a ser um novo elemento para a interpretação legal do direito de propriedade, de sorte que a propriedade agrária deve ser utilizada visando seu potencial econômico, o bem social e a sustentabilidade ecológica.

Contudo, de nada adianta analisar todas as situações-problemas aqui expostas se não houver implementação de políticas públicas sérias que conduzam ao efetivo bem-estar e à qualidade de vida digna do brasileiro. Por esses caminhos chega-se a um do viés de respeito à dignidade humana que, por sua vez, promove o exercício da cidadania. Eis a esperança dos cidadãos brasileiros!

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Doutor em Direito (USP). Professor do Centro de Estudos Sociais Aplicados (Cesa) da Universidade do Amazonas. E-mail: ajmattos.bel@zaz.com.br

¹ GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 222 e ss.

² SIVA, J. G. da. *O que é questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1980, p.14-17.

- ³ GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1977, p. 23.
- ⁴ FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4 ed. Rio de Janeiro, Globo, 1997, p. 128.
- ⁵ GUIMARÃES, op. cit., p. 38.
- ⁶ SIMONSEN, R. C. *História Econômica do Brasil; 1500-1820*. Tomo I. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.
- ⁷ Ord. Man., Liv, IV, tit .67, princ; Ord. Filip. Liv. IV, Tit. 43, princ., apud LIMA, R. C. *Pequena historia territorial do Brasil*. 2 ed. Porto Alegre, Sulina, 1954, p. 21.
- ⁸ FREIRE, G. *Casa grande e senzala*. 20 ed. Rio de Janeiro, Olimpo/INL-MEC, 1980, p. 32.
- ⁹ LIMA, op. cit, p .47.
- ¹⁰ Ibid., p. 53.
- ¹¹ Ibid., p. 60.
- ¹² PRADO JUNIOR, C. “Contribuição para análise de questão agrária no Brasil”. In: *Agricultura Subdesenvolvida*. Petrópolis, Vozes, 1969, pp. 9-22.
- ¹³ O conceito *propriedade familiar* continua a existir no ordenamento positivo agrário nacional, porquanto a Lei nº 8.629/93, art. 19, IV, reconhece que aos agricultores cujas propriedades não alcançam as dimensões da *propriedade familiar* devem ser concedidos títulos de domínio ou concessão real de uso da parcela de terra no processo de reforma agrária.
- ¹⁴ Há discussão terminológica sobre qual o termo mais apropriado, se *geração* ou *dimensão* para designar as categorias de direitos humanos. Os que condenam o termo *geração* argumentam que a expressão enseja interpretação equivocada dos direitos humanos, no sentido de que a geração seguinte poderia substituir a geração anterior, de sorte que a segunda substituiria a primeira geração, a terceira substituiria a segunda e assim sucessivamente, o que levaria a outro entendimento errôneo – o da não a cumulatividade desses direitos em decorrência da substituição de uma geração pela outra.
- ¹⁵ SANZ JARQUE, J. J. *Derecho agrário*. Madri, Fundacion Juan March, 1975, p. 102 e ss.
- ¹⁶ ALVARENGA, O. M. *Política e desenvolvimento agroambiental: comentários à nova lei de reforma agrária (Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993)*. Rio de Janeiro, Forense, 1995, p. 131.
- ¹⁷ BENATTI, J. H. *Direito de propriedade e proteção ambiental no Brasil: apropriação e uso dos recursos naturais no imóvel rural*. Belém, 2003, digitado, p. 204.

DIREITOS E VONTADES DE DEIXAR MARCAS. A TERRA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (GUARANTÃ DO NORTE, MT)

*Nancy Alessio Magalhães**

Resumo

Neste artigo, são consideradas narrações de camponeses brasileiros (Guarantã do Norte, MT) em suas experiências com a terra. Nas falas desses homens e mulheres, a terra assume um caráter de patrimônio histórico e cultural, que ultrapassa a dimensão econômica imediata. São identificadas, ainda, semelhanças e diferenças na relação com a terra entre camponeses e indígenas daquela região.

Palavras-chave

Terra; patrimônio histórico e cultural; Guarantã do Norte, MT; Direito à História e à memória.

Abstract

In this paper are considered Brazilian peasants' narrations (North Guarantã, State of Mato Grosso) about their experiences with the land. In these men and women's speeches the land takes on a historic and cultural heritage character which overtakes the economic immediate dimension. Differences and resemblances are still identified between peasants and indians in their relations with the land in that region.

Keywords

Land; Historic and cultural heritage; North Guarantã, State of Mato Grosso; History and memory right.

“... todos são filósofos, ainda que a seu modo...”

(Antonio Gramsci, *Concepção dialética da História*)

“*Quem amassa o mingau às vezes tem que comer*”.

(Ida Saibert, de Guarantã do Norte, narração oral)

“*Onde estamos? Que é isso? Aonde nos levou o sonho?*”

(Thomas Mann, *A montanha mágica*).

“*Tempo, contratempo anulam-se, mas o sonho resta, de viver.*”

(Carlos Drummond de Andrade, “A falta que ama”).

A busca desafiante e difícil por um pedaço de terra – sonho que os despossuídos dos mais diferentes pontos do Brasil tentam realizar, entre outros locais, na Amazônia – indica a vontade de enraizamento, de um ponto de retorno e ponto de partida para a sobrevivência e o futuro de seus sujeitos. A terra representa, para esses sujeitos, um patrimônio cultural e histórico, na medida em que há valores morais a ela atribuídos, a serem transmitidos de geração a geração, nos quais ela não é percebida apenas como objeto de trabalho e de propriedade.

Interpreto como diversos saberes e concepções de mundo foram criados e reelaborados no trabalho cotidiano com a terra, por homens e mulheres, camponeses migrantes de Guarantã do Norte, MT, que buscaram que sua dignidade fosse reconstruída, garantida e respeitada, para que pudessem também transmitir às outras gerações uma obra, uma história.¹ O que pode remontar, como entende Arendt, a épocas mais antigas que Heródoto, que Homero mesmo, quando a grandeza humana era vista nas ações, nas atividades humanas menos duradouras, nos feitos e palavras, uma história de fazeres e sofrimentos, algo fora do próprio ser humano, algo para todos verem, ouvirem e se comoverem. Os poetas podiam fazer essas palavras e seus feitos sobreviverem à vida mortal de seu agente. A tarefa do historiador e do poeta, colocados por Aristóteles na mesma categoria “consiste em fazer alguma coisa perdurar na recordação... ação e fala, nessa espécie de *poiesis* ou fabricação que por fim se torna a palavra escrita”.²

Em alguns depoimentos que gravamos em cassete, em junho de 1989, após a projeção da série de documentários histórico-videográficos *Em cima da terra*,³ o tema do conteúdo da história como feitos, palavras e sofrimentos perpassa, mesmo que indiretamente, o modo como alguns camponeses migrantes de Guarantã do Norte, apropriam-se desses

documentos orais e visuais, memórias de suas travessias. São bastante significativos dois deles, que textualizamos a seguir.

1) Prof^a. Irene Oliveira Rocha:

P'ra mim, foi interessante, a primeira coisa que eu pensei foi assim nos meus pais, tá? Que eles não tiveram oportunidade de registrar a história deles, não é? E tem tantas coisas que aconteceram, então, a primeira coisa que eu me lembrei foi isso, quando comecei a ver o vídeo. E analisando também a vinda da gente pra cá, parece um sonho. Nem parece que aquilo tudo aconteceu e a gente analisando bem o vídeo, a gente vê que muitas coisas que aconteceram ainda continuam acontecendo... E melhorou em alguns termos, mas outras coisas continuam, essa luta pela terra, a luta pela sobrevivência. É muito marcante, tanto no vídeo e agora na nossa vida do dia a dia de hoje também. Todo mundo lutando, de uma forma ou de outra. No começo, era uma luta assim, luta de conquista, agora, mais luta de sobrevivência mesmo, assim, pra manter a terra. E conseguimos. Agora, foi muito bom, está sendo bom, pela reação do pessoal. Eu pensei, assim, eu tinha minha opinião, assim, que o pessoal não ia se ligar tanto. E me enganei, tudo mundo está interessado na sua história, em ver registrada a sua história. Não, não é pelo fato de desencanto, mas essa luta, esse dia a dia tão corrido, tão agitado, tem hora que a gente nem pára pra pensar, o que tem acontecido com a gente, como é que tem acontecido. Então, é o meu modo de pensar, de ver as coisas desse ângulo.

2) Sr. Darcy Zanon:

Porque a gente chega à conclusão de que o homem nada tem de herança nessa vida, do que uma história. Porque existem certas pessoas que deixam a história negativa e, com quem sabe lá, como se escuta todo dia, com crimes, com bandalheiras, com drogas, enquanto que outras pessoas deixam a história positiva, de trabalho, sacrifícios, de lutas. Então, pra nós é isso que é importante, é importante nesse sentido. Inclusive, eu acho que a melhor herança que nós iríamos deixar a nossos filhos seria que no futuro eles vejam um passado de trabalho, sacrifícios, e que foi isso que deixou para eles e que eles sigam esse exemplo para sempre.

Suas histórias, seus múltiplos saberes, os modos de falar e pensar e as religiosidades são poderes que preservam como marcas que querem guardar e deixar como herança, como patrimônio desse presente-passado de lutas e sacrifício. Marcas que querem transmitir como “uma imagem do maior bem que temos a preservar: o pulsar da vida, o desejo de vida”.⁴ Marcas que são sulcadas nesse processo de criação e recriação de seu espaço na terra, no qual a terra também deixa suas marcas nas memórias, no fecundar a imaginação desses camponeses em suas várias lutas. Tudo para que não desapareçam os vestígios, ainda palpáveis, ainda densos em sua cultura, de uma tradição que é oposta a nossa história individualizante e coisificante da terra.⁵

Por meio da terra, não querem perder, simultaneamente, tanto a presença da natureza como da dimensão humana nos processos de construção e reconstrução de relações associativas, tais como a família. Esta é configurada como um dos espaços que desejam

preservar na condição de possibilidade para o exercício da capacidade de iniciativa e autonomia, a partir da imagem da terra como esperança de um reino de vida e liberdade. Natureza e família revestem-se de um caráter sagrado e, talvez, daí também, venha a força que eles encontram na religião.

Em seu cotidiano de subalternidade, esses sujeitos constroem espaços de autonomia e liberdade, apesar de toda miséria, opressão e devastação cultural por eles enfrentadas. Há uma capacidade de resistir à expropriação, na medida em que criam e recriam um conjunto articulado e diversificado de saberes, fazeres e valores, os quais, ainda que não respondam à lógica das ciências, das hierarquias e instituições sociais dominantes, não deixam de ser operativos para seus protagonistas.

Como representação de um momento, no tempo e no espaço, expressão de experiências, de historicidades, as imagens visuais e as falas podem ser decodificadas, interpretadas segundo as condições de sua produção e sua associação a outras informações, lembranças, concepções, imagens, tanto na memória desses camponeses migrantes quanto na dos pesquisadores ou de outros sujeitos.

Em decorrência, é importante considerar aqui algumas dessas apropriações, que se elaboram a partir dos significados instituídos por tais memórias. Tais depoimentos – de pessoas que foram estimuladas ou se ofereceram espontaneamente para dar entrevistas – são mais breves que os registrados em vídeo. Foram gravados, em geral, no calor do momento, logo após a projeção do material videográfico ou de *slides* sonorizados, em espaços coletivos como associações e escolas, em reuniões ao ar livre, na floresta e na extinta próMemória (com Panará-Kren-Akarore).

Nas avaliações da série videográfica *Em cima da terra*, em junho de 1989, destacou-se como temática mais mobilizadora de reflexões, de captação e produção de semelhanças e correspondências⁶ a expulsão dos índios Panará – denominados kren-akarore pelos caiapó, antes seus inimigos – da região onde hoje se inclui não só o município de Guarantã do Norte, mas também, aproximadamente, Matupá, Peixoto de Azevedo, Terra Nova e Colíder. Passemos a alguns desses depoimentos.

3) Sr. Norberto:

O que nós vê aí é só o problema dos índios, como eles perderam a terra, pra ele doar a terra pra nós, e hoje nem pra nós, sabe lá pra quem, porque nós tem a terra, não tem documento, nem sabemos se vamos ganhar documento, só promessa até agora. Então, não adiantava tirar dos índios e deixar nós aí em dúvida também, nem sabendo se vai ter que voltar pro sul...

É bom recordar do passado, no presente, hoje. Que aquele tempo mesmo, que tava em mais dificuldade, quando nós entramos, era, parece, melhor do que hoje porque hoje não existe união, aquele tempo nós tinha união. Então, faz recordar daquele tempo e

mostra pro povo como aquele tempo era difícil, as coisas e o povo era unido e, hoje, que já tem bastante fatura e o povo não se une. Seria muito mais fácil hoje do que aquele tempo se tivesse união. Mas parece que é um castigo, não sei por que, se é política ou que é, porque em vez do povo, quanto mais está desenvolvendo, mais unido, não, mais está desunido... Hoje, já tem conforto, meio de transporte, tem tudo, um já não precisa tanto do outro, e começa o povo a se desentender por isso.

4) Sr. Waldomiro:

Não, a gente chegou, agora, aqui, tá pior do que tava. A gente estamos como os índios. Naquele tempo, eles estavam colocados, estavam bem, agora, estão recolocados e estão pior do que naquele tempo...

Eu acho que esse trabalho de vocês é uma cultura, mesmo que não valerá pra nos favorecer, mas valerá pra história nossa, mesmo, e o futuro das outras que vão ficar no nosso lugar... Eu acho que é uma cultura, é um tipo de cultura, que a vida é nossa, pra ficar na história, uma história real, como os índios, companheiros de luta, trabalhando. Então, Guarantã está com uma história bonita e essa história não seria encabeçada, né?

5) Sr. Norberto:

Porque a gente lembrando do passado, como foi difícil, e a união do povo, e como era difícil pra gente conseguir alguma coisa, hoje, com a facilidade, nós devia se unir, era muito mais fácil. Mas a esperança ainda existe. Se nós se organizar, conforme nós estamos hoje aqui, em grupos, associado, e controlar nossas economias, e comercializar nós mesmos, tirando esses interesses, a dificuldade hoje em dia são os atravessadores. Porque entram pessoas com interesse maior que o nosso e cobriu nosso interesse. Quer dizer que ele, na realidade, ele dominou nós. Praticamente, quando nós não vinha aqui, ninguém tinha interesse por nós. Viemos sozinhos, tinha de morrer de malária, agora que furamos a estrada, eles vieram atrás e estão aí nos atrapalhando, isso aí é influência política. Porque naquele tempo, nós viemos sozinho, cada um pra si e Deus pra todos, e todo mundo estava bem, um ajudava o outro, um pousava no barraco do outro e ninguém ia pra trás. Agora, parece que um obedece num sei quem, tem que se reorganizar e dominar nossa economia.

6) Sr. Waldomiro:

É nós fazer um núcleo, igual os índios, cada um ter seu núcleo e comercializar com a nossa condução, com acesso a capital e trazer o que nós precisa de lá, porque nós precisa de pouca coisa de lá.

7) Sr. Norberto:

Mas também precisa de terra forte, nós temos a terra forte. Então, nós precisa é de que o governo comprá, isto é, pra incentivar um pouco. O que adianta nós ter terra forte, se nós não tem pra quem vender. Que nem o índio, ele quer terra forte pra ele viver, nós também precisamos viver.

8) Sr. Waldomiro:

É porque o índio ainda existe meio nu. Não precisa de cidade.

9) Maria do Nascimento (professora):

Eu estava comentando que achei importante em saber como que os índios ficaram doentes, eu pensava que eles ficavam doentes, dava gripe, e morria, mas assim entre eles. E eles ficaram doente, de gripe, só depois que as pessoas trouxeram a doença pra eles, eu não sabia. Achei importante ficar sabendo, que eles foi os primeiros habitantes do Brasil, as primeiras pessoas que se associaram da terra e foram tocados da terra, do lugar onde eles viviam pra nós morar. É como ele disse [Sr. Euclides, no vídeo] que deveriam ficar junto, com a gente, não tirar eles do meio. Mas, ao mesmo tempo, eles não poderiam também, que eles moram na mata, gosta de viver onde tem caça, peixe. E eles passam uma vida bem sofrida depois disso aí!

Então, por que tirar o índio da própria vida que ele teve? Se tivesse deixado, hoje, tem tanta terra abandonada, poderia ser terra dos índios. Tanta gente que comprou terras e mais terras, que está só no poder; só pra comprá, mais tarde ele vai vender. Fazendeiros que tem cento e poucos hectares de terra, que está no garimpo, está no comércio e a terra está lá parada. Se ele tem outro meio para viver, deixa a terra pra outro.

10) Marly (professora):

Acho que os índios podiam muito bem conviver junto com a gente. Na minha opinião, se os brancos fossem civilizados, podia todo mundo conviver, sem ninguém matar ninguém. Eles podem estar morrendo lá, eles poderiam ter uma vida muito melhor aqui junto com a gente.

11) Lucy (professora):

Meu pai, ele é fiscal lá do Sindicato, então ele está mexendo com uns ali embaixo, está acontecendo semelhante como os índios. Os posseiros têm três anos que estão lá, têm roça, têm casa, e agora chegam os 'donos' da terra e querem as terra, e aí está aquela luta. Então, esses falaram que tem contrato, tudo, que são donos da terra, mas só que os posseiros entraram já há três anos atrás, então, eles acham que eles devem ficar em cima da terra, já tem algumas coisas feitas. E esses chegaram, foram lá, ameaçaram eles, deram quarenta e oito horas para eles saírem do local, desocupar tudo, e eles não saíram, estão tentando, estão fazendo como aconteceu nos primeiros que nunca desanimaram, batalharam até o fim.

12) Nelci (professora):

Achei importante aquela passagem que tem o hino dos índios, por causa que eles pensam, que eles sente falta da terra deles, eles não querem a terra onde estão vivendo. Não se esquecem da terra deles, eu achei muito importante isso. É como nós também: se nós tivesse o nosso pedacinho de terra e viesse, e tirasse nós, e colocasse num outro lugar, a gente, acho que nunca ia esquecer, comigo é a mesma coisa. Não, não é fácil, não é fácil não, a gente nem sabia pra onde ir. Numa hora dessa, a gente teria que fazer que nem sai pela rua, porque não tinha nem onde cair morto. Então, a única coisa que a gente tem aqui é terra. Então, sei lá, ia ficar difícil pra gente.

13) Sr. Joaquim:

Bem, eu acho que a passagem que realmente me emocionou foi o problema do índio. Ele, pra todos efeitos, como os branco considera ele, como sendo, lá longe, com um ser

que não é humano, mas ele também tem direito da fatia dele. Afinal de contas, ele tem todas as características do ser humano, ele tem as qualidades do ser humano, então, bruscamente, o homem civilizado chegou, tomou conta e obrigaram a sair; encostado, como animal, a procurar outra região. Acho que isso aí não é certo, acho que o branco deveria ser mais culturado... Já que nós achamos que somos tão culturado, e deixamos fazer isso com eles, acho que isso aí, realmente, foi uma coisa que emociona a pessoa. Também, a dificuldade da pessoa que sai do sofrimento, sai de uma região difícil e na esperança de chegar aqui e pega um pedacinho de terra, e ele vem naquela ilusão que as coisas vai funcionar, como era pra funcionar, na verdade não funciona, também eu acho que é uma decepção muito grande, isso aí também me marca muito, como de fato todas as vezes que a gente conversa... que a gente vem na ilusão e, na hora H, não é nada daquilo, fazer o quê? É Brasil...

O Brasil é assim mesmo...

Eu acho que aí é um trabalho que vocês fizeram, um apanhado da região, das entradas dos primeiros, da saída dos que realmente estavam aí. É um trabalho que mostrou para nós coisas que, por exemplo, eu não sabia: que aqui, o Peixoto, era habitado por índios, não era do meu conhecimento, inclusive, no meio da roça, a gente vê muito, pedaços de vestígios de origem indígena, entendeu? Mas, para mim, isso daí era muito remoto, questão de cinqüenta, sessenta, anos atrás, mas não, é recente, faz dez, onze anos. Quer dizer, praticamente, eles deixaram a casa e nós estamos habitando nela, de tão recente que é!

É, eles viviam agregados por várias tribos, uma espécie de um parentesco. Porque na verdade eles é como nós, tem parente em São Paulo, em Brasília, em Rio de Janeiro, ele também tinham parente lá, parente aqui, assim, iam formando, agregando as tribos. É uma pena! Mas a verdade é essa, a realidade, nós não podemos fugir dela, o homem, o progresso vai chegando, e vai destruindo alguma coisa... Alguma coisa que, pra pessoa que tem um pouco de conhecimento, e talvez um pouco de querer aceitar a natureza de como realmente ela é, então, a gente começa a dizer que não podia ter agido dessa maneira. Devia ter dado liberdade pra eles, dividido as coisas certas, nas proporções iguais. Mas o homem moderno é diferente, ele chega e, com toda arrogância dele, ele vai tomando conta.

O genocídio dos índios panará-kren-akarore ocorreu na década de 1970, com a abertura da estrada Cuiabá/Santarém – BR 163, instrumento (entre outros, mas não só) de (re)ocupação estratégica dos chamados “espaços vazios” do Centro-Oeste e da Amazônia, sob a égide da ideologia da segurança nacional dos governos ditatoriais dessa época. Em 1975, esses índios foram reduzidos de cerca de 1.500 para 100 e transferidos para o Parque Nacional do Xingu. Aí, hoje, tentam sobreviver, com desgosto, porque sonham em voltar para suas terras de origem, rememoradas como terras boas para plantio de alimentos. Esse relato é feito no documentário “Os donos das terras imemoriais”, principalmente, por Megaron (caiapó), na época diretor do Parque. Mas também é construído por Teséa (cacique) e Kreton, através de linguagem predominantemente gestual e facial, e de expressões lingüísticas próprias porque não tinham domínio do português.

Ao contrastarem a história desses grupos indígenas com as deles próprios, homens e mulheres migrantes de Guarantã do Norte fazem emergirem certos traços de suas identidades, que vêm à tona e são reelaborados, sob o estímulo dessas memórias. Encontram uma analogia fundamental com os grupos indígenas, apesar de não esquecerem também das diferenças, de sua dimensão cultural de humanidade, de pessoas que se associam pela terra e que se relacionam por parentesco, que pode estar espalhado, mas que tem vínculos de articulação.

Nas reflexões sobre a perda da terra pelos panará-kren-akarore, esses migrantes assinalam seu caráter irrecuperável – *“onde eles moravam tudo já está transformado”* –, pela violência de um processo que nada tem de civilizado: os brancos não teriam nem o direito de denominar os índios “aculturados”, porque são os brancos que estão num estágio bárbaro de cultura. O avanço do moderno e do chamado progresso só vem causando destruição e desrespeito pela humanidade de cada um, inclusive, dos índios. Daí não vem ocorrendo progresso, só algumas mudanças, com poucas melhorias. Os vestígios dos objetos indígenas não são “reliquias” de um passado a ser esquecido, mas de experiências muito vivas no presente.

Dentre as mudanças que completariam, para os migrantes, o processo de redenção pela terra, várias promessas não foram cumpridas, principalmente a legalização da documentação da propriedade, o que os leva a prever que pesa sobre eles uma ameaça: a repetição da experiência dos grupos indígenas; isto é, perda da emancipação, pela perda da terra, através do uso da força explícita pelos dominadores – a expulsão.

Há terra sobrando no Brasil, inclusive para especulação. Então, a expulsão dos índios – e, talvez, num futuro próximo, a deles mesmos, de Guarantã do Norte – não tem justificativa. Os índios precisam de extensões maiores do que os colonos e outros pequenos proprietários porque sua cultura é diferente. Mas todos precisam de uma terra “forte”, de onde saiam alimentos, sejam índios ou não. Só que estes, praticamente, não precisam da cidade como mercado de seus produtos. Mas isso não é justificativa para destruí-los. Pode haver uma distribuição mais equânime de direitos.

É vislumbrada como alternativa de resistência à dominação um processo de auto-organização, que garanta sua autonomia no mercado, como produtores, em suas relações com a cidade. Essa autonomia vem sendo praticamente impedida pela interferência de políticos e atravessadores, que estão estimulando a desunião entre todos.

A situação enfrentada pelos índios reaviva a lembrança dos primeiros tempos de Guarantã do Norte, da solidariedade e da união, quando lutavam juntos, em grupos, por conta própria, para ter o acesso à terra. Esse tempo é visto como tempo de conquista, de esperança, de liberdade, de redenção, de restituição, de retomada da emancipação. É um tempo que não pode ser perdido. Porque a terra não pode ser perdida.

A perda da terra, então, é barbárie, porque é a perda da experiência como patrimônio cultural e histórico,⁷ suporte de tradições a serem transmitidas e recriadas como obra, de geração a geração. Quando memórias oprimidas, como as de migrantes camponeses, só aparentemente desenraizados, fazem-se presentes nas cenas escritas e visuais da história, podem ser revelados vestígios desse patrimônio, através de frases, pensamentos, como o que é citado por dona Ida, na epígrafe deste artigo, que exprime o desejo de direitos. Também através de várias outras imagens depositadas nas posturas, nos hábitos, nos modos de falar, que, por isso, foram respeitados e não “corrigidos”, para não serem desqualificados; nos modos de morar e dormir; nos gestos, nas expressões faciais, na devoção; nos saberes exercitados no cotidiano; no modo de trabalhar e de cuidar dos filhos, da família e da terra. Muitas vezes, o patrimônio assim preservado é confundido como indício de “atraso” e “isolamento”, por projetos sociais defensores do “progresso”.⁸ Mas, como apontam os depoimentos aqui considerados, trata-se de saberes, valores, referências básicas, poderes, modos de ser operativos e em elaboração intensa, desejosa de interação e ampliação por outros saberes e experiências: tudo aquilo que procurei tratar como referências geradoras de temas, problemáticas, conteúdos, interpretações, em diálogo incessante com imagens e depoimentos incluídos nesta investigação.

No caso de sujeitos excluídos, que lutam pela cidadania, por seus direitos, esse patrimônio e essa preservação acabam sendo os únicos de que dispõem. O que se procura lembrar e preservar não são obras de arte, obras do saber, obras arquitetônicas e urbanísticas, tal como o patrimônio histórico é quase sempre concebido pela mídia, por especialistas ou por instituições especializadas. Lugares e objetos são evocados por camponeses migrantes de Guarantã do Norte como uma memória mais próxima de todos nós, como uma história de sensibilidades e sentimentos.⁹ História, ela própria, que é uma herança, um patrimônio, como dizem esses sujeitos em depoimentos aqui analisados, nos quais a mulher se revela matriz cultural imprescindível de transmissão dessa herança.

Para o senhor Travessini, essa relação com a terra não pode ser perdida. No limite, a terra é o único espaço onde ele pode preservar um pouco de liberdade, para fazer voar sua imaginação, que ele já sente tolhida pelo fato de morar na sede do município de Guarantã do Norte, o qual, em 1990, chegava perto de 50.000 habitantes. Diz ele:

Me criei ali no mato, eu gosto muito de mato. Ver aquelas floresta. Eu não sei! Eu aqui, quando vou lá pro mato, eu fico tranqüilo de manhã cedo, de noite. Cantar de tudo aqueles passarinho é o que me alegra. As vez, aqui, eu fico até meio louco! Verdade, mesmo! A gente trabalha as hora que tem que trabalhar. Vai pro barraco e faz um almoço, uma janta, se atira na rede. Anoiteceu, fica quietinho! Que fica gostoso demais!

Em Brasília, o senhor Cabeça (Antônio Amâncio), operário, por mim entrevistado em outra pesquisa, com experiência na construção civil no Rio de Janeiro e na construção

da capital federal, é um dos que plantam roça numa área de preservação ambiental, na Vila Planalto, entre o Palácio da Alvorada e o Palácio do Planalto. Afirma ele:

A roça é o meu segredo... É benção de Deus na minha vida!... Quando chega, assim, novembro, dezembro isso aqui é mais lindo do que se pode imaginar. Porque tem tudo em que você pensar em coisas verdes: que a gente come milho, feijão, mandioca, tudo, é bonito demais! Aqui, quando eu estou trabalhando, eu tô livre de qualquer tipo de pensamentos traiçoeiros ou maldosos e tô vendo as coisas crescer! A gente conversa com a planta! Tudo que você vai fazer, você tem que falar p'ra planta, que ela tem que crescer, produzir, porque é parte sua. É como se você estivesse ensinando um menino a viver!... Quando menino, eu vi meu pai fazendo, aprendi um pouco com ele.¹⁰

O senhor Ernesto, vigilante do estacionamento do prédio do Ministério da Educação, também em Brasília, empolgou-se num dia em que eu fazia fotografias dos ipês que explodiam em flor, em setembro de 1991, na transição da época da seca para a das chuvas, que marca profundamente o cotidiano nessa cidade, onde moro. Dirigiu-se a mim e começou a conversar. Contou-me parte das histórias dele e dos paus-d'arcos (ipês) existentes em sua terra natal, na Bahia.

A identidade com a terra e outros tesouros soterrados do passado pode, portanto, reaparecer no inesperado, naquilo só aparentemente insignificante, seja no campo ou na cidade.

Por um lado, é ingênua a suposição de que há um patrimônio comum para todos, sempre da mesma forma, como algumas versões da história, sacralizadas pelo Estado e por parte do conhecimento histórico erudito, tentam demonstrar. Estamos sempre diante de múltiplas experiências de temporalidades, que significam pluralidades de vozes na construção de referências e identidades.¹¹

Por outro, reconhecer que só há patrimônio cultural e histórico quando este é vinculado a grupos sociais específicos não significa desqualificar direitos de uns e outros, ao se transformar diferenças em hierarquias e desigualdades, ao se reforçar a cidadania como fonte de exclusão, de favor ou de privilégio. Maria Nascimento refere-se a esse tema quando reconhece que talvez fosse possível os camponeses viverem próximos, mas não misturados, com os índios, porque há diferenças entre os modos de vida de ambos. Mas que isso não é a mesma coisa que justificar a expulsão dos índios de suas terras imemoriais, já que eles, como os camponeses, vivem “associados da terra”, a ela têm direito. E ainda foram “os primeiros habitantes do Brasil”, o que representa acréscimo de mais um direito. Alguns pesquisadores, ao assistirem ao audiovisual *Rememorações: terra, esperança e liberdade*,¹² não admitiram a possibilidade de camponeses se identificarem com grupos indígenas, porque as concepções de propriedade que informam esses grupos seriam excludentes (privada e coletiva), segundo eles. A organização dos Povos da Floresta,

fortemente motivada pela Constituinte na metade da década de 1980, congregou não só índios e seringueiros – que no passado já haviam se matado –, como também colonos de projetos de assentamento na Amazônia.

Lidar com a cultura em tempos democráticos demanda flexibilidade no pensamento e na ação... A cultura, como a memória, constitui-se na criação de direitos sempre renovados que emergem do processo democrático: o direito das mulheres, dos negros, dos meninos de rua, dos sem-terra, dos sem-teto, dos índios, dos homossexuais, dos trabalhadores, dos aposentados... uma listagem que se amplia na correlação direta com a democracia, cuja característica é a produção incessante de novos sujeitos políticos em luta pela cidadania.¹³

Embora não sejamos todos camponeses, não guardemos na dinâmica de nossas identidades traços de condição camponesa, enquanto diferentes, somos atingidos pelas lições e mensagens contidas e expressas em suas memórias porque dizem respeito a todos nós, a um presente que urge ser interpretado.

Parece ser metáfora do Brasil brasileiro sonhado, entre outros, por José Baiano, a garantia de direitos e abrigos que enraízem cidadãos, mas que, simultaneamente, não os aprisionem. Sempre a utopia de liberdade, como as roupas esvoaçantes penduradas na Casa Brasil de Guarantã do Norte. Hoje, essa casa não existe mais, enquanto tal, mas continua a sinalizar vestígios de esperanças ainda não realizadas, pelas quais ainda temos que lutar.

Porque a terra e a esperança são as últimas que morrem, máxima que eu ouvia na minha infância. E da qual encontro ressonância em imagens, falas, gestos, expressões faciais, objetos de camponeses – migrantes de Guarantã do Norte – e, infinitamente, em muitos outros sujeitos, tempos e espaços a serem descobertos pelo mundo afora.

Ao escavar e instituir memórias com camponeses migrantes de Guarantã do Norte, parece que tecemos uma história tirada de entrelinhas.¹⁴ Limites do desconhecido ainda se colocam, diante do conhecimento histórico sistematizado nesta investigação. Sempre foi claro, para mim, seu caráter provisório, incompleto, seletivo e limitado. Mas almejo que, pelo menos, janelas tenham sido abertas, para que frutos dessas sementes como excesso de significações¹⁵ sejam colhidos por muitos outros, que ainda virão, na busca e na luta por uma sociedade mais justa e solidária.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Professora doutora na Pós-Graduação em História da UnB e pesquisadora do Ceam-Necoim, na mesma instituição. Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ-RJ e doutora em História Social pela FFLCH-USP.

¹ MAGALHÃES, N. A. *Marcas da terra, marcas na terra. Um estudo da terra como patrimônio cultural e histórico*. Tese de Doutorado em História Social. FFLCH-USP. São Paulo, 1996.

² ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Perspectiva, 1988; principalmente, no ensaio “O conceito de história – antigo e moderno”, pp. 74-75.

³ MAGALHÃES, N. A.; NUNES, J. W. e PAIVACHAVES, T. *Em cima da terra*. Brasília, próMemória Vídeo/ CNPq, 1987/1988.

⁴ BOLLE, W. “Cultura, patrimônio e preservação”. In: ARANTES, A. A. (org.). *Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 23.

⁵ Embora nesta pesquisa eu não tenha tratado da questão do parentesco, há pontos de contato com um estudo antropológico que lida com essa temática da terra como valor moral para a família. Conferir: WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo/Brasília, Hucitec/EdUnb, 1995, pp. 311-325.

⁶ “Segundo Benjamin, todos os homens têm o poder de captar e produzir semelhanças e correspondências. Elas estão inscritas objetivamente na natureza, e a elas corresponde a faculdade subjetiva de percebê-las: o dom mimético, que permitia ao primitivo tornar-se semelhante e observar semelhanças. No mundo moderno, essa faculdade se degradou, não desapareceu de todo. Ela sobrevive na linguagem, que constitui um arquivo de correspondências supra-sensíveis”.

ROUANET, S. P. *As razões do iluminismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p. 85.

⁷ “Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 115.

⁸ MAGNANI, J. G. C. “Patrimônio cultural”. Salvador, s/d.

⁹ BOLLE, op. cit., p. 14.

¹⁰ MAGALHÃES, N. A., NUNES, J. W. e PAIVACHAVES, T. *Abrigos da memória na Vila Planalto - DF*. Documentários histórico-videográficos. Brasília, CPCE/Neco-Ceam, UnB, 1993/1995; id. *Abrigos da memória na Vila Planalto - DF*. Projeto de pesquisa. Brasília, Neco/Ceam-UnB, 1992.

¹¹ Ver, a respeito, SILVA, M. *História. O prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo, Brasiliense, 1995, pp. 39-84.

¹² MAGALHÃES, N. A.; NUNES, J. W. e PAIVACHAVES, T. *Rememorações: terra, esperança e liberdade*. Brasília, CNPq/próMemória, 1990.

¹³ ESTANISLAU, L. A. “Memória brasileira: este insaciável objeto de desejo”. In: BRITO, M. (org.). *Cadernos ENAP. Ciclo de debates sobre cultura e memória: perspectivas da administração pública brasileira hoje*. Brasília, Enap, 1993, v. 1, n. 2, p. 22.

¹⁴ DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 10.

¹⁵ BENJAMIN, op. cit., p. 204: “Heródoto não explica nada. Seu relato é dos mais secos. Por isso, essa história do antigo Egito ainda é capaz, depois de milênios, de suscitar espanto e reflexão. Ela se assemelha a essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras de pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas”.

OS DESCENDENTES DE AFRICANOS VÃO À LUTA EM TERRA *BRASILIS*. FRENTE NEGRA BRASILEIRA (1931-37) E TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO (1944-68)

*Petrônio Domingues**

Resumo

O artigo tem como escopo abordar um assunto subexplorado pela historiografia: a luta dos descendentes de africanos pela conquista dos plenos direitos no exercício da cidadania na sociedade brasileira. Para tanto, pretende-se realizar, primeiramente, a reconstrução histórica de dois agrupamentos do movimento social, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, e, num segundo momento, será empreendida uma análise do discurso desses dois agrupamentos, procurando entender como os descendentes de africanos organizaram e articularam um movimento de resistência e consciência negra marcado pelo combate ao racismo e à inserção marginal no quadro republicano do país.

Palavras-chave

Descendente de africano; negro; relações raciais; movimento negro.

Abstract

The present article has as its axis approach a theme under-explored by historiography: the struggle of the slave descendants and general black people descendants, in the period immediately after slavish abolition, for conquering full citizenship in Brazilian society. In order to make it possible, we have put in practice, in a first moment, the historical reconstruction of two black people movement entities, the Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, trying to understand how the slave descendants have organized and articulated a huge movement of black resistance and conscious characterized by the combat against racism and the marginal inclusion in the Republican picture of the country.

Keywords

Black people; black features; racial relationships; racism; black movement.

Interrogado a respeito do problema dos contatos raciais em nosso país, o Dr. Jael de Oliveira Lima desenvolveu longas considerações, que resumimos:

No Brasil não existe um problema racial. Aqui vivem harmoniosamente pessoas de todas as raças, misturando sangue, suor e trabalho para o bem comum da Pátria.¹

Entretanto:

São Paulo é um estado onde freqüentemente testemunhamos práticas racistas. Não faz muito tempo, quando em excursão artística por várias cidades do interior desse estado, o grande cantor negro Edson Lopes não pôde fazer a barba em certo salão por causa da sua cor. Outro dia foi a vez do popular artista radiofônico Luiz Gonzaga que teve sua entrada barrada no auditório de uma emissora bandeirante porque a cor de sua epiderme não o recomendava. Podíamos enfileirar exemplos e mais exemplos demonstrativos do quanto estamos ainda longe de atingir aquela igualdade de fato assegurada pela igualdade de direito das nossas leis e da Constituição em vigor! Os casos de intolerância racial e de cor ultimamente se repetem num ritmo alarmante.²

O primeiro fragmento de texto citado é uma entrevista concedida ao jornal *Qui-lombo*, em janeiro de 1950, pelo empreiteiro branco Jael de Oliveira Lima. O discurso desse carioca, segundo o qual “no Brasil não existe problema racial”, expressava o pensamento racial dominante do país. As elites faziam questão de se vangloriarem da suposta ausência de práticas discriminatórias em terra *brasilis*, cuja história teria sido marcada pela “democracia racial”. Por essa perspectiva, vivíamos numa espécie de paraíso racial, com negros e brancos irmanados em regime de fraternidade e igualdade de oportunidades.

Já o segundo fragmento de texto é uma denúncia do mesmo número do jornal, *Qui-lombo*, de dois casos de racismo: o primeiro atingiu o “grande cantor negro” Edson Lopes, que “não pôde fazer a barba em certo salão” do interior paulista. A outra vítima de prática discriminatória foi o “artista popular” Luiz Gonzaga, que teve sua “entrada barrada no auditório de uma emissora bandeirante” por causa de sua “cor”. Esses dois episódios não foram casos isolados; pelo contrário, retrataram a situação de preterimento do negro, não só em São Paulo, mas em outros Estados, como o Rio de Janeiro. O “homem de cor”, como se dizia na época, era impedido de entrar em estabelecimentos de lazer (cinemas, teatros, clubes, times de futebol, bailes em casas noturnas), de ingressar em instituições educacionais e/ou religiosas (escolas, orfanatos, congregações), de ser atendido por casas prestadoras de serviço (barbearias, hotéis, restaurantes, lojas comerciais, hospitais), de ser aceito por repartições públicas e corporações militares (como a Guarda Civil, em São Paulo, até a década de 1930) e de participar de processo seletivo para ingresso no quadro funcional de empresas industriais. Portanto, a sancionada “democracia racial” não passava de um embuste, ou seja, de um discurso falsificador da realidade, construído pelas

elites para ocultar o racismo à brasileira que impedia a “integração do negro na sociedade de classes”.

Para reverter esse quadro de restrições ou violações de direitos no pós-Abolição, os descendentes de africanos de São Paulo fundaram a Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, e os descendentes de africanos do Rio de Janeiro criaram o Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944. Esses dois agrupamentos do movimento social procuravam combater o racismo e lutar para que o negro brasileiro conquistasse o pleno exercício da cidadania. A proposta deste artigo é, primeiro, recuperar a experiência de sujeitos coletivos ainda poucos visíveis na historiografia; segundo, fazer uma breve análise de discurso da FNB e do TEN, demonstrando como essas organizações desenvolveram uma capacidade de resistência, organização e luta na ordem republicana do país.

Frente Negra Brasileira (1931-37): a entrada do movimento negro organizado no cenário político republicano

Com o golpe de Estado de 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas chegou ao poder no Brasil. Abriu-se uma conjuntura de polarização política no país. As forças políticas se mobilizaram em duas frentes: as da esquerda, na Aliança Nacional Libertadora (ANL) e as da direita, na Ação Integralista Brasileira (AIB). No entanto, tanto as organizações políticas de base popular quanto os partidos das elites não incluíam em seus programas a luta a favor dos descendentes de africanos. Abandonados pelo sistema político tradicional e acumulando a experiência de décadas em suas associações, os negros paulistas criaram, oficialmente, no dia 16 de setembro de 1931, a Frente Negra Brasileira (FNB), no salão das Classes Laboriosas.³ Do núcleo originário, faziam parte Isaltino Veiga dos Santos, Francisco Costa Santos, David Soares, Horário Arruda, Alberto Orlando e Gervásio de Moraes. No dia 12 de outubro, em assembléia realizada no mesmo local de fundação, “perante mil e tantos negros”, foi lido e aprovado o Estatuto, que estabelecia:

Artigo 1 – Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação dos seus direitos sociais e políticos, atuais, na comunhão brasileira.

Artigo II – Podem pertencer à “FRENTE NEGRA BRASILEIRA” todos os membros da Gente Negra Brasileira de ambos os sexos, uma vez capazes, segundo a lei básica nacional.

Artigo III – A “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, como força social, visa a elevação moral, intelectual, artística, técnico-profissional e física: assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra.

Parágrafo único – Para a execução do Artigo III, criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esporte dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira.⁴

A nova organização cresceu rapidamente. Os métodos de arregimentação passavam pela afirmação racial: “Negro, não te envergonhes de ser negro! Alista-te nas fileiras fren-tenegrinas, si é que queres elevar o nível moral e intelectual do negro”.⁵ O orgulho racial despertado pela nova entidade fez com que seus associados (que eram chamados de fren-tenegrinos) se sentissem negros diferenciados dos “irmãos de cor”. Mais do que “evoluídos”, eles se portavam como uma espécie de elite negra. Em 27 de maio de 1932, a FNB contabilizava possuir em seus quadros da capital 15.000 sócios.⁶ Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a entidade reuniu no seu auge 30.000 filiados, somando os efetivos de todas delegações (“filiais”). Na verdade, existe uma polêmica sobre essa questão. As estimativas mais moderadas apontam 6.000 filiados em São Paulo;⁷ já as previsões mais exageradas indicam 200.000 filiados para todo o país.⁸ Em 1936, a entidade contava com mais de 60 delegações distribuídas no interior de São Paulo e em outros Estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, além de manter certo contato com organizações de mesmo nome no Rio Grande do Sul e na Bahia. Elizabeth Larkin Nascimento ainda indica a existência de delegações da Frente Negra no Maranhão e em Sergipe,⁹ mas não apresenta nenhuma evidência que ateste essa informação. Os artigos 6º e 7º do estatuto definiam a estrutura administrativa da agremiação:

Artigo VI – A “FRENTE NEGRA BRASILEIRA” é dirigida por um “GRANDE CONSELHO”, soberano e responsável, constando de 20 membros, estabelecendo-se dentro dele o Chefe e o Secretário, sendo outros cargos necessários preenchidos a critério do Presidente. Este Conselho é ajudado em sua gestão pelo Conselho Auxiliar, formados pelos cabos distritais da Capital.

Artigo VII – O Presidente da “FRENTE NEGRA BRASILEIRA” é a máxima autoridade e supremo representante da “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, e sua ação se limita pelos princípios que a orientam.¹⁰

A organização da FNB apoiava-se numa estrutura vertical de comando, constituída pelo “Presidente” (também conhecido com “Chefe”) e auxiliado pelo “Grande Conselho”. Porém, na prática, a figura do “Chefe” tinha poderes quase supremos. Além dos cargos de direção, a estrutura administrativa era completada pelos cabos, comissários e fiscais. Na entidade, imperava uma rigorosa hierarquia e disciplina sobre os afiliados. Provavelmente, essa filosofia organizativa foi inspirada nas doutrinas autoritárias em voga. Não havia eleições internas. Em seu período de vida, a Frente Negra teve dois presidentes: Arlindo Veiga dos Santos, que abdicou do cargo em junho de 1934, sendo substituído por Justiniano Costa.

A Frente Negra criou uma série de símbolos diacríticos (carteira de identidade, contendo foto e dados pessoais do filiado; uniforme para alguns departamentos; bandeira e hino), a fim de garantir visibilidade para suas ações, gerar uma identidade específica para seus associados e, ao mesmo tempo, adquirir credibilidade no seio da população negra e na sociedade em geral. A organização também criou uma milícia: “Toda a mocidade fretenegrina deve alistar-se para fazer parte da Milícia Fretenegrina que defenderá a Sociedade e a Pátria contra os extremistas”.¹¹ Segundo Regina Pahim Pinto, a “milícia não usava armas, mas tinha um grupo de capoeira e um grupo de linha de frente, uma espécie de segurança”.¹² Todo trabalho da militância era voluntário. A principal fonte de recurso da entidade era proveniente da mensalidade dos associados. Para organizar sua atuação em diversas áreas, ela se dividia nos seguintes departamentos:

a) *Instrução ou de Cultura*, responsável pela área educacional. A entidade criou uma escola com biblioteca, oferecendo curso primário e de alfabetização de adultos.¹³ Ao se estruturar, a escola passou a receber apoio do governo do Estado, que comissionou duas professoras negras para ministrar aulas lá;¹⁴ b) *Musical*, organizava cursos e atividades musicais. Mantinha o grupo musical Regional Fretenegrino, que se apresentava nas festas da entidade e em alguns programas de rádio da cidade; c) *Esportivo*, organizava as atividades desportivas, como competições, torneios e jogos. Mantinha um time de futebol, o Fretenegrino Futebol Clube,¹⁵ bem como uma escola de cultura física;¹⁶ d) *Médico*, oferecia serviços médicos e odontológicos para seus associados;¹⁷ e) *Imprensa*, responsável pela publicação do jornal da entidade, o *A Voz da Raça*. Quanto a esse periódico, foi lançado em março de 1933 e era destinado à “publicação de assuntos referentes ao negro, especialmente. Este jornal aparece na hora em que precisamos tornar público, nos dias de hoje, de amanhã e sempre, os interesses e comunhão de idéias da raça, porque outras folhas, aliás veteranas, têm deixado de os fazer”.¹⁸ O jornal era o órgão oficial de divulgação dos ideais da entidade. Com tiragem de 1.000 a 5.000 exemplares, chegou a ser lido no exterior, como no continente africano e nos Estados Unidos. Era mantido com recursos da entidade e dos anunciantes; f) *Artes e Ofícios*, encarregado pela seção de marcenaria, pintura, corte e costura e serviços de pedreiro, eletricista, entre outros.¹⁹ Oferecia também curso de artes e ofícios; g) *Dramático*, mantinha um grupo teatral que regularmente apresentava espetáculos. Chegou até a montar um corpo cênico infantil. Já a Comissão de Moços organizava eventos sociais, como bailes, convescotes, chás e festivais;²⁰ h) *Jurídico-Social*, tratava de assuntos ligados ao direito à cidadania do negro, isto é, procurava defender os negros quando seus direitos civis fossem violados; i) *Doutrinário*, responsável pela formação doutrinária, com cursos, palestras aos domingos (as famosas “domingueiras”) e orientação cívica a seus filiados.

Consoante Marcelino Félix, existiu ainda o Departamento de Colocações Domésticas, cuja finalidade principal era garantir a inserção da frentenegrina no mercado de trabalho doméstico da cidade, como “faxineiras”, cozinheiras, copeiras, lavadeiras.²¹ Devido à respeitabilidade conquistada pela FNB, muitas famílias tradicionais só procuravam contratar as mulheres indicadas pela entidade. Um outro objetivo do Departamento era assegurar os direitos trabalhistas das domésticas.

No casarão da Rua da Liberdade, 196, onde sua sede estava localizada, a FNB mantinha um bar, salão de beleza com barbeiro e cabeleireiro, salão de jogos, oficina de costura, posto de alistamento eleitoral e uma caixa beneficente, criada para ajudar os associados, prestando-lhes auxílio médico, hospitalar, farmacêutico e funerário.

As mulheres cumpriam um papel estratégico no movimento negro. Segundo um antigo dirigente, Francisco Lucrécio, elas “eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente (Negra) a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento”.²² Desconsiderando os exageros de Francisco Lucrécio, as mulheres assumiam diversas funções na FNB. A Cruzada Feminina mobilizava as negras para realizar trabalhos assistencialistas. Já uma outra comissão feminina, as Rosas Negras, organizava bailes e festivais artísticos.

A Frente Negra era prestigiada entre os negros de um modo geral, que “a procuravam para resolver problemas de moradia, de emprego”.²³ Uma das campanhas da FNB foi justamente incentivar o negro a adquirir terreno nos bairros da periferia e construir a sua casa própria. No decorrer de sua história, a FNB sofreu algumas cisões, sem, contudo, colocar em xeque sua forte estrutura organizativa. Na primeira, em 1932, os dissidentes fundaram o Clube Negro de Cultura Social; na segunda, também em 1932, criaram a Legião Negra e, na terceira, em 1933, os dissidentes edificaram os alicerces da Frente Negra Socialista.

Apesar de uma visão *racialista* de luta política a favor da causa negra, a FNB não era sectária. Permanentemente, buscou o apoio político e estabeleceu alianças pontuais com autoridades públicas, escritores e intelectuais brancos. A entidade promoveu várias atividades para esse fim; em algumas delas, contou com a presença de Artur Ramos, Cassiano Ricardo, e dos modernistas Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia. Havia necessidade de se legitimar e a política de aproximação com o meio branco, em alguns momentos, surtiu efeito positivo. A entidade também era prestigiada pelas autoridades públicas da área militar. Na solenidade de seu 4º aniversário, compareceram os representantes do Secretário de Justiça e do comandante da 2ª Região Militar. Em 18 de março de 1933, o jornal *A Voz da Raça* trazia uma foto que registrava “o Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, em companhia do Sr. Isaltino B. Veiga dos Santos, Secretário Geral

da FNB., logo após a audiência especial, concedida à Frente Negra Brasileira, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis”.²⁴ Amiúde, a Frente Negra fazia elogios a Getúlio Vargas, fosse porque ambos defendiam um projeto político nacionalista, fosse porque seu governo foi o primeiro que demonstrou sensibilidade para o “problema do negro”, acatando algumas reivindicações que a entidade lhe apresentou.²⁵

Todavia, a postura ordeira não dirimia as desconfianças que pairavam sobre a FNB. A Delegacia de Ordem Política e Social (Deops), por exemplo, realizava um trabalho permanente de vigilância sobre ela. Seus agentes policiais se infiltravam na entidade e redigiam relatórios periódicos das suas atividades:

Ilmo Sr. Dr. Delegado de Ordem Política

Dos investigadores 32 a 252

Cumpre-nos comunicar-vos que na sede da “Frente Negra Brasileira”, realizou-se ontem, à noite, uma sessão comemorativa à data da abolição da escravatura.

Com a presença [de] avultado número de sócios, a sessão foi aberta às 22 horas pelo presidente da F.N.B., Sr. Justiniano Costa, que em seguida passou a palavra ao Sr. Francisco Lucrécio, secretário geral.

Em seguida falou o Sr. Arlindo Veiga dos Santos, que discorreu sobre o valor do negro livre, citando fatos históricos alusivos à extinção da escravatura negra no Brasil.

Nessa reunião foram inaugurados também os retratos de Luís Gama e Henrique Dias. Falaram ainda alguns membros de menor destaque, sendo os discursos entremeados de números literários.

A sessão foi encerrada a uma hora da madrugada, sendo em seguida iniciado um programa recreativo. Em, 14/05/1937.²⁶

Na realidade, a própria Frente Negra colaborava com o regime de repressão política do Governo Vargas. Para transmitir uma imagem de “pacífica e ordeira”, ou seja, de que era uma entidade insuspeita, freqüentemente comunicava e/ou pedia autorização ao Deops para a realização de uma série de eventos, como foi o caso do ofício assinado pelo seu Secretário-Geral, Isaltino Veiga dos Santos, em 8 de maio de 1933:

Exmo. Sr. Dr. Armando Franco Soares Caiuby – D. E. Delegado da Ordem Social

A Frente Negra Brasileira, por intermédio da sua comissão de Propaganda fará realizar no dia 11 do corrente, no salão da Liga Lombarda, situado no Largo de São Paulo nº. 18, uma importante reunião pública, na qual serão expostos os trabalhos desta agremiação no curto lapso de tempo de sua existência.

Assim sendo a F.N.B. sente-se orgulhosa em convidar V. Excia, para a referida reunião. Esperando merecer a honra de sua aquiescência ao nosso convite, subscrevemo-nos, com a mais elevada estima e distinta consideração.

Pela Frente Brasileira.²⁷

Devido à sua projeção e ao descaso dos partidos políticos tradicionais para a “questão racial”, a Frente Negra transformou-se em partido político em 1936. Do ponto de vista

ideológico, a entidade defendia um projeto autoritário e nacionalista.²⁸ Arlindo Veiga dos Santos – o primeiro presidente da FNB –, por exemplo, era radicalmente contrário à democracia e constantemente fazia apologia do fascismo europeu. E não era apenas Arlindo Veiga dos Santos que demonstrava afinidade com os regimes autoritários em ascensão na Europa, sobretudo o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha; muitos líderes negros vinculados à Frente Negra faziam declarações públicas favoráveis a esses regimes. Chegou-se, inclusive, a elogiar a invasão da Etiópia pela Itália de Mussolini.²⁹

Em 1937, com a instauração da ditadura do Estado Novo, a Frente Negra Brasileira, assim como todos os partidos políticos, foi extinta. Na verdade, a antiga entidade foi obrigada a mudar seu caráter, transformando-se na União Negra Brasileira, que sobreviveu por aproximadamente um ano. O fechamento da Frente Negra causou uma sensação de frustração no movimento negro em São Paulo.

*Teatro Experimental do Negro (1944-68):
o precursor do movimento da negritude no Brasil*

Já o Teatro Experimental do Negro (TEN) foi fundado no Rio de Janeiro, em 1944, no quadro político marcado pela crise e fim do Estado Novo. Essa conjuntura foi caracterizada pelo espírito renovador e democratizante do país, a qual se refletia nas novas experiências culturais e intelectuais. Para seus fundadores (Abdias do Nascimento, Aguiinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves), o TEN significou um ato de protesto pela ausência do negro nos palcos brasileiros. Havia uma tradição, nos espetáculos teatrais, de pintar o ator branco de preto para representar personagens negros.³⁰ Assim, a proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, dedicado a encenar peças nas quais esses atores pudessem revelar todo seu potencial artístico. O aparecimento público do TEN, porém, foi marcado por críticas dos setores mais conservadores da sociedade, como foi o caso do jornal *O Globo*, que em seu editorial intitulado “Teatro negro”, alinhavava:

Uma corrente defensora da cultura nacional e do desenvolvimento da cena brasileira está propagando e sagrando a idéia da formação de um teatro de negros, na ilusão de que nos advenham daí maiores vantagens para a arte e desenvolvimento do espírito nacional. É evidente que semelhante lembrança não deve merecer o aplauso das figuras de responsabilidade, no encaminhamento dessas questões, visto não haver nada entre nós que justifique essas distinções entre cena de brancos e cenas de negros.

[...] Sem preconceitos, sem estigmas, misturados e em fusão nos cadinhos de todos os sangues, estamos construindo a nacionalidade e afirmando a raça de amanhã.³¹

Apesar das resistências de alguns setores da opinião pública, o TEN conseguiu agitar, pelo menos por uma década, a cena teatral do Rio de Janeiro, bem como “conseguiu,

em grande parte de sua produção, construir uma linguagem dramática alternativa”.³² A estréia nos palcos aconteceu no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia 8 de maio de 1945, com a peça *O Imperador Jones*, do consagrado dramaturgo norte-americano Eugene O’Neill, Prêmio Nobel da Literatura. O grupo só conseguiu apresentar-se no prestigiado Teatro Municipal devido à intervenção do presidente Getúlio Vargas. Durante um encontro do presidente com a classe teatral, Abdias do Nascimento teria feito um discurso denunciando o Teatro Municipal de “fortaleza do racismo”. Sensibilizado, Getúlio Vargas deu ordens que permitiram a apresentação do TEN no local.³³ Já no ano de 1946, um grupo inspirado no TEN foi fundado em São Paulo, e várias peças foram montadas, dentre as quais destacaram-se *O Cavalo e o Santo e Filha Moça*, de Augusto Boal, *João sem Terra*, de Hermilo Borba Filho e *O Mulato*, de Langston Hughes.

Com o tempo, o TEN não se restringiu a desenvolver atividades culturais, pois adquiriu uma dimensão mais ampla de atuação no campo político e social.³⁴ Ainda em 1948, iniciou a publicação do jornal *Quilombo*, que funcionava como veículo de divulgação das idéias do grupo. Por isso, estampava em diversos números um programa que visava *Trabalhar pela valorização do negro brasileiro em todos os setores social, cultural, educacional, político, econômico e artístico*. Para atingir esses objetivos, o *Quilombo* propõe-se:

- 1 - Colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural, conforme nos ensinam a teologia, a filosofia e a ciência;
- 2 - Esclarecer ao negro de que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constitui motivo para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso;
- 3 - Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares;
- 4 - Combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição;
- 5 - Pleitear para que seja previsto e definido o crime da discriminação racial e de cor em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados de Norte-América e na Constituição Cubana de 1910.³⁵

O programa citado possui algumas reivindicações que eram avançadas para a época. Um exemplo disso é o ponto três do programa, o qual evoca a implementação de políticas de “ações afirmativas” em benefício da população negra na área da educação. O princípio básico de tais políticas era exigir que o Estado brasileiro garantisse a igualdade racial, compensando um grupo específico aliado do progresso educacional. Já o ponto quinto

do programa era uma reivindicação a favor da criação de uma lei que tornasse o racismo crime previsto no código penal, nos moldes como transcorria em alguns países (como EUA e Cuba).

Colocado a serviço da luta cotidiana, o jornal *Quilombo* frequentemente fazia denúncias de discriminação racial, como nos casos de casas beneficentes, de caridade e orfanatos, que exigiam das pessoas “a cor branca” como pré-requisito para serem atendidas. Da mesma maneira, algumas instituições de ensino foram repudiadas, pois não aceitavam a matrícula de estudantes negros.³⁶

O jornal manteve diálogo com algumas personalidades africanas e afro-americanas de prestígio no movimento negro internacional, como Langston Hughes, Alioune Diop, Katherine Dunham, George Schuyler e Ralph Buche; trocou correspondência com o periódico *Présence Africaine* em Paris e Dakar.³⁷ No *Quilombo* de janeiro de 1950, na sua sessão Cartas, publicou-se uma carta da África: “De Luanda, escreve-nos o leitor Thomé Agostinho da Neves, advogado e jornalista, felicitando-nos pela orientação deste jornal”. Nesse mesmo número, o jornal traduziu uma matéria que foi publicada no jornal estadunidense *The Pittsburgh Courier*, de 24 de setembro de 1949. Intitulada “Quilombo nos Estados Unidos”, era assinada por George Schuyler: “Aos colégios negros e escolas superiores onde existem cursos de línguas latinas, eu desejo concitar que assinem esse destacado periódico Negro, como um auxílio aos seus estudantes”.³⁸

Em 1949, ocorreu uma dissidência no TEN. Descontentes com a orientação artística do grupo, Haroldo Costa e outros integrantes resolveram criar uma nova companhia teatral, denominada primeiramente Grupo dos Novos, em seguida, Teatro Folclórico Brasileiro.³⁹ Nesse mesmo ano, o TEN criou o Instituto Nacional do Negro (INN), um departamento de estudo e pesquisa sob a coordenação do sociólogo Guerreiro Ramos. No ano seguinte, em 1950, foi implementado mais um novo projeto: “O Instituto Nacional do Negro, que é o departamento de pesquisas e estudos do Teatro Experimental do Negro, inaugurou no 19 de janeiro o seu novo órgão, o Seminário de Grupoterapia”.⁴⁰

O escopo dos seminários de *grupoterapia* era habilitar pessoas capazes de organizar grupos de teatro voltado para a conscientização racial e eliminação dos complexos emocionais da “gente de cor” nos morros, terreiros e associações específicas, utilizando o psicodrama – um método terapêutico que produz efeitos catárticos no indivíduo.

Uma outra preocupação do TEN era de promover a denúncia dos “equivocos e da alienação dos estudos sobre o afro-brasileiro”.⁴¹ O intuito era fazer com que o negro deixasse a condição de objeto e passasse a ser sujeito dinâmico desses estudos. Mais ainda: que as tradicionais abordagens “antropológicas e folcloristas” (típicas dos Congressos Afro-Brasileiros do Recife, em 1934, e da Bahia, em 1937) fossem substituídas por pes-

quisas engajadas na busca de soluções para o “problema do negro”. Nessa perspectiva, o TEN colaborou com a Convenção Nacional do Negro, em 1945, em São Paulo, e, em 1946, no Rio de Janeiro (tendo como uma das principais resoluções aprovadas a defesa de uma legislação antidiscriminatória), e organizou os seguintes eventos: a Conferência Nacional do Negro, em 1949; o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950 (reunindo intelectuais do naipe de Edson Carneiro, Darcy Ribeiro e Roger Bastide), e a Semana do Negro, em 1955.⁴²

Ainda em 1950, o TEN articulou a candidatura de Abdias do Nascimento para as eleições municipais no Rio de Janeiro, o que foi suficiente para provocar reação do jornal *O Globo* que, mais uma vez, condenava a iniciativa dos descendentes de africanos:

De algum tempo para cá, vem-se constituindo correntes preocupadas em dar aos negros uma situação à parte. Com isso procura-se dividir, sem resultados louváveis. Teatro negro, jornal dos negros, clubes dos negros... Mas isso é imitação pura e simples, de efeitos perniciosos. Agora já se fala mesmo em candidatos ao pleito de outubro. Pode-se imaginar um movimento pior e mais danoso ao espírito indiscutível da nossa formação democrática? Vale a pena combatê-lo, desde logo, sem prejuízo dos direitos que os homens de cor reclamam e nunca lhe foram recusados. Do contrário, em vez de preconceitos de brancos termos, paradoxalmente, preconceitos de pretos.⁴³

Essa foi a fase mais importante do grupo, quando adquiriu sede própria, fundou o Museu do Negro,⁴⁴ encenou algumas montagens nos grandes teatros do Rio de Janeiro e realizou concursos de beleza. Uma das iniciativas de maior repercussão foram os concursos para a eleição da “Rainha das Mulatas” e da “Boneca de Pixe”, que tinham como objetivo:

[...] proporcionar às mulheres negras uma oportunidade de se projetarem socialmente, de se valorizarem através dessa demonstração pública, em grande estilo, dos seus predicados, de suas virtudes, da sua vivacidade mental, graça, elegância e, sobretudo, de sua integração no que há de mais categorizado em matéria social.⁴⁵

Portanto, o objetivo desses concursos era valorizar a beleza da mulher negra e denunciar o racismo dos tradicionais concursos de misses que aconteciam no país. A iniciativa fez relativo sucesso no meio negro. Em 1968, a entrega do prêmio “Rainha das Mulatas” contou com a presença de Henri Senghor, embaixador do Senegal e sobrinho do Presidente daquele país, Léopold Senghor, uma das principais lideranças do movimento internacional da *negritude*.

Cumprido salientar que as mulheres tiveram importância na organização da luta antirracista levada a cabo pelo TEN, nas diversas esferas de atuação. Entre os primeiros quadros da entidade, encontravam-se Arinda Serafim, Marina Gonçalves e Ruth de Souza. O jornal *Quilombo* reservava uma coluna específica, intitulada “Fala Mulher”, cuja articulista,

Maria Nascimento, procurava ser porta-voz dos anseios da mulher negra. De acordo com Nascimento, o TEN impulsionou, a partir de 1950, a construção de duas organizações com recorte de gênero: a Associação das Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional das Mulheres Negras. Esta última desenvolvia um trabalho educacional (com cursos infantis de dança, canto, música e teatro de bonecos, jardim de infância, cursos de alfabetização, curso de corte e costura, tricô, bordado e datilografia) e assistencialista, “ajudando a comunidade negra na solução de problemas básicos, como a obtenção de certidões de nascimento, carteiras de trabalho e serviços jurídicos”.⁴⁶

Em 1955, o TEN promoveu um concurso de artes plásticas sobre o tema Cristo Negro, o que provocou repercussão na grande imprensa. *O Jornal do Brasil*, em editorial de 26 de junho de 1955, manifestava sua indignação ante a proposta do evento: “Essa exposição que anuncia deveria ser proibida como altamente subversiva. As autoridades eclesiásticas devem, quanto antes, tomar providências para impedir a realização desse atentado feito à Religião e às Artes”.⁴⁷

Em 1961, o TEN publicou a antologia *Dramas para Negros e Prólogo para Brancos*, com nove peças escritas, fundamentalmente, para desenvolver uma dramaturgia negra no país. A antologia incluía as seguintes peças: *O Filho Pródigo*, de Lúcio Cardoso, *O Castigo de Oxalá*, de Romeu Crusoé, *Auto da Noiva*, de Rosário Fusco, *Sortilégio*, de Abdias do Nascimento, *Além do Rio*, de Agostinho Olavo, *Filhos de Santo*, de José de Moraes Pinho, *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro, *Anjo Negro*, de Néelson Rodrigues e *O Emparedado*, de Tasso de Silveira. O TEN foi o primeiro movimento cultural a incursionar no desenvolvimento de uma estética dramática centrada na vida do negro brasileiro.

O grupo desenvolveu suas atividades no bojo do movimento internacional da *negritude*, que alimentava ideologicamente a crescente mobilização dos negros da diáspora e do continente africano, quer nos protestos a favor dos direitos civis dos afro-americanos nos EUA, quer nas lutas pela libertação nacional dos povos africanos após a Segunda Guerra Mundial. Adaptada ao contexto brasileiro, a ideologia da *negritude* significou a afirmação de um novo referencial cultural. Em entrevista concedida a Christine Douxami,⁴⁸ Abdias do Nascimento argumenta que, naquele período, trocava correspondência com um dos principais ativistas do movimento da *negritude* que morava em Paris, Alioune Diop, também fundador de um teatro negro naquela cidade e um dos criadores da revista *Présence Africaine*.

Já na década de 1950, o TEN deu os primeiros sinais de crise. Após a instauração da ditadura militar, em 1964, a crise foi intensificada. Apesar das dificuldades, ainda foi possível levar a cabo um projeto pedagógico: o Museu de Arte Negra. Nessa época, o grupo foi censurado e acusado de pregar o conflito racial. Resultado: foi praticamente extinto. Em

1968, seu principal dirigente, Abdias do Nascimento, partiu para o auto-exílio nos Estados Unidos da América, semanas antes da promulgação do Ato Institucional nº. 5(AI-5).

O contradiscurso de resistência da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro

Nessa segunda etapa de nosso escrito, a pretensão é fazer uma perfunctória análise de discurso da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro, mediante uma amostragem de textos que expresse qualitativamente o pensamento e os dilemas das duas entidades. Seguiremos as sugestões metodológicas de Maria Luiza Tucci Carneiro, para quem “o estudo do discurso pode nos fornecer condições de penetrar na consciência dos homens, explicar suas condutas e as relações que mantém com os demais grupos sociais e étnicos. A linguagem nos revela os papéis assumidos, transformando-se em forma de representação mental”.⁴⁹ Aplicaremos tal abordagem, inicialmente, nos discursos produzidos pelas lideranças da Frente Negra Brasileira. O primeiro texto a ser examinado é um editorial do jornal *A Voz da Raça*. Chamado “Preocupação de proteger a estrangeiros”, tinha como postulado básico a xenofobia e a defesa do trabalhador negro:

Prolifera desastrosamente no Brasil, especialmente nesta terra de São Paulo uma doença grave: a mania de proteger exageradamente o estrangeiro.

Parece que, quando se levanta uma campanha de saneamento nacional contra “hóspedes” imorais, exploradores, ladrões, anarquistas, comunistas, logo a preocupação dos jornais é defender os bandidos, os ladrões, os indesejáveis que enchem a nossa Terra, que tão feliz era quando não havia tanto explorador, tanto sem vergonha, tantos desmoralizadores dos nossos costumes, tantos anarquizadores de nossa religião.

Vêm aqui, estrangeiros, arrogam-se direitos iguais aos nossos, metem-se na política nacional como filhos da terra, fazem atos reprováveis, criticam-nos em seus jornais, dizem desaforos contra nós dentro de nossa casa, mandam reportagens desaforadas para a sua terra, cospem no prato em que comem.

Em São Paulo, há uma infinidade de negros desempregados: os lugares são ocupados por estrangeiros. Há patrões e chefes de obras, estrangeiros que, sistematicamente, não contratam operários brasileiros, sobretudo se são operários negros.

Casas estrangeiras há aqui que despedem empregados nacionais e mandam buscar no exterior “patrícios” para encrencar as nossas vidas. Agora, por exemplo, estamos sendo invadidos pelos judeus.

Outras empresas estrangeiras, pagam menos ao nacional que ao seu “patrício”, as vezes solene cavalhada... [...] Por que não sindicam o Srs. Deputados a situação do trabalhador nacional? Do negro, por exemplo... Por que não se ergue uma voz dos nossos “representantes” contra as injustiças que o negro sofre continuamente?! [...]

Vá o “gangster” a sua terra, e escreva as impressões “maravilhosas” sobre o Brasil, como quase todos... sobre este país de “negros imbecis”, como disse há pouco um francês.

Talvez um dia o brasileiro, com tanta lição, deixará de sentimentalismos a favor de piratas estrangeiros.⁵⁰

O editorial é uma denúncia do quadro de exclusão social do negro em São Paulo no pós-Abolição, pretensamente desencadeado com a entrada em massa de estrangeiros no início do século XX. O discurso xenófobo tem como um dos eixos centrais fabricar uma imagem negativa e estereotipada do estrangeiro, o qual é rotulado de pirata e *gangster*. Pelas próprias palavras que nomeia o artigo, havia uma “preocupação de proteger estrangeiros”, que, supostamente, cuspiam no prato que comiam, discriminando uma das matrizes da nacionalidade: a “população de cor”. Nesse cenário, os imigrantes seriam preconceituosos e estariam desqualificando os negros em sua própria terra. Não deixa de ser exalada uma certa dose de anti-semitismo contra os judeus, que estariam, da mesma maneira, invadindo o país.

Ao contrário do que acontecia com os imigrantes europeus, não havia políticas públicas em benefício da “gente negra”. Pelo discurso do colonista, o patronato estrangeiro “sistematicamente” repelia o trabalhador nacional – sobretudo o negro. No seu lugar, empregava-se o compatriota europeu, contribuindo, dessa maneira, para agravar o drama de milhares de patrícios desempregados. Por esse prisma, o negro não estava despreparado ante os novos desafios profissionais do sistema ocupacional paulista no início do século XX, assim como não era nenhum vagabundo indolente. O clima retratado é quase conspiratório. O artigo leva a pensar que a marginalização do trabalhador negro não se operou por sua livre e espontânea vontade individual, porém foi obra de uma política mais geral de contratação de mão-de-obra fundada no banimento do ex-escravo e de seus descendentes. Em outras palavras, a população de descendentes de africanos não foi culpada pelo seu estado de exclusão, mas vítima de práticas discriminatórias no emergente mercado de trabalho livre.

Já no artigo batizado de “Basta de exploração!!!”, Arlindo Veiga dos Santos expõe a posição autoritária da Frente Negra, indicando de que maneira o regime nazista devia ser um exemplo a ser seguido pelo Brasil, em matéria de projeto nacional de política racial:

Que nos importa que Hitler não queira, na sua terra, o sangue negro? Isso mostra unicamente que a Alemanha Nova se orgulha da sua raça. Nós também, nós Brasileiros, temos RAÇA. Não queremos saber de ariano. QUEREMOS O BRASILEIRO NEGRO E MESTIÇO que nunca traiu nem trairá a Nação.

Nós somos contra a importação do sangue estrangeiro que vem somente atrapalhar a vida do Brasil, a unidade da nossa Pátria, da nossa raça, da nossa Língua.

Hitler afirma a raça alemã. Nós afirmamos a Raça Brasileira, sobretudo no seu elemento mais forte: O NEGRO BRASILEIRO.

Arlindo Veiga dos Santos, Resposta a um boletim lançado pela canalha anarquista-comunista-socialista, que obedece aos patrões judeus e estrangeiros. Frentenegrinos! Negros em geral! A postos contra a onda estrangeira, que, além de vir tomar o nosso trabalho, ainda quer dominar, por um regime iníquo e bandalho, o Brasil dos nossos avós.⁵¹

O discurso de Arlindo Veiga dos Santos é uma declaração de princípio, marcado por um nacionalismo fundamentalista. Para o primeiro presidente da Frente Negra, não importava os meios, mas apenas os fins do nazismo: a valorização racial da Alemanha. Por isso, era irrelevante se Hitler conduzia a Alemanha por métodos racistas, pois a aversão ao “sangue negro” era interpretada como uma medida de orgulho patriótico, um gesto nacionalista, que visava, exclusivamente, proteger a raça (termo que também é empregado como sinônimo de povo) ariana. O projeto nacional do regime nazista era concebido de maneira tão positiva que, nós, brasileiros, deveríamos seguir o mesmo exemplo e aplicá-lo em nosso país, pelo menos no que dizia respeito à sua ideologia racial, ou seja, tínhamos que ter uma postura anti-semita, xenófoba, sermos refratários aos “arianos” e à entrada dos imigrantes – que colocavam em risco a unidade nacional e racial do país. Implantando um projeto nacional nos moldes nazistas conseguiríamos valorizar o autêntico brasileiro, o negro ou mestiço. Em suma, só com uma política nazista afirmaríamos a verdadeira raça brasileira, “sobretudo no seu elemento mais forte: o negro”.

Desta vez, Arlindo Veiga dos Santos utiliza-se do simbolismo da linguagem poética para protestar contra o estado de abandono e penúria que passou a viver a população negra em São Paulo no pós-Abolição. Na sua avaliação, o branco, seja nacional ou estrangeiro, era o principal responsável desse processo. A poesia, denominada “Fala de Negro Velho”, é narrada em primeira pessoa por um ancião – provavelmente ex-escravo –, que sente na pele todos os infortúnios derivados da marginalização:

Sabem quem sou? Negro-velho!
Negro-Velho não tem nome.
Antigamente fui tudo...
Agora! O Negro nem come!
[...]
Sou Negro-Velho do eito
Num tempo de mais carinho,
Havia trabalho certo
e era certo o feijãozinho.
Quando hoje eu passo na rua,
Ninguém me conhece mais;
Veio outra gente de longe
que hoje são os maiores.
Apanhei muito em meu tempo,
mas apanhei de patricio;
Hoje, patricio e estrangeiro
de me xingar têm o vício.

“Olha o negro!” escuto sempre a
minha inútil passagem.

Ninguém sabe quem eu sou...
E saber... pra que vantagem?
[...]
Negro-Velho sem serviço
Vive “cavando” ano inteiro.
Todos dizem: Não há mais
serviço pra Brasileiro!
Pra isso que tanto sangue
derramei no Paraguai!
E quanto negro morreu
sem soluçar nem um ai!
[...]
Quando me olham com desprezo,
ao Negro-Velho capanga, sinto uma
gana danada de me enfiar em
pandenga.
[...]
Era pra isso a promessa?
Para isso o sacrifício?
Pra isso, da minha Gente
Tanto, tanto desperdício?
[...]
Quero ver a gente antiga:
Preto e branco juntamente.
O branco de hoje – não presta!
E o preto – não é mais gente!
Meu coração, vendo tudo,
para o perdão já não dá!
E o negro-Novo, orgulhoso,
no futuro o que fará?!...
Sabem quem sou? – Negro-Velho!
Negro-Velho não tem nome
Fiz tudo pelo Brasil.
Agora? – Morro de fome.⁵²

A tônica da poesia é a linguagem metafórica. Ambientada no contexto do pós-Abolição, conta a saga de um “Negro-Velho” desprovido de nome. Nesse sentido, podemos inferir que se trata de um sujeito sem identidade ou de uma identidade perdida. Narrado em primeira pessoa, “Negro-Velho” personifica o eu coletivo, simbolizando o drama de um segmento racial. A crítica é sarcástica: antes, o negro seria o principal agente de trabalho e produtor de riqueza do país; depois “nem come”.

Pela ótica de Arlindo Veiga dos Santos, o negro tinha trabalho e o “feijãozinho” na época da escravidão; depois, tornou-se um ser invisível e esquecido. Para agravar a situação do “Negro-Velho”, o “patrício” branco teria se aliado ao imigrante para atacá-lo.

O resultado é que o “homem de cor” tornou-se um desvalido. O “branco” do contexto pós-escravidão “não presta”. Por isso, “Negro-Velho” sentia-se ludibriado e revoltado. Ludibriado porque, em que pese tanto sacrifício desinteressado pela nação, passara a ser vítima da discriminação do patronato, que não contratava o autêntico “brasileiro”: o próprio negro. E revoltado porque já não era mais tratado como “gente”.

Mas, no final, “Negro-Velho” reage, assumindo que já não é mais possível perdoar tanta injustiça, tanto sofrimento. E esse gesto de tomada de consciência – ainda que simbólico – é revelador, pois acena para o surgimento, na década de 1930, do “negro-Novo”, um negro nacionalista, com orgulho racial, espírito competitivo e adaptado ao estilo urbano de vida.

A citação seguinte é uma resposta à campanha ideológica de desmoralização movida contra a FNB: “a fundação da ‘Frente Negra Brasileira’ contribuirá não para separação de raças, mas para educar os seus próprios elementos envergonhados de sua origem, demonstrando-lhes que ter o sangue africano não é vilipêndio”.⁵³ A Frente Negra tinha um discurso conciliatório de combate ao racismo. Entretanto, era acusada por setores das elites, desde sua fundação, de insuflar o ódio racial, de promover o “racismo às avessas” e até mesmo de apregoar a separação entre as raças. Para evitar essa pecha, a entidade tinha uma preocupação permanente de responder aos ataques da opinião pública, fazendo um discurso em que se ressaltava, de um lado, a proposta assimilacionista e, de outro, o trabalho pedagógico de resgate da auto-estima do negro, conscientizando-o de que ter “sangue africano” não era “vilipêndio”.

O fragmento de texto seguinte foi um panfleto, escrito mais uma vez por Arlindo Veiga dos Santos. Distribuído “em mãos” para os filiados da Frente Negra, tinha a intenção de conscientizá-los sobre a posição nacionalista da entidade. O título que empresta nome ao texto, “Meus Irmãos Negros! Viva a Raça!”, já indicava para quem era endereçado o discurso:

Não vos submetais aos que vos querem vender qual mercadoria fácil e indefesa. Somos hoje, graças a Deus, independentes e livres dentro da nova ordem de coisas estabelecida pela Revolução de Outubro.

Quando demos apoio à Ditadura, ao Exército Nacional na pessoa do Sr. General Góes Monteiro e quando apoiamos o programa do Clube 3 de Outubro, não foi para sermos de novo escravos como desejam alguns que nos querem coarctar a liberdade, que nos querem vender aos interesses particulares: foi porque vimos que a Nação estava ameaçada pela voracidade dos partidistas ambiciosos, dos separatistas e bairristas e também dos internacionalistas, inimigos da Unidade da Pátria que é em suma parte obra dos Nossos Avós Africanos e Bugres, inimigos esses que acodem pelo nome nefando e criminoso de comunistas, quase todos estrangeiros, cujo jugo altivo e violentamente repetimos, quer se escondam sob o manto de “salvadores” dos operários cosmopolitas, quer ser esgarcem sob o título suspeito de amigos de lutas... de classes.⁵⁴

O título do panfleto também era um jargão usado para a construção do orgulho racial. O panfleto exorta os fretenegrinos a não se passarem por mercadoria “fácil e indefesa”, pois, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, em 1930 (apontada pela metáfora “Revolução de Outubro”), teria se instaurado uma “nova ordem”, asseguradora da independência e liberdade. Arlindo Veiga dos Santos explica que o apoio da Frente Negra ao governo de Vargas era um gesto nacionalista, porque a nação – construída por negros e índios, sobretudo – estava ameaçada naquele instante por “partidistas, separatistas e bairristas”, além dos “criminosos” comunistas. Aliás, os comunistas são retratados como estrangeiros oportunistas que, a despeito de se apresentarem pelo manto de “salvadores dos operários” ou “amigos de luta”, seriam, na verdade, inimigos da “unidade da pátria”, da suposta comunhão nacional.

O próximo texto é um manifesto político, denominado “Frente Negra Brasileira”. Escrito por Isaltino Veiga dos Santos, foi publicado no *Diário da Noite*, jornal de ampla circulação nos meios populares em São Paulo. O uso de metáforas e hipérboles é uma constante. A visão maniqueísta segundo o qual o grupo étnico branco atentava contra a população negra pautava praticamente toda a argumentação:

Patrícios negros – intelectuais, operários, soldados e marinheiros – Alerta- Assistimos aos “patriotismos” dos representantes da mentalidade exploradora liberal-democrática falida e desmoralizada, as arruaças dos filhos da burguesia cheia de preconceitos e plutocracia, escravizadora dos nossos grandes avós e hoje aliada aos filhos inadaptados dos imigrantes, aliada aos estrangeiros de todas as procedências que nos exploraram, exploram e sopram paulistino caricato e estomacal.

Nós os negros, que mais sofremos no passado em virtude das ações infames dos pais dos “patriotas” que se mancomunaram com os perrepés por ódio a liberdade e que se uniram ao imigrante estrangeiro branco contra nós – nós negros, sejamos sempre fiéis ao nosso Brasil, obra gloriosa de nossos pais e avós, como sempre temos sido.

Nós negros é que em grande parte fizemos a riqueza econômica de São Paulo e do Brasil, riqueza sólida agrícola que não estava penhorada no prego. Nos que defendemos o Brasil nas guerras e revoluções, e na guerra de Independência e nos campos do Paraguai estávamos na proporção de 75 (setenta e cinco) por cento! Nós que temos padecido é que mais podemos falar! Nós que, com nossos irmãos cafusos e bugres, fomos a força das Bandeiras! Por isso Patrícios, somos os mais responsáveis pelo Brasil único e indiviso, que em suma, parte é obra nossa.

Nós negros temos de amar a nossa Obra! Nós não podemos trair o nosso Brasil! Traição façam os “patrícios” e o estrangeiro desleal que só quer comer e “fazer América”. Negros intelectuais, operários, soldados e marinheiros! Estejamos alerta contra os que se enriqueceram a nossa custa com o suor do nosso rosto, e agora, aliados aos estrangeiros e semi-estrangeiros bancam mártires.

Negros! De pé pelo Brasil e pela raça! Somos brasileiros! Só brasileiros!

Sejamos dignos dos nossos avós – Grande Conselho da Frente Negra Brasileira.⁵⁵

Nesse manifesto, publicado pelo *Diário da Noite*, o primeiro ponto a ser destacado é que o discurso de Isaltino Veiga dos Santos é dirigido aos negros inseridos socialmente – intelectuais, operários, soldados e marinheiros – e não aos desvalidos, ou seja, aos párias da ordem vigente. Um segundo aspecto importante são os ataques desferidos contra o liberalismo e a democracia. Pelo discurso do Secretário Geral da Frente Negra, a única saída capaz de colocar ordem na pátria e garantir o progresso da nação seria a implantação de um projeto político autenticamente nacionalista, com viés autoritário. Só assim seria possível eliminar a ameaça representada pela união da burguesia brasileira com os imigrantes. Segundo Isaltino Veiga dos Santos, a burguesia brasileira era provida de uma mentalidade escravizadora; já seus aliados “estrangeiros de toda procedência” não passavam de exploradores.

Fica patente a produção de uma imagem negativa dos imigrantes e da burguesia brasileira que, por sinal, é considerada preconceituosa. O negro estaria sendo alvo de um plano desleal, porém deveria continuar manifestando seu orgulho nacionalista. Afinal, além de produtores históricos da riqueza econômica, teria sempre defendido o Brasil no campo de batalha, participado das míticas Bandeiras; ele foi o principal responsável “pelo Brasil único e indiviso”. O negro seria mais brasileiro do que qualquer outro segmento étnico branco. Por isso, devia continuar amando o país e não traí-lo, como os “patrícios” brancos alienados e o imigrante oportunista.

Ainda é possível fazer três observações de relevância: primeira, a evocação de um passado mítico: “sejamos dignos dos nossos avós”. Como herdeiros dos escravos, os negros deveriam trabalhar com ardor e sacrifício em prol da construção da riqueza deste país. Segunda observação, a negação da ancestralidade africana: “– somos brasileiros! Só brasileiros!”. Essa exclamação sinaliza como o movimento negro naquele instante era nacionalista e não tinha um discurso afrocentrista. O “homem de cor” tinha que se considerar apenas brasileiro e não afro-brasileiro, devendo, portanto, desvencilhar-se de sua herança africana. Terceira observação, o discurso de Isaltino Veiga dos Santos leva a pensar que os negros eram os agentes mais capazes (ou autênticos) para redimir todos os males e desvios da nação. Daí a convocatória de conotação salvacionista no final do manifesto: “Negros! De pé pelo Brasil e pela raça!”.

O discurso de resistência do Teatro Experimental do Negro (TEN)

Nesta seção, vamos continuar efetuando o mesmo exercício interpretativo, doravante, centrado nos discursos proferidos pelo Teatro Experimental do Negro. O primeiro documento a ser perscrutado é um fragmento de texto escrito por Guerreiro Ramos, um dos principais pensadores do grupo e cuja produção intelectual referente à “questão racial” in-

fluenciou um setor do movimento negro no Rio de Janeiro. Neste artigo, Guerreiro Ramos não só aponta as causas, mas propõe pretensas soluções para superar a marginalização do negro na sociedade brasileira do pós-Abolição:

A condição jurídica de cidadão livre dada ao negro foi um avanço, sem dúvida. Mas um avanço puramente simbólico, abstrato. Sócio-culturalmente, aquela condição não se configurou; de um lado porque a estrutura de dominação da sociedade brasileira não se alterou; de outro lado, porque a massa juridicamente liberta estava psicologicamente despreparada para assumir as funções da cidadania.

Assim para que o processo de libertação desta massa se positive é necessário reeducá-la e criar as condições sociais e econômicas para que esta reeducação se efetive. A simples reeducação desta massa desacompanhada de correlata transformação da realidade sócio-cultural representa a criação de situações marginais dentro da sociedade.

É necessário instalar na sociedade brasileira mecanismos integrativos de capilaridade social capazes de dar função e posição adequada aos elementos da massa de cor que se adestrarem nos estilos de nossas classes dominantes.⁵⁶

O primeiro aspecto que consideramos digno de nota é que Guerreiro Ramos sempre se refere ao negro como “massa”, como se fosse um povo amorfo, manobrável e desprovido de contradições. Esse termo é empregado quatro vezes em três parágrafos do artigo. O segundo ponto a ser salientado é que Guerreiro Ramos avalia, pelo menos no plano do discurso, que a “massa” negra egressa da escravidão era psicologicamente despreparada e precisava ser reeducada. No entanto, não se indica como seria empiricamente operado esse processo. A “reeducação” do negro é um clichê reiterado, assim como a defesa de “mecanismos integrativos de capilaridade social”. Capilaridade é uma palavra muito usada no sentido biológico, que remete à linguagem do corpo. O uso desse recurso é para demonstrar, simbolicamente, que o Brasil é um organismo deficiente ou incompleto, na medida em que não garantiu a efetiva integração social do negro no corpo da nação. Destarte, seria necessária uma intervenção cirúrgica para assegurar que “os elementos da massa de cor” se adestrem nos estilos de vida de “nossas classes dominantes”. Adestrar é um termo normalmente usado para se referir ao treinamento de animais irracionais. Porém, suspeitamos que não seja esse o significado que Guerreiro Ramos confere à palavra adestrar, mas sim no sentido de habilitar, preparar ou capacitar o negro a se tornar classe dominante. Por fim, é possível conjecturar que, no limite, o TEN tinha uma proposta fundada na mobilidade social e na formação de uma elite negra.

O discurso de resistência do TEN, em determinadas circunstâncias, tinha um caráter defensivo. Esse foi o caso do artigo escrito por Guerreiro Ramos, batizado de “O negro no Brasil e um exame de consciência”: “O Teatro Experimental do Negro é, no Brasil, a única instituição em seu gênero que encarna este espírito de conciliação. Ele não é uma semente e ódio. É uma entidade pela qual os homens de cor do Brasil manifestam sua

presença inteligente e alerta a um apelo do mundo”.⁵⁷ Esse excerto trata-se, na verdade, de uma resposta às consecutivas acusações de que o TEN estava querendo criar um problema que supostamente não existia no Brasil: o problema do racismo. Guerreiro Ramos faz questão de frisar que o TEN tinha um “espírito de conciliação”; logo, jamais seria capaz de plantar o ódio racial ou promover o “racismo às avessas”. Nessa concepção, o TEN seria, antes de tudo, um agrupamento criado “simplesmente” para marcar posição na sociedade, a fim de sensibilizá-la para a situação do negro. O intuito era evitar, de qualquer maneira, que o TEN ficasse estigmatizado negativamente junto à opinião pública.

O grupo tinha uma proposta ideológica a favor do orgulho racial. O artigo “Valorização do homem de cor” é uma evidência de que o agrupamento significava o despertar de uma nova era, tendo como eixo central o protagonismo negro no país:

A nossa luta tem sido toda ela dirigida num único fito: a valorização do homem de cor do Brasil. Os racistas camuflados e os indiferentes “snobs” tudo têm feito para dificultar a nossa ação, seja com o pregão de que estamos querendo “criar um preconceito de cor”, seja negando a onda cada vez maior dos pretos brasileiros que já despertam para a grande caminhada em busca de novos horizontes, a procura de um clima de maior segurança e assistência social-econômica. A nossa luta, entretanto, não pára, jamais se deteve ou se deterá.

A princípio, eram apenas algumas vozes isoladas. Hoje milhares de negros, em todo o território nacional, despertam do marasmo a que se haviam entregado, olhando para o alto, procurando enxergar a luz da liberdade, liberdade da ignorância, da miséria, do analfabetismo, etc.

Esta consciência é hoje uma realidade, quando anos atrás representava apenas um sonho. O homem de cor do Brasil resolveu recuperar o tempo perdido. É a hora da descoberta das suas próprias forças e marcha para uma nova vida.

Antigamente, as conquistas do negro representavam casos isolados. Os próprios pretos que venciam na vida, renegavam a sua raça voltavam-lhe as costas e procuravam “embranquizar-se”. Isto, entretanto, pouco a pouco vai desaparecendo. Existe já uma disciplina, uma união, uma consciência de raça. O negro não é um ser inferior.

O homem de cor deste país já se apercebeu disto. De tanto martelarem aos seus ouvidos que era um tipo inferior, ele quase acreditou. E talvez se deixasse dominar não fora o brado de alerta que reuniu os negros idealistas desinteressados que pretendiam lutar – e lutaram – pela valorização dos seus semelhantes.⁵⁸

No início, o discurso tem um tom informativo, definindo o sentido da luta do TEN: “valorização do homem de cor do Brasil”. Aliás, “homem de cor” é o termo mais usado para designar o afro-brasileiro no artigo. Além de “homem de cor”, ainda são empregados os termos “preto” ou o próprio “negro”. Esse é um indicador de que não havia consenso sobre qual seria a melhor maneira de se referir aos afro-brasileiros ou afrodescendentes. É interessante notar como os racistas brasileiros são qualificados: “camuflados” e, mais indiretamente, “snobs”.

Com um sentido metafórico, o artigo caracteriza que estaria em marcha no país um movimento inovador de tomada de consciência dos “pretos brasileiros” no caminho da emancipação. Segundo essa visão, os negros mantiveram uma posição passiva e os ativistas eram vozes isoladas, mas, a partir do movimento encabeçado pelo TEN, “milhares de negros” estariam se levantando na busca da “luz da liberdade”, em prol da superação da “ignorância, da miséria, do analfabetismo, etc.”. Em outras palavras, a “população de cor” estaria, desde então, a caminho de uma nova era ou “nova vida”.

O movimento inovador também teria reflexo na mentalidade da “gente negra”. De acordo com essa concepção, o negro de antanho negava suas origens étnicas quando ascendia socialmente e procurava “embranquizar-se”; porém, com o trabalho do TEN, já estaria assumindo uma posição de se afirmar como ser que “não é inferior”. E isso só era possível graças ao idealismo da militância desinteressada, voluntarista, que exercia um papel de liderança ideológica da comunidade negra.

Denominado “Liberdade de Culto”, o próximo artigo foi publicado no jornal *Qui-lombo*. Escrito por Edson Carneiro, é uma denúncia do preconceito que existia contra as religiões de matriz africana no país. O texto demonstra que o discurso de intolerância racial também atingia o terreno religioso:

Nenhuma das liberdades civis tem sido tão impunemente desrespeitada, no Brasil, como a liberdade de culto.

Esse desrespeito a liberdade tão elementar atinge apenas as religiões chamadas inferiores. E, quanto mais inferiores, mais perseguidas. A Igreja Católica não se vê incomodada pelas autoridades policiais, ainda que interrompa o tráfego, numa cidade sem ruas como o Rio de Janeiro, com as suas morosas procissões. Nem as seitas protestantes. Outras religiões mais discretas, de menor número de aderentes, como a budista e a muçulmana, escapam somente porque a sua própria discricção as resguarda. Já as religiões mais populares, mais ao agrado da massa – o espiritismo e macumba – são vítimas quase cotidianas da influencia moralizadora – a depredação, as borrachadas e os bofetões – da polícia. De segunda a sábado, as folhas diárias, numa inconsciência criminosa dos perigos a que expõem todos os brasileiros, incitam a polícia a invadir esta ou aquela casa de culto, cobrindo de ridículo as cerimônias que ali se realizam. E ninguém se levanta em defesa do direito tão primário, que têm os responsáveis e os fregueses dessas casas, de dar expansão aos seus sentimentos religiosos como lhes parecer mais conveniente.⁵⁹

Como salientamos, o artigo é um discurso de denúncia de desqualificação das religiões de matriz africana no país. O interessante notar é que Edson Carneiro define as igrejas protestantes como seitas e não como religião. Já as religiões de menor inserção social são denominadas discretas, insinuando que as religiões “mais ao agrado da massa”, como a “macumba”, eram vistas como indiscretas.

No entender de Edson Carneiro, o poder público dispensava um tratamento diferenciado às religiões. A igreja católica organizava “procissões” que prejudicavam a vida

do cidadão nos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro e não era incomodada por autoridades policiais, ao passo que as religiões denominadas inferiores, sobretudo as espíritas, eram desprovidas de liberdade religiosa: eram desrespeitadas nos seus direitos mais elementares. As religiões espíritas eram geralmente (des)classificadas de baixo e alto espiritismo. Religião de origem européia, o espiritismo na versão kardecista era considerado alto espiritismo. Daí a relativa tolerância que desfrutariam. Já as religiões de matriz africana eram consideradas de baixo espiritismo, coisa do diabo ou magia negra, por isso sofreriam toda sorte de repressão “moralizadora” da polícia. No bojo da defesa da liberdade de manifestação religiosa e igualdade de tratamento para os cultos da “macumba”, Edson Carneiro ainda faz uma crítica ao descaso da opinião pública diante dos ataques sofridos pelas “religiões mais populares”.

Considerações finais

A Frente Negra Brasileira conseguiu unificar vários grupos e organizações existentes no meio negro em São Paulo. Realizou um trabalho de agitação, propaganda e mobilização dos “homens de cor” sem precedentes, e que jamais “alcançou paralelo em outras tentativas ulteriores”.⁶⁰ Além de ter causado impacto pedagógico, a fundação da FNB despertou nos descendentes de africanos uma consciência racial.⁶¹ A entidade contribuiu para criar o clima moral que iria produzir o surgimento do “novo negro”, caracterizado pelo espírito industrial, competitivo e adaptado ao estilo de vida urbano.⁶²

Já o Teatro Experimental do Negro colocou a arte a serviço da transformação da estrutura das relações raciais do país. Apesar de ser um agrupamento inserido no movimento negro, o TEN teve a perspicácia de entender que a luta anti-racista é uma tarefa de caráter democrático, tendo que ser travada pelo conjunto da sociedade brasileira. Daí a estratégia de capitalizar o apoio dos setores mais democráticos e comprometidos com as causas sociais. Com esse espírito, o agrupamento selou uma política de aliança com alguns artistas e intelectuais brancos, dentre os quais adquiriram proeminência Cacilda Becker, Bibi Ferreira, Maria Della Costa, Zibgniew Ziembinski, Carlos Drummond de Andrade, Austregésilo de Athayde, Florestan Fernandes, Roger Bastide e Roland Corbisier. A aliança ou solidariedade ativa de artistas e intelectuais brancos fez com que o projeto de combate ao racismo do TEN: primeiro, não caísse no sectarismo; segundo, tivesse maior representatividade; e, terceiro, adquirisse visibilidade para a sociedade mais abrangente.

A partir da amostragem de textos dos dirigentes da FNB e do TEN, constatamos que existem alguns elementos em comum. Primeiro, o discurso nacionalista de valorização do negro na qualidade de brasileiro e não de descendente de africano. Segundo, a denúncia

de restrições ou violações de direitos imposta ao negro na ordem republicana do país – os clamores contra a discriminação racial são uma constante. Terceiro, uma postura elitista das lideranças negras, com o uso de um discurso letrado, às vezes, intelectualizado e prolixo, incompatível com a realidade da “massa negra”. Quarto, em que pese o clima de revolta, o discurso dessas lideranças é ordeiro. O negro teria que atuar, antes de tudo, dentro da ordem estabelecida. Por fim, é possível identificar implicitamente nos textos a denúncia do branqueamento.

Já os elementos de divergência entre os dois agrupamentos também são múltiplos. A FNB configurou-se num movimento de penetração nas massas, em detrimento do TEN, que foi um agrupamento vanguardista. Do ponto de vista político, a FNB alinhava-se com os movimentos da direita autoritária da década de 1930, enquanto o TEN investia na aliança com as forças nacional-desenvolvidas do país, no período da república democrática (1945-1964). A FNB tinha um discurso mais assimilacionista dos valores culturais dominantes, ao passo que o TEN desenvolveu, ambigüamente, os germes do que mais tarde foi qualificado de multiculturalismo. Para entender essa última distinção, faz-se necessário tecer algumas considerações. A FNB compelia os negros a reagirem contra a discriminação racial no mercado de trabalho, na educação, na política, nos espaços de lazer, na rede de serviço, enfim, em todas as instâncias da sociedade civil. Entretanto, a reivindicação central era no sentido de assegurar a participação plena do negro na vida pública brasileira. Nessa fase, não se “questionava de forma sistemática as estruturas econômicas e socioculturais de dominação mais ampla, nem reclamava de forma direta uma identidade cultural específica”.⁶³ Por sua vez, o TEN engendrou a ideologia da *negritude*, sendo um dos principais legados para a luta do negro no Brasil. Conforme assinala Elisa L. do Nascimento, o “TEN marcou a vida cultural e política ao ‘colocar em cena’, tanto no âmbito do teatro como na sociedade de forma mais ampla, a identidade afro-brasileira”.⁶⁴

A insensibilidade das elites para aceitar democraticamente a autodeterminação étnica dos descendentes de africanos no país está registrada nos diversos ataques públicos sofridos contra a FNB e o TEN, quase sempre acusados da prática do racismo às avessas. No entanto, muitas dessas mesmas vozes das elites se silenciavam e, em alguns casos, compactuavam com o esforço em prol da preservação cultural de certos grupos étnicos europeus (como os alemães, italianos, espanhóis e portugueses).

A FNB e o TEN cooperaram para elevar a auto-estima dos descendentes de africanos, na medida em que impulsionaram seu espírito de solidariedade e união. Eles foram dois dos mais fulgurantes agrupamentos do movimento negro em suas respectivas épocas e marcaram a entrada desse movimento como força política organizada no concerto da nação. Finalmente, vale registrar que tanto a FNB como o TEN colocaram em xeque o mito

da democracia racial e, de certa maneira, conseguiram pautar nos meios de comunicação de massa e na agenda nacional o debate sobre o racismo à brasileira. A despeito do malogro, esses dois agrupamentos representaram mais um acúmulo de forças do protagonismo negro no país.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Doutor em História-USP e professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: petronio@usp.br

¹ *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan./1950, p. 5.

² Id., jan./1950, p. 9.

³ Uma razoável bibliografia já se ocupou da Frente Negra Brasileira. FERNANDES, F. e BASTIDE, R. abordaram diversos aspectos da entidade numa das pesquisas pioneiras, publicada sob o título de *Branços e negros em São Paulo*, 2 ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1959. FERNANDES, F. retomou a temática, fazendo uma análise mais aprofundada em *A integração do negro na sociedade de classes*, v. 2, São Paulo, Ática, 1978, pp. 1-115. Na nossa avaliação, entretanto, o estudo mais completo sobre a FNB foi realizado por PAHIM PINTO, R., e é intitulado *O Movimento Negro em São Paulo: Luta e Identidade*. São Paulo. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1993, pp. 87-124. FERRARA, M., em *A Imprensa Negra Paulista (1915-63)*. São Paulo, FFLCH-USP, 1986, pp. 63-80, aborda a história da FNB, mas sua pesquisa tem como mote central a análise do jornal da entidade, *A Voz da Raça*, no bojo da denominada “imprensa negra”. Já ANDREWS, G. R., em *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*, Bauru-SP, Edusc, 1998, pp. 228-41, resgata a história da FNB inserida no contexto de agitação política e polarização ideológica dos anos 30. HOFBAUER, A., em *Uma história de branqueamento ou o negro em questão.*, São Paulo. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1999, pp. 294-305, faz uma análise da FNB diante dos dilemas do movimento negro e da ideologia do branqueamento em São Paulo na primeira metade do século XX. GOMES DA SILVA, J. C., em *Os sub urbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo: cotidiano, lazer e cidadania (1900-1930)*. Campinas. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1990, pp. 162-180, investiga a FNB tendo como eixo o papel da “elite negra” sobre o conjunto da “população de cor”. Já BACELAR, J., em “A Frente Negra Brasileira na Bahia”, *Afro-Ásia*, n. 17. Salvador, 1996, pp. 73-85, reconstitui alguns aspectos da “delegação” baiana da FNB, por meio sobretudo da imprensa regular daquele Estado. Por fim, FÉLIX, M., que, em *As Práticas Político-Pedagógicas da Frente Negra Brasileira na Cidade de São Paulo (1931-1937)*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2001, faz um breve histórico dessa entidade negra, enfocando centralmente suas experiências no campo educacional.

⁴ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 04-11-1931, p. 12.

⁵ *A Voz da Raça*. São Paulo, 15-12-1934, p. 1.

⁶ Carta ao Chefe de Polícia. Prontuário 1538 (Frente Negra Brasileira), Arquivo do Deops/SP, Aesp.

⁷ MITCHELL, M., *Racial consciousness and the political attitudes and behavior of blacks in São Paulo*, Indiana. Doctor in Indiana University. Department of Political Science, 1977, p. 131.

⁸ FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3 ed. São Paulo, Ática, 1978, p. 59.

- ⁹ LARKIN, E. N. *O sortilégio da cor. Identidade afro-descendente no Brasil*. São Paulo. Tese de Doutorado. IP/SP, 2000, p. 201.
- ¹⁰ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo. 04-11-1931, p. 12.
- ¹¹ *A Voz da Raça*. São Paulo. 08-03-1933, p. 3.
- ¹² PAHIM, R. P. “A Frente Negra Brasileira”, *Cultura Vozes*, v. 90, n. 4. Petrópolis, RJ, 1996, p. 55.
- ¹³ “Encerraram-se solenemente a 30 de novembro as aulas dos cursos noturno, na sede social da FNB”. *A Voz da Raça*. São Paulo. 15-12-1934, p. 1.
- ¹⁴ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 18-07-1934, p. 6 e *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 28-08-1937, p. 11.
- ¹⁵ *A Voz da Raça*. São Paulo, 11-11-1933, p. 3.
- ¹⁶ Carta assinada por Isaltino Veiga dos Santos, 03-03-1932. Prontuário 1538 (Frente Negra Brasileira), Arquivo do Deops/SP, Aesp.
- ¹⁷ *A Voz da Raça*. São Paulo, 25-03-1933, p. 3.
- ¹⁸ Id., 18-03-1933, p. 1. Algumas pesquisas já examinaram, direta ou indiretamente, o jornal *A Voz da Raça*, dentre as quais destacam-se: BASTIDE, R., A imprensa negra do Estado de São Paulo. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1973, pp. 132-156; FERRARA, M. N. *A imprensa Negra Paulista (1915-1963)*. São Paulo, FFLCH-USP, 1986, e PAHIM PINTO R., em *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1993, e, finalmente, MOTTA, U. D., *Jornegro: um projeto de comunicação afro-brasileira*, São Bernardo do Campo, Dissertação de Mestrado, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1986, pp. 91-98.
- ¹⁹ *A Voz da Raça*. São Paulo, 25-03-1933, p. 2.
- ²⁰ Ibid.
- ²¹ FÉLIX, M. *As práticas político-pedagógicas da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937)*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2001, s/p.
- ²² LUCRÉCIO, F. apud BARBOSA, M. (org.). Frente Negra Brasileira: Depoimentos. São Paulo, *Quilombo*, 1998, p. 37.
- ²³ PAHIM, R. P. *O Movimento Negro em São Paulo*, op. cit., p. 91.
- ²⁴ *A Voz da Raça*. São Paulo. 18-03-1933, p. 3.
- ²⁵ PAHIM, op. cit., p. 145.
- ²⁶ “Comemorações de 13 de Maio”, Prontuário 1538 (Frente Negra Brasileira), Arquivo do Deops/SP, Aesp.
- ²⁷ Ofício s/n, Prontuário 1538 (Frente Negra Brasileira), Arquivo do Deops/SP, Aesp.
- ²⁸ “Neste gravíssimo momento histórico, dois grandes deveres incumbem aos negros briosos e esforçados, unidos num só bloco da Frente Negra Brasileira: a defesa da gente negra e a defesa da Pátria, porque uma e outra coisa andam juntas, para todos aqueles que não querem trair a Pátria por forma alguma de internacionalismo. A nação acima de tudo”. *A Voz da Raça*. São Paulo, 18-03-1933, p. 1.
- ²⁹ PAHIM, op. cit., p. 148.
- ³⁰ NASCIMENTO, A. do. Teatro negro no Brasil. Uma experiência sócio-racial, *Revista Civilização Brasileira*, n. 2, Caderno Especial, Rio de Janeiro, 1968, p. 194. O trabalho pioneiro a abordar o Teatro Experimental do Negro foi realizado por Ricardo Gaspar Muller, em *Identidade e cidadania: o Teatro*

Experimental do Negro, *Dionysos*, n. 28, Rio de Janeiro, 1988, pp. 11-52, versão corrigida da dissertação de mestrado homônima apresentada na FFCH/UFMG, em 1983. O artigo sustenta, fundamentalmente, que o TEN implementou um projeto de criação de uma elite de “cor”, que reivindicava ser a redentora do conjunto da população negra do país. Um outro trabalho considerado importante é o de NASCIMENTO, E. L., *O sortilégio da cor: Identidade afro-descendente no Brasil*, São Paulo, Tese de Doutorado, IP/USP, 2000, pp. 216-19 e 244-319. A autora realiza um resgate histórico e um balanço crítico do TEN nas diversas áreas de atuação: artístico-cultural, educacional, política e na sua contribuição para a construção da ideologia da *negritude* no Brasil. Ainda é possível fazer referência a três interessantes investigações. A primeira trata-se do artigo de MOTTA MAUÉS, M. A. da, denominado Entre o branqueamento e a negritude: o TEN e o debate da questão racial, *Dionysos*, n. 28, Rio de Janeiro, 1988, pp. 89-101, em que se abordam as contradições ideológicas e, em especial, a influência da ideologia do branqueamento no discurso do TEN. Já a segunda, encontra-se no livro de MARTINS, I. M., *A cena em sombras*, São Paulo, Perspectiva, 1995, que desenvolveu uma análise literária comparativa entre o Teatro Experimental do Negro, no Brasil e o teatro negro nos Estados Unidos. Finalmente, a terceira investigação, que é um tópico do artigo Teatro negro: a realidade de um sonho em sono, *Afro-Ásia*, n. 25-26. Salvador, 2001, pp. 313-363, de DOUXAMI, C. A autora esquadriña a proposta precursora de teatro negro encampado pelo TEN, valorizando seus aspectos estéticos.

³¹ *O Globo*. Rio de Janeiro. 17-10-1944.

³² MARTINS, op. cit., p. 81.

³³ DOUXAMI, op. cit., p. 318.

³⁴ Na realidade, desde sua fundação, em 1944, o TEN incidiu em outros domínios, como o educacional. No seu curso de alfabetização, Abdias do Nascimento estima que, aproximadamente, seiscentas pessoas se inscreveram. Ver NASCIMENTO, A. do, Teatro Experimental do Negro, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25, Brasília, 1997, p. 73.

³⁵ *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan., 1950, p. 3.

³⁶ Id., maio de 1949, p. 8.

³⁷ NASCIMENTO, op. cit., p. 214.

³⁸ *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan., 1950, p. 4.

³⁹ Segundo depoimento de Haroldo Costa para a revista *Dionysos*, o Teatro Folclórico Brasileiro tornou-se um pólo de atração cultural no seu início, logrando o apoio de várias pessoas, como Grande Otelo e Solano Trindade. Ver *Dionysos*, n. 28. Rio de Janeiro. 1988, pp. 143.

⁴⁰ *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan./1950, p. 6.

⁴¹ NASCIMENTO, Abdias do. “Teatro Negro no Brasil. Uma experiência sócio-racial”, *Revista Civilização Brasileira*, Caderno Especial. Rio de Janeiro, 1968, p. 198.

⁴² *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan., 1950, p. 9.

⁴³ *O Globo*. Rio de Janeiro, 13-04-1950, p. 1.

⁴⁴ “No dia 26 de janeiro, no 3º. andar da ABI, teve lugar a cerimônia de instalação do Museu do Negro, departamento do Instituto Nacional do Negro”. *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan., 1950, p. 11.

⁴⁵ *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan., 1950, p. 9.

⁴⁶ NASCIMENTO, op. cit., p. 263.

⁴⁷ Apud Abdias do Nascimento, *Quilombismo*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1980, p. 107.

- ⁴⁸ DOUXAMI, op. cit., p. 322.
- ⁴⁹ CARNEIRO, M. L. T. “O discurso da intolerância. Fontes para o estudo do racismo”. In: SAMPAIO, M. do C. (org.). *Fontes Históricas: abordagens e método*. Assis, Programa de Pós-graduação em História-Unesp. 1996.
- ⁵⁰ *A Voz da Raça*. São Paulo, 29-12-1934, p. 1.
- ⁵¹ Id. 09-12-1933, p. 1.
- ⁵² Id.. 11-05-1935, p. 1.
- ⁵³ Id., 20-05-1933, p. 4.
- ⁵⁴ Panfleto chamado “Meus irmãos negros! Viva a raça!”. São Paulo, 04-05-1932. Prontuário 1538 (Frente Negra Brasileira). Arquivo do Deops/SP. Aesp.
- ⁵⁵ “Frente Negra Brasileira”. *Diário da Noite*. São Paulo, 27-01-1932.
- ⁵⁶ RAMOS, G., “*O negro no Brasil e um exame de consciência*”. In: NASCIMENTO, A. do et alii (orgs.). *Relações de raça no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições Quilombo, 1950, p. 37.
- ⁵⁷ Ibid., p. 43.
- ⁵⁸ *Quilombo*. Rio de Janeiro, jan., 1950, p. 3.
- ⁵⁹ Id., jan., 1950, p. 7.
- ⁶⁰ FERNANDES, F. *A integração do negro...* op. cit., p. 46.
- ⁶¹ FERNANDES, “Efeitos do preconceito de cor”. In: FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger, *Branços e negros em São Paulo*. 2 ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1959, p. 228.
- ⁶² FERNANDES, *A integração do negro...* op. cit., p. 53.
- ⁶³ NASCIMENTO, *O sortilégio da cor...* op. cit., p. 205.
- ⁶⁴ Ibid., p. 242.

“DUPLICADOS CLAMORES” QUEIXAS E REBELIÕES NA AMAZÔNIA COLONIAL (SÉCULO XVII)

Rafael Chambouleyron*

Resumo

Este artigo examina duas revoltas ocorridas no antigo Estado do Maranhão, região que corresponde, aproximadamente, à atual Amazônia brasileira, em 1661 e 1684. Os dois levantes têm sido comumente analisados como revoltas antijesuíticas, uma vez que esses religiosos foram expulsos da região nas duas ocasiões. Entretanto, eles revelam, igualmente, as contradições da colonização e a percepção de uma boa parte da população portuguesa a respeito das políticas da Coroa para o desenvolvimento do Estado. Trata-se, assim, de entender as razões que alegaram e as crenças que fundamentaram e legitimaram sua revolta contra os religiosos da Companhia de Jesus e contra as autoridades coloniais.

Palavras-chave

Estado do Maranhão e Pará; Amazônia; século XVII; revoltas; queixas.

Abstract

This article focuses on two revolts that took place in the old State of Maranhão (which corresponds approximately to the modern Brazilian Amazon region), in 1661 and 1684. Both uprisings have been discussed by historiography primarily as anti-Jesuitical rebellions, since the Jesuits were then expelled from the State of Maranhão. However, they also reveal the contradictions of Portuguese colonization of the region, and the comprehension of part of the population about the role played by the Crown in the development of colonial Amazonia. One has then to understand which were the reasons and beliefs that justified the action against the Society of Jesus and colonial authorities.

Keywords

State of Maranhão and Pará; Amazonia; seventeenth century; rebellions; claims.

Em 1661 e 1684, duas revoltas abalaram as cidades de Belém do Pará e de São Luís do Maranhão. A primeira delas iniciou-se na cidade de São Luís e, pouco depois, espalhou-se para a capitania do Pará. A segunda, mais conhecida como “revolta de Beckman”, ocorreu somente em São Luís. No século XVII, juntamente com outras capitanias reais e de donatários, o Maranhão e o Pará compunham o Estado do Maranhão, criado nos anos 1620, que possuía uma administração separada e independente do Estado do Brasil. Compreendendo uma área que se aproxima da atual Amazônia brasileira, o Estado do Maranhão (ou, simplesmente, Maranhão, como aparece muitas vezes na documentação) se caracterizava por uma realidade singular em relação a outras partes da América portuguesa. Marcado pela importância da mão-de-obra indígena e por uma economia na qual se interconectavam atividades extrativas (principalmente a coleta das chamadas drogas do sertão) e a lavoura (sobretudo de açúcar, tabaco, cacau e farinha), o Maranhão teve, nos problemas de aquisição e controle dos trabalhadores indígenas – livres ou escravos –, uma constante fonte de problemas. Foi justamente em torno dessa grave questão que giraram os dois levantes dos moradores portugueses das duas principais capitanias do Estado do Maranhão.

As duas rebeliões compartilham elementos comuns, quanto aos grupos que delas participaram, quanto às razões invocadas por seus participantes para justificar a revolta, e quanto à forma que tomou o próprio ato de rebelião. Ambos os levantes revelam as contradições de uma sociedade diferente da zona açucareira, no atual Nordeste, ou das capitanias do Sul. Por outro lado, os dois motins permitem entender as formas por meio das quais os moradores de uma conquista ultramarina portuguesa legitimavam as suas pretensões e invocavam seus direitos ante a Coroa.

1661. Violências sacrílegas

A revolta de 1661 começou no dia do Espírito Santo, em São Luís, quando um grupo de moradores se dirigiu ao colégio jesuíta de Nossa Senhora da Luz, “assanhados todos como feras bravas”, nos dizeres do padre João Felipe Bettendorf, e expulsou os religiosos de suas celas, mantendo-os detidos na casa de um morador.¹ Uns dias antes, o povo da cidade e os vereadores haviam se reunido na Câmara, onde tinham obrigado o reitor do colégio, o padre irlandês Ricardo Carew a assinar um termo, no qual os padres aceitavam abdicar da jurisdição temporal que tinham sobre as aldeias de índios livres. Encurralados, tanto pela pressão dos vereadores, como pelo próprio “povo”, que se aglomerara em frente à Câmara, o padre Carew e seu companheiro, padre José Soares, decidiram finalmente firmar o documento. Pelo termo, os padres jesuítas, “desde logo para sempre”, acordavam “por si e por seus súditos” desistir “de todo o direito, domínio, pretensões e jurisdição que tinham ou tivessem que por mercê lhes era feita”.² Ao que parece, a população de

São Luís estava realmente enfurecida com os religiosos. Testemunha ocular dos acontecimentos, o ouvidor Diogo de Sousa e Meneses, em carta ao Conselho Ultramarino, relata que, por ocasião da ida dos dois religiosos à casa da Câmara, teria o “povo” lhes jogado “grande quantidade de pedradas”.³

Desse ponto em diante, pouco tardou para que a rebelião tomasse conta da cidade, mesmo que o governador, Dom Pedro de Melo, procurasse acalmar os ânimos. De qualquer modo, discorre o ouvidor Meneses num outro relato, eram todas medidas inúteis, pois os líderes do motim em nada obedeciam,

[...] chamando e juntando o povo os mais dos dias e em outros sem se juntar; com esta voz do povo fazem tudo quanto querem, mandando fazer requerimentos e passar ordens em nome do mesmo povo, dispondo como querem, assim no temporal como no espiritual.⁴

Em dois meses, a revolta se espalhou para a capitania do Pará. Domingos Fialho havia sido enviado pela Câmara do Maranhão para as capitanias do Pará, Gurupá e Gurupi (ou Caeté, uma capitania privada), para convencer o povo e as Câmaras. Em 17 ou 21 de julho (de acordo com diferentes autores), a população de Belém do Pará dirigiu-se ao colégio de Santo Alexandre, onde deteve o padre Antônio Vieira, superior das missões e o aprisionou, “tratando-o pelo caminho com muita descortesia”, segundo o padre Betten-dorf, na capela de São João Batista.⁵ Para Raymundo Cyríaco Alves da Cunha, humilhado e insultado, “quando caminhava do Colégio para sua prisão, um dos grandes da terra chegou-se a ele e perguntou-lhe: – Onde está agora, padre Antonio Vieira, a sua sabedoria e artes, se não sabe livrar-se deste conflito”.⁶

Na cidade de Belém, os rebeldes detiveram outros padres, porém, alguns deles conseguiram escapar, provavelmente ajudados por Pedro Dorsaes (procurador da Ordem), sua mulher e uma *tapanhuna* (africana), na casa dos quais haviam ficado inicialmente presos.⁷ Uma vez na prisão, o padre Vieira, principal alvo dos moradores, foi imediatamente enviado a São Luís, onde, “pela eloquência de suas vozes”, tentou reverter a sua terrível situação. Entretanto, tudo fora em vão, como escrevera Francisco Teixeira de Moraes algumas décadas após o motim, pois “entre as confusões de uma sedição e os estrondos de uma batalha [de] nada valem os tropos mais agudos nem os silogismos mais concludentes”.⁸ Na “cabeça” do Estado do Maranhão, segundo Antônio Baena, o governador Dom Pedro de Melo, “tivera o dissabor de ver chegar a aquela Cidade o Padre Vieira, fechado em um globo de homens armados”.⁹

Embarcado e mantido à força num patacho, o padre Vieira finalmente partiu para Lisboa, de onde nunca mais voltaria ao Maranhão, por ordem expressa de D. Afonso VI, que, em 1663, promulgava uma provisão que dispunha sobre a permanência dos missionários da Companhia de Jesus no Maranhão, reservando, no entanto, outra sorte ao famo-

so religioso: “Hei outrossim por bem, (...) que os ditos religiosos da Companhia possam continuar naquela missão, na forma que fica referido, exceto o padre Antônio Vieira, por não convir ao meu serviço, que torne àquele Estado”.¹⁰

A revolta do povo e Câmara de Belém não foi tão rápida, nem sucedeu tão imediatamente à dos moradores de São Luís, muito embora a Câmara de Belém, indubitavelmente, tenha contribuído para incitar os sucessos no Maranhão. Em seus *Anais históricos do Estado do Maranhão*, Bernardo Pereira de Berredo descreve os pormenores dessa lenta e tensa negociação entre os religiosos da Companhia e os moradores de Belém. O padre Vieira encontrava-se em viagem do Pará ao Maranhão, na baía de Cumã (atual Alcântara), quando, avisado por carta do governador da sedição em São Luís, resolve dirigir-se ao Gurupi – onde encontrara o apoio do Capitão-mor e dos moradores – e daí a Belém, “ver se posso de algum modo conservar esta parte do rebanho de Cristo, e confirmar os Índios, que com este caso se consideram já todos na antiga servidão e tirania”.¹¹ Esperava, assim, persuadir a Câmara a não aderir aos tumultos do povo do Maranhão, o que faria através de uma representação apresentada em 21 de junho de 1661, pelo reitor do Colégio de Santo Alexandre, padre Francisco Veloso, ao senado da Câmara, transcrita integralmente por Bernardo Pereira de Berredo.¹² Nesse texto, o padre Vieira explicava o perigo de se quebrar a paz, a lei e a ordem que, bem ou mal, ainda persistiam na capitania, principalmente, pelo castigo que não tardaria de chegar aos revoltosos – “ajuramentados contra a obediência das Leis e Ministros de Sua Majestade” – e pelo abalo que os tumultos poderiam provocar nas diversas

[...] nações de gentios, assim livres, como avassalados, ou inclinados ao serem; as quais, todas ao presente, pela comunicação dos missionários, e pela fama das novas leis de S.M., se acham na maior disposição, que nunca tiveram, para a quieta, e perpétua sujeição, que deles se deseja, crescendo cada dia novas almas à Igreja, e novos vassallos à Coroa; e é certo que com qualquer aceno de mudança, ou alteração do estado presente das coisas, fica tudo não só perdido, mas ainda desesperado, e impossibilitado para o diante, considerada a multidão, a qualidade, e a disposição natural das ditas nações, e a forma e condições com que se reduziram e se vão reduzindo.

O texto prossegue, descrevendo as pazes alcançadas pelos missionários e ameaçadas pelo tumulto em São Luís, como as que haviam sido realizadas com os nhengaíba (da Ilha Grande de Joanes), os índios da serra do Ibiapaba e potiguares. Enfim, conclui o padre Vieira:

[...] mas quando agora virem [os índios], que nem as leis, nem os padres se defendem a si, como crerão que os podem defender a eles? (...) Que crédito se dará já mais aos pregadores da fé? Que caso farão das palavras do rei, nem do juramento dos seus ministros? E finalmente fechada por esta via a porta do Evangelho, quem já mais a poderá abrir?

Assim, requeriam o padre Vieira e os demais religiosos à Câmara de Belém,

[...] que com os olhos postos somente em Deus, e em seu serviço, e na conta estreitíssima, que Vossas Mercês lhe hão de dar muito cedo, e com os corações muito limpos de qualquer defeito, ou

respeito particular, considerem todas, e cada uma das coisas, que neste papel se lhes representam, e acudam logo ao remédio de tantos, e tão irreparáveis danos, com o zelo, prontidão e eficácia que pede a qualidade deles.

Pedia, finalmente, que “o escândalo do Maranhão se restaure na opinião dos índios, e do mundo pelo exemplo do Pará”.¹³ A resposta da Câmara de Belém não tardou a chegar, pois, dois dias depois, os oficiais escreviam uma réplica, em que se prontificavam a “aquietar, pelo melhor modo possível, o povo desta Capitânia”, sem, no entanto, deixar de tocar em um ponto central do conflito entre moradores e religiosos: a questão do governo temporal dos índios que estava a cargo dos padres.¹⁴

Aparentemente, a Câmara de Belém não pretendia aderir à sedição, “estranhando muito aos da cidade de S. Luís os bárbaros excessos de sua loucura”, segundo Berredo, e jurando fidelidade ao governador.¹⁵ A evolução dos sucessos na capital do Estado, entretanto, teve um efeito devastador em Belém, e a Câmara não pôde conter a comoção do “povo”, que se levantou contra os padres; assim, segundo Antônio Baena, o “exemplo das turbulências da Capital do Estado” incendiaria o populacho de Belém, “a ponto de o fazer arredar da obediência”.¹⁶

Uma vez expulso o padre Vieira com mais alguns religiosos, os moradores de São Luís e Belém passaram à perseguição dos demais padres que se encontravam no Estado. Como alguns religiosos, às primeiras notícias do motim, haviam se escondido nos matos ou mesmo na fortaleza do Gurupá, onde encontraram o apoio de Paulo Martins Garro, os moradores organizaram expedições para prender e trazer os padres, a fim de embarcá-los para o reino, pois o “povo” pretendia expulsar os religiosos do Estado do Maranhão de uma vez por todas.

Apenas duas embarcações conseguiram mandar de volta à Europa os indesejáveis religiosos. A primeira fora um velho “sardineiro de Setúbal” em que estava preso o padre Vieira. Outras duas saíam somente em 1662, esperando a prisão dos padres que se encontravam no resto do Estado. Uma delas chegaria ao reino, a outra, “tornou a entrar com uma água aberta, que não podiam vencer a bombas”. Havia nela sete padres, que permaneceriam no Pará, graças à ação do recém-nomeado capitão-mor da capitania, Francisco de Seixas Pinto, que os recolheu a “uma casa particular com toda a decência”.¹⁷

O conflito terminou com a chegada do recém-nomeado governador, Rui Vaz de Siqueira, em março de 1662.¹⁸ Segundo um texto, atribuído pelo padre Serafim Leite ao padre Vieira, o novo governador

[...] conciliando primeiro, prudente e dissimuladamente, os ânimos dos moradores, e obrando em tudo conforme as ordens secretas que levava, para que se efetuasse melhor com menos estrondo o que tanto se desejava, tratou de restituir (como de fato restitui) os padres da Companhia a suas casas e missões.¹⁹

O governador tomou duas determinações ao chegar: concedeu perdão geral aos rebeldes e impediu a partida das naus que levavam os padres presos no Pará, com o objetivo de restituí-los a sua igreja na capitania do Maranhão, onde residia.²⁰ Em 1663, o rei confirmou o perdão e ordenou a Vaz de Siqueira que repreendesse os moradores, ameaçando-os com severas punições se de novo se levantassem. Mas a carta escrita pelo soberano ia além, pois reconhecia que a rebelião rebentara “por causa das vexações que padeciam [os portugueses], sobre a forma em que [os religiosos] administravam os índios desse Estado”.²¹ Essa carta prepararia o campo para uma outra lei, do mesmo dia, que revogava o poder temporal dos jesuítas sobre as aldeias, e, igualmente, confiava às demais ordens religiosas do Estado (e não somente aos jesuítas), a administração espiritual dos índios.²²

1684. O governo do povo

Na rebelião de 1684, o alvo dos moradores não eram somente os jesuítas, mas também a autoridade do próprio governador, que havia se instalado em Belém do Pará, e também um monopólio de comércio, conhecido como *estanco*, que havia sido estabelecido entre Coroa e comerciantes privados em 1682.

De acordo com um dos primeiros cronistas da revolta, Francisco Teixeira de Moraes, o líder do levante, o morador Manuel Beckman, teria planejado o motim juntando alguns moradores em seu engenho no Rio Mearim (na capitania do Maranhão), onde denunciara o estanco e as leis de 1680, que determinavam a total e irrestrita liberdade de todos os índios do Estado do Maranhão. Beckman teria sugerido, inclusive, que os moradores enviassem um procurador à Corte para apresentar as queixas dos moradores, entretanto, haviam chegado à conclusão que essa opção encontraria a resistência do governador, Francisco de Sá e Meneses, que então residia em Belém. Restava como única opção, segundo Teixeira de Moraes, negar a própria autoridade do governador.²³

Na véspera da procissão de Nosso Senhor dos Passos, convocando “o povo todo, até os mesmo clérigos, dos quais alguns iam bater às portas dos moradores da cidade”, relata o padre Bettendorf, os insurgentes se agruparam no convento dos franciscanos, por onde haviam entrado através de uma fenda.²⁴ No interior do templo, segundo Teixeira de Moraes, os rebeldes ouviram as palavras de Manuel Beckman, que insuflou os moradores contra o estanco, os jesuítas e lembrou a todos as misérias do Estado do Maranhão, por ele atribuídas à ausência do governador Sá e Meneses, que residia em Belém.²⁵ Após algumas hesitações, e encorajados pelo líder, narra Bernardo Pereira de Berredo, todos chegaram a um acordo, e então, “saiu pela brecha por onde tinha entrado o monstruoso corpo daquela desordem”.²⁶

Tomando a cidade de São Luís, os rebeldes dominaram a guardaram e passaram a controlar as casas do estanco. Uma vez no poder, formaram uma junta composta pelos procuradores dos Três Estados – nobreza (Manuel Beckman e Eugênio Ribeiro Maranhão), o clero (o vigário-geral Inácio da Fonseca e o religioso carmelita Inácio da Assunção) e o povo (os *mecânicos* Francisco Dias Deiró e Belquior Gonçalves).²⁷ Um dia depois, Manuel Beckman e Eugênio Ribeiro Maranhão, “procuradores dos três estados do povo dela [cidade de São Luís]” foram à Câmara e declararam que os capitães João de Sousa de Castro e Manuel Coutinho e Tomás Beckman “governassem com os ditos oficiais da Câmara que ao presente são e adiante vierem”.²⁸

O novo governo decretou a abolição do estanco, a expulsão dos jesuítas, a deposição do capitão-mor e a negação da obediência ao governador. Depois da prisão do capitão-mor, a Câmara aceitou os termos da rebelião. Sobre os jesuítas, os rebeldes entregaram-lhes uma petição em que expressavam claramente os seus descontentamentos.

[...] porque de tudo VV.PP. são causa com as muitas vexações que o povo padece, causado do temporal, pois nunca VV.PP. com o espiritual quiseram ser contentes, sem terem um e outro poder: antes procuraram governar tudo e ter aos moradores sujeitos, como de administração, fazendo-se poderosos e temidos, com o seu suor, perseguindo-os com demandas injustas, procurando sempre que o povo os temesse por ricos e poderosos, do que os amasse por simples e caritativos, sem guardarem nesta parte termo nenhum.

Os amotinados pediam aos religiosos, “pelas chagas de Jesus Cristo”, que finalmente se fossem e nunca mais voltassem, para não alterar a paz conseguida com a revolta,

[...] pois nos termos presentes já nos consideramos livres e, com VV.PP. [nos sentimos] cativos e desprezados. E de todos os males que sucederem hão VV.PP. de ser a causa, e assim esperam que VV.PP. não imaginem tornar a este Estado, nem coisa sua em tempo nenhum do mundo nem da outra vida (se mais o podem encarecer) e fazendo-o, serão VV.PP. causa de muitas mortes e pecados.²⁹

Os padres foram finalmente expulsos em duas naus, no dia 26 de março, Domingo de Ramos. Segundo o padre Bettendorf, expulso nessa ocasião,

[...] saímos em procissão após o padre visitador Barnabé Soares, do padre Jódoco Peres, superior da missão, do vice-reitor Estevão Gandolphin, vinte e seis sujeitos em número, com as nossas vitoriosas palmas nas mãos até o portão do colégio, tocando entretanto o sino grande da Sé, como quem toca a fogo ou motim.³⁰

Um dos navios chegou a Pernambuco; o outro foi atacado por piratas, mas os padres conseguiram se salvar, chegando à capitania de Tapuitapera (Alcântara) e de lá passando ao Pará. O próximo passo dos revoltosos era convencer outras capitânicas do Estado a aderir à insurgência, ao mesmo tempo que se mandava um procurador à Corte negociar e explicar as razões da revolta (o escolhido foi Tomás Beckman).

As negociações com as Câmaras da Tapuitapera e do Pará fracassaram. Os conselheiros de Belém argumentavam que os remédios para as misérias do Estado, como as provo-

cadras pelo estanco e pelos jesuítas, deveriam ser buscados recorrendo-se ao governador. Mais ainda, defendiam que tudo deveria ser feito “com muita quietação, que sem ela não há liberdade que assim se lhe possa chamar”.³¹ Apesar de muitos discordarem do levante, e talvez até mesmo da expulsão dos jesuítas (essa pelo menos é a opinião de Bernardo Pereira de Berredo e de frei Francisco dos Prazeres), não há dúvida que as queixas dos moradores de São Luís ecoavam no resto do Estado.³² Em janeiro de 1685, por exemplo, quando São Luís ainda estava em poder dos revoltosos, o capitão-mor do Pará, Marçal Nunes da Costa, escrevia uma carta ao soberano, queixando-se das “misérias” que o povo do Pará sofria com a introdução do estanco (pela falta de navios) e pela proibição de escravização dos índios. Tratava-se, na verdade, de uma grave advertência ao rei: “quer Deus [...] a fúria destes moradores de se verem tão vexados, sem o comércio de navios e sem sertões abertos, a que não sigam a desesperação dos povos do Maranhão”.³³

Depois da tomada do poder da cidade, concordam os dois principais cronistas da revolta, a base de apoio do levante erodiu pouco a pouco.³⁴ Teixeira Moraes, que participou dos eventos, atribui esse declínio à personalidade do principal líder da revolta, Manuel Beckman, “espírito inquieto, extravagante e vário em seus ditames; já se ostentava sutil, astucioso e discursivo; já pouco menos que mentecapto; amigo de novidades, aborrecia o sossego, anelava a discórdia e sedição”.³⁵ Para esse autor, os principais vínculos que mantinham a sedição eram a tirania e poder de Beckman entre a população.

Mesmo que se trate de uma interpretação muito tendenciosa, escrita por alguém que não aderiu ao levante, a falta de resistência e o apoio da população à chegada do governador que tinha sido enviado para suprimir o levante – o que fez, aliás, sem conflitos – revelam a gradual desintegração da rebelião. Quinze meses após o início do levante, em maio de 1685, um navio transportando o novo governador, Gomes Freire de Andrade, chegou a São Luís. Freire de Andrade, decretava o rei, ia ao Maranhão “governar, compor e sossegar aqueles moradores que com pouca obediência se acham desunidos e alterados”.³⁶ Estava acompanhado do ouvidor Manuel Vaz Nunes, encarregado de devassar a rebelião, e de mais de cem soldados. A expedição estava dividida em duas naus, uma das quais se perdeu e só chegou ao Maranhão quando a revolta já fora debelada.³⁷

Poucos dias depois de seu desembarque, Gomes Freire de Andrade publicou uma indulgência real, pois muitos fugiam de São Luís por medo do castigo. Ordenou igualmente a prisão de Manuel Beckman e dos outros líderes da revolta. Todos acabaram sendo presos, exceto Francisco Dias Eiró. Em novembro de 1685, o ouvidor Vaz Nunes escrevia carta ao rei informando da execução de Manuel Beckman e Jorge de Sampaio de Carvalho, “que eram os dois mais culpados e poderosos da cidade”. Belquior Gonçalves foi açoitado pelas ruas, teve suas propriedades confiscadas e foi exilado por oito anos para o

Algarve. O fugitivo Francisco Dias Eiró não foi sentenciado pela falta de um testemunho e Tomás Beckman e Eugênio Ribeiro Maranhão foram enviados a Lisboa para serem lá processados, como o rei havia ordenado.³⁸ Sobre os dois clérigos envolvidos, Teixeira de Moraes afirma que frei Inácio da Assunção foi confinado ao seu convento e o padre Inácio da Fonseca perdeu sua paróquia e foi expulso da sua igreja.³⁹ Outras pessoas envolvidas no levante foram apenas multadas.

No final de 1685, a revolta estava terminada.

Justas e repetidas queixas

Se os alvos dos rebeldes eram os padres, a Companhia de Comércio e a autoridade do governador, devemos retomar uma pergunta sugerida por George Rudé, e indagar-nos sobre os “motivos e as idéias subjacentes às atividades dos rebeldes”.⁴⁰

Em primeiro lugar, os dois levantes não foram revolucionários, no sentido de que não contestavam a ordem estabelecida. Não se tratava de revolucionários, mas sim de “furiosos”, valendo-nos da expressão de Roland Mousnier.⁴¹ O máximo a que os insurgentes chegaram foi em 1684, quando negaram a autoridade do governador e depuseram o capitão-mor do Maranhão,

[...] em razão da opressão em que se via [o povo] – escreviam os revoltosos – assim por falta de governo e assistência dos governadores na cidade [São Luís], por residirem de anos a esta parte continuamente no Pará, sem ter quem os governasse e nem defendesse de qualquer invasão ou acontecimento que o inimigo fizesse a este Estado.⁴²

Como aponta acertadamente Murray Graeme MacNicoll, em relação à Revolta de Beckman, mas o mesmo vale para o levante de 1661, “não houve nenhuma séria tentativa de desafiar o controle de Dom Pedro II, ou mesmo o mínimo indício de organizar uma república”.⁴³

Em segundo lugar, as duas revoltas irromperam contra políticas específicas da Coroa. Por um lado, os dois levantes se opuseram ao controle dos índios livres confiados aos jesuítas pela Coroa. A lei de 1655 (inspirada pelo padre Vieira), complementada pelo regimento do governador do Maranhão (também de 1655), bem como a lei de 1680, determinavam que o controle dos índios livres, descidos do sertão, e que seriam repartidos pelos moradores contra salário, ficariam a cargo exclusivo dos padres jesuítas.⁴⁴ Esse controle por parte dos padres, denunciado como tirania pelos moradores, fora sem dúvida uma das mais fortes razões para os portugueses se revoltarem contra a Companhia de Jesus. Aliás, essa revolta não era novidade na América portuguesa. Na São Paulo da década de 1640, por razões muito semelhantes, os paulistas expulsaram os religiosos e impuseram a sua própria forma de controle da mão-de-obra indígena, denominada “administração parti-

cular”, que não passava de uma escravidão velada.⁴⁵ Em 1680, a Coroa fora além, pois também decretara a liberdade absoluta de todos os índios do Estado do Maranhão.⁴⁶

Além disso, em 1684, os moradores levantaram-se também contra o monopólio de comércio estabelecido pela Coroa e um grupo de comerciantes em 1682. A provisão real que determinara a entrada em vigor do contrato explicitava que o mesmo havia sido firmado, “mandando considerar os meios que poderão ser mais convenientes para a conservação e comércio do Estado do Maranhão, em utilidade de seus moradores”.⁴⁷ A Companhia de Comércio criada por esse assento tinha que garantir o abastecimento de escravos africanos (há que se lembrar que em 1680 se determinara a liberdade irrestrita dos índios) e prover os produtos do reino “que forem necessários àqueles moradores”. Os assentistas obrigavam-se também a desenvolver o cultivo das drogas como cacau, baunilha e outras. Em troca, o soberano proibia a todos os seus vassallos que comerciassem com o Estado do Maranhão, concedendo, então, exclusividade total à Companhia de Comércio (durante 20 anos).⁴⁸ Os abusos dos contratistas e o próprio fracasso em cumprir as metas acordadas, tanto a de escravos africanos como de produtos do reino, foram, pouco a pouco, minando os ânimos dos moradores de São Luís.

No caso da Revolta de Beckman, há que se chamar a atenção igualmente para um outro fator, que é a residência oficiosa que o governador tinha escolhido em Belém. Como vimos, os revoltosos de São Luís queixaram-se dessa situação, “tradição” estabelecida pelos governadores, pelo menos desde a década de 1670. Na verdade, somente em meados do século XVIII é que, oficialmente, a “cabeça” do Estado ficaria em Belém.

Ao ler as cartas e requerimentos dos revoltosos podem-se perceber basicamente três motivos usados para explicar os levantes. O primeiro deles é a “miséria”. De acordo com a Câmara de Belém, num escrito de 15 de janeiro de 1661, a capitania do Pará padecia de “grandes necessidades”, causadas pela falta de escravos. Essa representação está recheada de expressões como “miséria”, “estado o mais miserável”, “muitas e grandes necessidades”, “grande necessidade e misérias, com que se vive nesta capitania” e “miséria a que têm chegado os moradores desta capitania”.⁴⁹ Em 25 de fevereiro de 1684, num papel escrito pelos revoltosos, destacava-se a “opressão e tirania com que se viam vexados pelo estanque”.⁵⁰

Para os revoltosos de 1661 e de 1684, os jesuítas eram responsáveis justamente pela falta de escravos e de trabalhadores indígenas, em razão do controle que tinham, garantido pelas leis, não só sobre os índios livres das aldeias, mas igualmente sobre o exame da legitimidade dos índios escravizados pelos portugueses. Essa era uma percepção explicitamente apresentada pelos revoltosos. Pouco antes de a rebelião estourar em Belém, em 1661, a Câmara, respondendo a um requerimento dos religiosos, advertia que, se

estavam “satisfeitos da doutrina de VV.PP., e do cuidado com que procedem no espiritual das almas”, já haviam escrito ao rei, fazendo “queixa a S.M. do procedimento, com que V.P. [padre Vieira], e todos seus súditos procedem no governo temporal dos índios, com a jurisdição tão violenta, que têm posto esta capitania no mais miserável estado”.⁵¹

A Câmara de São Luís compartilhava da mesma idéia; tanto que numa representação ao governador, poucos dias antes do levante, os vereadores argumentavam que “de toda a denegação dos ditos índios e mais repartição resulta não haver lavouras de mantimento em abastança, nem os engenhos de açúcar se podem beneficiar pela dita falta de índios”. Essa era a razão porque pediam a imediata suspensão da administração temporal dos índios pelos padres jesuítas, “pelo grande prejuízo que na dita administração se segue assim aos povos como aos índios”.⁵²

Durante o levante de 1684, a idéia de “miséria” estava associada não só às leis que conferiam aos padres poder sobre os índios, mas igualmente ao estanco. Já vimos que na proposta feita um dia antes da revolta, os insurgentes enfatizavam a “opressão e tirania” do estanco. Após a supressão da revolta, o governador Gomes Freire de Andrade convocou as Câmaras de Belém e São Luís para discutir “o dano e prejuízo que se lhe seguia do dito contrato, e as conveniências que se podiam ter em se conservar ou extinguir”. De acordo com Freire de Andrade, as Câmaras recusaram qualquer tipo de contrato, um claro sinal que o estanco havia causado profunda oposição.⁵³ Um mês mais tarde, a Câmara de Belém escrevia ao rei, explicando-lhe que o contrato tinha sido “o instrumento mais cruel que teve esta conquista para de todo ficar arruinada e tão pobre”. Tão pobre havia ficado o Estado do Maranhão, que emendavam, poeticamente, “o tempo e a opressão o tem posto em tanta miséria, que se converteram as drogas tão ricas em lágrimas e queixas”.⁵⁴

Segundo os colonos, se a falta de escravos era causada pelo controle dos jesuítas sobre os trabalhadores indígenas livres e sobre os modos de escravização dos índios nos sertões, ela tinha suas raízes profundas na ambição dos religiosos. Esse é um segundo motivo recorrente. “Ambição” e “cobiça” eram termos usados tanto pelos padres como pelos rebeldes (e moradores em geral). Anos antes do motim de 1661, a Câmara de Belém se queixava, ao capitão-mor do Pará, que os jesuítas “se apossavam das aldeias e adquiriam para si todo o gentio, para suas negociações”; assim procedendo tomavam “a jurisdição dos religiosos de Santo Antônio”, aos quais os portugueses tinham “grande devoção e os índios de todas as nações grande fé neles”.⁵⁵ Alguns anos mais tarde, em 1657, novamente os vereadores do Pará se queixavam ao rei que os jesuítas tinham se tornado “senhores absolutos de todo o governo dos índios no temporal e espiritual”.⁵⁶ Pouco tempo antes do motim eclodir em Belém, a Câmara pedia ao padre Vieira para “não se mostrar avaro dos sertões”.⁵⁷ Tais queixas ecoavam na Corte; tanto é assim que, após o fim da revolta

de 1661, o Conselho Ultramarino escrevia um sumário das reclamações dos moradores, enfatizando o argumento da grande maioria dos portugueses, da “muita ambição” dos religiosos.⁵⁸

A ambição dos jesuítas era uma tópicum comum também em 1684. No documento oficial que registrou a expulsão dos padres de São Luís, “os procuradores e mestres do povo” lembraram aos jesuítas que “o povo os tem três vezes expulsado, sendo com esta duas vezes, com efeito, e como em outras partes pela cobiça de Vossas Paternidades”.⁵⁹ Após o fim da revolta, em outubro de 1685, os oficiais da Câmara de Belém se dirigiam a São Luís para, junto com os vereadores de São Luís, apresentar ao governador Freire de Andrade “os requerimentos necessários a nossa conservação”. Novamente, como se nada tivesse acontecido, queixavam-se dos jesuítas e seus poderes sobre os índios, razão pela qual se tinham tornado

[...] odiosos aos moradores do Estado, sendo que por todo o mais são muito venerados e estimados, nem haveria coisa de que os notar, se não fossem estes índios, mas como é o mal que a todos prejudica, todos o abominam, e assim será não só conveniente, mas necessário para o sossego e quietação dos vassallos de S.M. que moram neste Estado não se meterem os ditos padres com temporalidades, mas tratem somente (seguindo o espírito de seus santos patriarcas) do bem das almas, instruindo e doutrinando nos mistérios da fê não só aos índios, mas também aos brancos.⁶⁰

Meses antes, em janeiro do mesmo ano, com a capital tomada pelos revoltosos, os vereadores de Belém chegavam a sugerir ao rei que:

[...] com que para se evitarem tantas opressões como daqui se [causam], representamos a V.M. o muito que convém a seu real serviço e ao aumento deste Estado o serem excluídos os ditos padres da Companhia de toda ou qualquer temporalidade dos índios forros, tanto os da repartição, como todos os mais que estão avassalados, e só se ocupem no exercício espiritual e religioso, para que não falte a estes o pasto da alma, que é o em que se devem ocupar, com todo espírito de missionários, pois é o fim para que V.M. cá os mandou.⁶¹

Contra a *ambição* dos religiosos e falta de trabalhadores livres e escravos, os colonos continuamente se queixavam à Corte. E aqui está um último e fundamental motivo reiteradamente invocado pelos moradores. De fato, os revoltosos, bem como as Câmaras do Estado do Maranhão, protestavam que as suas queixas nunca eram ouvidas ou atendidas. Poucos meses depois de começada a rebelião, o próprio Conselho Ultramarino reconhecia “que o fundamento de sua desesperação (como eles o publicam e escrevem) não foi outro que não terem meio de a V.M. chegarem suas queixas e razões, [nem] por procuradores que a esta Corte mandaram, nem por cartas”.⁶² O procurador do Estado do Maranhão, enviado a Lisboa para justificar as razões da revolta, Jorge de Sampaio e Carvalho, implicado depois no levante de 1684 (e executado como líder), queixava-se pouco tempo depois que os papéis que havia trazido do Maranhão lhe haviam sido tomados, decorrência da influência política dos padres no reino. Quanto a isso, novamente o Conselho

Ultramarino aconselhava o rei que, dada a gravidade do assunto, era necessário sobre ele “tomar breve solução e tantas dilações como nele têm havido terem termo”.⁶³

Pouco depois de terminado o motim, numa carta escrita ao rei Dom Afonso VI, a Câmara de Belém, reconhecendo o excesso cometido durante o levantamento, explicava o mesmo acontecimento pelas muitas vezes que “havia clamado a Vossa Majestade (...) vendo que não se deferia a tão duplicados clamores, que por inteligência de particulares interesses não chegavam aos ouvidos de V.M.”.⁶⁴ Em 28 de abril de 1663, o Conselho Ultramarino explicava ao rei as razões invocadas pelos moradores para justificar a rebelião de 1661, dentre as quais destacava que:

[...] por lhes parecerem justificadas e repetidas [as queixas], vendo que o remédio delas se lhes dilatava, que era a resolução de Vossa Majestade (que esperavam) o tomaram para si aqueles povos, levantando-se contra os ditos padres, expulsando-os daquele Estado com largos capitulos de causas que para isso tiveram.⁶⁵

Não era outra a razão de, uma vez terminado o levante de 1661 em Belém e São Luís, e aceitos novamente os jesuítas no Estado (embora com jurisdições reduzidas), os vereadores da Câmara de São Luís explicarem ao rei os motivos que haviam justificado sua revolta, enfatizando que, como o remédio tardava muito em chegar,

[...] persuadindo-se que seria por lhos ocultarem os ditos religiosos e o outras muitas causas que neste meio tempo houve e os ditos religiosos deram, que a V.M. lhe [...] já presentes pelo procurador desta cidade Jorge de Sampaio e Carvalho (...) se resolveram em fazer o excesso de sua expulsão.⁶⁶

Era esse o sentido pelo qual, em novembro de 1685, apresentado a Dom Pedro II as suas queixas, em conjunto com a Câmara de São Luís, os oficiais da Câmara de Belém insistiam, “*de novo*, prostrados a esses reais pés, pedimos a V.M. remédio em tanto aperto”.⁶⁷

Se eram basicamente três os motivos que alegavam os revoltosos para se insurgir, indagar o porquê da revolta não é suficiente para entender os levantes populares. Nesse sentido, é preciso se perguntar quais crenças fundamentavam a ação dos revoltosos. Como acertadamente aponta George Rudé, o “espectro de idéias e crenças que sustenta a ação política e social” ou, em outras palavras, a “ideologia do protesto”.⁶⁸

Em primeiro lugar, era fundamental a idéia de que, sem escravos – especialmente indígenas – e trabalhadores livres índios, nada podia ser feito, e os moradores não poderiam sobreviver no Estado do Maranhão. Essas reclamações estavam intimamente vinculadas às discussões mais gerais sobre força de trabalho no Estado do Maranhão, incluindo aí os escravos africanos.⁶⁹ Em 1673, por exemplo, o Conselho Ultramarino relatava que os oficiais da Câmara de São Luís requeriam que a Coroa enviasse ao Estado do Maranhão escravos africanos, uma vez que, já que não se queria que se usasse “dos resgates de escravos do gentio natural”, deveria haver uma alternativa, “por se não poder viver sem eles”.⁷⁰

Os rebeldes de 1661 e 1684 queixavam-se dos padres jesuítas e das leis de 1655 e de 1680 pelas restrições impostas ao uso de escravos indígenas e trabalhadores índios livres. Um próximo aliado dos jesuítas, que inclusive os ajudou nas agruras de 1661, Manuel da Vide Soutomaior, definia a dependência dos portugueses em relação aos índios enfatizando que:

[...] os moradores e índios formam o corpo político neste Estado; ambos entre si vivem com o mesmo espírito por união e correspondência; e os males dos índios arruinam os moradores, que os hão de evitar como próprios; como também os males dos moradores são sem dúvida destruição dos índios e ainda da missão.⁷¹

A centralidade dos escravos e trabalhadores para a vida das colônias era algo que a própria Coroa e seus conselhos tinham como algo evidente. Pouco tempo depois de terminado o levante de 1684, quando se discutia a fundação de uma vila na fronteira oriental do Maranhão, o Conselho Ultramarino discutia os benefícios que poderiam ter os moradores do Maranhão que para lá se mudassem, lembrando que “era certo que sem escravos não poderiam fazer culturas, nem edificar casas”.⁷² No mesmo ano, uma junta convocada pelo rei para tratar dos problemas do Maranhão, discutia o problema dos cativos dos índios, deixando claro que o Estado do Maranhão era “uma conquista que deve ser invejada de muitos príncipes pelo que em si tem e pode dar, o que nunca será sem escravos naturais”.⁷³

Mais ainda, os moradores acreditavam ter o “direito” de escravizar indígenas e de ter total acesso à mão-de-obra livre. Esse “direito” era baseado em duas outras idéias. A primeira delas, muito clara no motim de 1661, era a de que os próprios moradores e seus antepassados haviam conquistado e ocupado o Maranhão para a coroa de Portugal. Respondendo ao padre Vieira em 15 de fevereiro de 1661, a Câmara de Belém lembrava que, no Maranhão, o rei tinha “tantos e tão leais vassallos (...) e que há tantos anos o estão servindo, derramando o seu sangue, e os seus antepassados passando muitas fomes em sujeitar os índios avassalados a Sua Majestade”.⁷⁴ Essa era a mesma razão pela qual, requerendo um perdão ao rei, os vereadores de Belém destacavam que:

[...] estes vassallos a sabem também merecer [a graça do perdão], como se tem visto nestas partes, onde têm estendido o império de V.M. e feito conhecer e venerar o seu nome a tantas nações de gentio, como também lançado por tantas vezes os holandeses desta costa, e desalojando-os do Cabo do Norte à custa do seu sangue e fazenda, sem nenhum dispêndio da de V.M., sendo esta uma fronteira de inimigos, assim de naturais como de estrangeiros, e fazendo publicar e adorar o nome de Deus a tanta gente, o que sem as suas armas fora impossível.⁷⁵

Esse tipo de legitimação era reforçado pela idéia de que os revoltosos agiam em nome do *povo*. Para Edward Thompson, quase todas as ações da multidão (no século XVIII inglês) foram legitimadas pela crença da defesa de direitos e costumes tradicionais

e pela convicção de que essa perspectiva era apoiada pela comunidade.⁷⁶ Justamente, em vários momentos o termo “povo” é citado pelos rebeldes. Falar em nome da maioria era, portanto, uma importante fonte de poder político.

Claramente, essa idéia de povo e comunidade estava vinculada ao papel dos *concelhos* municipais no Estado do Maranhão. As duas rebeliões tiveram apoio considerável nas Câmaras, mesmo que os vereadores não aderissem imediatamente aos levantamentos. A Câmara era também um importante instrumento político para negociar com as autoridades e a Coroa. No século XIX, o historiador maranhense João Francisco Lisboa argumentou que a consolidação do poder municipal no Maranhão consistira num processo de usurpação do poder por um grupo de aristocratas locais, cuja nobreza havia sido conseguida através das armas e lembrada em todas as ocasiões. Esse era, justamente, um dos principais argumentos dos rebeldes para legitimar suas ações e a necessidade de serem ouvidos pelo soberano.⁷⁷

Para Nuno Gonçalves Monteiro, a historiografia tem revisto a imagem ideal dos *concelhos*, defendida por autores como Alexandre Herculano, e tem insistido na importância dos poderes municipais ante a tendência centralizadora da monarquia. O reforço dessas instituições, por outro lado, foi paralelo ao avigoramento das oligarquias locais.⁷⁸ Durante a segunda metade do século XVII, ocorreram várias revoltas no império português. Para Luciano Figueiredo, a restauração da monarquia portuguesa, em 1640, após sessenta anos de sujeição à monarquia espanhola, alterou as bases das relações que estruturavam o poder real, fazendo com que os moradores se levantassem contra os danos causados pela excessiva centralização real.⁷⁹

As duas rebeliões devem ser entendidas no interior de um conjunto de ações promovidas pelos moradores portugueses do Estado do Maranhão para manifestar suas concepções de como devia ser efetuada a resolvida a colonização do Maranhão e do Pará. Muitas das queixas expressas de forma radical através das duas revoltas reproduziram-se também nos inúmeros pleitos, cartas e representações escritas pelos moradores da região ao longo de todo o século XVII. Como bem definiu o historiador “luso-paraense” João Lúcio de Azevedo, “a rebelião dos colonos maranhenses era como que a cristalização de seus anelos, tantas vezes formulados em queixas constantes e atos de violência repetidos. Assim considerada, a comoção ganha maior vulto aos olhos do observador”⁸⁰.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Doutor pela Universidade de Cambridge. Professor do Departamento de História da UFPA. E-mail: rafaelch@ufpa.br

¹ BETTENDORF, J. F. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698]. Belém, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 166.

² Uma cópia do termo está incluída em *Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]*, Maranhão (Avulsos), caixa 4, doc. 436 (1661).

³ *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 4, doc. 435 (1661).

⁴ Uma cópia deste relato está incluída em *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 4, doc. 436 (1661).

⁵ BETTENDORF, op.cit., p. 177.

⁶ CUNHA, R. C. A. da. O Padre Antonio Viera no Pará. *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, tomo I (jan./jun. 1894), fasc. I e II, p. 57.

⁷ BETTENDORF, op.cit., p. 189.

⁸ MORAES, F. T. de. Relação histórica e política dos tumultos que sucederam na cidade de S. Luís do Maranhão [1692]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 40 (1877), p. 139.

⁹ BAENA, A. L. M.. *Compêndio das eras da Província do Pará* [1838]. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969, p. 78.

¹⁰ *Anais da Biblioteca Nacional [ABN]*, v. 66 (1948), p. 31 (12-09-1663).

¹¹ VIEIRA, A. “Ao rei D. Afonso VI”. Praias de Cumã, 21 de maio de 1661. *Cartas*. Coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997, v. I, p. 565.

¹² Para João Francisco Lisboa, entretanto, mais do que persuadir, essa carta revelava “o ardor belicoso de que o missionário se achava possuído, e o como estava resoluta a combater a todo transe”. LISBOA, J. F. *Vida do Padre Antônio Vieira*. São Paulo, W.M. Jackson, 1948, p. 375.

¹³ “[Representação do padre Antônio Vieira aos oficiais da Câmara de Belém]”. Belém, 21 de junho de 1661. Transcrita em BERREDO, B. P. de. *Anaes historicos do Estado do Maranhão, em que se dá noticia de seu descobrimento, e tudo o que mais nelle tem succedido desde em que foy descuberto até o de 1718* [1749]. Iquitos, CETA/Abya-Yala/IIAP, s.d., pp. 471, 473-74, 477 e 479, respectivamente.

¹⁴ “[Resposta da Câmara de Belém aos padres]”. Belém, 23 de junho de 1661. Transcrita em: BERREDO, op.cit., pp. 481-82. Para ALDEN, D., “a alegação de que a propalada prosperidade das ordens, especialmente a dos jesuítas, era responsável pela pobreza e miséria dos súditos do rei, veio a ser um estribilho comuníssimo, embora nunca satisfatoriamente documentado, nos memoriais e mensagens dos adversários dos jesuítas em épocas posteriores [séculos XVII e XVIII]”: “Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil”. In: KEITH, H. H. e EDWARDS, S. F. (orgs.). *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, p. 40.

¹⁵ BERREDO, op. cit., p. 483.

¹⁶ BAENA, op. cit., p. 76.

¹⁷ BERREDO, op. cit., p. 507 (os dois trechos).

¹⁸ Em novembro de 1661, o rei informava à Câmara de São Luís que tinha nomeado Vaz de Siqueira como novo governador e pedia-lhes que com ele estabelecessem boas relações. *AHU*, códice 275 (Cartas

Régias), f. 314v (8-11-1661).

¹⁹ VIEIRA, A. “[Relato da restituição dos jesuítas no Maranhão]”. [1662]. In: LEITE, S. (org.). *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, p. 314. As “ordens secretas” citadas pelo padre Vieira de fato parecem ter existido. Eram tão secretas que até mesmo o Conselho Ultramarino se queixava de nunca tê-las visto e requeria ao rei uma cópia delas. Ver *AHU*, códice 16 (Consultas Mistas), f. 57v (11-10-1662).

²⁰ Uma cópia do perdão geral (datado de 2 de junho de 1662) está transcrita em: BERREDO, op. cit., pp. 508-509.

²¹ *AHU*, códice 275 (Cartas Régias), f. 338v (12-09-1663).

²² *ABN*, v. 66 (1948), pp. 29-31 (12-09-1663).

²³ MORAES, op. cit., pp. 322-35.

²⁴ BETTENDORF, op. cit., p. 361.

²⁵ MORAES, op. cit., p. 127.

²⁶ BERREDO, op. cit., p. 594.

²⁷ Ver “Proposta que fizeram os procuradores do povo sobre o governo da cidade de São Luís do Maranhão pela privação que fizeram do governador Francisco de Sá e Menezes pelas razões abaixo declaradas”. São Luís, 25 de fevereiro de 1684. Transcrito em COUTINHO, M. *A revolta de Bequimão*. 2 edição. São Luís, Instituto Geia, 2004, pp. 199-200. A respeito desse ato, ver também BERREDO, op. cit., p. 597.

²⁸ “Nomeação que os seis comprometidos fizeram pelo povo e adjuntos no governo com os oficiais que de presente servem e adiante servirem”. 26 de fevereiro de 1684. Transcrito em COUTINHO, op. cit., p. 206.

²⁹ “Protesto e notificação aos P.P. p.^a sahirem fora do Estado do Mar.^o authenticico”. São Luís, 18 de março de 1684. *Biblioteca Pública de Évora [BPE]*, códice CXV/2-11, ff. 89-89v.

³⁰ BETTENDORF, op. cit., p. 370.

³¹ “[Resposta da Câmara de Belém]”. 8 de abril de 1684. Transcrita em BERREDO, op. cit., p. 603.

³² *Ibid.*, pp. 601-602; Prazeres, Francisco de Nossa Senhora dos. “Poranduba maranhense ou relação histórica da província do Maranhão” [1820s]. *Revista trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo 54, parte I (1891), p. 87.

³³ *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 236 (6-01-1685).

³⁴ É claro que havia pressões “externas”, como a que fazia, seguramente, o governador. De fato, em novembro de 1684, Francisco de Sá e Menezes escrevia ao padre Diogo Gomes, pedindo-lhe ajuda para que encorajasse os moradores que no íntimo se opunham ao governo rebelde. *Biblioteca da Ajuda*, códice 51-V-44, f. 193 (17-01-1684).

³⁵ MORAES, op. cit., p. 316.

³⁶ *IAN/TT*, Conselho Ultramarino, Decretos, livro 1, f. 88 (16-01-1685).

³⁷ Assim conta o próprio Gomes Freire de Andrade em carta ao rei. *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 6, doc. 721 (1685).

³⁸ *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 6, doc. 730 (1685). Sobre a ordem do rei, ver: *AHU*, códice 274 (Consultas do Maranhão), ff. 45-45v (12-02-1686).

³⁹ MORAES, op. cit., p. 402.

- ⁴⁰ RUDÉ, G. *The crowd in history. A study in popular disturbances in France and England, 1730-1848*. Revised edition. Londres, Lawrence and Wishart, 1981, p. 11.
- ⁴¹ MOUSNIER, R. *Fureurs paysannes. Les paysans dans les révoltes du XVII^e siècle (France, Russie, Chine)*. Paris, Ealman-Lévy, 1967, p. 343.
- ⁴² “Proposta que fizeram os procuradores do povo sobre o governo da cidade de São Luís do Maranhão pela privação que fizeram do governador Francisco de Sá e Menezes pelas razões abaixo declaradas”. São Luís, 25 de fevereiro de 1684. Transcrito em COUTINHO, op. cit., pp. 199-200.
- ⁴³ MACNICOLL, M. G. Seventeenth-Century Maranhão: Beckman’s revolt. *Estudos Ibero-americanos*, v. 4, n^o 1 (jul. 1978), p. 138.
- ⁴⁴ Ver *ABN*, v. 66 (1948), pp. 25-28 (9-04-1655); *Annaes do Archivo e Bibliotheca do Pará*, tomo I (1902), pp. 25-46 (14-04-1655 – regimento do governador); *ABN*, v. 66 (1948), pp. 51-56 (1-04-1680).
- ⁴⁵ Sobre essa questão, ver MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, pp. 129-53; e AMBIRES, J. D. *Os jesuítas e a administração dos índios por particulares em São Paulo, no último quartel do século XVII*. São Paulo. Dissertação de Mestrado (Literatura Brasileira). Universidade de São Paulo, 2000.
- ⁴⁶ Ver *ABN*, v. 66 (1948), pp. 57-59 (1-04-1680).
- ⁴⁷ *AHU*, códice 268 (Cartas para o Maranhão), f. 32 (24-03-1682).
- ⁴⁸ *AHU*, códice 296 (Contratos Reais), ff. 42v-44v (12-02-1682).
- ⁴⁹ “[Representação da Câmara de Belém ao padre Vieira]”. 15 de janeiro de 1661. Transcrita em: BERREDO, op. cit., pp. 448-50.
- ⁵⁰ “Proposta que fizeram os procuradores do povo sobre o governo da cidade de São Luís do Maranhão pela privação que fizeram do governador Francisco de Sá e Menezes pelas razões abaixo declaradas”. São Luís, 25 de fevereiro de 1684. Transcrito em COUTINHO, op. cit., p. 200.
- ⁵¹ “[Resposta da Câmara de Belém aos padres]”. Belém, 23 de junho de 1661. Transcrita em: BERREDO, op. cit., p. 482.
- ⁵² Uma cópia desse requerimento está incluída em *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 4, doc. 436 (1661).
- ⁵³ *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 6, doc. 726 (1685).
- ⁵⁴ *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 252 (1685).
- ⁵⁵ “Requerim.¹⁰ que fizeraõ os officiaes da Camara do Pará, p.^a q. os p.^{es} não fossẽ aos Tocantins a descer e praticar os Indios. Ano d. 1653”. 14 de dezembro de 1653. *BPE*, códice CXV/2-11, f. 64-64v.
- ⁵⁶ *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 2, doc. 106 (1657).
- ⁵⁷ “[Resposta da Câmara de Belém aos padre Vieira]”. Belém, 15 de fevereiro de 1661. Transcrita em BERREDO, op.cit., p. 458.
- ⁵⁸ *AHU*, códice 16 (Consultas Mistas), f. 73v (28-04-1663).
- ⁵⁹ “Protesto e notificação aos P.P. p.^a sahirem fora do Estado do Mar.³⁰ authenticico”. São Luís, 18 de março de 1684. *BPE*, códice CXV/2-11, f. 89v.
- ⁶⁰ O requerimento da Câmara de Belém (São Luís, 2 de outubro de 1685) está incluído em: *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 253 (1685).
- ⁶¹ *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 240 (1685).

- ⁶² AHU, códice 16 (Consultas Mistas), f. 29v (17-11-1661).
- ⁶³ AHU, códice 46 (Consultas de Partes), f. 211 (25-08-1662).
- ⁶⁴ “[Requerimento dos moradores ao rei Dom Afonso VI]”. Belém, 26 de julho de 1662. Transcrito em Documento publicado em BERREDO, op. cit., p. 513.
- ⁶⁵ “Sobre as queixas q. os moradores do Maranhão fazem dos P.^{es} da Comp.^a e elles dos mesmos moradores”. 28 de abril de 1663. *Arquivo Histórico Ultramarino*, códice 16 (Consultas mistas), f. 73v.
- ⁶⁶ AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 4, doc. 468 (1663).
- ⁶⁷ AHU, Pará (Avulsos), caixa 3, doc. 253 (1685).
- ⁶⁸ RUDE, G. *Ideology and popular protest*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1995, p. 1.
- ⁶⁹ A esse respeito, ver ALDEN, D. Indian versus black slavery in the state of Maranhão during the seventeenth and the eighteenth centuries. *Bibliotheca Americana*, v. 1, n.º 3 (jan. 1984), pp. 91-142; CHAMBOULEYRON, R. Suspiros por um escravo de Angola. Discursos sobre a mão-de-obra africana na Amazônia seiscentista. *Humanitas*, v. 20, n.ºs 1/2 (2004), pp. 99-111.
- ⁷⁰ AHU, códice 47 (Consultas de Partes), f. 280 (17-07-1673).
- ⁷¹ “Papel q. fez Manoel da Vide Soutomayor”. Belém. 30 de abril de 1658. BA, códice 54-XIII-4, n.º 42, f. 1.
- ⁷² AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 761 (1686).
- ⁷³ AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 763 (1686).
- ⁷⁴ “[Resposta da Câmara de Belém ao padre Vieira]”. Belém, 15 de fevereiro de 1661. Transcrita em BERREDO, op. cit., p. 458. Claro está que essa alegação não se restringia apenas ao Estado do Maranhão. Ver, por exemplo, o caso do Rio de Janeiro: FRAGOSO, J. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*, n 1 (2000), pp. 91-94.
- ⁷⁵ “[Requerimento dos moradores ao rei Dom Afonso VI]”. Belém, 26 de julho de 1662. Transcrito em: Documento publicado em BERREDO, op. cit., p. 517.
- ⁷⁶ THOMPSON, E. “The moral economy of the English crowd in the eighteenth-century”. *Customs in common*. Londres, Merlin Press, 1991, p. 188.
- ⁷⁷ LISBOA, J. F. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão*. Petrópolis/Brasília, Vozes/INL, 1976, p. 386.
- ⁷⁸ MONTEIRO, N. G. “Os concelhos e as comunidades”. In: HESPANHA, A. M. (org.). *História de Portugal – O Antigo Regime*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 269-95. A respeito dos conselhos municipais em Portugal, ver também BOXER, C. *Portuguese society in the tropics. The municipal councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1965; RUSSELL-WOOD, A. J. R. Local government in Portuguese America: a study in cultural divergence. *Comparative Studies in Society and History*, v. 16, n. 2 (mar. 1974), pp. 187-231; BICALHO, M. F. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 365-95.
- ⁷⁹ FIGUEIREDO, L. “O império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII”. In: FURTADO, J. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte, UFMG, 2001, pp. 216 e 218 (respectivamente). A respeito de revoltas na América portuguesa seiscentista, ver também MELLO, E. C. de. *A Fronda dos Mazombos*. São Paulo, Companhia das Letras; 1995; FIGUEIREDO, L. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa: Rio de Ja-*

neiro, Bahia e Minas Gerais (1640-1769). São Paulo, Tese de Doutorado, USP 1996; CAETANO, A. *Entre a sombra e o sol: a Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667)*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado (História Social), UFF, 2003.

⁸⁰ AZEVEDO, J. L. de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém, Secult. 1999 (fac-símile da 1ª edição, 1901), p. 123.

JUSTIÇA E ABOLICIONISMO NA POESIA DE CASTRO ALVES*

Cléria Botelho da Costa**

Resumo

Este artigo discute alguns aspectos da obra poética *Os Escravos*, dedicada aos escravos e à escravidão, no Brasil do século XIX. Realça, fundamentalmente, dois aspectos: primeiro, a importância da literatura na formação da identidade nacional, no século XIX; segundo, destaca a luta empreendida por Castro Alves em prol da abolição e de justiça naquele momento histórico.

Palavras-chave

Castro Alves; Literatura brasileira; Escravidão; Abolicionismo; escravos.

Abstract

This article discusses some aspects of Castro Alves' poetry – The slaves which focus the slaves and the slavery in Brazil, XIX century. It underlines two points: first, the importance of the Literature in the formation of national identity, in XIX century; second, the fight for abolition and for justice defended by that poet in that historical moment.

Keywords

Castro Alves; literature; poetry; abolition; slavery; slaves.

*Oh! Maria, vês, me curvo
Na face do presente escuro e turvo
E interrogo o porvir;
Ou levantando a voz por sobre os montes, -
'Liberdade', pergunto aos horizontes,
Quando enfim hás de vir ?
(Castro Alves)*

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. E Castro Alves, apesar de sua trajetória de vida meteórica (1847/1871), mas movida por muita paixão, já anunciava essa triste marca, o seu tema por excelência foi a escravidão, razão pela qual ficou conhecido como “Poeta dos Escravos”. O livro *Os Escravos* reúne poesias escritas, esparsamente, entre os anos de 1865 e 1870.^a

Na primeira metade do século XIX, com a Independência, a configuração social do país se redefine. A burguesia, graças à intensificação das atividades comerciais, se desenha enquanto fração da classe dominante, lugar anteriormente ocupado pela aristocracia de sangue; a burocracia se organiza;¹ os proprietários rurais ainda não perdem seu lugar na cena política e esses grupos, juntamente com os representantes do governo, constituem a elite.² Como os cargos nobiliários foram extintos, o culto à aparência exterior expressava uma forma de consagração social.

Segundo o Censo de 1849, a Corte contava com 205.906 habitantes, dos quais 78.855 eram escravos e 10.732 libertos. Havia estrangeiros, vindos da metrópole para exercer cargos públicos ou fazer o “Brasil”, o que significava lançar-se à sorte como comerciantes e equivalentes; circulavam pelas ruas da cidade negros, mulatos e brancos, conferindo-lhe uma fisionomia muito misturada, calcada na grande variedade de tipos, línguas e tradições. As diretrizes dessa terra eram dadas por homens brancos racistas – e letrados –, numa sociedade em que os negros eram majoritariamente analfabetos.

No Império decorativo, vencia no teatro das eleições quem manipulasse a fraude e aplicasse a violência com competência, e a fração da elite derrotada ainda era agraciada com cargos e postos. Sobre essa realidade, Lima Barreto, em *Recordações do escrivão Isaías de Caminha*, faz denúncias com ironia:

[...] os arranjos, as gordas negociatas sob todos os disfarces, os desfalques, sobretudo a indústria política, a mais segura e a mais honesta. Sem a grande indústria, sem a grande agricultura, com o grosso do comércio na mãos dos estrangeiros, cada um de nós sentindo-se solicitado por um fervor de desejos caros e satisfações opulentas, começou a imaginar meios de fazer dinheiro à margem do código e a detestar os detentores do poder que tinham a feérica vara legal de fornecê-lo a rodo.³

Os títulos imobiliários foram distribuídos em maior quantidade por ocasião das leis abolicionistas de 1871, 1885 e 1888.⁴ As elites buscavam uma identificação com os grupos nativos, particularmente índios e mamelucos – era esse o tema do Indianismo –, e manifestavam “um desejo de ser brasileiro”, ignoravam no seu projeto político de nacionalidade o negro/escravo e a escravidão naturalizou a violência nessa sociedade. Violência pautada na cor, marca forte no estabelecimento das desigualdades, na delimitação de universos distintos, sociedade onde as distâncias sociais não eram nem discutidas e as cenas cotidianas de violência com os escravos pareciam não constanger.

Era uma sociedade que se modelava em comportamentos tradicionais: a serenata, na qual os violeiros soltavam as vozes para reafirmar juras de amor a suas amadas e a boemia era prática freqüente. Por constituir a “boemia” um modismo da época, a crítica literária apropriou-se do termo “geração boemia” para caracterizar o grupo de escritores que lutava por viver somente da carreira literária e que se integrara às campanhas abolicionista e republicana.⁵ No centro da cidade do Rio de Janeiro, as pensões, os restaurantes, os quiosques, as carroças e as confeitarias baratas davam vida à cidade e favoreciam a prática da boemia. Desenrolavam-se ali, também, festas populares, como a Malhação do Judas, a Festa da Glória, o Bumba-meu-boi, dentre outras. Vivia nesse espaço uma população humilde, que, no final do século, seria expulsa para os subúrbios da cidade, destruindo-se “velhos hábitos coloniais”.

Para o Império, a imagem da nação estava indissolúvelmente ligada à da redenção do país. Instaure-se um imaginário civilizador, com base nos grandes centros europeus, que vai imprimir sua maior marca no final do século e no começo do século XX. O Império parecia querer se diferenciar das repúblicas da América Latina, buscando assemelhar-se aos modelos europeus de civilização e modernidade. Reforçando esse imaginário civilizador, muito contribuía a imagem do Imperador como freqüentador de exposições científicas no exterior e participante de reuniões sobre ciência dentro e fora do território brasileiro.⁶

A educação era feita por professores régios e aqueles que desejavam seguir os estudos superiores tinham que ir para Coimbra,⁷ situação que se altera a partir da criação dos primeiros cursos de Direito, em São Paulo e Olinda, a partir de 1827. Esses cursos jurídicos destacavam sua atenção, prioritariamente, para a formação de pessoas que iriam dirigir as instituições: a elite formada por advogados se confundia com a burocracia do Estado. Era uma elite incrustada nos cargos burocráticos e governamentais. Com essa prática, buscava o Estado Imperial contribuir para a unidade e estabilidade da ex-colônia.⁸ Enquanto isso, a maior parte da população era analfabeta.

Tal elite forja um projeto político centrado no progresso, na civilização do país e o caminho para esse progresso estava na agricultura e na escravidão. Logo, agricultura e

escravidão passaram a constituir o esteio para a civilização. E, nesse projeto, o Império reconhecia ser tarefa sua fazer com que todo brasileiro, fosse ele morador do campo ou da cidade, se reconhecesse pertencente a uma nação. Todos estavam dentro do mesmo território, o território nacional, onde as pessoas eram perfilhadas pelo Império e deveriam reconhecer-se irmanadas numa nação que se construía.

Diante dessa compreensão, era preciso construir uma história que naturalizasse essa associação, ou seja, transformar o território em nação. Com essa perspectiva, o Império cria os Institutos Históricos e Geográficos, os quais buscavam recriar o passado do país de forma homogênea e consolidar as imagens de seus mitos fundadores, com vistas a torná-lo uma nação, ou seja, uma entidade histórica e geográfica, e a interpretação de seu passado e de sua natureza eram imprescindíveis para entendê-la.

Em nível de Arte, vale evidenciar que o Romantismo, no Brasil, surge paralelamente ao Grito do Ipiranga. Antonio Candido, ao relacionar os dois acontecimentos, coloca que a Literatura romântica pretende ser, “no plano da arte, o que fora a Independência no plano político”.⁹ Em outros termos, o Romantismo encaminha a nossa independência literária. Atrelados à compreensão de que ser romântico era estar mais próximo do mundo civilizado europeu, nossos literatos elaboram um projeto literário nesse campo: voltado para a compreensão do passado do país e de sua natureza, “tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço”.¹⁰ Era um projeto que buscava compreender o Brasil a partir das semelhanças de sua população, da homogeneização de sua cultura e de sua natureza. Desse modo, estariam em consonância com o propósito do Estado Imperial – transformar em nação o território brasileiro. Esse projeto também guardava espaço para a atividade literária ser entendida como uma forma de intervenção social, da qual os escritores, além da experimentação estética, seriam os principais sujeitos. Essa concepção de arte militante é alardeada por Bilac:

A arte não é, como querem ainda alguns sonhadores ingênuos, uma aspiração e um trabalho à parte, sem ligação com as outras preocupações da existência... As torres de ouro ou de marfim, em que os antigos se fechavam, ruíram desmoronadas... Só um louco – ou um egoísta monstruoso – poderá viver e trabalhar consigo mesmo, trancado a sete chaves dentro do seu sonho, indiferente a quanto se passa cá fora, no campo vasto em que as paixões lutam e morrem... em que se decidem os destinos dos povos e das raças...¹¹

Essa concepção militante/nacionalista da Literatura, na qual o engajamento em questões sociais firmava a necessidade de todos os homens (brancos, negros e índios) se reconhecerem como integrantes da almejada nação, tornava-se cada vez mais uma postura necessária – ganharia contornos concretos na luta empreendida, sobretudo, por Castro Alves contra a escravidão.

Assim, diante da possibilidade de “homogeneização do território”, de construção de uma história nacional, ocorreu uma aliança entre a intelectualidade e o poder monárquico no segundo Reinado;¹² os literatos queriam o “progresso do conhecimento” e, por meio deste, o “progresso e a grandeza da nação”.¹³ No cotidiano da sociedade imperial, esses homens portavam-se como “redentores da sociedade”, representantes dos “novos ideais”; eles se percebiam como guias que deveriam indicar o caminho seguro a ser trilhado pelo país. Essa imagem que construíram de si mesmos lhes conferia uma posição diferenciada na sociedade e, sem dúvida, foi forjada a partir do olhar que nutriam sobre os “outros”, os demais brasileiros.

Coelho Neto, na obra *A Conquista*¹⁴, escrita em 1899, mostra um diálogo cotidiano entre vários homens de letras, que reafirma a auto-imagem de “superiores” do grupo:

- Isso há de ser sempre o que é. O povo não tem tradições e, sobretudo, é a gente mais melancólica do mundo. Você vê um grupo de brasileiros é fúnebre, parece que estão sempre discutindo um enterro.
- Ou segredando pornografia, acrescentou Aluísio de Azevedo.
- Ou falando mal da vida alheia, ajuntou o Paula Ney.
- Nem tanto, corrigiu Patrocínio. Nem tanto. Há brasileiros de espírito.
- Quem são? Aponte-os!
- Nós, por exemplo...
- Ah! Sim... Mas nós não entramos em contato.

E esses escritores, em sua maior parte, não se ocupavam apenas das letras; eles exerciam ocupações na imprensa ou se dedicavam à política, como, por exemplo, José de Alencar, grande proprietário rural, monarquista, nacionalista, que atuou como político no Partido Conservador.

Um pouco do clima de insatisfação da época vivenciado pelos literatos brasileiros, motivada por não poderem viver apenas das Letras, pode ser observado na recomendação que Olavo Bilac, no livro *A Conquista*, faz a Coelho Neto:

- Não faça notícias: a notícia embota. Ataque as instituições, desmantele a sociedade, conflagre o país, excite os poderes públicos, revolte o comercio, assanhe as industrias, enfureça as classes operárias, subleve os escravos, não escreva uma linha, uma palavra sobre notas policiais, nem faça reclamos. Mantenha-se artista. Havemos de vencer, mas para isto é necessário que não façamos concessões. O redator não quer saber se temos ideais ou não: quer espremer.¹⁵

Bilac aponta que a atuação dos literatos na imprensa deveria ser regida por alguns critérios. O jornalismo noticiariista é desprezado como uma atividade menor e os redatores, acusados de exploradores. Mesmo assim, esclarece ao amigo que o registro puro e simples da matéria de nada valia se apenas apresentasse o mundo a sua volta, era preciso ir além: transformá-lo segundo suas idéias.

A imprensa colocava no meio cultural brasileiro as novidades dos grandes centros europeus, reforçando o imaginário modernizador da segunda metade do século XIX. No entanto, esses homens de talento eram afastados do prestígio público. A classe média pouco ou nada lia, embora a leitura dos jornais fosse sempre um sinal de bom tom. Os jornais tinham pouca circulação, os literatos eram afastados do prestígio público tanto pela pressão da burguesia quanto pelo analfabetismo crônico da população. Ficavam socialmente isolados nessa sociedade.

Embora somente a partir dos anos oitenta a imprensa tenha assumido abertamente o movimento abolicionista, Castro Alves, já em 1866, funda, juntamente com Rui Barbosa e outros colegas do curso de Direito em São Paulo, o jornal de idéias *A Luz* e uma sociedade abolicionista. Esse jornal veiculava vozes contrárias à escravidão, mostrando que, mesmo no quadro do nacionalismo, o coro não se apresentava em um mesmo tom. Já em 1863, Castro Alves publica seus primeiros versos abolicionistas, “A Canção do Africano”, no número inaugural do jornal acadêmico *A Primavera*. Mas apenas o jornal lhe parecia insuficiente para disseminar seu imaginário abolicionista e logo ele se utiliza da declamação, em voga na época, em teatros e comícios estudantis, muitas vezes de improviso, quebrando, para os jovens estudantes e seus familiares, o silêncio sobre escravos e escravidão imposto pela marca colonial e difundido no Império. Em 1865, na abertura dos cursos jurídicos, recita o poema “O Século” na faculdade de Recife. Esse poema, escrito quatro meses após a abolição da escravidão nos Estados Unidos, canta a liberdade dos escravos – um sonho no seu imaginário – e conclama a participação de todos os brasileiros para a luta por Justiça e Liberdade:

Lutai... Há uma lei sublime
Que diz: à sombra do crime
Há de a vingança murchar
Não ouvis do Norte um grito,
Que bate aos pés do infinito,
Que vai Franklin despertar?

Em busca desta liberdade:
Basta!... Eu sei que a mocidade
É o Moisés no Sinai
Das mãos do Eterno recebe
As taboas da lei! marchai!
Quem cahe na luta com glória,
Tomba nos braços da História,
No coração do Brasil!
Moços do topo dos Andes,
Pyramides vastas, grandes,
Vos contemplam séculos mil!

O projeto literário romântico brasileiro expressou-se, fundamentalmente, por meio do Indianismo e do Regionalismo. Como o pensamento romântico centrava seu olhar no passado, na busca das raízes para a compreensão do nacional, alguns literatos se voltaram, fundamentalmente, para o índio, aquele que aqui já vivia antes da chegada dos portugueses, e, pautados numa compreensão da história como busca das origens, adotaram o índio como “genuíno” representante do homem brasileiro, como o fizeram Gonçalves Dias e José de Alencar, dentre muitos outros. Outros literatos, no entanto, foram buscar esse representante do homem brasileiro para além da cidade, no sertão, espaço que, no XIX, expressava vários significados. No Império, o sertão significava um empecilho para prosseguir rumo à civilização. Segundo alguns literatos, como Bernardo Guimarães e Visconde de Taunay, dentre outros, o sertão era palco de amores brejeiros e harmonia na natureza. Esses escritores, ao cantarem o homem do interior do Brasil, que vivia longe da linha litorânea, estavam cumprindo uma missão por eles proposta para a Literatura naquele momento histórico – trazer o “homem do mato”, do interior, e a natureza que os rodeava para fazerem parte da nascente civilização. Desse modo, contribuíam para a transformação do território em nação. Eles desejavam retramar os fios emaranhados de uma história comum, a partir de dois elementos de continuidade: a Literatura e, obviamente, antes dela, a Língua. A nação brasileira imaginada pela Literatura tinha, pois, urgência de se contrapor ao projeto colonialista. Aqui, a Literatura exercia a tarefa de sacralizadora do mundo, de homogeneizadora dos imaginários sociais.

Esses escritores e poetas românticos, ao buscarem a identidade do homem “genuinamente” brasileiro, seja no índio ou no sertanejo, olvidavam por completo a presença dos afrodescendentes. Com o olhar fortemente engessado para o outrora, o presente, para esses intelectuais, por si só, não tinha existência própria e nem lhes conferia significados. A visão deles era míope para um presente constituído por milhares de escravos,¹⁶ desconheciam um território negro, onde o trabalho era sinônimo de escravidão.

Essa concepção de história, forjada por políticos e intelectuais do período que buscavam em tradições mais remotas elementos que fortalecessem os laços e traços comuns de toda uma população, precisa ser repensada a partir da questão: como a idéia de nação, de comunidade e/ou de continuidade, se inscreve e se escreve no âmbito da historiografia e da práticas literárias num contexto pós-colonial?

Na busca de encaminhar essa problemática, Anderson no livro *Nação e Consciência Nacional* aponta a noção de “comunidade imaginada”, que tinha a possibilidade subjetiva, arbitrária quanto se queira, de recriar uma coerência temporal, de “edificar” uma história, assentada numa continuidade presumida, baseando-se na possibilidade de se reinventar, em retrospecto, um passado comum – a comunidade da Pátria, da Língua, da Cultura e,

sobretudo do Tempo Nacional em que tudo isso se passa. Essa tentativa de forjar uma comunidade, ainda que imaginada, é difícil de ser compreendida quando se trabalha a história como diferença. O caso brasileiro e dos demais países do Caribe, colonizados, cujas histórias e culturas foram estilhaçadas pela política colonial, vivenciam uma coexistência de temporalidades: o tempo colonial e o tempo nacional, a cronologia importada e a autóctone. O tempo vivenciado pelo índio, pelos escravos, em suas lidas cotidianas, e o tempo veloz da civilização/modernização, importado da Europa vivenciado pelo branco. São temporalidades distintas, que coexistiam, naquele período histórico e que devem ser respeitadas em suas especificidades.

Essa divisão torna inviável qualquer pressuposto de continuidade/comunidade nacional, tanto sob o perfil lingüístico (escreve-se numa língua imposta de fora) quanto no âmbito da expressão artístico-literária. Como pensar, por exemplo, em um Gregório de Matos, formado na Universidade de Coimbra e que utiliza uma forma lingüística e modelos poéticos tributados na tradição ibérica, manifestar consciência de uma identidade nacional? Como demonstra magistralmente a obra de Lima Barreto, *O triste fim de Policarpo Quaresma*, a situação mostra-se mais complexa, não é apenas excluir o inautêntico e/ou o importado, para considerar aquilo que, de modo mais uma vez mitificante e mistificador, é tido por “genuinamente” brasileiro.¹⁷

Tal forma de pensar literária, que elegeu o índio como personagem genuinamente brasileiro, é reducionista e, por detrás dela, encontra-se uma concepção de história que tem como preocupação primeira a busca da “origem”, do começo, do desenvolvimento e do fim de todo acontecer histórico. Estamos diante de uma história homogênea, linear e vazia, provinda de uma origem e prevendo um fim, que não permite a diversidade, uma história oficial celebrativa, cujo triunfalismo é a vitória do vencedor, a pisotear a tradição dos vencidos.¹⁸

Outra forma de se interpretar a história desse período poderia ser via utilização do conceito de formação social, que permite dar visibilidade às tramas infinitas que dão conta do real e oferece a possibilidade de se inventariarem “os inúmeros inícios”, “as origens” plurais e, sobretudo, as diversidades culturais e temporais dessa realidade complexa. A história, como as demais ciências, é muitas vezes utilizada a serviço dos detentores do poder. No caso brasileiro, a elite imperial incentivava a elaboração de uma história que desconhecesse o negro e a escravidão, marcas indelévels do país.

Antonio Candido, em *Formação da Literatura Brasileira*, não coloca que essa Literatura nasce no século XVIII, mas se configura no decorrer desse século, ocupando o processo formativo que vinha de antes e continuou depois.¹⁹ Esse mesmo substrato teórico pode subsidiar o entendimento de que o índio, por ser o primeiro habitante do país,

não deve ser considerado como único “genuíno” representante do homem brasileiro no século XIX, mas também o negro, uma vez, que ele realizava sua experiência de vida nesse “mundo misturado”, diversificado pelas fortes cicatrizes da colonização e, juntos, edificavam a história do país, em formação.

Essa compreensão teórica abre espaço para a aceitação de que o homem brasileiro deve ser representado pelos diferentes grupos que foram se configurando no decorrer de vários séculos, possibilitando, então, a visibilidade do diverso, do outro. Sobre a questão do diverso, coloca Glissant que a função básica da Literatura é a desconstrução do discurso literário homogêneo-hegemônico para fazer ouvir os outros discursos silenciados e mostrar, assim, a sua heterogeneidade.²⁰

Castro Alves, enquanto poeta, inventou uma linguagem capaz de quebrar o silêncio sobre o negro escravo e a escravidão, ditado pela colonização na história e na literatura do país, desconstruindo, desse modo, discursos literários hegemônicos que celebravam o índio, o amor, os costumes e a cultura urbana. Sua poesia deu visibilidade ao “outro”, àquele que veio do outro lado do Atlântico pela força bruta da máquina escravocrata, contribuindo para que o diferente despontasse na sociedade brasileira no período em pauta.

Essa literatura sobre os escravos teve correspondentes em outros países do Caribe, nos quais não se pode esquecer a extraordinária taxa de violência que as vítimas da empresa colonial pagaram e vêm pagando ao longo dos séculos, que abrigou um significativo número de escravos procedentes de diferentes regiões da África e que tiveram a *plantation* como forma de organização econômica predominante. Em outros termos, países colonizados, com uma expressiva população negra oriunda de migração forçada e onde diferentes culturas disputam poderes, a exemplo de Cuba, Brasil, Haiti, dentre o

ralidades, uma cultura de migração.²¹

Nessa cultura, as artes desempenharam papel de destaque, e Glissant indica pistas para o entendimento dessa questão, ao apontar que o migrante forçado (escravo africano), trazido para o Caribe, foi arrancado de sua terra e submetido num outro espaço como escravo.²²

Esse migrante forçado perde, então, suas tradições familiares, sua religião, o espaço que o viu crescer, dentre outros traços de identidade. Contudo, para Glissant, a mais importante perda foi a da Língua. Os navios negreiros não transportavam pessoas que falassem a mesma Língua. O mesmo acontecia nas plantações. Tentavam, com essa prática, tolher a comunicação entre os africanos para evitar possíveis rebeliões. Espoliados de suas línguas maternas, os escravizados compunham várias línguas crioulas.

Os escravos, ao serem destituídos da possibilidade de se comunicarem com a Língua de origem, desde a travessia do Atlântico, criaram não apenas as línguas crioulas, mas

usaram outras formas de comunicação, como a dança e a música, que lhes permitiam compartilhar sentimentos independentemente da fala. Os gestos, a voz, o requebro, o olhar eram formas de comunicação. Era a arte assumindo sua dimensão comunicativa enquanto linguagem. Desde então a arte em geral e, sobretudo a dança, a música, a literatura, apresentam-se como formas de expressão cultural de destaque no mundo caribenho. Essa assertiva é apontada por Gates, ao realçar que a consciência histórica no Caribe é fortemente mais propagada pela literatura do que pela história.²³

Castro Alves pautava-se no projeto literário do seu tempo, não poupava denúncias ao Império e celebrava em suas poesias os escravos, tema que só ganharia maior espaço em 1870, com Coelho Neto, Olavo Bilac, Artur Azevedo, dentre outros; e somente em meados dos anos 80 o abolicionismo tomaria formato de um grande movimento popular e urbano.

É fato que, ainda no século XVII, o poeta Gregório de Matos, “Boca do Inferno”, em suas sátiras, cantou o escravo/negro com intensidade e, por isso, foi perseguido e exilado para Angola. No século XIX, foi Castro Alves o literato que retomou e celebrou a tradição dos oprimidos, rompendo o silêncio sobre a escravidão que o preconceito das elites se esforçava para esquecer ou disfarçar. Contudo, o não dito, o silêncio é também uma forma de o homem expressar sua aprovação ou desaprovação em relação a algum fato, e numa sociedade modulada pela tradição oral, como fora a nossa, o velho provérbio popular “quem cala consente” foi naturalizado. O silêncio sobre a escravidão, significava o desejo da elite imperial de manter-se na hegemonia, pois era herdeira de todos que venceram antes, significava a cumplicidade com uma concepção de história que adere aos vencedores e nega ao escravo a condição de sujeito, de homem que ama, luta, cria, sonha e tece suas memórias; significava, ainda, reforçar o preconceito dominante, que desejava fazer esquecer ou disfarçar a descendência africana de nosso povo, expressava a vergonha pela escravidão, quando vários países do mundo já haviam realizado a abolição.

A omissão sobre a escravidão acentuou-se após a Abolição. Agora, era necessário apagar os rastros das cicatrizes deixadas pela escravidão na história do país, “honrar a pátria”. Com essa compreensão, Rui Barbosa, em 1890, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, decide incinerar todos os documentos relativos aos escravos e à escravidão no país.²⁴

O projeto de construir, mais que uma Literatura, uma nação, ganhou marcas essenciais entre as ruas do Rio de Janeiro e foi-se impondo e desenhando fundos sulcos no interior do dividido chão ainda com remanescentes coloniais. Envolvidos fisicamente no processo de nacionalização do país, nomes como Castro Alves, Silvio Romero, Coelho Neto, Olavo Bilac, José de Alencar, Euclides da Cunha, entre outros, em épocas diferentes, ampliaram o espaço de sua atuação, inscrevendo-se já como intelectuais e como

literatos. Como literatos, assumem a ousadia, incorporando os matizes reclamados por um projeto artístico centrado no nacionalismo.

A adesão a um movimento coletivo que transforma a experiência literária numa espécie de compromisso com a história da própria nação converteu-se, afinal, num dos elementos constitutivos da Literatura brasileira naquele período. Esse lastro tão poderosamente romântico definiu os rumos de toda essa produção literária. Em vários poemas de Castro Alves, já se vislumbram os sinais do sentimento nacionalista na religiosidade, na identificação com a terra, na celebração do amor romântico entre escravos, entre outros, que, de resto, pontuavam o Romantismo em vários países do mundo.

Assim, o exercício literário, entre a prosa e a poesia, ia deixando entrever a procura da arte como uma força totalizante, que se pudesse tornar um fator compensatório no meio de um espaço em que a carência era uma das medidas. A Literatura, para aqueles homens, estava a serviço da nação. Pareciam acreditar que a hora era mesmo de cortar, o mais rápido possível, os laços com a matriz, o que pressupunha a necessidade de escolher outro modelo. Tratava-se de afastar suas matrizes de Paris, pois era esta, e não Lisboa, a capital literária da América Latina. E a estabilização da consciência, como pressuposto para a concretização da autonomia projetada, era uma espécie de condição para que a pátria se transformasse em nação.

Mas a ambigüidade dessa situação, tão cheia de contradições, não singularizava o Brasil no panorama internacional. Constitui, antes, uma espécie de condenação a que estavam fadadas aquelas sociedades que viveram na sombra dos projetos das metrópoles. O processo colonizador não se extingue com a assinatura dos tratados de independência, uma vez que a ação colonial se desdobra e deixa seu legado nos modos de pensar, agir, viver e sobreviver. O resultado é, então, a velha equação que, de um lado, dispõe a crueza de um mundo feito de carência e, de outro, expõe a luz ilusória dos grandes sonhos que não se cumprem. E a intensidade das contradições se multiplica: numa ponta, o apego a um passado remoto, quase sempre anterior à cisão talhada pela colonização; noutra, a convicção de que era necessário apostar num projeto do qual essa sociedade, por força das relações de poder determinadas pela economia mundial, parecia apartada. No centro dessa engrenagem, os literatos produziam formas culturais que só podiam espelhar um conjunto de dilemas que acabavam por compor a sua maneira de estar no mundo.

Silvio Romero identificou os seguidores desse projeto literário romântico fortemente nacionalista como “patrioteiros”. Para ele, era o negro, e não o índio, quem tinha maior influência sobre os costumes, a Cultura do Brasil.²⁵

Uma grande parte de nossos melhores estudos críticos tem mostrado os efeitos desse quadro um tanto perverso na ordem social e na produção da cultura brasileira. No terreno

dos estudos literários, os trabalhos de Antonio Candido, Alfredo Bosi e Roberto Schwarz vêm desvelando os impasses vividos por nossa Literatura, tendo de lidar com o desconforto de ser produzida na esfera impiedosa do subdesenvolvimento.²⁶ Instalados à margem das matrizes, inevitavelmente assaltados pelo desejo de autonomia em choque com a consciência da dependência, os literatos brasileiros, em todo o processo de formação do nosso sistema literário, vêm buscando caminhos adequados à articulação dessas duas forças que, afinal, nos estruturam: a necessidade de comungar os valores universalizados, padronizados pela Europa, e a vontade de manter as nuances particularizadoras de nossas raízes culturais.

Castro Alves, particularmente, esteve atento a essa especificidade cultural, cantando a escravidão que, quase chegando ao século XX, contribui para a montagem de uma situação “estranha” aos padrões metropolitanos, cuja dinâmica já determinava uma outra orquestração entre as forças sociais. Dado que o mercado mundial se assentava no trabalho livre (assalariado), a existência de uma economia presa ao capital europeu e baseada no trabalho escravo só poderia ser cadastrada como exótica. E essa situação “estranha” torna-se ainda maior problema após a conquista da independência, época que aponta para uma proposta que se desdobra em dois níveis: no plano político, o nacionalismo pretendia a consolidação do Estado; no plano cultural, empreendia a busca de expressões artísticas que configurassem esteticamente a posse da terra, a natureza, o índio, entre outros.

Segundo Silvio Romero, “um bando de idéias novas” eclodiu no Brasil no século XIX. Eram positivistas comtianos, litreianos, spencerianos, republicanos, entre outros, que se mostravam confiantes em diagnosticar e prescrever um rumo para o “progresso” e a conseqüente integração do país à “civilização ocidental”; em outros termos, a interpretação do seu passado e a de sua natureza eram imprescindíveis para entender o país.²⁷

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promovera, em 1844, um concurso sobre “Como escrever a História do Brasil”, do qual foi vencedor o alemão von Martius. Este apresentou o desenvolvimento da história da “nação” a partir das “três raças mescladas e formadoras”: ao branco cabia ser o civilizador; ao índio a possibilidade de ser civilizado; e ao negro o espaço de detração, era motivo de impedimento ao progresso da nação.²⁸ No entanto, mesmo fazendo parte da história preconizada por von Martius, os aborígenes, os negros e os mestiços eram apreendidos pelo Império como barreira ao reconhecimento do país como nação, pois atrapalhavam a “formação de uma verdadeira identidade nacional”.²⁹

Estava, então, posto o imaginário da determinação biológica da cultura e a fusão racial aceita pela História Universal nos trabalhos de eruditos sobre o Brasil, premiados pelo IHGB. O olhar de Mamuel Luís Salgado em “Nação e Civilização nos Trópicos: o

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional” mostra que o projeto historiográfico do IHGB, em suas primeiras formulações de uma história brasileira, a miscigenação tinha lugar garantido na proposta iluminista de constituição da identidade nacional, ancorada em uma concepção política altamente centralizadora.³⁰

Literatos como José de Alencar, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, entre outros, a despeito de cantarem o amor, a saudade, a natureza, quando descortinamos a forma de suas produções poéticas, seja em verso ou em prosa, vamos encontrar um imaginário engendrado nos valores e símbolos da miscigenação racial. Imaginário condizente com aquele disseminado pela elite imperial, que apreendia o negro como foco irradiador de doenças; o aborígene, em representações ambíguas, se por uns era percebido como atrasado, pagão e incivilizado, protótipo do “homem do mato”, para outros foi personagem dos “romances indianistas”, de que são modelos os de José de Alencar, como representante da identidade brasileira.

O projeto literário nacionalista, ao propagar na Literatura um imaginário pautado nos valores da miscigenação, condição *sine qua non* para o ingresso do país no rol das nações civilizadas, excluía o negro como uma das raças no emaranhado da formação da sociedade brasileira.

A promessa das elites e o sonho dos escravos não se cumpriram – a população residente no Brasil reconhecer-se como pertencente a um país, a um império, ou seja, a inclusão de todos na nação.

Castro Alves, a despeito de compartilhar do projeto literário romântico nacionalista, rompeu alguns cânones ao cantar o escravo. Sua produção literária assume a denúncia. Ao criticar a Corte por manter a escravidão, demonstra que não acreditava na abolição como dádiva, mas como uma conquista dos escravos. O caminho a ser palmilhado deveria ser a revolução e não via reforma legislativa. Também não acreditava na “harmonia das três raças”, clamava a sociedade para lutar em prol da abolição.

Ao celebrar o negro/escravo, ele foi ousado, colocando em risco seu projeto literário pessoal, uma vez que o projeto literário nacionalista estava direcionado para uma compreensão histórica apoiada no apreço aos valores instituídos pela cultura de fora. E ele convoca a sociedade para lutar contra a desigualdade instituída, pelos valores humanísticos de liberdade e igualdade, chamando a atenção para a cultura do país, o que o diferenciou dos demais literatos de seu tempo. Integrou e fortaleceu o contra-imaginário abolicionista e, no afã de propagá-lo, criou um jornal, participou de atividades em grêmios estudantis, declamava suas poesias em saraus, em festas na faculdade de Direito, além de divulgá-las na Imprensa. Desse modo, ele disseminava a campanha abolicionista, trilhando um caminho subversivo aos interesses do Império.

A luta do poeta em prol dos escravos parece reportar-se ao imaginário revolucionário do século XIX, que fundamentava os direitos humanos e trouxe à tona a questão da cidadania e o poligenismo, defendido por Voltaire no século XVIII, o qual postulava diferentes focos de criação da espécie, onde as diferenças entre as sociedades eram hierarquizadas – e “ explicadas ” – como resultante das diferentes raças.³¹ A categoria raça tornava-se fundamental para a compreensão das sociedades, sobretudo para aquelas que contaram com a migração forçada da força de trabalho escrava, procedente da África, como os países do Caribe.

No Brasil, que sempre vivera à sombra das metrópoles, as discussões sobre os direitos humanos, a cidadania e o poligenismo chegara no século XIX. Com base nesse imaginário, a política migratória brasileira, desde o Império, viu o europeu como uma possibilidade adicional de branqueamento, num processo regulado e seletivo de aperfeiçoamento eugênico da raça brasileira. Surge, então, o projeto de miscigenação, centrado na determinação biológica da cultura, e a fusão racial aceita pela história universal nos trabalhos de eruditos sobre o Brasil.

A solução da questão racial foi entendida pelos intelectuais como condição *sine qua non* para o ingresso do país no rol das nações civilizadas. Nesse caso, restavam as seguintes alternativas: miscigenação, tomada como possibilidade de branqueamento, ou a exclusão do negro. Desse modo, a raça negra foi excluída da formação da sociedade brasileira.

A capacidade criativa de qualquer arte, nesse caso a Literatura, é sempre limitada pelo histórico social. Nesse sentido, apesar de Castro Alves, em sua criação poética, ir além dos valores culturais do seu tempo, de espalhar com intensidade e de diferentes formas o imaginário abolicionista, a sinceridade de seus propósitos e a energia empenhada não dissolvem a mancha de uma visão formada nos moldes do nacionalismo, a existência de uma ambigüidade que defende, mas também silencia, que deseja inclusão, mas também exclui, que dissemina um sonho, que também não se cumpre – a efetiva liberdade do escravo, sua integração à sociedade.

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* CASTRO ALVES, A. de. *Os Escravos*. São Paulo/Brasília, Martins, 1972.

** Pro^{fa} do Departamento de História da UnB. Pós-doc. Univ. de Londres. E-mail:cleria@unb.br.

¹ URICOECHEA, F. *O Teatro de Sombras. A política imperial*. Rio de Janeiro. Iuperj/Vértice, 1998; Minotauro Imperial. Rio de Janeiro/ São Paulo, Difel.1978, p. 85.

² CARVALHO, J. M. de. *A Construção da Ordem: a elite política Imperial*. Rio de Janeiro, Ed. FRJ/Relume Dumará. 1996, p. 86.

³ BARRETO, L. e HENRIQUES, A. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. São Paulo, Brasiliense, 1976, pp. 190-191.

⁴ CARVALHO, J. M. de. *Teatro de Sombras; A política imperial*. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice, 1998, p. 114.

⁵ BROCA, B. *Naturalistas, parnasianos e decadistas – visão literária do Realismo ao Pré-mordenismo*. Campinas, Ed. Unicamp, 1991, p. 319.

⁶ SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, 1993, pp. 30-32.

⁷ CUNHA, Rui Vieira da. *Figuras e Fatos da Nobreza Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/ Arquivo Nacional.1975, p 26.

⁸ CARVALHO, op. cit., p. 48.

⁹ CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira – momentos decisivos*. V. 2. São Paulo, Martins, 1968, p. 11.

¹⁰ MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e política externa no Brasil (1908-1912)*. São Paulo, UNES, 1997, p. 90.

¹¹ RIO, J. do. *O Momento Literário*. Rio/Paris, H. Garnier, 18/d, p. 8.

¹² DIEHL, A. A. *A Cultura historiográfica brasileira do IHGB aos anos 1930*. EdUPFSP, 1998, p. 35.

¹³ CANDIDO, op. cit., p 11.

¹⁴ NETO, C. *A Conquista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985, p. 193.

¹⁵ *Ibid.*, pp. 158-159.

¹⁶ Entre a segunda metade do século XVI e o ano de 1850, data oficial da abolição do tráfico negreiro, o numero de africanos importados é de 3,6 milhões de homens e mulheres. Apud SCHWARCZ, L. (org.). *Negras Imagens*. São Paulo, Edusp, 1996.

¹⁷ BARRETO, A H. L. *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

¹⁸ Cf. BENJAMIN, W. “Sobre o conceito de História”. *Obras Escolhidas*, v. 1. São Paulo. Brasiliense, 1989.

¹⁹ CANDIDO, op. cit., p 16.

²⁰ GLISSANT, E. *Le discours antillais*. Paris, Seuil, 1981, p. 38.

²¹ CABRERA, O. et alli (org.). *Región, Frontera y Prácticas Culturales en História de america Latina y el Caribe*. México/Goiania, Unirsidade de Michoacana/Cecab, 2002, p. 76.

²² GLISSANT, op. cit., p 49.

- ²³ GATES, H. L. Jr. *Race, writing and difference*. Chicago, Chicago University Press, 1986, p. 18.
- ²⁴ SCHWARCZ, L. M. (org.). *Negras Imagens*. São Paulo, Edusp, 1996, p. 81.
- ²⁵ ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olimpio, 1994.
- ²⁶ CANDIDO, op. cit.; SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas cidades, 1997; BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- ²⁷ ROMERO, S. op. cit..
- ²⁸ LIMA, N. T. de. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, Iuperj/Revan, 1998, p. 207.
- ²⁹ SCHWARCZ, op. cit., p. 240.
- ³⁰ SALGADO, M. L. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 16.
- ³¹ ARAÚJO, R. B de. *Guerra e Paz: Casa e Senzala e a obra de Gilberto Freire nos anos 30*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994, p. 37.

CULTURA COMO PATRIMÔNIO POPULAR (PERSPECTIVAS DE CÂMARA CASCUDO)

Marcos Silva*

Resumo

Este artigo discute a importância de Câmara Cascudo para os estudos sobre cultura popular no Brasil. Ele comenta a tese de Ricardo Luiz de Souza sobre Câmara Cascudo, Sylvio Romero, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, e destaca as dimensões de memória e escrita literária na obra de Câmara Cascudo.

Palavras-chave

Câmara Cascudo; cultura popular; historiografia brasileira (séculos XIX e XX); cultura brasileira (séculos XIX e XX).

Abstract

This article discusses Câmara Cascudo's importance to studies on Popular Culture in Brazil. It comments Ricardo Luiz de Souza's thesis about Câmara Cascudo, Sylvio Romero, Euclides da Cunha and Gilberto Freyre, and points out memoir and literary writing as dimensions in Câmara Cascudo's work.

Keywords

Câmara Cascudo; Popular culture; Brazilian Historiography (XIXth. and XXth. centuries); Brazilian culture (XIXth. and XXth. centuries).

A Tese de Doutorado de Ricardo Luiz de Souza, com o título *Identidade nacional e modernização na historiografia brasileira – O diálogo entre Romero, Euclides, Cascudo e Freyre*, é um ensaio sobre estudiosos da Cultura Popular no Brasil.¹ Ricardo discute cada um dos autores anunciados em seu título e estabelece vínculos entre aqueles percursos, bem como com questões gerais da história. Ele retoma a discussão sobre modernidade e identidade nacional, amplia a periodização do moderno entre nós, ao incorporar Romero e Cunha ao tema, e permite avaliar articulações entre os argumentos de mudança social e tradição, de meados do século XIX até a segunda metade do século XX.

A identidade nacional sofreu descarte por alguns setores historiográficos brasileiros desde os anos 70 do século XX. Ela foi identificada apenas a lixo ideológico, o que resultou em exercícios de presentismo (crítica às apropriações do nacionalismo pela ditadura), como se todo conceito devesse atender só às exigências teóricas e políticas contemporâneas ao analista. Hoje, sob a avalanche da globalização, a retomada crítica do tema pode reservar outros ângulos de análise, sem a obrigação de aderir a seus termos. E Ricardo é perspicaz ao problematizar identidade nacional, apontando presença em relações de poder, interação com outras nações, construção como discurso, dinâmica, heterogeneidade.

O debate sobre o moderno, no Brasil, tem sido confundido, freqüentemente, com a questão do Modernismo, movimento artístico e intelectual de um grupo específico (mais paulista, com alguns nomes mineiros e cariocas), num tempo curto – anos 20 do século passado. Alfredo Bosi, na *História concisa da Literatura brasileira*, salientou a necessidade de pensar sobre a distinção entre Modernismo e modernidade, usando o exemplo de Graciliano Ramos – sem vínculos com o primeiro, mas muito importante para a outra. Mônica Pimenta Velloso, no livro *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*, fez uma discussão paralela a essa, ao abordar literatos e caricaturistas cariocas do início do século XX, mais habitualmente associados ao Parnasianismo.² Ricardo Souza aborda pensadores brasileiros de diferentes gerações nesse universo e demonstra muito satisfatoriamente a pertinência de seu passo.

O título da tese é claro, em termos descritivos, mas melhoraria se substituísse “modernização” (ato ou efeito de modernizar) por “modernidade” (qualidade do moderno),³ e incluísse “cultura popular”, pela importância desse tema em suas páginas. A indicação dos autores abordados por um sobrenome (Romero, Cascudo e Freyre) ou o prenome (Euclides) de cada é uma opção compreensível em termos de concisão, mas prejudicial por dificultar sua clara identificação, além de apelar para critérios diferentes. Seria melhor usar os nomes pelos conhecemos mais: Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre.

A modernidade plástica européia, no início do século XX (com um prelúdio em Paul Gaughin, final do século anterior), valorizou padrões estéticos diferentes das tradições próprias ao velho continente. O Museu de Arte Moderna de Paris abriga coleção de máscaras e esculturas da África e da Oceania, antes pertencentes a vários artistas que atuaram naquela cidade no período, e a reflexão sobre suas concepções visuais se faz presente não apenas no Cubismo. No Brasil, o prestígio das artes e da cultura européias assumiu aquela tendência, de uma maneira muito peculiar: o extra-europeu era aqui! Daí, os vínculos entre moderno e tradições de etnias africanas e americanas se mesclarem, entre nossos artistas e intelectuais, com as reflexões sobre identidade nacional.

Ao estabelecer um diálogo entre aqueles quatro autores, Ricardo não salientou uma peculiaridade: a dupla Sylvio Romero/Euclides da Cunha conviveu diretamente, o que também ocorreu com o par Câmara Cascudo/Gilberto Freyre. Câmara Cascudo organizou uma edição anotada de Sylvio Romero (*Cantos populares do Brasil*) e Gilberto Freyre fez um perfil de Euclides da Cunha (incluído no livro *Perfil de Euclides e outros perfis*).⁴

Embora a tese seja equilibrada na atenção que dispensa a cada autor (74 páginas para Sylvio Romero; 82 para Euclides da Cunha; 96 para Câmara Cascudo; 87 para Gilberto Freyre), a pequena diferença a mais dedicada ao terceiro explica-se pelo interesse que lhe dedica Souza e pelo menor debate historiográfico sobre o polígrafo potiguar, que tem sido pesquisado principalmente nos campos de Estudos Literários e Etnografia.

Caminhos de Câmara Cascudo

Abordando Câmara Cascudo, a tese apresenta traços biográficos desse autor, junto com um balanço dos estudos sobre folclore que o antecederam e as características gerais de seus escritos.

Ricardo cita as expressões “enciclopédismo inculto” (1916), de João Ribeiro, e “festiva alegria do povo” (1944), de Júlio Maria Bello, referidas à cultura popular. Ambas são muito adequadas para compreender a identificação entre manifestações folclóricas e harmonia social, mesclada a uma reticente admiração pelo povo – enciclopédico, *mas* inculto; merecedor de fascínio *porque* alegre. Em Câmara Cascudo, certamente, tais traços se fizeram presentes, embora não se devam negligenciar tensões internas de seus textos. Nos livros de história política e administrativa que ele produziu – e que Souza considerou, acertadamente, menos inovadores que os escritos etnográficos –, apareceram cenas de enorme violência contra índios e africanos, caso dos episódios de lutas entre portugueses e holandeses no período colonial (caso da *História do Rio Grande do Norte*); e uma obra de maturidade como *Tradição, Ciência do Povo* enfatizou o caráter até científico da cultura popular.⁵

A tese de Souza também evoca as relações entre Mário de Andrade e Câmara Cascudo. Faltam mais nuances que permitam entender o que há em comum e também as diferenças entre os dois. Mário estudava folclore pensando em identidade nacional e elaborando uma estética, como artista e orientador de artistas que era, facetas que não se fazem tão presentes no escritor norte-rio-grandense. Ambos realizaram preciosos registros da música e da dança populares tradicionais, mas não tiveram ouvidos nem olhos para o trabalho de transformação que a música sofria no universo da indústria fonográfica.

O silêncio de Mário de Andrade sobre o nascimento do samba e de outros gêneros musicais de mercado continua a ser um tema à espera de maior debate. Ricardo registra, inclusive, uma audição de Sinhô, em São Paulo, promovida pelo Clube de Antropofagia, sendo mencionados Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade numa homenagem ao músico – a ausência de Mário é sintomática. O autor do *Ensaio sobre a música brasileira*, de 1928, dedicou depois atenção ao samba rural paulista, mas não discutiu o trabalho que os primeiros sambistas de mercado faziam naquele período, cruzando suas experiências populares com o universo das técnicas modernas de gravação e difusão.⁶ Uma hipótese preliminar, a ser investigada, é de que tais sambistas desenvolviam uma modernidade à parte, da qual alguns dos outros modernos (eruditos?) evitavam se aproximar.

Ricardo Souza enfatiza o caráter rural do folclore trabalhado por Luís da Câmara Cascudo, dizendo mesmo que o folclore urbano “não foi o estudado por Romero e Cascudo”. Embora a etnografia de Câmara Cascudo evoque muitas lembranças pessoais da infância no sertão nordestino, o escritor não deixou de abordar manifestações folclóricas urbanas, e a *História da Cidade do Natal* contém exemplos disso.⁷

A inclusão de Lima Barreto na tese, como valorizador da cultura popular no Rio de Janeiro, não deve fazer esquecer as ironias do romancista sobre os estudos dedicados a esse universo na passagem do século XIX para o século XX, que podem se referir a Sylvio Romero (as tentativas de pesquisa de Policarpo Quaresma junto a uma ex-escrava, que se lembrava muito vagamente de canções de ninar) e Euclides da Cunha (o geógrafo dileitante, que enfeitava seus escritos com um vocabulário raro). Certamente, a crítica de Lima Barreto não se configurou como rejeição desse estudo, antes salientou as dificuldades para se chegar à cultura popular. Um personagem central do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de 1914, é Ricardo Coração dos Outros, mulato, compositor e cantor de modinhas. E o romance se encerra com a personagem Olga (mulher que enfrentara o marido para defender o padrinho Policarpo e suas convicções) indo encontrar Ricardo, o que indica duas esperanças no universo político e cultural do Brasil: a mulher independente, filha de imigrante, e o homem do povo, mestiço.⁸

A tese de Ricardo Souza cita o artigo “Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil”, de Renato Ortiz, para realçar a anterioridade, no Brasil, dos estudos sobre folclore em relação às regras de método da universidade.⁹ Câmara Cascudo, todavia, teve formação universitária (estudou Medicina, em Salvador e no Rio de Janeiro, e Direito, em Recife) e foi professor fundador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sylvio Romero, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, em diferentes instituições, também tiveram formação de nível superior (os estudos militares do autor de *Os Sertões* valeram-lhe um diploma de Engenharia). Existe uma universidade brasileira mais sintonizada com a produção académica europeia e norte-americana a partir dos anos 30 e 40 do século XX, onde aqueles homens não estudaram – os dois primeiros porque já estavam mortos, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre porque já eram formados (o último na Universidade Columbia, em New York). Vale a pena pensar nas múltiplas faces da universidade até então existente no Brasil, que incluíam um carácter “antecipado” em Direito, Medicina e Engenharia, particularmente. Nessas áreas, os estudantes tinham formações panorâmicas, que até abrangiam interdisciplinaridade e prática de pesquisa.

Reforçando esse desencontro entre estudos folclóricos e pesquisa sociológica académica, Ricardo lembra uma observação de Florestan Fernandes, no livro *A condição de sociólogo*: “Se nós dependêssemos da dinâmica dos grupos de *folk*, nós nunca teríamos revoluções socialistas”.¹⁰ Recordada em 2006, a reflexão de Florestan assume um significado patético: com ou sem grupos de *folk*, até hoje não tivemos revoluções socialistas!

Souza enfatiza aquela oposição, confrontando a “consolidação dos estudos académicos e da academia como espaço por definição da atividade intelectual” com um “carácter ensaístico da obra de Cascudo”. Sem uma avaliação dos trajetos efetivos desses dois estilos (o ensaísmo não é monopólio do autor potiguar), corre-se o risco de apenas torcer por um ou pelo outro. A releitura atual de Câmara Cascudo por importantes nomes da pesquisa académica evidencia qualidades eruditas que não cabem numa rejeição *in limine*. É tempo de, resguardada a extrema importância da universidade, entender a multiplicidade de espaços da atividade intelectual: museus, centros de pesquisa, imprensa, editoras, etc.

A afirmação de que Câmara Cascudo “não formou discípulos” é muito questionável: como caracterizar os trabalhos de Osvaldo Lamartine, Veríssimo de Melo e Deífilo Gurgel, dentre outros autores potiguares?¹¹

Caso semelhante ocorre quando Ricardo declara que “o reconhecimento oficial trazido em uma série de homenagens feitas principalmente na província veio antes do re-

conhecimento acadêmico”. A edição especial da revista natalense *Província*, de 1968, em homenagem ao etnógrafo, incluiu textos de autores como Carlos Drummond de Andrade, Eneida, Gilberto Freyre, Jorge Amado, Hermann Lima, Paulo Rónai e Afonso Arinos de Melo Franco, num amplo reconhecimento pelos pares (importantes escritores, de vários gêneros literários e de diferentes regiões do país); e foi publicado, em 1971, *Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual 1918-1968*, erudito balanço bibliográfico, escrito pela poetisa e bibliotecária Zila Mamede.¹²

A tese entendeu que “Como historiador, ele [Câmara Cascudo] aventura-se muito pouco além das divisas do Rio Grande do Norte”. Faz falta uma periodização mais clara dessa produção historiográfica. A avaliação é válida para a etapa final do trabalho de Câmara Cascudo com história. Nos anos 20 e 30, todavia, ele publicou livros fora do campo temático estadual, como *Lopez do Paraguay, Conde d’Eu e O Marquez de Olinda e o seu tempo, 1793-1870*, dentre outros.¹³

Um desdobramento dessa avaliação foi indicar a escassa presença dos grupos populares nos livros de história de Câmara Cascudo, em flagrante contraste com seus estudos etnográficos. Também aqui, é preciso dosar a crítica – correta, em termos gerais, mas inadequada para certas passagens da *História do Rio Grande do Norte* (o capítulo sobre a pecuária no século XVIII, que inclui indicações a respeito do cotidiano de vaqueiros em comitivas e de outros setores da população), da *História da República no Rio Grande do Norte* (as menções a versos e cantigas nas eleições) e da *História da Cidade do Natal* (festas religiosas e populares), dentre outras. Além disso, é necessário pensar sobre o que era povo naquela etnografia: o conceito incluía tanto trabalhadores pobres quanto os primos e tios do escritor, proprietários de terras, definição presente na obra-prima que é *Vaqueiros e cantadores*. O universo palaciano da história política e administrativa, portanto, podia possuir ganchos com aquela concepção de povo. E a palavra *História* compareceu nos títulos de alguns de seus mais importantes estudos etnográficos, como *História da Alimentação no Brasil e História dos nossos gestos*.¹⁴

A rejeição de se considerar o Câmara Cascudo historiador precursor da história das mentalidades pode ser confrontada com a importância do etnógrafo para esse campo de conhecimento. Afinal, Jacques Le Goff e seus colaboradores, na obra coletiva *La Nouvelle Histoire*, dedicaram verbetes ao sociólogo Émile Durkheim e ao antropólogo Marcel Mauss; e o historiador universitário mais atualizado metodologicamente não hesita em dialogar com os escritos etnográficos daquele e de outros autores brasileiros, como se observa em vários dos verbetes que compõem o *Dicionário crítico Câmara Cascudo*, organizado por mim.¹⁵

Uma questão muito adequadamente valorizada por Ricardo é a centralidade do gênero memorialístico no conjunto dos trabalhos de Câmara Cascudo, o que remete também para a importância da escrita nesse universo.

Desde o primeiro livro – *Alma patricia*, dedicado a escritores potiguares do final do século XIX e das décadas iniciais do século XX –, Câmara Cascudo falou de temas e personagens que fizeram parte de sua vida. Alguns daqueles escritores até foram seus amigos. O volume *Histórias que o tempo leva...* incorporou narração de seu pai sobre o episódio messiânico da Serra de João do Valle, no Rio Grande do Norte. Os estudos etnográficos (inclusive aqueles dedicados à literatura popular) mencionaram lembranças e personagens de seu círculo familiar e afetivo. Mesmo o romance *Canto de muro* contém referências indiretas a sua infância e juventude natalense. E os quatro volumes de memórias explícitas surgiram entre 1968 e 1972 (*O tempo e eu – Memórias*, *Pequeno manual do doente aprendiz*, *Na ronda do tempo e Ontem – Memórias*), quando o escritor já estava em idade avançada – dos 70 aos 74 anos.¹⁶

Ricardo define essa postura como “busca proustiana”, esforço para “resgatar o que está desaparecendo”. Na época da corrida espacial (fins dos anos 60 do século XX), em entrevista, Câmara Cascudo considerou que o folclore não se extinguiria e que os próprios astronautas o carregariam em suas naves.

Ao mesmo tempo, Souza entendeu literalmente certas passagens de Câmara Cascudo, como é o caso da “jumentalidade da minha geração” (entrevista de 3 de dezembro 1978 para o *Diário de Pernambuco*) e de um suposto autodidatismo do escritor. Existe muito de retórica da humildade nessas falas, misturada com auto-ironia e também com uma dose de escárnio dirigida àquele presente. Câmara Cascudo nunca escondeu sua dimensão de erudito, poliglota, versado em clássicos – *Prelúdio e fuga do real* é um diálogo com alguns dos grandes autores mundiais de sua preferência. É necessário não confundir um estilo histórico de formação de elite (professores particulares, biblioteca pessoal) com autodidatismo. Interpretar essa retórica é dar conta do peso literário que Câmara Cascudo incorporou em sua obra. A escrita não é apenas assunto desse autor, é também seu fazer. Poeta e romancista bissexto, ensaísta prolífico, seu texto mereceu a seguinte avaliação, na antologia *Literatura do Rio Grande do Norte*, organizada por Constância Lima Duarte e Diva Cunha: “seja qual for o tema tratado, é sempre literário”.¹⁷

Essa relação com a escrita é um problema mais amplo no que se refere à cultura popular. Ricardo assinala uma “empatia que levou o pesquisador (...) a ser dominado pelo objeto”. É possível questionar se há *objeto* ou se o trabalho de Câmara Cascudo

constitui confissão – donde a propriedade de Souza evocar Jean-Jacques Rousseau¹⁸ – e autoconsciência.

Modernidade e tradição

As tensas relações do pensamento de Câmara Cascudo com a modernidade foram muito destacadas por Ricardo Souza, com realce para sua opção pelo tradicional. Nesse campo, a província e seu estilo de sociabilidade surgiram como escolhas do escritor, contra aquilo que a grande cidade representava de agitação e impessoalidade.

Também aqui, é preciso estar atento a algumas doses retóricas. Câmara Cascudo viveu em Natal, uma cidade ainda pequena na primeira metade do século XX. No entanto, ele transitou pelas principais metrópoles brasileiras e teve grande parte da obra editada em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Salvador, além de colaborações em periódicos europeus e de outros países americanos. Sua ligação afetiva e intelectual com Mário de Andrade nos faz lembrar que os debates sobre tradição só eram possíveis no contexto da modernidade, responsável por acentuar a consciência daquela questão.

Câmara Cascudo escreveu num Brasil ainda predominantemente rural, mas tendendo ao predomínio econômico e populacional da cidade – no fim de sua vida, tal tendência já se consolidara plenamente. Seu trabalho faz parte desse processo, sob o signo da nostalgia (a identidade nacional existente num mundo que se desfazia), mas também de esperança (as tradições persistindo). E a imagem de povo apareceu com um papel destacado nesse processo de preservação de tradições – sua criação foi menos ressaltada.

Apesar das tensões, fica evidente que Câmara Cascudo entendeu a modernidade como horizonte inescapável.

Além das biografias

Ricardo Souza reitera, nas conclusões sobre os quatro autores que estudou, o peso de uma análise biográfico-sociológica. Evoca as “origens sociais” daqueles pensadores, salientando, em Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, serem “descendentes de elites rurais provincianas em pleno processo de decadência e perda de poder a nível político e econômico”. Sylvio Romero foi identificado a uma “classe média nordestina empobrecida” e Euclides da Cunha associado à “pequena burguesia urbana”.

Essa interpretação tem o mérito de permitir entender articulações sociais das obras desses homens, e o grande risco de explicar esse problema com generalizações. Afinal, a imensa maioria dos “descendentes de elites rurais provincianas”, da “classe média nordestina empobrecida” e da “pequena burguesia urbana” não escreveu o que Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre produziram! Seus escritos

têm vínculos *mediados* com aquelas bases sociais, pois, se eles permanecessem apenas como expressões dessas origens, seriam banais ideólogos das respectivas frações de classe. Quais mistérios fazem com que os quatro ainda nos desafiem e até seduzam, mesmo quando irritam com argumentos racistas (Sylvio Romero e Euclides da Cunha) ou com a ênfase exclusiva na harmonia social e o fascínio pelas elites (Câmara Cascudo e Gilberto Freyre)?

O historiador marxista Nelson Werneck Sodré, em *A ideologia do colonialismo*, respondeu a essa questão com a denúncia de racismo e dependência em relação a certos padrões culturais e políticos das potências mundialmente dominantes, sem comentar Câmara Cascudo.¹⁹ A resposta de Werneck Sodré ainda é insuficiente. Qualquer autor é mais do que seus projetos ideológicos conscientes, e isso evidencia que seus textos são dotados de tensões internas, de perspectivas até indesejadas. E também isso faz a tese de Ricardo Souza mais instigante, ao convidar o leitor atual a uma retomada daqueles pensadores, procurando entender suas múltiplas articulações com a historicidade brasileira.

Ao mesmo tempo, esse leitor não se exime de responder sobre quais são as culturas populares, as identidades nacionais e as modernidades de seu interesse, hoje. O modelo mais habitual de Brasil, nos debates abordados por Ricardo Souza, remete para o padrão formador ibérico/africano/índigena, acrescido da imigração européia (a asiática não mereceu maior atenção). Neste começo de século XXI, a identidade nacional, sempre em tensa elaboração, engloba imigração de hispano-americanos, coreanos, chineses, russos e croatas, dentre tantos outros, mais emigração de brasileiros – inclusive, dos descendentes de imigrantes... A população urbana é largamente majoritária no país. O tema da pós-modernidade tornou-se corriqueiro. Como discutir aquelas questões agora?

A resposta não está dada em nenhum autor. Ela é tarefa de cada um de nós. E não tem cabimento cobrar de Câmara Cascudo (nem de Sylvio Romero, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre) tarefas que são nossas.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Professor livre-docente na FFLCH-USP, com pós-doutorado na Université de Paris III. Publicou, dentre outros livros, *Prazer e Poder do Amigo da Onça* pela Editora Paz e Terra e organizou o *Dicionário Crítico Câmara Cascudo* pela Editora Perspectiva.

¹ SOUZA, R. L.de. *Identidade Nacional e Modernização na Historiografia brasileira: o diálogo entre Romero, Euclides, Cascudo e Freyre*. Tese de Doutorado em História, defendida na Fafich/UFMG, sob a orientação do Dr. José Carlos Reis. Belo Horizonte, 2006.

² BOSI, A. *História concisa da Literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1970.

VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

³ HOLLANDA, A. B. de. *Novo Dicionário Aurélio* (versão eletrônica). Sem local, Positivo Informática, versão 5.0.40.

⁴ ROMERO, S. *Cantos populares do Brasil*. Edição anotada por Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.

FREYRE, G. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.

⁵ CÂMARA CASCUDO, L. da. *História do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Rio de Janeiro/Natal, Achiamé/Fundação José Augusto, 1984-A (1 ed. 1955). Id. *Tradição, Ciência do Povo*. São Paulo, Perspectiva, 1971 (Debates – 34). Id. *Vaqueiros e cantadores*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1984-B (1 ed. 1938).

⁶ ANDRADE, M. de. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo, Martins, 1972.

⁷ CÂMARA CASCUDO, L. da. *História da Cidade do Natal*. Natal, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/Prefeitura Municipal de Natal, 1999 (1 ed. 1947).

⁸ LIMA BARRETO, A. H. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Ática, 1986 (1 ed. 1914).

⁹ ORTIZ, R. Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil. *Estudos CEBRAP*. São Paulo, Cebrap, 27, 1990.

¹⁰ FERNANDES, F. *A condição de sociólogo*. São Paulo, Hucitec, 1978.

¹¹ LAMARTINE (DE FARIA), O. *Sertões do Seridó*. Brasília, sem editora, 1980; MELO, V de. *Origens da Literatura de Cordel*. Natal: sem editora, 1991; GURGEL, D. *Danças folclóricas do Rio Grande do Norte*. Natal, EDUFRN, 1985.

¹² *Província*. Natal, Fundação José Augusto, 2, 1968; MAMEDE, Z. *Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual 1918-1968*. Natal, Fundação José Augusto, 1970.

¹³ CÂMARA CASCUDO, L. da. *López do Paraguay*. Natal, Typographia de A Republica, 1927; Id. *Conde d'Eu*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1933; Id. *O Marquez de Olinda e o seu tempo, 1793-1870*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1938.

¹⁴ Id. *História do Rio Grande do Norte*, op. cit.; Id. *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, Do Val, 1965; Id. *História da Cidade do Natal*, op. cit.; Id. *Vaqueiros e cantadores* op. cit.; Id. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1983 (1 ed. 1967 e 1968); Id. *História dos nossos gestos*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1987.

¹⁵ LE GOFF, J. et alii. *La Nouvelle Histoire*. Paris, Complexe, 1978; SILVA, M. (org.). *Dicionário crítico Câmara Cascudo*. São Paulo, Perspectiva/Fapesp/FFLCH-USP/Fundação José Augusto/UFRN, 2003.

¹⁶ CÂMARA CASCUDO, L. da. *Alma patricia – Crítica literária*. 2 ed. Natal, Fundação José Augusto, 1998-A (1 ed. 1921); Id. *Histórias que o tempo leva... Da História do Rio Grande do Norte*. Mossoró, ESAM, 1991 (1 ed. 1924); Id. *Canto de muro – Romance de costumes*. 2 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977 (1 ed. 1959); Id. *O tempo e eu - Memórias*. 2 ed. Natal, EDUFRN, 1998-E (1 ed. 1968); Id. *Pequeno manual do doente aprendiz*. 2 ed. Natal: EDUFRN, 1998-C (1 ed. 1969); Id. *Ontem - Memórias*. 2 ed. Natal, EDUFRN, 1998-B (1 ed. 1972); Id. *Na ronda do tempo*. 2 ed. Natal, EDUFRN, 1998-D (1 ed. 1971).

¹⁷ Id. *Prelúdio e fuga do real*. Natal, Fundação José Augusto, 1975; DUARTE, C. L.e CUNHA (Pereira Macedo), D. (orgs.). *Literatura do Rio Grande do Norte – Antologia*. Natal, UFRN, 2001, p. 238.

¹⁸ ROUSSEAU, J.-J. *Confissões*. Tradução de Fernando Lopes Graça. Lisboa, Olho d'Água, 1988.

¹⁹ WERNECK SODRÉ, N. *A Ideologia do Colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965 (1 ed. 1961).

O DIREITO À CULTURA COMO CIDADANIA CULTURAL (SÃO PAULO, 1989/1992)

Mirna Busse Pereira*

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o significado de definir a cultura como direito e constituí-la como política cultural. Acompanha as implicações da implementação da política de cidadania cultural e o modo como ela foi tratada no cotidiano da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, na sua relação com a criação das Casas de Cultura, no período 1989-1992.

Palavras-chave

Cultura; política; direito à cultura; política cultural; cidadania cultural.

Abstract

The objective of this article is to reflect about the meanings of to define the culture how right and it constitute how cultural politic. This paper approaches the implications of the implementation of the cultural politic citizenship and the mode how it were treated in everyday life of the Municipal Cultural Secretary of São Paulo and her relation with the creation process of the Cultural Houses, along of 1989-1992.

Keywords

Culture; politic; cultural right; cultural politic; cultural citizenship.

Procuo reconstruir caminhos pelos quais a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, na gestão Luiza Erundina, implantou e implementou a Política de Cidadania Cultural. Para tanto, acompanho o processo de constituição do Projeto Casas de Cultura e a maneira como ocorreu sua instalação e implantação em diferentes locais da cidade. Considerando que a política cultural implementada pela Secretaria de Cultura tem seus antecedentes nas reflexões realizadas pelo Partido dos Trabalhadores a partir de 1982 – sua primeira participação em disputas eleitorais –, analiso o modo como a cultura foi pensada no interior do PT, desde sua origem até as eleições municipais de 1988.

Realizei esses estudos investigando um conjunto de documentos escritos, produzidos pela Secretaria Municipal de Cultura ou a ela referentes; documentos partidários diversos e aqueles resultantes das discussões travadas durante a elaboração de suas plataformas eleitorais e das Resoluções dos Encontros do PT; além de periódicos e materiais de imprensa. Trabalhei, ainda, com história oral, tendo entrevistado pessoas que trabalharam na equipe de coordenação geral do Projeto Casas de Cultura ou nas Casas de Cultura, entre elas uma funcionária de carreira; por último, entrevistei a ex-secretária Marilena Chauí, que integrou a comissão de cultura do PT, responsável pela organização dos trabalhos preparatórios para a elaboração de uma proposta cultural para a Secretaria de Cultura e que, a convite da ex-Prefeita Luiza Erundina de Sousa, assumiu a gestão dessa secretaria para a qual propôs a política de cidadania cultural.¹

Algumas das indagações que orientam estas reflexões são: quais foram as implicações para a gestão cultural petista de assumir a cultura como um direito de cidadania? Como a Secretaria de Cultura traduziu em seu fazer cotidiano a política de cidadania cultural, quais as iniciativas adotadas e como elas foram concretizadas? Como a política de cidadania cultural foi vista, seja no âmbito interno da secretaria e de suas relações com outros setores do governo municipal, seja com as pessoas e grupos sociais que com ela interagiram?

A política de cidadania cultural foi anunciada pela secretária Marilena Chauí, já em seu discurso de posse a 2 de janeiro de 1989, no saguão da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, momento em que apresentou de forma sistemática as noções de cultura, de secretaria e de relação com os funcionários da cultura e com os cidadãos, bem como com o governo da Prefeita Luiza Erundina de Sousa e demais órgãos do governo municipal da cidade de São Paulo que norteariam suas ações. Não era apenas um discurso que visava cumprir com a formalidade de assumir as responsabilidades pela condução dos trabalhos da Secretaria de Cultura. O discurso representava uma peça política que definia o teor da política cultural que estava sendo proposta para a cidade de São Paulo e anunciava, também, um propósito inusitado no modo de lidar com a cultura no âmbito da estrutura municipal de cultura.

Ao ser proferido em público, os propósitos anunciados assumiam um caráter de dever ser que a secretária de Cultura perseguiria ao longo de seus quatro anos de gestão cultural, buscando traduzir a política de cidadania cultural nas mais diferentes e diversas atividades e situações.

Os propósitos da Secretaria de Cultura achavam-se em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela então prefeita Luiza Erundina de Sousa para o governo municipal, que definiu: “O caráter popular desse governo [seria] dado pela inversão de prioridades, no sentido de atender aos direitos sociais da população trabalhadora, historicamente preterida quando da elaboração e implementação das políticas públicas”.

E seria, também, democrático, porquanto propiciaria: “a efetiva participação popular nas decisões político-administrativas, além de estimular a organização autônoma e independente dos trabalhadores, na perspectiva de construção do autêntico poder popular”.²

A Secretaria de Cultura, visando garantir que os direitos sociais dos trabalhadores fossem assegurados também em seu campo de atuação, definiu a cultura do ponto de vista da cidadania cultural. Isso significaria encarar a cultura como um direito do cidadão e, em particular, como direito da população trabalhadora. Mas a Secretaria também se propunha a dedicar esforços para promover o direito à cultura aos trabalhadores culturais, cujo trabalho experimental nas artes, nas técnicas, nas ciências e nas práticas socioculturais tem sido bloqueado, impedido, censurado e não reconhecido pelos poderes estabelecidos.

Os direitos declarados pela secretária Marilena Chauí³ explicitavam qual concepção de cidadania nortearia a política cultural durante sua gestão e definia o entendimento da Secretaria por direito à cultura, como:

- o direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes, seja pela invenção de novos significados culturais;
- o direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural;
- o direito de usufruir os bens da cultura, criando locais e condições de acesso aos bens culturais para a população;
- o direito de estar informado sobre os serviços culturais e sobre a possibilidade de deles participar ou deles usufruir;
- o direito à formação cultural e artística pública e gratuita nas Escolas e Oficinas de Cultura do Município;
- o direito à experimentação e à invenção do novo nas artes e nas humanidades;
- o direito a espaços para reflexão, debate e crítica;
- o direito à informação e à comunicação sobre tudo quanto se faça nesta Secretaria.

A cidadania cultural caracterizou-se, antes de qualquer coisa, por apresentar uma visão integrada de cultura e uma nova maneira de conceber a Secretaria de Cultura, isto

é, como um todo articulado entre os diferentes departamentos e assessorias. Como idéia central da política cultural da Secretaria, a cidadania cultural norteou a produção de todas as suas atividades e programas culturais.

Pensada como o “coração da Secretaria Municipal de Cultura”,⁴ a cidadania cultural definiu o direito à produção cultural como seu principal campo de atuação. A fim de promover o diálogo e a discussão com os diversos segmentos da população, suas atividades perpassaram e articularam todos os programas e todos os departamentos da SMC, como forma de garantir o pleno exercício da cidadania cultural. Nesse campo, a Secretaria se propôs a investir seus maiores esforços, pois acreditava que nele, principalmente, seria traçado o perfil de sua política cultural.

Buscando romper com a tradicional prática dos poderes públicos de tratar a cultura de forma setorializada, suas ações culturais abrangeram questões diversas, entre elas saúde mental, urbanização e alfabetização. Entendendo que a cultura abarcava as diversas dimensões da experiência social, cada um dos departamentos e setores da secretaria buscou expressá-la de variadas formas através de seus projetos. Recolocando-a e recriando-a de acordo com suas vocações, a cidadania cultural foi traduzida nas atividades do patrimônio histórico, de teatro, no cinema e no vídeo.

Para tanto, foi preciso, inclusive, redefinir a noção de cultura com a qual a Secretaria de Cultura operava. Entretanto, até que isso acontecesse através de um decreto municipal no início de 1991, a SMC enfrentaria uma série de restrições para a realização de vários projetos seus. Isso porque muitos deles abrangiam questões que fugiam daqueles aspectos tradicionalmente considerados cultura.

Entre várias situações enfrentadas pela secretaria nesse sentido, exemplo significativo foi um em que ela havia definido a realização de um trabalho de ação cultural junto a um mutirão de habitação popular na Zona Leste da cidade paulistana. A idéia havia surgido numa reunião de secretariado do governo petista quando foi solicitado à SMC que fizesse uma Casa de Cultura no galpão onde os mutirantes realizavam várias atividades. Segundo a funcionária Thaís Ruiz, a idéia era a de que se a Secretaria de Cultura “*fizesse ali umas atividades para crianças e para o pessoal mais idoso, durante o mutirão já iria criando essa [idéia] da Casa de Cultura*”.⁵

Paulo Botas, assessor cultural da SMC, lembrou que a procuradoria jurídica da secretaria apresentaria, porém, obstáculos a essa iniciativa “*porque ela achava que isso fazia parte da Secretaria de Habitação; não tinha nada a ver com a Secretaria de Cultura*”.⁶

Uma outra experiência, também com mutirões, foi questionada pelo setor jurídico. A Secretaria havia programado fazer uma exposição fotográfica no saguão de sua sede, sobre experiências de construção de mutirantes. Num primeiro momento, o setor jurídico

disse que a SMC não podia fazê-la pelos mesmos argumentos anteriores. Mas, ante a insistência da Secretaria para que fossem encontrados os meios legais para a realização dessa atividade, a procuradoria jurídica da SMC disse: “A não ser que vocês coloquem que a forma [como] as pessoas constroem as suas casas são formas artísticas. Então, vocês vão fazer uma exposição sobre as formas artísticas que as casas do mutirão assumem”.⁷

A princípio, uma das estratégias usadas pela SMC foi incluir as palavras “arte” ou “cultura” nos títulos de suas oficinas: “A beleza e a saúde na cultura popular” ou então “a arte de cozinhar, a arte da maquiagem, a arte do medicamento”. Dessa forma, as oficinas puderam ser realizadas, porque “quando havia a palavra arte, a burocracia deixava passar”.

Além desses casos, vários outros programas, cursos e seminários da Secretaria de Cultura sofriam restrições sob o mesmo argumento de que “não eram cultura”. Esses impedimentos encontravam respaldo nas leis fundamentais da Secretaria de Cultura, que definiam a cultura como as sete artes liberais. E, tudo que a Secretaria “pretendia fazer não incluía só as sete artes liberais, e em certos casos não incluía as sete artes liberais”.⁸

Trabalhar com o princípio da cidadania cultural, assumindo como culturais as diversas dimensões da experiência social, implicou, para a SMC, ao longo de seus dois primeiros anos de gestão, ter que enfrentar cotidianamente tensões e conflitos, que expressavam diferentes concepções de cultura, bem como de tratamento a ser dispensado a ela no âmbito institucional.

Foi a partir de diferentes projetos e práticas culturais, ao longo desse tempo, que a Secretaria de Cultura percebeu a necessidade de modificar a noção de cultura que definia o campo funcional de sua atuação. Isso porque a lei de criação da Secretaria de Cultura, de 1975, restringia as atividades culturais ao campo, definido no século XVIII, das belas-artes e, por conseguinte, tudo que não pertencesse ao escopo dessas últimas não seria administrativa e legalmente cultural.

Essa restrição jurídico-administrativa foi superada em janeiro de 1991, quando um decreto da prefeita Luiza Erundina redefiniu a idéia de cultura da Secretaria de Cultura, ampliando seu espaço de atuação.

Pelo decreto, duas considerações preliminares passaram a ter força de lei e definiam que “à cultura foi atribuído o caráter de direito acessível a todos os brasileiros” e que “a cultura engloba todas as formas de expressão e manifestação culturais”. Seu texto também tornava inequívoca a noção de “natureza artística e cultural” das atividades da secretaria. Estas seriam consideradas como “tudo o que deriva da atividade humana, como resultado de sua criação intelectual, sob todas as formas de expressão”, ficando estabelecido que “a Secretaria Municipal de Cultura deverá apoiar e incentivar a valorização e

a difusão das manifestações culturais e oferecer condições à população para acesso aos bens culturais”.⁹

A lei, e, por extensão, a legislação pública, representa o congelamento da correlação de forças políticas existentes na sociedade, num dado momento, no âmbito da ação do Estado. Dessa forma, o governo petista, que havia tido suas propostas de sociedade legitimadas pelo voto, ao transformar as práticas de sua gestão em lei (no caso, um decreto), garantia à Secretaria de Cultura as condições legais necessárias para a realização de suas atividades dentro dos propósitos da cidadania cultural.

No entanto, no cotidiano de atuação da secretaria e, mais tarde, das Casas de Cultura, as mudanças se processariam de forma lenta, demandando um constante trabalho de convencimento e quebra de resistências.

Patrimônio histórico e cultural como direito à cultura

A política de cidadania cultural da gestão petista colocou em questão seja a visão de cultura presente na cidade de São Paulo, seja a forma de conceber a Secretaria de Cultura ou mesmo a maneira desta tratar a cultura, tanto em sua estrutura organizacional quanto nas relações estabelecidas com a cidade.

O modo como a Secretaria enfrentou as questões que se apresentaram derivou das diretrizes gerais de sua política cultural, ao mesmo tempo em que lhe forneceu subsídios para seus trabalhos futuros.

O período inicial da gestão cultural petista ficou marcado na memória da maioria dos depoentes como um momento de encaminhamentos diversos por parte da secretaria. Várias das iniciativas mencionadas estavam inter-relacionadas, sugerindo uma idéia de concomitância das mesmas: montagem da equipe de governo, realização de vistorias para verificação das condições físicas dos equipamentos culturais, levantamento do número de servidores municipais da cultura, realização de cursos de formação para funcionários e identificação de projetos existentes na secretaria. Para cada um desses aspectos correspondeu uma dada orientação, melhor dizendo, uma dada diretriz de como o mesmo deveria (ou não) ser encaminhado.

Nos primeiros meses de 1989, a Secretaria de Cultura, acompanhando as diretrizes gerais do governo municipal, realizou vistoria e levantamento geral da localização e das condições físicas de seus equipamentos culturais, de sua situação administrativa e funcional, e do orçamento com que contava. A situação encontrada revelou a extensão das carências e dos problemas a serem enfrentados a fim de implantar e executar seu projeto cultural.

As visitas de vistorias aos equipamentos culturais da SMC, realizadas em companhia da secretária Marilena Chauí, foram motivo de grande impacto para a equipe de governo,

em razão da situação de destruição física em que suas instalações se encontravam. Eduardo Victor, coordenador do projeto Casas de Cultura no início da gestão cultural petista, ao rememorar essas visitas, deu-nos uma dimensão da precariedade do estado físico dos equipamentos culturais, ao dizer de maneira enfática que “estava tudo caindo”.

As vistorias realizadas ao Centro Cultural São Paulo, ao Centro Cultural Jabaquara, a diversas casas históricas, à Biblioteca Mário de Andrade e a teatros distritais revelaram o descaso a que os mesmos haviam sido submetidos pelos governos anteriores.

Vários desses equipamentos culturais apresentavam, em maior ou menor grau de gravidade, problemas de mais diversa natureza – como áreas alagadas, goteiras, uso inadequado de suas instalações, falta de manutenção –, pondo em risco tanto o patrimônio histórico da cidade quanto a segurança dos funcionários que trabalhavam naqueles locais e de seus usuários, solapando, dessa maneira, o direito à cultura.

Uma vistoria realizada pelo Corpo de Bombeiros e Contru,¹⁰ por solicitação da secretária de Cultura, resultou na interdição (ou confirmação desta em certos casos) e fechamento de alguns equipamentos. A secretaria, que havia definido para o Plano de Emergência do governo municipal, que abria suas instalações e ampliaria seu horário de funcionamento a fim de garantir o direito de acesso a elas pelos cidadãos, viu-se paradoxalmente na contingência de fechar temporariamente vários de seus equipamentos culturais.

A precariedade geral das condições físicas e materiais dos equipamentos culturais foi registrada em vídeo, fotografia e documentação escrita. O vídeo “Descaso Público”, por exemplo, registra imagens do Solar da Marquesa que mostram pedaços de teto caindo, assoalhos danificados, objetos e móveis históricos empilhados, e um arquivo com negativos em vidro, datado de meados do século XIX, depositado num porão que sofria alagamento durante as chuvas.

Lembrando que esse imóvel, no qual se utilizou a técnica construtiva de taipa, é o único exemplar da arquitetura urbana do século XVIII que a cidade ainda possui, fica expressa que as ações dos governos anteriores a essa gestão foram pautadas por um deliberado descaso no trato da coisa pública – seja pela falta de conservação e de manutenção, seja pelo uso que se fez (e se faz), desse patrimônio histórico e cultural da cidade de São Paulo. Descaso que implica a supressão da diversidade que caracteriza a memória social, num claro desrespeito ao direito à memória.

O estado de devastação e de abandono dos equipamentos culturais da Secretaria foi apresentado aos cidadãos através de uma exposição fotográfica intitulada “Ruínas e Esperanças”. Essa exposição foi exibida, simultaneamente, no Centro Cultural São Paulo, no saguão da Biblioteca Mário de Andrade e no Pavilhão de Convenções do Anhembi

– sendo neste último motivo de um seminário realizado com a equipe de governo. Tais atividades fizeram parte das iniciativas da Prefeitura por ocasião da prestação de contas dos primeiros cem dias de sua gestão, no sentido de garantir aos cidadãos o direito à informação.

Essa situação de descaso com o patrimônio público atingia outras áreas do governo municipal. Os equipamentos da educação, da saúde, da alimentação e dos transportes também foram encontrados deteriorados por falta de manutenção ou mesmo de destinação de uso, revelando a prática de ausência de definição de políticas públicas para os mesmos.

Diferentemente desse tipo de prática, ao assumir suas funções na gestão da cidade, o governo petista definiu como uma de suas prioridades a recuperação dos equipamentos municipais como forma de garantir os direitos sociais da população paulistana. Assim, seu governo seria marcado pela inversão de prioridades, no sentido de recuperar para a cidade seu patrimônio público, visando atender às necessidades da população trabalhadora.

No caso da Secretaria Municipal de Cultura, o estado deficiente e precário dos equipamentos culturais demandou medidas emergenciais para a sua superação, a fim de que os diversos setores da secretaria pudessem desenvolver seus trabalhos em condições consideradas adequadas.

A tarefa de restaurar o patrimônio histórico e cultural da cidade assumiu a dimensão de meta prioritária para a SMC. A reforma e o restauro de edifícios completamente deteriorados, bem como a recuperação de equipamentos danificados operaria como pré-condição ou condição básica para a implantação de seus projetos culturais e como forma de garantir o direito à cultura em seu sentido amplo.

Orçamento: de peça contábil à expressão política da cidadania cultural

As carências das condições físicas dos equipamentos culturais revelaram a dimensão dos problemas a serem enfrentados pela Secretaria a fim de implementar a política de cidadania cultural, dada sua tradicional ínfima participação no montante da peça orçamentária do governo municipal.

Situação tanto mais problemática para a Secretaria de Cultura, já que a mesma contava, no início de sua gestão, com recursos financeiros que representavam apenas 0,5% do orçamento municipal, posição que seria alterada ao longo dos quatro anos de governo. Ainda em 1989, ela receberia novas dotações de recursos financeiros, passando a contar com 1,3% do montante de recursos da prefeitura e nos dois anos subseqüentes passaria a 1,6%, chegando a 1,8% ao final de 1992.¹¹

Mesmo tendo tido um aumento significativo de sua participação no conjunto do orçamento geral da prefeitura, os recursos financeiros destinados à Secretaria de Cultura permaneceram em patamares bastante insuficientes ante as necessidades de ação cultural na vida da cidade paulistana.

Considerado pela gestão cultural petista como elemento fundamental para a viabilização de sua política cultural e a fim de evitar que apenas os serviços burocráticos e rotineiros pudessem ser realizados, o orçamento da SMC foi, desde 1989, reavaliado, e o próprio modo de tratar essa questão foi repensado.

A questão do orçamento foi entendida pelo governo municipal como um todo, não apenas como uma peça contábil, mas como uma peça política. Nesse sentido em particular, o orçamento da SMC deveria expressar sua política cultural e explicitar suas prioridades.

Dessa forma, a SMC promoveu “uma deliberada politização da peça orçamentária”, contrapondo-se à tradicional prática da “mesmice da cópia do orçamento do ano anterior” levada a cabo pelo departamento de finanças. Isso significou, para sua equipe de governo, participar de cursos sobre o planejamento nos órgãos públicos promovidos pelo governo municipal e se inteirar dos procedimentos de preenchimento dos chamados formulários técnicos e de sua tramitação administrativa. Tais cursos permitiram que eles se apropriassem dos aspectos jurídicos e legais que envolvem a confecção de um orçamento de órgão público; e, por assim dizer, de posse desse conhecimento, planejassem suas ações e definissem suas prioridades para os anos seguintes da gestão cultural.

Planejar, estabelecer prioridades e traduzi-las em termos orçamentários demandou aprendizado e realização de discussões conjuntas entre todos os departamentos da SMC. Na opinião de Vera Tokairim, assessora do gabinete da secretaria, essas discussões foram “*bastante complicadas e complexas, porque, na verdade, [a SMC] estava pedindo para todo diretor de departamento, (...) para cada unidade orçamentária, ver o conjunto da política da Secretaria*”.¹²

Esse modo de tratar as questões orçamentárias implicou que os departamentos confrontassem seus projetos e seus argumentos, a fim de definir quais seriam suas prioridades e, portanto, onde e como seria investido o dinheiro. Tratava-se de decidir o que era mais importante para a população, do ponto de vista da cidadania cultural.

O que se pretendia, com esse modo de lidar com a elaboração do orçamento, era a superação do isolamento dos departamentos através de um olhar que considerasse o conjunto da Secretaria. Pois definir projetos visando abarcar diferentes expressões culturais da cidade e, ao mesmo tempo, tratá-los de modo integrado no interior da própria Secretaria de Cultura, materializando-os em seu orçamento “*não era uma discussão de contas,*

*era uma discussão de política. Quanto que vai para cada lugar não é uma discussão de contabilidade; é uma discussão de prioridade política”*¹³

A discussão para definir programas e prioridades foi travada também em plenárias públicas de elaboração do orçamento e nos Núcleos Regionais de Planejamento. Nesses momentos, a Secretaria de Cultura teve que confrontar seus argumentos com os de outras secretarias municipais, bem como com os argumentos vindos da população.

Numa cidade com graves carências nas áreas de habitação, educação e saúde, para citarmos apenas aqueles aspectos da vida social considerados direitos fundamentais de cidadania, a questão da cultura geraria polêmicas e seria motivo até mesmo de expressões mais exaltadas, revelando o ânimo dos participantes dessas discussões, revelando a diversidade de entendimento sobre a posição que a cultura deveria ter ou não na escala de prioridades do governo municipal.

Os debates realizados nas plenárias de orçamento participativo do governo municipal foram travados em meio às dificuldades advindas da própria novidade desse tipo de encaminhamento proposto pela gestão petista. Ao mesmo tempo, significou levar os projetos culturais da Secretaria de Cultura para um fórum amplo de discussões e de tomada de decisões sobre as prioridades a serem assumidas pela prefeitura.

Em certa medida, nas plenárias de orçamento participativo, a Secretaria de Cultura teve que enfrentar a incompreensão da validade cultural e política de seus projetos para a cidade. Isso porque, quando funcionários da cultura pediam para ser colocado na pauta de discussões orçamentárias o Projeto Casas de Cultura, vários participantes questionavam a pertinência dessa proposta, dizendo, “*será que eles não percebem que a gente tem outras coisas mais importantes para discutir?*”¹⁴

Para mostrar a pertinência e a importância dos projetos culturais, os funcionários da cultura tiveram que insistir em seus argumentos para conseguir a compreensão de participantes da plenária para a necessidade da ampliação da participação da Secretaria na composição do orçamento da prefeitura.

Tendo em conta que as plenárias de orçamento participativo constituíam espaços em que representantes da população, militantes petistas e representantes do governo municipal se reuniam para debater e definir prioridades locais e regionais, e a conseqüente alocação das verbas municipais, parece claro que a questão da cultura não figurava como prioridade, tampouco era tida como importante, mesmo entre os próprios pares que compunham a gestão petista.

Isso revela a pouca tradição, mesmo entre militantes do Partido dos Trabalhadores, muitos dos quais ocupavam cargos na administração municipal, de apreender a cultura como uma dimensão significativa da experiência social e que para ser efetivada como direito a cultura necessitaria ter maior participação no orçamento municipal.

Exemplos de intervenção oficial na área cultural

A fim de quebrar as resistências e divulgar para a cidade a idéia de cultura como direito do cidadão e visando enfatizá-la na política cultural da Secretaria de Cultura, foi criado o Projeto Cidadania Cultural, como uma das formas de garantir o direito à produção cultural. Garantir espaços para a produção cultural a múltiplas parcelas marginalizadas da população fazia parte das intenções da Secretaria, como forma de criar condições para superar a separação sociocultural existente entre o centro e a periferia.

Trabalhar nessa perspectiva significou, para a Secretaria, formar uma equipe e encarregá-la de assumir o Projeto Cultura na Cidade, então existente em seu gabinete, com o propósito de elaborar, a partir dele e não necessariamente com ele, um Projeto de Casas de Cultura e de Oficinas Culturais, proposta apresentada no discurso de posse da secretária Marilena Chauí. Esse propósito exigiu que seus encaminhamentos passassem por sucessivas avaliações e, como decorrência delas, novas diretrizes foram estabelecidas a fim de adequá-las à política de cidadania cultural.

Em gestões anteriores, quando não havia uma preocupação em definir uma política cultural para a Secretaria Municipal de Cultura, foram realizadas algumas iniciativas de descentralização e mesmo de fomentação cultural, como foi o caso do Projeto Cultura na Cidade.

Implantado na gestão Mário Covas (1983-85), o Projeto Cultura na Cidade, havia definido o papel da Secretaria de Cultura como o de uma “intervenção oficial na área cultural”.¹⁵ Considerando que o município se achava numa situação de dispersão dos cidadãos, o secretário Gianfrancesco Guarnieri colocou em prática um plano de atuação que se caracterizou por dois tipos de iniciativas: a construção de centros culturais e a realização de oficinas e mostras culturais.

Programados para serem instalados cinco centros culturais, um em cada região da cidade, ao final da gestão Mário Covas apenas o Centro Cultural São Paulo, o Centro Cultural do Jabaquara e o Centro Cultural do Itaim Paulista¹⁶ haviam sido construídos.

Quanto às mostras culturais, elas tinham por função reunir produtores culturais de diversas áreas artísticas, através da realização de mostras culturais, como foram os casos da Mostra Cultural da Zona Sul, em Santo Amaro, e da 1ª Mostra Cultural do Butantã.

Dois outros tipos de intervenção oficial em atividades culturais promovidas pelo Projeto Cultura na Cidade foram a realização de cursos e oficinas culturais e a prática de “levar o caminhão de som” a bairros afastados do centro da cidade. De maneira geral, essas iniciativas ocorreram de forma desarticulada, entre si e em relação ao conjunto da secretaria.

O Projeto Cultura na Cidade caracterizou-se pela prática de promover ações pontuais nas diferentes regiões da cidade através da viabilização de eventos culturais. Refletindo sobre essas atividades, a ex-secretária de Cultura Marilena Chauí, referiu-se a essas práticas dizendo que o Projeto Cultura na Cidade “*não era um projeto cultural, ele era o fornecimento de serviços de infra-estrutura para trabalhos de bairro*”.¹⁷

Lembrando que, tradicionalmente, são os órgãos governamentais de cultura que definem a ocasião e as circunstâncias para as quais cedem infra-estrutura material – em geral promovendo atividades culturais regidas pelas leis de mercado –, é forçoso reconhecer nessa prática de “levar o caminhão de som” aos bairros, uma forma dissimulada de “levar cultura” à população, e, sobretudo, uma forma de controlar a própria produção cultural da população. Essa era, efetivamente, a natureza da intervenção oficial na área cultural promovida pela Secretaria de Cultura na cidade paulistana, na gestão do secretário Gianfrancesco Guarnieri.

Quando percebemos que tais atividades não mantinham qualquer compromisso com acontecimentos passados e tampouco com seus desdobramentos futuros – pois não tiveram continuidade na gestão seguinte –, fica claro que não havia intenção daquela gestão cultural de fazer germinar ou assumir como culturais as atividades desenvolvidas por pessoas e grupos culturais dos bairros das regiões mais afastadas do centro da cidade.

A um governo que identificava atividade cultural com “espetáculos apresentados sob a forma de eventos sem passado e sem futuro, sem raiz na memória cultural da cidade”¹⁸ sucedeu o governo Jânio Quadros, que se caracterizou por seu autoritarismo e por sua política de ausência cultural para a cidade.

Processo de criação e de implantação do Projeto Casas de Cultura

Tendo como propósito evitar reproduzir essa tradição e esse modo de lidar com a cultura, a própria idéia de evento¹⁹ seria repensada pela gestão cultural petista. Entendendo que as práticas anteriores contribuíam para a formação de uma “imagem de cultura como sucessão de eventos”, isto é, como um acontecer pontual e efêmero, a Secretaria de Cultura propunha-se a tratar as atividades que viria a desenvolver dentro de uma concepção de cultura entendida como “trabalho da imaginação e da inteligência reflexiva e crítica”.

Tomando a cultura como direito de todos terem acesso à cultura – isto é, à diversidade de bens culturais produzidos socialmente – e como direito à criação cultural – isto é, como direito de todos de criar cultura – a ênfase das atividades da Secretaria de Cultura seria deslocada do “produto” para o processo de sua preparação e criação. Isso significando que a apresentação de atividades num determinado momento deveria expressar o

acúmulo de reflexão e de trabalhos desenvolvidos e produzidos ao longo do tempo desse mesmo processo.

Com esse propósito, foram desencadeadas iniciativas junto a pessoas ligadas à cultura, bem como a movimentos populares para conversarem sobre o entendimento que a Secretaria tinha a respeito do exercício da cidadania cultural; dando início a discussões sobre o que seria a ação cultural nas regiões da cidade, bem como à gestão cultural através de conselhos, tendo como idéia desenvolver um Projeto de Casas de Cultura.

Tendo como referência a fala de diversos depoentes, o que parece significativo de ser assinalado é o fato de os mesmos terem se referido ao início da gestão da Secretaria de Cultura reportando-se, invariavelmente, às iniciativas da Prefeitura, estabelecendo um vínculo entre ambas. Esse vínculo, apreendido pelos depoentes a partir dos encaminhamentos propostos pela Secretaria e pela Prefeitura, expressa a existência de uma unidade de propósitos entre essas diferentes instâncias de governo quanto ao modo de governar a cidade, no sentido de se constituir uma gestão apoiada na representação e na participação.

A partir dos contatos realizados pela cidade e daqueles feitos por produtores culturais diretamente na Secretaria, foi elaborado um cadastro que permitiu à Secretaria de Cultura ter a percepção de que havia uma “diferença no nível de trabalho cultural nos vários bairros”.²⁰ Ou seja, a demanda cultural, organizada em algumas regiões, ou dispersa e fragmentada em outras, foi interpretada como se houvesse, em todas elas, uma “espécie de mito gerador”, um desejo de que houvesse na região um equipamento cultural.

A própria diferença de “qualidade” da demanda cultural fez a SMC supor que deveria haver formas de atuação diferentes em cada região: em algumas bastaria “oferecer espaço e recursos técnico-financeiros”, enquanto em outras seria preciso “oferecer tudo, até mesmo a demanda cultural”.

Nesse período foram organizados, na Secretaria de Cultura, vários núcleos de trabalho, entre eles a Assessoria Afro, a Assessoria dos Direitos Humanos, bem como a equipe do projeto Casas de Cultura, tendo sido montadas suas equipes de trabalho através da realização de entrevistas individuais e de pequenos contatos de grupos, bem como por meio de reuniões coletivas para exposição das novas diretrizes.

Esse modo de a nova gestão cultural encaminhar as questões administrativas enfrentou resistências por parte dos funcionários, em razão de eles entenderem que, por serem funcionários públicos, não deveriam se submeter a critérios internos de avaliação e seleção para o trabalho. Apesar disso, a equipe do projeto Casas de Cultura, formada a partir desse processo de seleção, foi coordenada por membros da nova equipe de governo e composta por funcionários de outros órgãos municipais e por aqueles da própria Secre-

taria que já faziam parte do antigo Projeto Cultura na Cidade e manifestaram interesse em trabalhar no projeto.

Para tanto, foram desenvolvidas inúmeras tarefas, tais como a realização de seminários internos, a formação de equipes de trabalho, a organização de cursos para oficinairos e agentes culturais, a discussão de propostas e projetos, e simultaneamente, a previsão das necessidades de recursos materiais e financeiros para a sua viabilização.

Essas tarefas, iniciadas no primeiro semestre de 1989, tinham duplo caráter: visavam a formação e preparação da equipe, concomitantemente ao encaminhamento dos trabalhos práticos. Esse procedimento foi lembrado por Thaís, funcionária de carreira, como expressão de “*um trabalho bastante lento. (...) no sentido de ser muito discutido (...)*”.²¹

O sentido da lentidão dos trabalhos, diferente de significar morosidade ou ausência de propósitos, estava associado ao início das atividades da equipe, quando ela realizou diversas leituras,²² bem como participou de uma série de palestras e seminários para reflexão e debates sobre diferentes práticas de ação cultural. Essas atividades foram realizadas tanto por pessoas da área cultural como por especialistas especialmente convidados para, como também contaram com a presença da própria secretária de Cultura Marilena Chauí.

Eram oportunidades para refletir sobre a questão da cultura enquanto um conjunto de ações e relações socioculturais que se estabelecem e se recriam constantemente em diferentes espaços sociais; bem como sobre o papel dos agentes culturais e da Secretaria de Cultura e suas possibilidades de atuação.

Organizado em forma de cursos de formação de agentes culturais, esse conjunto de atividades era aberto a todos os funcionários da cultura e foi desenvolvido, tanto na sede da Secretaria de Cultura como em outros equipamentos culturais, como, por exemplo, na Biblioteca Mário de Andrade. Eram oportunidades de reflexão sobre os vários aspectos que compõem a experiência cultural das pessoas em seu viver cotidiano e sobre as diferentes formas pelas quais ela se expressa, inclusive nos momentos de lazer e de entretenimento, e não só nas atividades artísticas.

Nesses momentos, foram discutidas questões relativas à ação cultural, tendo como referências outras experiências de iniciativas institucionais na área da cultura, seja com Casas de Cultura ou com Oficinas Culturais, tanto as existentes no Brasil como em outros países, como, por exemplo, Cuba, França, Espanha e Itália.²³ E como referência para a elaboração de propostas e propósitos para as Oficinas Culturais, a SMC havia convidado pessoas das “Oficinas Culturais Três Rios”²⁴ para também dar palestras.

A importância dessas atividades e do contato com leituras diversas residia em dois aspectos do direito à cultura. Por um lado, punha em prática o direito à informação, à medida que possibilitava aos seus participantes conhecerem o que existia de experiências

de Casas de Cultura e Oficinas Culturais, o que eles não iriam reproduzir ou o que se pretendia superar. Além disso, exercitava o direito à formação, que servia para nortear o próprio trabalho prático que acompanhava, desde o início, essas atividades. Ou seja, eram referências para serem negadas ou afirmadas, total ou parcialmente, pelas ações culturais da Secretaria de Cultura.

A idéia geral que orientou as discussões em relação às Casas de Cultura foi a de que elas não seriam centros culturais. Isso porque, segundo a ex-secretária Marilena Chauí, os centros culturais, por tradição, têm sido identificados como locais “*de extroversão de uma produção que não era necessariamente feita nele. E as Casas de Cultura eram um lugar [das] mais variadas formas de produção cultural*”.²⁵

Pensando a cidadania cultural não só como um direito de fruição dos bens culturais, mas como um direito à produção de bens culturais, as Casas de Cultura foram propostas para serem, prioritariamente, lugar das mais variadas formas de produção cultural, sem, contudo, delas excluir a possibilidade de extroversão dessa produção.

As Casas de Cultura e as Oficinas Culturais, à medida que foram pensadas como espaços de ação cultural, não necessitariam ser, e nem se pretendiam, constrangidas a um espaço físico determinado; embora essa idéia não fosse descartada. A idéia que norteou esses projetos baseou-se na possibilidade, vislumbrada pela Secretaria de Cultura, de que eles poderiam se expandir em diferentes regiões da cidade pela dinamização cultural que viessem a promover.²⁶

As atividades internas de formação cultural foram acompanhadas pela realização de uma série de iniciativas em direção às diferentes regiões da cidade. Num município com as dimensões de São Paulo, dividir a cidade em regiões e percorrer todas elas, nos três períodos do dia, foi a forma que a equipe encontrou para realizar esse trabalho. A própria equipe organizou-se de acordo com a divisão administrativa das regiões da cidade, tendo por objetivo organizar grupos de pessoas para com elas discutir a proposta de Casas de Cultura.

Essas iniciativas são reveladoras da forma de atuação interna e externa da Secretaria de Cultura, as quais se implicavam mutuamente, realizando um movimento de dupla determinação. Desse movimento resultaria a definição das linhas de ação e das características que configurariam o próprio Projeto Casas de Cultura, como resultado do acúmulo de experiência de sua equipe de trabalho e do contato direto com as diferentes regiões da cidade.

Esse primeiro momento caracterizou-se mais como uma atividade de reconhecimento das diversas regiões da cidade, das possibilidades que elas ofereciam e de seu potencial cultural, do que por qualquer intenção de definir de antemão um local ou uma região para instalar uma Casa de Cultura.

No primeiro semestre de 1989, foram feitos vários contatos e realizadas reuniões com entidades de bairro e associações de moradores, com grupos de cultura, bem como com o que existia de movimentos sociais organizados e, ainda, com equipamentos de outras secretarias, como os da Educação, da Saúde e do Bem-Estar Social.

Ao mesmo tempo, foram feitas visitas a diversos locais, com o intuito de verificar a possibilidade de uso de suas instalações para a realização de oficinas culturais. Fossem eles escolas estaduais e municipais ou instituições que trabalhassem com crianças e jovens menores de idade.

No entanto, resistências a esse projeto se fizeram presentes através de argumentos diversos, que se apresentaram em termos de condicionantes e limitações à ação que a política de cidadania cultural se propunha a realizar: os “horários das escolas” foram tidos como restritivos, tanto para a realização de atividades quanto em relação ao “público” a ser atendido; fazer atividade com meninos dos Centros da Juventude²⁷ significou atender “uma população que de alguma forma já era atendida também com cursos”; em relação às atividades das oficinas culturais, os argumentos englobavam os anteriores, ao mesmo tempo que refutavam a possibilidade de uso daqueles espaços, pois considerou-se que neles a ação dos agentes culturais não teria “independência”.

Dessas reuniões com pessoas ligadas a atividades culturais e da formação de núcleos de discussões sobre questões culturais, resultou uma concepção de Casas de Cultura enquanto “*espaço e estrutura para que as pessoas pudessem produzir cultura, (...) ter acesso às produções culturais, (...) à formação cultural e integrar os vários projetos, as várias experiências (...)*”.²⁸

E quanto a sua estrutura física e ao seu funcionamento foi definido que a Casa de Cultura seria

[...] estruturada em lugares já existentes e se utilizando ainda de equipamentos de outras secretarias (...). ela funcionaria como um espaço de encontro entre produtores culturais, entre pessoas que estudavam a questão da cultura e um ponto onde a população saberia identificar.

Esse processo interno e externo de discussões estendeu-se por quase todo o primeiro ano da gestão cultural petista, resultando num projeto que abrangia toda a cidade, baseado nas vinte Administrações Regionais e que previa a criação de vinte Casas de Cultura.

A partir de considerações que enfeixavam questões relativas ao espaço físico, aos horários de funcionamento, ao público a ser atendido e à atividade a ser realizada, a percepção da equipe responsável pelo Projeto Casas de Cultura foi a de que seria melhor ter espaços próprios para a instalação das primeiras Casas de Cultura.

Essa definição, entretanto, implicou dificuldades de ordem material, administrativa e política para a sua viabilização. Isso porque a SMC não dispunha de infra-estrutura material para esse fim específico, tampouco tinha um orçamento que comportasse a construção de novos equipamentos e, também, não contava com um corpo técnico de funcionários que pudesse encaminhar a questão.

Após algumas tentativas frustradas da Secretaria de Cultura para a viabilização de espaço – quando contou com ajuda interna de seu Departamento do Patrimônio Histórico e também com a de outras secretarias e órgãos municipais –, em que se impuseram dificuldades de ordem conceitual em relação à compreensão de funcionamento da própria secretaria e das Casas de Cultura, de ordem material de espaço e de obras para sua viabilização, e de ordem conceitual e política com o restante de governo, foi possível definir os locais onde seriam instaladas as Casas de Cultura.

Em meio a esse processo, a política de cidadania cultural revelou-se um ponto de disputa e também de equilíbrio político, que permitiu que a instalação das Casas de Cultura fosse realizada em função de espaços da própria Secretaria de Cultura que eram subaproveitados e em locais sugeridos pelas administrações regionais e pelo movimento cultural de diferentes regiões.

De modo que, após um longo processo de discussões e de negociações entre membros e autoridades de diferentes níveis da gestão petista, as Casas de Cultura do Ipiranga, do Butantã e da Raul Seixas de Itaquera foram instaladas em espaços que pertenciam legal e respectivamente às Secretarias de Abastecimento e de Habitação.

Entretanto, na prática cotidiana, a construção da idéia de Casa de Cultura enquanto espaços de convivência e trocas de experiências, de ação cultural e realização de atividades culturais diversas, iria se dar através de um processo de constante aprendizado e descobertas, tanto para seus coordenadores como para as pessoas envolvidas em suas atividades, e mesmo para a Secretaria de Cultura.

Toda essa discussão foi realizada levando-se em consideração a perspectiva da Secretaria de Cultura de se contrapor aos moldes instituídos pelo Estado brasileiro, de abordar a cultura de forma assistencialista, clientelista, populista ou de forma a reforçar práticas de tipo consumista.²⁹ Assim, estabeleceram-se propósitos para as Casas de Cultura que eram, ao mesmo tempo, recusa de outras práticas e idéias sobre cultura, como, por exemplo, a de que através da “animação cultural pode-se ‘dar alma ou ‘insuflar a vida’ a indivíduos pretensamente despojados de vitalidade”.

Pretendendo se opor “a hábitos culturais ideologicamente arraigados”, os quais deveriam ser confrontados nas práticas culturais, o Projeto Cidadania Cultural definiu, no final de 1989, que as Casas de Cultura atuariam com uma concepção de cultura enten-

didática, simultaneamente, como “conjunto de práticas, idéias e sentimentos que exprimem as relações simbólicas dos homens com a realidade (natural, humana e sagrada); e como “conjunto de práticas e de idéias produzidas por grupos que se especializam em diferentes formas de manifestação cultural – as artes, as ciências, as técnicas, as filosofias”.

Esse elenco de questões revela não só a dimensão das tarefas que a SMC teve que enfrentar para implantar as Casas de Cultura na cidade de São Paulo como também revela o caráter de inovação de sua política cultural.

Trabalhar com os princípios da cidadania cultural significou, para a própria equipe encarregada da criação das Casas de Cultura, apropriar-se de seus propósitos, reinterpretá-los e expressá-los em forma de projeto a ser concretizado através de ações culturais. Essa é uma característica que advém da própria política cultural da Secretaria, ou seja, suas ações partiam sempre de uma definição política, a qual ia sendo testada, modificada ou adequada no confronto com as situações existentes. Buscava-se com isso, através de sucessivas tentativas de erros e acertos, efetivar a cidadania cultural na cidade de São Paulo.

Esse modo de apreensão da cidadania cultural permitiu que o Projeto Casas de Cultura fosse se configurando e ganhando concretude através de um processo que se caracterizou, bem como incorporou diferentes práticas culturais.

As Casas de Cultura constituíam a meta final do Projeto Casas de Cultura, isto é, eram uma definição política da Secretaria Municipal de Cultura e, ao mesmo tempo, deveriam surgir do processo de discussão e participação que se verificasse em diferentes regiões da cidade. Com esse intuito, estabeleceu-se que o diálogo do Projeto Casas de Cultura com a população dar-se-ia de forma coletiva e descentralizada em cada região, a fim de fortalecer a organização dos grupos, entidades e movimentos culturais locais.

Com o atendimento coletivo e descentralizado, acreditava-se que os produtores culturais locais, tradicionalmente marginalizados do direito à cultura, pudessem se conhecer, trocar experiências e informações, apresentar e discutir propostas e planos de ação cultural para a região ou para a cidade. A intenção era de que, nesse processo, indivíduos e grupos culturais construíssem referenciais comuns, apreendessem as atividades culturais como parte integrante de seu cotidiano e, através delas, estabelecessem vínculos que se expressassem em propostas de ação cultural para a região, de forma duradoura e ao longo do tempo. Acreditava-se que, uma vez surgidas desse processo, as Casas de Cultura seriam por ele afiançadas.

As Casas de Cultura, por não partirem de uma concepção preestabelecida de qual forma deveriam assumir, ganhavam contornos mais claros durante seu processo de criação. Pensadas para serem espaço para a expressão e apresentação da produção cultural

local e para realização de oficinas culturais, seu perfil seria dado pelas práticas culturais da população que delas viesse a participar nas regiões onde fossem instaladas.

Situadas no campo do direito à produção, as Casas de Cultura pretendiam incentivar a imaginação, a liberdade e a participação de quantos se envolvessem com sua criação. Nesse sentido, pretendiam ser uma idéia geradora de novos valores, que deveriam ser, ao mesmo tempo, constituídos e conquistados; vontade política da Secretaria de Cultura que, no entanto, para se concretizar dependeria da ação político-cultural dos sujeitos sociais.

Embora Casas de Cultura e Oficinas Culturais fossem propostas de forma concomitante, a efetivação de uma delas não estava, necessariamente, condicionada à efetivação da outra; antes, dependiam dos espaços onde iriam ser realizadas. Cada uma delas tinha um perfil próprio que corresponde a determinações específicas.

As Casas de Cultura foram projetadas como núcleos culturais destinados a servir de ponto de encontro para produtores trocarem experiências e informações, apresentarem seus trabalhos e programarem ações culturais para o bairro ou a região. As oficinas culturais, por sua vez, destinavam-se a atender as demandas dos produtores, promovendo o aperfeiçoamento das diferentes técnicas de experimentações artísticas. Objetivava-se que a implantação das Casas de Cultura e das Oficinas Culturais caminhasse simultaneamente e que seus planos de ação pudessem ser cruzados e integrados num futuro próximo.

Essas idéias, entretanto, iriam conviver com uma diversidade de compreensões acerca do que fosse cidadania cultural, de qual seria o papel da Casa de Cultura e com qual sistema de gestão deveria funcionar e, ainda, como e quais atividades seriam nelas realizadas.

A primeira dificuldade que o projeto Casas de Cultura enfrentou foi em razão da estrutura departamental da Secretaria de Cultura, e, por causa dela, seus funcionários não contavam com uma experiência de trabalho que integrasse projetos e atividades de seus vários setores administrativos. Isto é, não fazia parte das experiências dos funcionários da Secretaria organizar atividades culturais de maneira integrada, buscando multiplicar a ação de cada um deles nos equipamentos culturais do município. Ao contrário disso, a experiência pregressa da Secretaria de Cultura era a de limitar e restringir suas iniciativas às atribuições jurídico-administrativas de seus diversos departamentos.

Dessa forma, foi a partir desse modo de entender e tratar a cultura na Secretaria de Cultura que o projeto das Casas de Cultura foi sendo posto em prática. Isto é, foi a partir das práticas culturais já existentes na Secretaria que se pensou e tentou descentralizar sua ação cultural através das Casas de Cultura.

Outras dificuldades ainda seriam enfrentadas no processo de implantação das Casas de Cultura e disseram respeito aos entraves burocráticos de toda ordem encontrados pelo caminho.

Mas, talvez, as maiores dificuldades tenham sido aquelas enfrentadas pelas pessoas que assumiram responsabilidades culturais junto às Casas de Cultura, no sentido de encontrarem formas de ação cultural que concretizassem as idéias de cidadania cultural e de co-gestão nas suas experiências cotidianas.

Algumas das pessoas entrevistadas referiram-se a esses aspectos, dizendo “*a gente, também, não sabia muito bem como fazia isso*” ou “*era uma coisa nova, a gente nunca tinha trabalhado com isso*” e, ainda, “*a gente não sabia mesmo como trabalhar*”.

Essas questões seriam tratadas no processo de discussão e organização das atividades das Casas de Cultura. No decorrer desse processo, principalmente, pessoas, grupos culturais e movimentos sociais iriam ser incorporados, assumiriam ou responderiam pelas suas programações culturais.

No entanto, a prática da co-gestão, baseada na idéia de igualdade de direitos culturais e de direito à participação nas decisões político-culturais seria experimentada como um desafio cotidiano ao longo de grande parte de tempo da gestão cultural petista. Ela demandaria a busca de caminhos e seria construída através de diferentes práticas, pois, como lembrou Clóvis Ribeiro, referindo-se à Casa de Cultura do Butantã: “*Como (...) fazer uma gestão, uma co-gestão entre prefeitura local, a secretaria, os interesses comuns, o PT não sabia ainda como. Até que, quase no final do mandato, [se] conseguiu fazer isso*”.³⁰

Mesmo sendo um propósito do governo petista a prática da participação nas decisões das atividades culturais, implicou explicitar conflitos e diferentes interesses, sendo vivida em meio a grandes tensões no cotidiano das Casas de Cultura. Antonio da Silva Pinto, referindo-se à Casa de Cultura de Santo Amaro, relembrou que a prática da participação demandou um tempo de aprendizagem das próprias pessoas envolvidas com as questões culturais, “*em princípio, quase saiu cadeirada. Mas, no final, (...) as pessoas começaram a se educar, e (...) começou a pintar propostas em conjunto*”.³¹

Nesse processo de aprendizado, as Casas de Cultura tiveram que encontrar formas de atuação ou de democratização das relações que nelas (e com elas) se estabeleceram, bem como do uso de seus espaços, visando a ampliação da compreensão do que seja atividade cultural da perspectiva da construção da cidadania cultural.

Isso significaria investir no tempo, no sentido de aprender a conviver com as diferenças culturais, bem como a lidar com os conflitos a elas inerentes. Dessa maneira, o modo como cada Casa de Cultura encaminharia essas questões delinearía os diferentes perfis que elas adquiriram durante o seu processo de implantação.

Ou seja, a participação nas decisões da vida cultural da cidade através da prática da representação era princípio do Partido dos Trabalhadores e dos petistas, mas teriam que

ser inventados no cotidiano das práticas culturais das Casas de Cultura e de suas relações com a Secretaria de Cultura, bem como com as pessoas que a elas se incorporaram.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Professora do Colegiado de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário Fundação Santo André – Cufsa/SP. Doutora em História pela PUC-SP. E-mail: mirnabp@uol.com.br. Este artigo tem como base a dissertação de mestrado *Casas de Cultura: experiências de cidadania cultural em São Paulo – 1989/1992*, defendida em maio de 1998, no Programa de Estudos Pós-graduados em História, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹ Apoiando-me mais especificamente no capítulo “A política de cidadania cultural e o projeto das Casas de Cultura” da citada dissertação, procuro refletir acerca dos significados de se definir a cultura como direito e de constituí-la como política cultural.

² “O discurso de Erundina”. *O Estado de S. Paulo*, 03-01-1989, p. 39.

³ CHAUI, M. *Reflexos de Cidadani* (Discurso de posse na Secretaria de Cultura de São Paulo, a 2 de janeiro de 1989). São Paulo, PMSP/SMC, 1989.

⁴ A idéia de “coração da SMC” aparece mencionada em “Relatórios de Atividades” e em documentos explicitando as “Diretrizes Gerais” da Secretaria de Cultura associada, ora à cidadania cultural, ora às Casas de Cultura e Oficinas Culturais ou mesmo ao Centro Cultural São Paulo. Reafirmada de tempo em tempo, sobretudo no ano de 1989, ela faz supor que essa tenha sido uma das formas encontradas pela Secretária de Cultura para recolocar a discussão em torno de sua política cultural.

⁵ Thaís de Almeida Ruiz. Depoimento de 13-11-1996. Funcionária pública de carreira, incorporou-se no início da nova gestão da SMC à equipe responsável pela criação do Projeto Casas de Cultura, bem como pela sua instalação e implantação na cidade de São Paulo.

⁶ Paulo César Loureiro Botas. Depoimento de 15-07-1997. Filósofo, foi assessor cultural do gabinete da SMC e orientou a montagem das Casas de Cultura do início de 1990 a setembro de 1991.

⁷ Id.

⁸ CHAUI, M. e MORAIS, F. A teoria na prática e outras, *Teoria & Debate*, n. 13, jan., 1991, pp. 42-53.

⁹ Decreto nº 29.472, de 10 de janeiro de 1991, ver *Cidadania Cultural em Ação, 1989-1992. Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Cultura aos Cidadãos*. São Paulo, PMSP/SMC, 1992, s/p.

¹⁰ Contru - Divisão Técnica de Controle do Uso de Imóveis da Secretaria Municipal de Habitação.

¹¹ Observando-se a evolução do orçamento por área de atuação, é possível constatar que a prefeitura investiu, nos treze anos anteriores, uma média de 35,3% de seus recursos na área social. Embora não tenhamos os dados especificamente em relação à cultura, parece lícito supor que essa área tenha ficado sempre com a menor fatia do orçamento municipal. Ver *Cidadania Cultural em Ação, 1989-1992. Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Cultura aos cidadãos*. São Paulo, PMSP/SMC, 1992, s/p.

¹² Vera Tokairim. Depoimento de 23-02-1997. Assessora do gabinete da SMC e compôs o colegiado que definia as políticas para as Bibliotecas Públicas e Infante-Juvenis. A partir de meados de 1991, assumiu a coordenação da Ação Cultural Regionalizada. Segundo a depoente, no caso das bibliotecas, até 1988, seu

orçamento não se destinava a compras de livros, cursos ou seminários de discussões de leituras, mas sim para “*curso de corte costura, de crochê, de bombons finos*”. Situação que foi redefinida a fim de que as bibliotecas voltassem a ser espaços de leitura e de reflexão.

¹³ Id..

¹⁴ Ibid..

¹⁵ “Cultura”. *Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico*, n. 1, 1985, pp. 7-8.

¹⁶ O Centro Cultural do Itaim Paulista foi lembrado como tendo resultado de pressão exercida por movimentos culturais e sociais surgidos no período entre 1978-84 que, por não contarem com espaços para a prática cultural no extremo da Zona Leste, atuavam em praças públicas ou salões paroquiais. Conforme depoimento de Carlos Batista de Oliveira, em 06-08-1997, que coordenou a Casa de Cultura do Itaim Paulista a partir de 1990. À época da entrevista, achava-se coordenando a Casa de Cultura Chico Mendes.

¹⁷ Marilena Chauí. Depoimento de 14-10-1997. Foi Secretária Municipal de Cultura a convite da Prefeita Luiza Erundina de Sousa, no período de 1989-1992. Compôs a coordenação do chamado “Grupo dos Doze”, que organizou os trabalhos preparatórios para a posse na SMC. Teve contato, no final da década de 1960, com a experiência de descentralização cultural realizada pelo governo francês através das Casas de Cultura. É filósofa e professora. Entrevistada em 30-09 e em 14-10-1997.

¹⁸ “Diretrizes da SMC”. São Paulo, PMSP/SMC, mimeo, s/d., pp. 38-42.

¹⁹ Sobre essa questão, ver *Iniciativas para os 100 primeiros dias de gestão. Plano de Ação maio/dez. 1989*. São Paulo, PMSP/SMC, mimeo, s/d.; *Plano de Ação – maio/dez. 1989. PMSP/SMC, 18.04.1989*, pp. 7-8; e CHAUÍ, M. *Diretrizes da Secretaria Municipal de Cultura*, n. 3, de 03-02-89 a 17-02-89, pp. 38-42.

²⁰ *Divisão de Descentralização Cultural – DDC*, de 06-06-1989, pp. 2-3.

²¹ Thais de Almeida Ruiz. Depoimento de 13-11-1996.

²² Uma das leituras realizadas foi o trabalho de MAGNANI, J. G. C. *Festa no Pedaco*. São Paulo, Brasiliense, 1984. Nesse estudo, o autor trata do lazer e do entretenimento enquanto aspectos lúdicos da cultura presentes no cotidiano das pessoas. Embora seu objeto de estudo seja a atividade circense, faz referências a diferentes formas de entretenimento, considerando-as como expressões de valores, da maneira de pensar e do modo de vida dos trabalhadores dos bairros da periferia de São Paulo.

²³ A esse respeito ver COELHO NETTO, J. T. *A Cultura da Cidade. Casa de Cultura e Ação Cultural*. São Paulo, ECA/USP, 1985.

²⁴ As Oficinas Culturais Três Rios fazem parte do Projeto Oficinas Culturais da Secretária de Estado da Cultura/SP e resultou de estudos técnicos e algumas experiências isoladas, realizadas no governo Franco Montoro, sob a forma de seminário. Inaugurada oficialmente em 1987, abrangendo inicialmente as áreas de Artes Plásticas, Dança, Música e Teatro, ampliou sua atuação a outras linguagens, como Administração Cultural, Meio Ambiente, Literatura, Rádio, Vídeo e Ópera. Definindo-se como “espaços que procuram oferecer aos interessados atividades gratuitas, especialmente as de caráter prático”, seu público-alvo variava em função de cada atividade, indo do iniciante ao profissional. A fim de atingir o público de baixa renda, foram criados o “Projeto de Oficinas de Bairro” (em Itaquera, S. M. Paulista, Água Fria, Brás, Capela do Socorro e Tatuapé, entre ago./89 e set./90), e as “Oficinas Culturais Regionais” (criadas no interior do Estado). Cf. SARTINI, A. C. *Histórico das Oficinas Culturais*. São Paulo, DFC/SEC 1996, s/p.

²⁵ Marilena Chauí. Depoimento de 30-09-1997.

²⁶ *Divisão de Descentralização Cultura - DDC*. São Paulo, PMSP/SMC, jun. 1989, pp. 2-3.

²⁷ Os Centros da Juventude realizaram um trabalho educativo e social, com crianças e adolescentes entre 7 a 17 anos de idade, que incluía atividades de cultura, esporte e lazer, bem como alimentação e serviço

de atendimento social gratuito, da Secretaria do Bem-Estar Social-Sebes, destinado a famílias com renda mensal entre 0 e 4 salários mínimos. São Paulo (SP) Secretaria Especial da Reforma Administrativa. *Guia de Serviços Públicos da Cidade de São Paulo*. São Paulo, 1991, pp. 85-6.

²⁸ Eduardo Victor da Cruz. Depoimento de 23-05-1996. Coordenou o Projeto Casas de Cultura no ano de 1989. Participo da produção do Programa de Governo da Prefeita Luiza Erundina de Sousa e fez parte da equipe de coordenação do chamado “Grupo dos Doze”. Anteriormente foi membro da Comissão Estadual de Cultura do PT/SP.

²⁹ *Minuta sobre texto à respeito da concepção das Casas de Cultura* – Projeto Cidadania Cultural. São Paulo, PMSP/SMC, mimeo, 1989.

³⁰ Clóvis Ribeiro de Oliveira. Depoimento de 31-10-1996. Integrou a Comissão Cultural do Butantã, desde o início de 1989 e a representou junto à coordenação dessa Casa de Cultura até 1991. Nela, desenvolveu oficinas culturais de teatro e música. É professor de música e poeta.

³¹ Antônio da Silva Pinto. Depoimento de 10-06-1996. Participou desde o início de 1989, junto à SMC, de discussões sobre ação cultural em Santo Amaro, onde havia desenvolvido um projeto de casa de cultura autônoma. Foi contratado como oficineiro, em 1991, pela Casa de Cultura de Santo Amaro. Desde então e até o final da gestão, coordenou a ação cultural na região Sul, numa atuação conjunta com a Casa de Cultura de Santo Amaro. É produtor cultural de vídeo e teatro.

CORPOS EM MUTAÇÃO. O ENVELHECIMENTO FEMININO NA CIDADE MODERNA

*Adilson José Gonçalves**

Resumo

O artigo analisa as representações de mulheres velhas e em processo de envelhecimento na produção estética masculina na cidade moderna. Aponta para as interações arte, cultura, história, cidade e modernidade, destacando os mecanismos de sua inserção cultural e decodificação enquanto objeto de conhecimento. Optou-se por Degas por representar uma perspectiva particular na estética do impressionismo e por contribuir para a consolidação do imaginário, do universo simbólico e dos estigmas sobre a temática.

Palavras-chave

Mulheres velhas; história; corpos; arte; Degas.

Abstract

This paper analyzes the representation of older women and the process of aging under the development of the masculine aesthetic in the modern city. This points out to the interactions of art, culture, history, and the modern city, highlighting the mechanisms of their cultural insertion and decodification as an object of study. Degas was chosen because he represents a particular perspective in the aesthetic of impressionism and for its contributions to the consolidation of the imaginary, the symbolic universe, and the stigma of the theme.

Keywords

Elderly; history; women; bodies; art; Degas.

O conhecimento torna a alma jovem e diminui a amargura da velhice. Colhe, pois, a sabedoria. Armazena suavidade para o amanhã.

(Leonardo Da Vinci)

O presente artigo tem como preocupação básica estudar e apontar caminhos para um trabalho de mais fôlego no longo prazo sobre as representações femininas na velhice na pintura executada por homens. Aponta-se para a peculiaridade da ótica masculina sobre o universo feminino como um agravante da questão do envelhecimento, como uma visão particular dentre a ótica e as representações sociais sobre o envelhecimento e a velhice. Estigma, solidariedade, contemplação, autoconhecimento, exarcebação de sentidos, erotismo, o grotesco, o refinamento, mesclam-se e associam-se de maneira indelével nessa produção, na qual pretendemos buscar pistas para o desvelamento de um universo simbólico e do imaginário social para dimensionar as possibilidades de contribuição para ampliar as discussões sobre história e arte, e a prática de intervenção social para a melhoria de vida da população em processo de envelhecimento. Quem é a mulher no processo de envelhecimento? Qual o papel que ocupa na sociedade e na cidade modernas? Quais são seus atributos? Como seu corpo é representado e usufruído? As representações do corpo feminino na velhice podem apresentá-lo como sedutor, grotesco, transmitindo sensação de aconchego ou sabedoria ou, por outro lado, é só expressão da decrepitude?

Assim pretende-se discutir as questões referentes à metodologia e aos apontamentos para a apropriação da arte como fonte de conhecimento, veiculação de informação e orientação de leituras sobre questões candentes da atualidade e das múltiplas temporalidades envolvidas em sua execução, exibição e análise. Almeja-se, ainda, apontar perspectivas de linhas de pesquisa temáticas na área de gerontologia, a partir da prática sistemática da abordagem da iconografia, em particular, neste artigo, com relação às artes plásticas, ampliando e dilatando horizontes do próprio campo de investigação que se torna tão fecundo na universidade e na sociedade. Dentre as inúmeras possibilidades em termos de estilos, artistas e temporalidades, optou-se por trabalhar com a produção de Edgar Degas.¹

Justifica-se a escolha por dois elementos principais em termos de composição pictórica, a saber, a forma particular como representa/lida/sugere a composição dos nus femininos, que se traduziu na ruptura com as tradições e convenções formais do classicismo e se instaurou como norma para as composições dos autores de vanguarda do século XX; pela maneira como lidou com a relação entre luz, movimento, traçado/desenho e tradição/ruptura, que foi mais um dos elementos formais que fez seu percurso particular entre as individualidades dos chamados impressionistas.

Ressalta-se, como ponto de inflexão, que a arte como a concebemos é urbana, parte da perspectiva da pintura, mesmo quando do uso da bricolagem, tendo a tela como suporte referência, mesmo quando os trabalhos são apresentados em papel, ou seja, estamos trilhando os caminhos da convenção em termos da produção e tentando romper com as formas tradicionais de armazenamento/exposição, além, é claro, da abordagem acadêmica, tanto no que diz respeito à leitura/interpretação/decodificação quanto ao próprio uso que se faz do objeto estético. Para tanto, é imprescindível que se aponte a questão da cidade enquanto objeto de conhecimento, as questões referentes ao objeto estético e os porquês de seu alheamento do cotidiano, e, principalmente, os elementos teórico-metodológicos de uso acadêmico, apontando os limites e as possibilidades no trabalho indisciplinar na área em constituição/consolidação/expansão que é a gerontologia.

A modernidade traz, como signos mais veementes de sua caracterização, a busca sistemática pelo novo, a liberdade enquanto perspectiva que de forma complementar/contraditória aponta os dispositivos de saber/poder como modalidades de controle e disciplinarização, e as práticas e políticas de ruptura sistemática das tradições,² encontrando na arte sua forma de expressão máxima.

A cidade modernizada, industrial, povoada por personagens múltiplos, é apresentada e inventariada por linguagens diversificadas e por vários canais de comunicação, que atuam diacrônica e sincronicamente, compondo territórios/cenários, apontando a simultaneidade de diferentes temporalidades. Assim, a cidade moderna é múltipla, variada e diversificada nas relações entre seus personagens, no tempo e no espaço. Atuam de diferentes maneiras conforme situações, momentos ou oportunidades. Os indivíduos/personagens vivem no ritmo de seus desejos, pulsões e normalizações, controle, manipulações e insubordinações.

A arte³ emerge como uma das formas de percepção/expressão que denota os conflitos/tensões, os desejos/normas, as imposições/insubordinações, as interações entre público/privado, prazer/dor, particular/universal que pontuam a cidade moderna, de tal forma que nos leva a tentar decodificá-la nas construções/desconstruções das sociabilidades e subjetividades que não seria possível desvelar através de outras fontes/registros.

As tramas das vivências e experiências no urbano, no torvelinho do anonimato, da multidão e dos personagens que se geram/nutrem na cotidianidade do vir-a-ser permanente, apresentam-se como um desafio para os estudiosos e apontam para sua problematização como temáticas a serem perseguidas nas interações entre as diversas áreas do saber, tendo a arte como fonte privilegiada, pois, além de documento/registo, conforma-se como modalidade de leitura/conhecimento.⁴

A arte apresenta-se como expressão de desejos, necessidades, vontades de criação de uma verdade que lhe é peculiar, a *poiésis*, que é distinta das outras formas de saber. Mesmo quando fruto do mecenato ou da elaboração sob encomenda, é prenhe de elementos do inconsciente coletivo, dos arquétipos que povoam o imaginário, não sendo filtrados e inibidos pela consciência. Emergem com pujança nas produções estéticas das mais variadas origens e matizes os contrapontos ao intuitivo, as contravenções, utopias e heterotopias.

Com o advento da técnica de produção em série, a modernização, tendo na fotografia seu marco fundamental, os artistas libertam-se gradativamente dos resquícios de tentativas de imitar a realidade para criarem outros níveis da realidade, dialogando com as diversas formas de pensar o ser nas suas múltiplas relações como o universo, além de produzir um discurso sobre as formas de percepção e expressão, apontando, ainda, para possibilidades de realização das utopias. Uma forma de se colocar como alteridade para se repensar o *modus vivendi*.⁵

Para a arte, um grande desafio foi o tratamento dos corpos em situações e territórios distintos, pois sobre ele diversos discursos versam e disputam a primazia na sua manipulação, controle, esquadrinhamento, disciplinarização. A nova posição do artista na sociedade o impulsionou na busca do novo e o estabelecimento do próprio significado da arte – seu estatuto – passa a ser problematizado e questionado no interior do discurso estético. Processo rico e diversificado. Travam-se, no âmago dos diversos grupos de artistas, acirradas disputas por um lugar ao sol, como expressão de posições ante a arte, seu significado, função e perfil, bem como suas formas de composição.

Os corpos, em suas diversas formas de representação nas artes plásticas, são emblemáticos desses embates. Trazem suas representações, o olhar daqueles que o manipulam com toda a gama de suas trajetórias e subjetividade. Apresenta-se como objetivação das variadas subjetividades emergentes na modernidade, associadas às da tradição, apresentando-se como a materialização das pulsões, da libido, das internalizações das normas, mas, sobretudo, a acirrada luta contra a normatização, do dito patológico, do tido como racional e do encarado como normal.

O artista, gradativamente, assume, perante o burguês, o papel do excêntrico, do distinto, do imprevisível, do não convencional, através da postura de ruptura do instituinte de forma sistemática como um dos objetivos fundantes do fazer artístico. Obviamente, esses não são atributos de todos os artistas, mas sim daqueles que se tornam os mais expressivos e os verdadeiros representantes de uma arte em constante renovação. Para alguns, esse processo é consciente, para outros, não. Cada qual com sua forma de produzir a arte/imagens contribui para a construção de novas formas de subjetividade, quer ao

dialogar com o estabelecido ou pretender estetizar o cotidiano, corrobora para a produção de olhares e leituras que evidenciam a modernidade.⁶

A arte como fluência pode ser um forte indicio para pensar os corpos através da abordagem do gênero, da velhice e do envelhecimento. Apesar de estar sempre voltada para as questões da construção do ser, de suas problematizações, não deixa de evidenciar o olhar de quem a produz. Se for predominantemente masculina a produção, ela traz o ângulo de visão do homem.⁷

Muito se tem discutido sobre o feminino na arte e sobre as questões referentes às suas representações enquanto objeto masculino, das formas de sociabilidade excludentes e das subjetividades comprometidas com a misoginia. Todavia, os corpos representados e presentificados nas obras de arte indicam questões pouco veiculadas. Destacam-se: diálogo entre as artes plásticas e outros saberes/poderes como a medicina, por exemplo; a sublimação; as expressões dos conflitos existenciais e psicológicos envolvendo as identidades sexuais e suas formas possíveis de objetivação; as imposições da linguagem pictórica na modernidade em sua gênese e consolidação como tentativas de normatização/controle; as perspectivas de insubordinação e dano da norma; e os problemas relativos à linguagem imagética e sua interação com as outras modalidades de criação como instrumentos privilegiados de desterritorialização e apontamento de alternativas às formas hegemônicas de sociabilidade e objetivação das subjetividades.

Tais proposições, indagações, questões e dilemas nos indicam que as obras devem ser investigadas/descontraídas a partir do que lhes é peculiar, os seja, os próprios elementos constitutivos da linguagem, da técnica, do repertório que são específicos aos seus criadores. A necessidade de dimensionamento da historicidade das obras, objeto de perquirição se faz no diálogo com os objetos estéticos vistos enquanto textos imagéticos de uma cultura em processo constante de mutação.

Assim, na análise das obras, procede-se a sua desconstrução, tendo como ponto de inflexão a questão do gênero, aqui de capital importância para a inteligência das questões apontadas. Enquanto categorização ou análise temática direciona o olhar, abrindo perspectivas novas para a releitura da produção estética, principalmente sobre a temática do envelhecimento e das representações da mulher velha.

A primeira constatação que fazemos ao levantar os materiais de pesquisa e delinear as abordagens sobre a temática é que a produção estética, como todos sabemos, é predominantemente masculina, sendo o feminino, nas suas diversas formas de expressão e abordagem, uma das temáticas que mais destaque teve. Assim, a velhice feminina também desponta como tema necessário e obrigatório na história das artes plásticas. Porém, não aparece com a mesma importância e quantidade que as representações sobre o mesmo

processo no que diz respeito ao homem. Por ser predominantemente masculina, a presença de retratos e auto-retratos que nos permitem o acompanhamento das representações e percepções sobre o envelhecimento masculino são muito mais significativos, inclusive evidenciando a importância que o homem lhe atribui na dinâmica da sociedade, no gerenciamento da vida, nos processos complicados de produção do saber, no desvelamento das tramas da vida e da existência, no seu território privilegiado na estetização do mundo e nos lugares sociais que ocupa.

A questão do auto-retrato nos remete à própria importância que se atribui e ao seu processo de amadurecimento, narcisicamente coloca-se como emblemático de sua geração, como problema de investigação/conhecimento e como objeto de exposição de suas reflexões e indagações, que devem ser, necessariamente, exibidas e conhecidas pelos seus pares e levados à posteridade. Ou seja, não podem deixar incógnitos seus percursos, descobertas, dramas, sentimentos e posições/leituras sobre suas múltiplas relações com o mundo, tanto da primeira, quanto da segunda natureza – o biológico/meio natural e o social/mundo da cultura. Será que as mulheres também teriam produzido um número tão grande de auto-retratos e representações sobre si próprias ou lidariam com seu objeto de desejo, o masculino e as próprias mulheres quando abertas para relações menos convencionais? Os estudos sobre a presença da mulher nas artes plásticas são recentes, apesar de duas terem se destacado enquanto impressionistas, mas já demonstram vigor. Sabe-se da presença significativa das mulheres nas artes plásticas européias, americanas e temos exemplos marcantes na trajetória da produção estética brasileira. No entanto, constata-se que, quantitativamente, sua produção segue os cânones masculinos. Talvez por quererem um lugar ao sol, ou seja, serem reconhecidas como artistas pelos cânones dos salões de arte, das galerias e da crítica de arte que foi e continua constituindo um dos atributos do universo masculino.

Dessa forma, são em número reduzido as obras sobre o envelhecimento e a velhice da mulher, mas, obviamente, tais situações têm sua historicidade e encontram dimensões distintas conforme as temporalidades e o mundo da cultura em situações díspares. Difícil generalizar ou encontrar denominadores comuns. Apesar de ser um cânone da ciência, não se aplica de maneira linear e sem mediações à realidade da cultura, em particular da estética. Aliás, o que é um contra-senso ao se falar em arte e cultura. Pois, apesar de se ter como premissa aceita e unânime o caráter universalista da arte, sua historicidade lhe confere atributos particulares. No entanto, podemos fazer generalizações a partir das representações imagéticas/estéticas, na medida em que, pela sua própria historicidade, diz das múltiplas temporalidades que a produção envolve e que a própria obra contém, de forma contraditória e paradoxal.

*As diversas interfaces do envelhecimento e da mulher velha
na produção pictórica de Degas*

A questão das rerepresentações do feminino no seu processo de envelhecimento é bastante complexa em se tratando das artes plásticas, na medida em que, necessariamente, refletem/espelham/indicam elementos da cultura. Assim, as concepções sobre a velhice e o envelhecimento são dados históricos que variam no tempo e no espaço. Dessa forma, também, se espessam de maneiras variadas na arte. Em outros termos, a problemática da longevidade, expectativa de vida, nível de vida ou sua qualidade são extremamente mutáveis no tempo.⁸

Degas, como virtuoso das artes plásticas, com sua postura de romper e dialogar com os grandes mestres, produziu muitas cenas do cotidiano. Sua larga escala temática tem ressonância no significado de seus retratos de situações corriqueiras que contribuiu para aurificar, sendo que o seu trabalho com os corpos configura-se como dado fundamental para pensar a temática do presente artigo.

A produção pictórica de Degas, bem como suas esculturas, servem a diversas formas de leituras. Por um lado, aqueles que irão indicá-las como sublimação de seus complexos e racionalizações referentes à sua própria vida, que induzem a sua identificação com as mulheres que retrata. Por outro, o refinamento e o amálgama das tradições com as descobertas mais expressivas do final do XIX, do qual foi exímio protagonista. Visto como meticuloso, obstinado e ferrenho defensor de seus princípios estéticos, persegue seus temas e formas de composição com obsessão.

O feminino, tanto os nus quanto aqueles representados pelas bailarinas, as trabalhadoras, as banhistas e as cenas de toalete irão marcar de forma indelével sua produção. Não é a mulher de vida pública a sua motivação, apesar de retratá-la, mas aquelas que têm seus territórios configurados nas atividades convencionais da mulher, ou seja, na vida privada e nos espaços consentidos. Exemplares são as bailarinas que povoam o universo degariano, mas, ao representarem seu papel de destaque em uma atividade que se faz aceitar dentro dos padrões da sociabilidade da cultura institucional, retratam assim mais uma situação das convenções. Representam as novas formas da subjetividade e sociabilidade tidas como aceitas pela sociedade e que não colocam suas formas de conceber a mulher em cheque. Apesar de seus nus terem causado estranhamento e certa inquietação junto ao público, as formas que representam a mulher, mesmo nas situações mais matizadas de erotismo, não transgridem as normas e a moral vigente. Pois podem ser vistas como indícios de desterritorialização de concepções que, pela forma de expressão, não são agressivas. Um forte aliado de sua aceitação é a valorização do desenho, suas formas de colorir que seguem as tradições mais recentes dos grandes mestres como Coubert e Ingres.

As suas mulheres apresentam-se, em primeiro lugar, como pretexto para a expressão do dinamismo e movimento da vida moderna. Registra e perpetua na tela, no papel e no tridimensional um instante fugidivo de um momento intenso. Para tal, suas composições são ornadas no sentido de expressar esse movimento através de ângulos inusitados, de recortes inesperados e nada convencionais, além da estratégia da descentralização das figuras.

A Senhora como Mãe

A cena da tia com as filhas e o marido, que vislumbrou/vivenciou/imaginou quando de sua estadia em Florença, que pintou quando de seu retorno a Paris. Reunindo desenhos, esboços e trabalhos acabados dos personagens isolados. A baronesa, a senhora, na sobriedade de seu traje de luto pela morte do pai, expressa a altivez de sua condição social, o distanciamento e alheamento de uma relação conjugal conturbada e desgastada. Essa relação se vê com nitidez na posição displicente do marido girando na cadeira. As cores frias, a sobriedade do ambiente, a postura de senhora, o olhar, os ornamentos e adereços, sua constituição cônica denotam o *status* social da retratada e sua posição na sociedade. A mulher madura, em franco e precoce possesso de envelhecimento, pela própria estimativa de vida no terceiro quartel do XIX, apontam para a condição de classe, a respeitabilidade pela altivez, a sabedoria na condução da educação das filhas que se projetam como seus desdobramentos, miniaturizadas, e o gerenciamento do lar. A condição da mãe deve ser o espelho para o futuro das filhas, que devem seguir na vida adulta a mesma trajetória das tramas de sua vida: casamento acordado, maturidade, envelhecimento nas lides do lar, criação dos filhos, condução do lar e objeto de desejo e satisfação de um marido “honrado” e abastado, ocultando seus desejos e potencialidades para a vida fora do lar, na cidade em franco processo de modernização. A elas, como à mãe, as ruas da agitada Paris estão vetadas. Quando muito os salões aristocráticos ou burgueses, as salas de espetáculos eruditos e os cultos religiosos. Da cidade, os rituais de passagem e a passagem pela vida da urbe como ritual. Na medida em que envelhecem, menor autonomia no próprio lar como matriarcas e menor expressão na sociedade e na cidade, territórios privilegiados cada vez mais para os personagens novos e jovens.

Corpos em contraste. A mulher mais velha e os cuidados com a outra. Velhas governantas e jovens privilegiadas

Como entusiasta da vida moderna e de seus ícones, apesar de, contraditoriamente, viver isolado, o autor não poderia deixar de explorar os passeios, as cenas ao ar livre, os prazeres de usufruto da natureza e dos novos hábitos citadinos da vida moderna, Porém,

apesar da relação com os expressionistas, nunca se afasta do atelier e é assim que compõem *Na Praia*, de 1876, altamente revelador de suas relações com a mulher, nos seus diversos estágios da vida e em suas múltiplas atividades cotidianas. No quadro, mesmo com a riqueza de detalhes, das múltiplas atrações e atividades que retrata/representa/symboliza, o olhar converge e se direciona para a jovem e a governanta que penteia os cabelos. Os traços bem delineados das figuras confirmam as suas preocupações com a tradição e seus cânones, associados a sua incessante busca de inovação e mudanças nas formas de perceber e expressar a *poiésis* da vida moderna. Um tema recorrente, aliás, como a maioria dos destacados na trajetória da história da arte ocidental. Uma retomada em novos territórios e temporalidades de uma tradição que se mantém nas relações sociais na sua cotidianidade e nas diversas modalidades de representações e registros – os cuidados da governante já envelhecendo com a jovem de elite. A postura da governanta, ao inclinar-se sobre sua jovem patroa, denota sua dedicação, para que possa se manter a serviços daquela a quem se destina o seu labor – fazer o outro mais feliz e belo – e sua existência/sobrevivência. Criada/criatura existente para os cuidados e acompanhamento do outro – cidadão de direitos e desejos – não por laços fraternos, solidários, amizade ou afeto, mas pela dedicação exigida pela sujeição à relação empregada e patroa, quase se impondo a servidão dita voluntária, principalmente porque pode ser vista como uma *benesse* a uma velha criada. A condição de classe agrava-se e é acentuada pela idade. É quase um favor desfrutar do privilégio de cuidar da futura senhora e compartilhar sua intimidade. Governanta é a mulher de confiança da casa. Aquela que é mais sujeita aos caprichos e arbitrariedades do jovem e de toda a família.

A governanta bem penteada, asseada, vestida com indumentária esmerada e adequada à situação de lazer da jovem; além de se distinguir sua situação social e, através dos traços fisionômicos, a origem camponesa, pouco identificamos de sua identidade. A velha governanta, a antiga ama, a provável preceptora frustrada, atua como objeto autômato do desejo do outro, sendo ela própria um outro excluído na situação excludente do lazer elitizado que se popularizava. Seu acesso aos territórios do lazer/prazer estava sujeito às suas funções e atribuições, apontando, porém, seus dotes físicos, a idade de quem pode e deve cuidar, zelar, embelezar, adular, aquela/aqueles de quem depende para viver.

Em outros momentos de sua trajetória como artista, Degas, irá pintar outras governantas penteando/cuidando de outras jovens senhoras e senhoritas. As velhas governantas, as camareiras que trazem precocemente as marcas do envelhecimento, estão dispostas nas telas e na vida a serem esteio/sustentáculo para que as personagens da sociedade moderna possam, bailar, representar, viver, ser, ir e vir nos territórios da cidade. Enquanto elas permanecem nos espaços do lar alheio, sendo a cidade o território de suas fugas e infortú-

nios, como deslocamentos das humilhantes situações de seu cotidiano cujo sentido se faz pela autoridade/alteridade da jovem cidadã. A jovem não pertence ao mesmo estrato da governanta, mulher pobre, dependente, velha antes do tempo, tendo no seu saber/fazer a perspectiva do cuidar, zelar, fazer brilhar quem de direito. Viver para o outro e pelo outro. A condição execrável da miserabilidade e da velhice construída para fazer frente a necessidades sociais emergentes e permanentes. A temática é exaustivamente trabalhada pelo autor e por seus contemporâneos, não como maneira de denunciar, mas constar/denotar as intimidades entre mulheres, o seu cotidiano, o fascínio pelo seu mundo privado. Mas a arte revela mais do que o artista pretendeu fragar/registrar/representar. Por isso é tão interessante enquanto fonte de investigação. Além de deleite estético, é claro. Desde o século XVI, a temática perseguiu as mentes e corações dos estetas. Uma das performances da mulher mais velha é a de exercer atividades qualificadas que podem ser adjetivadas pelos cuidados com o outro. Este, ser de direitos e ela como ser de deveres e obrigações. Deve garantir seu sustento ou retribuir por um lar e alimentos, manter-se viva para trabalhar e trabalhar para viver. Vida sem sentido, que aponta para um sentido da mulher velha ou em processo de envelhecimento na sociedade e na cidade modernas.

Nesta obra de 1890, *Penteando os Cabelos*, portanto de um Degas já em idade avançada, a mulher velha faz um contraponto muito interessante com a jovem burguesa/aristocrática. De forma paradoxal, as distinções sociais que tornam a governanta/ama dependente, tornam-na também enérgica e vigorosa. A languidez da jovem patroa que sujeita seus caprichos de ser cuidada, a força física da mais velha, que a adquire na própria luta pela sobrevivência/subserviência. Insubordinação velada, a forma de pentear os cabelos, estirando-os e puxando-os para iniciar o penteado aponta para a violência sutil e ininterrupta nesse nível de relações. Situação que não havia ficado patenteada em outras obras do autor. A velha detém um saber/poder que lhe permite de forma aceitável evidenciar seu desconforto, descontentamento, expressando-se pela rebeldia nas próprias situações cotidianas. Penteia, cuida, zela, faz brilhar, mas propicia dor e sofrimento, que devem ser silenciados/calados, ocultado, porque não comprovável. Indício de relações tensas, complexas, densas, que envolvem as tramas das relações entre classes e, principalmente, entre mulheres de faixas etárias distintas. A revolta/insubordinação da ama não é somente insatisfação com a condição social, porém, com a desigualdade de direitos e deveres em momentos distintos das trajetórias de vida. De traste, não a algoz, mas a alguém imprescindível, mesmo que para atividades corriqueiras. Aí um forte indício para balizar a situação da mulher em processo de envelhecimento das camadas populares na sociedade moderna do final do século XIX. Essa situação é muito distinta nos dias atuais? Qual a posição da mulher velha no seio da família, na comunidade, nas relações de trabalho

doméstico, nas situações em que o domínio, nas suas convivências e experiências vivenciais, se dá a partir das relações com o mundo urbano do jovem?

Envelhecimento precoce, robustez feminina e insalubridade do trabalho

As lavadeiras formam um grupo expressivo de telas, pastéis e técnicas mistas a partir da água forte, que acompanham o longo percurso vivencial e de experimentação estética de Degas. Desde a segunda mostra impressionista, em 1876, aponta a importância da temática para si, na medida em que destaca *Lavadeira* como obra selecionada para a mostra, cuja execução havia sido efetivada em 1874. Essa obra é mais conhecida pelo nome de “Mulher Passando Roupa”.

Como nas obras do período, e de toda a carreira, seu significado está na preocupação em perceber/expressar sensações/impressões ou as marcas da subjetividade na leitura da temática/objeto proposta como pretexto para a execução da obra. O cotidiano da passadeira, como personagem da cidade moderna, permanência das funções atribuídas à mulher dos segmentos populares, apresenta-se como um cenário de identificação e perfilamento do agente social. Como pintor das sensações, mas também dos contornos definidos, dos tons matizados/fortes, das construções inovadoras, apresenta uma obra aberta, no sentido de não conter a cena no enquadramento da tela. Pela disposição dos objetos que compõem o cenário, alocado nas bordas, aponta para a continuidade do apresentado na tentativa de não dissociação entre arte e cotidiano, representação e realidade, apesar de sua vivência solitária, em contraste com suas concepções de vida moderna que sua obra retrata.

Cabe ressaltar que a maioria dos quadros e pastéis sobre as lavadeiras apresenta mulheres jovens, que eram vistas, preconceituosamente, como presas fáceis para cavalheiros que podiam pagar por seus favores sexuais. Tidas, portanto, como prostitutas, pois complementavam seus parcos vencimentos com tais liberalidades. No entanto, o autor/pintor, não almeja a denúncia social, apesar de fazê-la, mas pontuar a força, a robustez/fragilidade das personagens, além de enunciar os efeitos deletérios da estafante atividade nos corpos das protagonistas, contribuindo para um envelhecimento precoce, como no quadro em evidência.

Muitas vezes, os sinais do envelhecimento ou da velhice aparecem nas composições/cenários e, outras, nas apresentações das posturas e marcas corporais. Assim, os signos da degeneração/degradação podem materializar-se: na colocação da mão nos quadris e na posição inclinada, indicando dor e desconforto; posição encurvada do corpo, totalmente voltado para a frente, indícios da degradação da coluna vertebral, da musculatura e seus desdobramentos; o ambiente esfumaçado pelo vapor e pela fumaça do carvão do ferro, propícios aos miasmas do vitalismo e às bactérias da era pasteuriana que se está instituindo.

A *Passadeira* representa uma mulher em processo de envelhecimento, como resposta aos efeitos permanentes de uma atividade ininterrupta ao longo dos anos. Estes são perceptíveis na silhueta encurvada, no corte e arranjo dos cabelos, na expressão, composição e textura de mãos e rosto. Os índices/evidências das mutações corporais, vistos como degradação, de seu avolumamento, dos ombros caídos, da pele enrugada e sem brilho/viço, denotam elementos de decrepitude, seguindo-se na arte os princípios e vetores do saber médico. Os sinais da velhice apresentam-se como estigmas, pois índices negativos, nunca apontando para nenhuma expressão de positividade. Corroborando, assim, para a consolidação de um universo simbólico e de um imaginário social modernos, prenhes de sugestões denegridoras das construções das sociabilidades e das subjetividades das velhas e de outros personagens em processo de envelhecimento.

A *poiésis* da obra dá-se, não só pela estetização da temática escolhida, mas principalmente pela forma como foi construída; contraste de cores, não centramento da figura, contornos claros, visão geral da obra que não se esgota no enquadramento da tela, angulação de visão distinta da realista/objetivista/mimética, ressaltando-se o movimento, as sensações, expressando uma visão particular/subjetiva da personagem da composição do território/cenário e dos objetos que o compõe. A interação entre os elementos da natureza e os do cotidiano/cultura/historicidade dão a dimensão estética da obra nas múltiplas relações entre corpo, ambiente de trabalho, instrumentos de trabalho, indumentária da personagem e roupa sendo passada – tecido, textura, confecção, moda, tradição, imposição –, composição do cenário enquanto representação da arquitetura, mas também como palco para a trama e o diálogo entre objetos e utensílios que denotam/compõem a estrutura e composição do quadro. Interessante evidenciar a riqueza de materiais que estão presentes nessa relação cultura e natureza: corpo, ferro, madeira, tecidos, vidro, vapor, fumaça, tinta, cal, cimento... Esse diálogo aponta para as pontuações naturalistas saturadas pela subjetividade, pela tônica da ruptura/manutenção das convenções e para um diálogo estreito com a dinâmica da cidade e os ciclos da vida. Situações exemplares nas tramas de vida do autor, na composição de suas obras, no mundo do trabalho e da própria cidade moderna.

Mulheres velhas e os “Prazeres da Noite”

Degas trabalha em universos distintos quando atua como apresentador/estudioso e poeta das atividades artísticas e do lazer noturno, lidando com os chamados lícitos e aqueles que podem ser denominados ilícitos. Porém, não usa juízo de valores. Preocupa-se, sim, em apresentar uma realidade mediatizada pela *poiésis* e sua maneira particular de encarar a arte em suas relações com o mundo da cultura e da cidade enquanto palco privilegiado para as encenações, vivências e experiências da modernidade.

Como já fora aludido, outra temática que Degas perseguiu com obstinação durante toda sua carreira foi a das bailarinas. Aliada à temática das lavadeiras, compõe a parte expressiva de seu universo pictórico mais conhecido, mitificado/aurificado e folclorizado, associada à temática dos nus femininos, é claro. Apareceu nas mais distintas situações e perspectivas, com tonalidades, estrutura/construção, temporalidades, espaços, totalmente diversificados. A grande preocupação foi sempre retratar o movimento, o fragor o momento fugidivo que não mais se repete, o de captar as sensações de quem dança e de quem usufrui do ato de ver as cenas, cenários, figurinos, coreografia e direção/coordenação dos trabalhos. As bailarinas são retratadas em situações as mais distintas: os ensaios, as encenações, os solos, os estudos coletivos e individuais, a coreografia na apresentação de momentos vários de um bailado, a coreografia em estudo dirigido pelo coreógrafo, as bailarinas em situação de descanso, seus desleixos quando fora de cena ou do ângulo de visão do coreógrafo. Uma infinidade de situações em que jovens são flagradas em movimento, em situações ímpares, inusitadas, que se eternizam, mas como leitura de movimento expresso através dos corpos jovens.

Assim, há um elemento comum que permeia toda a série na longa trajetória de composições do autor marcada pela presença significativa de mulheres jovens como protagonistas, dividindo a cena com homens mais velhos, professores ou espectadores, posição negada às mulheres mais velhas. A atividade de direção/ensino/ensaio é masculina, mesmo que executada por homens mais velhos, não cabendo às mulheres, jovens ou velhas, a função de dirigir, coordenar ou pensar a atividade, porém executar os comandos e *scripts* definidos. Compete a elas executar, ensaiar, buscar a melhor performance e colocarem-se como protagonistas/pacientes de admiração/desejo/deleite. Apresentam-se, assim, como objetos de contemplação de uma sociedade que diversifica suas atividades artísticas, culturais – no estrito senso – abrindo perspectivas inovadoras para a boemia, o lazer noturno, o incremento das casas de espetáculos e mercantilização dessas atividades em suas múltiplas relações com a cidade.

No levantamento de fontes efetuado para a construção do artigo, só encontramos um quadro da série que tem a presença de uma mulher velha, *O Ensaio* (1874). O cenário é composto por uma sala, escadaria, porta com gradil, janela, piso de madeira, novamente colocando em diálogo materiais e texturas diversas em íntima relação com corpos femininos em movimento e estanques, apresentados na sua conformação e postura de dança e de repouso/descanso. Mas a textura das peles, a composição corporal e sua postura, o local ocupado na composição não evidencia os corpos jovens que pontuam a obra, mas sim o da mais velha, a camareira que está fazendo ajustes nas roupas de uma bailarina. A velha, novamente apresenta-se na posição daquela que cuida do bem-estar: vestir/apresentar-se

da outra, a jovem. Situações inusitadas, cenários públicos, privados e de espetáculos, ensolarados ou iluminados pela luz artificial que envolve os corpos e as cenas noturnas, no entanto, uma constante, a velha que cuida, que zela, que vive para arrumar, arranjar, arejar, banhar, vestir/esculpir os corpos jovens das mulheres que devem estar em evidência, tanto nos salões da moda quanto nas salas de espetáculo, nos recintos privados e alcovas da elite. Pontuação/índice de uma posição e lugar social, do imaginário e da simbologia que envolve a situação da velhice feminina na sociedade moderna. Aparece como sustentáculo/suporte para o desenrolar das tramas de vida das personagens protagonistas. Sina/destino que se manifesta na ocupação sistemática de “cuidadoras”, devotadas ao culto do corpo da outra. A velha camareira, governante, dama de companhia, estão presentes/cientes de suas obrigações de cuidar do bem-estar e da apresentação espetacular dos corpos que devem ser exibidos ou se portarem como símbolos da estética, da dança, do prazer, do voyeurismo, dos encontros amorosos que podem desdobrar-se em casamentos ou situações amorosas não convencionais.

Mais uma vez, encontramos a mulher velha em postura de reverência, encurvada sobre o traje/corpo da jovem, com seus cabelos sem viço, sua pele enrugada e com manchas, seu traje colorido e de mau gosto, totalmente destoante, fazendo contraponto à leveza, graça, descontração/postura formal das jovens bailarinas.

A velha é a outra na prática e na representação. É o avesso do feminino bem-sucedido, que encontra algum espaço para manifestar sua arte na sociedade moderna. A ela cabe o papel de paciente, agente do embelezamento e dos cuidados, sem notar o tempo, a cena, enfim, o mundo, que para si já ficou para trás. Seu presente e futuro não lhe pertencem, mas somente as ostentadoras dos corpos esbeltos, curvilíneos, bem traçados, flexíveis, com contornos bem definidos e movimentos fáceis, estudados/espontâneos e espetaculares. Enfim, femininos. A velha quase perde sua essência feminina. Sua sexualidade define-se mais pela atividade secundária que exerce do que pelo corpo que ostenta!

Essas senhoras bem comportadas são maioria na produção degariana, porém, como Toulouse Lautrec, também interessou-se pela boemia, além dos prazeres convencionais da ópera, do teatro e da dança clássica. Os cafês e o cabaré apresentam-se como espetáculo, como cenário e contexto de teatro. Seus próprios personagens são figuras teatrais e, mais do que isso, cinematográficas. Aproximam-se muito do código contemporâneo imagético pela forma de construção e expressão de sua visão particular dos cenários, cenas/tramas e personagens. Ênfase dada às cores, movimento e visões de instantâneos. Exemplo expressivo é o quadro *O Café Concerto nos Lês Ambassadeurs*, de 1876.

Corpos em diálogo colocam-se em contraponto com cores berrantes, indumentárias definidas e talhadas, com ornamentos e chapéus que desvelam os símbolos e objetos

da sedução/prazer/fetichismo dessa cultura historicamente configurada, a Paris da aurora da modernidade.

Os personagens estão em posturas distintas, com seus olhares direcionados para diversos pontos da composição, não se dirigindo especificamente para o palco, indicando a perspectivas do autor do instantâneo, do real/imaginário/subjetivo em constante movimento de mutação, o que é acompanhado pela própria performance dos corpos.

O cenário retratado/representado é um dos locais de diversões a céu aberto dos mais concorridos dos Champs Elysées. Está composto pelo palco e pela platéia, com todos os seus elementos constitutivos, mais uma vez colocando em diálogo natureza e cultura. A entrada no quadro, apesar do não emolduramento, é por cima, ou seja, nós o vemos como se estivéssemos acima do cenário, esta a perspectiva de angulação na configuração. Observamos “por cima das primeiras filas do fosso da orquestra – com suas figuras escuras, mas firmemente delineadas – em direção às figuras do palco”. Linhas e cores sugerem a musicalidade no momento de sua execução, apontando bocejos, barulho e intenso movimento.

Distintamente de todas as obras analisadas, nesta, a mulher mais velha, a quarentona, cujo corpo apresenta ainda as linhas curvilíneas, mas em franco processo de deslocamento e avolumamento, aparece como destaque. A cor de sua vestimenta, o vermelho, indica sensualidade/sedução, o que é permitido para uma mulher na sua faixa etária, na situação em que se encontra. Os prazeres do sexo a ela não são negados, mas não é uma figura do dia, mas da noite. Uma mulher em processo de envelhecimento que atrai olhares, cobiça, desperta interesses, sendo alvo de olhares da mais jovem, que talvez estranhe a sua proeminência. O jogo envelhecimento/juventude, sedução/norma apontado na tela indica as contradições de uma sociedade que define os territórios do prazer, da arte, das intimidades e do público. De forma paradoxal e contraditória, a mulher mais velha destaca-se, no entanto, o estereótipo e o estigma de prostituta não pode ser negado/camuflado pela própria cor da vestimenta, pelas curvas muito acentuadas dos quadris e pelos seios já em franco processo de decadência, tanto pelo volume quanto pela posição. Assim, o estigma, a construção da representação e dos símbolos que envolvem a velhice ou o processo de envelhecimento feminino são estereotipados e preconceituosos, mesmo na ousadia e na ruptura das convenções temáticas e estéticas.¹⁰

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Historiador, doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História do PUC-SP; prof. do Departamento de História da PUC-SP; Coordenador do *Thesis* – Núcleo de Estudos de Cultura, Memória e Mídia, do Departamento de História da PUC-SP. E-mail: adilson_joseg@uol.com.br

¹ Degas (1834 - 1917) é considerado um dos mais brilhantes artistas do grupo Impressionista. Participou de sete das oito exposições do grupo. Entretanto, diferenciava-se deles especialmente por não apresentar tanto interesse em retratar os efeitos de luz e atmosfera, além de possuir maior embasamento acadêmico que a maioria dos membros do grupo. Degas frequentou a Escola de Belas-Artes francesa e completou sua formação através do estudo das obras de mestres antigos, fazendo frequentes e constantes visitas à Itália. Conheceu Manet enquanto fazia uma cópia de Velásquez no Louvre. A partir de então, tornaram-se amigos e Manet o apresentou ao grupo.

² Cf. SUBIRATIS, E. *Da Vanguarda ao Pós Moderno*. São Paulo, Nobel. 1987.

³ O conceito de arte é histórico, portanto, é extremamente flexível, variável e relativo. Não deve ser perquirido na etimologia da palavra, mas na confluência das muitas áreas do saber que a perfilam como objeto de conhecimento: História, Antropologia, Semiótica, Sociologia, Filosofia, Estética, Psicanálise e Ciências Cognitivas, dentre outras. Cf. ADORNO, T. *Teoria Estética*. Lisboa, Edições 70, 1988; CALABRESI, L. *A Linguagem da Arte*. São Paulo, Globo, 1989; MARCUSE, H. *A Dimensão Estética*. São Paulo, Edições 70, 1988.

⁴ Cf. ARGAN, G. C. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

⁵ BENJAMIN, W. “A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica”. In: *Magia e Técnica. Arte e Política, Obras Escolhidas*. V. I. São Paulo, Brasiliense, 1983.

⁶ Cf. id. *A Modernidade e os Modernos*, Rio de Janeiro, Tempo Universitário, 1985; SUBIRATIS, E. *Da Vanguarda Ao Pós Moderno*, Rio de Janeiro, Nobel, 1975; BERMAN, M. *Tudo Que é Sólido se Desmancha no Ar. A aventura da Modernidade*. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

⁷ É recente. na história da arte. o mapeamento e o estudo da produção pictórica feminina. Essa é uma faceta da história que está para ser construída. Seria, além de contribuição para a historiografia, um grande estímulo para a luta de emancipação das mulheres, principalmente as idosas. Libertação no sentido mais amplo de inclusão e garantia de direitos de integração comunitária.

⁸ A chamada escola Flamengo dos séculos XVII e XVIII foi uma das mías expressivas produtoras de representações e imagens do envelhecimento e de mulheres velhas. Em situações muito diversificadas, acompanhando o seu cotidiano. Apesar do número mais expressivo de imagens, tem como temática os lugares sociais da velha, ama, governanta, mãe, preceptora, camponesa, tecelã, arrumadeira. Mas aparece em cenários abertos, nas ruas, com menor frequência, e no campo, com incidência maior. Aliás, esse é um território privilegiado para sua performance. Uma verdadeira pastoral é composta pela produção pictórica desses dois séculos. Esse período tão rico das artes plásticas merece um estudo de fôlego, enfocando a temática em questão, que está por ser desenvolvida. A própria produção da modernidade e contemporaneidade não difere em termos de abordagem da tradição. Há permanências expressivas na forma de ver/conceber a velhice feminina com toda uma gama de estereótipos que em tese se contrapõem às rupturas nas tradições estéticas, mas não nas iconográficas. Um outro estudo muito interessante a ser desenvolvido é o apontado pelas representações do objeto na produção dos autores de vanguarda do final do século XIX e início do XX, e, inclusive, do próprio Picasso, com suas representações da mãe.

⁹ Sagaz expressão, cunhada por Margareth Rago, em seu magistral estudo sobre a prostituição feminina em São Paulo, que se traduz em sinônimo de lazer/poder/insubordinação, denotando as preocupações da autora com as questões das identidades femininas, da constituição de uma sociedade libertária e de novos paradigmas para se pensar a condição feminina no contexto da modernidade e, atualmente, na sociedade

de controle. Cf. RAGO, M. *Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890 – 1930)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

¹⁰ As constatações do texto apontam para a necessidade de continuarmos a perseguir a temática, apontando e buscando sistematicamente as interações entre ruptura das tradições estéticas, novas temáticas e perspectivas das permanências e mudanças nas concepções da velhice e do processo de envelhecimento feminino, indicando a possibilidade de estudar-se comparativamente a questão no que se refere aos homens. É um vasto campo de pesquisa e pode configurar-se como linha temática que venha a contribuir para a ampliação do conhecimento na área de Gerontologia.

ALTHUSSER: IDEOLOGIA E APARELHOS DE ESTADO – VELHAS E NOVAS QUESTÕES

*Ester Vaisman**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal explicitar a tematização de Althusser sobre o fenômeno da ideologia ao longo de suas principais obras. Desse modo, o leitor terá a oportunidade de visualizar concretamente a utilização do critério epistemológico na determinação do fenômeno ideológico, bem como a aproximação teórica que o referido autor realiza com o problema do inconsciente, sobretudo no *Ensaio sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*.

Palavras-chave

Althusser; ideologia; Estado; epistemologia.

Abstract

The main objective of the present article is to explicit Althusser's thematization about the ideological phenomenon, throughout his most important works. In such a way, the reader will be able to concretely visualize the utilization of the epistemological criterium to determine the ideological phenomenon, as well as the theoretical approximation that the author accomplishes with the unconscious issue, mostly in the Essay about the Ideological State Apparatuses.

Keywords

State; Althusser; ideology; epistemology.

Louis Althusser foi, nas décadas de 60 e 70 do século passado, um dos responsáveis – talvez o mais radical – pela inclusão, no campo marxista, de uma teórica que parecia resolutive para os impasses e dilemas que dominaram os debates travados àquela época, principalmente em relação à polêmica epistemológica em torno da obra de Marx, que, apesar de sua sofisticação aparente, redundou em sérias distorções na interpretação de questões centrais da obra marxiana.

Sinteticamente, a *polêmica epistemológica* centrou-se na disputa sobre o “estatuto científico” do discurso marxiano “na *certeza uníssona* de que a base da reflexão marxiana ou a resolução de suas ‘dificuldades’ estava em algum canteiro do subsolo lógico-gnosio-epistêmico”.¹

A desfiguração desse tipo de abordagem epistemologizante implicou pesado ônus para o pensamento de Marx,

[...] designadamente porque a obra marxiana é a negação explícita daquele parâmetro na identificação da cientificidade, tendo sua própria arquitetônica reflexiva, por consonância, natureza completamente distinta daquela suposta pelo epistemologismo. Donde, querer “legitimar” por meio de “fundamento gnosiso-epistêmico” as elaborações marxianas é desrespeitar frontalmente seu caráter, e entorpecer o novo patamar de racionalidade que sua *posição* facultou compreender e tematizar, em proveito da apreensão do multiverso objetivo e subjetivo da mundaneidade humana.²

A figura de Althusser, no marco da década de 60 e princípio dos anos 70 do século XX, apresentava-se

[...] aos olhos de muitos, como um salvador supremo do marxismo. Ele tenta levar a bom termo um empreendimento difícil, uma verdadeira aposta que equivale a colocar o marxismo no centro da racionalidade contemporânea ao preço de seu desligamento da práxis, da dialética hegeliana, a fim de suplantá-la a vulgata stalinista em uso, fundada num economicismo mecânico.³

Para realização dessa empreitada, ao mesmo tempo ambiciosa e polêmica, o autor pagou alto preço, como veremos com maior detalhe, na medida em que implicou o

[...] afastamento do referente (que) adquire a forma de um “corte epistemológico”, segundo o modelo da ruptura de Bachelard. Esse corte efetua a divisão entre ideologia, de uma parte, e ciência de outra, encarnada pelo materialismo histórico. Todas as ciências devem, portanto, ser questionadas a partir do que fundamenta a racionalidade científica, a filosofia do materialismo dialético, a fim de se libertarem de seus resíduos ideológicos.⁴

Althusser, indubitavelmente – é forçoso reconhecer –, apesar de ter concebido uma solução de contornos altamente problemáticos, é responsável por um esforço que visava instalar o marxismo

[...] no cerne da ciência. Responde à necessidade de sair de um marxismo oficial pós-stalinista, portador de uma herança funesta, ancorado no dogma. Althusser permitia complexificar o marxismo, cruzar a sua aventura com as ciências sociais em pleno desenvolvimento, e colher todos os frutos, dando-se como discurso dos discursos a própria teoria das práticas teóricas. Ressucitar um marxismo científico desembaraçado das escórias dos regimes que se valem dele, tal é o desafio estimulante que Louis Althusser apresenta a uma geração militante, temperada nos combates anticolonialistas.⁵

Mas a grande influência que exerceu corresponde também

[...] a um momento do pensamento em que o *Sujeito* se volatiliza no horizonte teórico, o programa estruturalista já havia logrado reduzir o sujeito, destroná-lo, clivá-lo, torná-lo insignificante, e Althusser situa Marx ao lado daqueles que, a partir das ciências sociais, operam e ampliam essa descentração do homem sob todas as suas formas: “No que se refere estritamente à teoria pode-se e deve-se falar abertamente de um anti-humanismo teórico de Marx”. A noção de homem perde toda a sua significação, ela é remetida ao *status* de mito filosófico, de categoria ideológica contemporânea da ascensão da burguesia como classe dominante.⁶

De fato, Althusser afirma que “foi com finalidades ideológicas precisas que a filosofia burguesa apoderou-se da noção jurídico-ideológica de *sujeito* para dela fazer uma categoria filosófica número um”.⁷ Ao passo que a noção de sujeito “não tem *nenhum sentido* para o materialismo dialético, que pura e simplesmente a rejeita, como rejeita (por exemplo) a questão da existência de Deus”.⁸ E, finalmente, arremata: “a filosofia marxista deve romper com a categoria idealista de Sujeito como Origem”.⁹

O filósofo francês considera o caráter *desantropomorfizador* da atividade científica, para usar uma expressão cunhada por Lukács, mas – é aí que reside o problema – identifica esse aspecto necessário a toda apropriação científica da realidade com a anulação da prática do homem na construção e transformação de si e do próprio mundo social, identificando-a pejorativamente ao *pragmatismo*.

Dissertando “Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico”, Balibar, um dos autores de *Ler O Capital*, imputa a Marx a formulação do

[...] próprio conceito da dependência das formas de individualidade com relação à estrutura do processo ou “modo de produção”. Ele acentuou, na própria terminologia, esse fato epistemológico, que na análise da combinação não tratamos de homens concretos, mas apenas de homens na medida em que desempenham certas funções determinadas na estrutura: *portadores* de força de trabalho [...]. Os homens só aparecem na teoria sob a forma de suportes das relações implicadas na estrutura, e as formas de sua individualidade como efeitos determinados da estrutura.¹⁰

Por via de conseqüência, a “leitura” de *O Capital* foi realizada sob a égide da perspectiva do anti-humanismo teórico, pois, numa análise desse tipo, ou seja, guiada pela

descentração do homem, o *sujeito* é impossível de ser encontrado; nesse sentido, o que vai caracterizar o decurso histórico é ser, supostamente, um *processo sem sujeito*.

Assim, o contexto filosófico da época, marcadamente anti-humanista, está presente na reflexão althusseriana, de tal forma que mesmo Marx é apresentado como tendo realizado ele próprio este feito, por meio da ruptura

[...] (segundo o tema famoso do “corte”) com que é chamado de seus erros de juventude, [...] tornando assim necessária, hoje, no seio do marxismo, uma nova atividade teórica com o fim de constituir concretamente o que Marx tinha apenas posto como pedras angulares. Ora, esses erros de juventude são precisamente situados por Althusser no que chama de “período humanista de Marx”, “dominado por um humanismo racionalista liberal mais próximo de Kant e de Fichte do que de Hegel” e depois por um “humanismo comunitário” inspirado em Feuerbach.¹¹

Nesse sentido, seria o próprio Marx, segundo Althusser, que teria efetivado uma rejeição radical de todas as formas de humanismo, ou seja, de acordo com sua interpretação,

[...] a verdadeira revolução teórica de Marx consistirá, desde logo, em romper com *tudo humanismo*, tanto abstrato quanto concreto, visando produzir aí também um descenramento da perspectiva: trata-se, com efeito, de renunciar a fundar a história, de que forma for, sobre uma essência do homem, isto é, de recusar que o homem seja o *sujeito* da história.¹²

Abre-se, desse modo, uma insuperável fissura entre os dois pólos constitutivos do ser social: de um lado, “as formas sociais da individualidade”, ou seja, os indivíduos enquanto meros “suportes das estruturas” e, de outro, “a subjetividade individual ou as posições subjetivas face ao social”, constituída no interior do paradigma psicanalítico.

Em outras palavras, nesse tipo de abordagem, indivíduo e sociedade aparecem como duas entificações ontologicamente autônomas – para usar uma expressão de Lukács – e, de fato, se é falso pensar que haja uma substância da individualidade humana fora do espaço e do tempo, que as circunstâncias da vida podem mudar apenas superficialmente, é igualmente errôneo e estranho ao pensamento de Marx conceber o indivíduo como simples produto das “circunstâncias” de seu entorno social, como normalmente é ventilado pelas análises mais grosseiras e superficiais.

A “leitura sintomal”

Althusser, no seu projeto de retomada da obra marxiana, notadamente de *O Capital*, acabou por introduzir um procedimento analítico considerado como uma leitura rigorosa dos escritos econômicos marxianos. Em verdade, ele perpetrou uma verdadeira autonomização do discurso de Marx, cuja obra passou a ser abordada, digamos, por uma nova teoria do “Ler”, ignorada, segundo o filósofo francês, pelo marxismo vulgar de talhe sta-

linista. A essa nova teoria do “Ler”, Althusser denomina “leitura sintomal”, “qualificativo tomado diretamente da psicanálise, em especial, a lacaniana”.¹³

Segundo Althusser, esse procedimento teria sido empregado pelo próprio Marx quando da leitura por ele realizada de Smith e Ricardo:

Trata-se de uma leitura dúplice [...] Numa *primeira leitura*, Marx lê o discurso de seu predecessor (Smith, por exemplo) através de seu próprio discurso [...] é apenas um resumo das concordâncias e das discordâncias, o balanço daquilo que Smith descobriu e daquilo em que ele falhou. [...] Quanto às faltas em si, essa leitura não nos dá a sua razão, dado que sua verificação as anula: a continuidade do discurso de Marx é que mostra no discurso de Smith invisíveis (para Smith) lacunas, sob a continuidade aparente do discurso. [...] Entretanto, existe em Marx *uma segunda leitura e totalmente diversa*, sem paralelo com essa primeira. Esta, que só se sustenta com a dupla e conjunta verificação das presenças e das ausências, das vistas e dos equívocos, torna-se culpada de um equívoco singular: ela não vê que a existência combinada das visões e dos equívocos num autor suscita um problema: o de sua *combinação*. Ela não enxerga esse problema, precisamente porque esse problema só é visível enquanto invisível [...] uma relação que define a necessidade do campo obscuro do invisível, como um efeito necessário da estrutura do campo visível.¹⁴

A leitura sintomal – procedimento que identifica, sem mais, *leitura filosófica e leitura epistemológica* – teria a capacidade de identificar e recolher aquilo que não é visível, de reconhecer a lacuna, a ausência e o silêncio do discurso do outro, mas, além disso,

A partir dessa restauração de um enunciado portador de vazios, e da formulação de *sua* questão a partir da resposta, é possível trazer a lume as razões que explicam a cegueira da economia clássica sobre o que ela, entretanto, vê, portanto do seu não-ver interior ao seu ver. Em outros termos, virá à superfície que o mecanismo pelo qual Marx vê o que a economia clássica não vê é idêntico também, em princípio pelo menos, ao mecanismo pelo qual estamos prestes a refletir essa operação da visão de um não-visto do visto, ao *ler* um texto de Marx que é em si uma *leitura* do texto da economia política.¹⁵

Esta “teoria do ler”, esse puro ato de “leitura” que se restringe à estrutura intratextual do discurso, “autonomizada” de seu “referente”, isto é, a realidade capitalista, apresenta-se como inscrita no interior dos mais altos padrões de um rigorosismo lingüístico, tem também seus alicerces fundados na análise freudiana, tendo em vista que, para o autor francês,

[...] depois de Freud é que começamos a suspeitar do que *quer dizer* o escutar, e, portanto, o falar (e o calar); e que o “*quer-dizer*” do falar e do escutar revela, sob a ino-cência do falar e do escutar, a profundidade de uma fala *inteiramente diversa*, a fala do inconsciente.¹⁶

Trata-se, pois, de um “método” de leitura que

[...] à maneira da análise freudiana, considera que a realidade mais essencial é a mais escondida, não se situando nem na ausência do discurso, nem no explícito deste, mas

no entremeio de sua latência, necessitando, portanto, de uma escuta ou leitura particular a fim de o revelar a si mesmo. Se o erro grosseiro implica o ver, a vista depende das condições estruturais, das condições de existência do dizer, do campo de possibilidades do dizer e do não dizer.¹⁷

A leitura althusseriana de Marx, denominada “sintomal”, “onde o não dito devora a asserção” – na expressão de Giannotti – gera, no mínimo, uma “situação paradoxal:

[...] o leitor deverá interpretar todo o corpo do marxismo com os olhos voltados tão-somente para as entrelinhas, reduzindo a importância de todo o vocabulário filosófico empregado por Marx, como se sua prática teórica fosse inferior às suas descobertas.¹⁸

Assim, a “leitura” althusseriana de Marx, toda ela moldada por vetores teóricos absolutamente estranhos à propositura teórica do filósofo alemão – inclusive os de Michel Foucault, cujo prefácio à *Histoire de la Folie* é referido pelo autor em relação “às condições de possibilidade do visível e do invisível”¹⁹ –, ao invés de procurar expor a trama categorial do texto examinado, fixou-se no universo obliterante do *visível* e do *invisível* do enunciado, como se tal procedimento pudesse ser de algum modo atribuído ao próprio Marx, quando da análise realizada por ele dos economistas clássicos. Como consequência, o que ficou perdido foi a devida identificação dos procedimentos científicos marxianos.

É evidente que o trabalho de *decifração* de um texto se debruça sobre um *dado discurso*. E, enquanto tal, ele possui uma forma própria de *objetividade* ou consistência,

[...] ou seja, a efetividade de uma entificação peculiar, cuja identidade é resultante da síntese de suas imanentes e múltiplas determinações ideais que o configuram na qualidade de um corpo de argumentos estável e inconfundível, que independe para ser discurso – precisamente *este*, e não qualquer outro discurso – dos olhares, mais ou menos destros, pelos quais os analistas se aproximam dele e o abordam.²⁰

Certamente, uma formulação desse teor é absolutamente estranha ao procedimento de Althusser e de seus colaboradores quando da redação de *Ler O Capital*, pois, como vimos, estão impossibilitados, em função do viés epistemologizante, mas não só por isso, de encarar o texto enquanto *formação ideal* na sua existência auto-significativa.

Em suma, ao contrário da impropriedade gnosiso-epistêmica que caracteriza a leitura althusseriana de Marx, “tudo o que aparece e se move na reflexão marxiana é a substância e a lógica do próprio objeto, reproduzido em sua gênese e necessidade, historicamente engendradas e desenvolvidas”.²¹

Dito isso, é o que basta, pois, não há razões, neste momento, para desenvolver em amplitude e maior profundidade essa e outras questões vindas à baila pela “avalanche” althusseriana, mesmo porque não é disso que aqui se trata.

Ciência versus ideologia

Nos seus *Elementos de Autocrítica*, redigido em junho de 1972, o autor chega, em determinado momento, a se referir autocriticamente à noção de *corte epistemológico*, denominando-a “erro teorista”,²² acrescentando que

[...] apesar de todas as minhas precauções, eu o concebi e defini nos termos racionalistas da ciência e da não ciência. Não abertamente nos termos “clássicos” da oposição entre a *verdade e o erro* (aquela do cartesianismo, retomando uma posição “fixada” desde as origens, desde o platonismo). Não nos termos de uma oposição entre o *conhecimento e a ignorância* (aquela da Filosofia das Luzes). Mas, ousou dizer o pior: nos termos de uma oposição entre *A Ciência e A Ideologia*.²³

Ou seja, de acordo com Althusser, o aspecto fundamental do seu “erro” foi ter reduzido a ruptura do marxismo com a ideologia burguesa simplesmente ao *corte*, isto é, reduzido a oposição entre “marxismo e ideologia burguesa ao antagonismo da ciência e da ideologia”.²⁴ Em uma de suas últimas obras, o filósofo francês acaba por apontar como seu erro fundamental a tematização da oposição marxismo *versus* ideologia burguesa como simples fato teórico, fato esse, segundo ele, “observável nas obras de Marx a partir de 1845”.²⁵ O autor continua reafirmando a idéia do “corte”, mas lamenta o fato de ter atribuído a ele uma interpretação de cunho racionalista/especulativo, “opondo *verdade e erro* sob as formas da oposição especulativa ‘da’ ciência e ‘da’ ideologia em geral, cujo antagonismo do marxismo e da ideologia tornava-se um caso particular”.²⁶

O autor aqui, inevitavelmente, remete-nos à leitura que fizera anos antes, quando da redação de *Pour Marx*, onde passara a utilizar a noção de ruptura epistemológica, tomada de empréstimo a Bachelard e a transformando, até certo ponto, numa noção ainda mais radical: a de “corte”.

Ao utilizar o modelo bachelardiano, Althusser, além de radicalizá-lo, generaliza-o, elevando, portanto, a noção de “corte” ao *status* de conceito geral, transpondo-o para toda a história das ciências, e, em especial, para a trajetória de Marx, a qual teria atingido o nível propriamente científico ao se livrar, através do referido “corte”, dos resquícios filosóficos e ideológicos presentes nos seus primeiros trabalhos, característicos de sua pretendida “fase juvenil”. Esse “corte” fundamental teria sido possibilitado justamente pelo deslocamento analítico, realizado por Marx para o terreno próprio da *epistemologia* às custas do rompimento com a ideologia. Segundo as palavras do autor francês:

Sabemos que só existe ciência “pura” na condição de purificá-la sem cessar [...]. Essa purificação, essa liberação, apenas são adquiridas ao preço de uma incessante luta contra a própria ideologia, isto é, contra o idealismo, luta que a Teoria (o materialismo dialético) pode esclarecer sobre suas razões e objetivos, e guiar o mundo como nenhum outro método.²⁷

Desse modo, há todo um cientificismo que perpassa a abordagem althusseriana de Marx, pois o “materialismo dialético”, a “Teoria”, é o fundamento da cientificidade do materialismo histórico, que deve ser preservado de toda a impregnação ideológica que de forma incessante a assedia.

Em *Elementos de Autocrítica*, além do mais, Althusser efetua um movimento de deslocamento da questão central para a esfera específica do “racionalismo/especulativo”, ao afirmar a contraposição entre ideologia – sinônimo de “erro” – e a ciência marxista – que por definição é o *locus* do “verdadeiro”.

Tudo indica, portanto, que um dos aspectos contestáveis da tematização althusseriana sobre ideologia reside na identificação entre filosofia e epistemologia. Vejamos, sinteticamente, como tal identificação é determinada pelo próprio autor. Em *Ler o Capital*, o pensador francês sustenta que “a questão epistemológica é o próprio objeto da filosofia marxista”.²⁸ Em *Lênin e a Filosofia*, a propósito do mesmo tema, diz, de forma enfática: “Afirmar que não se passa nada em filosofia é dizer que a filosofia *não leva a parte alguma, pois não vai para lado nenhum*”.²⁹ Assim, a filosofia não teria propriamente um objeto, mas simplesmente uma função no campo da *prática teórica*, a de “traçar uma linha de demarcação no interior do domínio teórico, entre idéias consideradas verdadeiras e idéias consideradas falsas, entre o científico e o ideológico”.³⁰ Nesse sentido, a tarefa da filosofia se restringe ao estabelecimento dos fundamentos e dos limites do conhecimento no campo exclusivamente epistemológico, tendo como tarefa essencial a rejeição dos conceitos ideológicos, que de forma bastante freqüente são tomados como científicos. Trata-se, portanto, de defender a ciência da intromissão ideológica.

Ideológico, da perspectiva althusseriana, é, pois, todo enunciado que, em termos puramente epistemológicos, se configura de modo oposto àquela que seria a função teórica ou função de conhecimento. Ou seja, ideologia se confunde e se identifica com todo enunciado que ultrapassa o plano estritamente epistemológico.

Em *Marxismo e Humanismo*, texto de 1963, Althusser afirma que

[...] uma ideologia é um sistema (possuindo a sua lógica e o seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, idéias ou conceitos segundo o caso) dotado de uma existência e de um papel históricos no seio de uma sociedade dada [...] a ideologia como sistema de representações se distingue da ciência visto que a sua função prático-social tem preeminência sobre a função teórica (ou função de conhecimento).³¹

Além disso, “a ideologia faz, pois, organicamente parte, como tal, de toda uma totalidade social”.³² Assim, em toda sociedade, a ideologia teria um papel específico a desempenhar; a sua função é prático-social, cujo terreno é o da experiência, que, para Althusser, não pode ser confundido de maneira alguma com o terreno do conhecimento científico,

onde se dá a prática teórica. Dessa forma, ideologia é oposta à ciência ou, no máximo, é a sua pré-história, embora possa constituir, do ponto de vista epistemológico, uma *problemática teórica* para a ciência que “parte do abstrato para produzir um conhecimento (concreto)”.³³ Assim, embora a ideologia possa se constituir numa problemática teórica para a prática científica, há uma *descontinuidade* entre elas que é “qualitativa, teórica e histórica, a qual podemos designar, com Bachelard, pelo termo ‘corte epistemológico’”.³⁴ Essa descontinuidade envolve uma série de características que se opõem em ambos os casos: a ideologia é considerada no máximo como uma prática pré-científica.

Ainda no mesmo livro, Althusser tematiza a ideologia como um conjunto de relações que ocultam ou representam mal as relações reais, embora ao mesmo tempo designem uma relação vivida, portanto, real. O autor afirma:

Na ideologia os homens expressam, com efeito, não as suas relações nas suas condições de existência, o que supõe, ao mesmo tempo, relação real e relação “vivida, imaginária” [...]. Na ideologia, a relação real está inevitavelmente invertida na relação imaginária: relação que *exprime* mais uma *vontade* (conservadora, conformista, reformista ou revolucionária), mesmo um esperança ou nostalgia que não descreve uma realidade.³⁵

Dessa maneira, segundo a mesma trilha, na ideologia, os homens expressam a maneira com *imaginam* as suas relações reais, e, de forma alguma, a ideologia teria condições de exprimir realmente essas relações, já que se trata de uma relação *imaginária*. O que está em jogo, portanto, nessa determinação, é a introdução da ideologia no interior de uma teoria do *imaginário*, que tornará a aparecer quando do ensaio sobre os aparelhos ideológicos de Estado.

Ademais, a formulação althusseriana referida acima, de que “na ideologia, a relação está, inevitavelmente invertida na relação imaginária”, explicita a concepção

[...] de que a ideologia é profundamente inconsciente, que ela é um sistema de representações que na maioria das vezes são imagens e conceitos que nada têm a ver com a consciência, mas é antes de tudo como estruturas que elas se impõem à imensa maioria dos homens sem passar para a sua “consciência”.³⁶

Assim, a concepção de ideologia enquanto representação *imaginária* da realidade tem como consequência, novamente, a oposição entre ciência e ideologia, pois a ideologia expressa a maneira pela qual os indivíduos vivenciam uma situação, não a maneira pela qual eles a conhecem – designativo próprio à prática científica. Tal oposição é confirmada através de uma outra função, atribuída althusserianamente à ideologia: em qualquer sociedade que se manifeste assegura a coesão social de seus membros, regulando o vínculo que os une às respectivas tarefas. A ideologia seria, nesse contexto, uma espécie de cimento da sociedade (à la Durkheim), pois induziria os membros de uma determinada

sociedade a aceitarem sem maiores resistências as tarefas que lhes são atribuídas pela divisão social do trabalho, na medida em que fornece as normas e as regras de conduta indispensáveis ao funcionamento das engrenagens sociais. Ou seja, “A ideologia, como sistema de representação de massa, é indispensável a toda sociedade para formar os homens, transformá-los e pô-los em condições de responder às exigências de suas condições de existência”.³⁷

Portanto, para que a ideologia possa desempenhar essa função de “ajustamento”, ela deve encobrir e dissimular o sistema de divisão de classes e a exploração de uma classe pela outra. E tudo se arredonda na tematização de Althusser com a idéia de que a ideologia é deformante “devido à opacidade da determinação (exercida) pela *estrutura* da sociedade e, por outro lado, pela existência da divisão em classes”.³⁸ Ou seja, o autor afirma a intransparência, a opacidade necessária por meio da qual a estrutura social dividida em classes aparece diante dos indivíduos.

Em suma, tendo em vista o decurso analítico percorrido até aqui, temos, em primeiro lugar, que

[...] a ideologia é um sistema de representações que em todas as sociedades assegura a relação dos indivíduos com as tarefas fixadas pela estrutura do todo social, este sistema não é, pois, um sistema de conhecimento. Pelo contrário, é o sistema de ilusões necessárias aos sujeitos históricos; em segundo lugar, em uma sociedade classista, a ideologia recebe uma função suplementar: manter os indivíduos nas posições determinadas pela dominação de classe; e, em terceiro, o princípio de subversão dessa dominação pertence ao oposto da ideologia, isto é, a ciência. [...] Uma vez que a ideologia não foi entendida fundamentalmente como o lugar da luta, ela termina por ocupar o lugar determinado na tradição filosófica: o lugar do Outro da Ciência.³⁹

Faz-se então necessário, ao final desse item, retomar o que foi referido logo de início, a “autocrítica” de Althusser em relação à problemática do “corte”. Em que medida essa nova colocação do problema modificou o itinerário teórico anterior com relação à análise da ideologia? Parece que, se modificações ocorreram, elas não alteraram substancialmente o quadro anterior, caracterizado, como vimos, por uma total oposição entre ciência e ideologia.

Os aparelhos ideológicos de Estado

Aparentemente, há, no ensaio sobre os *Aparelhos ideológicos de Estado*, datado de 1970, um esforço por parte de Althusser em desenvolver uma teoria da superestrutura livre da problemática epistemológica, constituindo um roteiro de pesquisa voltado à problemática do Estado e do político. Assim é que nesse texto o fenômeno ideológico é referido imediatamente ao processo de reprodução das condições de produção, pois, “a

condição última da produção é a reprodução das condições de produção”. Disso resulta que “toda formação social para existir, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir deve reproduzir as condições de sua produção. Ela deve, portanto reproduzir: 1) as forças produtivas e 2) as relações de produção”.⁴⁰

Por essa via, a reprodução da força de trabalho não requer apenas a reprodução de sua qualificação, mas, sobretudo

[...] uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e da repressão, de modo a que eles assegurem também “pela palavra” o predomínio da classe dominante.⁴¹

Althusser procura, assim, vincular de modo indissolúvel o fenômeno da reprodução à instância ideológico-política, deixando num obscuro segundo plano os mecanismos de ordem econômica que concorrem para a efetivação do movimento reprodutivo das relações sociais vigentes.

Ainda segundo ele, também o caso específico da

[...] reprodução da força de trabalho evidencia, como condição *sine quae non*, não somente a reprodução de sua “qualificação”, mas também a reprodução da sua submissão à ideologia dominante, ou da “prática” desta ideologia, devendo ficar claro que não basta dizer: “não somente mas também”, pois a reprodução da qualificação da força de trabalho se assegura em e sob as formas de submissão ideológica.⁴²

A análise que Althusser desenvolve nesse ensaio sobre o fenômeno ideológico é perspectivada, assim, pelo “ponto de vista da reprodução”, pois “é a partir da reprodução que é possível e necessário pensar o que caracteriza o essencial da existência e natureza da superestrutura”.⁴³

A função primordial da superestrutura em tal abordagem seria, pois, a de assegurar, através de mecanismos próprios à sua natureza, a reprodução das relações sociais vigentes.

As relações entre base e superestrutura são pensadas pelo autor a partir da “metáfora topográfica do edifício”, onde a “autonomia relativa” da superestrutura estaria dada pela própria determinação da base. É justamente essa autonomia que permite ao autor conceber “os aparelhos ideológicos de Estado”, tendo por função a reprodução do sistema em seu conjunto. Vale dizer, o fenômeno da reprodução é pensado em termos exclusivamente ideológicos.

No intento de constituir a teoria dos “aparelhos de Estado”, Althusser se propõe revisar a teoria descritiva do Estado, isto é, aquela dos “clássicos do marxismo”, e é nesse sentido que estabelece a distinção entre “poder de Estado e aparelho de Estado”.⁴⁴

Segundo Althusser, ainda, para que a teoria do Estado avance efetivamente

[...] é indispensável ter em conta não somente a distinção entre *poder de Estado* e *aparelho de Estado*, mas também outra realidade que se manifesta junto ao aparelho repressivo do Estado, mas que não se confunde com ele. Chamaremos esta realidade pelo seu conceito: *os aparelhos ideológicos de Estado*.⁴⁵

O filósofo francês diferencia então os “aparelhos repressivos de Estado”, que operam através da violência para garantir a dominação de classe, dos *aparelhos ideológicos de Estado*, que garantem essa dominação de outro modo, pois “funcionam através da ideologia”.⁴⁶

A existência material da ideologia se faz sentir através dos aparelhos ideológicos de Estado, que constituem algumas instituições concretas, através das quais se manifesta um conjunto de práticas e rituais que nelas se situa. Para Althusser, então, a ideologia não seria apenas um simples conjunto de discursos ou um sistema de representações imaginárias, mas a *ideologia dominante* é um poder organizado num conjunto de instituições. Portanto, o caráter dos aparelhos ideológicos de Estado não é determinado apenas pelo seu lugar jurídico na sociedade, mas pelo seu funcionamento enquanto prática.

Temos que, modernamente, entre os vários aparelhos existentes – igreja, família, sindicatos, partidos – aquele que assumiu posição dominante é o aparelho ideológico escolar, pois é a escola que

[...] se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o maternal, e desde o maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais “vulnerável”, espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história natural, as ciências, a literatura), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral, educação cívica, filosofia).⁴⁷

Depois de ter configurado o modo pelo qual se estrutura e funciona o “aparelho ideológico de Estado escolar”, Althusser desenvolve longa argumentação acerca da necessidade de formulação de uma “teoria da ideologia em geral”.

De fato, a empreitada é justificada pela argumentação de que Marx não teria propriamente formulado uma teoria das ideologias, pois, em *A Ideologia Alemã*, a análise desenvolvida “não é marxista”.⁴⁸ Por via de consequência, seria necessário preencher essa lacuna, o “que depende em grande parte de uma teoria da ideologia em geral”.⁴⁹ A primeira determinação da “teoria da ideologia em geral” é que “a ideologia não tem história” e, acrescenta, “sabemos que essa fórmula aparece com todas as letras numa passagem de *A Ideologia Alemã*”.⁵⁰

Ressaltem-se dois aspectos: primeiro, no momento imediatamente anterior, Althusser afirma enfaticamente que *A Ideologia Alemã* não pode ser tomada como base para

uma teoria geral da ideologia, na medida em que “ela não é marxista”, no entanto, a mesma obra se torna agora base de apoio para uma afirmação peremptória: “a ideologia não tem história”! Ou, em outras palavras, se o referido livro, no seu conjunto não pode ser levado em consideração, que razão o tornaria base para uma caracterização tão decisiva da ideologia em geral? Althusser não oferece resposta para essa questão.

No entanto, vejamos em que contexto Marx teria feito a suposta afirmação. Contrapondo-se ao ponto de partida das formulações de caráter especulativo, que caracterizam a propositura neohegeliana, Marx enuncia o seu próprio ponto de partida afirmando que:

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também com essa realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.⁵¹

O recurso a essa longa citação é necessário para evidenciar a impropriedade do procedimento de Althusser, ao segmentar e “pinçar”, sem mais, uma pequena frase de um momento da análise de Marx, onde é ressaltado que as formas ideológicas – aqui identificadas às formas de consciência que afirmam a supremacia e a autonomia das idéias diante do processo de vida material –, não tem *uma história própria, autônoma ou independente em relação à atividade material dos homens*. Ou seja, “a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia” não têm história, no sentido de que não possuem uma historicidade própria ou imanente, pois fazem parte da história humana global da produção da vida e das formas de consciência que a ela correspondem.

Assim, quando Marx, em *A Ideologia Alemã*, nega às idéias uma historicidade autônoma – que para Althusser, como veremos, possui sentido negativo, o que ele quer é o “positivo” – não significa que as idéias eram proclamadas pelo filósofo alemão como dependentes mecânicas, passíveis, assim, de serem deduzidas esquematicamente da esfera econômica – o que Althusser denomina de “positivismo” – mas o que ele registra é justamente a *unidade do processo histórico* – como já ressaltamos linhas acima – não obstante contradições e desigualdades internas.

Donde, em segundo lugar, a afirmação de Althusser se mostrar totalmente imprecisa, levando-se em consideração a letra do texto marxiano.

Althusser prossegue na sua “leitura” de *A Ideologia Alemã*,⁵² identificando a concepção de ideologia de Marx

[...] como pura ilusão, puro sonho, ou seja nada. [...] A ideologia é portanto pensada como uma construção imaginária cujo estatuto é exatamente o mesmo estatuto teórico do sonho nos autores anteriores a Freud. [...] A ideologia é então para Marx um *bricolage* imaginário, puro sonho, vazio e vão [...].⁵³

Contrapondo-se àquilo que entende ser a tematização marxiana de ideologia, Althusser procura defender, assim, uma tese “radicalmente diferente da tese positivista-historicista da Ideologia Alemã”.⁵⁴

Por essa linha de apreensão, o fato de a ideologia em geral não ter história, não compreende sentido negativo, ao contrário,

[...] este sentido é positivo se considerarmos que a ideologia tem uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, isto é, omni-histórica, no sentido que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história.⁵⁵

A referência teórica que Althusser utiliza para determinar a imutabilidade da ideologia, enquanto realidade não-histórica, longe de se inspirar numa possível concepção negativa dessa não-historicidade em Marx, em verdade está “diretamente relacionada à proposição de Freud de que o *inconsciente é eterno*, isto é, não tem história”.⁵⁶

Segundo Doray, Althusser tentou,

[...] através dos AIE, fazer uma articulação em grande estilo entre a teoria marxista das formações do Estado e o que a psicanálise, lacaniana em particular, pode esclarecer a propósito do que é designado nesse texto como ‘a’ estrutura ‘da’ ideologia [...]. Implicitamente, e quase explicitamente, L. Althusser indicava uma identidade entre ‘a’ estrutura formal ‘da’ ideologia e a ‘do’ inconsciente.⁵⁷

É o que de fato podemos observar na seguinte afirmação de Althusser:

Se eterno significa, não a transcendência a toda história (temporal), mas omnipresença, trans-histórica e portanto imutabilidade em sua forma em toda extensão da história, eu retomarei palavra por palavra a expressão de Freud e direi: *a ideologia é eterna*, como o inconsciente. E acrescentarei que esta aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral. Eis porque me considero autorizado, ao menos presuntivamente, a propor uma teoria da ideologia em geral, no mesmo sentido em que Freud apresentou uma teoria do inconsciente em geral.⁵⁸

Essa aproximação teórica entre “ideologia em geral” e “inconsciente” – pelo suposto de que ambos apresentam a mesma forma geral – não deixa de ser problemática, se ela implicar, entre outras conseqüências, na absorção de um pelo outro, vale dizer, da ideologia pelo inconsciente. De fato, o “modelo” utilizado por Althusser para a constituição da Teoria da Ideologia em Geral é aquele fornecido pela concepção freudiana de “incons-

ciente”. Ou seja, tudo indica que “ao se apropriar das contribuições de Freud, Althusser pôde fazer avanços na construção de sua Teoria da Ideologia em Geral”.⁵⁹

Assim, a tematização da ideologia em Althusser revela-se bastante distante das formulações próprias a Marx, aproximando-se, desse modo, a itinerários analíticos que nada têm a ver com os textos marxianos propriamente ditos.

Na seqüência, Althusser passa à formulação de uma série de “teses” que traduzem seus principais posicionamentos a respeito do tema geral do ensaio.

Na primeira das teses enunciadas, retoma uma definição de ideologia já desenvolvida em textos anteriores, só que agora ela ganha um contorno definido a partir da aproximação explícita entre ideologia e inconsciente. Assim, “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” ou, em outras palavras, “os homens representam-se de forma imaginária suas condições reais de existência”.⁶⁰

O autor sustenta firmemente que

[...] não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que “os homens” “se representam” na ideologia, o que nela é representado é, antes de mais nada, a sua relação com as condições reais de existência. É essa relação que está no centro de toda representação ideológica, e portanto, imaginária do mundo real [...] é a *natureza imaginária desta relação* que sustenta toda a deformação imaginária observável em toda ideologia.⁶¹

É na insistência em acentuar que na ideologia não estão representados os homens no interior de suas relações reais, mas a sua relação imaginária com as condições nas quais vivem, que se expressa a “aproximação” entre “inconsciente” e ideologia, pois, justamente, a deformação da representação imaginária dos indivíduos é seu efeito maior.

Segundo essa linha de raciocínio, o caráter imaginário das relações que os indivíduos mantêm com as suas condições de existência é um fenômeno *insuperável* da existência social, pois – e Althusser o diz com todas as letras – “a representação dos indivíduos de sua relação (individual) com as relações sociais que governam suas condições de existência e sua vida coletiva e individual, é necessariamente imaginária”.⁶²

Desse modo, é categoricamente afirmada a necessidade do imaginário enquanto elo mediador entre os indivíduos e sua vida social. Agora, quanto à natureza desse “imaginário”, Althusser termina a exposição desse item afirmando que não irá mais longe, deixando essa indagação sem nenhuma resposta.

Na seqüência, enuncia a segunda tese: “A ideologia tem uma existência material”, ou seja, “as idéias”, as ‘representações’, etc. não têm uma existência ideal, espiritual, mas material”.⁶³

Trata-se de uma tese presuntiva, segundo o próprio autor, algo que ele afirma, mas não prova, assemelhando-se a um artifício teórico que constrói para poder justificar sua

teoria sobre a “materialidade” dos aparelhos ideológicos. É exatamente o que enuncia na forma de uma terceira tese: “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material”.⁶⁴ Em suma, a própria relação imaginária que os indivíduos possuem com suas condições de existência – cuja origem Althusser não nos esclarece, já que, segundo ele, essas idéias não provêm dessas condições de existência – apresenta ela própria uma existência material.

Sem ter mostrado o “por que” dessa relação imaginária, Althusser passa a descrever o “como”, isto é, descreve o que se passa com os indivíduos que vivem na ideologia.

A ideologia tem uma existência material e não ideal, na medida em que se manifesta em um aparelho ideológico material que, por seu turno, “prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas que existem nos atos materiais de um sujeito”.⁶⁵

De acordo com o autor, “as idéias desaparecem enquanto tais”, pois agora elas aparecem “inscritas nos atos das práticas reguladas por rituais definidos em última instância por um aparelho ideológico”.

Por conseqüência, no intuito de formular uma *teoria geral da ideologia* superando o pretensão “positivismo-historicista” de Marx, Althusser acaba negando a existência ideal das idéias, afirmando, única e exclusivamente, a sua dimensão material, através de sua inserção nas práticas regidas pelos aparelhos ideológicos de Estado. Com isso perde de vista uma das mais importantes aquisições de Marx que é a relação entre subjetividade e objetividade que se enlaçam na prática. Ou seja, Marx reconhece a existência ideal das idéias, mas não enquanto entidades separadas das condições efetivas a partir das quais elas são produzidas, ou seja, *a atividade humana sensível* e em função desta. Em outras palavras, Althusser perde de vista que as idéias são o *momento ideal* da prática humana.

Sempre concebendo o aparelho ideológico de Estado como o *locus* por excelência da prática, Althusser, além de negar a possibilidade de existência de “práticas” para além desses aparelhos, também constrói um novo “artifício” teórico com receio de não cair no que poderia ser entendido como um viés idealista: a existência ideal, ou seja, própria ou específica das idéias. Como resultado, tem-se que a ideologia é produzida a partir dos aparelhos ideológicos de Estado, deixando, assim, de ser reconhecida, ao menos, como forma expressiva das condições contraditórias da existência social efetiva.

Resta agora determinar o caráter dos “agentes” que “atuam” no interior dos “rituais” e “práticas” regidos pelos aparelhos ideológicos de Estado. A esse respeito, Althusser, sempre se valendo de exemplificações tomadas da prática religiosa, afirma que:

[...] o sujeito portanto atua enquanto agente do seguinte sistema (enunciado em sua ordem de determinação real): a ideologia existente em um aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas estas

que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença.⁶⁶

De sorte que os sujeitos só vêm a existir no interior dos aparelhos, cujos rituais preservem suas práticas e a materialidade destas nada tem a ver com a atividade material propriamente dita, qual seja, a desenvolvida na produção das condições de existência, mas, exclusivamente, com o caráter dito material dos rituais inscritos nos aparelhos. Assim, não se tem apenas uma “autonomia relativa da instância superestrutural”, que “retroage” sobre a base material, para utilizar a “metáfora topográfica do edifício”, mas, em verdade se está diante de uma configuração que tende a criar, matrizar e determinar toda a prática possível. Vale dizer, não há alternativa, todas as práticas são determinadas, “em última instância”, pelos aparelhos ideológicos de Estado.

É assim que Althusser, uma vez mais, enuncia duas teses simultâneas:

1) Só há prática através de e sob uma ideologia e 2) Só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito [...] ou seja, a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: pela *categoria de sujeito* e de seu funcionamento.⁶⁷

A categoria sujeito, ao mesmo tempo que é condição de possibilidade da existência da ideologia, “*não é constitutiva de toda ideologia, uma vez que toda ideologia tem por função (é o que a define) constituir indivíduos concretos em sujeitos*”.⁶⁸ Trata-se, portanto, de um “jogo de dupla constituição”, reciprocidade que garante o funcionamento de toda ideologia.

Com o objetivo de apontar o *status* que a ideologia adquire nesse ensaio, chamo atenção para a seguinte afirmação: “o homem é por natureza um animal ideológico”.⁶⁹ Isso remete, uma vez mais, para o caráter trans-histórico da ideologia, no entanto, aqui o autor vai mais longe, pois inscreve a ideologia no interior da própria natureza humana. Vale dizer, a ideologia demarca necessariamente o horizonte primordial de toda representação e de toda prática, enquanto relação imaginária e, portanto, deformante dos indivíduos com as suas condições de existência. Donde a impossibilidade de pensar o homem liberto da condição ideológica, do mesmo modo que, supostamente, é impensável o homem sem o inconsciente. Em outras palavras, é mais do que razoável admitir em Althusser o seguinte paralelismo: a ideologia funciona para a sociedade do mesmo modo que o inconsciente para o indivíduo, embora esse modo de colocar as coisas seja, de certo modo, velado pelo autor ao, simplesmente, “deixá-lo de lado”.

Prosseguindo na caracterização da constituição dos indivíduos concretos em “sujeitos”, o autor situa um ritual característico do aparelho ideológico, o *reconhecimento*, cuja existência poderia ser percebida num simples cumprimento cotidiano, onde “você e eu já somos *sempre* sujeitos e que, enquanto tais, praticamos ininterruptamente os rituais

do reconhecimento ideológico, que nos garantem que somos de fato sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e (obviamente) insubstituíveis”.⁷⁰

Ser um sujeito concreto só é possível no plano do reconhecimento ideológico, ou seja, no interior das práticas e rituais dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais são produzidas as relações imaginárias desses indivíduos com suas condições de existência. Não se dão, pois, sujeitos concretos para além da vivência desses rituais. Há, além disso, através do *reconhecimento ideológico*, o predomínio do “imaginário” na existência cotidiana.

Nesse mesmo ensaio, Althusser desenvolve uma tese que traduz, a nosso ver, a linha fundamental de desenvolvimento de sua obra em relação à ideologia: “*Toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos*, através do funcionamento da categoria de sujeito”.⁷¹ Assim, como vimos, apenas na parte final do referido ensaio é que a questão do sujeito emerge enquanto categoria, por meio da qual a ideologia é estruturada e tem garantido o seu funcionamento. Ou nas palavras do próprio autor: “só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela *categoria do sujeito* e de seu funcionamento”.⁷²

Além disso, a própria “função da ideologia é constituir indivíduos concretos em sujeitos”. Essa função da ideologia deve ser entendida, no entanto, a partir do que ela é, ou seja, segundo Althusser, *constituidora* de sujeitos, e isto não deixa de ser – ao contrário, as duas dimensões estão interligadas – “uma relação *imaginária* dos indivíduos com suas condições reais de existência”.⁷³ Althusser, tanto na definição do que é ideologia quanto na delimitação de sua função, ao introduzir a noção de *imaginário* e de *constituição dos sujeitos* se aproxima nitidamente das formulações da psicanálise de Lacan, “segundo a qual a ‘fase-do-espelho’ desempenha uma papel decisivo como matriz e esboço na constituição do eu”.⁷⁴

A constituição dos indivíduos em sujeitos deriva, assim, do suposto mecanismo de *interpelação* característico de toda ideologia, que propicia a transformação – através das relações imaginárias do indivíduo com as suas condições de existência – também imaginária do indivíduo em sujeito. Em suma, essa transformação que se dá, no nível do *imaginário*, é dada pelo mecanismo interpelativo de toda ideologia, que nas práticas e rituais dos aparelhos ideológicos de Estado possibilita o *reconhecimento* (fase-de-espelho) do indivíduo, enquanto sujeito, no contexto específico daquela ideologia.

Ora, então, a *interpelação* teria, além da função de transformar imaginariamente o indivíduo em sujeito, também a função de “conduzir sua auto-sujeição ao sistema dominante e por essa via, assegurar a reprodução social em seu conjunto”.⁷⁵ Portanto, ser um *sujeito* é um efeito da *sujeição* à ideologia, é um efeito da permanente inserção dos

indivíduos e suas ações em rituais e práticas conduzidas pelos aparelhos ideológicos de Estado, na medida em que o reconhecimento de ser um sujeito é um reconhecimento de caráter ideológico, segundo Althusser, imposto pela própria ideologia.

Nesse sentido, como acabamos de ver, a constituição do sujeito deriva da sujeição do indivíduo concreto ao esquema ideológico dominante.

Em outro lugar, mas sobre a mesma questão, o filósofo francês reconhece que o indivíduo pode ser agente de uma prática, mas só o será na condição de “se revestir da *forma sujeito*”.⁷⁶

Mas, o aspecto a ser ressaltado é que no ensaio sobre os AIE, apesar de aparência em sentido oposto, Althusser “não se liberou inteiramente [...] da identificação entre ideologia e deformação (toda deformação tem um conteúdo *verdadeiro* sob a forma falsa), nem da oposição ideologia-verdade que lhe é correlativa”.⁷⁷

A esse respeito, Althusser declara que, estando todos os indivíduos como que submersos na realidade da ideologia, em sendo essa realidade inescapável e insuprimível, verdadeira condição eterna que engolfa a todos, “é preciso situar-se fora da ideologia, isto é, no conhecimento científico para poder dizer: estou na ideologia (caso excepcional) ou (caso mais geral) estava na ideologia”.⁷⁸

O autor reafirma, assim, aquilo que se tornou a “marca registrada” de sua obra: a contraposição ciência *versus* ideologia, além de que atribui ao cientista a “posição privilegiada para revelar a verdade oculta sob o véu mistificador das mentiras coletivas”.⁷⁹

Também ao analisar, com especial atenção, a configuração ideológica familiar, designada como “patológica”, o autor observa as fases de concepção, nascimento e desenvolvimento da criança, concluindo pela existência de uma “pressão e predeterminação ideológica”.⁸⁰

Em suma, seguindo o decurso analítico do autor até esse ponto do texto, pode-se efetuar a seguinte síntese:

A ideologia, em virtude de sua anterioridade em relação aos indivíduos concretos, ela pré-configura e pré-forma os sujeitos, inclusive na esfera da vontade e dos sentimentos; ela se produz num universo imaginário, onde os indivíduos passam a se identificar enquanto sujeitos, por meio do reconhecimento interpelativo; há uma interiorização desse tecido imaginário que possui a capacidade de permanecer invisível, irreconhecível pelos indivíduos comuns, e dada a sua fluência espontânea escapa ao controle de todos, com exceção, é claro, dos cientistas.

Por último, na medida em que a estrutura formal da ideologia é sempre idêntica, Althusser toma como exemplo o funcionamento da ideologia religiosa cristã e verifica que também ela “se dirige aos indivíduos para transformá-los em sujeitos”.⁸¹

A partir da análise realizada, o autor constata que: “a estrutura de toda ideologia, ao interpelar os indivíduos enquanto sujeitos em nome de um Sujeito Único e absoluto é especular, isto é, funciona como um espelho, e duplamente especular: esse desdobramento especular é constitutivo da ideologia e assegura o seu funcionamento”.⁸²

Note-se aqui o que já foi sublinhado anteriormente: o indivíduo se transforma em sujeito através da sujeição à ideologia, isto é, o sujeito se constitui imaginariamente espelhando-se no outro. Mas o autor vai literalmente mais “além”, pois esse outro, a partir do exemplo paradigmático da ideologia religiosa, transmuta-se no “Outro”. É o que se pode constatar na seguinte afirmação:

Toda ideologia tem um centro, lugar único ocupado pelo Sujeito Absoluto, que interpela à sua volta, a infinidade de indivíduos como sujeitos, numa dupla relação especular que submete os sujeitos ao Sujeito, dando-lhes no Sujeito, onde qualquer sujeito pode contemplar sua própria imagem (presente e futura).⁸³

Embora Althusser considere o aparelho ideológico escolar como o mais importante de todos, tendo substituído, inclusive, o par igreja-família, o exemplo escolhido por ele para exemplificar a estrutura de funcionamento de toda ideologia é a ideologia religiosa cristã.

Para finalizar, buscarei nas palavras de Dosse aquilo que, do nosso ponto de vista caracteriza sinteticamente a propositura de Althusser a respeito da ideologia:

Althusser eleva a instância ideológica ao estágio de verdadeira função, desfrutando de uma autonomia relativa que não permite mais sua inclusão, de maneira mecânica, no que a subentende. Mas esse distanciamento da ideologia é reforçado pela hipertrofia desta última, a qual assume a forma de uma estrutura transhistórica, a que Althusser recorre para construir a teoria. A eficácia do ideológico redundante, pois, na criação, pelas práticas induzidas, de sujeitos em situação de enfeudação absoluta em face do lugar que lhes é atribuído; os transforma em objetos mistificados de forças ocultas representadas por um novo sujeito da história: a ideologia.⁸⁴

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Professora Doutora do Departamento de Filosofia da UFMG. E-mail: emjchasin@uol.com.br

¹ CHASIN, J. “Marx - Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica”. In: *Pensando com Marx*. São Paulo, Ensaio, 1995, p. 337.

- ² Ibid., p. 338.
- ³ DOSSE, F. *História do Estruturalismo*. São Paulo, Ensaio, v. I, 1993, p. 329.
- ⁴ Ibid.
- ⁵ Ibid.
- ⁶ Ibid., p.342.
- ⁷ ALTUSSER, L. “Resposta a John Lewis”. In: *Posições I*. Rio de Janeiro, Edições Graal, p. 67.
- ⁸ Id., p 68.
- ⁹ Ibid.
- ¹⁰ BALIBAR, E. “Sobre os Conceitos Fundamentais do Materialismo Histórico”. In: *Ler O Capital*. Rio De Janeiro, Zahar, 1980, v. II, pp. 212-13.
- ¹¹ FERRY, L. e RENAUT, L. *O Pensamento 68*. São Paulo, Ensaio, 1988, p. 46.
- ¹² Ibid., p. 47.
- ¹³ DOSSE, op. cit., p. 335.
- ¹⁴ ALTHUSSER, L. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp.17-18, v. I.
- ¹⁵ Ibid., p. 22
- ¹⁶ Ibid., p. 14
- ¹⁷ DOSSE, op. cit., p. 336.
- ¹⁸ GIANNOTTI, J. A. “Contra Althusser”. In: *Exercícios de Filosofia*. São Paulo, Brasiliense/ Cebrap, 1975, p. 87.
- ¹⁹ ALTUSSER, *Ler O Capital*, op. cit. p. 25.
- ²⁰ CHASIN, op. cit. p.336.
- ²¹ Ibid., p. 520.
- ²² ALTUSSER, L. “Elementos de Auto-Critica”. In: *Posições I*. Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 91.
- ²³ Ibid.
- ²⁴ Ibid., p. 95.
- ²⁵ Ibid., p. 79-80.
- ²⁶ Ibid.
- ²⁷ ALTUSSER, L. *Pour Marx*. Paris, François Maspero, 1973, p.171.
- ²⁸ Id. *Ler O Capital*, op. cit., p. 13.
- ²⁹ Id. *Lenine a Filosofia*. Lisboa, Estampa, 1970, p. 52.
- ³⁰ Ibid., p.60.
- ³¹ Id. “Marxismo e Humanismo”. In: *Análise Crítica da Teoria Marxista*, op. cit, p. 204.
- ³² Ibid., p. 205.
- ³³ Ibid., p. 167.

- ³⁴ Ibid., p. 145.
- ³⁵ Ibid., p.207.
- ³⁶ ÁLVARES, G. A. *Política e Subjetividade: A Construção da Categoria Processo sem Sujeito em Louis Althusser*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1996, pp. 34-35.
- ³⁷ ALTHUSSER, *Pour Marx*, op. cit., p. 242.
- ³⁸ Id. *Théorie, Pratique Théorique et formation théorique. Ideologie et Lutte Idéologique. Cahiers Marxistes-Leninistes*, 1966, pp. 30-31.
- ³⁹ RANCIÈRE, J. “Sobre a Teoria da Ideologia” In: *Lecturas de Althusser*. Buenos Aires, Galerma, 1970, pp. 328 e 330.
- ⁴⁰ ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Graal, pp. 53-54.
- ⁴¹ Ibid., p. 58.
- ⁴² Ibid., p. 59.
- ⁴³ Ibid., p. 62.
- ⁴⁴ Ibid., p. 73.
- ⁴⁵ Ibid., p. 67.
- ⁴⁶ Ibid., p. 69.
- ⁴⁷ Ibid., p. 79.
- ⁴⁸ Ibid., p. 82.
- ⁴⁹ Ibid.
- ⁵⁰ Ibid., p. 83.
- ⁵¹ MARX, K e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 37.
- ⁵² Ibid.
- ⁵³ ALTHUSSER, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, op. cit., p. 83.
- ⁵⁴ Ibid., p. 84.
- ⁵⁵ Ibid.
- ⁵⁶ Ibid.
- ⁵⁷ DORAY, B. “Da produção à Subjetividade – Referências para uma Dialética das Formas”. In: *Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade*. São Paulo, Vértice, 1989, p. 86.
- ⁵⁸ ALTHUSSER, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, op. cit., p. 85.
- ⁵⁹ ÁLVARES, op. cit., p.48.
- ⁶⁰ ALTHUSSER, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, op. cit., pp. 86-87.
- ⁶¹ Ibid., p. 87.
- ⁶² Ibid., p. 88.
- ⁶³ Ibid.

- ⁶⁴ Ibid., p. 89.
- ⁶⁵ Ibid., p. 92.
- ⁶⁶ Ibid.
- ⁶⁷ Ibid., p. 93.
- ⁶⁸ Ibid.
- ⁶⁹ Ibid., p. 94.
- ⁷⁰ Ibid., p. 95.
- ⁷¹ Ibid., p. 96.
- ⁷² Ibid., p. 93.
- ⁷³ Ibid.
- ⁷⁴ LACLAU, E. *Política e Ideologia na Teoria Marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 106.
- ⁷⁵ Ibid., p.107, nota 32.
- ⁷⁶ ALTHUSSER, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, op. cit. p. 67.
- ⁷⁷ ALBUQUERQUE, J. A. G. “Introdução Crítica”. In: *Aparelhos Ideológicos de Estado*, op. cit. p. 40.
- ⁷⁸ ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*, op. cit., p. 97.
- ⁷⁹ MÉSZÁROS, I. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. São Paulo, Ensaio, 1993, p. 507.
- ⁸⁰ ALTHUSSER, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, op. cit. p. 99.
- ⁸¹ Ibid., p. 100.
- ⁸² Ibid., p. 102.
- ⁸³ Ibid.
- ⁸⁴ DOSSE, F. op. cit., p. 344.

O CIDADÃO ROMANO NA REPÚBLICA

Maria Luiza Corassin*

Resumo

Roma no período da República era dirigida por um grupo de famílias nobres, mas o povo, teoricamente, dispunha de grande poder; as assembleias populares elegiam magistrados, votavam leis e julgavam os casos judiciários mais importantes. Mas era uma sociedade com distinções legais de *status*, baseadas na qualificação censitária do cidadão. Ele era um soldado, um contribuinte que pagava impostos e um eleitor, com privilégios e encargos de acordo com seu *status* pessoal.

Palavras-chave

República; Roma; cidadania.

Abstract

Rome in the Republic was dominated by a few nobles families, but in theory the people possessed great power; the popular assemblies elected magistrates, passed laws and decided the most important criminal cases. But was also a society with legal distinctions of status, based on the census. The citizen was a soldier, a payer of taxes and an elector, with privileges and charges dues to the personal status.

Keywords

Republic; Rome; citizenship.

A atuação do homem romano na vida pública, enquanto cidadão, durante o período da República, levou ao estabelecimento de determinados valores, os quais perduraram ao longo de toda a história romana. Trataremos aqui, basicamente, do período republicano, dentro do quadro da cidade antiga e da idéia coletiva que submete o indivíduo ao interesse do Estado. No final da República e durante o Império, ocorreu uma transformação dos costumes políticos, que introduziu uma nova realidade; mas permaneceu o ideal de comportamento cívico que procuraremos expor, mostrando, inclusive, como o romano vivia concretamente a sua cidadania, no dia-a-dia.

Cícero referia-se com orgulho que as instituições políticas em Roma não foram obra de um legislador ou de um herói mítico, mas o resultado de uma lenta elaboração e de uma prática política própria. As instituições foram se estabelecendo e se aperfeiçoando no decorrer de lutas intestinas e durante guerras com povos vizinhos inimigos. Na sua obra *Da República*, Cícero referia-se ao velho Catão, lembrando que ele

Costumava dizer que nossa superioridade política tinha como causa o fato de que os outros Estados nunca tiveram, senão isolados, seus grandes homens, que davam leis à sua pátria de acordo com seus princípios particulares; Minos em Creta, Licurgo na Lacedemônia, e, em Atenas, teatro de tantas revoluções, Teseu, Drácon, Sólon, Clístenes e tantos outros, até que para reanimar o seu desalento e debilidade achou Demétrio, o douto varão de Falero; nossa República, pelo contrário, gloriosa de uma longa sucessão de cidadãos ilustres, teve para assegurar e afiançar seu poderio, não a vida de um só legislador, mas muitas gerações e séculos de sucessão constante.¹

Para autores como Cícero e Catão, o Censor, o bom cidadão é representado pelo agricultor, proprietário que cultiva a terra e é o soldado. Catão afirmava, na sua obra *De Agricultura*, que “nossos ancestrais (...) quando elogiavam um homem de bem, elogiavam assim: bom agricultor e bom cultivador; considerava-se que receber tal elogio era receber o maior deles”.² E completava: “É dos camponeses que nascem os homens mais fortes e os soldados mais corajosos”.³

Cícero explicava a superioridade romana sobre as cidades marítimas rivais: “Não foi outra a principal causa da decadência de Cartago e Corinto senão essa vida errante, essa dispersão dos cidadãos, aos quais a ânsia de navegar e de enriquecer fez abandonar o cultivo dos campos e o prazer das armas”.⁴

A educação latina conservará traços desse contexto agrário. Marrou denomina esta situação original “educação de camponeses (adaptada, bem entendido, a uma aristocracia)”.⁵ Desde o início da República, a partir do final do século VI a.C., Roma foi controlada por uma aristocracia de proprietários fundiários cuja principal riqueza era a exploração de suas terras. A instauração da República significou a vitória dessa aristocracia rural sobre os elementos urbanos que se haviam desenvolvido durante a monarquia etrusca. A

aristocracia conservadora romana, no entanto, foi se enriquecendo com o acréscimo de novos elementos que foram se integrando a ela e assimilando os padrões de idéias e os comportamentos que a caracterizavam. Desenvolveu-se um conjunto de valores, praticamente um código de conduta, que implicava uma transmissão e que dizia respeito a quase todos os aspectos da vida.

A educação romana constituía a iniciação progressiva a um modo de vida tradicional; a criança aprendia a imitar os mais velhos. Ela convivia com eles, e à medida que crescia, ia se introduzindo, silenciosa e reservada, no círculo dos adultos.⁶

Os valores básicos nessa sociedade são transmitidos entre as gerações; é fundamental o respeito aos costumes dos antepassados ou dos ancestrais: o *mos maiorum*. Ensinar aos jovens esses costumes e o respeito a eles como um valor indiscutível é a principal função de quem educa. Educação entendida aqui no sentido mais amplo, da formação e não apenas da transmissão de conhecimentos por mestres escolares.

Em Roma, sempre se valorizou a tradição, objeto de um respeito indiscutível; muitas vezes, havia um tom pejorativo quando se falava de *res novae*, as “inovações”, mas que também significava “revolução”, com um valor negativo. Para nós, que incensamos tudo o que é novo, parece estranho, pois associamos à idéia de “novo” um valor positivo: é difícil para nós associar uma conotação positiva ao que é mais velho. Entre os romanos, encontramos o inverso: nos discursos políticos, apela-se para a memória dos antepassados, para a glória dos próprios ancestrais; muitas vezes o novo é apresentado como o ameaçador ou desestabilizador.

A formação do cidadão desenrola-se no quadro da família, sob a autoridade do *pater familias*. Mas mesmo a mulher terá também o seu papel na transmissão desses valores. Além de familiares, eles têm um caráter cívico, no sentido de que visam a cidade-Estado, a formação completa do *civis*, do cidadão. É a mãe que se ocupa de criar seu filho, mesmo nas famílias nobres. São numerosos, nos autores latinos, os relatos da figura da mãe de homens famosos que colocaram em primeiro lugar o comportamento de seus filhos como cidadãos, deixando em segundo plano o afeto maternal.

A figura de parentes masculinos de idade madura também é importante, seja o pai ou, na falta dele, de um tio ou outra figura que substitua a figura paterna. Os rapazes acompanham o pai, iniciando-se nos aspectos da vida pública da qual irão fazer parte; aprendem pela observação e, sobretudo, pelo exemplo. Os *exempla* foram muito valorizados, inclusive pelos historiadores, pois aprende-se com o comportamento deixados pelos varões ilustres: essa é a razão de se ensinar a história da cidade. O jovem romano, quando ainda usa a toga pretexta, bordada de púrpura, assiste às cerimônias e festas. No relevo da *Ara Pacis*, em Roma, dedicado pelo Senado a Augusto, no qual se registra a procissão

de inauguração do altar, figura toda a família de Augusto, inclusive as crianças, agarradas à toga do pai ou às vestes da mãe, presenciando o cerimonial público da inauguração do monumento; nos baixo-relevos estão presentes desde o príncipe, passando por toda a sua família, os altos sacerdotes, os encarregados dos sacrifícios religiosos; a cerimônia pública era, enfim, uma lição prática de vida, da qual todas as idades participam.

Por volta dos dezesseis anos, o jovem inicia a sua entrada na vida pública; a cerimônia que marca essa passagem é aquela em que ele assume a toga viril. Integra-se ao corpo de cidadãos; o serviço militar e as atividades no fórum o esperam: essas são as duas áreas por onde começa a sua iniciação. O pai pode solicitar para essa tarefa o apoio de um velho amigo da família, um homem político influente e maduro, com experiência, com fama e com vários cargos políticos. O jovem romano vai para o exército, mas continua ligado a alguém influente: a seu pai ou a um patrono, que o encaminha na futura carreira.

O ideal é formar a consciência, inculcando um sistema rígido de valores morais e também um estilo de vida, com o devotamento total da pessoa e do interesse individual à comunidade. Há o desejo de obter glória, não como uma realização do indivíduo, mas subordinada ao bem e à salvação pública. O homem que salva a pátria em perigo e em circunstâncias difíceis é considerado o ideal. A *salus publica*, o interesse de Roma, deve ser a norma da *virtus* do cidadão. A educação moral era alimentada pelos exemplos oferecidos à sua admiração pela história de Roma.

O velho patriciado dos primeiros tempos da República evoluiu para a *nobilitas* patricio-plebéia, que conservou sempre o aspecto aristocrático, interessada em ressaltar a tradição das famílias nobres. O jovem nobre aprende o respeito pela tradição romana, mas também as tradições da sua própria família, que acaba por absorver como marca da sua *gens*. O orgulho das grandes casas, que ostentam os magistrados que deram à República, é cultivado de várias formas: nos funerais são exibidas as imagens dos ancestrais, com a oração fúnebre para exaltar a glória do defunto e da própria família; no *atrium* da casa nobre há a exibição dos retratos. A educação romana busca levar à imitação dos ancestrais.

Nos autores latinos, a crítica ao luxo, o louvor à frugalidade e à austeridade dos antigos varões tornou-se um ponto recorrente. Cincinato é retratado como o cidadão ideal: cultiva a terra com as próprias mãos e deixa o arado para ir cumprir o encargo que o Senado lhe confia, assumindo a suprema magistratura para a salvação de Roma. Tito Lívio constrói a figura do cidadão devotado à república:

Lúcio Quíncio, única esperança do povo romano, cultivava quatro jeiras de terra, na margem direita do Tibre, no lugar onde hoje estão os estaleiros, a que se dá o nome de prado de Quíncio. Lá o foram encontrar os emissários do Senado, curvado sobre a sua enxada ou ao cabo do arado, ocupado a cavar a terra. Seja como for, o fato é que estava entregue ao trabalho da lavoura quando a delegação, após uma troca de saudações,

pediu-lhe que vestisse a toga para ouvir as ordens do senado, em seu próprio benefício e em benefício da república. Assustado, Quíncio perguntou se tudo ia bem e pediu a Racília, sua mulher, que fosse depressa buscar a toga na sua choupana. Limpou-se da poeira e do suor e apresentou-se vestido com a toga. Imediatamente os delegados proclamaram-no ditador, felicitaram-no e pediram-lhe que viesse a Roma, informando-o da inquietude que tinham pelo exército.⁷

Ao longo da vida política dos romanos, esse retrato do cidadão, que deixa o arado para assumir a suprema magistratura, encarnou o ideal do bom cidadão, do proprietário de terra, pronto a assumir a defesa de Roma.

A educação física, para os romanos, não era o esporte desinteressado para exibição de performances e de competição, diferentemente dos gregos. Eles eram camponeses-soldados e, portanto, prezavam as qualidades físicas indispensáveis, mas o treinamento era utilitário. Em Plutarco, descreve-se o que o velho Catão faz seu filho aprender o manejo das armas, a cavalgar, a ter resistência, a natação:

Ele mesmo ensinou-lhe as letras, o direito e a ginástica. Fê-lo hábil não apenas no lançamento do dardo, no combate com todas as armas, na equitação, mas também na luta com os punhos, na resistência ao frio e ao calor, na natação em rios difíceis e turbilhonantes.⁸

O treinamento consiste em exercícios militares na várzea do Tibre, galopando sob o sol e na poeira, a nadar no Tibre. Não é o *ágon* grego, do atletismo, envolvendo a idéia de competição. A equitação é sempre nobre, mas aqui é exibida em desfiles em armas no Campo de Marte, com exercícios complicados.

A educação intelectual desenvolveu-se, sobretudo por influência grega. Mas o cidadão abastado aprende o que um proprietário rural precisa conhecer, principalmente, a agronomia; a dirigir a exploração de suas propriedades; a gerenciar o trabalho dos escravos por meio de seu intendente. Os autores romanos como Catão, Varrão, Columela e Paládio nos deixaram obras sobre agricultura. O *De agricultura*, de Catão, é um manual da nova economia rural da Itália após as conquistas, no século II a.C., quando as culturas arbustivas suplantam a velha cultura de cereais. A aristocracia romana adapta-se à nova condição econômica, baseada no escravismo. Preocupam-se em ensinar aos filhos o que um senhor proprietário de terras deve conhecer: como comprar uma propriedade, como cuidar dos escravos, a produção mais rendosa. Outra área que evolui é a jurisprudência, que reúne os casos julgados; as regras e os precedentes têm importância na vida política e na prática dos tribunais.

Marrou⁹ exemplifica as qualidades do cidadão romano, que são mencionadas em uma oração fúnebre, proferida em 221 a.C., relatada por Plínio, o Velho: “grande soldado, excelente orador, comandante, encarregado de grandes ações, chegou à magistratura su-

prema, possuía a sabedoria, ocupou o primeiro lugar entre os senadores, adquiriu fortuna honestamente, teve muitos filhos, foi célebre no Estado”.

O modelo político da República romana sempre impressionou os próprios autores antigos: uma república imperial bem-sucedida, com seus legionários, capaz de conquistar e construir um império gigantesco. Os romanos na República eram cidadãos governados por assembleias populares, por magistrados eleitos anualmente e por um conselho vitalício, o Senado. Quando vier o Império terão um príncipe, que se sobrepõe a essas instituições republicanas e que ainda sobreviveram em grande parte. O povo constituía a totalidade dos cidadãos romanos e a fórmula da república *senatus populusque romanus*, SPQR, “o senado e o povo romano” traduzia a síntese do Estado.

O termo *res publica* significa literalmente “a coisa pública” e designa uma noção tanto jurídica quanto política. Envolve uma organização institucional determinada por regras de direito, pela solidariedade e união dos cidadãos em uma comunidade; é a expressão política do povo em seu conjunto (*populus*). O interesse particular de cada um deve, portanto, estar normalmente subordinado ao interesse superior do conjunto, à *res publica*. O sentido desse termo pode ser, portanto, “Estado”, “administração do Estado”, “vida política”, “negócios públicos”. Além desses sentidos, utilizaremos aqui República também para indicar o período em que Roma foi dirigida pelo Senado, pelos seus magistrados anuais e pelas assembleias populares. Abrange *grosso-modo* o período entre séculos V a.C. e meados do I a.C. A *res publica* compreende, ainda, a *res populi*, os bens comuns e os interesses comuns do conjunto de cidadãos, o governo e a forma de Constituição.

A política pode ser entendida como o exercício e o controle do poder, com o processo de tomada de decisões baseado em discussão, no debate e finalmente na votação.¹⁰ Nessa acepção é que pretendo tratar da atuação do cidadão durante a República.

Em Roma, a vida política sempre foi ligada à vida militar; o soldado é o cidadão submetido à disciplina; indiretamente, é ele que elege seus comandantes, pois elege os magistrados que, em guerra, assumem o comando das legiões. Recrutado censitariamente, deve ter um mínimo de bens para ser convocado a integrar a *militia*. Aqueles que, na declaração do censo, não podem declarar esse mínimo, ficam excluídos do serviço militar. O censor coloca-os entre os *proletarii*, aqueles que apenas têm a declarar a própria prole, ou entre os *capite censi*, que declaram apenas a própria pessoa. O exército estava sob o controle dos magistrados superiores e do Senado.

No início da segunda guerra púnica, em 218 a.C., o número de cidadãos é de cerca de 270.000 e, em 115 a.C., já são 395.000. Esses números referem-se aos homens adultos e mobilizáveis, excluídas as mulheres e as crianças, mas não incluem os aliados e os latinos

itálicos, residentes em outras cidades e territórios que legalmente não desfrutam da cidadania. No interior dessas comunidades itálicas, um número cada vez maior de homens recebe o direito de cidadania, a título individual ou mediante o exercício de magistratura em sua cidade. Roma constituiu um caso excepcional no mundo antigo, em comparação com as cidades gregas, pela generosidade da concessão de cidadania a um número cada vez maior de homens livres. Cidades como Atenas, por exemplo, eram notoriamente avessas à concessão de cidadania a estrangeiros, só o fazendo em casos excepcionais.

Mas mesmo com a ampliação do quadro de cidadãos, no conjunto da população global da Itália romana, os cidadãos na época da República constituem uma minoria; somente com a Guerra Social de 90-88 a.C. toda a população livre da Itália recebeu a cidadania. No Império, em 212 d.C., o imperador Caracala, com a chamada “constituição antoniniana”, concedeu a cidadania a todos os habitantes livres do império: ser *civis romano* a essa altura deixou então de ser um *status* privilegiado.

Na República, participar da vida cívica significa tomar parte nas atividades da guerra e dos deveres militares, contribuir para a fiscalidade, receber eventuais distribuições públicas, ter parte nas decisões tomadas em comum nas assembléias; implica uma série de ações que conferem sentido ao conceito de cidadão. Ser cidadão é muito mais do que ter um simples *status* jurídico, é uma espécie de ofício e até um modo de vida.

O *ius civile*, o direito de cidadania romano, significa que os que o detêm terão suas relações familiares, patrimoniais e comerciais reguladas segundo um direito comum e seus delitos ou *lites* serão julgados segundo esse direito. A existência de leis para todos os cidadãos é o fundamento, embora nem todos tenham exatamente os mesmos direitos; as desigualdades são derivadas da situação de cada um no concernente ao patrimônio e à posição. O *civis optimo iure*, o cidadão completo, dispõe do direito de voto (*ius suffragii*) e do direito de ser eleito magistrado (*ius honorum*).

A vida cívica é o conjunto dos direitos e deveres comuns a todos os cidadãos, sendo regulada por regras consuetudinárias. As vantagens da vida comum implicam, por outro lado, sacrifícios: o *onus*, os encargos, as obrigações. Esses não são conceitos abstratos e filosóficos, mas parte da vida diária. Em troca do que recebe, o cidadão deve responder, quando necessário, para a defesa e manutenção da *res publica*. Portanto, ele é devedor em três aspectos: nos deveres militares, nos deveres fiscais e, por fim, na participação das deliberações políticas e no exercício de certos cargos. O cidadão é um soldado que pode ser mobilizado a qualquer momento quando preciso, um contribuinte e um eleitor. Sobre o cidadão recai o *tributum*, o imposto direto, mas cobrado somente na ocorrência de despesas extraordinárias, geralmente para cobrir o custo da guerra. O cidadão de primeira classe pode, eventualmente, ser também um candidato a determinadas funções.

Esses aspectos são interligados e sempre virtuais, podendo a qualquer momento ser ativados de acordo com as circunstâncias. A cidade é um organismo vivo e deve ser defendida quando ameaçada do exterior, com os recursos fornecidos pelo cidadão. Cada cidadão, na medida de suas possibilidades, deve ajudar a coletividade, respondendo aos apelos. Contribuir com sangue ou dinheiro, comandar ou obedecer; cada um deve saber comandar e obedecer; todos participam das decisões do povo tomadas em conjunto. Em princípio, em Roma, não há especialização de funções entre soldados e agricultores, pois a vida cívica impõe a cada um papéis diferentes, conforme a necessidade e a ocasião. Espera-se a dedicação à coisa pública, com a adesão absoluta dos cidadãos de todos os níveis sociais à cidade.

Para obter a adesão e o consenso dos cidadãos, é preciso atender ao interesse de cada um, mediante uma moral coletiva, que os envolve desde a infância, transmitindo o espírito cívico, de sacrifício e resignação. Se os encargos forem mal repartidos, a adesão se quebra e os laços cívicos se rompem. Portanto, a distribuição do ônus deve ser equilibrada, com alternância dos encargos; nem todos os encargos para uns e nem todos os benefícios para os outros. Os romanos sabiam que tinham um sistema sólido e estruturado, ao procurar distribuir as vantagens e os inconvenientes de modo proporcional.

A massa de cidadãos participa pouco da atividade diretiva, pois são excluídos da minoria governante, encarregada dos comandos militares, das magistraturas e que engloba os membros do senado. Mas todos os cidadãos são eleitores, participando da escolha de magistrados e também diretamente da aprovação de leis nas assembleias do povo. É preciso reconhecer, porém, que o voto é mais eficaz para os mais ricos.

O sistema romano era baseado em uma operação fundamental, o *census*, na qual eram levados em consideração inúmeros fatores determinantes: a idade, o sexo, a origem, o local de nascimento, a família, o mérito e a riqueza dos cidadãos. Esses critérios definem a opinião de todos sobre cada um e a posição de cada um na comunidade.

O censo, ou seja, o recenseamento dos cidadãos era realizado periodicamente pelos magistrados encarregados, os censores, que distribuem a cada um o papel exato a ser desempenhado na vida cívica: o posto no exército, o montante do tributo a ser pago, mas também o grau de participação nas deliberações políticas e o acesso às honras da cidade. Os *honores* (as dignidades) e os *onera* (os encargos ou obrigações) eram distribuídos proporcionalmente. Os encargos militares e fiscais recaíam mais pesadamente sobre os mais ricos, poderosos e bem nascidos; os que têm algo a defender são os bons soldados e contribuintes leais. Em compensação, nas assembleias, eles têm mais influência. Esses são os princípios que podem nos parecer pouco democráticos, mas é preciso lembrar que a República olhava com desconfiança a igualdade entre os cidadãos, uma vez que estes ocupavam posições diferentes e desiguais.

Como soldado e contribuinte, o cidadão romano não é um sujeito passivo que obedece simplesmente; como parte do *populus Romanus* ele é dotado de autonomia e iniciativa. As ordens dadas pelos que governam devem expressar o que o povo quer; é nas assembleias que o cidadão se exprime pelo voto acerca dos assuntos de interesse comum. Para conhecer essa vontade, o sistema é perguntar diretamente aos interessados: convocar a assembleia do povo é apenas reunir num espaço restrito todos aqueles que têm esse direito e consultá-los.

Não havia sistema representativo; para participar, é obrigatório deslocar-se até Roma, com as evidentes dificuldades práticas. As assembleias romanas são competentes em um conjunto de decisões: na concessão de cargos públicos, por intermédio das eleições dos magistrados; em julgamentos criminais para certos delitos; na votação de leis ou plebiscitos sobre os mais variados pontos (como a declaração de guerra, e ratificação de tratados de paz).

As eleições eram anuais, pois todo ano é preciso eleger cerca de quarenta magistrados regulares. Além dessas assembleias eleitorais, havia ainda as sessões nas quais se dava a votação de leis ou julgamento de processos. Variava, portanto, o número de assembleias convocadas, pois dependia dos problemas que surgiam no decorrer do ano.

O magistrado que preside os comícios eleitorais fixa a data e faz publicar o *edictum* de convocação. A lista de candidatos dá a conhecer os concorrentes para cargos como o consulado, a edilidade, o tribunado da plebe, etc.

Para aprovação de um projeto de lei é necessário esperar antes da votação pelo menos o prazo de três *nundinae*, o intervalo durante o qual se realizam três feiras em Roma; o povo se reúne em assembleias preparatórias, as *contiones*, convocadas com o objetivo de permitir ao autor do projeto defender a sua proposta e debater com seus adversários. Tudo isso exige a presença dos cidadãos durante vários dias no centro de Roma.

O cidadão participante e assíduo deve se deslocar até o fórum, pois a praça da cidade é o centro da vida pública. Para fazê-lo, deve deixar seus afazeres e enfrentar uma viagem, uma vez que a maioria vive em suas propriedades rurais, fora da cidade. É evidente que, para os mais abastados, é mais fácil do que para os pequenos proprietários. Como o comparecimento não é obrigatório, a participação é muito maior entre os ricos.

Se Roma ampliou muito seu quadro de cidadãos, cuidou também para que os cidadãos de primeira classe tivessem o controle das decisões nas assembleias, para evitar o peso excessivo da massa. Para isso servia o sistema de votação, no qual os votos não eram contados individualmente, mas por centúrias ou por tribos. Os cidadãos de primeira classe e os cavaleiros, com maior fortuna, dispunham de grande número de centúrias; votavam em primeiro lugar e quando a maioria de votos era obtida, cessava a votação.

As centúrias das quarta e quinta classes eram em menor número, embora em cada uma delas estivesse englobado grande número de cidadãos menos abastados; muitas vezes nem eram chamadas a votar, pois a maioria de votos já havia sido obtida. Nas assembléias por tribos, as tribos urbanas que reuniam os cidadãos residentes na cidade de Roma e que podiam ir facilmente ao fórum eram apenas quatro e tinham pouco peso ante as 31 tribos rústicas, que reuniam os proprietários de terra.

As funções principais das assembléias populares no final da República eram a eleição dos magistrados e a votação da legislação. As reuniões ocorrem pelo menos sete vezes por ano para eleições, ocupando cerca de quinze dias, em diferentes datas. Outras reuniões são convocadas para as sessões legislativas. O cidadão chega a ser convocado umas vinte vezes por ano, com duração de 47 dias, para comparecer ao fórum ou ao campo de Marte. Claude Nicolet¹ define a condição de cidadão romano como um ofício em tempo integral.

Inicialmente o voto era oral; o voto escrito para leis, julgamentos e eleições, conhecido como *per tabellam*, somente foi introduzido nos fins do séc II a.C., com o objetivo de assegurar o voto secreto e a liberdade do cidadão votar sem interferência dos poderosos. Foi uma forma eficiente de enfraquecer as clientelas das famílias da oligarquia. Quando o voto era oral, o eleitor era nominalmente chamado diante do *rogator* e respondia à pergunta do presidente da assembléia, podendo ser facilmente intimidado diante dos magistrados, homens influentes.

Para comemorar a chamada “lei tabelária”, que introduziu o voto secreto, foram emitidas moedas com imagens de cenas de votação, onde figura um cidadão depositando a sua *tabella* diante do magistrado. Para garantir ainda mais a privacidade do voto, foram também criadas passarelas, pelas quais o eleitor chegava à tribuna, subindo alguns degraus, até as urnas. O voto na Antiguidade não era propriamente um processo democrático, pela existência das classes censitárias, mas garantir a liberdade de voto foi considerado em Roma uma medida popular. Claro que havia também corrupção; mas processos de controle, como passarelas estreitas que conduziam às urnas para impedir que alguém olhasse ao lado do cidadão, a contagem dos votantes mediante fichas individuais, a vigilância na contagem por fiscais foram medidas que permitiram o desenvolvimento, entre 133 e 40 a.C., de uma legislação favorável à plebe.

As *tabellae* dadas ao cidadão para votar eram pequenas tábuas recobertas de cera, nas quais se escrevia com um estilo o nome do candidato. Para os julgamentos elas vinham com a letra A para *absolvo* e D para *damno*; o votante cancelava uma das letras. Procedia-se depois à apuração, que era bastante demorada, durando pelo menos cinco horas; mas geralmente levava um dia inteiro para que se proclamassem os resultados.

A discussão contra ou a favor de um projeto de lei era permitida nas reuniões preparatórias; grandes oradores podiam proferir seus discursos; mas, uma vez iniciada a assembléia para votação, não havia mais qualquer debate. O cidadão respondia a uma questão sobre se estava de acordo com a proposta de lei: ou V (*vti rogas*) ou A (*antiquo, recuso*); ou seja, ou “concordo” com o que estava sendo proposto ou “rejeito”, “recuso”.

Durante o período que precedia a eleição, aquele que pretendia uma magistratura circulava pela cidade com sua toga alvejada; daí ser conhecido como *candidatus*, aquele que estava “vestido de branco”; ir ao mercado e locais vizinhos, pedir o apoio dos amigos, convencer o eleitor a comparecer à assembléia, tudo era parte do esforço para ser eleito.

Quem participava realmente nessas atividades eleitorais e políticas? Não dispomos de números seguros. As assembléias por tribos podiam ser convocadas para o interior do pomério, reunindo-se no fórum ou outro local, como o Capitólio, que não são locais extensos para comportar todos os cidadãos. Mas sabemos que, em fins do século II a.C., por vezes, o fórum ficou totalmente ocupado pelo povo; os que não encontraram lugar, em 124 a.C., ocuparam a área em torno, subindo em telhados e varandas.

Os cidadãos rurais menos abastados, ligados ao calendário agrícola, enfrentavam maiores dificuldades para comparecer às assembléias; os eleitores urbanos estavam mais disponíveis. Para atrair o eleitor à cidade era preciso convencê-los a enfrentar o incômodo da viagem; mas, sem dúvida, quando estavam em discussão questões importantes, como uma lei agrária, o número de cidadãos presentes devia ser considerável. Os cidadãos mais ricos, das primeiras classes censitárias, eram mais assíduos e participantes, pois muitos tinham casa em Roma e não trabalhavam pessoalmente suas terras.

Após a guerra social (90-88 a.C.) aumentaram os registros de novos cidadãos, inscritos em sua maioria nas tribos rústicas; o número de habitantes da cidade de Roma também aumentou com a vinda de camponeses deslocados, que migraram do campo e com o acréscimo de novos cidadãos, os libertos que receberam a cidadania. O peso da plebe urbana tornou-se preponderante no final da República, mudando as regras não escritas do jogo político.

Algumas poucas obras traçam o retrato ideal, a moral e os conhecimentos ou o tipo de cultura considerados adequados a quem deve governar a República. Podemos lembrar que, em latim, não há uma palavra específica para indicar o homem político. É simplesmente o *civis*, o cidadão e o político ideal é o “*vir bonus*” ou “*optimus civis*”. Sendo uma cidade censitária, na qual a desigualdade é admitida e aceita, nem todos podem entrar para as legiões e nem todos podem entrar para as magistraturas que dirigem a Urbs. Mas tudo depende dos sufrágios do povo, daí uma notável consequência. Muitas decisões implicam escolhas de homens nas eleições, de debates; daí a divulgação de “mensagens”,

do uso de uma vasta gama de argumentos e técnicas de persuasão. O papel da eloquência, da arte de convencer, é fundamental para o homem político. Há outras formas de diálogo com o cidadão: a calúnia, o panfleto e também a intimidação ou até mesmo a força. A eloquência de Tibério Graco, Cícero e Catão constituem uma arma. Tudo é público, até a vida particular dos políticos.

O sistema político requeria um mínimo de competência para as várias atividades que engloba: competência militar, financeira, diplomática e jurídica. O conteúdo de ensino e cultura antigos não dizia respeito diretamente a essas habilidades. A experiência ao longo do *cursus honorum* garantia, então, uma aprendizagem gradual, impondo-se condições de idade para ocupar as magistraturas ao longo da carreira, suprimindo a inexistente formação teórica. A oligarquia tem duas competências bem consolidadas: o conhecimento militar que, segundo Políbio, em Roma é disciplina, e o direito, escola de ação e pensamento. Bom soldado, bom oficial, bom comandante, o político romano deve ser um homem esclarecido, rodeado de clientes, de pessoas que o consultam pelo saber, bom-senso, moralidade. Claro que também conta a arte de comover os jurados, de manipular as testemunhas, de convencer, que constitui o processo judicial romano. A atividade no fórum como advogado pode ser um caminho para alcançar as magistraturas.

Na sociedade romana, qualquer homem importante, o grande político, está sempre rodeado de um *staff* privado, composto não só de amigos e clientes, mas também de assessores, escravos e libertos, cuja educação especializada destina-se ao serviço de seu patrão.

O controle do Senado, a memória coletiva do grupo, a vigilância dos adversários obrigava o homem público a estar alerta. A pressão social, a coesão do grupo, o respeito pela tradição eram determinantes e serviam para consolidar essa República rústica e militar, cuja hegemonia despertava a admiração de Políbio.

Os que detêm o poder formam um grupo pouco numeroso, uma oligarquia: os magistrados e pró-magistrados, no máximo umas cinquenta pessoas por ano; os membros vitalícios do senado (trezentas e depois seiscentas pessoas, em geral ex-magistrados) e algumas centenas de cavaleiros. As ordens superiores do Estado são constituídas pelos senadores, cavaleiros e publicanos.

Os simples cidadãos, por outro lado, formam uma massa. Como explicar a coesão básica? A vida cívica na média e tarda República forma um todo orgânico, com uma lógica interna. Há uma relação entre a segurança e grandeza da coletividade e a de cada um dos seus componentes. Nunca fez parte desse universo mental cívico relacionar a cidade com um homem ou uma causa transcendente, como um deus ou uma igreja. Sacrificar-se pela cidade era o mesmo que se sacrificar por si mesmo, pelo interesse próprio ou para assegurar a vida dos filhos e de suas terras.

A cidade engloba os espaços comuns aos seus homens: o fórum, os templos, pois a religião é parte integrante da vida cívica, os tribunais. Todos esses aspectos da vida cívica formam um todo, sendo o essencial da vida em sociedade. As obrigações de um cidadão não são impostas de fora; formam parte de um contrato implícito que liga entre si os cidadãos livres. Todas as obrigações cívicas constituem uma forma de liberdade.

O grau de participação não é o mesmo para todos, da mesma forma que também o grau das obrigações varia. Há igualdade jurídica e uma desigualdade de fato entre indivíduos. É aceitação da desigualdade física, econômica e social: os cidadãos são diferentes pela natureza e fortuna. A cidade organiza-se em torno do princípio central, o censo, com o objetivo de repartir os direitos e deveres, os encargos e os benefícios de cada um, no interesse de todos.

Cada cidadão, dentro da hierarquia oficial, tem um lugar e papel perfeitamente definidos. O censor organiza a hierarquia da cidade, criando uma igualdade “geométrica” ou “proporcional”, estabelecendo uma relação entre os deveres, a responsabilidade política e o lugar dentro da hierarquia. Aos ricos e nobres cabe maior peso fiscal e militar, mas também o papel principal nas decisões e no governo. Os pobres têm a desvantagem do ponto de vista da fortuna, mas são aliviados desses encargos e responsabilidades.

Em 167 a.C., graças à boa situação do erário público, alimentado pela conquista imperialista, foi possível liberar os cidadãos do imposto direto. Os cidadãos mais pobres então reclamam também sua parte nos benefícios das conquistas: de 123 a.C. em diante, recebem, às custas do Estado, um mínimo vital em trigo, a preços subvencionados.

Desde 59 a.C., a lei Cláudia estabeleceu a distribuição gratuita de trigo para os que solicitassem, respeitada a condição de ser cidadão e ter domicílio em Roma. A distribuição mensal da chamada “*anona*” tornou-se um dos principais privilégios do cidadão romano. Conhecemos a inscrição funerária de um liberto, em que é mencionada a sua condição de participe da plebe frumentária. O orgulho leva-o a erigir a inscrição como sinônimo de sua liberdade e cidadania. Foram organizadas listas nominativas de cidadãos inscritos como plebe frumentária, por tribo. O princípio subjacente às distribuições de trigo é que é justo o cidadão de Roma sem recursos viver do tesouro de Roma, do trigo que as províncias conquistadas enviam como tributo. A plebe romana era alimentada com o saque do mundo. Mais tarde, é o príncipe que organizará a “*anona*” para a plebe urbana, transformada em sua clientela permanente.

Finalmente a guerra. A guerra contra Aníbal foi a última em que o cidadão lutou para salvar a própria vida e liberdade. Depois dela, cada cidadão é favorável às conquistas militares de Roma, pois os ganhos repartidos beneficiam a coletividade como um todo.

As vitórias externas contínuas levam a um crescimento da riqueza de Roma, repartida desigualmente, mas que contempla mesmo os cidadãos mais humildes.

A guerra também enriquece pela repartição do butim entre os soldados; daí não é difícil encontrar voluntários entre os proletários para formar as legiões. A partir de Mário, o recrutamento do exército ignora a qualificação censitária. Esse exército passa a dever fidelidade ao seu comandante, sobretudo se ele for generoso; torna-se um perigoso instrumento de guerra civil, como se vê com César e após sua morte. A instauração de um poder pessoal com forte conotação militar, por parte dos comandantes das legiões, é o principal resultado. Em 88 a.C., Roma é ocupada por um exército romano durante as lutas civis.

Essas transformações, resultantes do sucesso de Roma como potência hegemônica e imperialista, marcam também o início do processo de desestruturação da República. Nessa fase da crise da República ocorre também um aumento da influência da plebe urbana, inclusive dos cidadãos mais pobres e desfavorecidos. No século I a.C. não é difícil assistir à votação de uma lei sob ameaça de homens armados de bastões.

A massa urbana de Roma no século I a.C. é composta, em boa parte, por novos cidadãos desenraizados e proletarizados, e por libertos que acabaram de receber a cidadania, em grande parte concentrados juridicamente nas quatro tribos urbanas. Ela encontrou formas de se expressar de forma eficaz, mas não oficial, participando das manifestações nas ruas e praças.

Havia muitas oportunidades para a multidão se reunir em Roma em grandes cerimônias de tipo religioso ou cívico. Cria-se uma liturgia cívica, pois esses eventos repetem-se com regularidade e são cada vez mais numerosos. A função inicial era reforçar a coesão social da cidade, nos momentos celebrativos de sua glória ou alegria. Em unanimidade, pelo menos aparente, reuniam-se as massas e a elite, os cidadãos e seus líderes. Começa a se desenvolver o que parece ser uma espécie de opinião pública: reunida com menor formalidade do que nas assembléias oficiais, os cidadãos aproveitam a presença dos líderes políticos e dos chefes militares para expressar com extraordinária liberdade de palavra e de comportamento a sua opinião direta sobre este ou aquele assunto. Processos judiciais e políticos com sua teatralidade também forneciam à massa oportunidade de comunicação com a classe política.

Tais ocasiões, freqüentes e repetidas, passam a desempenhar cada vez mais um papel importante nos mecanismos de decisão. Demonstram a tendência da opinião pública, que a classe dirigente precisa tomar em consideração.

Os políticos mais hábeis logo percebem a importância de liderar a plebe urbana; conseguem manipular e até influir nos acontecimentos com eficácia e sem usar os meios legais. No decorrer do séc. I a.C., a situação degenerou logo para a presença de bandos

armados, organizados em um modelo paramilitar, que transformam o fórum e o Campo de Marte em arena de guerra civil. Homens como Lúcio Catilina, Clódio e Milão agem, na fase final da República, manobrando politicamente a massa urbana. Não faltaram os movimentos de multidão, de agitações e desordens nas ruas.

Os jogos e espetáculos, regularmente apresentados, no final da República duravam vários dias. Acrescente-se a essas ocasiões os triunfos, os funerais de homens públicos, a chegada ou partida de viagens de magistrados, os processos políticos importantes, as festas religiosas. A presença física do cidadão era muito mais freqüente que nas democracias modernas. Todo o corpo social estava representado, de forma orgânica, com os cidadãos inseridos em seus grupos, onde a opinião conta e o voto do indivíduo também.

Em Roma, não existiram partidos políticos, mas os grupos se reúnem e se encontram em torno de lideranças, de homens políticos influentes, levando em conta solidariedades regionais, alianças verticais, clientelas, alianças matrimoniais e amizades (a *amicitia*, no sentido político romano), parentesco, vizinhança, relações desenvolvidas no fórum, interesses comerciais ou financeiros e até afinidades ideológicas e políticas. Quase todo cidadão está inserido em algum tipo dessas relações, com o político e o social se entrelaçando. Não há o isolamento do cidadão vivendo na sua terra, cercado pela sua ignorância.

O nível de comunicação era alto, possibilitando a circulação de mensagens que usam uma linguagem política refinada. Em vários momentos, o cidadão deve se manifestar: a sua declaração no recenseamento, o recurso ao tribuno da plebe, a incorporação ao exército com juramento. A *adlocutio*, ou seja, o discurso que o comandante dirige à tropa é o reconhecimento explícito da consciência do cidadão em armas. A comunicação e a troca de mensagens são essenciais na vida cívica.

A técnica oral não deve fazer esquecer a escrita, que também aparece em quase todas as operações da vida cívica: a declaração ao censo, que é colocada num registro, o projeto de lei afixado em lugar público, a lista de nomes de candidatos, o uso da *tabella* eleitoral para o voto, a transmissão de ordens escritas no exército. A civilização da palavra escrita será apenas para um reduzido estrato privilegiado e minoritário de alfabetizados? A vida cívica era efetivamente exercida por elementos de nível cultural elevado? Temos indícios de participação da maioria do corpo cívico nas atividades da vida coletiva. No conjunto da população, devia ocorrer ao menos certo grau de alfabetização. Em Pompéia, grafites eleitorais e de todo tipo mostram que nessa pequena cidade a alfabetização devia ser alta, pelo menos entre os homens. Pertencer ao círculo de cidadãos requer um mínimo de instrução e, para a elite governante, era necessário um elevado nível cultural para garantir o sucesso político.

Fundamentada nos “*mores*”, a cidade é submetida a uma disciplina coletiva, livremente aceita, o que reforça a coesão social, dificilmente obtida apenas por repressão. As

instituições de Roma não foram democráticas, com a constituição baseada no princípio censitário. A maioria dos cidadãos jamais pode alcançar o exercício das magistraturas. O jogo político ficava reservado a um círculo restrito de pessoas pertencentes a algumas famílias nobres, mas havia a percepção de que estavam em jogo questões que interessavam diretamente ao povo. Houve um comportamento político que foi qualificado de *popularis*, que Cícero menciona. Buscar a *popularitas* definia-se como o desejo de agradar o povo. Os líderes “populares” em Roma sempre foram oriundos da aristocracia; buscar o favor do povo implicava então mostrar que conhecia e co-dividia os gostos do povo; devia assumir formas de comportamento, cuidar da postura, da linguagem usada para demonstrar simplicidade e afabilidade. Era preciso manifestar sempre interesse pelo sofrimento do povo e cuidado com seu prazer, e, claro, também defender medidas políticas favoráveis ao povo.

O povo, no Campo de Marte ou no fórum, interessa-se pela política, por temas muito concretos que tragam vantagens imediatas, como leis agrárias que visam a distribuição de terras para os cidadãos que as haviam perdido, leis frumentárias para ajudar os cidadãos mais pobres, o combate aos juros altos e ao endividamento. O homem político que quer conquistar a opinião pública deve tocar nessas questões. O povo sabia reconhecer seus interesses. Em torno desses temas giram os conflitos mais graves. Na fase final da República, porém, as instituições estão cada vez mais abaladas; o poder efetivo concentrou-se nas mãos daqueles que dispõem de legiões e recompensam os seus soldados com lotes de terras em colônias; o Senado aceita submeter-se, desde que os privilégios da ordem senatorial sejam mantidos; a plebe de Roma abre mão de sua participação nas assembleias em troca de distribuição de trigo e de espetáculos; o cenário está pronto para o Príncipe assumir o poder. Augusto torna-se o detentor do poder imperial, mas apresentando-se como o restaurador da *Respublica*.

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Prof^º assistente-doutor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Dra. em História Social e Orientadora do Programa de Pós-graduação em História Social da USP. E-mail: flh@usp.br

¹ CÍCERO, M. T. *Da República*. Trad. de Amador Cisneros. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores), 1980, pp. 137-180.

² CATÃO. *De l'agriculture*. Paris, Belles Lettres, 1975.

³ Ibid.

⁴ CÍCERO, op. cit.

⁵ MARROU, H.-I. *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité. Le monde romain*. 7 ed. Paris, Seuil, 1981, p. 14.

⁶ Ibid.

⁷ TITO LÍVIO. *Histoire romaine*. Paris, Flammarion, 1995.

⁸ PLUTARCO. *Catão*, 20.

⁹ MARROU, op. cit., pp. 26-27.

¹⁰ FINLEY, M. I. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 68.

¹¹ NICOLET, C. *Le métier de citoyen dans lam Rome républicaine*. Paris, Gallimard, 1976; id. "O cidadão e o político". In: GIARDINA, A. (org.). *O homem romano*. Lisboa, Presença, 1992.

REVOLUÇÃO, DEMOCRACIA E LEGALIDADE. A CASSAÇÃO DOS COMUNISTAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO (1947/1948)

Eduardo José Afonso*

Nas eleições de 1947, o PCB mostrara sua pujança política. Ficou em terceiro lugar na Assembléia Legislativa de São Paulo, elegendo onze representantes, e, no Brasil inteiro, sagrou 46 deputados em quinze dos 21 estados.

Dos onze representantes que assumiram as cadeiras da Assembléia Legislativa de São Paulo, em 10 março de 1947, sete eram operários e quatro intelectuais. Assumidos seus postos, no dia 14 de março de 1947, composta a Mesa e iniciados os trabalhos da Assembléia Constituinte, o PCB teria que vivenciar, na prática, aquilo que seu discurso havia privilegiado até aquele momento em São Paulo. Nem sempre seria fácil unir a prática ao discurso. Eram onze deputados comunistas contra 64 de outras tendências.

Os trabalhos da Constituinte tiveram a presença marcante do PCB, que, pretendendo se manter coerente com seus princípios e as determinações do Comitê Central, lutou na defesa dos interesses, principalmente, dos trabalhadores e da população paulista mais carente. Dentre o partidos representados naquela legislatura (1947-1951) em São Paulo, o Partido Social Democrata contou com 26 deputados (34,7%), o Partido Trabalhista Brasileiro com quatorze (18,7%), o Partido Comunista do Brasil com onze (14,7%), o Partido Social Progressista com nove, a União Democrática Nacional com nove, o Partido Republicano com três, o Partido Democrata Cristão com dois e o Partido da Representação Popular com um. A primeira comissão, criada para a elaboração do Regimento Interno da Constituinte contou com a presença de Caio Prado Jr., que a presidiu. No dia 1º de abril, a Comissão Especial de Constituição, encarregada de elaborar o anteprojeto, analisar as emendas e redigir o texto final da Constituição, abrigou também Milton Cayres de Brito, líder da bancada comunista, e Prado Jr..

Além de primarem por organização e respeito à estrutura interna do PCB, os trabalhos de sua bancada, no decorrer de todo o processo constituinte, foram baseados no programa mínimo, que defendia, basicamente: soberania da Constituinte; aumento geral de

salários; estímulo à produção agrícola; terra para os camponeses; reforma dos contratos de arrendamento; combate ao “câmbio negro”; ensino público e gratuito; melhor remuneração aos professores e a criação e ampliação da rede de saúde; habitação barata. Esse programa tornou-se um anteprojeto, foi oferecido à Comissão Especial de Constituição, sem, no entanto, ser discutido por ela.

Quando a Comissão Especial terminou seus trabalhos, em 28 de abril de 1947, e o anteprojeto de Constituição foi distribuído pela Mesa ao plenário, para o início das discussões e a aprovação de emendas, a bancada comunista estava preparada.

Prado Jr. e a bancada comunista apresentaram 24 emendas e subscreveram solidariamente mais sete, ao Projeto de Constituição. Essas emendas referiam-se: à duração de dois anos de mandato de deputados; à extinção do Deops; ao levantamento aerofotogramétrico do estado de São Paulo; ao ensino público e gratuito em todos os níveis; à fiscalização da ação da polícia pela Promotoria Pública; à abolição da polícia política e especial, e à extensão das garantias trabalhistas aos operários do estado e dos municípios. Durante os trabalhos constituintes, o PCB envolveu-se não só na defesa das emendas propostas e na construção de uma Constituição legítima, como também em outras questões importantes, caso da proposição do “Ato Constitucional” ou “Emenda nº 5”, da UDN, que dava ensejo à luta da oposição pelo impedimento de Adhemar de Barros. Os comunistas não a apoiaram.

O governo Dutra, no entanto, com o intuito de limitar a livre movimentação dos operários e dos partidos de esquerda, desde a construção da Constituição Federal, emitia Decretos-Leis. O processo de cassação era uma consequência dessa construção “legal” da limitação da ação da esquerda no Brasil. Em 14 de maio de 1946, o decreto-lei 9258, em seu artigo 26, permitia o cancelamento de registro dos partidos que recebessem do estrangeiro orientação política ou contribuição em dinheiro. Mesmo sendo claras as evidências que denunciavam a cassação do registro do PCB, como uma questão política e não jurídica, o julgamento ocorreu, em 7 de maio de 1947, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Por três votos contra dois, ele foi posto fora da lei.

Pelo decreto 23.406, do mesmo dia do julgamento daquela cassação, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) foi definitivamente fechada. Todos os filiados à CTB e sindicalistas, ligados de alguma maneira à ela, foram destituídos. No espaço de três semanas, todos os comunistas, simpatizantes dos comunistas e independentes foram banidos dos 93 sindicatos. No final de julho, 170 sindicatos representando 300.000 trabalhadores tinham sofrido intervenção.

Após a eliminação do PCB do cenário político-institucional brasileiro, urgia a cassação dos mandatos de seus deputados. Essa era uma questão mais delicada, juridicamente

mais embaraçosa, porque fugia da alçada do TSE, sendo de competência do Legislativo. O poder Executivo manteve constantes pressões sobre o Legislativo para alcançar seu intuito.

Em São Paulo, o PCB realizou um comício no Anhangabaú, em desagravo à cassação. Na Assembléia Legislativa, a bancada comunista, pondo em prática as decisões da sua direção, simplesmente denunciava a violência policial em seus comícios e aguardava a decisão judicial sobre seu recurso impetrado.

Promulgada, então, a Constituição Estadual, em 9 de julho de 1947, apesar das pressões continuamente sofridas, os comunistas mantiveram-se atuantes. Prado Jr. passou a integrar a Comissão Permanente da Constituição e Justiça, onde ocupou o cargo de vice-presidente, além de compor a Comissão do Regimento Interno, de modo a reformulá-lo para os trabalhos legislativos ordinários. Atuou, também, como relator e membro substituto nas Comissões Permanentes de Finanças e Orçamento e de Redação.

Cancelado o registro do PCB, a aliança com Adhemar começava a se romper. Se, no início, esse acordo garantiu-lhe um certo apoio pessepista, agora, depois de efetivada a cassação, o PSP e Adhemar sentiam-se livres – e ao mesmo tempo, pressionados pelas forças federais – para se livrarem dos comunistas. Toda a repressão que se abateu sobre o PCB teve o apoio do governador, que não tomou nenhuma providência para coibir os excessos da polícia, constantemente denunciados na Assembléia Legislativa.

Os vários partidos presentes na Assembléia, apesar de todo o discurso de defesa do Estado de Direito e do respeito à Constituição e à Democracia, se posicionavam em função de seus interesses próprios.

Os deputados comunistas, antevendo a ação federal na cassação de seus mandatos, enviaram à Mesa da Assembléia Legislativa Paulista a Moção nº 2 de 1947, pedindo o apoio da Casa contra o que estava por vir. Manifestaram-se, então, os deputados, com relação à Moção nº 2. Muitos, porém (bancada do PTB, por exemplo), ausentaram-se para não terem de votá-la.

Os deputados do PCB não só movimentavam a Assembléia contra a cassação dos mandatos como apresentavam denúncias que mostravam o quanto as forças estaduais e federais estavam envolvidas no projeto de eliminação da representação comunista.

Os incidentes ocorridos em 1º de agosto de 1947, por razão do aumento nas passagens de ônibus e bondes, foram aproveitados muito bem pela imprensa burguesa, que acusava os comunistas, responsabilizando-os pelos distúrbios. Esse episódio foi tema de grandes debates na Assembléia, com a participação, principalmente, dos deputados de PSD, UDN – defensores da intervenção federal no estado – e do PCB, que exigiam responsabilidade civil do governador, contra o PSP, PDC e PR, que o defendiam de tais acusações.

A situação do PCB – agora na ilegalidade – e de seus representantes, que lutavam para continuar a exercer o seu poder de representação, ficava cada vez mais difícil, pois não só a lei proibia comícios sem autorização, como o ministro da Justiça de Dutra lançava projeto de lei que propunha a reedição da Lei de Segurança Nacional.

Todos os representantes da bancada comunista foram incansáveis defensores dos direitos dos trabalhadores. Enquanto Roque Trevisan defendia a “liberdade de sindicalização e dos organismos mais representativos dos trabalhadores, fechados por decretos inconstitucionais” (AAL, 7ª sessão ordinária. V. I, 18-7-1947), João Sanches Segura denunciava “injustiças contra operários de fábricas” (AAL, 45ª sessão ordinária. V. III, 02-9-1947) e Zuleika Alambert apontava a discriminação contra a mulher no trabalho. (AAL, 76ª sessão ordinária. V. V, 11-10-1947).

O mês de outubro foi particularmente importante como indicador da guerra aberta que o governo declarou ao PCB. O Congresso Nacional, sob pressão do Executivo, aprovou decreto que permitia a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de filiação ao PCB. No dia 21, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a URSS e, no dia 22, Dutra sancionou a Lei nº 121, que declarava alguns municípios como bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país. Coincidentemente, muitos desses municípios apresentavam altos índices de simpatia a candidatos comunistas à vereança e à prefeitura para as próximas eleições, que seriam realizadas no início de novembro daquele ano. Diante das críticas e denúncias dos comunistas à lei 121, e das grandes perspectivas de vitória dos “candidatos de Prestes” nas eleições de novembro, em muitas cidades, o governo, adiantando-se, conseguiu a aprovação no Senado, em 27 de outubro, do projeto de lei que determinava a cassação dos mandatos dos representantes comunistas.

Tencionava o governo Dutra, diante do projeto de Lei 900m do senador por Santa Catarina Ivo D’Aquino Fonseca (PSD), eliminar de vez o “incômodo comunista” do cenário político brasileiro. O projeto aplicava-se aos comunistas quando incluía, entre os casos de extinção, a cassação do registro do respectivo partido por ser considerado “extremista” (artigo 141 da Constituição de 1946).

Além da luta “legal” empreendida pelo governo contra o PCB, forças reacionárias, colaborando com o “bota-fora” dos comunistas, punham em prática a destruição de seus meios de comunicação. Foi ainda no mês de outubro, dia 21, que, na capital federal, o principal órgão do PCB, *Tribuna Popular*, foi atacado e destruído. Isso provocou indignação, não somente entre os representantes do PCB, como também entre muitos outros deputados da Assembléia Legislativa Paulista. Prado Jr. ocupou a tribuna para protestar e pedir a solidariedade da Casa. Os deputados foram quase unânimes na condenação a esses atos. No entanto, não chegaram a estabelecer, como faziam os comunistas, ligações

obrigatórias entre tais ocorrências e as ações do governo rumo à cassação dos mandatos. A partir daquele mês, combatendo as ações da reação e do governo, o PCB revigorou sua luta e adotou táticas de “Propaganda Democrática”, mobilizando as massas rumo às eleições vindouras.

Paralelamente ao grande esforço do PCB na luta por continuar a existir, havia a preparação dos comunistas para as eleições de 9 de novembro em São Paulo. O PCB apoiara, para a vice-governança, o nome de Cyrillo Jr., do PSD, que, para eles, era o mais comprometido com a causa popular. Esse apoio ao candidato do PSD somente ocorreu porque o partido não queria a interferência do governo federal em São Paulo, nem, tampouco, aceitava o acordo de Adhemar com Dutra, que o fortaleceria no estado.

Com respeito às eleições municipais, opondo-se a uma aliança em nível estadual com um único partido, o PCB iria negociar acordos em cada município com partidos que estivessem dispostos a aceitar seu Programa Mínimo, integral ou parcialmente. Tal estratégia levou o PCB a um acordo com o minúsculo Partido Social Trabalhista (PST). O PST tinha diretório estadual em São Paulo e foi nele, a 18 de outubro, junto com líderes paulistas desse partido – o senador Vitorino Freire –, que o PCB fechou acordo, apresentando, através dessa agremiação, a chapa dos “candidatos de Prestes”. Dois dias após essa reunião, o PCB registrou no TRE os candidatos comunistas. O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo confirmou tal chapa no dia 7 de novembro. O Partido Comunista ainda apresentou candidatos, em todo o estado, por vários outros partidos, tais como PSP, UDN, PTB, PSD, PTN, PSB e coligações partidárias.

As eleições transcorreram com muita dificuldade, principalmente no interior, pois a máquina pessepista esteve presente na repressão e limitação de ação dos partidos que não apoiavam Adhemar. Na Assembléia Legislativa, as denúncias eram diárias.

Nem toda repressão e censura foram suficientes para sufocar a ação dos comunistas, que agora se apresentavam às prefeituras – pelo menos, àquelas que estavam fora da lei 121 –, com grande receptividade dos eleitores. Na cidade de São Paulo, o PCB foi o grande vitorioso, conseguiu formar a maior bancada, dezessete vereadores, e em Santo André, o deputado Armando Mazzo, que se tinha licenciado para disputar o pleito, foi eleito prefeito, com uma bancada significativa. Obteve, também, bancadas majoritárias em Santos e Sorocaba. Segundo o jornal *A Classe Operária*, de 25-11-1947, os comunistas fizeram 190 vereadores em todo o estado.

A grande vitória comunista, no entanto, foi abortada, pois um movimento surgiu imediatamente após a divulgação dos resultados, suspendendo a legalidade do PST, sob a acusação de que os candidatos de São Paulo não poderiam ter-se lançado pela legenda, uma vez que o Diretório Estadual não existia no estado. O próprio Vitorino Freire,

senador da República pelo PSD, no dia 6 de novembro de 1947, sem que o PCB tivesse ciência, entrou com um recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a impugnação da candidatura dos comunistas. O julgamento do TSE somente ocorreria em 31 de dezembro daquele ano. Os “candidatos de Prestes” eleitos pelo PST tinham certeza que assumiriam seus postos.

Taibo Cadórniga, na 105ª sessão ordinária, em longo discurso, recorrendo à Assembléia, mostrou o sucesso das eleições municipais e a importância de tal fato para a continuidade do processo democrático. Denunciou as táticas de Adhemar para se fortalecer no interior, quando, usando de violência, ameaçou o jogo democrático das eleições. Lendo pareceres de ilustres juristas, provou que o projeto Ivo D’Aquino era uma afronta à dignidade do Legislativo no Brasil. A participação dos deputados de outros partidos foi de apoio.

Apesar da coesão de propósitos da Assembléia, os comunistas ainda enfrentariam muitos reveses. No dia 26 de novembro, no Palácio da Justiça, os vereadores escolhidos da cidade de São Paulo foram diplomados pelo TRE; ali estavam, também, os comunistas eleitos pelo PST. Após a diplomação, na Praça do Patriarca, quando participavam da coleta de assinaturas contra a cassação dos mandatos, foram violentamente reprimidos pela polícia e detidos, junto com os deputados Lourival Villar e Roque Trevisan.

Na Assembléia Legislativa, a 109ª sessão foi reservada, exclusivamente, à discussão das arbitrariedades policiais, da prisão dos deputados e vereadores comunistas e da questão das “imunidades parlamentares”. Os ânimos estiveram alterados.

Os acontecimentos envolvendo o PCB não pararam por aí. No dia 1º de dezembro, lá estavam os comunistas novamente sendo notícia de jornal. Atendendo à campanha contra a cassação dos mandatos, uma grande delegação colocou-se diante da Assembléia, para solicitar providências aos deputados quanto ao repúdio ao projeto Ivo D’Aquino. A polícia esteve presente para “garantir a ordem”; no entanto, nada fez, em seu início, para coibir a ação de outro pequeno grupo, que, liderado por um caminhão com alto-falante, protestava contra os comunistas. Os ocupantes do caminhão, depois de muitas ameaças, atacaram a delegação com bombas de gás e de efeito moral. A polícia, à guisa de dispersar a multidão, atacou-a com cassetetes e jatos d’água. A cavalaria lançou carga sobre os manifestantes e os tiros dados para o ar atingiram alguns presentes.

A sessão do dia 1º foi interrompida devido aos graves acontecimentos. O dia 2 de dezembro esteve quase que inteiramente reservado à discussão da questão. A Assembléia Legislativa, em sua 114ª sessão, de 4-12-1947, votou o Requerimento a fim de nomear uma Comissão para apurar os fatos do dia 1º-12-1947.

Mesmo sabendo que sua presença na Assembléia não era aceita pelas forças federais e estaduais, a bancada ainda se manteve na defesa de seus projetos. Numa discussão

grande, que se arrastou por dois dias quase ininterruptos, para debater o aumento do IVC, projeto de lei 333, os comunistas lutaram até limitar o acréscimo pretendido pelo governo do estado. Foi no dia 31-12-1947 que o TSE, no Rio, aprovou o recurso número 659, de São Paulo, contra o registro dos candidatos comunistas inscritos pelo PST. Por quatro votos a dois, o Tribunal Superior Eleitoral tornou nulos os registros de todos os candidatos do Partido Social Trabalhista de São Paulo.

Como Adhemar corria o risco de ser enquadrado no projeto de Lei 900-A, “projeto Ivo d’Aquino”, e ainda pairava sobre sua cabeça, nesses fins de 1947, a interdição federal, lançou toda a carga contra os comunistas. Logo no início do ano de 1948, as “forças” estaduais invadiram o órgão de imprensa paulista do PCB, o jornal *Hoje*. Suas instalações foram destruídas e houve trocas de tiros, e prisões de seus funcionários. Novamente, a Assembléia protestou contra esse ato arbitrário do governador do estado, porém, apesar das críticas feitas pelos deputados quanto à liberdade de imprensa, todos já estavam no compasso de espera para a efetivação da cassação dos mandatos.

A votação do projeto Ivo D’Aquino (900-A) ocorreu na Câmara Federal, finalmente, no dia 7 de Janeiro de 1948. Compareceram 243 deputados, 169 a favor e 74 contra a cassação. Aprovado, o projeto tornou-se lei (211), que cassava o mandato dos deputados comunistas, sendo decretada e sancionada, no mesmo dia, pelo presidente da República. A bancada comunista, diante do ato consumado, ainda lutava desesperadamente, na Assembléia Legislativa, denunciando a inconstitucionalidade do fato.

A luta legal e política travada pelos comunistas se arrastou até a 139ª sessão ordinária, no dia 12 de janeiro, quando, ainda numa cartada final, a bancada comunista requereu que fosse a matéria sujeita a debate e votação em Plenário, depois de ouvida a Comissão de Constituição e Justiça. O senhor Valentim Gentil, diante da solicitação da bancada pecebista, preferiu, para ganhar tempo – já que o requerimento viera desacompanhado do pedido de urgência –, publicá-lo, para depois ser considerado. Anunciava o Presidente da Mesa que, após a publicação, o processo figuraria na Ordem do Dia do dia seguinte (AAL, 137ª sessão ordinária. V. IX, 09-01-1948).

O destino dos comunistas estava traçado e a discussão que se seguiu mostrava que, contra a determinação federal, não cabiam argumentos. Estavam cassados os mandatos dos comunistas. Após o embate que se seguiu entre Prado Jr. e o presidente da Mesa, este passou à leitura da Ata da reunião da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado, realizada em 12 de janeiro de 1948:

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em face do disposto no Artigo 2º, da Lei nº 211, (...) comunica que, em conformidade com a decisão no sentido de constitucionalidade desse preceito, pela Resolução nº 841 (...) foi cancelado o registro

do Partido Comunista do Brasil, com fundamento no parágrafo 13, do Artigo 141, da Constituição Federal, declara extintos os mandatos dos Deputados e suplentes eleitos para esta Assembléia sob a legenda desse partido.

O que se seguiu foi a estupefação da bancada que, daquele momento em diante, não tinha mais assento na Casa. Cada deputado deixou lavrada para a história, como eles mesmos disseram, nas páginas dos Anais da Assembléia, seu protesto.

O último discurso dos comunistas na Assembléia Legislativa de São Paulo, foi o do ferroviário Celestino dos Santos:

SR. CELESTINO DOS SANTOS: Sr. Presidente, senhores deputados, embora amanhã, talvez, não estejamos nesta Casa, (...) Aquelas onze cadeiras vazias, em sua mudez, representarão o protesto dos trabalhadores de São Paulo. (...) Um dia nós todos compareceremos na história que estamos escrevendo com nossos atos. Desses dias que estamos vivendo, essa história fará justiça àqueles que honestamente cumpriram o seu dever. (...) Era o que tinha a dizer seu presidente (Muito bem! Muito bem! Palmas).

Como a 139ª sessão não esteve reservada, unicamente, para a comunicação da cassação dos mandatos, as orações levaram também os deputados a fazer críticas ao governo Adhemar de Barros e a denunciar a formação do “Bloco democrático independente”. Terminada a sessão, os deputados comunistas saíram da Assembléia, em comboio, pois havia muita gente fora do recinto e, segundo eles próprios – depoimento de Zuleika Alambert e do senhor João Sanches Segura –, foram seguidos por “capangas do Adhemar”, conseguindo despistá-los.

Sem os comunistas na Assembléia, o “Bloco Parlamentar”, auto-intitulado “Bloco democrático independente” passou a dominar a cena política, fortalecendo, assim, o governador Adhemar de Barros naquela Casa Legislativa. Quanto às vagas deixadas pelos comunistas, apesar de a legislação determinar a organização de novas eleições, não foram preenchidas, pois a realização de novas eleições desencadearia entre os demais partidos uma competição pelo apoio do PCB e de seus eleitores.

Esbulhados em seu direito, os comunistas passaram a adotar nova tática, determinada pelo Comitê Central no Pleno Ampliado de Janeiro de 1948. A nova determinação condenava a “linha de 45”, segundo a qual, “a via eleitoral é uma ilusão burguesa, mas todas as demais formas são justas e necessárias”.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Nota

* Mestre e doutorando em História Social pela FFLCH/USP, Professor nas Faculdades Oswaldo Cruz.
E-mail: tchorla@ig.com.br

“O CANCRO NO CORAÇÃO DA CIDADE”: ZONA DE PROSTITUIÇÃO E MARGINALIDADE SOCIAL NO SUL DE MINAS GERAIS (POUSO ALEGRE, 1969-1988)

Eduardo Moreira Assis*

How much more important divisions between people are than between countries.

(Virginia Woolf)

O presente texto traz um recorte da dissertação *A cidade e o “mal necessário”: Zona de Prostituição e marginalidade social em Pouso Alegre-MG (1969-1988)* e discute a utilização de imagens depreciativas da Zona de Prostituição da cidade sul-mineira de Pouso Alegre junto à população como elementos que, alimentando preconceitos, legitimaram a marginalidade social que pesou sobre o meretrício confinado, suas ocupantes e frequentadores, bem como a existência de um discurso moralista, o qual, longe de pender somente para a questão moral, abarcou lances de especulação imobiliária durante fase em que a cidade experimentou rápido crescimento econômico e urbano.

A Zona de Prostituição é analisada enquanto território, categoria que permite pensá-la como lugar culturalmente constituído, referencial de identidade, de memória e de pertencimento (Rolnik, 1992, pp.27-29), considerando que a própria exclusão social – também presente na complexa relação entre cidade e prostituição – possibilitou diferentes formas de viver urbano em seu interior, decorrendo daí a grafia do termo em letras maiúsculas.

Os sentidos da palavra *imagens* ao longo do texto encontram sustentação no conceito de Moscovici (2004, p.167-214) para representações sociais, ou seja, são instrumentos de interpretação da realidade formulados por determinado grupo social na tentativa de transformar um dado que lhe é desconhecido em algo conhecido, e, assim, passível de compreensão.

O trabalho de urdidura de variados tipos de fontes – orais, impressas, oficiais, memórias escritas e cartográficas – teve como ponto central as histórias de vida de pessoas, as quais de alguma forma tocaram e foram tocadas pela Zona. A opção pela metodologia de história oral permitiu alcançar uma multiplicidade de imagens que dialogam entre

si, focar a construção de seus significados ao longo de todo o processo histórico pelos diferentes sujeitos, desmistificar a campanha moralizante e o discurso do progresso, da mesma maneira que perceber a importância da Zona de Prostituição para a cidade de Pouso Alegre.

“O cancro no coração da cidade”: Zona de Prostituição e marginalidade social em Pouso Alegre

Entre 1969 e até o começo da década de 1980, a Zona de Prostituição foi assunto constante nos três principais jornais da cidade – quer fossem *A Folha de Pouso Alegre*, *A Gazeta de Pouso Alegre* e *O Jornal de Pouso Alegre*. Nos documentos oficiais, ela aparece ora silenciosamente, caso de alguns projetos de leis, ora ruidosamente, como nas atas da Câmara Municipal dos anos de 1972 e 1973. Na memória dos moradores mais antigos de Pouso Alegre, a Zona está viva ainda hoje: é tabu, é polêmica, é segredo, é passado-presente.

Na única vez em que a Zona figurou nos textos que contam a história da cidade, ela aparece relacionada a uma região conhecida como “Quatro Cantos”, denominação datada da década de 1920, derivada da disposição de quatro ruas que, ao se cruzarem, formavam um quarteirão tomado por lugar de “má fama”, ocupado por “meretrizes” e “barracos de gente pobre” (Gouvêa, 1998, p. 230).

Temática marginal, a historiografia pouso-alegrense tradicional – saudosista e encantada pela história das grandes famílias, dos grandes homens e dos grandes acontecimentos – reservou à Zona e tudo o que a ela concerne o silêncio, dando margem para que a um único homem – um barbeiro aposentado e orgulhoso de seu passado boêmio, Moacir Honorato Reis – coubesse cumprir o papel de “memória oficial” da prostituição na cidade, tudo de acordo com as “memórias de um bom malandro” (Reis, 1993).

Ocorre que, conforme relato de Reis, durante muito tempo, a Zona de Prostituição pouso-alegrense representou um dos maiores centros de divertimentos voltados para o sexo masculino de todo o sul de Minas, freqüentado pelos moradores dos municípios vizinhos de Pouso Alegre, bem como por seus próprios residentes, incluindo membros ilustres de sua sociedade.

Para a cidade, além disso, a Zona de Prostituição significou, tanto um instrumento de preservação da ordem em seus espaços – visto que, a partir da década de 1940, a prostituição passa a ser confinada, vigiada e punida pela polícia local, conforme depoimentos – como também o alvo de uma polêmica campanha de moralização que visava seu fechamento e a “limpeza” da região central, ante o rápido crescimento econômico que lhe colocou uma vizinhança residencial às portas e exigiu seu fim em nome do “progresso”.

É importante mencionar que, desde meados da década de 1960, a imprensa local já vinha divulgando as rápidas transformações do espaço público pouso-alegrense. Em suas páginas, realizações tais como a canalização de córregos e a construção de novos edifícios públicos eram noticiadas com destaque. Junto delas, textos infundiam nos munícipes e visitantes as imagens de uma cidade “progressista” e “moderna”, conforme se lia nas páginas d’*O Jornal de Pouso Alegre* de 12 de outubro de 1968.

Enquanto isso, a Zona de Prostituição na região central era tolerada sob o chavão do “mal necessário” e o confinamento fazia por onde produzir as fronteiras simbólicas e as imagens de distinção entre os territórios “decentes” e aquele outro, mal visto.

Com a inauguração da primeira estação rodoviária de Pouso Alegre, em 1969, surgiu a grande oportunidade de a cidade exibir seu poder e vender-se como um lugar que andava de mãos dadas com o desenvolvimento, na mesma proporção que surgiu também um mal-estar relacionado à localização da Zona de Prostituição – a 100 metros de distância do novo “marco de progresso”, de acordo com *O Linguarudo* de 3 de dezembro de 1969.

Por essa razão, *A Folha de Pouso Alegre* publicava, em 14 de setembro de 1969, um artigo de primeira página – cujo título era “O cancro no coração da cidade: onde estão as autoridades competentes?” – no qual se esboçava uma preocupação, não com o destino das prostitutas, mas com *o destino da cidade*, a qual não deveria permitir que visitantes e passageiros levassem consigo a “impressão de terem aportado em uma terra onde a moral, a dignidade e o decoro público é representado [sic] por tal classe de elementos sociais”. No mesmo texto, o jornal ainda cobrava “uma medida drástica e saneadora com respeito à moralização [dos] costumes”, lançando, então, uma campanha de moralização que perduraria até 1982, ano que, com o assassinato da última “dona de casa”, marcaria a desocupação total da Zona de Meretrício no centro da cidade por suas ocupantes.

Durante toda a década de 1970, a campanha contra a Zona resultou numa escalada de tensões. No mesmo período, Pouso Alegre vinha sendo industrializada, embora não tivesse mão-de-obra especializada para atender à demanda das indústrias que se instalavam na cidade. Por conta disso, a população aumentava, revelando a emergência de novos loteamentos (Freitas, 2003). A região da Zona, antes periférica, cercou-se de residências e a proximidade com o centro da cidade gerava incômodo cada vez maior nos moralistas.

Embora não tenha sido possível mapear quando a Zona de Prostituição surgiu em Pouso Alegre, é possível perceber que o relacionamento entre os espaços da cidade e a Zona sempre foi marcado pela segregação e pela construção de uma imagem de referência desde os anos 1920, como a questão dos “Quatro Cantos” revela; ao ser categorizado como um “mau lugar”, a própria questão do nome lançava as bases para que o restante da cidade fosse seu contraponto, ou seja, lugar de “bons lugares”.

O confinamento nominal, no entanto, na década de 1940, passa a ser um confinamento literal, a partir de solicitações dos moradores da região central junto às autoridades policiais no sentido de proibir as ocupantes da Zona de circularem nos lugares “decentes”, tendo sido, conforme descortinaram depoimentos, prática de exclusão cotidiana, inclusive, o empilhamento de mesas e cadeiras às portas e janelas das residências de modo que as “mulheres da Zona” não adentrassem os interiores das “casas de família” com seus olhares e nem os olhares “familiares” se desviassem sobre as “decaídas”.

Com o aumento da população, no correr da década de 1970, houve um esgarçamento do controle da polícia sobre o Meretrício – embora isso não significasse sua ausência em episódios repressivos de quando em quando: as ações policiais tornaram-se menos frequentes, mas não menos violentas, pois era prática comum a agressão policial sem justificativa, a exemplo das punições exemplares praticadas com a instituição do confinamento, de acordo com algumas depoentes que trabalhavam na Zona.

Igualmente a partir dos anos 1970, as ocupantes da Zona vão se tornando mais invisíveis nos espaços da cidade, na medida em que passaram a adotar as imagens de “mulheres honradas” para circularem além do confinamento, com roupas mais compridas, como calças e mangas longas, projetando uma outra imagem de si mesmas como condição de aceitação em ambientes freqüentados pelas “mulheres de família” (Castro, 1995, p.158).

Apesar dessas práticas, dois casos isolados, relatados por duas depoentes, merecem destaque. O primeiro deles diz respeito a um salão de beleza que, pressionado pela clientela “decente” amedrontada pela possibilidade de contaminação por alguma doença, foi obrigado a instituir um dia somente para o atendimento das moradoras da Zona. O outro caso diz respeito à matrícula de um grupo de prostitutas no Conservatório Estadual de Música da cidade, ocasionando a mobilização de autoridades junto à direção da escola de artes com o intuito de impedir a mistura com pessoas da sociedade que freqüentavam. As moradoras da Zona são objeto de temor ao suscitarem ora a contaminação, ora a confusão dos papéis sociais.

A preocupação relativa à permanência de mulheres e moças de família com as ocupantes da Zona causava mal-estar numa sociedade habituada com o preconceito como forma de legitimação de práticas de exclusão (Heller, 2000, p.56-57). A proximidade entre a Zona e sua vizinhança residencial era bastante temida, já que o meretrício, enquanto lugar proibido para moças de família e instável por conta das brigas, poderia significar perigo às reputações das “moças de família” que, não raro, saíam à rua acompanhadas por seus pais, explicou uma depoente.

Quando o assunto Zona de Prostituição entrou na pauta de discussões da Câmara Municipal, em 1972, o livro de atas da Casa registrou a afirmação de que a cidade estava

“infestada por mais de 500 decaídas”. Dessa forma, a campanha moralizante fez com que a questão alcançasse o legislativo e lá adquirisse a imagem de tumor, já veiculada pela imprensa, que conceituava o meretrício como um “cancro no coração da cidade”. A Zona de Prostituição passou a encarnar, então, uma doença social que precisava ser combatida, questão capaz de “contaminar pelo mau cheiro”, ainda conforme as atas. A única solução válida e apresentada pelos moralistas era a sua extirpação, ou seja, a expulsão de prostitutas e “donas-de-casa” não somente do centro, mas da cidade, e o fim do meretrício.

Mas o que fazer com as “decaídas” foi a grande interrogação, pois, dentro da Câmara, havia tanto quem apoiasse o fechamento definitivo da Zona como quem apoiasse o fim da prostituição confinada no centro da cidade – porém, há que se dizer, sob a estrita condição de que fosse criado um outro lugar que fizesse as vezes da Zona de Prostituição, observando o “lado humano” da questão, conforme redigido nas atas.

O embate em torno do destino da Zona e a campanha de moralização descortinaram, não obstante, a importância silenciosa e muito além do picaresco que o meretrício confinado possuía para a dinâmica da cidade ao esbarrar, justamente, em questões como a necessidade do sexo venal para a preservação da virgindade das “moças de família” e a conseqüente necessidade de prover o espaço de reclusão que mantivesse as prostitutas sob constante distinção e vigia, e, assim, os demais espaços urbanos livres da perigosa mistura dos corpos e da confusão dos papéis sociais.

Já a tradução do papel social das prostitutas para a sociedade pouso-alegrense ficou a cargo da maneira mesma como foram referenciadas a Zona e suas ocupantes: as imagens construídas e cristalizadas sobre elas dão margem a uma concepção utilitarista dos corpos das prostitutas que, marginalizadas socialmente, serviam, em contrapartida, à preservação da honra e da dignidade das “moças e mulheres de família”, cumprindo a função de “esgotos seminais” (Corbin, 2000, p.39-55).

Por essa razão, a preocupação que se esboçou com o fim da prostituição confinada havia sido justamente o “perigo de não ter e acontecer uma tragédia fora”, conforme depoimento, revelando um modelo de sexualidade que legitimava a prostituição, o seu confinamento, o preconceito dirigido às mulheres confinadas e toda a sorte de imagens que pesavam sobre a Zona, especialmente a de um lugar tumultuado, violento, freqüentado por bandidos que perturbavam “o silêncio tão necessário a [sic] família pouso-alegrense... disrespeitando-a [sic] com palavrões de toda a espécie de moralidade etc.”, observações descritas na justificativa do Projeto de Lei 1.704, de 1972.

Apesar de ser considerada uma doença do corpo social, de ter sido projetada como a vilã da imagem progressista de Pouso Alegre e, por isso, ter sido necessário combatê-la veementemente, a Zona de Prostituição acabou se tornando uma instituição municipal

quando o Poder Executivo aprovou – cedendo terreno de seu patrimônio, estruturando um loteamento distante cinco quilômetros do centro da cidade e negociando os lotes com as prostitutas por um preço simbólico – a construção de um novo bairro que confinasse o Meretrício deslocado do centro, para o que respondeu a Lei 1.228, de 18 de junho de 1973, laconicamente justificada sob o título “Loteamento”.

A negativa ao fim do meretrício confinado havia sido referendada por uma política pública. Além do que, a criação de uma nova Zona acabou por revelar a incongruência do discurso moralista, o qual, longe de querer a “moralização dos costumes”, como tanto apregoou, nada mais buscava que a valorização dos terrenos que tinham seus propagadores nas imediações do meretrício confinado através da expulsão de moradores que de longa data incomodavam – e colaboravam para a desvalorização da região –, embora nunca houvesse um pretexto válido que justificasse uma ação radical e incisiva amparada tanto pelos poderes constituídos como também pela própria opinião pública.

Neste ponto, é importante esclarecer que várias foram as tentativas – todas fracasadas, diga-se de passagem – de interdição e fechamento definitivo do meretrício no centro de Pouso Alegre, relataram os depoentes: para as ocupantes da Zona, havia a preocupação com a perda dos clientes, pois era ela conhecida pelo seu grande movimento e pela oportunidade de bons negócios. Além disso, a maneira como a sociedade negava “o direito à cidade” (Lefebvre, 2001) às ocupantes da Zona possibilitou ser constituída uma outra forma de vivência urbana, que, valendo-se do chavão do “mal necessário”, fruto e complemento de um modelo de sexualidade machista e paternalista, estabeleceu profundas relações com poderes constituídos, para o que a figura da “dona de casa” Margarida Leite foi essencial.

Vereadores, delegados e até mesmo um deputado estadual freqüentavam seu estabelecimento, o único cabaré da Zona pouso-alegrense. A eles era oferecida toda uma série de vantagens, desde garrafas de champanhe até as novas mulheres da casa. Com isso, ela articulava em torno de si uma teia de relações que lhe permitia driblar as ações judiciais que foram impetradas contra a Zona.

O exemplo de como suas articulações foram tão bem construídas fica a cargo de que, mesmo quando todas as outras moradoras da Zona central já haviam mudado para a Nova Zona, no final da década de 1970, sua recusa era ainda tolerada pela polícia – isso levando em consideração que, no início da década de 1980, a vizinhança da Zona central já era majoritariamente “decente” e as pressões junto à delegacia eram constantes para que seu estabelecimento encerrasse as atividades de vez. Para tanto, segundo vários depoimentos, é atribuída a sua morte o fim da prostituição confinada no centro da cidade, trazendo à tona, novamente, a representação da Zona enquanto inimiga da cidade e do

desenvolvimento, objeto de uma cruzada (Sontag, 2002, p.91) que durou mais de uma década, posto que somente após o seu assassinato toda a antiga rua da Zona tornou-se uma rua “decente”, residencial.

Apesar disso, embora o ano de 1982 marque o fim da Zona no centro da cidade, o recurso ao preconceito ainda continua em voga. Com o crescimento ininterrupto de Pouso Alegre e a explosão populacional assinalada pelos Censos realizados entre 1970 e 1991 – em 1970, a população urbana era contabilizada em 29.224 habitantes; em 1980, a população quase dobra, indo para a marca de 50.826 habitantes – a Nova Zona de Prostituição, criada pela Prefeitura, tem à porta – como havia acontecido no centro – vizinhança residencial, com a inauguração, em 1980, do primeiro Conjunto Habitacional do município.

As vivazes imagens de degradação e ameaça moral associadas à prostituição, por seu turno, passaram a ser usadas para indagar os novos moradores do Conjunto Habitacional quanto a sua coragem em ter como vizinhas a Zona do Meretrício, suas ocupantes e seus freqüentadores. Também inflamaram na região central, poucos anos depois da desativação da Zona, em 1988, a necessidade da lei 2.287 de 26 de outubro, visando a mudança no nome da antiga rua da Zona, numa clara tentativa de legislar sobre a memória local e purgar, pela força de um decreto, a história de uma rua marcada pela exclusão.

Recusar o passado em nome do futuro

Os anos estendidos de 1969 a 1982 apreendem uma cidade em acelerado processo de modernização que tomou a industrialização como chave do seu desenvolvimento e escolheu, através do discurso moral e do discurso do progresso, aqueles que deveriam fazer parte dessa nova realidade, um pano de fundo idealizado do qual deveria ser apagada a zona.

Entretanto, em sua marginalidade, a Zona de Prostituição acabou maior que a cidade industrial, que o progresso, que a modernidade. Aparelho disciplinador e higienizador social, território de divertimentos necessário ao exercício da sociabilidade e sexualidade masculinas, destaque no imaginário local, objeto de temor, ojeriza, desconhecimento, e, por isso mesmo, passível de exclusão, a Zona foi tão significativa em sua “insignificância” que, além de revelar uma disputa pelos espaços urbanos, através dela é possível apreender um processo de confrontação entre o “moderno” e o “antigo” que se expressa, justamente, na relação dessa cidade – que a recusa, mas teme abandoná-la – com a prostituição, concebida como “mal necessário”, porque instrumento que colabora fundamentalmente para com a manutenção de seu caráter “ordeiro” e “progressista”, amplamente enfatizado pela imprensa local.

Contudo, notou-se no decorrer do processo de desterritorialização da Zona que a construção de novas práticas e representações do viver urbano para o futuro chocava-se com as práticas e representações do viver urbano do passado, tornando a cidade – elemento historicamente produzido – personagem e alvo de disputas entre seus diferentes sujeitos em confrontação na arena do cotidiano pela afirmação de suas identidades, usos e intenções acerca dos diferentes territórios urbanos exibindo em que medida Pouso Alegre mudava de cara sem mudar de alma. Tudo em nome do progresso.

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Nota

* Doutorando do Programa de Estudos Pós-graduados em História, com bolsa CAPES, sob orientação da Prof.^a Denise Bernuzzi de Sant' Anna. E-mail: assis.eduardom@gmail.com

ESPAÇO PÚBLICO: ESPAÇO DE CONFLITOS

Fernando de Pádua Laurentino*

As transformações ininterruptas da metrópole exigem permanente alerta quanto às maneiras de apropriação e reprodução do espaço da cidade. Essas transformações não se expressam apenas nas mudanças físicas pelas quais a cidade passa. As mudanças físicas ficam no nível dos sentidos e se manifestam nitidamente na paisagem urbana: pontes, aglomerações humanas, viadutos, favelas que se expandem, novos edifícios, vazios populacionais, canteiros de obras, projetos paisagísticos, espaços abandonados que se deterioram etc. No entanto, há mudanças e transformações mais sutis, que a simples aproximação dos sentidos não permite reconhecer prontamente. São novas estratégias de apropriação, comunicação e produção do espaço, que recriam a maneira pela qual vemos e entendemos a cidade.¹

Há apropriações que, devido a sua persistência, tornam-se parte integrante da vida da própria cidade. A esses processos nos habituamos, nos acostumamos e os naturalizamos na medida em que, para sobreviver na metrópole, os reproduzimos. Assim, temos uma percepção da realidade urbana calcada em idéias construídas socialmente e não na reflexão sobre o real campo de lutas e conflito que é a cidade.

Um dos campos de luta da cidade que envolve seu espaço físico diz respeito à (re)produção de espaços públicos. Espaço público é entendido como áreas de apropriação pública. São espaços públicos aqueles com certa restrição de uso, muitas vezes funcionalizados ou que se destinam a um determinado grupo social, como escolas, hospitais, creches, instituições etc. Há ainda aqueles de acesso sem restrições à população e de livre circulação, como são os espaços de lazer, recreação (parques, ginásios poliesportivos, etc.) ou aqueles destinados aos movimentos de veículos e pessoas, como os logradouros públicos (ruas, praças, etc.).

Mas todas têm em comum o fato de serem áreas do poder público geridas pelo Estado. Pertencentes, enfim, à coletividade e com valor de uso. E, como valor de uso, o espaço

público tem também a importância de ser o espaço criativo, da espontaneidade, da beleza das obras e das festas etc.²

Espaço público, para quê?

Parece não haver grandes demandas de produção de espaços públicos para a recreação e o lazer nas grandes cidades de países subdesenvolvidos, na medida em que há necessidades básicas que antecedem tal carência. As necessidades referentes a hospitais, infra-estrutura de transportes, escolas, obras que se tornarão espaços públicos são, quase sempre, prioritárias. Essas necessidades têm grande capacidade de aglutinar pessoas e grupos a fim de reivindicar tais direitos do cidadão. Movimentos sociais nascem a partir dessas necessidades, que, uma vez satisfeitas, vemos diminuir e desaparecer. Durante o processo reivindicatório, há grande mobilização da população, com reuniões, manifestações, etc. Numa fase seguinte, conquistados alguns tópicos da pauta de reivindicação, muitas vezes, os participantes do movimento atuam com sua própria mão-de-obra, em finais de semana, na construção de edifícios e casas. No entanto, atendidas essas necessidades de sobrevivência, o movimento perde força. Ao invés de se partir para novas reivindicações, as famílias e os indivíduos se dedicam a cuidar, cada qual a seu modo, da sua sobrevivência e da construção daquilo que interpretam como cidadania e inserção na cidade: o trabalho, bens materiais, etc. Deixa-se assim o espaço político promovido pela construção de espaços públicos.

De outro lado, o arrefecimento dos movimentos populares interessa ao Estado, uma vez que este deixa de ser pressionado e de estar em conflito direto com diversos interesses: dos movimentos sociais, do mercado imobiliário, de partidos de oposição política, dos financiadores de campanhas políticas, etc. Assim evita-se não apenas o gasto dos cofres públicos com investimentos sociais, mas também o desgaste político perante a população.

Se, a princípio, o processo de atendimento às demandas de movimentos sociais pode ser desgastante para o Estado, numa etapa posterior, já com as demandas atendidas, o governo, através de seus políticos, procura colher os ganhos políticos. Construções como hospitais, creches, conjuntos habitacionais, escolas, têm, para os governos que as inauguram, grande poder político e propagandista. A propaganda dessas obras procura sempre associá-las a um partido ou a uma figura política. E, para ampliar esses ganhos, usa-se amplamente a linguagem publicitária. O Estado age, com o discurso de prestar contas à população, também, de acordo com interesses imediatos: apresentar a conclusão de serviços através de números e estatísticas, expor obras vistosas, etc., quase sempre com vistas às próximas eleições. E não é difícil imaginar políticos que usam dessas mesmas obras como cartão de visitas repetido a cada eleição. Assim, estabelece-se uma personificação,

um estilo de criar obras públicas. Privatiza-se a obra pública porque ela fica personificada. O que foi construído socialmente, a partir da luta e dos conflitos travados em reuniões, manifestações, etc., acaba por ser associado a uma figura política pela via do *marketing* ou da publicidade de campanhas eleitorais. Muitas vezes, os créditos nem são dados aos movimentos populares.

A linguagem publicitária, na ânsia de alcançar o maior número de pessoas no menor tempo possível, atropela qualquer possibilidade de discussão sobre a construção da cidade e, principalmente, dos espaços públicos. Assim se pasteurizam e se condensam todos os elementos relacionados à questão urbana, não deixando possibilidade de qualquer reflexão crítica a respeito. Questões mais complexas, de âmbito social, político, cultural e econômico, são relegadas a *slogans*, discursos, logomarcas, imagens, etc.

Dessa forma, obras se tornam produtos. Espaços públicos são, dessa maneira, produzidos a serem relacionados a uma gestão, um governo, etc. Na troca de partidos no governo, no mandato seguinte, programas sociais são desmontados, estruturas públicas ficam subutilizadas ou têm suas funções mudadas e o descaso, muitas vezes, é percebido na paisagem urbana. Faz-se isso para que as obras e os programas sociais da gestão anterior não sejam legitimados, e sim esquecidos, e que a população volte sua atenção para a gestão em vigor.

A transformação de soluções governamentais para questões urbanas e sociais em produtos faz parte de algo que se reproduz na sociedade como um todo, em que o consumo e a ideologia consumista contam com grande responsabilidade. A solução de problemas transformada em produtos faz de cada cidadão um consumidor/usuário dos aparelhos e programas estatais. A cidadania vem pelo avesso. Vem pela via do consumo. As pessoas se sentem cidadãs no ato de consumir porque assim se sentem incluídas socialmente. Numa sociedade que valoriza as pessoas pelo que possuem ou por sua capacidade de consumo, é compreensível, mas não justificável, que o sentimento de cidadania se torne uma possibilidade por essa via.³

As obras públicas como construções fixas no espaço urbano são meios de exposição dessas obras, transformadas em produtos. A cidade e o espaço público viram vitrines. E quanto maior a obra, maior a visibilidade. Principalmente, aquelas próximas de avenidas, onde há grande fluxo de carros e pessoas. Produtos (ou obras públicas) se fixam por toda a cidade e ela vai virando um grande *outdoor* de políticos, campanhas e ideologias. A paisagem urbana vira um contínuo *outdoor* e vai se impregnando de símbolos e elementos políticos, e amplia, ainda mais, a comunicação publicitária já existente. A relação do indivíduo-cidadão-consumidor com o Estado acaba se dando de alguma forma intermediada por objetos que carregam consigo *jingles*, logomarcas, formas publicitárias diversas de

políticos, partidos, etc. A relação não é estabelecida pela noção de direito, de legitimidade e de cidadania.

A questão assinalada não se dirige apenas ao poder executivo municipal. De maneira mais localizada, vereadores também, analogamente, utilizam essas mesmas estratégias de *marketing* político. Seu campo de atuação, muitas vezes, se dá no bairro, numa esfera local onde é o seu “curral eleitoral”. Dessa maneira, vereadores tendem a ter um bairro prioritário e, junto a associações, amigos do bairro, grupos ou instituições (no geral seus cabos eleitorais), tentam garantir melhorias a fim de que sejam lembrados na próxima eleição pelos moradores. O bairro, para o vereador, longe de ser um lugar de convivência e significados, é um depositário de produtos: água encanada, asfalto, praça pública, linha de ônibus, escola, creche, posto de saúde etc. E, infelizmente, essa concepção de bairro acaba por ser reproduzida por seus moradores.

Essa idéia de bairro, como uma parte da cidade com determinados serviços/produtos públicos, é difundida nos meios políticos. Como durante a urbanização de favelas de Diadema, que, para a prefeitura, significava

[...] transformar a favela em bairro, num pedaço da cidade com toda infra-estrutura e condições dignas de moradia para os cidadãos: ruas, acesso aos serviços públicos, coleta de lixo, iluminação, água, esgoto e espaços físicos para a aplicação de políticas sociais e públicas na área de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, etc.⁴

É comum encontrar na metrópole paulistana, principalmente na periferia, faixas com dizeres de agradecimento de uma comunidade para um determinado vereador pela realização de uma obra, faixas produzidas por cabos eleitorais, a mando de algum comitê de campanha.

Qualquer obra, programa ou equipamento público fica como ação do governante da gestão em que foi construída? Como escapar dessas estratégias políticas? Há meios e processos, como gestão comunitária/popular, descentralização do poder executivo, conselhos para determinadas questões, mutirões, associações, etc., que, na iniciativa de discussão e resolução dos problemas, coletiviza a apropriação dos resultados. É necessário que o espaço público possibilite o espaço político antes da sua construção. Assim, a personificação da obra é diluída no trabalho conjunto dos moradores da cidade, do bairro. É claro que, a cada rosto, terá um peso diferente que lhe cabe na construção. Porém, aparecerão novos personagens quando se olhar a paisagem do bairro ou da cidade. Ainda assim, a apropriação do trabalho coletivo não fica a salvo dos interesses políticos e eleitoreiros, da personificação e de seu uso publicitário.

A produção de espaços públicos com acesso restrito como escolas, hospitais e creches é, como já dito, do ponto de vista político, ótimo chamariz para campanhas eleitorais. Além de satisfazer demandas de necessidades básicas prioritárias (saúde, transpor-

tes, educação, serviços públicos, etc.) numa cidade com grandes carências sociais, esses espaços possibilitam um certo controle de atendimento de demanda. Por serem espaços públicos de acesso restrito, a burocracia tem função privilegiada. Os atendimentos hospitalares, as matrículas escolares e em creches, usuários do sistema de transportes e famílias que são atendidas em instituições públicas são fáceis de serem contabilizados e transformados em estatísticas e números. Nada mais conveniente para balanços de governo e demonstração de serviço para campanha.

É importante ressaltar que os espaços públicos de acesso restrito possibilitam também o controle sobre os cidadãos, na medida em que o acesso aos serviços públicos só é possível pela apresentação de documentação compatível.

O controle social em espaços públicos também se impõe na própria produção física desses espaços. A arquitetura de escolas, hospitais e outras instituições do Estado vai reproduzir, em sua essência, espaços de vigilância, controle, normatização e, em muitos casos, de punição. A ordem e a disciplina estabelecidas por prédios divididos e subdivididos em blocos, alas e andares divididos em corredores com inúmeras salas constituem meios menos de organização de real controle e vigilância sobre o cidadão.⁵

Espaços públicos de livre acesso tornam difícil o trabalho do Estado de controlar, vigiar e punir. Ruas, avenidas, praças e parques são áreas de livre trânsito, sem necessidade da apresentação de documentos, há a ausência de burocracia. Isso faz dessas áreas o espaço público por excelência. Na medida em que ninguém pergunta quem você é, é do direito de todos poder usufruí-lo. No entanto, mesmo assim, há controle. Comportamentos, atitudes, atividades, gestos e manifestações são reguladas e acompanhadas. Se determinadas manifestações e atividades são ou se tornam aceitáveis socialmente e necessitam do espaço público para serem reproduzidas, há, quase sempre, a ingerência do Estado para funcionalizar, regulamentar e disciplinar espaços públicos, a fim de dar vazão a essas manifestações. O que não deixa de ser também uma forma de controle.

É o caso, por exemplo, do sambódromo. O carnaval, como festa popular, nasce nas ruas e praças das cidades. Sua manifestação faz parar a cidade, dada sua importância e a participação de massa. No entanto, para a lógica da reprodução capitalista, as ruas, avenidas e praças não podem ser interrompidas e paralisadas. Daí regula-se o evento cultural, produzindo-se um espaço “apropriado” para sua manifestação, e o que era de livre acesso passa a ser restrito. Além de um controle burocrático, a participação no evento como *espectador* só é possível pela troca (compra do ingresso), pois o *espetáculo* do carnaval tornou-se uma *mercadoria*, portanto, com valor de troca.

Um caso também relacionado, mas que difere no conteúdo, é dos chamados “carmelódromos”. Em algumas metrópoles e cidades brasileiras, procura-se regulamentar as

atividades comerciais de camelôs e vendedores de rua, designando para esses espaços específicos na cidade. Geralmente, em locais de pouco fluxo de pessoas para que, entre outras coisas, não entrem em conflito direto com o interesse de lojistas nem dificultem o trânsito em calçadas. No entanto, a lógica de localização de camelôs se dá, primeiramente, em função da concentração e aglomeração de pedestres. O que aconteceu em muitos casos foi o esvaziamento das áreas designadas para receber os camelôs e o retorno dos mesmos para os locais de origem.

Outros exemplos bastante significativos são os espaços de participação e manifestação política. É o caso, na cidade de São Paulo, do conhecido interesse político de acabar com as manifestações na Avenida Paulista. Entre outros motivos, porque ela concentra um grande número de escritório de empresas transnacionais, bancos, etc. Interromper a Avenida Paulista significa causar grande dano às atividades empresariais, financeiras, ou seja, dificultar a reprodução capitalista. Houve projetos de definição de áreas na cidade onde as pessoas poderiam se manifestar e se encontrar para comemorações e eventos de grande dimensão. Nesse caso, esquece-se ou ignora-se que o espaço de manifestações políticas está, no geral, diretamente relacionado à história do lugar, aos signos produzidos socialmente e à memória coletiva. Determinados espaços urbanos, por causa de seus significados (históricos, sociais, econômicos, etc.), potencializam os significados e a importância de determinados eventos e manifestações, como é o caso da Avenida Paulista.

Algo importante a respeito do que é o espaço público é sua essência como espaço da espontaneidade. Isso só é possível nos espaços públicos de livre acesso. Neles há a possibilidade da manifestação de atos, atividades coletivas sem o aviso prévio, sem planejamento, baseadas no improviso e na emoção. Dito de outra maneira, esses espaços privilegiam a dimensão humana que escapa à racionalidade, à lógica da técnica e da reprodução capitalista. São espaços para manifestações de caráter religioso, para manifestações culturais, para o desenvolvimento de práticas esportivas, etc.

O espaço físico é uma necessidade material para que determinadas práticas, como manifestações culturais, religiosas, atividades esportivas e de lazer se mantenham. A preservação desses espaços faz-se necessária para assegurar essas manifestações como patrimônio cultural.

Espaço público, para quem?

Entender os significados e a importância dos espaços públicos de lazer, de convívio e com áreas naturais não é fácil para quem ainda não tem as necessidades básicas como moradia, saneamento básico, saúde, educação, etc. satisfeitas. Espaço público é uma conquista e, como tal, não prescinde do entendimento, da consciência dos seus significados e

da sua importância. Pois os espaços públicos potencializam o habitar, que vai além dos limites da casa e insere no seu entorno ruas, espaços livres, comércio, áreas verdes, praças, equipamentos públicos, que ampliam as condições de existência humana, assegurando bem-estar, qualidade de vida, etc.

Ao longo do processo de urbanização de favelas na cidade de Diadema, na Grande São Paulo, promovida pela prefeitura municipal, durante a década de 1990, era necessário explicar para os moradores a importância de deixar áreas vazias dentro dos Núcleos Habitacionais (nome dado à favela urbanizada) para que, no futuro, fossem criados espaços públicos. Para o povo que acabava de conquistar a urbanização e o uso de parte do solo urbano, não era simples entender por que deveria deixar um espaço livre se, até pouco tempo, na favela, inúmeras famílias viviam amontoadas, exatamente pela exigüidade de espaço. Até porque, também, deixar áreas livres significava tomar parte da área destinada aos lotes dos moradores. Mesmo quando se explicava que o espaço livre viraria um espaço destinado ao lazer, às atividades culturais, ao salão comunitário, etc. ainda assim essas funções não pareciam justificar a diminuição dos lotes das moradias.⁶

Em entrevistas com moradores de favelas de Diadema próximas ao Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (antigo Parque do Estado) sobre as áreas de preservação ambiental do parque, eles, muitas vezes, demonstravam não entender a importância de manter áreas com matas (ou mato, como eles se referiam à vegetação do parque) quando muitas pessoas não tinham onde morar. Para os moradores da favela, a área do parque era um espaço ocioso, sem função e o Estado desperdiçava dinheiro com a manutenção daquela área, em detrimento daqueles que nem tinham um lugar para morar dignamente. O Parque Estadual das Fontes do Ipiranga fica no bairro do Jabaquara, na cidade de São Paulo, na divisa com o município de Diadema. A única importância do parque, para muitos moradores da favela, era que ele possibilitava a “coleta” de elementos naturais na mata para venda futura, na favela mesmo ou em outros bairros. Exemplos: plantas ornamentais, bambus para escora de varal, solo para jardins, plantas para remédios e simpatias, etc.

Com o tempo, a partir do usufruto e da participação coletiva em eventos, os moradores dos Núcleos passavam a entender a necessidade dos espaços públicos criados. A área “perdida” dos lotes para a área comum do Núcleo seria mais tarde percebida como, no mínimo, compensatória. Os lotes da favela urbanizada são mínimos e uma série de atividades de lazer e recreação são impraticáveis, tanto dentro das casas como nas ruas construídas no Núcleo. Além disso, reunião de moradores, festas, atividades culturais passaram a ser realizadas nos centros comunitários dentro dos Núcleos.

A dificuldade de compreensão dos moradores dos Núcleos quanto ao espaço público aponta para a seguinte questão, que expõe uma contradição da metrópole paulistana:

como justificar a expansão de espaços públicos se grande parte da população sobrevive em áreas urbanas em condições precárias e em espaços exíguos para a existência humana? E quando, ainda, parte da população não tem sequer terra para morar e viver? Daí ocorre que o único espaço disponível para aqueles que nada têm é exatamente o espaço público. Como consequência disso, vemos, nas grandes e médias cidades brasileiras, inúmeros sem-tetos, moradores de rua que têm como único espaço para sua reprodução praças, avenidas, ruas, canteiros, viadutos, calçadas, etc.

O desemprego, o alto custo do valor do solo urbano, a especulação imobiliária e todas as dificuldades, daqueles que não têm recurso algum, em adquirir um pedaço do solo urbano fazem com que o espaço público se torne o único recurso, como espaço físico, disponível para sua sobrevivência. Dessa maneira, o espaço público é novamente privatizado. A causa disso, obviamente, está na grande desigualdade social e na incapacidade do poder público para tratar a questão a fim de solucioná-la de maneira satisfatória.

Essa forma de privatização do espaço público provoca, também, uma situação inversa, na medida em que a vida pessoal de moradores de rua, através dos objetos, gestos e atos cotidianos como comer, dormir e outras necessidades físicas é feita às vistas de todos. Nesse sentido, além de uma privatização do espaço público, vemos tornar-se público aquilo que é da esfera privada. Talvez, nada mais adverso da função do espaço público, já que este deveria ser um espaço social e político.⁷

Esse recurso de sobrevivência e sua privatização são muito presentes, também, através de comerciantes e todos aqueles que usam o espaço público como possibilidade de venda de produtos, serviços, etc. É o caso dos ambulantes, camelôs, prostitutas, flanelinhas, vendedores e malabaristas de faróis, artistas, etc. Como já dito anteriormente, o Estado procura regulamentar essas atividades estipulando novas áreas para permanência ou, em muitos casos, reprimindo as mesmas. Existe a questão, já citada, do controle social e nesse caso, também, econômico. Entram em conflito muitos interesses sobre o espaço público urbano, na medida em que ele é fundamental na circulação de produtos, dinheiro, serviços, etc., e, portanto, como condição da velocidade da reprodução capitalista. Nesse sentido, o espaço público tem valor de troca porque permite e viabiliza a venda e circulação de mercadorias, capitais, etc. Assim, muitas vezes, o valor de troca se impõe ao valor de uso de espaços que deveriam ser de apropriação de todos.

São muitas as modalidades da apropriação do espaço público como espaço que possibilita a troca. A questão acentuou-se com as transformações econômicas e tecnológicas. De um lado, o neoliberalismo econômico, que tem como ideal o aumento do lucro em detrimento do trabalhador; e, de outro, as transformações tecnocientíficas, que se aplicam na produção por meio da mecanização, robotização e informatização do trabalho. Como

conseqüência dessas transformações, muitos ficaram desempregados e, para sobreviver, viram, como último recurso, o trabalho informal, mesmo com precariedades. Outra conseqüência econômica típica de países latino-americanos subdesenvolvidos é estabelecer a hipertrofia do setor terciário, ou seja, com as transformações tecnológicas na produção, principalmente nos setores primário (agropecuária) e secundário (indústria) da economia, muitos trabalhadores ficaram desempregados. Estes, como um dos poucos recursos para sobreviverem, migraram para o setor terciário (comércio e serviços) para desenvolver muitas atividades que não exigem especialização da mão-de-obra nem grande capital para iniciar um pequeno negócio. Diante das dificuldades burocráticas e do alto custo de estabelecer legalmente uma empresa no espaço urbano e na procura de lugares que possibilitem o ganho, esses trabalhadores vêm como solução possível ocupar o espaço público. Esse fenômeno econômico, de escala global, é muito mais explícito nas metrópoles.

A cidade, como campo de lutas, tem no espaço público seus mais acirrados confrontos diretos (repressão física, manifestações, etc.) e indiretos (regularização, funcionalização, etc.). O controle do espaço público pelo Estado e as relações estabelecidas da sociedade com esse espaço expressam muito mais que interesses políticos e econômicos. Podem expressar, ainda, como são vistas e tratadas determinadas classes e grupos sociais. A esse respeito, é um grande indicativo a solução encontrada pela prefeitura de São Paulo (gestão José Serra) para os moradores de rua próximos da avenida símbolo da cidade. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*,

[...] preocupa o modo como a Prefeitura de São Paulo pretende mudar aspectos visuais da cidade. Com repentes retóricos que roçam o ideário higienista do século XIX, o poder público deu início à instalação de rampas antimendigos em passagem subterrânea sob a avenida Paulista. As autoridades esperam que a inclinação e o chapiscado da argamassa, que tornará o piso áspero e incômodo, desencorajem moradores de rua de permanecer no local.⁸

Segundo o jornal citado, a prefeitura, preocupada com o aspecto visual da cidade – no caso, mais precisamente, a Avenida Paulista –, criou uma maneira de desencorajar moradores de rua a se instalarem em áreas públicas sob a avenida. A iniciativa da prefeitura deixa claro que ela procura definir que determinados espaços públicos não podem ser ocupados por aqueles que não têm onde morar. A avenida, um dos mais famosos cartões postais da cidade, como já dito, concentra escritórios de transnacionais e bancos. A medida visa dar um aspecto de limpeza a um lugar que é a vitrine de São Paulo. Procura-se esconder assim um aspecto significativo da cidade que se expressa na paisagem. E são inúmeros os casos, não apenas da prefeitura, mas também de particulares que, para evitar a permanência de moradores de rua em determinados espaços públicos, desenvolveram

uma arquitetura da exclusão. Muitos lojistas criaram diferentes maneiras para que moradores de ruas não dormissem em frente às suas lojas, como esguichos d'água, plantas com espinhos, grades de ferro, etc.

A tentativa de controle do espaço urbano com a intenção de expulsar determinados grupos sociais, amparada em idéias higienistas, não é novidade em São Paulo. No início do século passado, o prefeito Washington Luís, durante sua gestão (1914-1919), para regular o espaço das várzeas do Rio Tamandateí, que era ocupado por negros, pobres e pessoas que dependiam daquele lugar para sobreviver, executa a construção do Parque Dom Pedro. O objetivo de construção no local não era apenas de oferecer um parque, numa área alagadiça da cidade, mas, sobretudo, de controle sobre aquele espaço já que “a intenção do prefeito não era somente higienizadora, mas também moralizadora, disciplinadora, visando à exclusão dos indesejáveis”.⁹

Nesse caso, nem se tratava da regularização, mas sim da produção do espaço público, já que as várzeas eram áreas até então abandonadas pelo poder público. Portanto, a produção de um espaço público teve a finalidade de excluir determinados grupos sociais.

Quando o Estado define regras muito estritas de uso e comportamento para determinados espaços públicos, está designando também quais grupos sociais podem ou são capazes de usufruí-lo. Essas regras podem ser baseadas apenas em convenções, moralismos, interesses políticos, etc. de acordo com determinados momentos históricos. Daí que a produção e a regulamentação de espaços públicos carecem de discussão com a sociedade. Na medida em que se amplia a discussão sobre a construção do espaço público, amplia-se a possibilidade de seu uso pela sociedade e seus significados no espaço urbano. Assim aprofunda-se o sentido de apropriação do espaço urbano pelo povo.

O espaço público deve ser um espaço democrático na sua essência. Democrático não apenas no uso, mas também e principalmente em sua elaboração, construção e seu gerenciamento. É a partir do debate, da discussão, antes mesmo do espaço público como área física construída, que se dá o espaço político. É o espaço de expressão do que é a cidade, com todos os seus conflitos, divisões, interesses, etc. Esse é o espaço que possibilita a integração porque deve abrigar a diversidade. É o espaço do encontro de iguais (categoria de trabalhadores, movimentos religiosos, estudantes, Parada Gay, torcedores, etc.) porque é o espaço das manifestações políticas, das celebrações e das comemorações. É o espaço do encontro dos diferentes porque generaliza o uso e propicia a festa.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Mestre em Geografia Humana pela FFLCH/USP. Professor na Universidade do Grande ABC - UniABC (Santo André, SP) e no Colégio Santa Catarina (São Paulo, SP). E-mail: fepadua@gmail.com

¹ CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo, Contexto, 1992.

² LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Moraes, 1991.

³ SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987.

⁴ *Revista Trimestral da Prefeitura Municipal de Diadema*. Ano I, n. 1, maio, 1996, p 5.

⁵ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Tradução de Ligia Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977.

⁶ LAURENTINO, F. de P. *Urbanização de Favelas – uma perspectiva geográfica*. Trabalho de Graduação individual, apresentado ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP. São Paulo, 1997.

⁷ ROSA, C. M. M.; BEZERRA, E. M. R. e VIEIRA, M. A. da C. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo, Hucitec, 1994.

⁸ *Folha de S. Paulo*, 24 de setembro de 2005.

⁹ SANTOS, C. J. F. dos. *Nem tudo era italiano – São Paulo e Pobreza (1890-1915)*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 1998, p. 91.

AÇÃO AFIRMATIVA PARA AFRODESCENDENTES. O PROJETO GERAÇÃO XXI E O DIREITO DE JOVENS NEGROS À EDUCAÇÃO

Inêz Kasai*

Quase 50% da população brasileira é afrodescendente (soma de pardos e pretos – categorias usadas pelo IBGE). No início de 1999, organizações de natureza governamental, não-governamental, internacional e empresarial se reuniram, gerando um acordo com intuito de produzir a transformação pessoal e social de 21 jovens pertencentes a esse segmento.

A Ação Afirmativa que gerou o Projeto Geração XXI surgiu da aliança social estratégica entre a Ong Geledés – Instituto da Mulher Negra em atividade na cidade de São Paulo nos últimos dezoito anos, a Fundação BankBoston e a Fundação Palmares. Tem caráter inovador e vem preencher a imensa lacuna que no Brasil ainda impossibilita o acesso dos afrodescendentes à condição de igualdade no campo do conhecimento. O termo Ação Afirmativa (AA) tem sido utilizado no Brasil para designar qualquer ação governamental ou não, que busque superar condições de desigualdade da população afrodescendente, beneficiando-a de alguma forma.

Em 1999 foi implementado, pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra, o Projeto Geração XXI: é o primeiro Projeto de Ação Afirmativa para afrodescendentes na cidade de São Paulo, que, através da Educação, visa para esse segmento o desenvolvimento humano sustentável, gerando a inclusão e a superação de barreiras erguidas pelo racismo. Fornece para esses jovens apoio psicológico e econômico em todas as áreas do seu cotidiano e variados suportes para suas famílias.

Nos centros urbanos brasileiros, as Ongs e os Movimentos Negros vêm obtendo conquistas para o segmento afrodescendente por meio de políticas insertivas, porém sem um sucesso continuado, causado pela falta de apoio material e, em alguns casos, institucional.

A Organização Não-Governamental Geledés – Instituto da Mulher Negra, uma das quatro instituições participantes da construção do Projeto Geração XXI, constitui uma feliz exceção.

Porque oferece a esses afrodescendentes a estrutura necessária que provoca a desvinculação dos mesmos da situação de pobreza e ausência de oportunidades. O Projeto Geração XXI começou a ser pensado e formulado em março de 1988, iniciando suas atividades junto aos jovens em 15 de março de 1999.

Ele apóia afrodescendentes de ambos os sexos e oriundos de camadas socioeconômicas menos favorecidas da cidade de São Paulo, desde a oitava série do ensino fundamental até o término do curso universitário. Acompanha, igualmente, suas famílias através de um trabalho social de habilitação profissional e suporte econômico. Oferecendo a oportunidade de participação em Programas de Desenvolvimento, capacitando-os a competirem no mercado de trabalho, na política e ou em posicionamentos sociais que gerem mudanças positivas para essa classe de excluídos.

O resultado positivo desse projeto impedirá a formação e/ou manutenção de elites homogêneas, através da concentração no topo da sociedade de indivíduos da mesma etnia ou sexo, em contrapartida a bolsões heterogêneos de miséria.

O processo de seleção dos 21 jovens não foi aleatório, envolveu profissionais da área de recursos humanos e técnicos do BankBoston, do Geledés, a Fundação Palmares, com a participação da Fundação Abring, em parceria com escolas públicas e entidades que trabalham com esse segmento, que indicaram seus alunos. Dezenas de inscritos se apresentaram e foi necessária uma triagem inicial, seguindo critérios anteriormente estabelecidos para a seleção dos 21 jovens.

Uma equipe interinstitucional fez a pré-seleção, encaminhando os aprovados para uma segunda fase de avaliação. Foram feitas dinâmicas de grupo, entrevistas individuais, seguidas de confirmação dos dados fornecidos pelos candidatos.

A etapa seguinte constou de reuniões com os familiares desses jovens, com intuito de medir o interesse dos pais e a capacidade de assumirem um compromisso de tão longa duração.

Nesse momento, realizou-se a gênese de laços de solidariedade entre todos os envolvidos, os pais firmaram o compromisso de participar das reuniões quando solicitados e, primordialmente, de manterem os jovens fora do mercado de trabalho. Para que as condições de vida de cada um fossem devidamente avaliadas e para se conhecerem as prioridades de cada um, as comunidades onde residiam foram visitadas por responsáveis pelo projeto.

Paralelamente, os critérios de seleção que determinaram a escolha dos jovens foram postos em andamento, quais sejam:

- ser afrodescendente (autodeclaração) parece simplista, porém, uma grande quantidade de jovens brancos, às vezes apoiados pelas próprias escolas participantes, se inscreveram.

Seus motivos eram de que preenchiam muitos dos outros requisitos exigidos pelo projeto. Aconteceu, inclusive, um caso de um jovem totalmente branco, que se apresentou como afrodescendente, com intuito de participar do projeto. Quando indagado sobre sua autodefinição, ele explicou que as condições de vida que levava o aproximavam das condições dos mesmos, portanto, ele não se considerava branco.

- estar cursando a sétima série do ensino fundamental, em escola pública; ter entre treze e quinze anos de idade; residir em São Paulo; bom desempenho escolar (este item foi posteriormente reavaliado, abrindo espaço para a inclusão de jovens com dificuldades escolares).

Valorizou-se mais o comportamento e menos as notas. A renda familiar *per capita* ser entre um e dois salários mínimos; normalmente, as famílias são compostas de duas ou mais pessoas e a renda final torna-se bem maior. Se fossem aceitos jovens com renda menor, eles e as respectivas famílias estariam passando por dificuldades mais importantes que a educação e isso geraria a necessidade de ingressar cedo no mercado de trabalho, e esse requisito não constava nos planos do projeto. Foi importante a manifestação do interesse em participar do projeto e a assunção de um compromisso de nove anos de duração.

Vinte um jovens afrodescendentes de escolas públicas da cidade de São Paulo foram escolhidos, dentre aqueles que demonstraram maior aproveitamento escolar. Foram selecionados dez meninos e onze meninas entre treze e quinze anos, todos negros, de baixa renda e tendo em muitos casos ausência do pai. Além de reservar 60% das bolsas para jovens do sexo feminino, foi dada prioridade na escolha de adolescentes oriundos de famílias chefiadas por mulheres. Essas atitudes fortalecem o compromisso do Geledés com as camadas femininas mais carentes da população na cidade de São Paulo.

O compromisso firmado com os jovens selecionados é que, através dos investimentos em seu desenvolvimento pessoal e social, deva acontecer a promoção de AA, representada pelo acesso à Educação de qualidade, à mobilidade social e à ampliação dos seus direitos.

Em um período de nove anos, o Geledés diligenciará para que se realizem atividades que tornem possível o medrar de talentos, a tomada de conhecimentos de tecnologia, de outras línguas e linguagens; o comparecimento amiúde a eventos culturais e a aprendizagem mais consistente sobre a história dos povos afro-brasileiros e da Diáspora africana.

Durante o acompanhamento dos jovens, a rede escolar onde eles estudavam receberam apoio para eventos de formação e publicações multimídia, que discutiram Agenda 21, cidadania e diversidade. Foram dezessete as escolas, sendo dezesseis públicas e uma privada, que receberam apoio para realização de eventos relacionados a cultura, diversidade étnica, relações de gênero.

O Projeto Geração XXI instalou-se em uma sede de grandes dimensões, próxima à Avenida Paulista, com o objetivo de oferecer maior conforto e aproveitamento escolar aos jovens. Esse novo espaço possui biblioteca, amplas salas de aula, salas de reunião, copa, cozinha onde os jovens podem fazer suas refeições, visto que ficam durante todo o dia nesse local. Também computadores e máquinas de xerox, enfim, tudo que uma escola com características de “escola-modelo” pode fornecer aos seus alunos.

A Fundação BankBoston é responsável pelas ações na área Educacional do Projeto Geração XXI, tendo como foco principal a valorização da diversidade e o desenvolvimento humano da infância e da juventude. Está envolvida com o debate e a prática da responsabilidade social das empresas estabelecidas no Brasil, procurando contribuir para uma mudança de postura da sociedade brasileira com relação à grande diferença socioeconômica no seio da sociedade, é inovador em, enquanto um projeto de AA, pois é a iniciativa privada internacional que traz experiências de seu país de origem, permitindo a formação de novas lideranças.

Fundação Cultural Palmares – Ministério da Cultura – Brasil, órgão que tem por objetivo preservar os valores culturais, econômicos, ambientais e sociais dos negros brasileiros. Geledés – Instituto da Mulher Negra – organização política de mulheres negras, de combate ao racismo e à opressão de gênero. Luta pela valorização e promoção das mulheres negras em particular e da comunidade negra em geral.

O Projeto Geração XXI tomou o século XXI como símbolo das esperanças para o futuro, onde 21 jovens negros poderão fazer a diferença, promovendo seu próprio desenvolvimento humano sustentável, superando os processos de discriminação e exclusão.

A proposta pedagógica fundamental do Projeto Geração XXI tem três condições básicas cuja finalidade é agregar valor ao aprendizado: suplementação escolar, cidadania, cultura, comunicação e mobilização social. Oferece para os 21 adolescentes: custeio do segundo grau e da universidade; ensino complementar de inglês, informática, arte, cultura, sexualidade, desenvolvimento sustentado, ética, globalização e direitos humanos; grupos de discussão e reflexão sobre cidadania e identidade; acompanhamentos psicopedagógico e social – apoio e orientação ao grupo familiar, reforço escolar e cursos preparatórios com profissionais altamente qualificados, orientação profissional visando à construção de um projeto de vida, orientação acadêmica, complementação pedagógica, atividades físicas e culturais – café cultural. Complementos como bolsa de estudos, pagamento de mensalidade em instituições privadas; uniforme, material de apoio didático, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação (para compras em supermercado) e assistência médica e odontológica, sustentação financeira para participação e realização desses aprendizados.

Foi necessário garantir a esses jovens e suas famílias as condições materiais, sociais e econômicas para que as dificuldades e os desníveis existentes pudessem ser superados. Criou-se então um trabalho social de grande importância, que é o Projeto Família XXI, cujo objetivo é incluir os familiares desses estudantes. Ele abarca 111 pessoas, através de ações diretas e indiretas: prevê linha de crédito, orientação sobre empreendimentos, capacitação profissional e educacional. As famílias beneficiadas são as que possuem menor renda e escolaridade. Tem como proposta a geração de renda e atividades de socialização como oficinas, eventos e passeios.

Considerando a situação socioeconômica no início do projeto, não se poderia contribuir para o seu aperfeiçoamento deixando suas famílias fora desse contexto de possibilidades.

Os eventos têm participação de personalidades que desenvolvem projetos com enfoque na elevação da auto-estima e fortalecimento da identidade negra desse grupo. De início, os temas enfocados giraram em torno da saúde, sexualidade e relações sociais no Brasil. Por um lado, acontecia a confraternização dos pais entre si e com a coordenação do Projeto, o que muito facilitou o desenvolvimento e a solução dos problemas surgidos no decorrer do processo. Por outro, a finalidade que estava subliminarmente colocada era que, abrindo novos horizontes, cada pai, mãe e até irmãos se motivassem ao retorno aos bancos escolares.

No decorrer do Projeto, não só os jovens desenvolveram seus talentos como seus familiares voltaram a estudar, inclusive em nível universitário. Situação que, possivelmente, não ocorreria sem o incentivo do Família XXI. Para que as famílias se tornassem autônomas no que se refere a recursos para vivências dignas e que seus jovens não necessitassem deixar a escola para se voltarem ao mercado de trabalho, os alunos do curso de MBA da Boston School ofereceram uma doação financeira para que estes iniciassem em microempreendimentos objetivando posterior geração de trabalho e renda. Cada família comportou-se de forma diferente: algumas tiveram sucesso em seus pequenos empreendimentos; outras, enfraquecidas pela constante exclusão e sem auto-afirmação (falta de formação identitária enquanto pessoas negras), tiveram dificuldades de aproveitar tal recurso financeiro. Para se reafirmar o convívio entre as famílias, foi oferecido o espaço físico na sede do Geração XXI e também no espaço da Biblioteca Mario de Andrade, devido a sua localização de fácil acesso, para encontros organizados pelas próprias famílias. Foram programados encontros trimestrais com convidados de competência comprovada para desenvolver a reflexão desse grupo acerca de sua participação no grupo e das vantagens advindas desse fato. As palestras foram esclarecedoras de aprofundamento de temas escolhidos pelas famílias. Aconteceram encontros relacionados a datas comemorativas de interesse do grupo, como o Dia Internacional da Mulher e o Dia da Consciência Negra.

A situação das quinze famílias envolvidas no Programa Família XXI se desenvolveu e resultou em cinco trabalhos de empreendedorismo familiar, em franco andamento. Novas metas estão em discussão, sobre cursos para geração de renda, abrangendo famílias que ainda não se inseriram no Família XXI. As visitas regulares às casas dos alunos, reuniões mensais com pais e mães e equipe técnica, atividades para as crianças, são metas que se pretende ampliar e ou dar continuidade, quando já estiver em andamento.

No início do Projeto Geração XXI foi dada importância fundamental ao preparo desses jovens que estavam terminando o ensino fundamental, para que fossem capacitados a acessar com sucesso as boas escolas de ensino médio. No primeiro semestre de 1999, as atividades visando a suplementação escolar tinham duração de dez horas semanais, e seus conteúdos eram Matemática e Português, focando os conteúdos básicos do ensino fundamental.

Reservando-se, nessas dez horas, também espaço para a feitura das lições-de-casa. Os cinco profissionais encarregados dessas atividades já eram parceiros do Núcleo de Educação e Formação Política do Geledés. A suplementação escolar foi necessária, porque que a maioria dos estudantes da rede pública não está em condições de aplicar os conhecimentos adquiridos na escola na melhoria da sua qualidade de vida. Falta a eles a capacidade de crítica, observação, comparação e até de generalização necessárias para o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos.

Para os organizadores do Projeto, o acesso ao conhecimento interfere qualitativamente na vida cotidiana, na apropriação e análise crítica do legado cultural da humanidade e na solução dos problemas práticos. Portanto, foram definidas metas de estudo visando fortalecer nos jovens estudantes a motivação para tomar decisões, solicitar a colaboração dos demais colegas, debater, criticar e defender idéias contrárias aos seus pontos de vista, anteriormente firmados.

Para enfrentar essa problemática, o Projeto em questão avaliou os conhecimentos dos jovens nas disciplinas de Português e Matemática e, a partir daí, elaborou um programa de conteúdos visando corrigir as deficiências encontradas. As professoras responsáveis pelo encaminhamento da solução para essa problemática foram: Valéria Maria Borges Teixeira e Hilda Silva Figueiredo.

A proposta pedagógica é inovadora, baseada no desenvolvimento humano sustentável, de diversidade étnico-cultural e de interdisciplinaridade. O desenvolvimento humano sustentável trabalha com a ampliação das noções de progresso humano e de oportunidades das pessoas, bem como a importância necessária a ser dada às novas gerações. A proposta dada à diversidade étnico-cultural vem tratar do reconhecimento das diferenças entre raça, etnia, cultura, sociedade, religião, gênero e das hierarquizações que as trans-

formam em desigualdades; trata da promoção da igualdade de oportunidades e os caminhos a serem trilhados para superá-las.

“Descobrir o que queremos ser” é uma orientação profissional recebida pelos 21 jovens, quinzenalmente, via palestras e debates, em parceria com profissionais das áreas de interesse de cada aluno, para facilitar seu conhecimento mais aprofundado da disciplina escolhida e das perspectivas futuras para a inserção nessa área profissional. A visita a empresas e a profissionais que trabalham com os temas ligados com a profissão escolhida, a exemplo de direito, tribunais, magistratura, engenharia, hospitais ou consultórios dentários, faz parte da oficina “Descobrir o que queremos ser”. Dentro da área de cada um, procurar nos parceiros pessoas já formadas a fim de auxiliar na escolha da carreira e faculdade.

O programa de Língua Portuguesa para os jovens do Projeto Geração XXI, diferente e rico em proposições, visando principalmente o aspecto sociocultural e o preenchimento das lacunas dos livros didáticos, quando se trata da cultura negra. Buscou preparar os alunos para o ingresso nas escolas de nível médio de qualidade para, no futuro, poder atender às exigências dos vestibulares mais conceituados, abrindo a sua possibilidade de superarem essa enorme barreira. Encontramos alunos que cursavam a oitava série e não dominavam as quatro operações, que são os conceitos essenciais para o desenvolvimento do conteúdo de quinta a oitava séries.

Esses jovens estarão sendo preparados para desenvolver e participar de ações solidárias em suas próprias comunidades, multiplicando o conhecimento recebido através do Projeto. Alguns objetivos, no vir-a-ser é que eles se proponham a oferecer seus novos conhecimentos e vivências em forma de pequenos cursos para suas famílias e para a comunidade onde vivem.

Pode ser o desenvolvimento de atividades voltadas para informática, esporte, reforço escolar, orientação para escolha profissional, a partir das áreas de conhecimento a que já chegou cada um deles. Eles multiplicariam o conhecimento já recebido através da inserção no Projeto Geração XXI.

O Projeto Geração XXI ganhou o Prêmio Direitos Humanos, concedido pelo Ministério da Justiça, no dia Mundial de Direitos Humanos, na categoria Organizações Não-Governamentais, recebido em 10 de dezembro de 1996; o Diploma de Reconhecimento concedido pelo Governo do Estado de São Paulo pelo Trabalho Social Desenvolvido pelo Geledés junto à juventude do estado de São Paulo, ofertado pelo governador Mário Covas, em dezembro de 1997; o Prêmio Luta, Gênero Feminino, oferecido pela Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP, para Sueli Carneiro, em 1998.

O Projeto Geração XXI ainda está em andamento e os resultados positivos para todos os envolvidos são evidentes, visto que todos os 21 jovens já estão inseridos em univer-

sidades, em áreas de sua escolha. Estão cursando Jornalismo, Engenharia Mecatrônica, Enfermagem, Engenharia de Produção, Direito, Arquitetura, Comunicação e Multimeios e Matemática, Educação Física, Técnico de Mídia Digital, Serviço Social, Psicologia, Fisioterapia, Relações Públicas, Gestão em Marketing e Pedagogia. Todos eles continuam morando nas mesmas comunidades, no entanto, seu universo cultural foi grandemente ampliado, a auto-estima de cada um e de seus familiares foi desenvolvida. Possuem capacidade de reflexão, visto que já estão inseridos em universidades e são capazes de elaborar projetos culturais, de iniciar a compreensão do dilema dos afrodescendentes. Estão se preparando, cada um por um caminho diferente, para enfrentar os desafios da inclusão de seus iguais e deles próprios no mercado de trabalho e em instituições das quais antes nem sequer sonhavam participar.

No encaminhamento dos jovens, todos os parceiros saíram lucrando, pois as discussões acerca das desigualdades raciais foram aproveitadas por orientandos e orientadores, e ainda pelos gestores do Projeto. A Fundação BankBoston adquiriu experiência na temática racial, tem agora conhecimento acumulado de como gerir projetos e trabalhar com funcionários e outras empresas ligadas aos afrodescendentes. O poder público vem exercendo pressão para que empresas de grande porte instaladas no Brasil, principalmente os bancos, desenvolvam projetos de AA para o segmento afrodescendente. O BankBoston já adquiriu uma experiência de mais de oito anos e pode ser o modelo que a sociedade precisa na implantação desses projetos nas empresas. Está desenvolvendo um projeto de inserção desses jovens, capacitando-os dentro do próprio banco, por meio de estágios, para o mercado de trabalho. Colocou à disposição deles empreendedores experimentados para orientá-los em seus planos de carreira.

Durante o aprendizado, tomaram conhecimento de fatos reais de discriminação, racismo e outras formas de exclusão, muitas vezes, pois todos os cidadãos envolvidos com esse segmento sofrem cotidianamente. A compreensão da necessidade de AA para esse público tornou-se uma meta para cada um dos envolvidos no projeto, procurando caminhos e soluções que permitam diminuir gradualmente o racismo e aumentar a consciência de todos para desvendar soluções a curto e a longo prazo. O mais importante é não ficar esperando pelos outros, cada um tem obrigação de participar com sua parcela de conhecimento, afinal, somos todos brasileiros e não podemos separar grupos de cidadãos e tratá-los como de segunda classe e, ainda por cima, fingir que não está acontecendo nada. Se quisermos um Brasil justo e igualitário vamos todos arregaçar as mangas e trabalhar para o desmonte de todas as formas de racismos que persistem na nossa sociedade.

A minha finalidade foi mostrar que quando os afrodescendentes são inseridos na sociedade através de ações geradoras de inclusão e igualdade, que visem corrigir os me-

canismos de discriminação, serão capazes de se transformar em modelos positivos para as próximas gerações e de formar uma elite negra bastante distanciada da sua origem de exclusão.

O plano de ação de maior importância e o fortalecimento dos jovens para sua própria autonomia, cultivar suas individualidades, ampliar sua autoconfiança no que diz respeito ao ingresso em funções relacionadas à sua escolha educacional. Pois a maioria deles trabalhava longe dos olhos do público, visto que todos são negros e o mercado de trabalho ainda não está preparado para inseri-los em seus quadros de funcionários, dando a eles o salário e a posição de acordo com os conhecimentos já adquiridos. Alguns desses jovens tiveram inúmeras dificuldades, tiveram que aprender a se portar diante de situações de racismo explícito a que foram expostos, principalmente nos passeios culturais. Sem deixar de citar as cobranças recebidas pelo fato de nenhum deles ter entrado em universidade pública. E o problema de o projeto não poder abranger todos os membros da família, quer dizer, nem todos os jovens da mesma casa tiveram oportunidade de participar e isso, provavelmente, gerou sérios conflitos familiares. Esses jovens, em breve, estarão inseridos no mercado de trabalho, servirão de modelo para nova concepção de projetos que valorizem o afrodescendente; ele é viável e tem conotação altamente positiva.

E a experiência adquirida por todos os participantes no decorrer do Projeto estimulou a discussão de empresas visando a aplicação de iniciativas similares. Construir com os parceiros uma proposta para a ampliação do debate sobre diversidade e cidadania nas escolas. A experiência do BankBoston permitirá que se mantenha, entre empresas, um termo de cooperação técnica, disseminando a implementação de políticas públicas para o afrodescendente. Servirá para romper com os preconceitos, arraigados desde sempre, e despertar a consciência do brasileiro de que realmente há racismo no Brasil e que ele pode ser superado.

Estão se formando 21 sujeitos com responsabilidade social, capazes de realizar suas escolhas e preparados para iniciar uma mudança na sociedade, onde o racismo não será mais tolerado.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Nota

* Mestra em História Social da FFLCH-USP. E-mail: inez.kasai@terra.com.br

COTIDIANO CONJUGAL E DISCURSOS JURÍDICOS EM BELÉM NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX (1916 / 1940)*

Ipojucan Dias Campos**

As análises que se seguem concentram-se na cidade de Belém de 1916, estendendo-se até 1940. Elas são partes de minha tese de doutorado, que pretende analisar, nas décadas iniciais novecentistas, os sentidos dados pelo poder jurídico, pela imprensa, pela Igreja Católica e por sujeitos sociais, como o senhor Djalma d'Albuquerque Dias e dona Etelvina Lopes Bandeira, acerca das dimensões do cotidiano conjugal e da família. Em conformidade com isso, perceber como maridos e esposas, jornalistas e vizinhos, Igreja Católica e Judiciário vislumbravam as relações de poder e as tensões que se formavam na vida em casal. Assim, pretende-se acentuar que o enlace matrimonial, a família, a separação conjugal, a moralidade são campos que se articulam com o direito.

Esses campos levam a interpretações que permitem apreender como eram construídas, no cotidiano jurídico, as imagens de culpado e inocente em um processo de desquite, e em outros domínios como o do defloramento. Dessa forma, o presente texto versa sobre a compreensão das tramas articuladas pelo Judiciário e pela polícia na constituição e realização da família dita moral, sendo que tal campo integrava interesses e conveniências que tinham por objetivo formar um modelo de família único para a sociedade belenense. Mas também é notório que a força social do direito não conseguia fazer-se presente em todos os campos do cotidiano, porquanto as personagens sociais driblavam as normas jurídicas quando as imposições não lhes convinham, isto é, os sujeitos sociais punham-se em rota de colisão com a polícia e o direito, mostrando por diversas vezes que as experiências não se subordinavam aos espaços jurídicos. Dessa maneira, interpretar as personagens sociais que percorreram os corredores do Judiciário com suas arguições para conseguir a separação de corpos e bens, e as que se dirigiram à chefatura de polícia no afã de denunciar os ofensores de suas filhas são de suma importância. Assim, os documentos analisados possibilitaram perceber, por meio de entrecruzamentos, como a ordem judiciária não possuía um padrão de julgamento e que

as concepções de culpado e inocente eram formuladas no transcorrer dos processos nos domínios do poder Judiciário.

Dessa maneira, far-se-ão algumas considerações sobre os campos do direito e da família na cidade de Belém nas décadas iniciais do século XX. Começam-se as tramas em 1917, com o caso do senhor Djalma e dona Etelvina.

Em 17 de junho de 1917, na cidade de Belém, foi celebrado o casamento do senhor Djalma de Albuquerque Dias e dona Etelvina Lopes Bandeira. O contraente era natural do estado do Pará, 19 anos, empregado público, domiciliado e residente em companhia de sua genitora, Josephina de Albuquerque Dias, à Avenida Nazareth, nº 91. Seu pai, Joaquim Alves Dias, havia falecido em 29 de setembro de 1905. A contraente também era do Estado do Pará, 19 anos, prendas domésticas, domiciliada e residente em companhia de seus pais, João Paulo Bandeira e Evagelina Lopes Bandeira, à Avenida Gentil Bittencourt, nº 146. Tanto o noivo quanto a noiva eram menores de idade, como afirmava o auto de casamento. Djalma e Etelvina afirmavam, perante o Judiciário, que pretendiam contratar núpcias e desejavam que tivesse “logar com a maior brevidade para evitar o grande dano que a demora lhe pode causar visto achar-se deflorada a nubente e ter o seu pae de embarcar para o Açu”. Com essa narrativa, iniciava-se o auto de casamento desses sujeitos sociais. O senhor Djalma, por força de pressões dos parentes da deflorada, da justiça, por “sua livre e espontanea vontade” ou pelas forças conjugadas, desejava “reparar o mal cometido” como afirmava a testemunha Manoel Carlos de Mello Cezar, natural do Ceará, 50 anos, advogado, conforme os autos de casamento de Djalma e Etelvina.

Nos autos, para além da referida testemunha, foram constituídas outras duas: Antonio Teixeira Lemos, advogado, 26 anos e Francisco Chagas de Araújo, empregado no comércio, 22 anos. Eles confirmavam domínios comuns nos autos, tais como que conheciam de longa data os nubentes, que sabiam os mesmos não serem parentes e que entre eles não existia qualquer impedimento conhecido. Entretanto, uma declaração das testemunhas chama a atenção: “que o nubente tem urgencia de effectuar o seu casamento porque havendo deflorado a nubente deseja de sua livre e espontanea vontade reparar o mal feito o mais breve possível”. No bojo das construções desses discursos, é necessário notar a profissão de duas das três testemunhas: *advogado*. Conjectura-se que o nubente via-se diante de possíveis pressões e ameaças para se casar com a deflorada, isto é, provavelmente, a ele foi lembrado que o “mal cometido” facultava processo-crime. A força moral que a virgindade tinha nas leis republicanas chegava a ponto de juristas vislumbrarem que o defloramento deveria ser resolvido por uma das duas formas: *matrimônio* ou *instaurar processo-crime*. O sedutor-deflorador, como se verá a seguir, poderia ser pressionado pelo poder jurídico, por parentes ou vizinhos e, assim, esses “representantes”

da moralidade buscavam resolver o embaraço causado por meio do estabelecimento de vínculos matrimoniais. Porém, quando tal caminho não era possível, um processo-crime poderia ser instaurado.

Os valores do consórcio permitem perceber traços importantes do cotidiano, como as despesas para se celebrar as núpcias. Foram gastos alguns mil réis para colocar em ordem os documentos exigidos pela lei civil. O registro de nascimento do noivo custou \$600 réis; o da noiva, \$300; emolumentos, 6\$500 réis e as diligências do casamento, 10\$000 réis. Os gastos foram na ordem de 17\$400 réis, soma certamente não desprezível a um empregado público de 19 anos, que vivia, em 1917, na cidade de Belém. Nas tramas desses dois sujeitos sociais não há sinalização de legitimação religiosa. Ato que, se somado ao civil, tornaria o enlace matrimonial mais oneroso. Conforme os documentos, o custo total do enlace foi pago pelo nubente. A quantia de 17\$400 réis gastos não era desprezível quando se toma por parâmetro os gastos diários para se alimentar na cidade de Belém. A folha *A Província do Pará* de 30 de julho de 1922 publicizava a existência de estabelecimentos comerciais da capital paraense, como o “Bazar Americano”, que propagandeava ser possível uma família composta por oito pessoas passar diariamente com 4\$500 réis, isto é, com tal soma comprava-se: “1 Kg 1/2 de carne de viração, 1\$650 mil réis; café, \$200 réis; farinha Kg, \$250 réis; pão, \$400 réis; feijão Kg, \$400 réis; paraty p’r’o abre, \$200 réis; um coupon do bazar americano, 1\$000 mil réis; total 4\$100 mil réis; ainda ficam \$400 réis para extraordinários”. Entretanto, a questão que se impõe com a narrativa desse breve caso de defloração seguido de casamento é perceber como se tramavam discursos para e pelo Judiciário sobre as questões defloração e matrimônio. Ao Judiciário, o necessário era o mal ser reparado, pouco interessando se o deflorador e a deflorada fossem maiores ou menores de idade. A ordem jurídica incorporava em suas prédicas a necessidade de que o ato civil poderia ajudar a reparar o mal cometido. O direito procurava formar elos de aproximação entre defloração e necessidade urgente de consórcio, pois se tratava do desejo de resguardar a ordem familiar. Desvirginamento e casamento não eram desejáveis porque rompiam padrões de convivialidade e moralidade.

Em conformidade com isso, o Judiciário procurava definir fronteiras entre as personagens sociais que se envolviam em constituições familiares pouco recomendáveis. Em relação à família, somente de modo aparente as varas civil e criminal mostravam-se separadas, pois se uniam para defender o padrão aspirado: *a familiar moralmente constituída*. A justiça civil estava presente e procurava resolver os dramas amorosos urdidos; exemplar nesse sentido são os domínios sociais do senhor Djalma e dona Etelvina, ou seja, a instância civil em casos de defloração tendia a facilitar as núpcias – como dispensar os proclamas – para que se evitassem escândalos e prejuízos maiores. No entanto, caso

a civil não conseguisse resolver o problema por meio das núpcias, os ofendidos – pais, deflorada, amigos – poderiam recorrer a outra instância do Judiciário [a criminal] e impetrar processo-crime. Então, em relação à ordem familiar, os campos jurídicos possuíam interesses, porquanto desejavam guardar a moralidade. Desse modo, o que se tem aqui é uma minuciosa tentativa de realização do poder jurídico sobre a constituição familiar, havendo, portanto, uma lógica nas práticas judiciárias que partia da tentativa de resolução das tensões que envolviam a moralidade da família constituída.

Em 1946, 29 anos depois das prováveis pressões para Djalma casar com Etelvina, o direito paraense foi novamente chamado a intervir na vida desses sujeitos sociais, visto que se instaurava processo de desquite, tendo por impetrante a esposa. Dessa união houve nove filhos: “João, Eunice, Yolanda, Joaquim, Dilma, Djalma, Dilce, Delcio e Enid Bandeira Dias”. Da data do matrimônio, 1917, ao início do processo de desquite, 1946, a família havia crescido, nota-se. Os cônjuges conviveram sob o mesmo teto por quinze anos, até 1932. No processo de desquite, o esposo, acusado de ter partido em abril de 1932 “para o sul em busca de emprego, deixando grávida a esposa da última de suas filhas Enid Bandeira Dias”. Assim, sobre o requerido pesava o artigo 317, inciso IV do Código Civil: abandono voluntário do lar conjugal, durante dois anos contínuos. Ao construir as narrativas das razões do processo de desquite ao Judiciário, a impetrante apresentava [paralelamente] partes de seu cotidiano após o abandono conjugal, ou seja, discorria juntamente com seu advogado, Gabriel Hermes Filho, que quatorze anos havia de abandono, que todos os filhos tinham recebido instrução e educação do avô da impetrante, que, à época do abandono, o filho mais velho do casal tinha dez anos e que o mesmo “falleceu com 24 anos de idade, era pratico dos Serviços da Navegação da Amazonia”, que “suas filhas Eunice, Yolanda e Dilma, estão casadas” e que “para o abandono do lar, não concorreu a suplicante, que ficou como expôz em estado interessante e 8 filhos menores”.

Ao tempo em que Etelvina decidiu separar-se, a lei que vigorava datava de 1916, a do Código Civil. As possibilidades de rupturas dos vínculos conjugais, segundo o artigo 317, concentravam-se em: “adulterio, tentativa de morte, sevícia ou injúria grave, abandono voluntário do lar conjugal durante dois annos continuos e mutuo consentimento dos conjuges, se forem casados por mais de dois annos”. Nota-se que as fundamentações para se obter a dissolução da sociedade conjugal eram bastante restritivas e o casado que desejasse ver-se juridicamente “livre” do cônjuge teria que construir narrativas em torno de uma dessas possibilidades, ou seja, o consorte descontente com as práticas matrimoniais teria que apresentar justificativas coerentes diante do Judiciário. O artigo em que Etelvina se apoiou para acusar juridicamente o esposo era o que oferecia mais possibilidade às mulheres de ganhar a causa: *abandono voluntário do lar*. É importante sinalizar que a

acusação fazia-se de forma estratégica, visto que ao marido cabia a obrigação jurídica de manutenção da família.

O direito brasileiro procurava edificar exercícios de poder sobre os campos matrimoniais, uma vez que possuía posturas restritivas quando se referia a dar termo aos domínios conjugais. Para os homens e as mulheres, os estratagemas urdidos para lograr a separação de corpos estabeleciam-se diferentemente. A possibilidade de os maridos conseguirem o desquite acusando juridicamente a mulher de adultério era significativa. Por seu turno, as esposas contavam com maior chance quando argumentavam abandono do lar, como fez a personagem em análise. Esses argumentos faziam parte dos discursos de poder diante do Judiciário, pois se o adultério poderia introduzir na família filhos espúrios, sendo situação nefasta à sociedade, à moralidade e aos bons costumes, o abandono do lar masculino representava irresponsabilidade masculina na manutenção familiar. Assim sendo, os representantes do direito construíram argumentos tomando como base concepções de moralidade solicitadas pelo Judiciário e pela sociedade.

Nesses jogos de política, o Estado encontrava-se presente. As leis republicanas normatizadoras buscaram emoldurar relações sociais entre os sexos. A jurisprudência foi reformulada, contudo, a supremacia do poder masculino no consórcio, na família e sobre os filhos, embora reequacionada, foi mantida. Tomando como base o Código Civil de 1916, o homem permanecia como o responsável pelo provimento da família e continuava exercendo o pátrio poder. Juridicamente, a mulher continuava atrelada à figura masculina, visto que o Código Civil, assim como a lei do casamento civil de 1890, não modificou de forma substancial as relações entre os sexos. As leis não representavam mudanças, mas sim as transformações encontravam-se em curso no interior das relações sociais cotidianas, pois o tempo, indubitavelmente, era de reordenação.

A rigor, nesses campos, a ordem jurídica vislumbrava que não poderia existir deslocamento de moralidade, porquanto encontravam-se em jogo as bases das relações familiares. Em conformidade com isso, os advogados urdiam narrativas tomando como parâmetro desejos, aspirações e interesses do poder jurídico, buscando expor nos processos que defendiam o que consideravam nocivo à família, à sociedade, à moralidade. Em outros termos, para os atos de defender e acusar os códigos de poder são diferentes para os sujeitos sociais e não havia no Judiciário – em casos de separação conjugal – critério único de julgamento. Ao se considerar essa possibilidade, é imperativo argumentar que o sujeito social era julgado por meio da imagem que dele se fazia, isto é, através de códigos de aceitabilidade social.

Esses argumentos foram usados por Etelvina e seu advogado, Gabriel Hermes Filho. Assim, os discursos devem ser apreendidos como sistemas sociais e redes de relações de

poder que tinham por finalidade a conquista daquele que julgava. Dessa maneira, as alocações procuravam apreender domínios valorativos e depreciativos, conforme os interesses que o momento exigia. As estratégias de convencimento usadas por Etelvina e Gabriel Hermes Filho foram bastante aceitas, porquanto se traçavam imagens da autora como personagem que não havia corroborado ao abandono do lar do esposo, que não se lançou à vida mundana, que todos os filhos foram educados convenientemente e que as filhas – Eunice, Yolanda e Dilma – haviam seguido o desejado pela sociedade: *o matrimônio*. Nota-se que se construíam narrativas sempre voltadas aos jogos de poder que interessavam às dimensões jurídicas, ou seja, teria havido educação esmerada, sendo que as filhas chegaram, sem inconvenientes, ao destino querido como natural. Tomando como base os dramas das personagens em análise, pode-se afirmar que as representações procuravam vincular, antes de tudo, um conjunto de crenças, de ideais que se buscava legitimar como lógicas. Porém, para se fazer uma leitura acerca dos campos do direito em relação ao casamento, é necessário empreender uma atenta articulação, isto é, quando se lançavam sobre o instituto ameaças e que se percebia a união como falida, e que a saída indicava a separação, o momento sugeria sinalizar ao Judiciário os erros do consorte acusado ou, melhor dito, situar muito claramente os pontos a serem atacados pelas relações de força que se construíam no seio de uma separação conjugal.

Quando o Judiciário interveio, em 1917, a tendência era de apressar a união dos nubentes, pois a noiva encontrava-se deflorada, sendo imperativo, naquele momento, que se “resolvesse” com a máxima urgência tal embaraço, porque se tratava de jogos de poder que envolvia relações familiares. Em 1946, 29 anos depois do apressado enlace matrimonial, representantes do direito paraense foram solicitados a julgar a separação de corpos e bens daqueles consortes. Então, o poder jurídico fez-se presente na vida de Djalma e Etelvina em dois momentos bem distintos, sendo necessário apreender que a ordem jurídica apresentava-se com o objetivo de normatizar o domínio das relações familiares. Enfatize-se que o momento histórico apresentava-se diferente, porém, percorriam-se instâncias comuns como a da família e a do casamento.

Nota-se que dona Etelvina construiu seu discurso perante o poder jurídico formulando sua versão do que teria ocorrido durante 29 anos de consórcio. Diante do Judiciário, a impetrante deveria apresentar argumentos bem organizados, que fossem favoráveis a si [boa esposa e mãe] e contrários ao esposo, como o que fazia pesar: “abandono voluntário do lar conjugal, durante dois annos continuos”. Para o direito, abandonar a esposa, repita-se, representava pouco desvelo à unidade familiar, aliás, essa denúncia forjava-se nevrálgica sobre os homens, visto que a eles cabia a responsabilidade de manutenção das personagens que compunham a unidade familiar. Se o poder jurídico delegava essa res-

ponsabilidade aos homens, o senhor Djalma não se encontrava em posição confortável, já que suas ações evidenciavam o contrário, pois não corroboravam para a formação da desejada sociedade moralmente correta. Enfatize-se que, nas primeiras décadas do século XX, a economia da família era peso moral que recaía sobre os maridos, constituindo-se, assim, em campo obrigatório do homem, tanto nos domínios sociais quanto no domínio jurídico. Ao Judiciário das décadas iniciais do século XX, não prover o lar revelava-se falta grave. Dessa maneira, as imagens acusatórias que recaíam sobre o senhor Djalma foram julgadas portadoras de força, procedência, sendo que em 25 de agosto de 1946 o representante do direito paraense, Ignacio de Souza Moitta, recomendou o desquite entre os cônjuges, dando, então, sentença favorável à separação de corpos e bens.

O jurista utilizou em seu veredicto os termos seguintes: “julgo procedente a ação com fundamento no inciso IV do art. 317 do Cód. Civil para decretar o desquite do casal, autorizando a separação definitiva dos conjugues Etelvina Lopes Bandeira Dias e Djalma d’Albuquerque Dias e pondo termo ao regime matrimonial dos bens, ordenar que os filhos menores do casal fiquem em poder e companhia da autôra como conjugue inocente”. Vinte e nove anos passaram-se de um “convívio” repleto de sobressaltos, ressaltando-se que, desse tempo; pelo menos quatorze anos, constituiu-se em ausência do esposo, o que representa cerca da metade da constância do casamento. Nesse caso, vale acrescentar que o direito das primeiras décadas do século XX não rompia vínculos matrimoniais, pois que havia o princípio da indissolubilidade. A rigor, o desquite de Djalma e Etelvina fomentava tão-somente ruptura dos vínculos conjugais [separação de corpos] e a divisão de bens, assim sendo, tanto Djalma quanto Etelvina estavam impossibilitados, pelo menos legalmente, de constituir segundas núpcias, visto que a comunhão das duas almas não poderia ser separada. No entanto, essa dimensão não significava que os sujeitos sociais não contratassem outras relações familiares, compreendidas como “espúrias” e “ilegais”.

O direito formava veredictos conforme os interesses e as conveniências do momento histórico. Exemplar nesse sentido é perceber as articulações contidas no bojo do processo de desquite em exame, pois nota-se que era permeado de construções de verdades, de discursos, os quais, quando bem fundamentados, eram tomados pela ordem jurídica como verdadeiros e coerentes. No processo de desquite, dona Etelvina e Gabriel Hermes Filho, seu advogado, apoiaram-se nessas recomendações. Quando a autora percebeu que a crise conjugal já emitia alguns sinais, buscou construir juridicamente imagens adversas do marido; enquanto as suas eram atrativas, abonadoras, de mulher honesta, porquanto afirmava em juízo, por exemplo, que para o abandono do lar não havia concorrido, mas sim que ficou “em estado interessante e 8 filhos menores”. Dessa maneira, as defesas e acusações jurídicas retinham-se, antes de tudo, nas ditas margens da ordem, da moral e

da honra, isto é, apresentava-se em dever de quem acusava convencer o Judiciário de que as ações do impetrado estavam constantemente a ameaçar e a corroer a norma da moral e dos bons costumes. Assim, para julgar, o direito via-se diante de construções de imagem, de teias sociais complexas que envolviam controle da moral familiar, a qual se articulava em campos de luta de diferentes dimensões, como o bem-estar da prole.

Todavia, os sentidos de conflitos que o direito intermedia e ao mesmo tempo dá a ler são múltiplos, uma vez que o campo de atuação do Judiciário em relação ao matrimônio, ao desquite, da família e da “apressada” relação sexual está a todo o momento sendo narrado na cidade de Belém. O periódico *A Província do Pará*, de 25 de outubro de 1922, publicou a seguinte notícia: “foi iniciado ontem, no Tribunal Correccional, o summario da culpa do processo crime de estupro e attentado ao pudor, em que é réu João Castro da Gama, vulgo ‘João bandalheira’, sendo qualificado o réu e ouvida a offendida Jorgita Pereira de Almeida”. Entenda-se do exposto que o jornal considerava justa a intervenção jurídica, visto que se corrompia o sonho de perfeição familiar, assim era conveniente ao aparelho judicial transformar tramas de amor em processos-crime ou em autos de casamento. No bojo do Judiciário, então, desenrolavam-se intervenções de alcance variado no domínio da vida privada das personagens sociais, visto que o jurídico procurava civilizar essas ações por meio das núpcias, uma vez que era imperativo manter a ordem moral da sociedade.

Não obstante, nas primeiras décadas do século XX, o casamento, a relação sexual, os filhos, a família, formavam-se na disciplina cronológica desejada pela sociedade e também pelo Judiciário. Porém, naturalmente, o ideário de um sonho, que, se não predominante, era impetuoso. Casamento, em seguida relação sexual formava imagem almejada, mas, como se vem argumentando sobejamente, nem sempre seguida nessa distribuição pelos sujeitos sociais que constituíam diversas faces das tramas conjugais da cidade. Muitas relações sexuais davam-se sem, necessariamente, resultar em matrimônio, das quais surgiam famílias duradouras e outras, nem tanto. Em outros casos, porém, o matrimônio acrescido por força de pressões policiais e familiares, realizava-se. Quebrava-se, portanto, em quaisquer das dimensões o afã de ordem moral. A rigor, quem oferecia significados, úteis ou não para si sempre foram as personagens sociais que se envolviam em raptos, defloramentos, uniões na chefatura de polícia e aqueles que se entendiam sem a necessidade da presença policial. Todavia, há de se considerar que por várias vezes, quando o desvirginamento apresentava-se sem possibilidade de acordo entre as partes, era comum o caso ser transformado em processo-crime, como aconteceu com o “réu João Castro da Gama, vulgo ‘João Bandalheira’, apresentado pelo periódico como o deflorador de Jorgita Pereira de Almeida. O episódio amoroso que envolveu “João Bandalheira” e Jorgita

não caminhava conforme o que se entendia como boa ordem moral e familiar, aliás, as ações romperam com o que se vislumbrava como concretização da moralidade.

Nota-se, em relação à cidade de Belém, que o desvirginamento provocava intrusões na vida privada das personagens sociais, isto é, parentes, vizinhos e amigos recorriam com frequência à polícia no afã de tentar minimizar o mal cometido. Entretanto, procurar consertá-lo por intermédio dos representantes da justiça não era discurso predominante na cidade de Belém das décadas iniciais do século XX. A folha *A Palavra*, em 23 de março de 1919, situava críticas às posturas daqueles que se compraziam com alianças na chefatura de polícia:

[...] vergonhoso o que se passa em certas cidades. Alguns moços e moças em vez de casarem com o decoro que deve acompanhar um acto tão importante da vida, casam-se por imposição das autoridades policiaes.

Ora digam-me se taes moços e moças tem vergonha na cara!

Se a tivessem procederiam de um modo tão indigno?!!

O sentido reservado a esse texto, as articulações utilizadas pelo periódico são prenhes de significados. Claro está que não há oposições ao instituto do casamento em si, mas sim como e onde as núpcias se realizavam: *diante das autoridades policiaes*. O jornal católico, *A Palavra*, vislumbrava que o ato de casar deveria ser acompanhado do decoro que o momento exigia, assim sendo o ato consumado diante dos representantes da lei apreendia-se como ruptura de valores que deveria fazer-se presente em atos desejado solene. Repita-se, que a oposição católica não era ao matrimônio, e sim à combinação que resultava em sua realização: *defloramento, chefatura de policia e união*. Desse modo, desvirginamento representava um dos campos da inversão de valores, visto que a ordem desejada não se centrava em relação sexual e no casamento, mas no oposto: *casamento e domínio sexual*. Sobre como alguns consórcios se organizavam, o referido periódico ocupou-se por diversas vezes. Em 17 de agosto de 1919, o jornal publicou matéria com o título: “Por que ha casamentos impostos pela policia?”. Em seu comentário, procurava responsabilizar dois ângulos sociais por tal “imoralidade”: *os pais e os filhos*. O peso que recaía sobre os primeiros era no sentido de desejar casar suas filhas a qualquer custo, assim não atentando à “responsabilidade que sobre elles pesa”. Mas, também, os filhos portavam responsabilidades, porquanto não procediam com recato, arrojando-se “ao meio do mundo como loucos furiosos”, quando os pais procuravam detê-los era “tanta a loucura dos filhos que por mais esforços que os paes empreguem, querem andar no caminho errado”.

O periódico vislumbrava que o ato exigia liberdade aos nubentes e, ao mesmo tempo, um ato solene, o qual não deveria ser consumado por meio de pressões dos pais ou policiaes. Então, conforme as conjecturas, a folha não apreendia com bons olhos as possíveis

pressões dos parentes e da justiça para que Djalma consumasse núpcias com Etelvina em 1917. Porém, é importante afirmar que a esses sobressaltos, até o presente estágio da pesquisa, não se localizou posturas do jornal quando o assunto versava sobre “resolver” os inúmeros casos de defloração que ocorriam na cidade de Belém das décadas iniciais do século XX. Nesse sentido, o importante a ser acentuado é que se a Igreja [ao menos aparentemente] não tinha proposta a lançar nesses casos; por seu turno, o Judiciário apresentava a sua aos que insistiam, como se dizia à época, “mexer com a filha alheia”: *casar diante das autoridades* ou *iniciar processo-crime*.

Mas a premissa jurídica ou de qualquer instância do social em se concretizar única forma de moralidade conjugal, era fantasia. Os sujeitos sociais tramavam, traçavam e conheciam variados ângulos de encontro a dois. Encontros que, provavelmente, foram interpretados como coerentes e necessários à urdidura de suas vidas; assim, repita-se, seduções, defloramentos e raptos de namoradas que terminavam em acordos matrimoniais na chefatura de polícia eram constantes para que o “mal” não terminassem em processo-crime como o que respondia em 25 de outubro de 1922, o senhor “João Bandalheira”. Desse modo, reparar o mal por meio da aliança apresentava-se como estratégia para que o ocorrido não se estendesse pelo campo criminal do direito. Foi o que certamente pensou João Martins do Nascimento, vulgo “Marapuanea”, que “cahiu na graça da menor Nevia Costa, de 17 annos de idade”. Segundo a narrativa publicada pelo periódico *A Província do Pará*, intitulada “Raptou a namorada”, o sedutor vivia na mesma casa da amada, em lugar chamado “Alto do Bóde”, localizado na avenida São Jerônimo, e conseguiu iludir a amada “com promessas de melhores dias na vida futura e afinal logrando a confiança da velha mãe de sua victima”. O senhor “Marapuanea”, descrito como homem cheio de qualidades: bom sedutor e disposto a tudo para pôr “em pratica os seus planos indignos” contra a vítima. Para consumir suas pretensões amorosas, consegue a confiança da mãe, mas, “no dia 28 do mez passado, elle sahiu em passeio com Nevea, não mais voltando ao lar onde ella era querida, raptando-a, conduzindo-a a logar ignorado”. A mãe da menor, Olympia Costa, apresentou queixa à polícia, segundo *A Província do Pará*, em 6 de julho de 1924. Dois dias se passaram da queixa para que o mesmo periódico publicasse matéria intitulada: “Vae casar”. Esta dava notícia que haviam encontrado o sedutor e a seduzida, e que “no posto de S. Braz o raptor escovado declarou que offendera a sua amada, desvirginando-a, querendo, todavia, reparar o mal consorciando-se com a offendida”, dizia *A Província do Pará*, em 8 de julho de 1924.

A família iniciava como não se desejava. Todavia, era razoável a aliança se organizar desse modo, do que a ofendida ficar sem celebração. Mesmo por meio de pressões das autoridades, o casamento tinha o poder [como se dizia à época] de reparar o mal come-

tido. Preferi-lo nessas condições a enfrentar processo-crime constituía-se em estratégia para se livrar da posição de réu no Judiciário, porém, não se pode esquecer que raptos constituíram estratégias para apressar casamento, porquanto houve circunstâncias de os parentes serem contrários ao enlace. Esse campo de decisão representa ações próprias das personagens, mas, ao mesmo tempo, revela o quanto se corria perigo, visto que a deflorada era apresentada à sociedade com termos no diminutivo como pobrezinha ou por meio de comentários como “foi deflorada porque se mostrava inclinada a corresponder ao namoro”. As mulheres eram apreendidas como vítimas, no entanto, ao mesmo tempo, como portadoras de grande parte da responsabilidade pela consumação do ato sexual fora do tempo desejado. O exercício de jogo de poder existia, sendo, nesse sentido, a ordem jurídica [por meio da edificação de discursos das testemunhas e advogados] a responsável na formulação de culpados e inocentes, tanto nos processos de desquite quanto nas queixas de defloramentos. A justiça produz, em seu cotidiano, o crime, assim como o criminoso. Dessa maneira, as interpretações que se faz convergem a essa tese, visto que o exercício de poder realizado no Judiciário da cidade de Belém do início do século XX interpreta-se como constante construção de imagens de verdades diante dos processos de desquite e das queixas de defloramento dadas à chefatura de polícia.

Lançar-se a uma “aventura” dessas proporções requeria propósito e finalidade intensa, aliás, representava correr grande risco numa sociedade onde se exigia a ordem moral. Com efeito, obrigar a união legal por qualquer circunstância [para forçar um enlace ou ter cedido em virtude de promessas matrimoniais] apresentava perigos acentuados, pois foi estratégia comum dos acusados negar diante do Judiciário possíveis promessas matrimoniais e mesmo fugir após marcado o casamento na chefatura de polícia. Exemplar nesse sentido pode-se considerar o caso intitulado “Um “d. Juan” que foge e com elle sua promessa”, publicado na folha *A Província do Pará* em 25 de outubro 1924. A narrativa envolveu o chauffeur, José Fernandes de Lima, “que a bem pouco tempo trabalhava no auto do dr. Oswaldo Barboza”; esse sujeito social, segundo o jornal, “atentou contra o pudor da menor Maria do Rosario de Oliveira, residente á travessa Humaythá, s/n”.

O fato chegou ao conhecimento das autoridades policiais do Posto do Marco, que conseguiram prender o ofensor, que confessou o crime. Os homens da lei intermediaram entendimentos entre deflorador e parte ultrajada, isto é, “o escrivão Malcher ficou encarregado de tratar dos papeis para o consorcio, os quaes, uma vez terminados, foram enviados ao escrivão da 5ª Vara, para os devidos effeitos”. No entanto, o referido d. Juan Chauffeur tinha outros planos para sua vida sentimental, os quais não passavam pelo consórcio. Não obstante, os planejamentos que se enveredavam pelo campo matrimonial foram interrompidos, visto ter o noivo fugido “desta capital, deixando à sua victima

jogada ao lódo da deshonra (...) Ha tres dias atraz, quando já estava marcado o dia de se apresentar no Palacete azul para o acto solenne, o José Fernandes desapareceu desta capital, abandonando emprego e tudo mais, havendo provaveis suspeitas de que fugiu a bordo do “Bahia”. Nota-se que os representantes da lei deliberaram pela aliança, porque se apresentava necessário “reparar a falta commetida”, mas a dimensão que se vislumbra nesse caso é que o direito não se fazia presente nas tramas cotidianas de forma imoderada, isto é, os sujeitos sociais tinham poder de sair e entrar em dramas amorosos driblando as malhas do Judiciário.

Faz-se necessário acentuar que os sujeitos sociais em análise, quando conveniente, colocavam-se em rota de colisão com o Judiciário. Em outros termos, a ordem jurídica não se mostrava suficientemente forte para circunscrever todos os ambientes do cotidiano, assim sendo, os campos do dia-a-dia mantinham relações de força e poder com as instâncias que desejavam normatizá-los. A história de partes desses dramas sociais mostra mais profundamente como os campos do cotidiano têm suas forças e desejos, e que não se limitavam ao poder jurídico. Com efeito, quando a união se mostrava conveniente, celebrava-se; porém, ao perceber a crise conjugal como irremediável, desquitava-se; mas também houve casos em que, às vésperas do matrimônio, fugia-se. Nesse campo conflituoso, é válido acentuar que se o Judiciário procurava normatizar o cotidiano, este possuía estratégias de confrontação e defesa. Como se vem argumentando sobejamente, se a justiça paraense “resolvia” casos de defloramento, autos de casamento e desquite julgando conforme a preocupação com a moral e os bons costumes, por outro lado, a força dos sujeitos sociais no cotidiano não é desprezível, porquanto variadas vezes secundarizaram a provável importância de se manterem casados ou de repararem o mal cometido flexibilizando, então, o que a ordem jurídica vislumbra como moralmente correto.

A ordem jurídica, em suas práticas sociais, engendra domínios de poder e saber, mas estes não são apenas articulações que surgem em si, isto é, os conceitos jurídicos, juntamente com suas técnicas, são forjados no transcorrer do ato de julgar, assim sendo, o poder jurídico não disponibiliza padrão único de julgamento. Para Belém, esse campo é bastante perceptível nos dramas em análise, porque as narrativas dos sujeitos sociais ajudavam a construir os veredictos, pois o ato de julgar deve ser apreendido como forças estratégicas que possuíam ação e reação, uma vez que se constituía em luta intensa entre acusador e acusado. O ato de julgar, defender e acusar é um constante conjunto de discursos táticos, em que se caracterizam e se forjam os veredictos, as práticas jurídicas.

Em suma, o objetivo central e não tangencial que se desejou argumentar é que o exercício de julgar era uma construção social e que, para transformar um sujeito em penalizável diante do Judiciário, buscava-se atacar as mais tênues “infrações” que a conduta

moralizante exigia das personagens sociais. A dimensão de que o ato de julgar e os penalizáveis eram construídos é aspecto que deve ser entendido como essencial nos domínios do poder jurídico das primeiras décadas do século XX; isto é, por terem clientes a defender, os advogados construíram narrativas no seio do que se vislumbrava como civilizador e moralizante. Nesse sentido, é necessário considerar que os campos são complexos e múltiplos, uma vez que se tratava da formulação de diversas versões acerca das qualidades ou não das personagens sociais; assim sendo, os adjetivos e predicados valorativos foram essenciais à produção de veredictos que indicassem a condenação ou a absolvição dos acusados nos processos de desquite e nos casos de defloramento. Nos domínios da construção dos discursos e dos julgamentos, cruzavam-se valores, experiências, vivências que, ao serem narradas e esmiuçadas, formavam paulatinamente padrões do que se desejava como moral e honesto para os comportamentos sociais.

Julgar, defender e acusar são formulações táticas do direito!

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Texto parcial que delinea algumas questões que serão tratadas em minha tese de doutorado, em andamento, por ora intitulada *Para além do princípio da tradição: casamento, família, cotidiano e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916 / 1940)*, que está sendo desenvolvida no Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, sob a orientação da professora doutora Estefânia Knotz Canguçu Fraga. Para este texto agradeço as contribuições de Érika Amorim da Silva.

** Mestre e doutorando em História Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP e bolsista CNPQ.

CONTRAVENTORES POBRES E ESTADO: CRIMES E JULGAMENTOS NO PERÍODO DO ESTADO NOVO (1938-45)

Luciana Aparecida Petrinia*

A pesquisa de mestrado relativa a esse tema teve como objetivo analisar processos jurídicos que tratam de homicídios no período de 1938-1945, época em que se instituiu um novo Código Penal Brasileiro, que perdura até os dias de hoje. Abordamos os trâmites dos julgamentos conforme aparecem nesses autos, visando objetivar as relações entre infratores pobres e o poder Judiciário nessa fase de transição e na qual vigorava o Estado Novo. O trabalho se propõe o entendimento da aplicabilidade das reformulações ao Código Penal, bem como das relações que se estabeleceram a partir daí entre trabalhadores pobres e o Estado.

Constam desses autos julgamentos de crimes de morte acompanhados de práticas violentas e que foram incurso no Artigo 121 do Código Penal, Parte Especial, Título I, Dos crimes contra a pessoa, que estipulava penas para homicídio simples, qualificado ou culposo. A implantação do Novo Código Penal no Brasil, em 1940, teve como objetivo “modernizar” o sistema Judiciário, adequando seus julgamentos à lógica das tendências mais conceituadas internacionalmente, ou seja, a Escola Positiva e a Clássica em um momento no qual a ditadura vigente definia com clareza as diretrizes de subordinação e apaziguamento do trabalhador, denominadas oficialmente “valorização do nacional”.

Os sujeitos sociais tratados na pesquisa são os contraventores geralmente moradores dos bairros do Ipiranga, Mooca, Lapa, Pinheiros, Barra Funda, Cambucy, Liberdade, Itaim Bibi, entre outros onde, realmente, concentrava-se o maior número de operários dos diversos setores industriais em São Paulo.

Desde 1932, discutiam-se os rumos do direito no meio forense, no sentido de alterar a lógica dos julgamentos, adequando-os ao que era considerada a tendência moderna, ou seja, alterar o critério de julgamento e aplicação das leis conforme os preceitos da Nova Escola Positiva.

Desde antes do advento da República no Brasil, o Código de Processo Penal era objeto de vários projetos que tramitavam sem êxito na Câmara dos Deputados, como o apresen-

tado pelo deputado Vieira Araújo em 1832 que ainda remonta às Ordenações Filipinas do século XVII.

O Novo Código Penal da década de 1940 expressa a nova ordem política e incorpora as questões do trabalho conforme os preceitos vigentes no período varguista, ou seja, expressa a preocupação de considerar, no julgamento, o fato de a pessoa ser ou não reconhecida como um trabalhador, dando assim maior ênfase à pessoa e não ao ato praticado. Nesse sentido, são consideradas essenciais as declarações que atestam ser ele um trabalhador e os atestados de boa conduta e bom caráter passam a constar dos autos a partir de 1938, quando se percebe que o Novo Código já estava começando a ser aplicado..

Para esclarecer esses preceitos, situamos em nossa pesquisa as reformulações ao Código Penal a partir da exposição de motivos que o acompanha, pois nesta já fica clara a inquietação desse governo em relação aos Códigos anteriores e a necessidade de incorporar os preceitos “trabalhistas”. As críticas ao antigo código feitas por seu relator, o Sr. Francisco Campos, caracterizam-no como obsoleto e retardado em relação à ciência penal de seu tempo, comparando-o com os vigentes em países como Itália, Uruguai e Suíça, que contavam com Códigos considerados modernos. Em termos de influência, assim como nas leis trabalhistas, nosso código novo praticamente copia o Código Penal italiano, sob a justificativa da modernização e da valorização ao nacionalismo.

A valorização do trabalhador que atende às exigências do Novo Código incorpora aos processos inúmeros documentos e informações sobre a vida pessoal das pessoas, tanto acusação quanto como defesa. Tais informações falam sobre a vida cotidiana daqueles trabalhadores, formais ou não, com carteira ou não, soldados, donos de padarias, prostitutas, operários de vários tipos de fábricas, todos unidos por um mesmo motivo: serem acusados de terem cometido atos criminosos contra outras pessoas.

A maior parte não tinha recursos para contratar advogados próprios e por isso recebiam o benefício do atendimento jurídico gratuito e, se conseguissem comprovar que colaboravam com o Estado na qualidade de trabalhadores, esses fatores serviam de alegação para as defesas que procuravam inocentá-los dos crimes, mesmo que tal valorização significasse, nesses casos, a impunidade (ou quase) do criminoso.

No entanto, se não exerciam determinadas funções que eram consideradas “de bem” ou “apropriadas” para a manutenção ou reprodução da ordem vigente, percebe-se que o advogado do Estado não possui matéria em que se apoiar para construir a defesa e, em geral, as penas são sempre maiores, resultando assim que o mesmo crime acaba resulta em penas distintas. Na medida em que adentramos essas individualidades, foi possível observar também que, dependendo do tipo de trabalho que exerciam, (não havia contestações em relação à veracidade dos documentos apresentados), as argumentações e o

resultado do julgamento tendiam a variar. O que nos levou a perceber que o julgamento, no período do Estado Novo, é ajuizado não mais pelo crime em si, mas, particularmente, pela condição social do contraventor. As fontes primárias permitiram assim identificar os trabalhadores fora das lutas sindicais, envolvidos com um cotidiano que revela valores, atitudes e comportamentos muito distantes dos idealizados nos discursos de suas organizações e de suas lutas organizadas.

A necessidade de comprovar atividade que atestasse a idoneidade do contraventor passa a ser, assim, um quesito que enriquece tais processos, pois trazem informações sobre a vida pessoal desses indivíduos. São declarações e atestados para provar os antecedentes que integram os autos como atenuantes para o indiciado, compondo uma documentação bastante consistente para análise de seus modos de vida.

Os processos crimes ressaltam também os caminhos seguidos pelos juristas e advogados de defesa e de acusação, que gastam a maior parte de suas falas apontando o significado das novas leis, como se estivessem esclarecendo para si próprios quais deveriam ser os critérios da Justiça ante os novos parâmetros do Código Penal. Discutem entre si os novos rumos da lei, evidenciando as tendências e influências desse Código Penal, sua maleabilidade e seu caráter conciliatório e os argumentos dos juízes ao proferirem as sentenças indicam alternâncias e mesmo contradições no entendimento.

Na leitura das fontes, ressaltamos a incidência de determinadas evidências quanto às decisões judiciais e procuramos verificar se havia ou não ligação com a política do governo, isto é, de que forma tais julgamentos sofrem a influência da política oficial sobre a classe trabalhadora pelo Estado Novo.

Resgatando-se a lógica que emana desses julgamentos, percebe-se que nem sempre vigorava o cumprimento da lei. Sua análise mostra que, nos processos, os atores jurídicos – advogados, promotores e juízes – incorrem na quebra de várias normas, sendo isso, muitas vezes, o que determina o desfecho do julgamento. Assim, pode-se considerar que o ato criminoso em si não se coloca como prioridade nesses autos, mas que o que os move é a diretriz governamental de ordenar a classe trabalhadora aos moldes dos projetos do Estado naquele momento.

Para esse entendimento, foi preciso percorrer os caminhos trilhados pelos juristas, desde os anos de 1938, quando ainda discutem o Novo Projeto que culminará no Código de 1940, que consideram mais condizente com a nova sociedade em construção, formada, conforme enfatizam, por cidadãos brasileiros voltados para o desenvolvimento industrial no país, que traria a modernidade e o avanço no capitalismo.

Trabalhamos com os processos encontrados no Fórum Ministro Mário Guimarães, situado no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo e catalogados nos Livros do

Cartório do Júri e no Livro de Registro (de homicídio e suicídio). Foi possível detectar três grupos de trabalhadores indiciados por homicídio ou tentativa de homicídio, classificados conforme a incidência com que aparecem ao longo do período estudado. O primeiro grupo (o maior deles) congrega operários, enquanto que o segundo contém lavradores, domésticas, pintores, jornaleiros, garçons, entre outros, que aparecem com mais frequência nos anos de 1939 a 1945. O vendedor ambulante vai aparecer como “registro de profissão” ou “modo de vida” só a partir de 1941, com uma frequência considerável em relação às outras indicações de atividades. O terceiro é constituído por contraventores que tinham como profissão serem militares e/ou integrarem a guarda civil. Os homicídios praticados por investigadores e inspetores surgem, nesses registros, entre os anos 1938 e 1945, mas com frequência bem menor em relação aos militares e outros trabalhadores.

Conforme dissemos, verificamos que a prática criminosa em si passa a ser julgada por meio de um discurso apropriado. Para a defesa, o trabalho é a garantia de que o homem é honesto e, portanto, de boa índole, principalmente se trabalha para os órgãos policiais. A pobreza justifica a necessidade de reafirmar esse discurso junto ao Estado, a que se soma a alegação de que a ação criminosa foi fruto de tensões emocionais que envolveram os personagens e justificam a supressão de uma vida. Em geral, particularmente quando se trata de crime passional, em que a vítima era uma mulher, consegue-se redução da penalidade e mesmo absolvição. Se a mulher era uma prostituta ou fosse classificada como amante, essa impunidade era maior ainda.

A necessidade de enfatizar a análise do homem em julgamento a partir de seu ambiente social, conforme indicado no Código Penal de 1940, pautado nos moldes da escola positivista, transforma a condição da excludência: enquanto a pobreza serve como atenuante, o não enquadramento nos moldes valorizados pelo Estado Novo e consolidados nas leis trabalhistas é considerado fator de agravamento e imputação de maior culpabilidade. O criminoso não será mais visto como o praticante de um crime, mas o sujeito social que agiu sob determinadas circunstâncias e, dependendo da valoração que se dava a essas circunstâncias, era indicada sua pena.

O que essas pessoas tinham em comum, fossem funcionários públicos, operários, prestadores de serviços ou policiais, era sua condição de vida, que beirava a extrema pobreza, evidenciada pelo tipo de moradia ou pela condição de encortimento, ou pelo fato de sequer terem pertences de uso diário que permitissem uma vida com um pouco de dignidade.

No entanto, eram trabalhadores formalmente registrados e, conforme indicava a propaganda do governo, vigorava o salário mínimo, que, como já demonstrou a historiografia, de fato, rebaixou os proventos salariais do trabalhador ao congelar-se um mínimo des-

provido de benefícios ou bônus e que não é reajustado segundo os índices inflacionários da época. Percebemos ainda que esse tipo de violência é vista quase sempre como obra de pessoas pobres.

O tema da criminalidade aparece, assim, sob diferentes perspectivas, que colocam em discussão o poder, os valores e as representações que vigoram na sociedade.

Para nossa temática, resgatar as práticas sociais desses indivíduos através desses processos e também o universo dos valores que referenciam seus julgamentos, expressos pelos agentes envolvidos, abre caminho para uma melhor compreensão do que gerava o crime singular (prática individual) e possibilita recuperar a expressão da classe trabalhadora fora do mundo do trabalho, fosse este formal ou informal, assim como para evidenciarmos os julgamentos desses sujeitos nos idos dos anos 38 a 45. Os crimes aos quais se atêm os estudos estão ligados a causas de traição, discussões nas ruas e nos bares, discussões familiares, desentendimento no ambiente de trabalho e vingança.

Relacionamos a posição relativa das profissões ou atividades de trabalho exercidas por esses contraventores e infratores no mercado de trabalho, pois é a condição de trabalhador que vai garantir direito a benefícios em relação à aplicabilidade das Leis Penais e, portanto, das penas. Isso permite analisar e trazer as falas dos integrantes dos autos e os julgamentos que expressam, assim como as penalidades que atribuem a esses criminosos.

Ao situarmos os crimes cometidos por trabalhadores pobres no período de 1938 a 1943, evidenciamos aspectos das relações sociais quotidianas que constituíam o universo dessas pessoas que se viam envolvidas com a tramitação da Justiça no país.

No entanto, a análise dessa documentação nos revela não apenas as condições de vida desses trabalhadores envolvidos nesses processos, mas também a lógica que norteia seus julgamentos, ou seja, o aparato legal que subsidia suas decisões, a que se acrescem os valores dos julgadores e os preceitos do Estado Novo incursos no Novo Código. Pois, se o Estado fazia valer, através da lei, a minimização da culpabilidade para os que comprovassem ser ordeiros e disciplinados, havia que se comprovar, fosse como fosse, que tais contraventores tinham tal perfil, sendo, portanto, merecedores do beneplácito da lei.

Os julgamentos mostraram também o caráter conciliatório e maleável do novo Código, já que, na descrição das circunstâncias que teriam levado ao crime, poderiam ser considerados fatores de toda ordem, desde o tipo de atividade que exerciam até critérios morais.

As discussões entre promotores e advogados, ocorridas nos julgamentos, assim como as sentenças proferidas, evidenciam como a nova legislação passou a ser utilizada, ora com o entendimento dos preceitos da escola clássica, ou seja, valiam as circunstâncias

do crime, ora conforme os preceitos não mais aceitos pelo novo código, ou seja, o ato da contravenção em si.

Evidencia-se também, nas divergências de entendimento ou aceitação da nova ordem legal pelos membros juristas, que estes ora incriminavam, ora absolviam crimes praticados com o mesmo grau de violência. Pelos argumentos apresentados pelos advogados de defesa, observa-se que eles adotam com rapidez tais reformulações, refutando teoricamente os argumentos das acusações que buscavam se respaldar nas prédicas do antigo código. Quando se observa seu argumento, o julgado parece ser o que menos importa, perdendo-se esses agentes em discussões teóricas que mais parecem estar esclarecendo para eles mesmos o que diz o Novo Código, do que o exercício da justiça em cada caso de que tratavam. Assim, para além do ato contraventor ou de suas circunstâncias, discutem esses senhores, na maioria dos casos analisados, o que deveria ser considerado relevante para o julgamento: o ambiente e os fatores externos que teriam levado àquela prática ou se o ato em si. Não se questiona a veracidade dos documentos nem a idoneidade das falas de testemunhas e declarantes, quando vão aos autos, mas muito se faz para mostrar quem eram e o que faziam, ou seja, qual era o seu papel em sociedade.

As mudanças na lei possibilitaram ao Judiciário julgar conforme a política vigente no período nos casos em que o julgado comprovava ser um trabalhador conforme o valorizado – formal, registrado, ordeiro e cumpridor de deveres. Nesses casos, a vítima praticamente virava o réu. Mas se não preenchesse tais requisitos, como no caso de trabalhadores informais, os argumentos eram todos condenatórios, observando-se, inclusive, que as defesas eram frágeis, como se lhes faltasse o argumento principal. Quanto às vítimas desses atos, a mesma lógica se aplica. Se a vítima era um trabalhador registrado, o crime cometido é visto como um ato muito mais violento e merecedor da maior penalidade. Entravam em cena também os critérios morais, particularmente para as mulheres, sobretudo se havia prostitutas envolvidas. Para estas, valia o critério da culpabilidade, fosse na qualidade de vítima ou de acusada.

Colocam-se assim em evidência, através da aplicação deste Novo Código, as práticas repressivas de controle social e o padrão da violência assumido pelos juízes e advogados representantes do Estado.

Mas também a impunidade se manifesta, e de forma muito clara, nos processos em que os acusados eram policiais ou agentes do Estado, pois estes, claramente, eram tidos, de antemão como cumpridores das ordens estatais. Observa-se das falas registradas nos autos, tanto da defesa quanto da acusação, como era difícil reconfigurar a agressão em decorrência da ausência das testemunhas, cujas alegações demonstram o medo e o receio de se envolverem com essas pessoas. As mazelas do sistema judicial evidenciam-se

também na demora nos trâmites jurídicos que tratam de processos, cujo número aumenta substancialmente em decorrência do aumento da criminalidade nessa expansão urbana desordenada e sem condições de investimentos, onde proliferam, em bairros encortiçados, trabalhadores dos mais distintos matizes, unidos que estão pela condição de pobreza.

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Nota

* Mestranda no curso de Pós-Graduação em História Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, sob orientação da Prof. Dr.a Vera Lucia Vieira. E-mail: la.petrini@uol.com.br

TRABALHADORES MIGRANTES E TRABALHADORES LOCAIS: A QUESTÃO DOS DISCURSOS SOBRE O “OUTRO” NO SUL DE MATO GROSSO NAS DÉCADAS DE 1960-1970

Nataniél Dal Moro*

“A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX [e também desse início do século XXI]. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esqueceram, tornam-se mais importantes que nunca [...].”

Hobsbawm (1995, p. 13)

Viso, com este projeto, compreender de forma mais sistemática os significados da intensa migração que o Mato Grosso experimenta na década de 1960, resgatando as mudanças e as permanências, as especificidades e as particularidades, as objetividades e as subjetividades construídas por meio das tensões do “vivenciar” o cotidiano, resgatando os sentidos que configuram a situação das pessoas que chegam e das pessoas que lá já estavam na região.

Nesse projeto existem dois grandes grupos de trabalhadores. Um é o dos trabalhadores que migraram para o espaço em estudo, principal foco desse escrito e o outro é dos trabalhadores locais, aqueles que já estavam na região sul de MT.

A história do sul de Mato Grosso, território que depois de 11 de outubro de 1977 tornou-se Estado de Mato Grosso do Sul, apresenta o elemento *migração populacional de trabalhadores* como uma constante, sobretudo a partir das décadas de 1930 e de 1940. No entanto, foi no decorrer das décadas de 1960 e de 1970 que a *migração populacional de trabalhadores* foi mais significativa, tanto no aspecto numérico como no percentual.

Isso se deu porque nesse período de 20 anos houve um aumento considerável de pessoas no sul de Mato Grosso e a concomitante intensificação percentual de habitantes no espaço territorial em questão (na década de 1960 observa-se um crescimento percentual de habitantes de quase 90% em relação à década anterior).

Essa migração foi empreendida ora pelo poder federal, estadual ou municipal, mas também via poder privado, em particular através das chamadas companhias de migração e de terras, além do próprio movimento aleatório de pessoas rumo a outros espaços. No período citado, aproximadamente 500 mil migrantes, em especial em idade produtiva e, particularmente, do sexo masculino, chegaram ao sul de Mato Grosso.

Contemplo nesse texto os migrantes e, conseqüentemente, o aumento populacional, inicialmente com predominância rural, algo que na década de 1970 vai se alterar e analiso parte de algumas de suas experiências perante o trabalho, sobretudo o rural. As fontes que manuseei me possibilitaram constatar que eram recorrentes os problemas recorrentes desta migração populacional de trabalhadores, tanto na zona rural, quanto sua saída do campo em direção às cidades, no interior da processualidade historicamente construída, da qual passam a ser parte integrante e objetiva.

O território sobre o qual existe o atual Estado de Mato Grosso do Sul pode ser considerado como um lugar de intenso fluxo de pessoas, bem como de culturas, aqui entendida como entrelaçamento das experiências construídas por meio das relações sociais, mas também de práticas ilícitas, sejam elas do Brasil, do Paraguai ou da Bolívia. Justamente pelo caráter indefinido do que era o “ser brasileiro” desta região, é que o poder federal resolveu integrar este território ao resto da nação brasileira, já que parte dele, antes de 1872, ou seja, antes dos acertos decorrentes da oficialização do Tratado de Paz Loizaga-Cotegipe entre o Brasil e o Paraguai, em razão do término da *Guerra contra o Paraguai*, era território da nação guarani, tendo terras extremamente agricultáveis. Atualmente esse território representa cerca de 20% da área do Estado de Mato Grosso do Sul, que à época era um território litigioso.

Para tanto, o Estado brasileiro se utilizou de instrumentos como: serviço de correio, escolas, igrejas, quartéis, hospitais, bairros, dentre outros órgãos públicos, para controlar o espaço, pois este carecia de nacionalidade brasileira no sentido de que havia poucos, e o problema para o Estado é que estes *poucos nacionais* não conseguiam explicitar que aquele espaço era de fato do Brasil: isso sim era um problema territorial de primeira grandeza no afrente à soberania da nação Brasil. Segundo escreveu, na década de 1940, o jurista cearense em atuação profissional no sul de Mato Grosso, José de Melo e Silva, era necessário “construir a civilização da fronteira” (MELO E SILVA, 2003, p. 168), ou seja, a fronteira, sobretudo a com o Paraguai, deveria ter “um império da civilização nacional”

(Ibidem) para explicitar que a região era brasileira e não paraguaia, já que o trânsito de indivíduos era contínuo, inclusive por parte de trabalhadores, muitos dos quais indígenas.

A instalação da linha telegráfica, no início do século XX, a chegada dos trilhos da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), em 1914, ao Município de Campo Grande e, em 1953, em Corumbá, além de sua posterior ramificação, com o ramal Campo Grande-Ponta Porã, a construção, também em Campo Grande, do Quartel Militar, em 1913 e sua instalação definitiva em 1914, assim como a implantação de núcleos de colonização, como o da Colônia Agrícola de Terenos em 1924 e o da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943, explicitam esta conduta de integração nacional, sobretudo no Governo Vargas (1930-1945), em especial na chamada *Marcha para o Oeste*, a partir de 1938. A Base Aérea de Campo Grande, em 1932 e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em 1938, também sinalizam a realidade discursiva de um projeto de integração territorial do Brasil via efetiva ocupação do espaço oestino e, de forma institucional e militar, do fronteiroço, como quando da criação no sul de MT do Território Federal de Ponta Porã, pelo Decreto-lei n. 6.550, de 31 de maio de 1944.

Na década de 1930, o Estado de Mato Grosso, então na condição de segunda maior Unidade Federativa do País em extensão territorial, mesmo com expressivo apoio governamental, tinha somente 373.514 mil habitantes, sendo que no sul do Estado residiam 179.996 indivíduos. A municipalidade mais populosa do sul de Mato Grosso era Campo Grande com 29.890 pessoas, seguida por Corumbá com 27.890. Ponta Porã tinha 25.490 residentes, sendo que Dourados possuía 14.081 habitantes.

Cabe destacar que Campo Grande, além de ser a cidade mais populosa do sul de Mato Grosso, era a segunda municipalidade mais populosa de todo o Estado, ficando atrás somente da capital estadual, que era Cuiabá. Esta por sua vez tinha um total de 47.819 mil residentes. Entretanto, o Município que mais cresceu populacionalmente nas décadas de 1950 e 1960 não era nem Campo Grande (capital econômica) e nem Cuiabá (capital política), mas sim Dourados (capital da migração), pois teve um aumento percentual da população na ordem de 400% entre as décadas de 1930 e de 1960. Embora, já na década de 1940 e, sobretudo na de 1950, Campo Grande fosse a cidade na qual havia o ritmo econômico mais dinâmico de todo o Estado de Mato Grosso: tinha 155 indústrias, 992 operários e a produção industrial de Campo Grande representava quase 25% do total da produção industrial de Mato Grosso, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE, 1958, p. 122). Por estes aspectos, dentre outros, foi denominada, em 1957, segundo matéria intitulada *Primórdios de Campo Grande, de Metrópole Econômica do Estado* (CONGRO, 1957, p. 45). Contudo, a população da *Capital Morena* não apresentou um crescimento percentual tão expressivo quanto o da população de Dourados.

Distante 912 quilômetros da capital Cuiabá, Dourados tinha em sua história uma relação mais próxima com o Paraguai (território de certa forma símbolo de uma não-brasilidade) do que com os Estados de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Em 1914, ocorreu a criação do Distrito de Paz e, em 1935, a emancipação política e administrativa e a conseqüente separação territorial de Ponta Porã (local fronteiriço com o Paraguai). José de Melo e Silva (2003, p. 142) afirma, na obra *Fronteiras guaranis*, que o Município de Dourados era um local no qual o visitante ficava fascinado pela fertilidade do solo, sendo que *de um tudo ali vicejava*.

Vicejam ali, com exuberância selvagem, soberba, todas as plantas dos trópicos, dos climas temperados e frios. Tamaña é a capacidade produtiva daquele chão de seiva bendita que, se não fossem as geadas, que tudo destroem, exceção da erva-mate, qualquer cultura ali se perpetuaria, em forma silvestre, reproduzindo-se espontaneamente pela brotação das sementes, que se espargem ao léu dos ventos (MELO E SILVA, 2003, p. 142).

Este tipo de concepção e a possibilidade de residir na região sul de Mato Grosso nas décadas de 1950 e de 1960 fizeram com que muitos indivíduos migrassem, embora pairavam informações de conflitos sangrentos entre posseiros e jagunços na região norte do Estado do Paraná, justamente pela chegada de migrantes na localidade e a aquisição, por parte destes, de terras.

No *Recenseamento Geral do Brasil – 1950*, consta que o Estado de Mato Grosso tinha uma população total de 522.044 habitantes (FIBGE, 1956, p. 1), sendo que no *Censo Demográfico - 1970*, o total de residentes já era de 1.597.090 indivíduos, ou seja, num período de 20 anos, de 1950 a 1970, o aumento populacional de Mato Grosso foi de mais de 300% (FIBGE, 1970, p. 4).

O principal atrativo estava na busca de uma *realidade melhor* do que a situação anterior destes sujeitos, particularmente do aspecto econômico. Para alcançarem esta *realidade melhor*, aproximadamente 500 mil pessoas migraram para o sul de Mato Grosso, principalmente com o intuito de trabalhar em atividades rurais, agricultura e/ou pecuária, ou indiretamente ligadas à estas, pois a maioria dos migrantes era força de trabalho qualificada apenas nestes setores, e não na indústria ou no comércio (MORO, 2003, p. 44-68).

Segundo o *Censo Demográfico – 1970*, havia 281.383 mil trabalhadores em ocupações da agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal, 272.499 mil trabalhadores não qualificados na agropecuária e 234.749 mil trabalhadores de enxada, sendo que mais de 95% destes trabalhos eram realizados por sujeitos do sexo masculino. Já nas atividades industriais, por exemplo, nas ocupações das indústrias de transformação e da construção

civil, existiam 45.646 trabalhadores, sendo que menos de 10% eram do sexo feminino (FIBGE, 1970, p. 52).

Os migrantes, na maioria das vezes, não eram sujeitos abastados o suficiente para recuperarem-se de deslizes de ordem econômica. A grande parte deles tinha apenas suas – poucas – economias, ou seja, possuíam *dinheiro contado*. Era preciso calcular, por isso, muito bem a ação que materializariam, ou poderiam estar fadados à condição de mendigos. Alguns trabalhadores procuravam conhecer, por meio de excursões, já que não havia linha de ônibus, os Estados de Goiás e de Mato Grosso e verificar a situação das terras que objetivavam comprar. Esta era uma forma de precaução que contribuiu para que fossem estabelecidas, na década de 1970, linhas diárias, devido tamanha necessidade de deslocamento de pessoas, seja no sentido Região Sul-Região Centro-Oeste, ou vice-versa. Mas havia também os migrantes que nem isso podiam fazer, já que suas economias não davam para custear uma viagem desse porte. A solução era, em muitos dos casos, a de simplesmente andar ou ir pedindo carona na direção que rumava para o Oeste, que dizer, para Campo Grande, tal como faziam os nordestinos que não estavam satisfeitos com a realidade do Estado de São Paulo.

O caso de Dourados, aqui retomado devido sua expressividade contextual, é muito significativo para explicitar o fluxo migratório, ou a chamada *invasão populacional*, da região. Dourados, que tinha somente 14.081 habitantes em 1936 passou a ter 84.955 pessoas no ano de 1960; Campo Grande, no mesmo período, passou de 29.890 para 64.934 habitantes. Outra característica que consolida a afirmação de que os migrantes destinavam-se mais para as atividades rurais (agricultura/pecuária) do que para as urbanas (comércio/indústria) é o fato do aumento populacional em Dourados ter ocorrido na zona rural e não na zona urbana. Já em Campo Grande, verifica-se o processo inverso: aumento populacional na zona urbana e não na rural. Em todo caso, a maior parte da população migrante destinava-se inicialmente para a zona rural, uma vez que o aumento total de pessoas ocorreu quantitativamente nesse espaço, embora da década de 1970 para a de 1980 tenha ocorrido o inverso, como demonstram os dados da tabela 1.

Tabela 1. População rural e urbana no sul de MT/MS: 1940-1980

População	Década de 1940	Década de 1950	Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980
Rural	158.223	195.850	337.564	546.094	450.444
Urbana	80.417	113.545	242.088	452.117	919.123
Total	238.640	309.395	579.652	998.211	1.369.567
Total do crescimento percentual por década		30%	87%	72%	37%

Fonte: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; Setor de Documentação e Disseminação de Informações (SDDI/MS). *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande, IBGE-SDDI/MS, 2003, p. 5-6.

Esses dados numéricos explicitam um crescimento percentual de toda a população do sul de Mato Grosso, no entanto parte desse aumento deu-se com especificades em algumas municipalidades. Em Dourados, por exemplo, essa migração foi muito maior na zona rural do que na urbana. Esta realidade, extremamente diferente da de Campo Grande, foi fruto das diversas ações políticas empreendidas pelo poder federal, pelo estadual e pelo municipal, que ajudaram na construção de um projeto que intencionou objetivar ideologicamente uma imagem positiva sobre o Município de Dourados, bem como com medidas legais que facilitaram as aquisições de terras.

Em Campo Grande torna-se pertinente considerar o aumento de pessoas na zona urbana como uma questão estrutural, isto é, pensando esses sujeitos em ambiente urbano como predominantemente constituído por indivíduos sem posses territoriais ou trabalho/emprego, “vitimados” pela concentração fundiária local, já que dados de pesquisas de campo (BITTAR, 1999; XAVIER, 1981) explicitam que esse significativo aumento populacional no espaço urbano da Campo Grande das décadas de 1960 e de 1970 é consequência da perda do emprego/trabalho no campo, em especial nas fazendas, por parte dos trabalhadores locais.

Sobretudo em razão da concentração fundiária, no

final dos anos 70 e início dos anos 80, a Capital *Morena* assistiu ao “boom” do surgimento das favelas, formadas basicamente de pessoas expulsas da terra [...]. Sem emprego e sem moradia, a população, oriunda das fazendas do próprio Estado de Mato Grosso do Sul, erguia barracos precários e passava a viver em condições subumanas. Uma pesquisa realizada por estudantes [...] já revelava a dura realidade: na favela da vila Nhanhá, uma das principais a serem formadas na capital, com mais de trezentas famílias, 50% eram provenientes do próprio Estado de Mato Grosso do Sul e, destas, 34,3% tinham como local de moradia anterior as próprias fazendas da região – representando

um deslocamento direto do antigo local de residência para o novo local – a favela. Isso sem contar as outras famílias que, relutantes em se fixar, de imediato, naquele local, haviam “tentado a sorte” em Dourados (14,6%), em outros bairros de Campo Grande (11%), ou em cidades como Fátima do Sul, Miranda, Rio Negro, Glória de Dourados e Ivinhema (25,6%) (BITTAR, 1999, p. 244).

Deve-se considerar, também, como elemento vital no processo migratório que ocorreu no sul de Mato Grosso, o fato de muitos destes migrantes estarem em situação economicamente desfavorável em suas terras de origem. Um exemplo desta afirmação é a crise agrícola que afetou o Estado do Rio Grande do Sul nas décadas de 1940 e de 1950 e, por sua vez, causou um êxodo rural. Muitas pessoas, cerca de 3 milhões, ou foram para as zonas urbanas e/ou aventuraram-se para terras poucos exploradas, como as do norte do Paraná ou as do sul de Mato Grosso, fato que provocou um crescimento da fronteira, em particular da agrícola, no sentido leste-oeste do Brasil.

Caso também expressivo no sentido numérico é o dos nordestinos. Na década de 1940 eram cerca de 30.000 mil migrantes da Região Nordeste residindo em Mato Grosso. Esse número teve grande alteração, pois no ano de 1980, que retrata a realidade referente à década de 1970, o número de nordestinos no Estado de MT ultrapassou a marca dos 110.000 mil. Na década de 40 do século XX, o maior número de migrantes provinha dos Estados da Bahia (15.482 mil migrantes), do Ceará (2.676), do Maranhão (4.213) e de Pernambuco (2.080). Nos dados do ano de 1980 esse quadro de nomes dos Estados registrou pouca alteração, algo não procedente para a quantidade dos que migraram: Alagoas (15.042), Bahia (31.122), Ceará (20.213), Maranhão (777) e Pernambuco (26.597).

Porém, a quantidade de migrantes mais expressiva estava no sul de Mato Grosso, território que depois se tornou Estado de Mato Grosso do Sul, era, em 1980, a dos paulistas: 172.257 mil pessoas, seguida dos paranaenses: 91.999. A terceira maior quantidade era a de mineiros: 46.407, a quarta a dos baianos: 31.122 e a quinta a dos pernambucanos: 26.597, conforme os dados contidos no material intitulado *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000* (IBGE-SDDI/MS, 2003, p. 10).

Definindo fontes e construindo delimitações nas problemáticas

Em decorrência dessa migração populacional de trabalhadores houve um acréscimo da mão-de-obra rural e urbana que possibilitou, em parte, um “crescimento significativo da economia”, sobretudo nas culturas agrícolas, sendo o arroz e a soja os produtos que mais contribuíram percentualmente para o aumento total no valor bruto de produção (VBP) do setor primário do sul de Mato Grosso, referente ao ano de 1976. Situação essa

que não foi verificada com tanta expressividade na cultura agrícola do milho, tendo isso motivo de ser porque esse grão destinava-se para o consumo de subsistência na zona rural, notadamente pelos pequenos proprietários e pelos próprios trabalhadores rurais, muitos dos quais deixaram o meio rural no decorrer da década de 1970.

No entanto, esse “crescimento significativo da economia”, além de não ter proporcionado o acesso, a permanência e o crescimento econômico dos segmentos menos abastados à terra, também não diversificou/transformou a estrutura produtiva do ponto de vista sócio-econômico, pois em 1976 o setor primário, nesse caso representado pela pecuária (gado bovino) e pela agricultura (lavoura), produzia mais de 90% do valor bruto desse setor (ESTADO DE MATO GROSSO, 1976, p. 2), tendo em vista que a mecanização rural causou problemas estruturais, sendo o da relação trabalho-capital um dos mais substanciais.

Inter-relacionado com a questão da migração populacional de trabalhadores para o sul de Mato Grosso ocorreram nesse período e local alterações e transformações em alguns segmentos sociais, como o dos pequenos proprietários e o dos trabalhadores locais (FIBGE, 1977, 1982). O primeiro segmento teve a área de suas pequenas propriedades reduzida em percentual, embora o número total destas propriedades rurais tenha aumentado. O outro segmento, sobretudo em virtude da modernização rural, em especial a mecanização agrícola, teve reduzida a sua necessidade por parte do empregador, já que com a modernização rural um trabalhador mecanizado podia realizar o trabalho de vários trabalhadores braçais. Com isso, uma parte dos pequenos proprietários rurais que venderam suas terras e também dos trabalhadores locais teve que procurar o espaço urbano para trabalhar, fenômeno aqui entendido como êxodo rural.

Diante dessa concretude histórica que problematizei a respeito dos trabalhadores do sul do Estado de Mato Grosso, grosso modo aqui ainda entendidos como trabalhadores migrantes e trabalhadores locais, é que me questionei sobre que posição materializou a imprensa jornalística do período. Sendo assim, surgiu a seguinte indagação: que tipo de construção de imagem discursiva foi feita pelo meio de comunicação impresso Jornal Correio do Estado sobre os trabalhadores, muitos dos quais migrantes, mas outros tantos trabalhadores locais? Este meio jornalístico de comunicação era o veículo impresso mais expressivo do sul de Mato Grosso, sendo que, assim como outrora, ainda é líder na venda de exemplares no atual Estado de Mato Grosso do Sul.

Um exemplo disso é que de 1972 até 1980, segundo dado veiculado em matéria intitulada *Migração: o fluxo aumenta 100% este ano* (1982, p. 11), informação que foi publicada pelo Jornal Correio do Estado, aproximadamente 500 mil migrantes “invadiram”, na posição textual do discurso propagado pelo referido Jornal, o sul de Mato Grosso. O obje-

tivo mais evidente destes migrantes, conforme o discurso do texto jornalístico, na maioria dos casos do sexo masculino e sem qualificação profissional adequada, era a procura por trabalho/emprego, sobretudo com a agricultura e/ou pecuária. Contudo, a questão central posta nessa realidade é justamente a da “invasão” do espaço. Fato esse que não se limita em si mesmo, pois causa, e daí o problema, a alteração e/ou até transformação da ordem até então posta socialmente. É no intuito de compreender como é que o Jornal Correio do Estado e o Governo Estadual pensavam os trabalhadores do sul do Estado de MT que desenvolvo essa pesquisa.

Pensando em articular as questões/tensões sociais produzidas pela migração populacional de trabalhadores, pelas práticas sociais dos trabalhadores locais que já estavam no espaço e no tempo em estudo, pelo chamado crescimento econômico, em especial o agrícola, e pela inversão populacional no sul de Mato Grosso, considero adequado frisar que essa articulação produzida por “pessoas comuns” possui base em escritos do historiador Eric J. Hobsbawm (1988, p. 21), quando a este respeito, lembrou-nos de que quaisquer

que tenham sido suas origens e dificuldades iniciais, a história feita pelo povo decolou agora. E recuando a vista para a história do povo comum, não estamos tentando apenas dar-lhe uma importância política que nem sempre teve, mas tentando, de forma mais geral, explorar uma dimensão desconhecida do passado.

É este passado que pretendo analisar na presente pesquisa. Farei isso com as fontes existentes no atual Mato Grosso do Sul. Intelectualmente essa vivência contribuirá, no meu entender, em minha formação profissional e trará uma análise que, em minha concepção, servirá para preencher parte da lacuna existente na história de Mato Grosso do Sul, sobretudo da história social do trabalho e dos trabalhadores, em particular sobre o discurso construído pelos poderes público e privado a respeito deles, isto é, dos trabalhadores.

Interpretar a “idéia vendida”, no sentido de forma de pensamento (que são os discursos) e práticas materiais (que é a realidade), nas matérias do Jornal Correio do Estado, muitas das quais inéditas para a maioria dos pesquisadores nas Instituições de Ensino Superior (IES) de Mato Grosso do Sul, trará também a explicitação de uma forma mais delineada de como foi construída a imagem do trabalhador. Afinal, como escreveu o filósofo alemão Walter Benjamin (1980, p. 65) em um de seus textos sobre o papel do historiador, este “*está obrigado a explicar, de uma maneira ou outra, os incidentes de que trata: não pode, em circunstância alguma, contentar-se em apresentá-los como peças exemplares do mundo.*”

Tendo em vista essa problematização, o objetivo geral do projeto de pesquisa é o de analisar como foi construída, seja por meio de práticas discursivas, tanto de órgãos públicos como de instituições privadas, ou pela materialização de ações públicas ou privadas,

a imagem do trabalhador, tanto o da zona urbana como o da zona rural, no sul de Mato Grosso, nas décadas de 1960 e de 1970, tendo como base principal para isso as matérias (fontes) jornalísticas do Arquivo do Jornal Correio do Estado.

Para sanar o objetivo em questão considereei pertinente coletar material em três locais, que são: Arquivo do Jornal Correio do Estado, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

O *Arquivo do Jornal Correio do Estado* é o principal local para coleta de dados sobre os discursos históricos e as práticas materiais que construíram a imagem do trabalhador no sul de Mato Grosso, nas décadas de 1960 e de 1970. Este arquivo do jornal é muito importante para melhor compreender os discursos e suas formas, pois o Jornal Correio do Estado, fundado em 7 de fevereiro de 1954, era o principal, e também o mais importante, meio de comunicação impressa de Campo Grande e de muitas municipalidades do sul de Mato Grosso, além de possuir matérias, como da área política e da economia, que servem para analisar o discurso empreendido, tanto pelos órgãos públicos como pelas instituições privadas, sobre a imagem do trabalhador desta região, atual Estado de Mato Grosso do Sul e daquele tempo, isto é, décadas de 1960 e de 1970. Nas páginas deste meio de comunicação encontro uma posição cotidiana a respeito do trabalhador. Penso que é esta a principal contribuição da presente fonte de pesquisa, pois propicia fatos, quase que diários, de uma forma de representação da realidade, ou seja, de uma visão de mundo que o Jornal Correio do Estado defendia (e veiculava) como instrumento de comunicação. Para tanto utilizo o conteúdo escrito dos editoriais e das reportagens ligadas à questão/tensões do mundo do trabalho.

A *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE)* possui escritório na cidade de Campo Grande, tendo mais de 3.000 mil obras disponíveis para consulta e fotocópia. O principal objetivo na escolha pela utilização desta Instituição para coleta de dados é porque nesse local existem materiais quantitativos, tanto de população como da economia no sul de Mato Grosso, nas décadas de 1960 e de 1970. Os Censos de 1960, de 1970 e de 1980 possuem dados numéricos que me permitem compreender o fluxo populacional de migrantes para o sul de Mato Grosso e para identificar quais as municipalidades que foram “invasas” por estas pessoas. Além disso, possibilita-me constatar o aumento das pequenas e das médias propriedades rurais e a conseqüente diminuição quantitativa das grandes propriedades. Diretamente ligado à este fato está o crescimento de algumas culturas agrícolas, como no caso da soja, algo antes pouco expressivo, e até em algumas regiões inexistente, na economia do sul de Mato Grosso.

O *Governo do Estado de Mato Grosso do Sul* possui biblioteca localizada no Parque dos Poderes, em Campo Grande, e possibilita consulta aos pesquisadores. Meu objetivo

nesse local é o de analisar o conteúdo dos Diários Oficiais, tanto nos anos em que o sul de Mato Grosso compunha o Estado de Mato Grosso, de 1960 a 31 de dezembro de 1978, como depois da divisão de MT (11.10.1977) e da criação de Mato Grosso do Sul (01.01.1979). Nestes materiais pretendo encontrar leis e, de forma mais reduzida, textos dissertativos que me possibilitam explicitar como o poder público e os seus segmentos compreendiam o trabalhador, em particular pensando como experienciavam a presença dos trabalhadores que lá estavam, no sentido de qual utilidade teriam, tanto no âmbito regional como no nacional, mas também com aqueles que chagaram nas décadas de 1960-1970, isto é, no intuito de externar que alterações e que permanências ocorreram no entendimento dos poderes público e privado.

Cabe aqui ressaltar que o sul de Mato Grosso, de modo geral, sempre esteve, na concepção propagada pelos discursos até então analisados sobre os poderes institucionalizados (público e privado), sedento por novos trabalhadores, particularmente dos provenientes de locais próximos ao litoral brasileiro, já que para o ideário do progresso eles, “os novos e civilizados sujeitos”, eram mais adequados, isto é, sujeitos trabalhadores mais enquadrados às disciplinarizações e às hierarquizações do trabalho civilizado. Civilizado no sentido de ser superior ao que no sul de Mato Grosso existia.

Sendo assim, e com base nas fontes de pesquisas antes problematizadas, o meu intuito é o de construir um discurso que explicita textualmente como foram construídos os discursos sobre o trabalhador no sul de Mato Grosso, tendo sempre em pauta que devo realizar essa prática considerando, o quanto mais isso for possível e eu conseguir interpretativamente, a realidade histórica experienciada pelos sujeitos em questão. Fazer isso para mim é sempre uma ação de explicitar os lugares sociais, as relações de poder e as próprias tensões cotidianas. Os modelos de discursos, os projetos e as práticas, tanto as da fala como as da ação, considerando como importantes as subjetividades do passado que estão imbricadas no corpo objetivo das fontes em estudo. Isso tudo eu entendo como sendo o que se chama de *cultura*, que por mim é concebida como construída e construtora de relações sociais que ocorrem por meio do entrelaçamento das práticas dos sujeitos históricos.

Procuo atentar-me também para as parciaisidades de uma representação do ocorrido, para os discursos feitos em espaços plurais e em temporalidades que são concomitantes e convergentes, mas não desconsiderando a temporalidade do contínuo e do descontínuo. Objetivo ater-me para as questões de gênero que se relacionam mais diretamente com o trabalho, para a posição dos sujeitos frente às ações de outros agentes históricos e, em especial, para a constituição (movimento) de relações de poder entre os sujeitos sociais, pois entendo que por meio disso é possível, e nesse caso também necessário, visualizar,

ou “olhar”, uma história feita de e por inúmeros sujeitos históricos. “Olhar” com o qual se pode ver a existência de história(s) das chamadas “pessoas comuns”.

O problema de pensar as “pessoas comuns” academicamente nunca residiu na dificuldade de explicitar a grandeza, quiçá institucionalizada, de seus feitos, mas sim na limitação do “olhar” dos pesquisadores que se propuseram a compreender as suas experiências, até porque os próprios estudiosos possuem um “olhar” enviesado por suas experiências da e na concretude social. Em todo caso, procuro sempre fazer o meu ofício de “[...] lembrar o que outros esqueceram [...]” (HOBSBAWM, 1995, p. 13), embora não consiga mensurar o alcance, se é que ele existe, da prática de meus estudos na sociedade.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Nota

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da PUC/SP, com a dissertação intitulada “Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)”, sob orientação da Profa. Dra. Yvone Dias Avelino. Bolsa do CNPq. E-mail: natanieldalmoreo@bol.com.br

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: Walter Benjamin et al. *Textos escolhidos*.
- BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). Campo Grande: 100 anos de construção. Campo Grande, Matriz, 1999, p. 237-254.
- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da Ciência: por uma sociologia do campo científico. São Paulo, UNESP, 2004.
- CONGRO, Rosário. Primórdios de Campo Grande. Revista Brasil-Oeste, São Paulo, ano 2, n. 14, p. 45-47, jun. 1957.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil – 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1977.
- _____. Anuário Estatístico do Brasil – 1975. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.
- _____. Censo Demográfico – 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1970. (Mato Grosso).
- _____. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, IBGE, 1958, v. 35. (Mato Grosso).
- _____. Recenseamento Geral do Brasil – 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1956. (Mato Grosso).
- _____. SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES (SDDI/MS). Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000. Campo Grande, IBGE-SDDI/MS, 2003.

HOBBSAWM, Eric John. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. A outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro, Zahar, 1988, p. 18-33.

_____. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

MATO GROSSO (Estado). Evolução da agricultura mato-grossense: período 1970/76. Cuiabá, Secretaria da Agricultura/Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA/MT), 1976.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul – 1979. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

MELO E SILVA, José de. Fronteiras guaranis: a trajetória da Nação cuja cultura dominou a fronteira Brasil-Paraguai. 2. ed. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003.

MIGRAÇÃO: O FLUXO AUMENTA 100% ESTE ANO. Correio do Estado, Campo Grande, p. 11, 7 abr. 1982.

MORO, Nataniél Dal. Vozes não-oficiais: a história do operariado industrial de Sidrolândia, MS (1992-2002). 2003. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Curso de Graduação em História, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2003.

OS TERRITÓRIOS FEDERAIS RECÉM-CRIADOS E SEUS NOVOS LIMITES. In: Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, SGEF, ano II, n. 16, p. 445-454, jul. 1944.

XAVIER, Maria Madalena. O problema social do favelado: causas do problema social da favela da Vila Nhanhá de Campo Grande. 1981. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), Campo Grande, 1981.

A CIDADE DE OSASCO: JOC (JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA), ACO (AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA), JUC (JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA) NO MOVIMENTO OPERÁRIO (1960-1970)

Paulo Sérgio de Jesus*

Este texto é produto de uma pesquisa e de uma reflexão que estão sendo realizadas sobre configurações firmadas por grupos da Igreja Católica de Osasco - Santo Antônio e Imaculada Conceição - com os operários das metalúrgicas deste município no início da década de 1960 e final de 1970, tendo como objetivo a elaboração da dissertação para curso de mestrado que estou realizando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Osasco é um município que se localiza na região oeste da Grande São Paulo. Neste espaço, há o rio Tietê, que o margeia; as rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares em suas extremidades; a ferrovia que corta a sua região central e a avenida dos Autonomistas, via de acesso à cidade de São Paulo.

A cidade de Osasco possui parte de seu espaço geográfico ocupado por escolas, hospitais, moradias, indústrias, comércio e a sede do Banco Bradesco S/A . Tanto o parque industrial quanto o comercial encontram-se na região central deste município.

As indústrias e o comércio de Osasco constituem uma das forças responsáveis pelo crescimento da cidade e pela pobreza – caminhos que possivelmente foram criados em parte pelo crescimento da procura de emprego, tanto por trabalhadores da própria cidade quanto dos municípios vizinhos.

A pobreza observada em Osasco faz com que os mais diferentes grupos da sociedade, como, por exemplo, as pastorais católicas, caminhem em defesa dos explorados ou contra eles e a favor do sistema político estabelecido no país. Nesta prática, grupos da Igreja Católica surgem na qualidade de sujeitos sociais, tanto de ataque como de defesa ao capital que se impõe sobre a força de trabalho. Tal atitude da Igreja Católica ocorre pelo fato de ela não ser um bloco monolítico no agir e pensar, ou seja, possui idéias diferentes e se posiciona de diversas formas na sociedade.

Dentro dessa realidade de exploração e miséria – vivida por muitos brasileiros –, alguns grupos da Igreja Católica de Osasco, como as pastorais, aparecem envolvidos

em atividades que visam à recuperação daquelas pessoas que vivem hoje em situação miserável ou fora do mercado de trabalho. O trabalho vem ao encontro da campanha “A Fraternidade e o Desemprego”, lançada no ano de 1999 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cujo tema foi o desemprego como problema central do novo milênio. A proposta trouxe de volta a tríplice mediação da Teologia da Libertação (TdL): “ver”, “julgar” e “agir”.

As ações de setores católicos do Brasil junto à classe trabalhadora - o que pode ser observado no interior da Igreja Católica de Osasco, mais precisamente nas Igrejas Santo Antônio e Imaculada Conceição no período do início dos anos 1960 e final dos anos 1970 - são fruto do processo que foi se construindo, sofrendo transformações tanto por parte dos grupos católicos quanto do próprio movimento operário, de acordo com as condições históricas e seu devir. Porém, para melhor entender, é preciso mergulhar em seu passado e emergir com seu movimento, dentro de suas condições vividas; suas liturgias, suas ações no cotidiano em curso e suas interações com outros sujeitos sociais.

Nesse período, as liturgias católicas buscavam o homem concreto no seu meio, com seus problemas, com suas culturas, procurando impor-se ao “fantasma” do comunismo, que buscava expandir sua influência na população. Era tempo em que grupos da Igreja explicitavam suas diferenças ideológicas, seus momentos de aproximação e distanciamento com a esquerda política, cujo objetivo estava em criar a Igreja para os pobres. O “ver, julgar e agir” aparecia como palavra de ordem e unificação da Igreja com os movimentos sociais que visavam à transformação do sistema político através da luta contra o governo militar, tendo o apoio do Papa Paulo VI após o encontro do clero latino-americano em Medellín no ano de 1968.

A Ação Católica Operária (ACO), uma das pastorais da Igreja Católica, fundada em 1962 e que crescera ao longo de 1963, apresentava-se empenhada firmemente na campanha pelas reformas de base propostas pelo governo de João Goulart. Tinha a preocupação de aprofundar a fé dos militantes engajados em atividades nas favelas e nos sindicatos. Com atuações firmes, mais explícitas após o golpe militar em 1964, a ACO levantou a bandeira de luta ao lado da classe operária que resistia à sua exploração. A ACO assumiu a tarefa de denunciar as injustiças e perseguições, de clamar contra o desemprego, o arrocho salarial, a fome e a falta de liberdade. A luta ocorreu em um momento em que as lideranças e os sindicatos estavam com suas vozes reprimidas pelo governo, o que viabilizou ainda mais a atividade em prol do povo.

Em Osasco, no início da década de 1960, a Frente Nacional do Trabalho (FNT), com apoio da Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), realizava seu trabalho junto aos operários. Isso era feito através de palestras sobre a legis-

lação trabalhista, discussão sobre a vida do trabalhador, problemas das fábricas. Tudo era possível muitas vezes em função da existência de militantes nas fábricas que convidavam os colegas para participarem de shows, festas promovidas pela igreja e cursos de alfabetização para adultos. Com isso, alguns operários que freqüentavam a paróquia passavam a assistir às reuniões.

Inicialmente, esse grupo empenhava-se em conquistar novos militantes nos bairros que tinham maior influência, especialmente no Km 18 - onde se localiza a Igreja Imaculada Conceição - e em Comandante Sampaio. Todavia, o maior êxito foi na fábrica Cobrasma, local que estimulou a democratização da vida sindical. Dadas as suas características como organização inspirada numa filosofia cristã, sua orientação era antes a de estimular a capacidade para a autodecisão, especialmente no que se referia aos problemas internos da empresa. Isto não significa que renunciasse a exercer influência. Pelo contrário, buscava sempre atrair os operários através de atividades culturais e de discussões sobre reivindicações. Esse momento de lazer servia para incorporar temas que estavam ligados à vida do operário, como, por exemplo, o desemprego, o que possibilitava algumas participações.

Em 1963, em Osasco, ocorreu a primeira eleição do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade, tendo a FNT em posição de reivindicar sua participação na diretoria que estava nascendo. Todavia, a legalidade do sindicato caiu com o golpe militar no ano de 1964, pois o novo governo desarticulou todas as instituições sindicais. Ao mesmo tempo, era aprovado o primeiro Programa de Ação Econômica do Governo. O plano visava à imposição de uma severa política de crédito ao setor privado; redução do déficit governamental e uma “nova” política salarial.

O ano de 1963 foi também o da organização da comissão de fábrica semiclandestina. O apoio veio com Albertino de Souza Oliva, no ano de 1962, que era chefe de pessoal na Cobrasma e coordenador da campanha de construção da Igreja Matriz, espaço em que militantes da FNT promoviam seus encontros, pregando a necessidade de criar uma comissão de trabalhadores para “dialogar” com os patrões sobre a situação da empresa. Com a comissão de fábrica operando próximo ao meio de trabalho e ao patronato, com sua formação democrática cristã, fruto da FNT, este comitê alcançou o sindicato.

Nesse período, a Igreja estava dividida em torno da liturgia do Concílio Vaticano II, entre o trabalho com os pobres, feito pelos católicos ligados a questões sociais, e o dos considerados conservadores, que apoiavam os governos que buscavam o suposto crescimento nacional e o controle sobre os movimentos sociais da América Latina. Dentro das incertezas, a Igreja Católica do Brasil procurava controlar seus conflitos internos e intervir nas ações dos diferentes grupos.

Ainda no ano de 1964, antes do golpe militar, os padres da região realizaram uma assembléia na cidade de Barueri. Na reunião, foi elaborada uma proposta de trabalho para os agentes católicos que viviam no meio operário.

Diante das turbulências sociais, a comissão semilegal da Cobrasma, unida com os trabalhadores, conquistou no ano de 1965 o direito de realizar a primeira eleição de comissão de fábrica, tendo na FNT a força mais influente no meio dos operários. A eleição aconteceu de acordo com o que estava previsto: a FNT elegeu a maioria de seus membros, e foi a representante nas negociações entre empregados e patronato.

Nesse ano, a lei n.º 4725, aprovada em 13 de julho, estendeu o controle do governo federal sobre as negociações salariais dos setores privados, impondo compressão nos aumentos, o que ficou conhecido como arrocho. Tal mudança na política salarial determinou o estancamento das atividades de alguns sindicatos, que, apesar do peleguismo e do controle do Estado, conseguiam encontrar mecanismos para as negociações com o patronato, minimizando assim a desvalorização do salário.

O governo militar, que a princípio recebeu suporte de parte do clero da Igreja Católica, não desfrutava da mesma situação. Grupos católicos aproximavam-se cada vez mais do povo e da oposição, o que se refletia em insubordinação e, conseqüentemente, em ações repressivas do Estado em relação a estes militantes. As práticas repressivas acentuaram ainda mais o desgaste entre a Igreja e o poder político, levando o clero que se alinhava ao governo a silenciar o seu apoio.

Com as agitações políticas, grupos católicos intensificaram sua indignação mediante a violência empregada contra seus membros e parte do povo, contestação mostrada principalmente nos movimentos do ano de 1968.

Embora o período não favorecesse os atos de reivindicações sociais, o trabalho que visava à organização do movimento operário de Osasco não parou na formação da comissão de fábrica, pelo contrário, continuou em 1967, ano em que surgiu a possibilidade de mudança na organização sindical.

Para os operários de Osasco, o ano de 1967 apresentou uma brecha na estrutura de opressão dentro das fábricas e a possibilidade de formar uma nova ordem sindical. Foi o ano da eleição do sindicato, que, diante da importância, induziu membros da comissão da Cobrasma, representantes de comitês clandestinos, da FNT e independentes a formarem uma chapa para concorrer na eleição sindical. Em julho de 1967, aconteceu a eleição, cujo resultado foi a vitória da chapa Verde, tendo José Ibrahim alcançado a presidência do sindicato local.

Entre os meses de setembro e outubro de 1967, a nova direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco participou de uma reunião com outros dirigentes sindicais para

discutir novos métodos de combate ao arrocho salarial. Da reunião nasceu o Movimento Intersindical Antiarrocho Salarial (MIA), cujo objetivo era fazer frente à política salarial imposta pelo governo. Porém, em novembro de 1967, ocorreu o dissídio coletivo dos metalúrgicos, que proporcionou uma correção de somente 17% dos 51% de reajuste pleiteados, aumentando ainda mais a insatisfação dos operários.

As relações entre o governo e os grupos sociais tiveram as suas diferenças e hostilidades intensificadas a cada momento. Além das manifestações estudantis, o Estado enfrentava a oposição de outros setores da sociedade, que se organizavam em peças teatrais questionadoras da política, músicas de protesto e em grupos de guerrilhas que visavam à queda do governo. Em abril de 1968, os metalúrgicos de Contagem ocuparam a fábrica; era a primeira greve de grande impulso desde 1964. Essa atuação trabalhista estendeu-se para uma manifestação planejada pelos sindicatos de São Paulo, a qual foi realizada no dia 1º de maio de 1968. Foi o dia em que um contingente de trabalhadores interrompeu um comício na praça da Sé, escorraçando do palanque os locutores e personalidades oficiais – inclusive o governador de São Paulo, Abreu Sodré – fazendo desse momento uma manifestação contra a política econômica do país.

O mês de maio de 1968 apresentava-se com forte poder de manifestação trabalhista. Em clima de tensão e insatisfação com a política salarial do país, os operários da cidade de Osasco davam indícios de seus primeiros passos para a articulação da segunda grande greve no governo militar. Em maio de 1968, os operários da fábrica Barreto-Keller reivindicaram aumento salarial, sendo que seu pedido foi ouvido, recebendo a promessa de ser atendido no final do mês. Entretanto, no dia do pagamento, o aumento contemplou os salários de alguns trabalhadores, provocando uma paralisação que foi organizada por um núcleo clandestino. A atuação alimentou ainda mais a construção de uma greve dos metalúrgicos de Osasco e, assim, o plano deixou o papel e começou a tomar forma.

Diante da insatisfação dos metalúrgicos de Osasco, e dos sucessos que obtiveram na greve de Contagem e na manifestação de 1º de maio na praça da Sé, o sindicato, as comissões de fábrica legais ou clandestinas, os operários independentes, os militantes de ordens religiosas e a esquerda armada e estudantil planejaram a greve que se iniciou na Cobrasma. Dentro da fábrica, cada grupo foi responsável por uma ação na ocupação: a segurança da periferia, a ocupação dos portões, a comida, a tomada do PABX, entre outras práticas.

Militantes de diversas pastorais, tais como ACO, JOC e o padre-operário Pierre Joseph Vauthier, estavam empregados nas firmas com os operários de Osasco e fazendo parte do núcleo da categoria metalúrgica. A greve em Osasco foi deflagrada com a articulação dos diferentes grupos sociais ligados ao trabalho metalúrgico.

No dia 16 de julho de 1968, os operários da Cobrasma, às 8h30, após o toque da sirene de entrada e saída, pararam as máquinas e deram início à greve. A Braseixos, empresa vizinha, parou imediatamente e logo em seguida a greve alcançou a Barreto-Keller, a Lonaflex, a Fósforo Granada e a Osran.

O protesto contra o arrocho salarial que os metalúrgicos de Osasco desencadearam provocou articulações imediatas dos patrões e militares ligados ao governo, que se organizaram para pôr em ação o aparelho repressivo do Estado.

A greve tomou proporções maiores, o aparelho repressivo se impôs nas fábricas, nas ruas, enfim, em todo espaço possível para reprimir e desarticular a ação grevista. Naquele momento, setores da sociedade local e de todo o país começaram a se posicionar diante do conflito.

Agentes da Igreja que trabalhavam nas fábricas ou que conviviam com os operários através de reuniões e que participavam ativamente da greve sentiram o poder do aparelho repressivo, o que se refletiu em prisões. A polícia prendeu dezenas de operários reunidos no sindicato e outros que estavam no pátio do convento da matriz Santo Antônio, inclusive o padre Antonio de Almeida Soares, assistente da JOC da Arquidiocese de São Paulo. Outro padre, Pierre Joseph Vauthier, operário de umas das indústrias em greve, foi detido nas proximidades da fábrica em que trabalhava.

Apesar da violência, certos padres das igrejas de Osasco e das cidades vizinhas, que se identificaram com o movimento, não se intimidaram e participaram ativamente na greve. Os púlpitos, espaço usado para o sermão dominical, foram concedidos aos fiéis para que relatassem os acontecimentos.

Padres ligados à JOC e à ACO emitiram um manifesto contrário à política econômica e favorável ao movimento operário.

A greve chamou a atenção dos bispos, que, reunidos no Rio de Janeiro para a 9ª Assembléia Geral da CNBB, enviaram para Osasco o bispo Dom Romeu Alberti para ver a situação. Impressionado com a realidade dos trabalhadores, o bispo fez um relato pormenorizado no plenário da Assembléia, o que resultou em um manifesto de indignação ao governo e apoio ao movimento, documento este elaborado por alguns bispos.

O cardeal Dom Agnelo Rossi colocou-se como interventor da prisão do padre-operário Pierre Joseph Vauthier e mediador das negociações entre os operários e a Delegacia Regional do Trabalho.

O resultado desta greve acabou sendo o reajuste salarial para os operários, demissões, cassações de sindicalistas, prisões, expulsão do padre operário Vauthier e a intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Após todos os conflitos da greve de Osasco, parte dos sacerdotes católicos do Brasil fortaleceu a proposta de uma Igreja para os po-

bres; isto ocorreu através da Teologia da Libertação, liturgia que surgiu no ano de 1968 na cidade de Medellín. Foi o ano que o governo militar colocou em vigor o Ato Institucional nº 5, o que consolidou o aparelho de repressão e a abertura de “caça às bruxas”.

O país não foi somente tocado pelo ato repressivo, mas também por uma política de crescimento que continuava atingindo de várias formas toda a sociedade nacional. O período chamado de “milagre”, 1969 a 1973, caracterizou-se por meio de um crescimento econômico considerável e pelas taxas relativamente baixas de inflação. O PIB alcançou em média no ano 11,20%. Para isso, o governo interferiu em uma extensa área, indexando salários, liberando créditos, isenções de tributos aos exportadores, entre outros critérios tomados para constituição do crescimento nacional.

A resistência do movimento operário no momento em que a política econômica piorava e a repressão tomava conta do país e tentava desarticular toda oposição ao governo exigiu a criação de canais alternativos de participação. A presença da Igreja, desde 1970, no meio operário, serviu para este propósito, como sujeito aglutinador de diversos grupos da sociedade. No caso de Osasco, essa presença junto ao movimento havia acontecido em 1968, com todo conflito interno e externo com os operários e demais sujeitos sociais.

Desse modo, as participações dos grupos católicos da Igreja no movimento operário trouxeram uma mútua influência, o que deu origem a um estilo de ação trabalhista oposto à linha sindical adotada pelos comunistas. Enquanto estes colocavam o sindicato como instrumento principal para fazer uma política de massas unitária, as oposições sindicais, juntamente com os agentes católicos, visavam ao trabalho de base, à formação de círculos operários fora da estrutura sindical, com núcleos ou grupos de fábricas, e nas comissões.

Com a instabilidade econômica, o Movimento do Custo de Vida, uma forma popular de protesto iniciada em 1973, alcançou o pico em 1977-1978. Com o sucesso, tornou-se mais um mecanismo utilizado pelos assalariados que estavam sofrendo com a crise nacional.

O movimento operário se intensificou juntamente com as manifestações contra o governo. Em Osasco, no ano de 1975, dava indícios da reorganização sindical dos metalúrgicos, característica observada por meio da formação de uma chapa composta por opositores e pela situação.

A reorganização da oposição sindical foi efetiva a partir de 1976, quando nasceu a chapa para a disputa da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Foi a primeira oposição a concorrer à eleição após a intervenção de 1968.

Apesar da abertura política lenta e gradual planejada pelo governo militar, a repressão foi mantida; todavia, a oposição crescia a cada momento. A Igreja Católica, juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil e outras instituições da sociedade civil, contestou

a legitimidade do governo militar, reconquistando assim a capacidade de opinar quando o presidente Geisel resolveu aplicar seu projeto de liberalização.

A estrutura sindical posta pelo governo sofria pressão de sindicalistas atuantes. Em Osasco, a oposição liderada pelo caldeireiro José Pedro da Silva registrou uma chapa no dia 17 de dezembro de 1977.

No mês de fevereiro de 1978, aconteceu a eleição para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, sendo que o resultado garantiu a permanência da situação no poder.

A oposição ao governo e à estrutura sindical teve a participação de grupos católicos. A ACO, em seu relatório anual, analisou sua participação na eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Segundo seu parecer, a atuação serviu para mobilizar e conscientizar os trabalhadores dos seus direitos como classe operária.

Apesar da derrota nas urnas, a oposição sindical e os agentes da ACO não deixaram seu trabalho; o dia 1º de maio de 1978 foi o momento em que ocorreu um ato unificado. Com o objetivo de fazer avançar a organização e as lutas dos trabalhadores frente à política do governo militar, a manifestação ocorreu na Igreja do Bonfim, em Osasco, às 15h, com participação de nove oposições sindicais e oito movimentos de assalariados.

A insatisfação do movimento operário de Osasco não seria canalizada só com essa manifestação, ao contrário, uma greve foi organizada. Após a greve da Saab-Scania em São Bernardo do Campo, um grupo de operários da Brown Boveri começou a organizar a greve que aconteceu no mês de junho de 1978. A greve estourou sem conhecimento dos dirigentes sindicais, sendo que no decorrer a diretoria do sindicato serviu como intermediária entre os empregados e os patrões.

Apoiado pelas manifestações dos operários que aconteciam no Estado de São Paulo, Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, juntamente com um grupo de sindicalistas “autênticos” - de Lula, João Paulo Vasconcelos, Arnaldo Gonçalves, entre outros - foi para Brasília para manifestar o desacordo com as reformas políticas do governo.

No momento de indignação com a política nacional, a diretoria sindical convocou a categoria para lutar pela reposição das perdas. Após a experiência positiva das greves de maio e junho de 1978, os sindicatos de São Paulo, Osasco e Guarulhos estavam decididos a recusar o dissídio coletivo estabelecido pela legislação trabalhista e resolver os impasses com os patrões.

As negociações iniciaram-se no salão nobre da FIESP, com a participação dos empresários, dirigentes sindicais e advogados, o que desde 1964 não acontecia sem a interferência do Ministério do Trabalho ou da Justiça do Trabalho. A reunião foi tensa, pois

não houve acordo entre empresários e dirigentes sindicais e isso afirmou ainda mais a constituição da greve.

Nas ruas, os membros do movimento do custo de vida de Osasco foram presos no dia 25 de outubro, quando convocavam a população para uma manifestação das panelas vazias. Essa manifestação visava ao questionamento da política nacional sobre a alta dos preços dos artigos básicos consumidos pelas famílias trabalhadoras.

No dia seguinte, os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, reunidos em assembléias, receberam com vaias as contrapropostas patronais. Em Osasco, além das vaias, houve mais protestos contra a prisão de José Pedro da Silva, líder sindical que havia participado da chapa de oposição e da greve no mês de junho. No caso da prisão do operário, a ACO elaborou e divulgou um manifesto independente com o título *Na Brown Boveri de Osasco, patrões estrangeiros desrespeitam as leis do Brasil*.

Na data de 27 de outubro de 1978, com o sindicato totalmente lotado, os trabalhadores decidiram recorrer à única arma, a greve. Logo em seguida, vários grupos por empresa se formaram, elegeram os metalúrgicos para uma comissão coordenada ou comando geral de greve e passaram a discutir como seria dentro das fábricas, a partir da zero hora.

Doze entidades oposicionistas e instituições ligadas à Igreja se organizaram e começaram a arrecadação de dinheiro e mantimentos para um fundo de greve. A decisão foi durante um ato público denominado “Luta operária de solidariedade”, realizado em Osasco, no salão paroquial da matriz Santo Antônio.

Entre os motivos da convocação do ato público, destacava-se o protesto contra o caso do caldeireiro José Pedro, operário que foi demitido, algemado e preso no dia 13 de outubro numa manobra dos patrões para afastá-lo da campanha salarial de 1978.

A greve aconteceu com grande tensão; o governo e os patrões se articularam favorecendo prisões de líderes grevistas, retirando o cartão de ponto da chapeira e dando carta de suspensão de dois dias para os grevistas, o que desobrigava os empresários a pagar os dias em greve.

O movimento grevista começou a perder força com a assinatura do acordo salarial entre os patrões e os sindicatos de São Paulo e Guarulhos. O acordo garantiu as bases dos empresários, o que desarticulou a paralisação e colocou em confronto a organização dos operários de Osasco, o patronato e o governo.

Diante do acordo assinado com outros sindicatos, os empresários e o governo ganharam forças; ao mesmo tempo, o movimento dos operários de Osasco sentiu suas resistências minadas. Sob ameaça de nova intervenção do sindicato, Henos Amorina falou aos operários sobre o momento que a greve vivia, o que obrigava a assinatura do acordo salarial.

O final da greve dos metalúrgicos de Osasco e da Grande São Paulo no ano de 1978 suscita questões. Trata-se, à primeira vista, de um movimento que busca conquistar o reconhecimento da sociedade para o direito de lutar contra o processo de exploração e acumulação de capitais.

Entre os sujeitos sociais que influenciaram o movimento operário, estavam os grupos da Igreja Católica. A participação desses militantes católicos pode ter transformado o movimento operário e também sofrido a transformação. No caso de Osasco em 1968, o movimento já demonstrava a tendência de se organizar a partir dos problemas das fábricas, sendo que nessa organização já havia a participação de grupos da Igreja Católica local.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Nota

* Mestrando do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP. E-mail: paulosergjes@bol.com.br

O 18 BRUMÁRIO À BRASILEIRA

Reynaldo F. L. de Mello^{a*}

COGGIOLA, Osvaldo. *O governo Lula: da esperança à realidade*. São Paulo, Xamã, 2004.

A leitura do livro de Coggiola suscita, logo de início, em seu título, uma analogia, mesmo que efêmera, com o Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Preste. Seria Lula o “novo cavaleiro da esperança” e toda a sua história de vida, até os dias atuais, uma grande coluna, a grande marcha dos oprimidos, dos trabalhadores, dos operários, dos sem-terra, enfim, de todos aqueles que são, de uma forma ou de outra, espoliados pelo capital?

O resgate desse imaginário, “aquele que traz a redenção”, foi devidamente explorado pela mídia e pelo *marketing* político do então candidato Lula; e não sem razão, pois muitos brasileiros tinham tal esperança – o mito do salvador e da conseqüente salvação é recorrente na história humana em diversas épocas e em diversos contextos.

Embora Coggiola não faça referência explícita a essa imagem, podemos depreendê-la como lícita em sua análise pujante do primeiro ano de governo do Sr. Lula.

Hoje, passado um ano e alguns meses, o Sr. Lula continua sendo uma personalidade marcante, como podemos depreender das colocações feitas por Coggiola ao longo de todo o seu livro; entretanto, a esperança cedeu lugar à realidade, e esta é imensamente desoladora para todos aqueles que optaram por mudanças sociais que privilegiassem não mais o capital, mas sim, e finalmente, que viessem a privilegiar o social.

Com uma escrita suave e empolgante, Coggiola vai reunindo dados e informações que fundamentam sua reflexão crítica. O autor explicita que seu objetivo é “analisar a trajetória deste primeiro ano do governo Lula e extrair lições que ajudem a recompor num patamar superior a organização política dos trabalhadores brasileiros” (1ª orelha do livro); e ao fazer isso, expande sua análise de tal modo que é difícil, na verdade irresistível, não pensarmos na organização histórica do capitalismo como um projeto de hegemonia social, política e econômica que se quer global, lançando seus tentáculos, como se fosse um “polvo gigante” e aterrorizante, por sobre todo o orbe terrestre.

A preocupação fundamental, exposta pelo autor, tem como pano de fundo a questão posta por Polanyi, de que os mercados (capitalistas) procuram regular as instituições sociais e se auto-regulam através dos mecanismos de preços (ao invés de serem regulados pelas instituições sociais): “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico”.¹ Eis “a mão invisível” cada vez mais se tornando visível nos dias atuais, com a implantação por todos os recônditos na vida social, da ideologia neoliberal.

É nessa configuração social que Coggiola se utiliza da categoria de luta de classes como conceito central em sua análise histórica, social, política e econômica do período em questão – o primeiro ano de governo do Sr. Lula. Claro está que sua abordagem se insere dentro do método dialético, do qual faz um uso primoroso, dada a complexidade do seu objeto de pesquisa; afinal, ele se debruça e se insere no caótico universo das relações de poder político-partidário, nos níveis micro, meso e macro, tarefa que pode se tornar ingrata; mas também extremamente enriquecedora e é o que ocorre com esse trabalho de Coggiola.

O livro está dividido em uma pequena introdução e mais doze capítulos. O interessante, e aí o porquê do título desta resenha, é que encontramos uma visão do todo em cada parte, e sempre partes novas compondo o todo em cada capítulo. É um desenvolvimento que nos remete ao *O Dezoito Brumário* de Marx.

Em sua introdução, o autor comenta sobre a ampla coligação político-partidária – uma costura política de retalhos ideológicos –, a Frente Brasil Popular, que elegeu o candidato Lula: “‘Esse matiz expressaria a tentativa de construção de uma aliança com o empresariado nacional’” (p. 14), sob o aval, também, da burguesia internacional – Coggiola deixa bem claro esse ponto ao longo de todo o seu livro.

Mas o que vem à mente do leitor é o fato de que essa aliança com a burguesia não é algo novo, muito pelo contrário, é a velha tese, de mais ou menos cinquenta anos atrás, abraçada pelo Partido Comunista Brasileiro, de que era necessária uma aliança com a burguesia nacional junto às forças progressistas, para se oporem de forma decisiva ao grande capital internacional.

Parece que o Partido dos Trabalhadores levou às últimas conseqüências essa idéia. E, com isso, o presidente Sr. Luiz Inácio Lula da Silva consegue a proeza de *avançar* cinquenta anos em direção ao *passado*.

Ainda na introdução, o autor cita Trotski, deixando entrever a delicada situação pela qual estamos passando, pois que este comenta, em seu Programa de Transição de 1938, que as frentes populares e o fascismo representam a dominação política do imperialismo burguês contra a revolução proletária; se assim for, e há dados apresentados por Coggiola ao longo do livro que embasam essa tese, estamos em “maus lençóis”.

Nos doze capítulos que se seguem, podemos adiantar e ressaltar, de forma breve, alguns pontos que chamam a atenção (tarefa hercúlea, pois não há o que não seja passível de destaque).

Assim, temos, como um dos focos do primeiro capítulo, a implantação do Estado policial-militar no mundo inteiro, como política imperialista estadunidense, ora em curso, sob a justificação de proteger a liberdade e a democracia ante o terrorismo, levando à conseqüente diminuição e provável extinção da liberdade e da democracia que querem defender (se o projeto obtiver êxito).

No segundo capítulo, o autor aborda o relacionamento do governo do Sr. Lula com o FMI, dando ênfase aos condicionamentos aceitos, que são impingidos por este àquele, favorecendo o fortalecimento da ciranda financeira no Brasil.

No terceiro capítulo, fica evidente o “estelionato eleitoral” cometido pelo atual governo (lembramos aqui de *O Dezoito Brumário*) e o risco de implosão do próprio PT não deve ser descartado.

Na seqüência, o quarto capítulo trata, prioritariamente, da questão econômica através de uma análise estrutural. Aqui, o destaque pode ser o pleito histórico da burguesia em efetivar o capitalismo com risco zero, através das parcerias público-privadas (PPPs), onde o Estado bancaria o lucro dos empreendimentos privados – creio que esse seja o paraíso com o qual toda a burguesia sonha.

No capítulo cinco, “A Reforma da Previdência”, no capítulo sete, “A Reforma Tributária”, e no capítulo 11, “As Políticas Trabalhista e Sindical”, o autor demonstra de que forma o receituário neoliberalista está sendo usado para privatizar e flexibilizar as relações sociais trabalhistas; as relações sindicais procurando a sua pulverização até o ponto de uma fábrica corresponder a um sindicato somente; as relações com os aposentados por intermédio de um teto ínfimo universal e da taxaço dos seus ganhos; e mais, qual o papel dos fundos de pensão nesse cenário privatizante. A conseqüência é o aprofundamento das desigualdades sociais, com o intuito de arrecadar mais recursos financeiros para o pagamento da dívida externa.

No sexto capítulo, temos o afloramento das contradições ideológicas, de tal modo que a autofagia do PT é sintomática do seu método de governo, que, segundo Coggiola, é a própria crise política erigida como método de governar.

Nesse momento do texto, somos levados a cenários mais amplos: política externa e blocos econômicos (cap. 8). Vemos cenários (que não é encenação) que estão já em vigor (e de modo vigoroso) e pulsam freneticamente. Penso que esse capítulo poderia ser nomeado, em paralelo, como: A Teia Global e a Viúva Negra: um projeto neocolonial via ALCA, tal é a força assustadora que aqui é mostrada.

A “Questão Agrária” é o tema do capítulo nove, e é provavelmente o “calcanhar de Aquiles” do governo Lula, em função das bandeiras de lutas históricas, nas quais a reforma agrária sempre foi um pilar das reivindicações para uma nação mais justa e para o começo do fim das desigualdades sociais no Brasil através da distribuição de terras para um maior número de pessoas. Infelizmente, o que se constata é justamente o contrário; ou seja, uma tendência (e o autor demonstra isso com dados alarmantes) à concentração da propriedade da terra em mãos, cada vez mais, de poucas pessoas e de algumas empresas nacionais e internacionais. Será que estamos caminhando para um novo tipo de organização social de capitania hereditárias?

No capítulo dez, que trata de “Educação, Ciência e Tecnologia”, é a vez de se transformar a educação em mercadoria para a iniciativa privada, buscando-se, concomitantemente, o sucateamento do ensino público em todos os níveis, para depois se utilizar dessa condição para mais privatizações (estratégia tautológica). Da mesma forma são tratadas a ciência e a tecnologia. A educação (conhecimento crítico) vem sendo trocada paulatinamente pelo adiestramento (conhecimento passivo). Não interessa uma produção científica, mas sim um domínio subserviente sobre o fazer-técnico.

Por fim, chegamos ao último capítulo, que trata da “Situação da Esquerda e do Movimento Operário”. Coggiola ressalta que, se, por um lado, a situação da esquerda no Brasil se encontra em crise devido às posturas neoliberais do PT, por outro lado, essa situação serve como instrumento de elucidação para a classe operária brasileira repensar sua estratégia de luta de classes e buscar dar um salto de qualidade em sua organização política (consciência de classe) contra a expansão do grande capital.

Eis o grande desafio que é posto à classe trabalhadora.

Pensar na condição política contemporânea como história viva, aberta e em ebulição é um desafio instigante dentro do pensamento histórico-social, nada fácil, muito pelo contrário, extremamente complexo, pois aquele que exercita tal análise é convidado a entrar também na correlação de relações que estão em processo, em andamento.

Em que pesem as críticas que possam ser levantadas a Coggiola quando ele escreveu o livro, em função da proposta de análise de um governo que estava ainda em seu início e, portanto, possibilitando a muitas vozes se levantarem e alegarem que essa empreitada era prematura, ele conseguiu de forma magistral transitar dentro desse processo político mostrando-nos os seus meandros e as suas articulações, que subsidiaram a eleição de Lula, que o manteve no governo: e mais, o que está à espreita de todos após esse quadriênio.

A notável capacidade analítica de Coggiola, que embasa essa obra, leva-nos a considerar sua proximidade com o feito de K. Marx, em sua análise histórico-política da França sob a égide de Luiz Bonaparte.² Tecnicamente, não podemos dizer que houve um

golpe de Estado, mas um golpe “virtual” na transformação do Estado que era esperada ansiosamente por todos que depositaram seus votos nas urnas elegendo o Sr. Lula.

Motivo, portanto, mais do que justo para recomendarmos a leitura da obra de Coggiola sobre o primeiro governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Reynaldo F. L. de Mello é graduado em Ciências Sociais (UFRJ), mestre em Sociologia (UFPR) e doutorando em História Social (FFLCH-USP).

¹ POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. 7 ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000, p. 77.

² MARX, K. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. Tradução de Silvio Donizete Chagas. 3 ed. São Paulo, Centauro, 2003.

A REVOLUÇÃO TRAÍDA

Waldir José Rampinelli*

MAXWELL, Kennet. *O império derrotado – revolução e democracia em Portugal*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

Começou com um golpe de Estado, transformou-se rapidamente em revolução e terminou em um governo democrático-burguês. Foi o que aconteceu em Portugal entre os anos de 1974 e 1976. Revolução de Abril ou dos Cravos é o nome dado a esse evento que derrubou uma ditadura de 48 anos.

O império derrotado: revolução e democracia em Portugal, do historiador Kennet Maxwell, analisa o regime salazarista, o colonialismo português na África, a Revolução de Abril e a consolidação do sistema democrático. Porém, antes disso, o autor, a partir de Afonso Henriques, o fundador da primeira monarquia, faz um resgate da história lusitana conectando-a com a atualidade. Para entender por que Churchill obrigou Salazar a ceder as bases militares dos Açores às Forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial é preciso conhecer o Tratado Anglo-Português, firmado em 1386.

Ao citar os grandes navegadores – Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Pedro Álvares Cabral e Fernão de Magalhães –, o autor parte do conceito de *descobrimto*, sem levar em conta o de *conquista*. Inclusive os elogia, como costumavam fazer o poeta Fernando Pessoa e o ditador Oliveira Salazar, utilizando uma frase de Charles R. Boxer: “foram eles que primeiro deram à humanidade a consciência, embora vaga, de sua unidade essencial”.

António de Oliveira Salazar, que afirmava que a Pátria começava no Minho e terminava no Timor, usou todos os caminhos possíveis para manter o império colonial ultramarino. Quando pressentiu que o fim estava próximo, chegou a dizer: “Não quero, repito que não quero morrer neste lugar [referia-se à condição de Presidente dos Conselhos de Ministros, que na realidade corresponderia à função de Primeiro Ministro]. E também não quero viver muito tempo depois de sair, porque não quero ver as desgraças e a confusão em que o mundo vai mergulhar, e o país”.¹

Maxwell não analisa duas estratégias muito importantes dessa ditadura: uma, a teoria do branqueamento da África, defendida na Constituição de 1933; outra, a tese do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, difundida nos anos 1950. Ambas suportes ideológicos do *status quo* colonial.

O autor não considera o período salazarista como fascista, definindo-o como *regime autoritário católico*. No entanto, fala da função das milícias, do papel do partido, do trabalho da Igreja e da dominação do Estado, o que, em sua atuação conjunta, nada mais é do que uma realidade fascista. Salazar, quando ainda era ministro das Finanças e dava os primeiros passos na implantação de sua peculiar versão do fascismo, advertiu a um jornalista que “é necessário fazer neste país uma grande revolução na ordem para evitar a que outros fatalmente fariam na desordem”. Verdade que faltava ao salazarismo as características que demarcavam o fascismo das ditaduras clássicas europeias, tais como a liderança carismática, o partido único mobilizando as massas, a ideologia expansionista e guerreira, mas isso não lhe tira outras marcas, que podem ser denominadas fascistas. Houve quem chegasse a definir o regime como *um fascismo sem movimento fascista* e não há dúvida sobre sua simpatia pelas ditaduras fascistas europeias. Álvaro Cunhal lembra “que Salazar promoveu a divulgação de uma fotografia de sua mesa de trabalho, onde figurava em destaque um retrato de Mussolini. Que Salazar fez inúmeras declarações enaltecendo a Alemanha hitleriana e a Itália de Mussolini. Que Salazar afirmou que talvez o maior erro de Hitler foi ter perdido a guerra. Que, quando da tomada de Berlim pelo Exército Soviético, decretou, pela morte de Hitler, três dias de luto nacional, com bandeira portuguesa a meia haste”.²

Maxwell dedica uma grande parte do livro aos intrincados problemas de descolonização africana – de modo especial de Angola – e a como as guerras coloniais geravam uma dura e persistente crise em Lisboa. E o faz muito bem, pois teve contato com muitos documentos e uma vasta bibliografia. Não bastasse isso, estava em Portugal no calor desses acontecimentos. No entanto, ao analisar muito a África e pouco Portugal, mesmo assim não dá a devida atenção ao papel de Cuba no apoio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Não cita, por exemplo, a Batalha de Cuito Cuanavale (1987), na qual as tropas cubanas, juntamente com as angolanas, derrotaram as sul-africanas, sendo esse um dos motivos que levaram os racistas de Pretória a negociar, não apenas o fim das intervenções em Angola, como também a independência da Namíbia, abrindo caminho para o término do *apartheid* em seu próprio território. O Acordo Tripartido, assinado na ONU, em 22 de dezembro de 1980, entre as três repúblicas, pôs fim ao conflito no sudoeste africano e instrumentalizou a independência da Namíbia. Uma intervenção internacional desse tamanho, realizada por um Estado latino-americano, não se esquece:

omite-se. Aliás, por falar em Cuba, para o autor, marxismo e democracia são conceitos antagônicos.

Ao tratar da entrada de Portugal na ONU (1955) e dos possíveis problemas com as colônias ultramarinas, Maxwell, como um bom brasileiro que é, deveria pelo menos citar o apoio do governo brasileiro de Juscelino Kubitschek (1956-1961) na manutenção do colonialismo português. Donatello Grieco, representante brasileiro na Quarta Comissão das Nações Unidas, onde se travava o debate referente à descolonização, afirmou taxativamente que “tocar em Portugal era tocar no Brasil”. E endossava a tese de Salazar, de que o país não possuía colônias, mas províncias ultramarinas, recorrendo, inclusive, à história dos dois países ao lembrar que, quando D. João VI se estabelecera no Rio de Janeiro, em 1808, nenhum decreto fora expedido para que se fizesse tal transferência, já que “na lei portuguesa o Brasil era Portugal”, assim como é Portugal qualquer território português na África ou na Ásia.³ O delegado indiano nas Nações Unidas – R. Jaipal –, depois de escutar a defesa do diplomata Donatello Grieco proclamando a missão civilizadora de Portugal no além-mar, disse que “nunca ouvira uma exposição mais fiel ao ponto de vista português do que aquela que acabara de fazer o representante do Brasil”.

Maxwell conclui seu trabalho com dois capítulos de títulos muito sugestivos: “A revolução domada” e “Arrumação da casa”. Na realidade, a revolução foi pactuada, transformando-se de ativa em passiva por atores internos e externos. Dentro de Portugal atuaram os partidos políticos conservadores, sob a liderança do Partido Socialista de Mário Soares, juntamente com a Igreja Católica, as diversas facções burguesas, um segmento das Forças Armadas e uma classe média assustada com as expropriações de terras e as nacionalizações de fábricas. Fora de Portugal, em uma conjuntura internacional de Guerra Fria, embora se vivesse um período de distensão entre Washington e Moscou, foi decisiva a intervenção dos Estados Unidos, da Comunidade Européia, da ditadura franquista e dos organismos financeiros que cortaram seus créditos ao governo português que se proclamava rumo ao socialismo.

Por outro lado, a *arrumação da casa* é o estabelecimento de uma democracia burguesa, com o isolamento de todos os radicais, quando não sua detenção. O autor chama isso de “um sistema de governo totalmente (sic) democrático” (p. 220). A Constituição de 1976, que fora um retrato da Revolução dos Cravos, precisou ser mudada, passando por quatro revisões, nas quais todos os avanços revolucionários foram expurgados, especialmente a estratégia estabelecida pela Assembléia Nacional Constituinte da *transição para o socialismo* como objetivo do Estado democrático.

Portanto, é verdade que a Revolução de Abril foi *domada e arrumada*. Porém, dentro de uma perspectiva conservadora, quando não contra-revolucionária.

Algumas observações pontuais, mas não menos importantes, fazem-se aqui necessárias. Maxwell costuma desenvolver em seus livros *ensaios bibliográficos*, em que comenta os arquivos pesquisados e as principais obras consultadas, emitindo um juízo de valor sobre elas, o que é muito bom.

É preciso, porém, tomar cuidado com alguns clichês, como dizer que Salazar era “um austero celibatário”. Sabe-se hoje que ele era austero, mas celibatário, nem tanto. Na verdade, o ditador vendeu essa imagem aos portugueses com a finalidade de exigir deles austeridade econômica, tendo em vista a rejeição da ditadura a um processo de industrialização do país que, por certo, faria surgir uma classe operária consciente e reivindicativa. Daí sua estratégia de manter “Portugal horta e pomar da Europa”. Além disso, esse “celibatário”, juntamente com outro – o cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira –, criaram um pacto de dominação cívico-religiosa que alguns historiadores denominaram *regime clerical-fascista* ou *nacional-catolicista*. Ambos usaram muito bem, por exemplo, as *aparições* de Fátima em favor da manutenção do regime, chegando a diplomacia portuguesa a dar visibilidade internacional a esses acontecimentos, principalmente a partir do final dos anos 1930, já que o culto a ela se tornara vantajoso para o regime salazarista. A Senhora da Cova da Iria passara a ser, então, o escudo contra o *perigo vermelho* que rondava Portugal, quer por meio da Guerra Civil Espanhola (em 13 de maio de 1938, uma grande peregrinação celebra a vitória dos franquistas), quer através do segundo conflito mundial (Portugal mantivera-se oficialmente em posição neutral). Passara a ser também a padroeira da Guerra Fria na luta contra uma Rússia atéia; a protetora dos soldados que partiam para a guerra colonial contra a África; e a abençoadora do Estado Novo nacional-católico.⁴

Por fim, Maxwell refere-se várias vezes ao Ato Colonial publicado em 1930, que se torna parte integrante da Constituição de 1933. No entanto, o autor se equivoca ao dar a data de 1932 para essa Carta Magna, que oferecerá suporte jurídico ao Estado Novo Português.

Maxwell, em *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal* analisa a história de um país e todas as implicações com suas colônias, partindo de uma perspectiva teórica conservadora. Termina dizendo que “no contexto da revolução portuguesa, foi Kerenski quem sobreviveu, e não Lênin. Foi o socialista moderado Mário Soares quem finalmente tornou-se presidente da República, e o militar radical populista Otelo Saraiva de Carvalho quem foi para a prisão e depois desapareceu na obscuridade política”. Em poucas palavras, segundo Kennet Maxwell, o bem venceu o mal.

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: rampinelli@globocom

¹ NOGUEIRA, F. *Um político confessa-se*. 3 ed. Porto, Civilização, 1987, p. 268.

² CUNHAL, Á. *A verdade e a mentira na Revolução de Abril*. Lisboa, Edições Avante, 1999, p. 45.

³ *Diário de Notícias*, Lisboa, pp. 1-2, 3, jan., 1957.

⁴ REIS, B. C. et alii. Fátima e o poder. *Revista de História*. Lisboa, ano XXII, n. 29, pp. 14-46, out., 2000.

VIDAS ARRISCADAS

Iray Carone*

FEFFERMANN, Marisa. *Vidas arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis, Vozes, 2006.

Muito tem sido escrito sobre o livro de Marisa Feffermann, *Vidas arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico*, recém-publicado pela Editora Vozes e lançado na Livraria Cultura de São Paulo em outubro deste ano. Livros de impacto podem causar efeitos meramente epidérmicos; outros calam mais fundo e vão construindo sua própria história mundo afora. Com diz um ditado latino, são os leitores que determinam o destino de um livro. Eu diria que o livro de Marisa, resultante de uma tese de doutorado defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, criou algo realmente novo para análise e reflexão dos leitores sobre a realidade dos jovens inscritos no tráfico de drogas. A começar pelo título, que os designa como “trabalhadores”, pois eles assim tratam o *trampo embaçado*, o duro e arriscado expediente de doze horas diárias na parte mais baixa da hierarquia do tráfico.

Tentemos descobrir, então, a razão do impacto desse livro: o tema inquietante ou o tratamento diferenciado dado a ele? As preocupações atuais do governo e da sociedade civil brasileira com a organização criminoso chamada de Primeiro Comando da Capital, que mostrou sua força nos idos de maio de 2006 na capital paulista? A necessidade de uma literatura acadêmica, voltada para essa realidade tão árdua quanto cotidiana, que se mostre capaz de cumprir as exigências metodológicas de uma pesquisa científica? A necessidade de politizar o problema, para além dos discursos moralistas ou policiais, a fim de compreendê-lo pela via científica e vislumbrar algumas alternativas da práxis como atividade de aperfeiçoamento das instituições sociais? São muitas as indagações e talvez não sejamos capazes de responder a todas.

No âmbito geral, é um livro sobre *os jovens de classes subalternas* e os riscos de vida que estão correndo nas sociedades atuais, sobretudo naquelas em que o Estado se mostra omissivo e violento. O Brasil, dizem as estatísticas sociais, é o quinto lugar em homicídio

de jovens de 15 a 24 anos. Eles estão sujeitos a uma dupla vulnerabilidade: os apelos violentos da sociedade de consumo e a sua situação de pobreza. Os dois vetores podem dar uma resultante: a sedução do mercado ilegal das drogas.

Daí, então, a autora ter tomado como objetivo de sua pesquisa a escuta de jovens envolvidos no narcotráfico, moradores da periferia da cidade de São Paulo. A escuta já é, por si só, um dado novo da pesquisa: o contato direto com os jovens. Se a vida deles é arriscada, o pesquisador também pode estar sob risco ao se aproximar deles, ouvir as suas narrativas e saber de suas atividades clandestinas no crime organizado do tráfico de entorpecentes.

Em seguida, como o método é uma função do objeto, tentou descobrir a forma de análise compatível ao tema. Pelas muitas convergências não casuais entre o narcotráfico e o movimento do capital, a orientação da análise tornou-se basicamente marxista, conduzindo a autora a um resultado surpreendente: o desenho de uma fisionomia do narcotráfico e de suas organizações criminosas. Quando falamos em *fisionomia*, no sentido que Theodor W. Adorno emprestou à expressão, estamos nos referindo à descoberta e descrição de traços estruturais ou imanentes de um fenômeno emergente. Uma organização criminosa como a do narcotráfico se estabelece por meio da confiança e cooperação de seus membros, mesmo que elas sejam pautadas pelo uso da violência, distribuição e troca de favores, linha de comando, hierarquia, necessidade de lealdade e a lei do silêncio. Ela tem também uma racionalidade capitalista, entrando na engrenagem da circulação pela porta da lavagem de dinheiro. Ela não se sustenta sem a cooperação/convivência do Estado, embora, por vezes, haja confronto com os aparelhos repressivos. Ela tem a sua inserção geopolítica no comércio internacional e globalizado, e é responsável pela movimentação de um trilhão e meio de dólares ou mais. Nessa geopolítica, as atividades de produção das drogas foram estimuladas nos países pobres e muito pobres, enquanto que o consumo ficou por conta dos países ricos. Por fim, o novo tipo de acumulação advinda dessa movimentação do capital é de caráter rentista.

Se analisarmos a configuração da exposição do livro, veremos que obedece a uma premissa da dialética clássica: a do primado do todo sobre a parte, do primado do social sobre o individual. O estudo sobre as condições objetivas (econômicas, históricas, políticas e sociais) é parte necessária de sua análise das condições subjetivas, ou seja, da psicologia social dos jovens inscritos na prática do narcotráfico. E mais: em seis capítulos, encontraremos três sobre os jovens (capítulos 3, 5 e 6); sobre as condições objetivas, os outros três (capítulos 1, 2 e 4). Mas não são partes indissociadas, pois tudo que está referido nos capítulos sobre as condições objetivas está também presente como determinações dialéticas nos capítulos sobre as condições subjetivas. É bom que se diga: sem nenhuma

queda em uma explicação mecanicista de causa e efeito. Pois as determinações dialéticas não são *causas*, mas *mediações* do fenômeno psicossocial.

A teoria crítica da Escola de Frankfurt, do começo ao fim do livro, soa como um grito de alerta, um verdadeiro *aviso de incêndio* no sentido benjaminiano, a respeito da desumanização do indivíduo sob as forças inexoráveis do capitalismo - a barbárie civilizatória moderna. Já não se trata mais dos campos de execução de Auschwitz, mas das *condições* que tornaram Auschwitz possível e que ainda atuam no mundo do pós-guerra. Pois as guerras nem sempre são necessárias ou se constituem como os únicos instrumentos da barbárie para a eliminação dos segmentos mais vulneráveis da população humana. Levá-los ao desespero sem tréguas e a saídas extremamente arriscadas de sobrevivência faz parte de um quadro de aniquilação que dispensa os custos da máquina da guerra. Com a vantagem adicional de permitir a conclusão de que as vítimas são culpadas de seu extermínio.

Ouvir os jovens, nesse caso, significou captar o seu *modus vivendi*, tão distante das classes abastadas e socialmente protegidas. Como disse uma vez Aléxis de Tocqueville, na *Democracia na América*: a distância objetiva e material entre as classes sociais é também uma *distância subjetiva*, pois umas não podem vivenciar a realidade das outras, de modo que não se cria a possibilidade de uma compreensão recíproca de suas necessidades vitais. Daí a hegemonia de discursos moralistas e policialescos das classes dominantes em relação às classes ditas “perigosas”, ou seja, os pobres e abandonados à própria sorte. E mais: sem a consideração do fato de que a concentração da riqueza nas mãos de uns poucos se faz à custa da miséria de muitos outros, com mais-valia sobrando para financiar a repressão e não para os programas de promoção social.

Essa escuta, feita no próprio lugar das bocas de venda de drogas – as biqueiras –, custou à autora muitas horas de trabalho insano e angústia, mas deu aos relatos uma notável vivacidade, como se nós, leitores, estivéssemos de corpo presente ouvindo. As gírias são seu código de comunicação cifrada; a linguagem truncada e abreviada parece figurar os transe do perigo, do estado de alerta para correr, não marcar bobeira, cair na mão da polícia e pegar cana. E, no entanto, são garotos comuns, que gostam de brincar nos *shopping centers*, apelidar, namorar, se divertir às pampas, encher a cara e comer goró nas horas de dinheiro quente no bolso, sem esquecer de dar alguns trocados para a mãe. Ah! Olha aí o meu guri!

A subjetividade marcada por condições tão avessas ao que chamamos de infância e adolescência tem lances de astúcia e percepção da realidade feroz: eles sabem que o trabalho do tráfico não tem garantia de aposentadoria! Ou melhor, que nem precisará de aposentadoria e de outros benefícios sociais, pois a vida dessa categoria é curta e incerta.

Continuarão a viver - se viverem - na miséria e falta de opções no mercado formal. Mas, pensando bem, a vida de outros trabalhadores explorados pelo capital não é muito diferente, embora pareça ter mais garantias.

O livro, composto por um notável trabalho da Editora Vozes, em uma tiragem inicial de cinco mil exemplares, está ilustrado com gravuras de grande originalidade e capa com uma fotografia de pernas e pés descalços de garotos rodeando um corpo caído no chão. Eles são anônimos e sem rostos, mas a fotografia de Elói Correa nos causa a profunda impressão que já os vimos, algum dia, perambulando como sombras pelas ruas.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Nota

*Iray Carone é professora aposentada do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora da Universidade Paulista.

NOTÍCIAS DO PROGRAMA

2º semestre de 2006

1 - Deu-se continuidade às atividades do DINTER implantado em 2005 mediante a assinatura de convênio do Programa com a Universidade Federal do Pará, com o curso de *Seminário Avançado II* ministrado por professores do programa nesta Universidade.

2 - O professor Pablo F. Luna, da Sorbonne - UFR d'Études Ibériques et Latino-Américaines, Université de Paris IV, aceitou participar do Conselho Consultivo da *Projeto História*. Trata-se de um dos maiores especialistas da obra de Pierre Vilar (1906-2003), tendo organizado, com Arón Cohen e Rosa Congost, o livro *Pierre Vilar. Une Histoire Totale en Construction* (Paris: Syllepse, 2006). Esta obra está sendo publicada simultaneamente em Espanha (Granada) e Brasil (Edusc-Bauru, SP).

3 - A Prof. Dra. Denise Bernuzzi Sant'Anna publicou capítulos de livros intitulados "Horizontes visuais do corpo". In: *Perspectivas del cuerpo en América Latina*. Colômbia: Zandra Pedraza Gómez (ed.) e "Uma história do corpo". In: *Pesquisa em educação física: as contribuições das ciências humanas, educação e artes*, organizado por Carmem Soares (org). Campinas/SP: Ed. Autores Associados.

4 - Em 12 de setembro, o CEHAL e o *Thesis* - NCMM promoveram palestra intitulada "Las Casas e a Colonização da América" proferida por prof. Dr. Hector Hernán Bruit, do Departamento de História da UNICAMP. Coordenação: Prof. Dr. Adilson José Gonçalves.

5 - A 27 de setembro foi lançada a Revista *Projeto História* n.º 31 – *Américas*, no Museu da Cultura, com palestra dada pela prof.a Maria Lourdes Mônaco Janotti (USP) intitulada "A história na política, a política na história", coletânea também festejada na ocasião com a apresentação da Guarda Velha da Escola de samba Verde e Branco. Em

setembro, dando continuidade ao ciclo de debates sobre “Futebol, Identidade e Mídia”, foi focada a história do Sport Club Corinthians Paulista. Promoção do Museu da Cultura, do *Thesis* – NCMM e Núcleo de Estudos Urbanos.

6 - A coordenadora do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP, Dr.^a Márcia Mansor D’Alessio, participou das conferências e publicações em homenagem a Pierre Vilar, com o ensaio “L’État Brésilien (1930-1954) dans l’Approche Vilarienne de La Question Nationale”. In: Arón Cohen; Rosa Congost; Pablo F. Luna. (org.) *Pierre Vilar. Une Histoire Totale en Construction* (Paris: Syllepse, 2006).

7 - O Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP e o NEHTIPO, do Departamento de História, promoveram o Simpósio intitulado “Revolução e Contra-Revolução na Espanha: 70 anos Depois”. Na abertura, dia 30 de outubro de 2006, houve apresentação de música clássica espanhola com o violonista William Gomes, seguida de conferência proferida pela prof.^a Dr.^a Margareth Rago (UNICAMP) sobre “*Mujeres Libres* da Espanha Libertária”. Dia 8 de novembro (noite): “História e Historiografia da Revolução Espanhola”: prof.^a Dr.^a Márcia D’Alessio (PUC-SP), prof. Ms. Fernando Camargo Furquim, prof. Dr. Antonio Rago Filho (PUC-SP). Dia 9 de novembro (M): “As Esquerdas na Guerra Civil Espanhola”: prof. Dr. Erson de Oliveira (PUC-SP), prof. Dr. Everaldo O. Andrade (UnG) e prof. Dr. Antonio Romera Valverde (PUC-SP). Dia 9 de novembro (N): palestra proferida por prof. Dr. José Carlos Sebe Meihy (USP) intitulada “O Impacto da Guerra Civil na Cultura Brasileira”. Palestra proferida por prof. Dr. Josias A. Duarte (PUC-SP) intitulada “O Estatuto da Galiza”. Dia 10 de novembro (M): palestra proferida por prof. Dr. Wagner Pinheiro Pereira, pesquisador da USP intitulada “Arte, Propaganda e Política”. Dia 10 de novembro (N): “Literatura e Revolução”: prof. Dr. Ivan Martins (PUC-SP), prof.^a Dr.^a Vera Chalmers (UNICAMP) e prof. Dr. Carlos Eduardo Carvalho (PUC-SP).

8 - Em 28 e 29 de novembro, o CEHAL o e NEHTIPO promoveram a palestra intitulada “Iluminismo e Revolução Francesa”, com a presença do prof. Dr. Jorge Grespan do Departamento de História da USP. Coordenação: Prof. Dr. Vera Lucia Vieira.

9 - O NEHTIPO e o Curso de História da Universidade de Guarulhos promoveram projeção de filme e debate sobre os “70 anos da Revolução Espanhola”, no dia 02 de dezembro, CEDEM (UNESP), com a presença dos professores: prof. Dr. Josep Maria Buades, pesquisador na Cátedra Jaime Cortesão da USP; prof. Dr. Antonio Rago Filho, coordenador do Núcleo de Estudos de História: trabalho, ideologia e poder da PUC-SP; prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade, pesquisador do CEMAP e diretor do curso de História da UnG. Constou do evento também a projeção e comentários do prof. Dr. Josep

Maria Buades acerca do documentário *Operação Nikolai*, sobre o assassinato de Andréu Nin, dirigente do Partido Obrero da Unificación Marxista – POUM.

10 - O professor Adilson José Gonçalves publicou o artigo “A ditadura das imagens”. In: Revista Histórica do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Setembro, 2006. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao14/materia02>. A prof.^a Dr.^a Maria Odila Leite da Silva Dias publicou o ensaio “Modos de ser femininos en el brasil de entresiglos”. In: Isabel Morant et al. (Org.). *Historia de las mujeres en espana y america latina*. Madri: Cátedra. O aluno João Galvino lançou o livro *Os Pneus Cruzando os Trilhos*, extraído da dissertação de mestrado, defendida em nosso Programa e prefaciado por sua orientadora prof.^a Dr.^a Yvone Dias Avelino.

11 - A prof.^a Dr.^a Maria Antonieta Antonacci contribuiu com a revista PUCviva da APROPUC n.º 28, intitulado O Negro no Brasil, apresentando o ensaio “Tempos e Histórias Silenciadas”, e as razões motivadoras da fundação do Centro de Estudos Culturais Africanos e Da Diáspora (CECAFRO/PUC-SP). Além da coordenação e organização de inúmeros seminários do CECAFRO, participou também do II CIAD - Congresso de Intelectuais Africanos e da Diáspora, Salvador, julho/2006, e do IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE) da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), Salvador, setembro 2006. Em novembro, esteve em Luanda, Angola, no IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.

12 - No dia 06 de dezembro foram realizados os Seminários sobre Marxismo do NEHTIPO com a temática “A Estética Realista de G. Lukács” proferida pelo prof. Dr. Celso Frederico (USP). No dia 11 de dezembro, o prof. Dr. Lincoln Secco conduziu os trabalhos versando sobre “Antonio Gramsci: a função dos intelectuais, cultura e revolução”.

13 - Em dezembro, foi lançado os *Cadernos de Ciências Sociais – ciência e engajamento*, do Colegiado de Ciências Sociais, FAFIL, Centro Universitário Fundação Santo André, na casa de cultura Alpharrabio Livraria e Editora. Nesse número em homenagem a Florestan Fernandes, o Prof. Dr. Antonio Rago Filho publicou artigo intitulado “O pensamento filosófico de J. A. Giannotti: marxismo adstringido e analítica paulista” e a Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Vieira contribuiu com o artigo sobre “Marx n’Os Parceiros do Rio Bonito de Antonio Candido”.

TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006

Mestrado

João Batista Soares de Carvalho

Título: A constituição de identidades, representações e violência de gênero nas letras de rap (São Paulo na década de 1990).

Orientadora: Maria Angélica Victória Miguela Careaga Soler

Walter Mastrocola Aiello

Título: Fronteiras do alcoolismo: alcoolismo e saber médico no Rio de Janeiro (1839-1890).

Orientadora: Maria Angélica Victória Miguela Careaga Soler

Virginia Nazaré Rocha Aveiro Dias

Título: Memórias de um imigrante autodidata: de Aveiro à Ribeirão Pires (1891-1978).

Orientadora: Maria Odila da Silva Dias

Armando de Melo Servo Constante

Título: Na fimbrias da riqueza – o comércio de escravos numa economia de abastecimento Santanna de Mogy das Cruzes (1964-1887).

Orientadora: Maria Odila da Silva Dias

Anthoula Fyskatoris

Título: O varejo da moda na cidade de São Paulo (1910 - 1940) – a democratização da moda e a inserção do consumo de baixa renda.

Orientadora: Denise Bernuzzi de Sant'Anna.

Ana Carolina Moreira Ayres

Título: O ciclo da Caapora: uma história da relação entre a RMSP e o Parque Estadual da Cantareira (1963-2005).

Orientador: Maurício Broinizi Pereira

Leandra Domingues Silverio

Título: Assentamento Emiliano Zapata: trajetória de lutas de trabalhadores na construção do MST em Uberlândia e Triângulo Mineiro (1990-2005).

Orientadora: Yara Maria Aun Khoury

Patrícia Cerqueira Dos Santos

Título: A praça da matriz: histórias, memórias e experiências de uma intervenção urbana em Itapecerica da serra – São Paulo 1980-2003.

Orientadora: Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Adriano José Marangoni

Título: Histórias em quadrinhos: o herói entre a tradição e o desajuste como síntese da cultura Norte-Americana (1983-1987).

Orientador: Antônio Pedro Tota

Marcos Guterman

Título: O futebol explica o Brasil: o caso da copa de 70.

Orientador: Antônio Pedro Tota

Vânia Vaz

Título: As benzedoiras da cidade de Irati: suas experiências com o mundo, e o mundo da benzeção.

Orientadora: Maria do Rosário da Cunha Peixoto

Clarissa Bazzanelli Barradas

Título: A desordem criadora: as ambigüidades da Alemanha de Weimar em o ambiente do dr. Caligari.

Orientador: Antônio Pedro Tota

Nívea Cristina Lopes Oliveira

Título: A vila de São Francisco das Chagas de Taubaté no período de gestação da cafeeicultura no vale do Paraíba, vista através da vivência de uma família urbana, pobre e livre. (1765 -1830).

Orientadora: Maria Odila Leite da Silva Dias

Patrícia Sadaíke

Título: A construção poética das formas: reflexões sobre as concepções artísticas e políticas de Vilanova Artigas (1945-1969).

Orientador: Antonio Rago Filho

Juliana de Castro Pedro

Título: Embates pela memória: narrativas de descoberta nos escritos coloniais da Amazônia Ibérica.

Orientador: Fernando Torres Londoño

Márcio Leopoldo Gomes Bandeira

Título: Será que ele é? Sobre quando Lampião da esquina colocou as cartas na mesa (1978 -1981).

Orientadora: Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Nirlene Nepomuceno

Título: Testemunhos de poéticas negras: de chocolat e a companhia negra de revistas no Rio de Janeiro (1926-1927).

Orientadora: Maria Antonieta Martines Antonacci

Renata Batista de Oliveira

Título: O escândalo de uma nova perspectiva: trajetória do movimento do rock argentino (1966 -1973).

Orientadora: Yvone Dias Avelino

Doutorado

Telma Bessa Sales

Título: Canudenses na cidade de São Paulo – memórias e experiências (1950-2000).

Orientadora: Heloisa de Faria Cruz

Ana Magna Silva Couto

Título: Das sobras à indústria da reciclagem: a invenção do lixo na cidade (Uberlândia - MG, 1980-2002).

Orientadora: Yara Maria Aun Khoury

Airton Chaves da Rocha

Título: A reinvenção e representação do seringueiro na cidade de Rio Branco - Acre (1971-1996).

Orientadora: Maria Antonieta Martines Antonacci

Afonsina Maria Augusto Moreira

Título: No norte da saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso.

Orientadora: Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha

Título: Teatro de memórias, palco de esquecimentos: culturas africanas e das diásporas negras em exposições.

Orientadora: Maria Antonieta Martines Antonacci

Jorgetânia da Silva Ferreira

Título: Trabalho em domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas de casa no triângulo mineiro (1950-2005).

Orientadora: Heloísa de Faria Cruz

Raphael Rodrigues Vieira Filho

Título: Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX.

Orientadora: Márcia Barbosa Mansor D'Alessio

Carmelia Aparecida S. Miranda

Título: Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuáçu-BA.

Orientadora: Yvone Dias Avelino

Amailton Magno Azevedo

Título: A memória musical de Geraldo Filme: os sambas e as micro-Áfricas em São Paulo

Orientadora: Maria do Rosário da Cunha Peixoto

Angela Maria Roberti Martins

Título: Pelas páginas libertárias: anarquismo, imagens e representações.

Orientadora: Maria Izilda Santos de matos

Carmelia Aparecida S. Miranda

Título: Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuáçu-BA.

Orientadora: Yvone Dias Avelino

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Projeto História* é temática, semestral e compõe-se de 5 (cinco) seções: Traduções, Artigos, Entrevistas, Notícias de Pesquisa e Resenhas.

1 – Todos os trabalhos devem conter reflexões em torno do tema proposto para cada número.

2 – Todos os textos enviados aos editores serão submetidos a 2 (dois) pareceristas do Conselho Editorial e, se necessário, serão encaminhados para um terceiro consultor. A revista só aceitará trabalhos inéditos.

3 – Os artigos e as traduções devem conter aproximadamente 25 (vinte e cinco) laudas de 30 linhas e 70 toques. Os artigos deverão vir acompanhados de título, de resumo em torno de 100 palavras e de, no máximo, 5 (cinco) palavras-chave. Título, resumo e palavras-chave deverão ser apresentados em português e inglês. Autores de artigos deverão ter titulação de, no mínimo, doutor.

4 – As traduções deverão vir acompanhadas de autorização do autor do texto e das imagens. As traduções dispensam resumo e palavras-chave.

5 – As resenhas terão um extensão em torno de 5 (cinco) laudas e deverão conter 3 (três) palavras-chave. Título e palavras-chave deverão ser apresentados em português e inglês. As resenhas dispensam a apresentação de resumo.

6 – As notícias de pesquisa devem conter aproximadamente 10 (dez) laudas e deverão vir acompanhadas de título em português e inglês. Esses trabalhos dispensam resumo, palavras-chave e fonte. No caso de o autor julgar imprescindível colocar as fontes bibliográficas, estas deverão integrar o corpo do texto.

7 – Os originais devem ser apresentados em disquete 3,5”, Programa *Word 6.0* ou *7.0 for Windows* (fonte *Times New Roman 12*, com espaço 1,5) e em 2 (duas) cópias impressas. Deverão conter ainda os seguintes dados: endereço completo, telefone, fax e e-mail.

8 – As notas bibliográficas e explicativas deverão ser numeradas e colocadas no final do texto. A revisão não publica bibliografias.

9 – Dados sobre a formação e filiação acadêmico-institucional do autor deverão ser indicados no início do texto, em rodapé e indicação em asteriscos.

10 – Cada autor de Artigo, Tradução, Resenha, Entrevista e Notícias de Pesquisa, receberá 01 exemplar da Revista.

11 – Normas para notas:

Em caso de livro:

SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico: subtítulo*. Tradução. Edição, Cidade, Editora, ano, p.

Em caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. “Título do capítulo ou item do livro entre aspas”. In: *Título do livro em itálico*. Tradução. Edição, Cidade, Editora, ano, p.

Em caso de artigo de periódico:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*. Cidade, Editora, v., fascículo, p., ano.

12 – Endereço para envio de trabalhos: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. Comissão Editorial Projeto História. Rua Ministro Godói, 969 - ERBM (Edifício Reitor Bandeira de Mello) – 4º andar – sala 4B05 – SP, Capital, CEP 05015-000 – Telefax (55) (011) 3670-8511. Site: <http://www.pucsp.br/projetohistoria>. E-Mail: histpos@pucsp.br

PROJETO HISTÓRIA
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA PUC-SP

Formulário para assinatura e aquisição de números avulsos

O valor da assinatura anual é de R\$ 60,00 e o valor do número avulso é de R\$ 30,00.

Envie seu pedido anexando comprovante de depósito a ser realizado no **Banco Bradesco**
– **Ag. 3394-4 – Conta Corrente 1506-7**, para o endereço abaixo:

Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUC-SP

PROJETO HISTÓRIA

Rua Monte Alegre, 984 – 4º andar – sala 4E08 – Bloco A – Perdizes

CEP 05014-901 – São Paulo – Brasil

Nome

Endereço

Cep Cidade Estado

Fax E-mail

Assinatura

Indique abaixo opção desejada

Números disponíveis – 11, 13, 14, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31

Assinatura Anual: Total

Cheque nº Agência Banco

